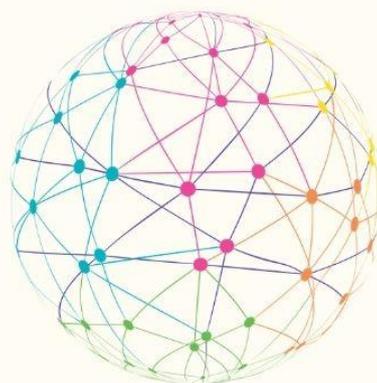


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

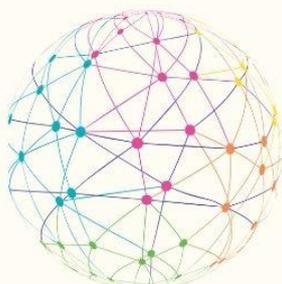
Joseanne Zingleara Soares Marinho
Pedro Pio Fontineles Filho
(Orgs.)



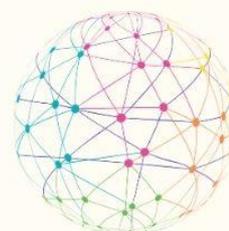
ANAIS

**I CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E
EPISTEMOLOGIAS**

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



UESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Joseanne Zingleara Soares Marinho
Pedro Pio Fontineles Filho
(Orgs.)

ANAIS

I CONGRESSO INTERNACIONAL
DE GÊNERO, POLÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



UESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitor Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ • UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Estado
Maria Regina Sousa Vice-governadora do Estado
Evandro Alberto de Sousa Reitor
Rosineide Candeia de Araújo Vice-Reitora
Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Gustavo Oliveira de Meira Gusmão Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação
Ailma do Nascimento Silva Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Pedro Antônio Soares Júnior Pró-Reitor de Administração
Geraldo Eduardo da Luz Júnior Pró-Reitor Adj. de Administração
Raimundo Isídio de Sousa Pró-Reitor de Planejamento e Finanças
Joseane de Carvalho Leão Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças
Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários
Omar Mário Albornoz Diretor CCHL-UESPI
Marcelo de Sousa Neto Editor da Universidade Estadual do Piauí
Autores Revisão
Editora e Gráfica UESPI E-book

C749a Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias (1. : 2020 : Teresina, PI).

Anais do I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: abordagens contemporâneas, de 07 a 10 de dezembro de 2020 em Teresina-PI / Organizado por Joseanne Zingleara Soares Marinho e Pedro Pio Fontineles Filho. - Teresina : FUESPI, 2021.
Ebook

ISBN: 978-65-89616-05-4

1. Gênero. 2. Epistemologias. I. Marinho, Joseanne Zingleara Soares. II. Fontineles Filho, Pedro Pio. III. Título.

CDD: 120

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Grasielly Muniz Oliveira (Bibliotecária) CRB 3/1067

Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, POLÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

ORGANIZADORES DO E-BOOK

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Departamento de História, Campus Poeta Torquato Neto e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UESPI).

Pedro Pio Fontineles Filho

Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Departamento de História, Campus Clóvis Moura, Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UESPI).

EQUIPE EDITORIAL

Danielle Filgueiras Santos
Glémisson David Batista Marques
Miguel Vinicius da Silva Moura
Rakell Milena Osório Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Prof.ª Dr.ª Solange Aparecida de Campos Costa (UESPI) Parnaíba (PI)
Prof.ª Dr.ª Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI) Teresina (PI)
Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton (UESPI) Parnaíba (PI)
Prof. Dr. Ruan Nunes Silva (UESPI) Parnaíba (PI)
Prof. Dr. Jonas Henrique de Oliveira (UESPI) Parnaíba (PI)

EQUIPE DE MONITORIA

Ana Caroline Alencar Reis
Carla Thaís da Costa Pereira
Danielle Filgueiras Santos
Emerson Luís de Sousa Lemos
Francilene Teles da Silva Sousa
Francisco Nathan Castro de Carvalho
Gabriel Rocha da Silva
Gabriele de Oliveira Mota
Germana Saraiva de Freitas
Lays Christine Santos de Andrade
Miguel Vinicius da Silva Moura
Orlando Araujo Pereira
Rakell Milena Osório Silva
Thayná Guedes Assunção Martins

APOIO



Grupo de Pesquisa em História,
Cultura e Gênero - GRUPHCGE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
PROGRAMAÇÃO.....	14

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

O SISTEMA DE JUSTIÇA, OS DIREITOS HUMANOS E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Coordenadora: Ângela Maria Macedo de Oliveira (UESPI)

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DA PRIMEIRA DELEGACIA DA MULHER NA CIDADE DE TERESINA 1989-1996 Adriana Lima dos Santos	16
MAPEANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO SERTÃO PIAUIENSE: OS PERFIS DAS VÍTIMAS NOS REGISTROS DAS QUEIXAS (ANO 2007) Ângela Maria M de Oliveira	29
OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E DA CRISE POLÍTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES BRASILEIRAS Luisa Grespan Danhoni Neves.....	47

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

PRÁTICAS CULTURAIS NO BRASIL REPUBLICANO

Coordenador: Danilo Alves Bezerra (UESPI)

ABERTURA LETÁRGICA: ENTRE DISCURSOS DEMOCRÁTICOS E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS NAS ELEIÇÕES DE 1982 Andrews Willisses Ferreira Costa Cláudia Cristina da Silva Fontineles	62
“PALAVRAS SÃO NAVALHAS”: DISCURSOS POLÍTICOS E O ESTADO AUTORITÁRIO NOS JORNAIS DE TERESINA (1971-1975) Carlos Alberto de Melo Silva Mota Cláudia Cristina da Silva Fontineles.....	80

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

INTERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DOS SABERES: DIALOGOS DA HISTÓRIA

Coordenadores: Antonia Valtéria Melo Alvarenga (UESPI/UEMA)
Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI)

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE SOLDADOS E CIDADÃOS PÁTRIOS (1930 -1945) Joyce Lima Costa Antonia Valtéria Melo Alvarenga Clarice Helena Santiago Lira	96
PARA ALÉM DA TELA DA TV: A SOCIEDADE BRASILEIRA APRESENTADA NA TELEDRAMATURGIA DE GILBERTO BRAGA Tania Geórgia Alves de Oliveira Pedro Pio Fontineles Filho	107
PENSANDO TORQUATO NETO: A HISTORIOGRAFIA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE NARRAR UMA HISTÓRIA Monique dos Santos Oliveira Veloso Idelmar Gomes Cavalcante Júnior	124

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS: INTERFACES ENTRE AS MULTIPLAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Coordenadoras: Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)
Rafaella Martins Silva (UFPI)

A ATUAÇÃO MÉDICA NO TRATAMENTO DA POPULAÇÃO ACOMETIDA POR DOENÇAS VENÉREAS EM TERESINA DURANTE A DÉCADA DE 1930 Ana Karoline de Freitas Nery Elizangela Barbosa Cardoso	139
A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A CASA DA CRIANÇA NO AUXÍLIO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945) Francilene Teles da Silva Sousa Joseanne Zingleara Soares Marinho	154
A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, O VOLUNTARIADO FEMININO E A SAÚDE MATERNA E INFANTIL NO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1940 Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses	172
A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889) Nara Viviany Moura de Oliveira Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves	188

AS ÁGUAS QUE TRAZIAM RIQUEZAS E DOENÇAS: OS IMPACTOS DO RIO PARNAÍBA NO COTIDIANO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DE TERESINA (1930 – 1947) Danielle Filgueiras Santos Joseanne Zingleara Soares Marinho	201
AS CONDIÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA SÃO SATISFATÓRIAS, MAS NEM TANTO: A PREVENÇÃO E A TERAPÊUTICA DAS ENFERMIDADES NO PIAUÍ ENTRE AS DÉCADAS DE 1890 E 1950 Rakell Milena Osório Silva Joseanne Zingleara Soares Marinho Pedro Pio Fontineles Filho	218
DA MATERINIDADE COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA O SER MULHER? UMA PERSPECTIVA À PARTIR DA REVISTA PAIS E FILHOS (1968-1972) Thayná Guedes Assunção Martins Joseanne Zingleara Soares Marinho	230
DA SAÚDE À DOENÇA, DO VIOLENTO AO VIOLADO: AS TRANSFORMAÇÕES DO PERFIL DO LOUCO NO JORNAL O DIA (1970 A 2019) Camila Fortes Monte Franklin.....	246
HANSENÍASE E ESTIGMA: PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA DOENÇA NEGLIGENCIADA Gabriel Rocha da Silva Antonia Valtéria Melo Alvarenga.....	264

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO, O ENSINO E A DOCÊNCIA DIANTE DE RETROCESSOS

Coordenadores: Fabricia Teles (UESPI)
Felipe Ribeiro (UESPI)

ALFABETIZAÇÃO EM DEBATE: A POLÍTICA DO GOVERNO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO Maria Aurineide dos Santos Leal	281
MULTILETRAMENTOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO(A) PROFESSOR(A): DISCUSSÕES PRELIMINARES Ana Vitória Damasceno Amorim Fabrícia Pereira Teles.....	292
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA Isadora Ribeiro Ibiapina Joseanne Zingleara Soares Marinho.....	305
OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ESCRITA DA L2 DE SURDOS Djanes Lemos Ferreira Gabriel	

Elizandra Dias Brandão	323
------------------------------	-----

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

TEMAS LIVRES SOBRE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMO

Coordenadores: Fernando Bagiotto Botton (UESPI)

Ruan Nunes (UESPI)

Roberta Liana Damasceno Costa (UERJ)

Lara Ferreira Silva Dias (UESPI)

ALÉM DAS PÁGINAS DA REVISTA: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES EM QUERIDA E AS MEMÓRIAS DE SUAS LEITORAS IRATIENSES

Cibeli Grochoski	339
------------------------	-----

DE MÃOS DADAS COM A VIDA: AS PRÁTICAS MÉDICAS NO COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL NO PIAUÍ DE 1930 À 1950

Elane Beatriz de Sousa Góis

Joseanne Zingleara Soares Marinho.....	356
--	-----

DESQUITE: A RANHURA NA INSTITUIÇÃO CASAMENTO QUE REVELA ABANDONOS E VIOLÊNCIAS

Erasmoo Carlos Amorim Moraes

Ana Beatriz Araújo de Freitas.....	375
------------------------------------	-----

IMPASSES NA EFETIVAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Andressa de Lima Pinheiro

David Marconi Polônio	388
-----------------------------	-----

MATERNIDADE E ABORTO: ANÁLISES DE UM INQUÉRITO

Dhyandra Montani Schactai

Nádia Maria Guariza	402
---------------------------	-----

O MOSAICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

Miguel Vinicius da Silva Moura

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Pedro Pio Fontineles Filho	416
----------------------------------	-----

O PROTAGONISMO FEMININO NA NARRATIVA FÍLMICA *STAR WARS*: UM ESTUDO DA PERSONAGEM REY

Allana Cristina Sales Meneses.....	433
------------------------------------	-----

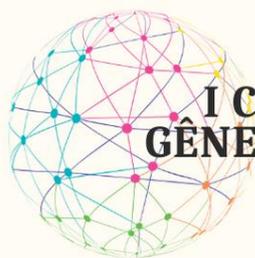
PERSPECTIVAS DA ESCRITA FEMININA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA: ESTUDOS EM GEOGRAFIA E GÊNERO

Leyany Andressa Pereira de Matos

Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Jorge Martins Filho	450
---------------------------	-----

POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879) Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves Nara Viviany Moura de Oliveira	466
SOBRE O ESTEREÓTIPO DO SER FEMININO NO UNIVERSO DISNEY: BRANCA DE NEVE, JASMINE E MERIDA, TRÊS GERAÇÕES DE PRINCESAS Lays Christine Santos de Andrade Renata Cristina da Cunha.....	477
UMA ANÁLISE INTERTEXTUAL NA OBRA “MEMÓRIA DE MINHAS PUTAS TRISTE” DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ Elizandra Dias Brandão Djanes Lemos Ferreira Gabriel	495



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



APRESENTAÇÃO

O **I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: Abordagens Contemporâneas** foi um evento acadêmico promovido pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI, que ocorreu de forma remota durante o período de 07 a 10 de dezembro de 2020. Foi organizado pelo Grupo de Pesquisa em História, Cultura e Gênero - GRUPEHCGE da UESPI (CNPq), Mestrado Profissional de História (ProfHistória UFRJ/UESPI), Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Ética e Política - UESPI/Parnaíba, Colegiado de História do *Campus* Alexandre Alves de Parnaíba e Colegiado de História do *Campus* Poeta Torquato Neto de Teresina, Colegiado de Filosofia, bem como pelo Colegiado de Letras Inglês e Colegiado de Ciências Sociais do *Campus* de Parnaíba.

Durante o evento discutiu-se o gênero de maneira teórica e empírica em suas múltiplas manifestações e impactos, tanto na academia quanto na sociedade. Nesse sentido, suscitou temáticas como saúde, família, educação, corporalidade, violência, historiografia, epistemologia, literatura e direitos fundamentais de maneira transversal em suas dimensões históricas, filosóficas, sociológicas e literárias. Por seu caráter genealogicamente interdisciplinar, foram aproximadas as discussões da História com as mais variadas áreas de estudos, repercutindo em uma abordagem científica que possibilitou que pesquisadores latino-americanos trocassem experiências de pesquisa.

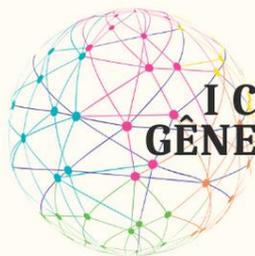
O **I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: Abordagens Contemporâneas** também integrou os âmbitos regionais aos nacionais e internacionais ao fomentar o encontro de interesses e demandas de pesquisas suscitadas por pesquisadores e estudantes das diversas instituições da região (Faculdade Internacional do Delta, Uninassau, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Instituto Federal do Piauí, Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Universidade Estadual do Maranhão, bem como os demais *campi* da UESPI) com pesquisadores de instituições já consolidadas nessa temática tais como: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidad Autónoma de México, Universidad Nacional de San Juan, Universidad Nacional de La Plata, Universidad



Internacional Iberoamericana de Puerto Rico, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Paraná, dentre outras.

O **I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: Abordagens Contemporâneas** teve como resultados o caráter integrador das pesquisas latino-americanas, mas também o aprofundamento de suas perspectivas de análise em rede, permitindo a constituição de um grupo internacional integrado de pesquisadores que compartilharam suas publicações e investigações de maneira contínua, uma vez que o evento pressupõe futuras edições, fortalecendo o debate e ampliando as perspectivas analíticas. Os participantes do evento também tiveram a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos de maneira transdisciplinar, podendo dialogar simultaneamente com pesquisadores de outras áreas, bem como também de outras instituições nacionais e internacionais. Nesse sentido, a criação de uma rede interdisciplinar poderá possibilitar que futuras parcerias de pesquisa e interação acadêmica possam se estabelecer de maneira mais efetiva. Tendo em vista apresentação de STs, Mesas Redondas e Minicursos, bem como a publicação de anais, tanto os professores/pesquisadores poderão se beneficiar com a publicação e publicização de seus resultados de pesquisa, quanto também os alunos poderão se beneficiar com a troca de saberes com pesquisadores mais experientes.

Por fim, em um período em que o gênero é uma temática tomada por paixões e polarizações políticas, o **I Congresso Internacional de Gênero, Práticas e Epistemologias: Abordagens Contemporâneas** intentou realizar uma discussão acadêmica com capacidade de compreender o conceito de gênero enquanto uma ferramenta teórica e de utilidade social para as mais diversas áreas do conhecimento, proporcionando a possibilidade da dinamização de vivências mais cidadãs, respeitando os direitos humanos e construindo uma sociedade pautada por respeito às diversidades. Desta forma, a pretensão foi também de esclarecer e dirimir os preconceitos políticos dos mais variados espectros que impregnaram o conceito de uma carga não científica e muitas vezes marcada pelo discurso extremado ou inflamado de panfletarismos, sem perceber que há uma grande literatura especializada que desde a década de 1970 vem ampliando suas abordagens e permitindo que o conceito seja discutido com rigor e precisão



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



acadêmicos nos mais diversos âmbitos da pesquisa científica, não apenas das Ciências Humanas, mas também pelas demais áreas como Saúde, Biológicas, Sociais Aplicadas e até mesmo Exatas.

Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton (História)
Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho (História)
Prof. Dr. Ruan Nunes (Letras Inglês)
Prof. Dr. Jonas Henrique de Oliveira (Ciências Sociais)
Prof.^a Dr.^a Solange Aparecida de Campos Costa (Filosofia)
ORGANIZADORES DO EVENTO

PROGRAMAÇÃO

DIA 1

(07/12/2020)

Conferência de Abertura - EpistemosofiAndo: cruzamentos entre feminismo, teologia e filosofia na vida e obra de Ivone Gebara

NIVIA IVETTE NÚÑEZ DE LA PAZ - Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI -Puerto Rico)

DIA 2

(08/12/2020)

Mesa: Gênero, Maternidade e Saúde

Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)

Livia Suelen Sousa Moraes (UFPI)

Francisco Soares Cardoso Neto (UFPI)

Minicursos

Mesa: Gênero, Masculinidade e Violência

Angela Maria Macedo de Oliveira (UESPI)

Daniela Romey (UFSM)

DIA 3

(09/12/2020)

Simpósios Temáticos

Mesa: La animalidad en disputa: claves para un feminismo crítico [em espanhol]

Anahí Gabriela Gonzalez (Conicet – Universidad Nacional De San Juan - Argentina)

Micaela Anzoátegui (Universidad Nacional De La Plata - Argentina)

Mesa: Gênero, Corpo e Literatura

Sara Regina de Oliveira Lima (UESPI)

Tatiana Pequeno (UFF)

DIA 4

(10/12/2020)

Simpósios Temáticos

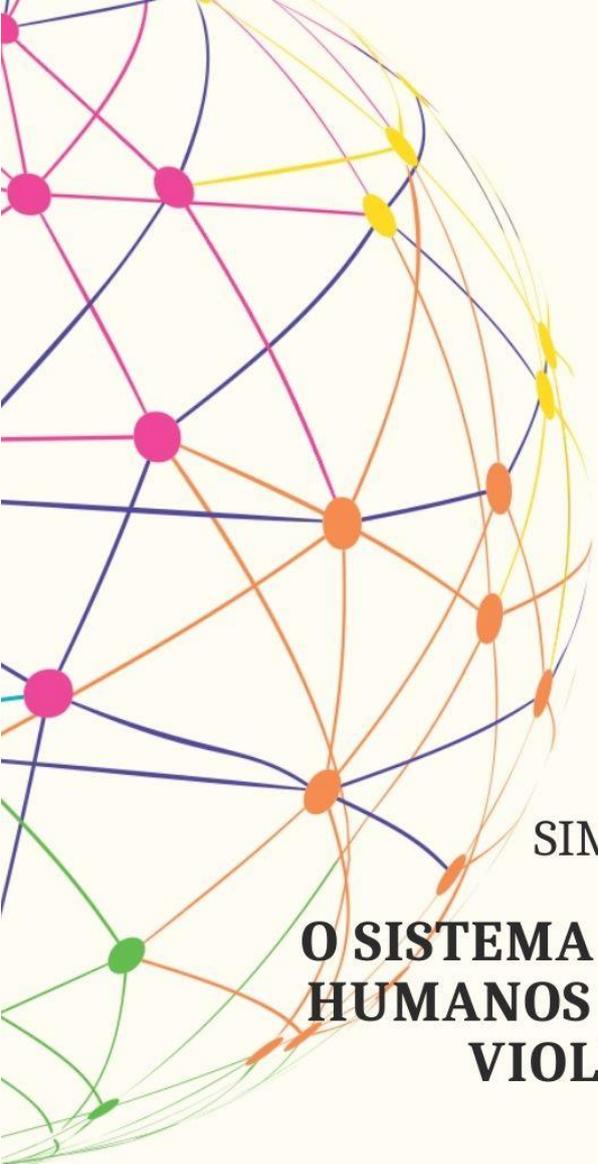
Mesa: Gênero Epistemologia e Filosofia

Viviane Bagiotto Botton (Unam-México/UFRJ)

Edna Maria Magalhaes do Nascimento (UFPI)

Mesa de encerramento: Mulheres conservadoras

Ana Paula Vosne Martins (UFPR)



SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

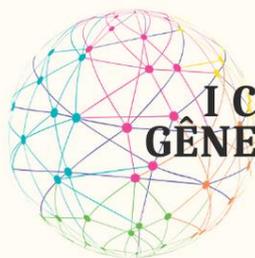
**O SISTEMA DE JUSTIÇA, OS DIREITOS
HUMANOS E O ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Coordenadora:

Ângela Maria Macedo de Oliveira (UESPI)

I Congresso Internacional de Gênero, Prática e Epistemologias

07 a 10 de dezembro de 2020



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



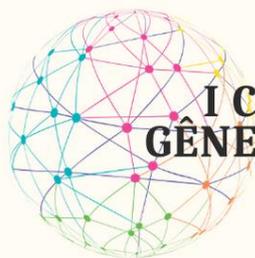
A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DA PRIMEIRA DELEGACIA DA MULHER NA CIDADE DE TERESINA 1989-1996¹

Adriana Lima dos Santos

Universidade Estadual do Piauí, História, 8º período, adrianalimabaima844@gmail.com

Resumo: Esse artigo tem como objetivo discutir os principais aspectos relacionados a violência contra as mulheres através da perspectiva do movimento feminista. Nesse sentido, é necessário entender que as temáticas em torno da violência contra as mulheres passaram a ser debatidas no âmbito social público em suas recorrências, e sobretudo aquecidas com as mobilizações impulsionadas através do movimento feminista de segunda onda em meados da década de 80 no Brasil, período onde se concretizou os questionamentos em relação a liberdade e autonomia das mulheres para além do ambiente doméstico, e que pós mobilizações feministas e dentre outros fatores, proporcionou viabilizações de políticas públicas e enfrentamento à violência, inclusive o suporte na instauração das primeiras delegacias especializadas para as mulheres. Essa pesquisa está sendo construída através de resultados bibliográficos de seguintes autores, a saber, Bourdieu (2001), Guimarães (2015), Pedroza (2015), Perrot (2007), Pinto (2010), Pimenta (2010), Teles (1993), Saffioti (2002), Zimmerman (2012) dentre outros, que fornecem dados e informações, bem como análises em relação a violência contra a mulher em um contexto nacional, e que também contribui para as pesquisas no âmbito regional, trazendo assim os questionamentos necessários para o entendimento de como as violências passam a adentrar nos lares, especificamente estruturada através de um sistema patriarcal consolidado na sociedade, e como mesmo através de legislações e punições relativas à essas violências simbólicas, independentemente de quais sejam, ainda persistem e perpassam essas estruturas. Embora a pesquisa esteja pautada na análise dos boletins de ocorrências, a mesma ainda se encontra em andamento e em fase de construção no que se diz respeito a coleta das fontes (autos policiais/boletins de ocorrências), porém diante do exposto parcial, a violência contra as mulheres na cidade de Teresina se tornou notória, e com a instalação da primeira delegacia especializada nesses determinados delitos em meados de 1988/1989, a mulher passou a ser acompanhada de maneira mais incisiva e assistidas mesmo que de forma preambular, dando um passo crucial para o combate e enfrentamento dos demais casos na determinada cidade e

¹ Devido ao cenário pandêmico, onde determinados lugares e espaços públicos foram restringidos para conter o avanço e a disseminação do novo coronavírus e seguindo as recomendações feitas de acordo com OMS, não foi possível se deslocar a delegacia e conseqüentemente realizar a coleta das fontes (autos policiais/boletins de ocorrências) conforme a temática da pesquisa expõe. Dado o exposto, de uma pesquisa em fase de construção, ainda sim foi possível realizar nesse I Congresso Internacional de Gênero, Políticas e Epistemologias: Abordagens Contemporâneas; a discussão acerca dos dados iniciais colhidos sobre a pesquisa, interação sobre diálogos ocorridos com a delegada responsável pela primeira delegacia da mulher na cidade de Teresina desde a sua fundação (1988/1989), além dos debates em torno do movimento feminista e suas pautas importantes que contribuíram para o combate da violência contra as mulheres no período delimitado, assim como, a abordagem se estende para um debate em torno de políticas públicas voltadas as mulheres em situação de violência.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



garantindo os direitos já conquistados pelas mulheres ao longo do tempo. Ademais, tais iniciativas colaboram também com a identidade das mesmas, tornando-as mais resistentes e abdicando de condições submissas impostas ao papel do ser mulher no decorrer de suas trajetórias.

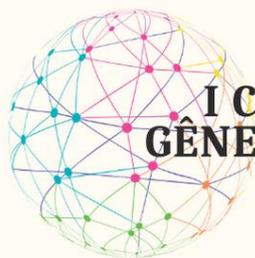
Palavras-Chave: Violência contra a Mulher. Movimento Feminista. Delegacia da Mulher. Políticas Públicas.

Introdução

As pesquisas relacionadas a violência contra as mulheres no Brasil têm ganhado espaço principalmente devido a abordagens historiográficas que contribuíram para o surgimento de novos temas em torno da História. No caso da história da violência contra as mulheres, o referido aspecto foi enriquecido ainda pela participação de movimentos sociais defensores de questões feministas, a saber, liberdade para a mulheres em relação ao mercado de trabalho e nos relacionamentos conjugais, especificamente na crítica e punições rígidas para as violências físicas e psicológicas cometidas contra as mulheres.

Nesse sentido, Tania Zimmerman (2012) afirma que os atos de violência contra as mulheres revelavam que brutalizar, violentar e/ou matar eram ações praticadas por companheiros ou ex-companheiros, pais, policiais e outros homens. Vários estudos na década de 1980, como o de Mariza Correa, Rachel Soihet e Maria Amélia Azevedo, acentuam as denúncias da violência contra a mulher. Desse modo, pode ser percebido que a violência física contra a mulher era praticada por pessoas próximas, geralmente homens que mantinham relações conjugais e provavelmente motivadas por ciúmes fundamentado numa sociedade ainda relativamente patriarcal.

A violência contra a mulher, entretanto, constitui-se acima de tudo uma violação dos Direitos Humanos, (direito a vida, saúde, integridade física) sobretudo atingindo-as de maneira violenta não só os seus corpos, mas sua saúde mental e psicológica, seu direito de ir e vir, suas liberdades e individualidades. A mulher é atingida conseqüentemente por uma violência diferenciada em relação aos homens, onde enquanto os mesmos sofrem com essas questões predominantemente em espaços públicos, a mulher passar a ser encarcerada cotidianamente por



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



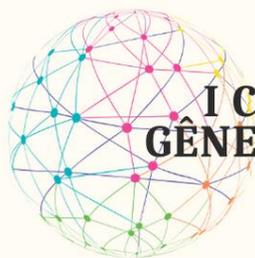
essa mazela no recôndito do seu lar, e tais atos são praticados por vezes em sua maioria por seus companheiros, ex-companheiros e/ou familiares.

Embora a violência física contra a mulher ter recebido uma considerável importância de pesquisas e dos meios de comunicação é necessário destacar ainda mais que as mulheres são submetidas diariamente a várias outras formas específicas de violência mais relacionada a simbólica, onde de acordo com Bourdieu (2001) é aquela ligada as estruturas de pensamento, aquela violência “suave” naturalizada, muitas vezes inquestionável além das psicológicas, mas tão significativas de serem percebidas quanto as demais, humilhações, desrespeito e assédio no ambiente de trabalho, ou nos espaços públicos, piadas tidas com inofensivas por muitos e que causam incômodo ao mundo feminino, contribuindo para a permanência de uma cultura machista e patriarcalista, que veem as mulheres sempre como submissas.

No entanto, Perrot (2007) enfatiza que ao longo da história sempre houve mulheres que não se conformaram com sua condição de submissão e lutaram por liberdade e direitos, que sempre foram de exclusividade masculina. Além de tantas lutas conquistadas nos movimentos feministas, uma das frentes de lutas do feminismo no Brasil tem sido também a denúncia de desvalorização da mulher, manifesta nas mais variadas expressões de nossa cultura. Casos de violência psicológica, física, sexual, patrimonial, moral, advindos da violência doméstica, são frequentes, e na maioria das vezes, ocasionados pelo próprio parceiro/cônjuge.

Assim, a violência contra as mulheres tem sido um dos problemas mais sérios enfrentados pela sociedade brasileira presente nas discussões em relação ao estudo sobre as mulheres no Brasil. Apesar de ser compreendido que tal violência não é um fenômeno apenas contemporâneo, o que se percebe é que a visibilidade política e social desta questão tem uma natureza recente, visto que apenas nos últimos 50 anos é que tem se destacado a gravidade e seriedade das situações de violências sofridas pelas mulheres em suas relações de afeto. (GUIMARÃES, 2015; PEDROZA, 2015)

Resultados e discussões



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



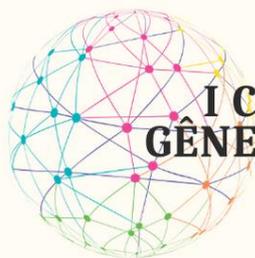
Com o passar do tempo, através das transformações vivenciadas pela própria história, de uma natureza factual e política apenas, por uma história mais preocupada com o social e o cultural, possibilitou uma maior valorização de personagens tidos como não muito relevantes para a história. Assim, a História das Mulheres aliada a luta de movimentos sociais, passou a ser valorizada e de maneira gradativa teve espaço de inserção na história tanto geral quanto no Brasil, mas esse foi um processo lento e que ainda está ocorrendo, percebido, sobretudo, nos livros didáticos de história, e no crescimento das diferentes pesquisas sobre os temas relacionados à condição feminina.

De acordo com Guimarães e Pedroza (2015) os diversos estudos têm demonstrado o quanto, de fato, os valores culturais machistas e patriarcais (ainda) estruturantes em nossa sociedade estão associados à grave recorrência das violências cometidas contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direitos (ainda) enfrentados por elas em nossa sociedade. Esses aspectos históricos, sociais e culturais moldados na opressão e na subalternidade da mulher evidenciou a supremacia masculina, hierarquizou essas relações de poderes e acima de tudo, definiu as desigualdades existentes.

Diante disso, o movimento feminista e suas contribuições aparecem como um fator a mais no âmbito da resistência às formas de violência contra as mulheres, em todos os aspectos da sociedade. Um movimento que antes atuaram sobre diferentes questionamentos, o sufrágio feminino, participação das mulheres no mercado de trabalho, direitos iguais em relação aos homens, direito a uma educação formal, a partir da década de 1980, assumiram, no Brasil, especificamente a violência contra a mulher.

O feminismo no Brasil também criticava as diferentes formas de submissão vivenciadas pelas mulheres, as relações de poder entre mulheres e homens na qual as mesmas estavam submetidas em diferentes espaços sociais a hierarquias rígidas e por vezes orientadas pelo desrespeito de sua condição, as desigualdades existentes e a carga desses estereótipos, contribuiu para legitimar a violência contra a mulher.

No entanto, foi a partir da década de 80, com a redemocratização do Brasil, que as lutas pelos direitos das mulheres tornam-se mais efetivas e aguçadas. Segundo Pinto (2010) as pautas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



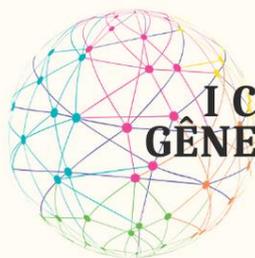
começam a se estender por meio de várias outras temáticas importantes no que se diz respeito a violência, a sexualidade, direitos inerentes a terras, trabalho, condições maternais, racismo. Os debates em torno da violência contra mulher abrangeram o movimento feminista que esteve atuante em denunciar tais ações em busca de uma legitimação para um combate e enfrentamento a violência desenfreada que estava ocorrendo sobre tudo em algumas camadas sociais.

Nesse período ocorreu a participação de amplos setores para contribuir com os feitos que seriam aprimorados nos anos seguintes, não somente houve um contato com as classes mais pobres e dentro das favelas em busca de condições necessárias e básicas para a população, bem como um engajamento por parte da classe média de um movimento feminista brasileiro mais culto e intelectualizado havendo uma consonância face os debates em ambas as partes.

Com o empenho dessas feministas e contribuidoras para alcançar as conquistas por meio de atribuir visibilidade da mulher, bem como uma assistência maior e proteção a mulher brasileira na época, foram implementadas algumas políticas de grande importância conforme cita:

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante (PINTO, 2010, p.17).

É nesse seguimento que tais questões em torno da violência e com cobranças para a implementação de políticas públicas, que essas temáticas foram incisivas nos debates feministas oitocentista na sociedade. É nesse período que o movimento, ao conseguir a participação das camadas populares, teve que adaptar tanto sua estrutura quanto seu discurso para compreender de forma mais ampla os anseios das mulheres das classes populares. Tal iniciativa foi possível com a união do movimento feminista com outros movimentos sociais, inclusive mais relacionados a Igreja Católica.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

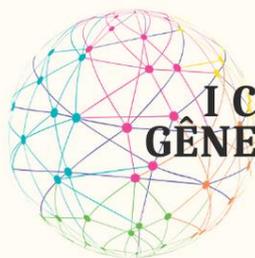


De fato, a década de 1980 foi de certa forma a porta de entrada ou um divisor de águas para a alavancar as discussões em relação ao combate à violência contra a mulher no Brasil e dentre outras questões prioritárias as mulheres nesse sentido, e que foi marcada por acontecimentos relevantes e projetos pertinentes e de grande importância, gerando um marco inicial as mobilizações acerca da temática de violência e demais demandas como um reflexo das ocorrências desses casos na conjuntura em questão, e com o apoio do movimento feminista, voltadas para a responsabilidade social da cidadania feminina e efetivação de políticas públicas para as mulheres num contexto Estatal.

É nesse sentido que nos anos seguintes que se sucederam na década de 80, foram realizados encontros, conferências, e grandes conselhos, na qual é de suma importância citar e apresentar os principais destes que contribuíram significativamente com as grandes pautas de combate e enfrentamento a violência contra as mulheres, onde desde o II Congresso da Mulher Paulista ocorrido em meados de 1980, promovido pelo movimento feminista no Brasil através do Encontro de Valinhos, onde teve como objetivo a criação de espaços de atuação e proteção as mulheres contra diferentes formas de violência colocando em pauta a violência contra mulher dando ênfase ao atendimento as mulheres vítimas de violência, bem como assistência psicológica, e acesso aos advogados. (TELES, 1993) Bem como outros programas e políticas públicas desenvolvidas e voltadas as mulheres em situações de vulnerabilidade da violência.

Assim podemos destacar: Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo e o Conselho dos Direitos da Mulher em Minas Gerais em 1982, estabelecendo uma relação de aliança com o Estado, o que teve uma grande importância para a trajetória do movimento de mulheres nessa conjuntura. O *Seminário Mulher e Política* organizados pelas feministas em 1984, onde foram articulados os primeiros debates em torno da criação de um órgão nacional de defesa da mulher, onde apenas através da sociedade isso não seria possível sendo necessário o apoio do Estado para esses fins. (PIMENTA, 2010)

Em 1985 foi criado no Brasil a Lei Nº. 7.353 o *Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)*, conselho esse responsável em promover políticas públicas no intuito de assegurar e eliminar a discriminação da mulher, assim como assegurar sua liberdade e igualdade de direitos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

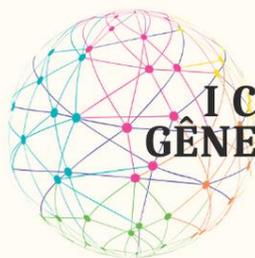


e estruturando-as a se fazer parte das atividades políticas, econômicas e culturais do país e com isso, concretizando mais uma vitória do movimento feminista em suas incessantes lutas em prol da mulher. (PIMENTA, 2010).

Outro marco decorrente das transformações que estavam ocorrendo no país redemocratizado, foi referente a importante instauração das delegacias especializadas para a mulher. Em resposta às reivindicações promovidas também através do movimento feminista, elaborou-se a *Lei 5.467 de 24/12/1986*, que dispõe sobre a criação das *Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher* no sentido de assegurar a proteger especificamente as mulheres, tem como objetivo a investigação e apuração de delitos praticados contra a mulher, além de fornecer demais auxílios e orientação necessária para encaminhamento aos órgãos competentes. As DDMs ou DPDM, fora primeiramente instalada no Estado de São Paulo, e com isso, sendo precursor e que serviu de modelo para demais países posteriormente, conforme pontua Muzkat (2002).

O intuito era que as Delegacias de Defesa da Mulher fossem apenas uma medida isolada e não uma política pública de combate à violência doméstica, como menciona Saffioti (2002). No entanto, de acordo com Debert (2002) foram criadas várias outras delegacias nesses mesmos aspectos. Com essa iniciativa, o Brasil já conta atualmente com mais de 300 delegacias institucionalizada a debater crimes de violência contra a mulher espalhadas por todo o país no decorrer desses anos, inclusive em meados de 1988/1989 a primeira delegacia do estado do Piauí na cidade de Teresina, foi instaurada.

De fato, o ano de 1988 foi muito importante e um marco histórico também no que se diz a respeito da estruturação de direitos para as mulheres. Com a formulação da Constituição Federal de 1988 no qual está determinado logo em seu (art. 5º, I) os princípios de igualdade entre homens e mulheres em todos as esferas abrangentes, a mesma também dispõe de um respaldo lícito na questão da violência contra a mulher. Em seu art. 226, inciso 8º é estabelecido o compromisso de o Estado dar suporte as questões de violência contra as mulheres de caráter especializado, conforme menciona Laffin e Vígano (2019).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

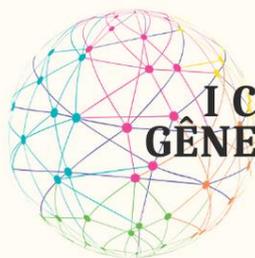


Toda via, essas importantes conquistas das lutas feministas no cenário brasileiro em conjunto com o Estado, promoveram os direitos das mulheres no enfrentamento a violência apesar de suas adversidades. Além das ações afirmativas citadas, foram se implementando cada vez mais políticas públicas para que dessem conta das solicitações em torno das situações. De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, entre os anos de 1985 a 2002, a principal base da política de enfrentamento a violência contra as mulheres, foi a criação da *Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher (DEAMs)* e de *Casa-Abrigo* dando ênfase tanto na segurança pública quanto na assistência social.

De acordo com Laffin e Viganò (2019), nos últimos anos da década de 1980, um importante movimento singularizou dentro do movimento feminista, o denominado *Lobby do Batom* fortaleceu para que nos anos 1990 dessem inclusão a categoria analítica de gênero, e para além disso, que houvesse um crescimento nos debates em torno da cidadania das mulheres no que condiz ao ingresso à direitos e a justiça. Com várias ações surgindo em todo mundo, se fez necessário e fundamental a assistência da Organização das Nações Unidas (ONU) como um dispositivo importante para instituir direitos indispensáveis para as mulheres, assim como colaborar com as declarações e pactos destinados especificamente às mulheres.

É nesse sentido que começam a eclodir uns dos principais pactos que está relacionado diretamente para as mulheres e no qual o Brasil é signatário, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW, ONU-1979), ganhou destaque, referência e importância a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ou Convenção de Belém do Pará de 1994 – Organização dos Estados Americanos – OEA.

A Convenção de Belém do Pará realizada em 1994 foi um evento em que estabelecia discussões em torno do combate à violência contra a mulher, reconhecendo que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades e preocupados por que a violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



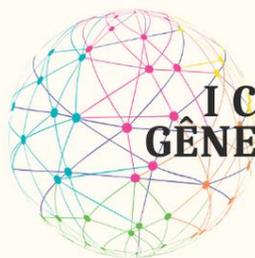
Desse modo, a referida convenção esteve orientada por princípios reconhecidos pelos direitos humanos e liberdade por setores da sociedade, especialmente relacionados aos movimentos sociais femininos preocupados devido a violência sofridas pelas mulheres afetarem a condição da mulher, como ser humano e que também precisa de respeito no momento de exercer suas atividades cotidianas.

A Convenção de Belém do Pará faz parte de movimentos em relação a discussão do combate e conscientização da importância de eliminar as diferentes formas de violência enfrentadas pelas mulheres ao longo de sua história, incluído a invisibilidade no decorrer da trajetória histórica da humanidade tanto brasileira quanto mundial. Logo, de acordo com a Convenção de Belém em seu artigo II apresenta certas considerações da violência física, social e psicológica cometidas contra as mulheres respectivamente:

- a. Ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local;
- e c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Os seguintes incisos acima trazem informações sobre os conceitos dos três tipos de violência contra mulheres: a sexual, tida como relativamente comum na sociedade brasileira, uma violência que é marcada principalmente pelos estupros e assédio sexual, a violência física também comum por se tratar de agressões e lesões corporais que trazem como consequências a terceira forma de violência contra a mulher, aquela de natureza psicológica que ocasionarem a perda da autoestima e humilhações no decorrer do relacionamento, o que prejudica a realização de suas atividades e a manutenção do status social que defende a submissão das mulheres frente ao patriarcalismo e machismo ainda reinante.

Compreendendo que a violência contra mulher se encontra em um contexto amplo, e apreende diversos tipos de violências, para além das citadas e especificadas de acordo com a



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Convenção de Belém do Pará, sendo estas estipuladas relativamente conforme as demandas circunstanciadas na conjuntura em que foi perpetrada, entende-se que ao fazer uma contextualização dessas violências em seus conceitos pode-se evidenciar as demais caracterizações referentes a violência doméstica.

Nesse sentido, posteriormente, anos seguintes pós Convenção de Belém do Pará, no ano de 2006 foi realizada a formulação da *Lei 11.340/06 ou Lei Maria da Penha* como é mais renomada, que as definições e tipificações jurídicas das violências foram determinadas, no que se diz a respeito a coibir e punir especificamente a violência doméstica e familiar contra as mulheres, e a sua estrutura provém de três principais mecanismos de intervenção: criminal, proteção dos direitos e da integridade física da mulher, e da prevenção e educação tornando assim não apenas uma lei atuante apenas nas delimitações jurídicas e sim como uma integração da concepção de políticas públicas de gênero além de outras esferas conciliadoras. (GUIMARÃES, 2015; PEDROZA, 2015).

Conforme o que foi colocado em relação a violência doméstica e suas especificações, é entendido que esse tipo de violência atinge a mulher em todos os âmbitos de sua vida, nas relações sociais, econômicas, no próprio trabalho. De acordo com Fonseca (2012), Ribeiro (2012) e Leal (2012) os dados referentes a esse tipo de violência atingem de 25% a 50% das mulheres da América Latina. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 onde demonstram de acordo com as estatísticas que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de 2 milhões de mulheres são espancadas por seus maridos, ou namorados sejam eles antigos ou atuais.

Com os números de casos exorbitantes em relação a violência contra as mulheres conforme demonstram as mais variadas pesquisas, evidenciam e apontam a gravidade do assunto e portando até então é considerado um caso de saúde pública decretado pela ONU, por se tratar de um problema que também afeta diretamente a saúde da mulher, além de demonstrar que as pessoas que vivem sob situação de violência tende à violência, para além de outros problemas psicológicos e mentais que afetam diretamente a condição da mulher que são submetidas a essas condições.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

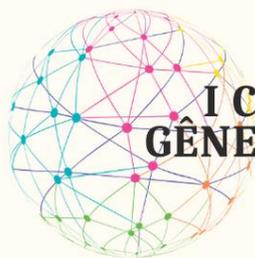
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Devido as mobilizações do movimento de mulheres e feministas, a participação do Estado, além das repercussões de casos na mídia que impactaram a sociedade em um âmbito geral, fizeram como que a *Lei Maria da Penha* fosse um dispositivo criado e sancionado para coibir a violência contra as mulheres em seus variados aspectos. As demais legislações e Redes de Atendimentos ajustaram-se com as demandas, articulando e proporcionando assistência as mulheres em situação de violência de uma forma qualificada, atingindo os níveis públicos e privados.

De acordo com essas políticas públicas e serviços voltados para as mulheres que sofrem violências, é importante elencar como está caracterizada essa rede de apoio à essas mulheres conforme aponta a Política Nacional (2011) em uma esfera governamental. O Núcleos de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica dentre outros, compõe os devidos suportes nessas condições.

O combate à violência contra as mulheres no Brasil não foi desenvolvido por um único setor da sociedade, nem mesmo somente por meio do movimento feminista, mas através de uma parceria entre diferentes movimentos sociais e ações governamentais e tendo a população como uma das principais responsáveis para que tais medidas fossem colocadas em prática a partir de políticas públicas. Porém, vale ressaltar que as leis sozinhas não podem mudar uma sociedade já que estas são resultados da conscientização de um determinado povo na luta por seus direitos e combate aos diferentes tipos de violência que sofrem quase que diariamente, destaque para a educação, como principal mecanismo de promoção do respeito as mulheres e aos seus direitos de viver sem correr riscos relacionados a todo ou qualquer tipo de violências.

Conclusão



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

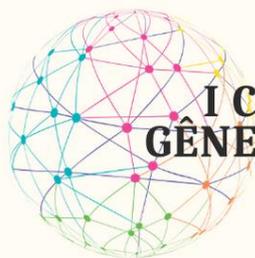


Diante do exposto até aqui, vale ressaltar que por se tratar de uma pesquisa voltada para a análise dos boletins de ocorrências da primeira delegacia da mulher na cidade de Teresina com o recorte temporal de (1989-1996) conforme este trabalho está intitulado, ficou inviável dispor nesse momento das fontes policiais devido ao cenário pandêmico, no qual as pesquisas ficaram suspensas e impossibilitadas de serem concluídas. No entanto, este trabalho também foi aprofundado junto a essa temática em torno da violência contra as mulheres, contribuições bibliográficas, dando atenção também aos movimentos sociais exclusivamente o movimento feminista de segunda onda estabelecido no Brasil nos anos 80 e que foi de suma importância para o combate à violência que assolava a sociedade nessa conjuntura. Tal como, com as grandes buscas e conquistas de políticas públicas que contemplaram direitos e proteção às mulheres em situação de violência.

Foram realizadas idas a delegacia da mulher, delegacia esta que é o objetivo de pesquisa, para colher as informações e dados parciais sobre esse trabalho, antes da pandemia. Recebida pela delegada responsável e que é a primeira delegada ainda na época da instalação da delegacia da mulher em meados de 1988/1989, a mesma relata sobre as burocracias do sistema para a instauração de uma delegacia especializada para a mulher na época, menciona os desafios e impasses, bem como as ocorrências iniciais dessa “nova” forma de trabalho de atendimento à mulher vítima de violência.

A instauração de uma delegacia especializada para as mulheres na cidade de Teresina foi resultado de aclamações sociais, principalmente pela contribuição de movimentos feministas, que cobravam das autoridades medidas e ações mais incisivas para o combate da violência contra as mulheres que estava crescente nesse período na cidade, conta a delegada. Relembra a mesma que ser mulher no comando de uma delegacia diante de uma estrutura chefiada praticamente por homens apenas, foi desafiador, pois é um cenário onde a estrutura patriarcal e machista sobrepõe as demais estruturas e se posicionar diante dessas formas de poder é fundamental para o papel do ser mulher diante da instituição e da sociedade.

REFERÊNCIAS



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

DEBERT, G. G. et al. **Gênero e distribuição da Justiça**: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças. Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (col. Encontros), 2002.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência Doméstica Contra a Mulher: Realidades e Representações Sociais. *Psicologia & Sociedade*. v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.
PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007;

GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. *Revista: Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266, 2015.

MUZKAT, Malvina. **Violência e intervenção**. In: M. Corrêa (org.), *Gênero e cidadania*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (col. Encontros).

PIMENTA Fabricia Faleiros. **Políticas Feministas e os Feminismos na Política**: o conselho nacional dos direitos da mulher (1985-2005). Volume I, Brasília, DF, 2010.

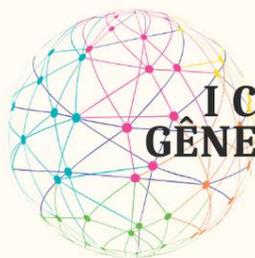
PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

SAFFIOTI, H. I. B.(2002), “**Violência doméstica**: questão de polícia e da sociedade”, In M. Corrêa (org.), *Gênero e cidadania*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (col. Encontros).

SILVA, Teresa Cristina, MATA, Luana da, SILVA, V.N. **Movimento Feminista e Violência contra Mulher**: conjunturas históricas e sociais. Artigo apresentado no IV CONEDU, 2017;

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Editora: brasiliense, 1993.

VIGANO, Samira de M. Maia, LAFFIN, Maria Herminia L.F. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero**. *História* (São Paulo) v.38, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/gkNOMCS> . Acesso em: 16/12/2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MAPEANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO SERTÃO PIAUIENSE: OS PERFIS DAS VÍTIMAS NOS REGISTROS DAS QUEIXAS (ANO 2007)

Ângela Maria M de Oliveira
Universidade Estadual do Piauí

Resumo: A violência contra as mulheres é um problema social mundial e é grave, entretanto, até bem pouco tempo na História do Brasil o assunto era considerado privado, reflexo da desigualdade e do patriarcado que, infelizmente, ainda estrutura algumas famílias brasileiras, hierarquizam papéis sociais entre masculinidades e feminilidades, subalternizando mulheres. Este texto pretende delinear os perfis das vítimas de violência doméstica e familiar, a partir das informações contidas nos boletins de ocorrências registrados na Delegacia de Polícia Civil no município de Oeiras/PI, no ano posterior a aprovação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). No ano de 2007, foram registradas 1.584 queixas, destas 260 ocorrências retrataram violência doméstica e familiar, correspondendo a 16% dos registros policiais, nestes ficaram explícitas o sentimento de posse e poder masculino sobre os corpos femininos. Fizemos uma análise quanti-qualitativa de uma amostra com 145, dos 260 registros, constatamos que os crimes mais denunciados foram lesão corporal e ameaça, o que explicitam relações de poder, violências e humilhações masculinas para com suas companheiras que tentaram findar o relacionamento, ou por cobrarem explicações porque é traída, ou, por não mais aceitarem “as constantes ameaças no casamento” nestes contextos muitas oeirenses foram agredidas. Portanto, as fontes policiais delinearão diferentes perfis femininos, elas pertencem a todas as classes sociais, entretanto, as mais vulneráveis são mulheres pobres, negras, que residem tanto em zona urbana, quanto rural. Mulheres que também precisam ser vistas não apenas como vítimas, mas, sobreviventes, negociadoras e resistentes que ergueram suas vozes e denunciaram as violências sofridas.

Palavras-chave: História; violência doméstica e familiar; perfis das vítimas; Oeiras/PI

Introdução

Em uma perspectiva de longa duração da Colônia a República a violência contra as mulheres, infelizmente, fez e ainda faz parte do cotidiano de muitos casais. Vista como problema de foro íntimo, essa história começou a mudar na segunda metade do século XX, notadamente entre a segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando a violência nos relacionamentos entre casais foi pauta do movimento feminista, que fez diversas campanhas, inicialmente, com os slogans como “o pessoal é político” e “quem ama, não mata”. Esse movimento impulsionou o debate social e a conscientização da sociedade brasileira para



a importância de combater a violência contra as mulheres, denunciar a impunidade dos assassinos de companheiras, ou ex-companheiras.

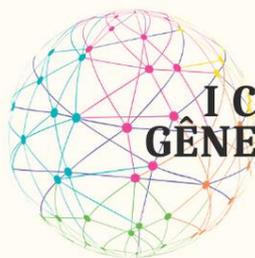
As feministas fizeram denúncias contra a absolvição dos homicidas, cujos advogados de defesa dos réus usavam como argumentos o fato de que matavam “por amor” ou “em defesa da honra”. Foi nesse contexto que a temática violência contra as mulheres tornou-se uma categoria política (BRANDÃO, 1998), historicamente construída para denunciar as violências de gênero contra as mulheres, ganhando visibilidade e legitimidade social. O tema deixou de ser considerado um assunto privado para transformar-se de interesse público e político.

A partir das mobilizações e lutas, e em resposta às pressões feministas, surgiram algumas políticas públicas governamentais para o enfrentamento da violência contra a mulher. Políticas instituídas em meados dos anos 1980, exemplificadas pela criação de Conselhos sobre a Condição Feminina e Delegacias Especializadas em Atendimento as Mulheres – DEAM (MEDEIROS, 2016).

Na década de 1990, países da América Latina reuniram-se para debater sobre mecanismos para evitar as diversas violências contra as mulheres. Em Belém do Pará, em 1994 foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A agressão às mulheres constitui grave violação de Direitos Humanos, fato reconhecido pela Organização das Nações Unidas desde a década de 1990. Entretanto, passadas mais de quatro décadas das mobilizações e conquistas institucionais, a violência contra as mulheres persiste em muitas casas brasileiras e afeta mulheres de todas as classes sociais, cor, idade, escolaridade, religião, orientação sexual, região, dentre outros demarcadores sociais.

O ordenamento jurídico brasileiro, somente no ano de 2006, garantiu uma lei específica para proteger as mulheres que sofreram [sofrem] violência doméstica e familiar, a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, é considerada um marco legislativo e social no enfrentamento contra todas as formas de violência (psicológica, sexual, moral, física e patrimonial) cometida contra mulheres.

O objetivo deste texto é descrever o perfil das vítimas representadas a partir das informações contidas nos boletins de ocorrência registrados na Delegacia de Polícia Civil no



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



município de Oeiras/PI, no ano de 2007. O presente artigo está dividido em duas partes: na primeira, apresentamos os dados estatísticos e o perfil das vítimas; na segunda parte, analisamos algumas expectativas femininas ao recorrerem à Delegacia e alguns aspectos relacionados à suspensão da representação criminal do registro policial.

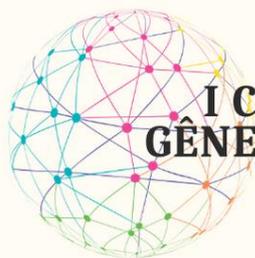
Oeiras foi o primeiro núcleo urbano do Piauí, tornou-se vila em 1717, tem mais de 300 anos de história, foi capital do Estado até 1852, sua colonização está ligada a atividade da pecuária. Geograficamente, está localizado no sertão piauiense, distante 276 quilômetros da capital do Estado. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e publicado em 2010, o Estado do Piauí foi considerado o mais católico do país, 80% dos piauienses declaram-se católicos. Já no município de Oeiras essa porcentagem sobe para 87,9%.

No ano de 2007, segundo dados dos Registros Civis apresentados no Censo de 2010 informaram que ocorreram 358 casamentos no município de Oeiras, apenas 05 separações judiciais, concedidas em 1ª instância, e, 25 divórcios concedidos em 1ª instância. Esses dados estatísticos configuram informações importantes para uma reflexão sobre o peso cultural das instituições família e casamento, e os seus possíveis reflexos para as mulheres que estão em um relacionamento violento, irem a Delegacia registrar as agressões e, posteriormente, renunciaram a representação criminal², em muitos casos, em nome da família e não dos seus direitos individuais.

Uma cartografia da violência na contemporaneidade: os que nos contam os registros sobre os perfis femininos

Em termos demográficos, o município de Oeiras registrou uma população estimada em 35.640 habitantes, destes 18.599 são mulheres e correspondem a 52% da população oeirense. 17.041 são homens e correspondem a 48%. Nesse período, havia um total de 24.305 alfabetizados e 11.335 analfabetos (CENSO, 2010).

² Existem diversos fatores para além dessa tradição religiosa, como por exemplo, o medo, a dependência econômica, afetiva, dentre outros elementos, alguns foram analisados neste texto.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



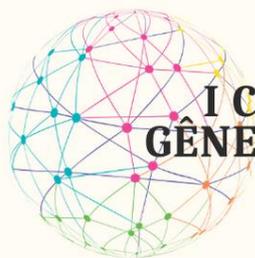
Na década de 1980, a principal política pública instituída para o enfrentamento da violência contra as mulheres foi a instalação de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Entretanto, essa política pública infelizmente ficou restrita a grandes ou médias cidades, embora pequenas cidades demonstrem demandas e necessidades de instalação dessas delegacias.

O município de Oeiras não possui Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres – DEAM. Na cidade, em um único prédio, funciona a Delegacia Regional de Polícia Civil - DRPC, que é responsável pelo registro de ocorrências criminais dos municípios próximos, sua jurisdição cobre 09 municípios, o que corresponde a aproximadamente 100 mil habitantes. Já a Delegacia Local de Polícia Civil - DLPC é responsável pelas ocorrências do município de Oeiras, zona rural e urbana.

Quanto aos dados catalogados, dizem respeito aos registros da Delegacia Local - DL referentes ao ano de 2007, ocorreram 1584 registros de queixas destes, 260 dizem respeito a violência doméstica e familiar, perfazendo 16% das queixas, é o 2º crime que mais ocorreu no ano de 2007. O que evidencia a necessidade de uma DEAM no Município. Nesse período, o registro das ocorrências era feito manualmente em cadernos capa dura, do tipo Livro Atas.

Quanto aos funcionários, a grande maioria dos escrivães são homens (07), existia apenas 01 escrivã do gênero feminino. Por trabalharem em regime de plantões, a escrivã certamente não trabalhava todos os dias, o que demonstra que estatisticamente a grande maioria dos atendimentos realizados, em especial, às mulheres em situações de violência era (e continua sendo) feito por policiais do gênero masculino. Entretanto, o artigo n.º 10 da lei 11.340/2006, no que diz respeito ao atendimento policial, detalha que deve ser feito de forma:

especializada, ininterrupta e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino; não revitimização da depoente, evitando questionamentos sobre a vida privada; a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim; o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito. (LMP, 2006).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Em algumas momentos, durante o levantamento das fontes para a escrita do texto, observamos como era realizado o atendimento à algumas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, presenciamos policiais questionando a vítima moralmente: *ah, mas senhora já está namorando! Devia esperar um pouco para começar um novo relacionamento amoroso.*

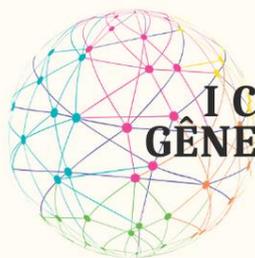
O historiador Marcos Bretas (1997) convida-nos a direcionar um olhar atento para as fontes policiais pois, na construção das narrativas dos relatos de violências dos boletins, perpassam atitudes sociais e morais do escrivão, que considera o que é adequado ou não para os papéis exercidos por homens e mulheres no casamento. Bretas, ao analisar a instituição policial do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, afirmava que em alguns casos de registros de ocorrências “envolvendo casais, a polícia permitia uma larga margem de uso da violência [...] por parte dos homens [...], os policiais mostravam-se simpáticos aos infortúnios de alguns homens” (BRETAS, 1997, p. 190-191)”.

O pesquisador afirma que os policiais estão passíveis a agir impulsionados pelo sentimento de simpatia ou solidariedade masculina “por compartilhar a dor do marido” supostamente “enganado, compreendendo porque ele agiu violentamente - depois de ter procurado evitar um final dramático” (BRETAS, 1997, p. 191)

Considerando que dos 1584 boletins de ocorrências registrados na DL no ano de 2007, 358 queixas referem-se à perda ou extravio de documentos, como este tipo de ocorrência não é um tipo penal, portanto, as estatísticas demonstram que os crimes que mais ocorrem no município foram respectivamente, roubo/furto (277); ameaça (265) e violência doméstica e familiar (260). Lembrando que na maioria dos casos que envolve todos os tipos de violência enquadrados como doméstica e familiar, está inserida a intimidação/ameaça.

Quadro 1: Estatísticas gerais das ocorrências que tiveram maiores registros no ano 2007

<i>Ocorrências</i>	<i>Posição</i>
Perda ou extravio de documentos	-
<i>Furto/roubo/ Tentativa furto/roubo</i>	1º



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



<i>Ameaça</i>	2º
<i>Vias de fato, espancamento e agressão física, lesão corporal (violência doméstica).</i>	3º

Fonte: Boletins de Ocorrência (2007). OLIVEIRA, Angela M. M. **Estatística da violência de gênero no sertão piauiense (2005-2016)**³. Teresina: UESPI, 2020/2021.

Naquele ano, 260 mulheres tiveram a coragem e ergueram suas vozes, procuraram a delegacia do município para denunciar seus agressores, elas pertencem as mais diversas classes sociais. Das 260 queixas registradas, analisamos uma amostra composta por 145 registros, estes nos informaram que 80% das violências contra as mulheres ocorreram no espaço privado, a casa. Abrigo que deveria ser seguro, respeitoso e de afetos. Entretanto, para muitas brasileiras e oeirenses, o espaço privado é um lugar violento, afeta sua saúde física e psíquica, constatação que quebra o mito de lar-doce-lar. (OLIVEIRA, 2020).

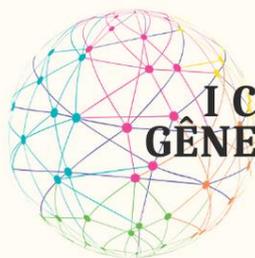
Quanto aos tipos de violência, as fontes destacaram as seguintes ocorrências: ameaça, constrangimento ilegal, perturbação de sossego: (107 boletins de ocorrências); agressões físicas, vias de fato, espancamento e lesão corporal: (95 boletins); Calúnia, Difamação: (43 boletins); Danos, invasão de domicílio, arrombamento: (15 registros).

Quadro 2: Resumo dos principais tipos de violência

<i>Tipos de violência</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Porcentagem</i>
Ameaça, constrangimento ilegal, perturbação de sossego <i>PSICOLÓGICA</i>	107	41%
Agressão física, vias de fato, espancamento, lesão corporal <i>FÍSICA</i>	95	36%
Calúnia, difamação, injúria , ofensa moral, proferindo palavras que a ofendem <i>MORAL</i>	43	17%
Danos, invasão de domicílio, arrombamento <i>PATRIMONIAL</i>	15	6%
Total	260	100%

Fonte: Boletins de Ocorrência (2007). OLIVEIRA, Angela M. M. **Estatística da violência de gênero no Mun. Oeiras/PI (2005-2016)**. Teresina: UESPI, 2020/2021.

³ Levantamento encontra-se em andamento. Banco de dados em construção.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

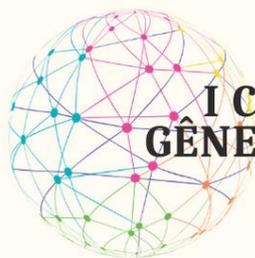
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



As mulheres que procuraram a Delegacia para denunciar as violências sofridas pertencem a diferentes classes sociais, escolaridades e idades. As informações colhidas nos boletins nos informam que as mulheres exercem as mais diversas profissões: são trabalhadoras rurais, dona-de-casa, professoras, empregada ‘doméstica’, funcionária pública, cabelereira, lavadeira, estudante. Os dados levantados desconstruem o mito que a violência doméstica ocorre apenas entre as classes menos favorecidas, a violência contra as mulheres ocorre em todas as classes sociais, se a visibilidade é maior nas camadas populares, ocorre, entre outros fatores, por terem menos privacidade e porque são as que mais denunciam, se comparadas as da classe média ou alta (AZEVEDO, 1985).

O livro *Mulheres espancadas: a violência denunciada*, de Maria Amélia Azevedo publicado em 1985, foi pioneiro ao analisar as fontes policiais na cidade de São Paulo, destacou o perfil de homens e mulheres envolvidos em situação de violência e o contexto em que ocorreram, vinculando as violências a diversos fatores. As violências não ocorreram de forma isolada, mas em associação e podemos apontar alguns deles, o machismo e o patriarcado (os homens percebem as mulheres como objeto, propriedade e não sujeitas de direitos), problemas de ordem emocional/psicológica (stress) advindas de questão econômica (não conseguir trabalho), consumo de álcool, drogas, como questões também relacionadas as masculinidades tradicionais.

Estatisticamente, as mulheres que mais sofrem violências são dependentes economicamente do companheiro: 40% delas são dona-de-casa, moram na zona urbana: exercem a profissão *do lar*. Entretanto, é importante pontuar que por vezes aparece a categoria ‘doméstica’ nos boletins, mas os registros não deixam claro, se é empregada ‘doméstica’ ou não. Na cidade muitas mulheres exercem a profissão de ‘doméstica’, exercem para além dos afazeres em sua residência, também trabalham em outras residências, recebendo remuneração, o que denota também que mulheres que não dependem *financeiramente* do companheiro, também sofrem violências. Outro aspecto observado é que a identidade tradicional de provedor vinculada somente ao homem, precisa ser relativizada, em muitas residências são as mulheres que são provedoras, sustentam a casa financeiramente.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



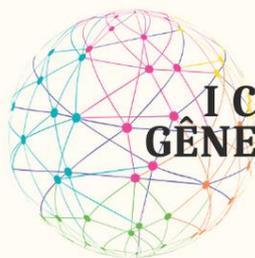
Logo em seguida aparece a segunda categoria que mais sofre violência doméstica: o grupo de trabalhadoras rurais: são as lavradoras que correspondem ao percentual de 20%, estas mulheres são vulneráveis duplamente, sentem maiores dificuldades para fazerem a denúncia porque precisam de transporte para se deslocarem da zona rural para urbana, o que dificulta muito ao acesso até a Delegacia.

Em seguida temos como terceiro e quarto grupo que mais sofrem violências: as professoras (7%) seguidas das estudantes (7%). Do quinto ao sexto grupo é constituído por: funcionárias públicas (3%) e as vendedoras (3%). Do oitavo ao décimo segundo grupo, constituído pelas categorias profissionais: as cabeleiras, as autônomas, as lavadeiras, as auxiliares de secretaria e aposentadas, cada grupo destes correspondem a 2%. Finalizando, temos décimo terceiro e último grupo que não conseguimos identificar a profissão, correspondem a 10% dos registros que o item da categoria profissional não foi registrado. As estatísticas demonstram que os casos de violência acontecem com fluidez em várias camadas sociais e diferentes categorias profissionais, mulheres não dependentes economicamente também sofrem relacionamentos violentos.

Quanto a faixa etária das mulheres que mais sofrem violências, as idades variaram entre os 26 e 40 anos (32%). Quanto ao estado civil das vítimas, os dados nos revelam que 41% são casadas/conviventes e 38% são solteiras. Quanto a cor: as mulheres negras são as que mais sofrem violências, portanto, mais vulneráveis.

Quadro 3: Bairros/Regiões onde mulheres mais sofrem violências

<i>Bairro/Localidade</i>	<i>Zona</i>	<i>Posição</i>
Rosário	urbana	1º
Não existe informação no registro policial	-	2º
Briona	urbana	3º
Oeiras Nova	urbana	4º
Várzea	urbana	5º
Jureminha	urbana	6º
Centro	urbana	7º
Canela	urbana	8º
Rodagem de Picos	rural	9º



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Localidade Fomento	rural	10°
Jurani	urbana	11°
Localidade Raposinho	rural	12°
Buriti do Rei	rural	13°
Soizão	rural	14°
Arizona	rural	15°
Rodagem de Floriano	urbana	16°

Fonte: Boletins de Ocorrência (2007). OLIVEIRA, Angela M. M. **Estatística da violência de gênero no Mun. Oeiras/PI (2005-2016)**. Teresina: UESPI, 2020/2021.

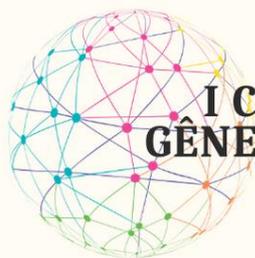
No que diz respeito à região/bairro ou localidade foi constatado que as mulheres que moram no bairro Rosário, zona urbana, são as que mais sofrem violência doméstica e familiar, seguidas das mulheres da zona rural, povoado Briona.

Quanto ao relacionamento com o agressor, temos respectivamente marido/convivente, ex-marido/convivente e ex-namorado. Para tentarmos traçar um perfil dos agressores precisaríamos dos seus dados, entretanto, os registros não trazem qualquer informação, o que pode ser levantado a seguinte indagação: como os policiais poderiam iniciar uma investigação suscitado por um inquérito policial, se o boletim de ocorrência não está suficientemente instrumentalizado?

Constatamos que 145 registros analisados que tratam de violência doméstica e familiar, 144 foram agressões feitas por homens, apenas 01 caso, a agressora foi uma mulher (filha, agrediu a mãe idosa, neste caso há detalhes da circunstância da agressão e dos dados da agressora, o boletim foi registrado pelo irmão da agressora. A agressora é uma jovem solteira, (20 anos, usuária de drogas), mas, quanto aos 144 homens que agrediram suas companheiras ou ex-companheiras, não existem dados, como por exemplo, profissão, idade, dentre outras informações que possibilitem traçar um perfil.

O recurso feminino à polícia: algumas considerações sobre as expectativas das oeirenses

As oeirenses recorreram a Delegacia para registrarem as denúncias de violências por elas sofridas, e, certamente, quando se recorre à delegacia as mulheres buscam por uma solução,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



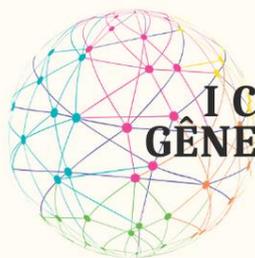
esperam ser ouvidas, não revitimizadas, amparadas e principalmente que a violência que elas sofrem cessem. Imensas “expectativas são depositadas no próprio ato feminino de recorrer a DEAM e, conseqüentemente, também na possibilidade de intervenção policial, no sentido de contenção do acusado” (BRANDÃO, 1998, p.63).

um traço característico da demanda feminina a DEAM tem sido seu caráter multifacetado, extrapolando frequentemente as atribuições policiais [...] três questões interligadas respondem por tal característica. A primeira refere-se a divulgação da DEAM como uma instância que ‘defende os interesse da mulher’ [...] a segunda questão diz respeito à inexistência no Estado de outros equipamentos sociais de suporte às mulheres que sofrem violências, o que torna a DEAM a única alternativa disponível para o enfrentamento público do problema [...] a terceira [...] a agência policial adquire especial importância junto as classes trabalhadoras, as quais tradicionalmente a reconhecem e a legitimam como uma instância de resolução de conflitos, a despeito de sua dimensão repressiva. (BRANDÃO, 1998, p.61)

Um aspecto que precisa ser pontuado é que as mulheres geralmente não recorrem a delegacia na primeira ocorrência de violência, por vários fatores, por exemplo, sentem medo, vergonha, algumas vezes sentem culpa, outras só recorrem a delegacia quando a agressão também atinge os filhos, como foi o caso da senhora *Ana*⁴, pseudônimo utilizado para preservar sua identidade. Ela sofreu violência conjugal por 18 anos, o primeiro registro policial, foi devido a agressão ao filho, o seu ex-marido estava agredindo-a, quando o seu filho mais novo de 6 anos, tentou impedir a agressão, a criança teve a mão queimada por um ferro quente. Três meses depois, o ex-marido jogou água quente nela, momento antes, que ela iria preparar o café para a família. O boletim de ocorrência foi tipificado como *agressão* ao invés de lesão corporal.

A cultura patriarcal transforma a mulher em objeto, coisa, destituindo-a de toda a dignidade da pessoa humana. Em entrevista, *Ana* mencionou que sofreu vários tipos de violência, física, psicológica, moral, como também, cárcere privado. O marido a controlava de todas as formas; ele a impedia de ir às reuniões na escola dos filhos, de andar na calçada da

⁴ Para maiores detalhes, conferir o texto (OLIVEIRA; BRITO, 2020).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



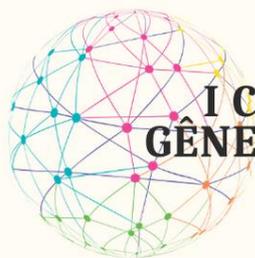
residência, conversar com vizinhos/as, visitar familiares e outras formas de interação social. (OLIVEIRA; BRITO, 2020).

Voltando aos boletins de ocorrências, dos 145 analisados, verificou-se que quanto ao local da agressão, 80% ocorreu no espaço privado, entretanto, as mulheres também foram agredidas no espaço público, correspondendo ao percentual de 20%, exemplificadas nos seguintes locais: local de trabalho, Escola/Universidade, churrascarias e/ou bares, Terraço Show, BNB Clube e na via pública, as mulheres foram agredidas quando voltando de algum show ou serenata, o ex-companheiro ou ex-namorado a perseguiram, ameaçaram e agrediram porque elas decidiram seguir a sua vida e estão tentando se divertir, trabalhar, estudar. Elas, na percepção deles, são vistas como propriedade ou objeto, não são percebidas como alguém com direito de viver uma vida digna, sem violência e como elas bem entenderem.

Quanto às circunstâncias/contextos das violências as categorias que mais apareceram nos registros policiais foram, respectivamente: os homens não aceitam o término do relacionamento, sejam ex-namorados ou ex-companheiros (maridos ou conviventes); a não ‘obediência’ a ‘dominação’ masculina, aos caprichos e ‘mandos’ masculinos; uso de bebidas; controle dos corpos e comportamentos femininos: quanto a sexualidade, uso de roupas, horário de saída da residência, controle quanto a companhias e/ou amizades; impedem elas de estudarem; trabalharem; visitarem parentes; tentativa de controle do salário das companheiras; ciúmes; uso de drogas.

A amostra dos registros policiais analisados, 145, nos revelam que 03 (três) mulheres foram agredidas grávidas, o contexto das agressões foram as seguintes: ele a impede de estudar; em outro caso, ele “desconfiou” da esposa por não ter feito uma boa gestão do dinheiro destinado a ela para comprar a lista de supermercado; no terceiro caso, o marido chegou bêbado e ela estava dormindo na casa da mãe que mora próximo, ela estava no 7º mês de gravidez.

Da amostra dos registros, 14 (quatorze) boletins nos indicaram que os filhos presenciaram a violência cometida contra suas mães, e em grande parte também sofreram violências. A idade dos filhos variava entre 4 e 10 anos, entretanto, uma grande parte dos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



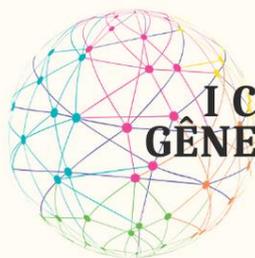
registros não informou esse item. A cada 05 (cinco) registros, apenas 02 (dois) há relatos que a violência ocorreu após o companheiro chegar em casa embriagado.

Quando as mulheres se dirigem a delegacia para registrar uma ocorrência da violência, a *delatio criminis*, denúncia da ocorrência criminal que sofreu, elas devem ser amparadas. Inicialmente, serem ouvidas sem julgamentos (sem revitimização), a vítima espera que sua demanda que é cessar a violência ocorra. Ela descreve as cenas da agressão para o escrivão, este deve registrar mesmo que objetivamente com dados da vítima, do agressor(a) e contexto da violência, gerando um documento oficial: o boletim de ocorrência, a *notitia criminis*, que é a notícia de infração penal, que será tipificado a partir de dois instrumentos: o código penal e de um filtro social. Nenhum discurso é neutro, parte de um lugar social, de uma instituição, o discurso pode ser recortado e conter:

[...] percepções de como deve de ser a relação do casal, dos papéis adequados ao marido e à mulher, e do impacto das clivagens de gênero, pobreza e raça que abarcam normas sociais nas escritas que orientam a tipificação escolhida para cada crime. (DEBERT, 2012. p.288).

A antropóloga Mariza Correa (1983), ao discutir processos de homicídios e tentativas de homicídios, fez uma análise antropológica das fontes e afirmou que a visão jurídica ordena a realidade não apenas de acordo com as normas legais (escritas) preestabelecidas, mas, também de acordo com as normas sociais (não escritas). A autora fez uma analogia com a ideia de fábula, pois existe um procedimento que envolve a construção e constituição das verdades que dependem dos papéis sociais que se esperam dos indivíduos envolvidos num determinado crime.

Após o registro do boletim de ocorrência, poderá ou não existir uma investigação policial sobre a agressão sofrida. Caso haja a investigação, ela terá início com a abertura do inquérito policial, este é um procedimento anterior ao processo penal. A finalidade do inquérito é colher informações, investigar o crime, constituir elementos que demonstrem a materialidade e autoria do crime.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Quando um registro ou queixa é transformado em inquérito, a polícia começa a reunir ‘provas’: colhe os depoimentos da vítima, do agressor, das testemunhas e dá prosseguimento a outras diligências. A função do inquérito é apurar as infrações penais, assim como a autoria do crime. Em seguida, o inquérito é encaminhado ao Ministério Público, que se assim entender que houve crime, prepara a denúncia e o inquérito transforma-se em processo penal; este é encaminhado ao Fórum para ser distribuído entre as varas criminais.

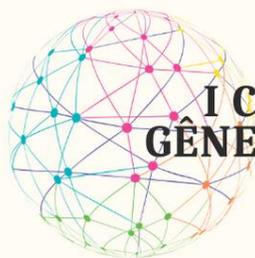
Quando não é instaurado o inquérito policial, o registro ou boletim de ocorrência pode ser *suspenso*, portanto, não é aberto o inquérito policial. Dos 145 boletins analisados, observei que em 14 (quatorze) boletins apareceu a frase “a vítima renuncia a representação”. Destes 14 (quatorze), mais da metade, ou seja, 08 (oito) registros existem a assinatura da vítima seguida da data, após a frase: “renúncia a representação” e, essa data coincide com a data do registro do boletim de ocorrência, o que nos leva a pensarmos o seguinte: o agente policial pode ter induzido a vítima a renunciar a representação criminal.

O simples ajuizamento da ação penal contra alguém provoca um fardo à pessoa *de bem*, não podendo, pois ser desprovido de provas e sem exame pré-constituído de legalidade. Esse mecanismo auxilia a preservar inocentes de acusações injustas e temerárias. (NUCCI, 2014, p.53).

Importante pontuar que, na maioria dos casos de violência contra as mulheres ocorrem no espaço privado, e muitas vezes não existem testemunhas que presenciaram a agressão.

Quando a vítima *renuncia a representação*, significa dizer expressamente que não é da sua vontade que o Estado, a partir da polícia judiciária, deem início a investigação. Sobre essa questão Elaine Brandão (1998) afirma,

considero a *suspensão* da queixa policial como um procedimento institucional, *construído no contexto da interação entre vítima e policial*, interação esta que, por sua vez, repercute fortemente na relação da *vítima* com o *acusado*. [...] cada polo da relação vítima/policial remetia a lógicas bastantes diferentes [...] abordar a *suspensão* da queixa policial sob duas perspectivas: *o contexto institucional* que a engendra, no qual focalizo o atendimento policial, e o *universo sociocultural* compartilhado pela maioria das mulheres que acionam a DEAM [Delegacia] (BRANDÃO, 1998, p.54-55)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

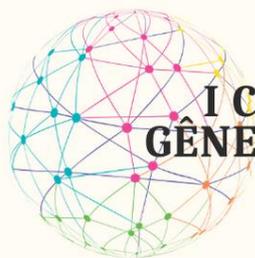
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Com base na argumentação proposta por Brandão e analisando os boletins do ano de 2007, percebemos que em 14 (quatorze) boletins aparecem a frase “a vítima renuncia a representação”, destes 14 (quatorze), mais da metade, ou seja, 08 (oito) registros podem ser categorizados no contexto institucional: relação entre a vítima e policial. E nos outros 06 (seis) casos, podemos ‘enquadrar’ na categoria de *universo sociocultural da vítima*, porque nestes boletins observamos que a assinatura da vítima, expressando sua vontade de renunciar a representação criminal, ocorreu em data diferente do registro do boletim de ocorrência, que consequentemente sinaliza que houve uma ‘oitiva’ com o Delegado, este também ouviu as testemunhas e agressor, oportunidade que a vítima pôde ter negociado, no espaço privado ou público com o agressor/companheiro: “se você não cessar, vou continuar com o processo, você pode ser preso!”, então, pode ter funcionado como tática, como negociação com o companheiro. Dessa forma, “o recurso a polícia seria um meio de reajuste do parceiro a expectativa predominante nas camadas populares, corrigir os homens acusados de agressão e de inadequação aos papéis conjugais esperados” (BRANDÃO, 1998, p.67)

As mulheres podem também ter renunciado por medo, em razão das ameaças do agressor terem se intensificado, como também para preservar os filhos e a família (caso observado com uma das vítimas, que pude entrevistar a partir da entrevista com *Ana*). Vale lembrar também que na região estudada ocorrerem poucos divórcios/separações, a instituição casamento tem um peso cultural importante. Por outro lado, também temos que perceber as resistências em que as mulheres podem ter tentado fazer com a possibilidade, ou não de dar prosseguimento ao registro policial, e com isso ter tentado ‘negociar’ com o agressor, renunciando a representação criminal, para tentar uma separação mais rápida, sem processos penais contra o ex-companheiro, agilizando o processo do divórcio.

Do ponto de vista da legislação, o artigo n.º 16 da Lei Maria da Penha, esclarece que “nas ações penais públicas condicionadas só será admitida a renúncia perante o juiz na audiência” (BRASIL, 2006), nesses casos quando for vias de fato, ameaça, constrangimento ilegal, vistos como contravenções penais, consideradas de menor potencial ofensivo. Nos casos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de lesão corporal, crime de violência doméstica, ela é pública e incondicionada, precisar ser feito o inquérito e independe da vontade da vítima. No ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal – STF, pacificou uma dúvida, esclareceu que não se aplica o artigo n.º 16, quando for lesão corporal, o que possivelmente era praticado em 2007, contexto das fontes analisadas neste texto.

Considerações finais

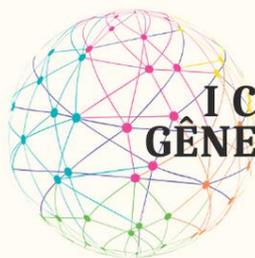
Essa pesquisa integra uma parte do doutorado que está em andamento, como considerações parciais, percebemos que as fontes policiais delinearam diferentes perfis femininos das vítimas de violência doméstica e familiar, elas que ergueram suas vozes e fizeram denúncias das violências sofridas, pertencem a todas as classes sociais, desconstrói o mito que a violência contra as mulheres ocorria somente nas classes populares (AZEVEDO, 1985). Entretanto, as mais vulneráveis são mulheres pobres e negras, tanto da zona urbana, quanto da zona rural. As fontes demonstraram fragilidades institucionais e de Estado no atendimento às mulheres em situação de violência.

Considerando que estatisticamente a violência doméstica e familiar corresponde ao 2º crime de maior incidência nas ocorrências policiais do município, a cidade precisa urgentemente de uma Delegacia de Atendimento Especializado para as Mulheres (DEAM).

As fontes analisadas nos possibilitaram perceber que as mulheres também podem ser agressoras, por isso, está destacado na letra da LMP “mulheres em situação de violência”, entretanto, estatisticamente, os homens são a maioria dos agressores, representam 144, dos 145 registros analisados.

Os crimes com as maiores estatísticas foram lesão corporal e ameaça, que explicitam relações de poder, violências e humilhações masculinas para com suas companheiras que tentaram findar o relacionamento, como também por cobrar explicações porque é traída ou por não mais aceitar “as constantes ameaças no casamento” muitas oitenses foram agredidas.

Podemos elencar dois modelos de interpretação quando se analisa as violências de gênero contra as mulheres. Um modelo, atrelado à teoria do patriarcado que percebem as mulheres somente pelo prisma da vitimização, de um lado, e de outro, os homens são algozes,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



agressores. Nessa perspectiva, só é visto a dominação masculina, eles como sujeito e elas como objeto. É um modelo de interpretação fechado, rígido, porém pioneiros, podemos citar as pesquisas de SAFFIOTTI (1994); SAFFIOTTI (2015). Existe um segundo modelo, associado à categoria de gênero, vista como dimensão social, cultural e subjetiva que percebe as relações com uma nova dinâmica, as mulheres podem ter poder, são lançadas novas luzes ou interpretações, relativizando a ideia de dominação-vitimização, enfatizando como o poder é relacional. Neste sentido, as mulheres são vistas como negociadoras, com agência e resistência, como sujeito. Podemos citar os trabalhos de GREGORI (1993) e IZUMINO (1998).

As fontes também nos possibilitaram também perceber as mulheres resistindo, pois foram até a delegacia fizeram a denúncia, isso já é um primeiro movimento na dinâmica complexa para o fim da violência conjugal, vimos que elas podem negociar com seus companheiros ou ex-companheiros, com o auxílio da instituição Delegacia a partir da possibilidade de *suspender* a queixa. Muitas, resistiram de outra forma, prosseguindo com a representação criminal, não suspenderam a queixa, seguiram lutando no acesso ao Sistema de Justiça que se inicia na Delegacia, enfrentam um longo contexto até o processo chegar ao Fórum da Comarca de Oeiras e ser julgado, muitas oeirenses buscaram o acesso à justiça e esperaram a atuação do judiciário, de forma célere e justa a darem respostas a sua denúncia e aos seus direitos de viver uma vida com dignidade sem nenhuma forma de violência.

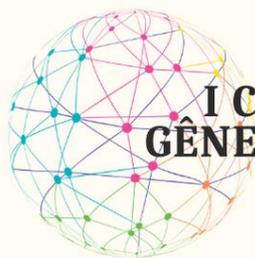
REFERÊNCIAS

Fontes

LIVROS de Boletins de Ocorrências. Delegacia Polícia Civil de Oeiras. 2007. Oeiras/PI.

BRASIL. Lei n.º 11.340/2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília: Senado Federal. Disponível em <https://cutt.ly/XkNOSMB>. Acesso em 29 de set. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo estatístico. Disponível em <https://cutt.ly/8kNOZrh>. Acesso 10 de jul de 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Artigos, capítulos de livros

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (orgs.) **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC: Ed 34, 1998. p.51-110.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

CORREA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas dos papéis sexuais. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEBERT, Greta Grin. Polícia e delegacias. In: LIMA, A. C. de S. (org). **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p.286-293

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber (vol.1). 17 ed. Tradução de maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006

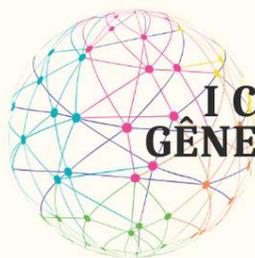
GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Anpocs, 1993.

IZUMINO, Wania Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do Judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2012. p.287-288.

MEDEIROS, Luciene. **Em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher**: políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica. Rio de Janeiro: PUC Rio. São Paulo: Reflexão, 2016.

NADER, Maria Beatriz. A vida em desunião: violência, gênero e denúncia. **Anais XVII Simpósio Nacional de História ANPUH**: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



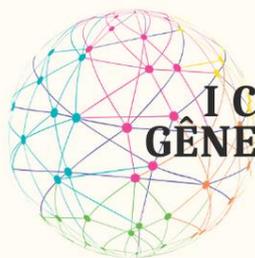
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13 ed ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Angela Maria Macedo de. **Não era lar, nem casa, era cativoiro**: testemunhos de violência doméstica (Oeiras, Piauí, 1994-2012). Anais do XIX Encontro Estadual da ANPUH Rio. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/kkX9JLd>.

_____; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Vidas que importam: violência de gênero e biopolítica no sertão piauiense (1994-2007). In: SOUSA NETO, Marcelo; ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (orgs). **A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita** (vol. 2). Teresina: EdUESPI, 2020. p.207-228

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no brasil atual. **Estudos feministas**, rio de Janeiro, n° especial, p.443-461, 1994.

_____. 2 ed. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

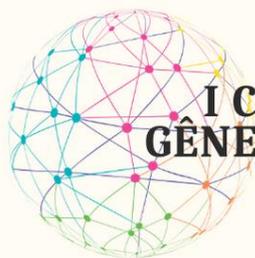


OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E DA CRISE POLÍTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES BRASILEIRAS

Luisa Grespan Danhoni Neves

Universidade Estadual de Maringá, Pós-graduanda em Direito Civil: Perspectivas Contemporâneas, 1º período, e-mail: luisagrespan1@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como finalidade analisar as consequências causadas pela crise sanitária do novo coronavírus somada a atual crise política que o Brasil enfrenta, e como esses eventos têm afetado diretamente as relações de trabalho das mulheres brasileiras. Pretende demonstrar a invisibilização e vulnerabilidade da mulher no meio ambiente de trabalho, que ocorre desde os tempos mais remotos, mas que se intensificou com a pandemia, uma vez que o sexo feminino é maioria nas trabalhadoras domésticas, informais e também das profissionais de saúde que atuam na linha de frente contra o vírus. Tem como objetivo, portanto, analisar, sob uma perspectiva dos Direitos Humanos, de que forma e porquê essas adversidades que tomam conta do país têm afetado de maneira mais significativa indivíduos por conta do gênero, raça e classe social. Propõe-se a fazer uma observação de maneira geral à precarização das condições de trabalho, às demissões em massa e ao aumento da carga horária laboral, uma vez que a figura feminina é a maior responsável pelo trabalho doméstico, conciliando este com o extradoméstico. Partindo de análises comparativas do período atual com o período pré-pandemia e metodologia indutiva, além de estudos de dados censitários, que permitem fundamentar com maior clareza os fatos, pretende-se conduzir o presente trabalho. Dessa forma, constatou-se, através da pesquisa e análise de dados, que a maioria das mulheres desempregadas no período de distanciamento social eram negras, além de metade das mulheres entrevistadas terem passado a se responsabilizar pelo cuidado de alguém neste mesmo período, o que causa um aumento na jornada de trabalho, uma vez que é necessário conciliar os serviços domésticos com o trabalho remunerado (dados obtidos através de pesquisa realizada pela organização Gênero e Número e pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista). Ainda, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres representam a classe mais afetada pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise. Além disso, dados coletados pelo IBGE durante a pandemia demonstraram que a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1991, o que representa um grande retrocesso na luta feminina pela ocupação no ambiente laboral extradoméstico. Após a análise de todos os dados estatísticos e de consultas bibliográficas de diversas autoras e autores sobre o tema em questão, foi possível concluir que as mulheres, em tempos de crise, são as mais prejudicadas, principalmente quando levado em conta os marcadores sociais de raça e classe. Isso acontece de maneira cíclica na história do Brasil, e mesmo com o avanço positivo conquistado pelas mulheres na legislação, estas continuam sendo vulneráveis e invisíveis na realidade fática, gerando uma naturalização dessas condições, o que surge de uma concepção de que alguns humanos são mais ou menos humanos do que outros, levando a desigualdade de direitos e lesando os direitos humanos desses indivíduos vistos como inferiores pela sociedade.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Palavras-chave: Gênero. Trabalho feminino. Pandemia. Direitos Humanos.

Introdução

A Covid-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, rapidamente alastrou-se por todo o território chinês e, posteriormente, pelo mundo, sendo considerada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, que perdura até os dias atuais.

Por se tratar de uma doença infecciosa de alto e rápido contágio, que até então era desconhecida, virologistas e líderes governamentais de todo o mundo aconselharam todos os países acometidos pela doença a adotar o isolamento social para evitar a disseminação do vírus, bem como para não colapsar os sistemas de saúde.

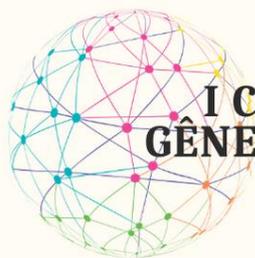
Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil pelo Ministério da Saúde, sendo decretado pouco menos de um mês depois o isolamento social horizontal em praticamente todos os estados brasileiros, permitindo o funcionamento somente de serviços essenciais (mercados, farmácias, hospitais, entre outros serviços considerados primordiais).

Diante desse cenário, a vida de todos os brasileiros foi impactada em diversos âmbitos, principalmente nas relações empregatícias, vez que, com os locais prestadores de serviços não essenciais fechados, muitos não podiam trabalhar, resultando em demissões em massa, além da precarização das condições de trabalho.

Dessa forma, em pesquisa realizada pelo IBGE, foi possível observar que o desemprego no país aumentou, bem como notou-se que a letalidade do novo vírus atinge em maior proporção as populações de classes baixas e as pessoas autodeclaradas como pretas ou pardas (BRASIL, IBGE, 2020)⁵.

Neste contexto, o governo federal precisou tomar medidas para amparar cidadãos que perderam o emprego ou que não podiam trabalhar, pretendendo liberar, inicialmente, uma renda

⁵ Pesquisa realizada pelo IBGE através da PNAD COVID19. Disponível em: <https://cutt.ly/wkX9z0y>, 2020. Acesso em 10 de out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



emergencial de R\$200,00 (duzentos reais) para cada brasileiro que preenchesse os requisitos necessários para o recebimento do benefício⁶. No entanto, um projeto criado e liderado por líderes partidários do PSOL, PT, PSB, PDT, PCdoB e Rede, propuseram um auxílio emergencial no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), podendo chegar até R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) por família, sendo este aprovado pela Câmara no dia 27 de março de 2020.

Dentro dessas circunstâncias, observou-se que as mulheres são as mais ameaçadas pelos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, principalmente dentro do meio ambiente laboral, uma vez que são a maioria das trabalhadoras em saúde e também das trabalhadoras domésticas, temporárias e em serviços de pequena escala, empregos estes que desapareceram e tendem a desaparecer ainda mais no cenário atual em que o Brasil se encontra.

Neste sentido, é importante frisar que o meio ambiente de trabalho abrange, além do local de labor, a residência da trabalhadora e o meio ambiente urbano. Isso porque, se o *habitat laboral* não estiver sob condições salubres e equilibradas, respeitando os direitos humanos do indivíduo, os impactos negativos causados pela ação ou omissão do empregador impactam tanto no ambiente doméstico e familiar da vítima, quanto na sociedade, acarretando diversos problemas para toda a coletividade (PADILHA, 2011, p. 232). Por isso, é dever do empregador garantir a saúde e segurança de todos os seus subordinados no ambiente laboral.

Diante do exposto e das problemáticas apresentadas, principalmente com a *necropolítica* adotada pelo governo federal brasileiro ao minimizar os impactos da pandemia no Brasil, sendo contra o isolamento social, e resultando, em novembro de 2020, em mais de 170.000 mortes pelo novo vírus no país, nasceu o presente artigo, objetivando analisar os dados brasileiros frente à crise sanitária, bem como as relações empregatícias e demissões ocorridas no país em decorrência da mesma, sobretudo a das empregadas mulheres e as profissões predominantemente femininas que têm sido as mais afetadas.

⁶ Os requisitos necessários determinados pelo Governo Federal para o recebimento do auxílio emergencial são: ter mais de 18 anos de idade (com exceção das mães adolescentes, que podem receber mesmo se forem menores de idade); ter renda mensal de até três salários mínimos por família; ter renda mensal de até meio salário mínimo per capita (por pessoa da família); não ter recebido mais de R\$28.559,70 em rendimentos tributáveis ao longo de 2018; e não receber benefício previdenciário ou assistencial, exceto o Bolsa Família.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

A necropolítica do Governo Federal brasileiro frente à pandemia

Analisar e contextualizar a política adotada pelo Governo Federal do Brasil diante da crise sanitária sob uma perspectiva dos direitos humanos e das relações de gênero no âmbito trabalhista é fundamental para compreender a conjuntura brasileira no momento atual, e entender por quê as medidas tomadas pelos líderes governamentais brasileiros têm afetado mais significativamente os indivíduos em razão do gênero, raça e classe social.

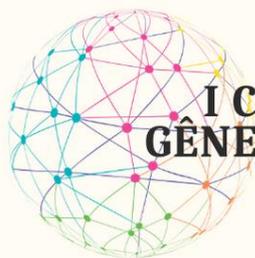
Desde o início da pandemia no Brasil, em fevereiro de 2020, tem-se observado os comportamentos e medidas tomadas pelo governo federal, que tem chamado atenção não só nacionalmente, como também internacionalmente.

No mês de março de 2020, época em que a pandemia já havia se alastrado sobre todos os estados brasileiros, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, fez um pronunciamento televisivo para todo o território nacional afirmando que a doença causada pelo covid-19 se tratava apenas de uma “gripezinha”, mesmo com as milhares de mortes ocorridas em outros países até então.

No mesmo mês, o presidente chamou a pandemia de “fantasia” e disse ser uma “histeria” por parte da mídia, que noticiava os casos ocorridos por todo o território brasileiro, bem como o cenário internacional da doença.

Além disso, Bolsonaro defendia a volta imediata das atividades não essenciais, sob o argumento de que o Brasil não poderia parar e que tinha certeza de que todos os brasileiros gostariam de voltar ao trabalho, propondo adotar a medida do isolamento social vertical no país.

O isolamento social vertical consiste em isolar apenas as pessoas que se enquadram dentro do grupo de risco da doença, ou seja, aqueles que, se contraírem, têm mais risco de ter complicações ou de vir a óbito. O restante da população voltaria a trabalhar normalmente, proposta essa que divergia do isolamento social horizontal que vinha sendo adotado, onde se isola toda a população, mantendo somente os serviços essenciais, método que, até então, seria o mais eficaz baseado na experiência dos outros países, bem como na concepção de virologistas e infectologistas ao redor do mundo.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Neste contexto, o presidente passou a defender veementemente o uso da cloroquina e hidroxicloroquina para casos de covid-19, mesmo não havendo comprovação científica de que o medicamento era realmente eficaz para a cura da doença. Diante dessa insistência de Bolsonaro, os laboratórios das Forças Armadas passaram a produzir, a pedido do mesmo, uma quantidade exacerbada da cloroquina – em 21 de maio, já haviam sido produzidos 1.250.000 (um milhão, duzentos e cinquenta mil) comprimidos de 150mg do medicamento.

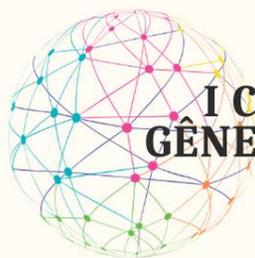
Importante ressaltar que esses medicamentos nunca tiveram resultado de eficácia comprovado cientificamente, possuindo milhares de reações adversas, incluindo arritmias cardíacas em quem toma doses mais altas. Além disso, em agosto de 2020 foi publicado um estudo randomizado por pesquisadores brasileiros no *New England Journal of Medicine*, que comprovou que a hidroxicloroquina, mesmo quando somada à azitromicina, não traz melhoras no tratamento da doença causada pelo novo coronavírus (CAVALCANTI *et. al.*, 2020).

Neste cenário, Bolsonaro também convocou e apoiou manifestações de seus apoiadores desde o início do isolamento social no Brasil, gerando aglomerações e indo contra todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). O presidente, inclusive, entrava em contato direto com o povo e muitas vezes não utilizando máscaras de proteção, conforme recomendado pela OMS.

Em 28 de abril de 2020, quando o Brasil registrou 5.017 mortes pelo novo coronavírus, Bolsonaro, ao ser questionado por jornalistas pelas vidas perdidas, respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias mas não faço milagre”, desestabilizando ainda mais o cenário político e sanitário do país.

Em 22 de abril, durante uma reunião ministerial, o Ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, afirmou que o Estado perderia recursos públicos salvando empresas pequenas, e que ganhariam ao salvar as grandes companhias. Importante ressaltar que dados de 2007 a 2019, registrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), demonstram que as micro e pequenas empresas criaram 12,4 milhões de vagas de emprego durante esse período⁷. Na crise econômica e sanitária em que vivemos, a falta de atenção e de

⁷Disponível em: <https://cutt.ly/gkX9mrC> . Acesso em 10 out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



amparo às pequenas empresas geraria falências e, conseqüentemente, o desemprego de milhares de brasileiros.

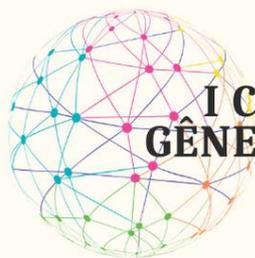
Ainda em relação ao trabalho, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) COVID19, realizada pelo IBGE, demonstrou que a taxa de desemprego atingiu 14,4% na quarta semana de setembro de 2020, chegando a 14 milhões de brasileiros desempregados, com crescimento significativo comparado às taxas obtidas em agosto (BRASIL, IBGE, 2020)⁸.

Diante deste contexto, é possível observar que há hoje no Brasil a implementação pelo governo federal de uma *necropolítica*. Este termo parte do pressuposto que a expressão máxima da soberania está no poder e capacidade de determinar quem vive e quem morre, e, portanto, ser soberano seria “exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Portanto, a soberania seria “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, 2018).

Observa-se, no Brasil, desde os tempos mais remotos, práticas e relações sociais pautadas nas desigualdades e precarização da vida, sendo os sujeitos mais afetados àqueles determinados pelo gênero, raça e classe. Portanto, partindo do conceito de Mbembe e o trazendo para a realidade brasileira atual, é possível concluir que a *necropolítica* está diretamente ligada a opressão desses indivíduos dentro da sociedade, perdurando a questão de que há uma concepção onde alguns humanos são mais ou menos humanos do que outros, levando a naturalização da desigualdade de direitos (CARNEIRO, 2011, p. 15).

Dessa forma, esse conjunto de atitudes e pronunciamentos do presidente brasileiro, que banalizam os impactos da pandemia, comprovam o descaso com a população de seu país, principalmente em relação aos grupos mais vulneráveis e marginalizados, a quem o Estado deveria amparar com maior cautela, uma vez que necessitam de serviços públicos,

⁸ Disponível em: <https://cutt.ly/ekNPmPd>. Acesso em 20 out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



principalmente relacionados ao acesso à saúde⁹ em tempos pandêmicos e ao acesso ao trabalho¹⁰, para que possam garantir sua subsistência.

Os impactos da crise sanitária no ambiente laboral sob a perspectiva de gênero, raça e classe

Nas relações empregatícias, a crise causada pelo coronavírus têm abalado a vida de milhares de pessoas, principalmente das mulheres, como é o caso das profissionais de enfermagem que estão na linha de frente do combate à doença. Dados do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) informam que a categoria é composta por 85% de mulheres, e três em cada quatro são técnicas ou auxiliares de enfermagem¹¹.

Além disso, uma pesquisa realizada pela Internacional de Serviços Públicos (ISP), mostrou que a maioria dos profissionais de saúde que estão trabalhando no combate ao novo coronavírus não recebem as condições necessárias e adequadas para a prevenção e não contaminação pela doença, uma vez que faltam equipamentos de proteção individual (EPIs), além de não haver hospedagem adequada para que seja cumprido o distanciamento social necessário, também expondo as famílias desses profissionais ao risco de contágio.¹²

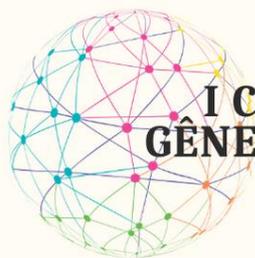
As empregadas domésticas também têm sido abaladas pela crise causada pela pandemia. De acordo com a PNAD, em 2016 o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), das quais 92% eram mulheres, em sua maioria negras, de baixa escolaridade e

⁹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu artigo XXV dispôs que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, sendo indissociável do direito à vida e à igualdade entre as pessoas. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 também garante, no artigo 198, que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1998, art. 198).

¹⁰ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 23, também garante o acesso ao trabalho: “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. (...)”.

¹¹ Disponível em: <https://cutt.ly/DkNPF2H>. Acesso em 25 jul. 2020.

¹² Pesquisa realizada pela ISP – Internacional de Serviços Públicos e divulgada pela CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde). Disponível em: <https://cutt.ly/gkNP3uJ>. Acesso em 15 nov. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



oriundas de famílias de baixa renda¹³. Com a crise sanitária, o governo federal, através da MP 936/2020, garantiu a manutenção da renda dessas trabalhadoras através do “Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda” (BEPER), porém, em contrapartida, a mesma medida também permitiu a redução dos salários da classe de forma proporcional à sua jornada de trabalho e até mesmo a suspensão do contrato empregatício.

Uma pesquisa realizada pela organização *Gênero e Número* e pela *Sempre Viva Organização Feminista (SOF)*¹⁴ também constatou que a maioria das mulheres desempregadas no período de distanciamento social eram negras (58%), além de metade das mulheres entrevistadas terem passado a se responsabilizar pelo cuidado de alguém neste mesmo período (52% das mulheres negras, 46% das brancas e 50% das indígenas), o que causa um aumento na jornada de trabalho, pois é necessário conciliar os serviços domésticos com o trabalho remunerado.

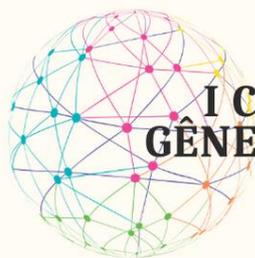
Quanto ao desemprego, o IBGE constatou que a participação feminina no mercado chegou a 46,3% no segundo trimestre de 2020, sendo este o menor número dos últimos 30 anos, posto que desde 1991 a taxa não ficava abaixo dos 50%. Isso se deve, muitas vezes, a essa sobrecarga no trabalho doméstico intensificada pela crise do novo coronavírus, além da cultura patriarcal que há décadas impede a emancipação do gênero feminino.

Em relação ao cuidado de pessoas, entre as mulheres responsáveis por crianças, idosos ou pessoas com deficiência, 72% afirmaram que a necessidade de monitoramento e companhia aumentou, especialmente pelo fato de as escolas estarem operando a distância e dos demais precisarem de cuidados extras. Essa tarefa é muitas vezes invisibilizada, além de se acumular com os outros serviços que realizam para o cuidado da casa e com o trabalho remunerado, que também se intensificou durante o período de quarentena, de acordo com 41% das mulheres entrevistadas.

Nesse sentido, sabe-se que apesar de observamos transformações positivas quanto à distribuição da mulher no mercado de trabalho, elas continuam dedicando um tempo muito

¹³Disponível em: <https://cutt.ly/kkNAzow>. Acesso em 8 out. 2020.

¹⁴ A pesquisa foi realizada através de um questionário online composto por 52 questões fechadas, divididas em oito blocos, obtendo 2.641 respostas e casos coletados.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



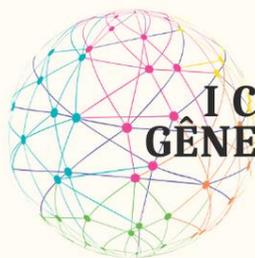
superior que os homens às tarefas de casa, enquanto recebem salários muito menores que eles na esfera pública. Além do trabalho doméstico gratuito, exercido na esfera privada, o trabalho doméstico é mal valorizado, e, muitas vezes, insuficientemente regulamentado, com a justificativa de que seria extensão do papel “natural” das mulheres na família (HIRATA; GUIMARÃES *apud* BIROLI, 2018, p. 30).

A associação entre mulher e domesticidade é criada baseando o gênero como um eixo, como uma visão binária entre sexo biológico e comportamentos, além de colocar a habilidade e o pertencimento para um gênero, uma vez que o serviço doméstico, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, seria “serviço de mulher”. Hoje em dia, a sociedade se molda no sentido de que há uma tendência predominante a maior parte dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho, enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família, que, como pudemos observar, se intensificou ainda mais com a pandemia (SORJ; FONTES *apud* BIROLI, 2018, p. 30).

Percebe-se, portanto, que as mulheres se encontram em estado de vulnerabilidade e desamparadas, desde as profissionais de enfermagem, pela falta de equipamentos necessários, que deveriam ser fornecidos pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde, até as empregadas domésticas, profissão em que o gênero feminino também é predominante. Também é possível observar que quando os marcadores sociais de raça e classe são somados ao gênero, a discriminação e desigualdade é ainda maior, visto que as mulheres negras são a maioria das empregadas domésticas, bem como das mulheres desempregadas.

As lesões aos Direitos Humanos da mulher em tempos de crise

Os Direitos Humanos são, basicamente, apesar da complexidade de defini-los em sua totalidade, o conjunto de direitos essenciais, indispensáveis à vida digna de todos os indivíduos e que permeiam todos os aspectos da nossa existência, incluindo o trabalho. De acordo com Flores (2009, p. 21), analisando a teoria crítica dos Direitos Humanos, estes estão diretamente ligados com as relações de poder que oprimem, exploram e excluem indivíduos, que acabam



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



vivendo de maneira indigna. Por isso, é necessário ampliar a capacidade de luta pelo acesso igualitário e generalizado à vida com dignidade.

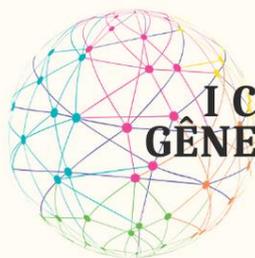
A violência decorrente do gênero é uma prática reproduzida por ambos os sexos e é resultado de uma ideologia de dominação por parte dos homens, que trata o indivíduo dominado não como um “ser”, mas sim como um “objeto”. Na violência contra a mulher, que engloba essa invisibilização e discrepância dentro do meio ambiente laboral, o indivíduo dominado – gênero feminino – é silenciado, tornando-se dependente, resultando na inferioridade das mulheres em relação aos homens (CHAUÍ, 1985).

Essa violência fere diretamente os direitos das mulheres e tem relação direta com a lesão aos direitos humanos, conforme exposto na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena (1993), em seu artigo 18. Esse dispositivo determinou que os direitos humanos referentes à figura feminina são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais, e que a violência de gênero, englobando também todas as formas de assédio e exploração sexual, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas.

Trazendo a questão dos Direitos Humanos para o campo do meio ambiente laboral em confluência com o gênero, observa-se que não faltam documentos que disponham sobre essas garantias, como é o caso das Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que durante os anos de 1951, 1952, 1958 e 1981, trataram de assuntos relacionados à igualdade de remuneração para trabalhos de igual valor, ao amparo à maternidade dentro do ambiente trabalhista, à não discriminação em matéria de emprego e profissão e a igualdade de tratamento para homens e mulheres trabalhadores, respectivamente. Além disso, a Constituição Federal brasileira tem como norte os Direitos Humanos, trazendo o princípio da igualdade entre os gêneros como forma de garantia ao Estado Democrático de Direito.

No entanto, tem-se percebido que a igualdade, garantida no texto constitucional em seu art. 5º, inc. I¹⁵, além de tantas outras garantias asseguradas pela CLT (Consolidação das Leis

¹⁵ A Constituição Federal de 1988, determina, em seu art. 5º, inc. I, que: “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

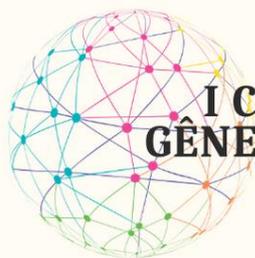


do Trabalho), por Tratados Internacionais, entre outros documentos, são observadas apenas de maneira formal, sendo árduo o trabalho de transformá-las em realidade fática (NOVAIS, 2006), tornando-se necessário romper com essa igualdade que existe apenas teoricamente e trazê-la para a prática efetiva. Apesar do grande avanço que essas conquistas na legislação trouxeram para a realidade das mulheres brasileiras, é certo que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Nesse sentido, no contexto sanitário e político em que o Brasil se encontra, é importante citar Simone de Beauvoir, que afirmava, no século XX, que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Nessa mesma lógica, a Organização das Nações Unidas (ONU) reitera que as mulheres são as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise (ABREU DE OLIVEIRA *et. al.*, 2020).

Dessa forma, é sabido que o contexto histórico marcado pela desigualdade de gênero e por políticas que perpetuam práticas discriminatórias não foi causado pela pandemia do novo coronavírus. No entanto, a atual crise sanitária e política vivenciada pelo Brasil potencializa o sexismo, o racismo estrutural e outras formas de discriminação ainda muito presentes em nossa sociedade, aumentando ainda mais as desigualdades já existentes, conforme analisado nos tópicos anteriores através de dados censitários que comprovam o abismo existente entre grupos distintos da sociedade.

Questiona-se, pois: para quem são os Direitos Humanos? Tendo em vista que apenas algumas camadas sociais usufruem dos mesmos, enquanto outras parecem não merecedoras aos olhos do poder público e da sociedade em geral. Os grupos marcados pelo gênero e suas interseccionalidades – raça, etnia e classe social – tiveram esses direitos considerados fundamentais ainda mais violados com a crise sanitária e política vivenciada pelo país, submetidos à situações trabalhistas precárias, rendas reduzidas, obstaculização para o acesso aos auxílios sociais, fechamento de escolas e creches durante o período de isolamento social, aumentando consideravelmente a jornada de trabalho, devido a divisão desigual das tarefas domésticas e funções de cuidados, além do aumento expressivo de mulheres em situação de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



violência doméstica. Essas circunstâncias demonstram, portanto, que os Direitos Humanos, quando trazidos para a realidade fática, são garantidos apenas a determinados grupos, e não para a sociedade como um todo.

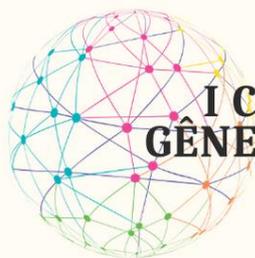
Conclusões

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu a reflexão acerca das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, sobretudo as mulheres negras e de classes menos abastadas, no âmbito do meio ambiente laboral e como essas problemáticas potencializaram-se com a pandemia e a crise política que se instaurou no país.

Analisou-se o conceito de *necropolítica* criado pelo filósofo Achille Mbembe, e foi possível concluir que o Governo Federal brasileiro tem implementado essa política, minimizando os efeitos da pandemia no Brasil e não tomando as medidas necessárias para conter o avanço da doença, com o único intuito de garantir o lucro incessante. Além disso, não tem amparado os grupos mais vulneráveis, principalmente as profissionais de enfermagem, com a falta de equipamentos de proteção, bem como as empregadas domésticas, ambas profissões onde o gênero feminino é predominante, fomentando a precarização do trabalho e da vida dessas mulheres, sugerindo que alguns corpos seriam “descartáveis”.

As pesquisas e dados censitários realizados por diferentes instituições possibilitaram que a pesquisa se mantivesse em consonância com a realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras no cotidiano, comprovando as premissas as quais foram discutidas no decorrer do presente artigo.

Foi possível debater, ainda, a respeito dos Direitos Humanos das mulheres lesadas neste contexto de crise política, sanitária e também econômica, onde as condições de trabalho encontram-se precárias, as jornadas laborais triplicadas, uma vez que mulheres, por uma cultura patriarcal, são as maiores responsáveis pelos serviços domésticos, bem como pelo cuidado de pessoas, além de estarem com uma participação infinitamente menor no mercado de trabalho e, em decorrência disso, com a sustentação de suas casas em risco.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Importante ressaltar a necessidade de interseccionalizar os discursos de gênero, dialogando sobre raça, etnia e classe dentro deste contexto, uma vez que a maioria das mulheres desempregadas neste período de pandemia, de acordo com pesquisa analisada, eram negras, além de serem também maioria nas que responderam ter dificuldades de pagamento de contas básicas, como aluguel e acesso a alimentos. Esses dados demonstram que os Direitos Humanos garantidos na Carta Magna de 1988 não abrangem todos os grupos sociais, sendo destinados, na realidade fática, a apenas uma parcela da população.

Dessa forma, conclui-se que todos esses fatos coletados são elementos que ainda se encontram em reflexão, uma vez que a crise sanitária ainda não chegou ao fim, bem como não se sabe quais serão os efeitos no pós-pandemia. No entanto, é possível afirmar que essas turbulências aumentaram significativamente a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais, afetando diretamente as mulheres em sua autonomia e emancipação, bem como na (não) garantia de direitos básicos necessários para uma vida digna.

O trabalho se mostrou como um ponto de partida para a continuação e aprofundamento do debate quanto ao papel das mulheres no Direito do Trabalho e na sociedade como um todo, através de questionamentos em relação a inferioridade da mulher neste âmbito, buscando a inversão desse quadro e a luta por uma sociedade menos desigual e discriminatória.

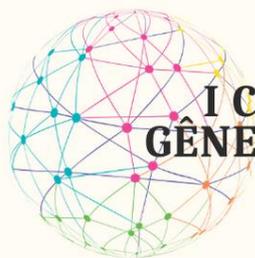
REFERÊNCIAS

ABREU DE OLIVEIRA, F.; MARQUES DE QUEIROZ, F.; DINIZ, M.I. **Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da covid 19**. Revista Inter-Legere, v. 3, n. 28, p. c21486, set. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1^a. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Covid 19**. Disponível em: <https://cutt.ly/pkNAGnT>, 2020. Acesso em 10 out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua-Covid 19**. Disponível em: <https://cutt.ly/YkNSkrA>, 2020. Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL, SEBRAE. **Análise do CAGED – Janeiro/2019**. Disponível em: <https://cutt.ly/HkNDa7R>. Acesso em 20 out. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALCANTI, A. B; ZAMPIERI, F. G; ROSA, R. G. *et. al.* **Hydroxychloroquine with or without Azithromycin in Mild-to-Moderate Covid-19**. The New England Journal of Medicine, nov. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/nkNDFoQ> Acesso em 10 out. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heirborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos**. Os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

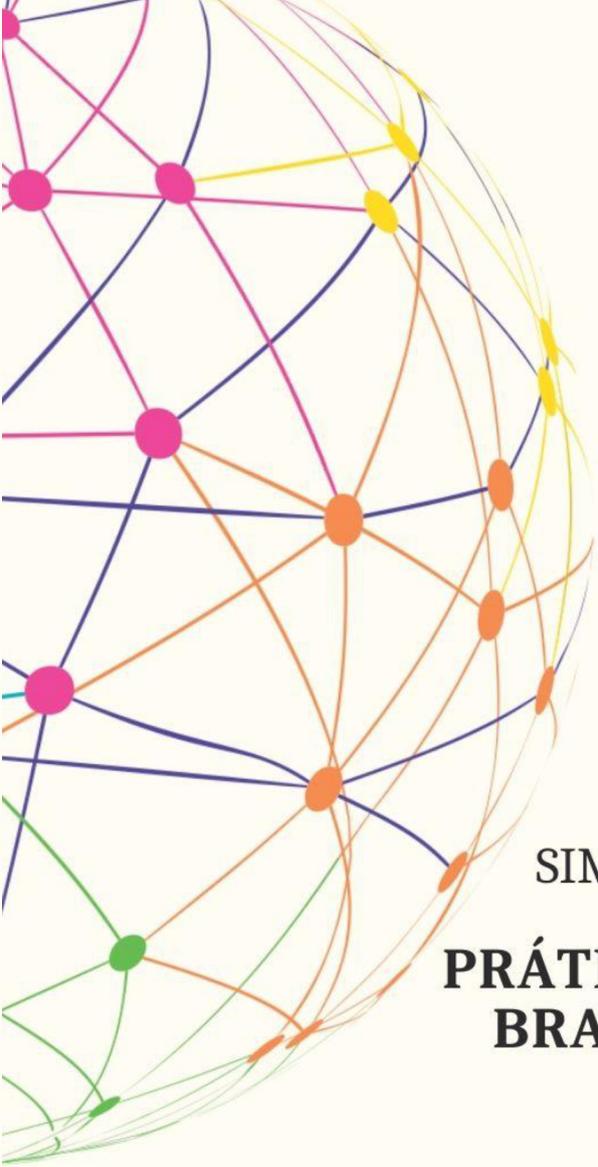
GÊNERO E NÚMERO; SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Pesquisa Sem Parar. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Disponível em: <https://cutt.ly/zkNFowC>. Acesso em 20 out. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3^a. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOVAIS, Denise Pasello Valente. **Discriminação da mulher no emprego**. In FREITAS JR., Antônio Rodrigues de *et. al.* *Direito do trabalho e direitos humanos*. São Paulo: Distribuidora do Livro, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://cutt.ly/4kNF1zn>. Acesso em 20 out. 2020.

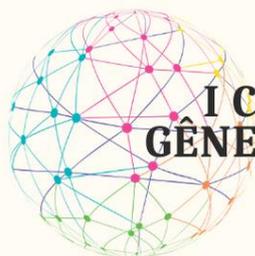
PADILHA, Norma Sueli. **O equilíbrio do meio ambiente do trabalho: direito fundamental do trabalhador e de espaço interdisciplinar entre o direito do trabalho e o direito ambiental**. Rev. TST, Brasília, vol. 77, nº 4, 2011, p. 232.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

**PRÁTICAS CULTURAIS NO
BRASIL REPUBLICANO**

Coordenador:
Danilo Alves Bezerra (UESPI)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ABERTURA LETÁRGICA: ENTRE DISCURSOS DEMOCRÁTICOS E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS NAS ELEIÇÕES DE 1982

Andrews Willisses Ferreira Costa

Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí. andrews99.w@gmail.com

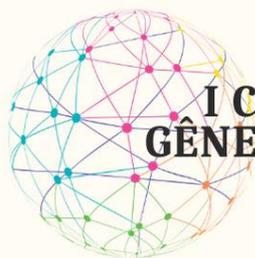
Cláudia Cristina daSilva Fontinelles

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. cfontinelles@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto do Programa de Iniciação Científica Voluntária - ICV/CNPq, cujo o título é: “Eleições de 1982: História e Repercussão na imprensa”, pautado em pesquisa e análise de periódicos como o “Jornal O DIA” e “Folha de SP”. Acreditamos que a prática autoritária perpassa todas as relações de poder durante a história política brasileira, nesse momento temos a imprensa como porta de fuga democrática, em um período marcado pela repressão e a censura. Sendo assim, propomo-nos a analisar as manchetes e campanha dos candidatos, nos referidos jornais, a fim de levantar os entendimentos por autoritarismo e democracia propagados pela imprensa, tendo como foco o período de outubro a novembro de 1982, onde ocorreram as eleições diretas em nível Estadual e Municipal no país. Para embasamento sobre história política, foram utilizadas as seguintes obras: “Por uma história política” de René Remond (2003); “Sobre o autoritarismo brasileiro” da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2019); a obra “Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário” organizada pelos historiadores Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (2019); dentre outras. Ainda para os entendimentos sobre os termos que abrangem o conceito de autoritarismo e democracia, foi utilizada a obra “Dicionário de Política”, que tem como organizadores, os historiadores italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (2004). Ademais, para compreensão da história da imprensa e tratamento das fontes hemerográficas duas obras foram imprescindíveis: “História cultural: entre práticas e representações” de Roger Chartier (1988) e “História nos, dos e por meio dos periódicos” da historiadora Tânia Regina de Luca (2005). Por fim, conclui-se que a participação em massa da população brasileira nas eleições de 1982, foi de suma importância para definir os rumos da história política do país, mesmo a taxa de analfabetismo ainda em alta por todo território nacional, dificultando o acesso as propostas e limitando o exercício da cidadania plena dos cidadãos. Ademais, o papel da imprensa livre para as decisões foi um pilar imprescindível para o início do processo de redemocratização, e assim se faz por todas as eleições futuras, possibilitando assim, a partir das análises, o encontro de forma enfática em diversos discursos do presidente João Batista Figueiredo a exaltação da liberdade democrática, ao mesmo tempo que estava em vigor medidas coercitivas, como a “Lei Falcão” que limitava significativamente as campanhas dos candidatos de oposição na Rádio e na TV aberta.

Palavras-chave: Política. Democracia. Autoritarismo. Imprensa.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

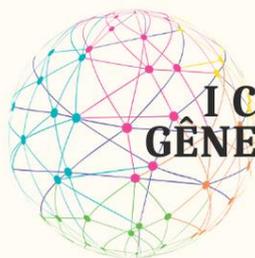
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O recorte temporal do artigo corresponde a década de 80, especificamente no ano de 1982, onde ocorreram as primeiras eleições diretas em nível Estadual e Municipal no Brasil durante o período histórico marcado pelo Regime Militar. Compreende-se que a partir do golpe de 1964, o país foi permeado por discursos referentes ao que se entende por práticas democráticas e autoritárias, tanto por quem apoiava o Regime, como também por quem se diziapositor à política vigente. Sendo assim, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o recorte histórico estudado, além de embasamento sobre história política e da imprensa brasileira. Ademais, foi feita pesquisa, catalogação e análise de fontes hemerográficas, especificamente os jornais “O dia” e “Folha de SP”.

Para a compreensão da história política e os termos que abrangem o conceito de autoritarismo e democracia, foram utilizadas as obras “Dicionário de Política” e “Por uma história política”, que entre os seus organizadores, está o filósofo e historiador político italiano Norberto Bobbio e Réne Rémond, respectivamente. Segundo Bobbio: “A estrutura mais íntima do pensamento autoritário acha correspondência não em qualquer sistema autoritário e sim no tipo puro de regime autoritário conservador ou de ordem (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO; 1976, p.95)”. Sendo assim, podemos observar, que durante as duas décadas de regime ditatorial, as práticas autoritárias perpassaram a política brasileira, mesmo com as eleições diretas, ainda era possível observar as amarras do autoritarismo. O discurso do presidente e dos candidatos tornavam-se cada vez mais democráticos, contudo, as práticas continuavam as mesmas e a maioria dos parlamentares eleitos pelo país integravam o partido do governo, que com o fim do bipartidarismo, passou de ARENA (Aliança Renovadora Nacional) para PDS (Partido Democrático Social).

Ainda utilizando a obra, os autores separam um tópico para falar sobre personalidades e atitudes autoritárias, independente do regime político no qual encontra-se a sociedade. O que observamos nesse período de abertura política, mesmo com a retomada do pluripartidarismo, livre expressão da imprensa e eleições diretas, é que o sistema autoritário ainda estava em vigor, como por exemplo a “Lei Falcão” que limitava a campanha dos candidatos dos partidos de oposição na TV aberta, e as próprias declarações do presidente João Figueiredo, que durante as



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

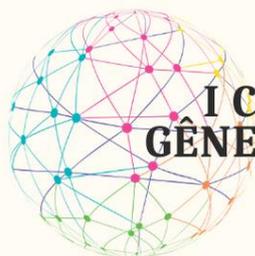


eleições rodou o país fazendo campanha a favor do PDS, algumas declarações publicadas no Jornal Folha de SP, como: “A oposição vai ter que engolir democracia”.

Assim como a análise do termo “autoritarismo”, usado na obra “Dicionário de Política”, a mesma também serviu para os entendimentos sobre o cerne democrático, no qual seria um dos objetivos do trabalho. O Regime democrático por direito, garante a população o voto direto que foi vetado desde o golpe de 1964, a liberdade de imprensa e o pluripartidarismo que foram destituídos aos poucos pelos atos institucionais, principalmente o número 5. Sendo assim, para compreender o que os periódicos propagavam sobre democracia para a população, se fez necessário refletir e estudar os processos e tradições históricas que o seu conceito abrange, na teoria clássica ou aristotélica, democracia serve para garantir o direito ao povo, onde o mesmo goza de sua cidadania plena. Seguindo as linhas de pensamentos dos autores, os sistemas partidários que compõe o governo são imprescindíveis para rotulá-los, o regime antidemocrático pode se basear em um sistema unipartidário ou bipartidário, onde ficaria em disputa o partido situacionista do governo e a oposição controlada pelo mesmo.

Intercalando os conceitos analisados, com o trabalho de Rémond, podemos entender que a política é o cerne que conduz os atos da população. Não somente o Estado, mas um está ligado ao outro, assim entendemos que o movimento de abertura política que levou as eleições diretas em 1982 no Brasil deve-se a todos os atores que conduziram o processo, dentre eles estão o Estado, a mídia e a população civil. As eleições, como demonstra Rémond, põe fim a modelos de políticas vigentes; no Brasil o regime autoritário que durou duas décadas começou a desintegrar-se, e a participação democrática da população é de extrema importância para esse novo contexto:

[...] eleições sobretudo por suas consequências: o que elas modificavam a jusante no equilíbrio de forças, a relação entre a maioria de forças, a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos e até mesmo, ocasionalmente, o funcionamento das instituições ou a duração dos regimes. (REMOND, 2003, p.40)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Na primeira parte deste artigo será discutido os fatores que levaram ao processo de abertura política, iniciado pelo projeto Golbery-Geisel em 1974, também chamado de “Distensão lenta, gradual e segura”. Compreende-se que dado o início de abertura, podemos encontrar tanto práticas ditas democráticas como também autoritárias, durante o governo de Ernesto Geisel (74-79) e posteriormente o seu general indicado João Batista Figueiredo (79-85). Assim se faz necessária a construção desta pesquisa, a fim de contribuir para elucidação das contradições e continuidades na história política brasileira.

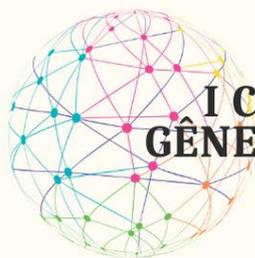
Em seguida será analisado as contradições do processo que permearam entre discursos democráticos e práticas autoritárias, como por exemplo o fim do bipartidarismo e a as exaltações da liberdade democrática para os candidatos dos partidos de oposição, ao mesmo tempo que estava em vigor o “Pacote de Abril” de 1981 e a “Lei Falcão”¹⁶. Ademais a revogação do Ato Institucional número 5 e as lutas pela aprovação da “Lei de Anistia” durante o Governo Figueiredo.

Na última parte da pesquisa será analisado, então, todo o processo de campanha das eleições de 1982, a jornada do Presidente João Figueiredo que rodou o país inteiro discursando a favor do seu Partido Democrático Social - PDS. Além da propagação na imprensa sobre as eleições, propostas e falas dos candidatos até a culminância do pleito político, seus resultados e os primeiros passos para a redemocratização do Brasil, após duas décadas de Ditadura Militar.

Processo de abertura: fatores internos e externos

Compreende-se que a partir do golpe de 1964, o país foi permeado por discursos referentes ao que se entende por práticas democráticas e autoritárias, tanto por quem apoiava o Regime, como também por quem se dizia opositor à política vigente. A contestação contra o sistema começa a ganhar força a partir da segunda metade da década de 70, que será denominado aqui como processo de abertura política iniciado pelo projeto Geisel-Golbery, também conhecido como “distensão lenta, gradual e segura”. Tal projeto se constitui a partir da

¹⁶ A Lei Falcão reduzia significativamente as campanhas eleitorais dos candidatos na Rádio e TV aberta, impossibilitando as apresentações de propostas ou qualquer outra fala, a lei de número 6.339/76 foi apresentada pelo ministro da justiça na época Armando Falcão, ainda sob o governo de Ernesto Geisel.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



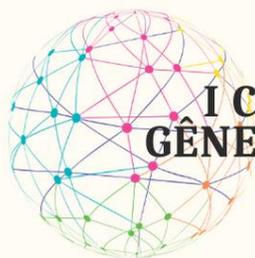
posição *castelista* de alguns militares que almejavam a reconstitucionalização do regime militar, dentre eles podemos destacar Orlando Geisel e João Figueiredo, e por outro lado Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco Montoro a frente do MDB, único partido de oposição.

O processo de abertura política foi marcado tanto por fatores externos quanto internos. A mudança política americana abalou fortemente a economia mundial, na qual o Brasil já estaria inteiramente inserido desde o início dos anos 70, ademais a oposição ao regime vigente, representada pelo MDB e outros órgãos clandestinos e cassados, fomentaram a luta pela redemocratização do país. A bibliografia estudada abrange todos os processos que dizem respeito ao período de abertura política, tantos os fatores internos quanto externos marcaram as discussões a respeito do autoritarismo e do cerne democrático, onde a população tinha acesso através da mídia fortemente censurada, mas que nesse período começa a emergir contra o autoritarismo.

Governo Figueiredo

Um ano depois do golpe civil-militar e início do regime ditatorial, mais precisamente em 27 de outubro de 1965 foi baixado o Ato Institucional número 2, que extinguiu qualquer formação partidária, podendo existir agora somente a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, que reunia as últimas forças de oposição ao governo vigente. Quase uma década depois, com Geisel a frente do Governo inicia-se o processo de abertura, a revogação dos Atos Institucionais foi de suma importância para sua eficácia, contudo, chegando ao fim de seu mandato em 1979, o nome indicado foi João Batista Figueiredo, no qual o plano de redemocratização do país ficava agora em suas mãos, e o primeiro passo seriam as eleições diretas em 1982.

O MDB perdeu o monopólio do voto oposicionista e transformou-se no Partido Democrático Brasileiro (PMDB). O partido do governo, a Arena, foi renomeado Partido Democrático Social (PDS). [...] Brizola, então, fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Por fim, sindicalistas, intelectuais, organizações da esquerda revolucionária, a esquerda católica, ex-



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



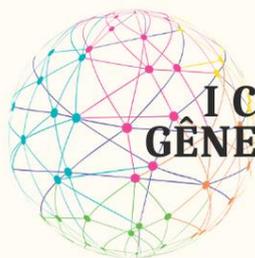
guerrilheiros, entre outros, fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio da Silva, o Lula. (FERREIRA, 2018, p. 31)

O historiador Jorge Ferreira (2019) divide o processo de abertura em dois períodos, o primeiro inicia-se em 1974 com Ernesto Geisel a frente do regime. O autor aponta os pontos de repressão que ainda existiam durante o governo Geisel, que apesar de ser conhecido pela linha mais moderada (castelista) dos generais, o mesmo ainda foi marcado por práticas autoritárias. Sendo assim, percebemos um processo de abertura permeado por contradições, ao mesmo tempo que Geisel acabava com a censura prévia dos jornais, ele também fechou o Congresso Nacional, e elegeu de forma indireta seu sucessor, o General João Batista Figueiredo. Continuando o processo de abertura, um dos pontos importantes desse período é o fim do bipartidarismo. De acordo com Bursztyn (1990), durante as duas décadas de regime militar, o governo usou inúmeros artifícios para manter o sistema partidário disciplinado pelas regras do sistema, assegurando a hegemonia eleitoral do partido situacionista.

Lei Falcão

A Lei Falcão reduzia significativamente as campanhas eleitorais dos candidatos na Rádio e TV aberta, impossibilitando as apresentações de propostas ou qualquer outra fala, a lei de número 6.339/76 foi apresentada pelo ministro da justiça na época Armando Falcão, ainda sob o governo de Ernesto Geisel. Segundo Bursztyn (1990), a livre expressão de campanha dos partidos de oposição foi devidamente censurada, com uma tática jurídica totalmente anti - democrática. Em uma manchete no jornal Folha de SP, em 01 de outubro de 1982, destaca a chamada “cartilha de abertura”, organizada pelo PDS onde fornecia subsídios para os discursos de seus candidatos, a cartilha continha vinte e cinco temas em ordem alfabética e a primeira tinha como título “Abertura política”. A mesma segue cheia de contradições, velando as raízes de autoritarismo que o país ainda estava vivendo, elogiando a liberdade de escolha dos candidatos pelos eleitores e a democratização da TV e do rádio:

[...] São vinte e cinco temas, tratados em ordem alfabética, e o primeiro título é “Abertura Política”. Neste se diz que a principal característica dos regimes



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

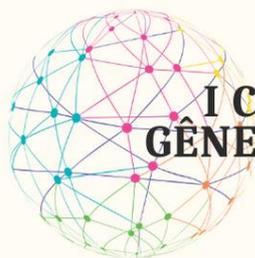


democráticos “não é a forma como se processa a escolha dos governantes, mas o maior ou menor grau de liberdade” nessa escolha. Daí o autor lembrou-se de que os brasileiros não podem elogiar os progressos desta fase, entre eles a revogação do “bipartidarismo compulsório que impediu a livre expressão das correntes políticas minoritárias ou dissidentes”. Pois é, aquela manobra torpe que foi a dissolução do MDB à força virou virtude. E vai por aí afora, até o fecho de ouro: “O Congresso de hoje, em fim de mandato, é o primeiro, desde 1964, a não ser mutilado por qualquer cassação”. É verdade. E que foram os bárbaros que mutilaram os anteriores? Os candidatos que abordarem o assunto terão que encontrar explicações próprias, que a cartilha é omissa a respeito. O mesmo tipo de impostura recheia todos os temas. Ao tratar do debate político, o PDS assegura que “não há notícia, na história do País, de momento mais pleno de debates do que a campanha eleitoral de 1982”. E Elogia a democratização da TV e do rádio, que permitiu o acesso do candidato à consciência do eleitor. Chega às raias da desfaçatez dizer isto em plena vigência da Lei Falcão. (JORNAL FOLHA DE SP, 1982, p. 2)

O título da manchete acima é “B, de Besteira”, ela ainda chama atenção para tamanha falta de escrúpulos do capítulo que trata sobre o pluripartidarismo, onde a mudança de contexto político faria com que a Arena seria arrasada pelo MDB, contudo o que percebemos é que o partido do governo continua dominando os cargos parlamentares. Podemos destacar ainda outras manobras utilizadas para manter esse quadro em vigor, como o “Pacote de Abril” de 1981, que inviabilizaria qualquer tipo de aliança entre os partidos, uma prática política comum em um sistema pluripartidário. Sendo assim, todas as legendas foram obrigadas a apresentar candidatos em todos os níveis, contudo, o fim do bipartidarismo que visava fragmentar as oposições, acabou se revertendo, um dos exemplos é o Partido Popular - PP de Tancredo Neves que seria uma alternativa para o processo de transição política, acabou se fundindo ao PMDB. Mostrando que a uma prática política histórica é mais forte que as normas do governo, mesmo que as alianças fossem impossibilitadas, os partidos de oposição ainda poderiam se fundir para derrotar o situacionista.

Fim do AI-5 e anistia política

Durante os 21 anos de ditadura militar no qual o país viveu, o dia 13 de dezembro de 1968 ficou marcado, o dia que foi baixado o Ato Institucional de número 5 que extinguiu completamente todas as liberdades democráticas, conhecido como “golpe dentro do golpe”. Um



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

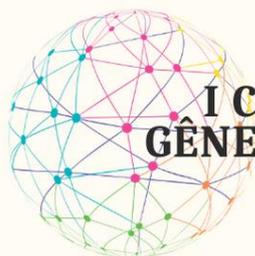


dos pontos mais importantes para o processo de abertura política foi a sua revogação pelo então presidente Ernesto Geisel em 31 de dezembro de 1978. Logo em seguida, com Figueiredo a frente do governo em 1979, outro ponto importante para o processo de abertura foi a aprovação da Lei de Anistia, definida em termos gerais como “perdão geral”, a lei garantiria anistia a todos que cometeram crimes políticos a partir do dia 02 de setembro de 1961. A sociedade civil, os grupos identitários e os partidos de oposição defendiam a lei, vendo-a como uma grande conquista das reivindicações democráticas que se espalhavam pelo país, desde o início do projeto de abertura, tanto que em 75 o núcleo Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, foi pioneiro na luta em prol da libertação dos presos políticos, da volta dos exilados e do fim das punições baseadas nas legislações de exceção.

O grupo organizado pela Advogada Therezinha Zerbini, atuava através de abaixo-assinados, tentativas de interlocuções com o governo, com parlamentares da oposição e com entidades de profissionais liberais, realização de eventos nacionais, etc. Vale lembrar que o grupo levantou a bandeira por anistia em um momento em que a dura repressão do AI-5 ainda estava em vigor. Uma das estratégias para pressionar a aprovação da lei de anistia, foram as denúncias de crimes da ditadura feitas internacionalmente por brasileiros exilados, aumentando a pressão externa pelo fim do regime militar no país. Com a revogação do AI-5, as mobilizações em prol da anistia se tornaram menos perigosas, e chegou no seu mais alto patamar quando o presidente Figueiredo apresentou o projeto para o Congresso Nacional, e em 28 de agosto de 1979 a Lei 6.683 foi sancionada. Entretanto, o projeto de anistia que deveria garantir o fim da repressão ditatorial, apurar os casos de torturas e desaparecidos para enfim condenar os militares que se tornaram armas do Estado, na verdade foi lido como “lei do esquecimento”, garantindo liberdade para os torturadores e dificultando os processos de justiça pelos torturados e desaparecidos.

Mimetismo político

Para Bursztyrn “O período de governo do General Figueiredo (1979-1985) é, sem dúvida, um rico laboratório de análise de experiências no campo dos instrumentos políticos. É



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



possível que em toda a história do Brasil, nenhum governante tenha mudado tantas vezes, e em tão pouco tempo as regras do jogo político” (BURSZTYN; 1990, p.114). Compreende-se por “mimetismo” enquanto um termo biológico, referente à adaptação dos seres vivos. Sendo assim, levado para o campo político refere-se ao processo de acomodação dos parlamentares ou candidatos dentro do contexto político vigente, seja a troca de partidos por conveniência, ou até mesmo a construção de uma imagem. Sobre o último exemplo, podemos perceber as adequações do Presidente Figueiredo e dos candidatos, frente a pressão popular e veículos da imprensa, como por exemplo essas publicações no Jornal Folha de SP:

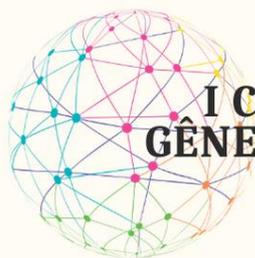
(Figura 01 – Candidatos à vereador)



(FONTE: Folha de SP, 1982)

A Figura 01 destaca as campanhas dos vereadores pelo país a fora, principalmente os candidatos do partido situacionista, a charge mostra a construção do discurso democrático baseado nas reivindicações populares.

A oposição



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

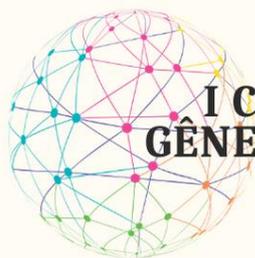


Durante o período do sistema bipartidário, todas as forças contrárias à política vigente se aglomeraram dentro do único partido de oposição: Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que posteriormente torna-se PMDB. Durante a Ditadura Militar surgiram diversos periódicos ditos alternativos, e muitos ligados ao partido de oposição, no Piauí o jornal analisado foi “Inovação”, que segundo o historiador Sérgio Luís da Silva Mendes, teria surgido em 1977 contestando a administração do prefeito de Parnaíba. O jornal esteve em atividade por 10 anos e na sua primeira publicação já se afirmava enquanto oposição à política vigente demonstrando a necessidade de uma nova constituição, intitulado de “O Brasil e a constituinte”.

Doze anos depois de sua criação, o MDB entra em Convenção nacional tão definido doutrinariamente, desde os seus primeiros momentos, ao mesmo tempo procurando superar essa imagem de “Frente de oposição”, que é sua marca registrada. A constituição é a chave que permite resolver os problemas atuais da sociedade brasileira. [...]. (JORNAL INOVAÇÃO, 1977)

Como aponta o jornal, o MDB seguia com fama de frente oposicionista durante o regime militar, já que o bipartidarismo estava em vigor e qualquer outro partido agia clandestinamente pelo país. Sendo assim, segundo o historiador Rodrigo Motta, “O MDB era uma organização imposta artificialmente, resultado de uma reforma institucional que destruíra partidos em vias de consolidação na sociedade brasileira; parecia uma organização inútil para fins oposicionistas [...]” (MOTTA, 2007, p.296). Ainda segundo o autor, os emedebistas mesmo durante a repressão, eram os únicos que poderiam atuar de forma legal, assim o PCB que agia clandestinamente orientava seus militantes a atuarem de forma livre dentro do partido, contudo é importante frisar que nem todos tendiam a ser de esquerda, a maioria, principalmente a ala jovem eram liberais, o que unia os atuantes do partido não era necessariamente uma linha ideológica, mas sim o posicionamento contra - autoritário em um período de extrema repressão política. Assim, o Presidente João Figueiredo e seus aliados, durante suas campanhas nacionais a favor do PDS, sempre ressaltavam o repúdio pelos candidatos oposicionistas:

Anistia, eleição direta de governadores, fortalecimento dos partidos políticos e do pluripartidarismo e as eleições desse 15 de novembro são os patamares



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

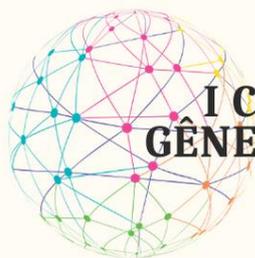
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de um processo que deve dar ao nosso país solidas instituições democráticas”, disse o presidente Figueiredo a cerca de oito mil pessoas, na maioria crianças que se aglomeravam debaixo de um calor de 40 graus na praça Dr. Gama, em Birigui, para ouvir seu discurso e um show de músicas populares que foi cancelado na ultima hora. [...] Depois de pedir votos para todos os políticos do PDS “pois assim vocês estarão dando a aprovação, o estímulo e o alento que necessito para completar minha obra de governo”, o presidente João Batista Figueiredo disse “que muitos tímidos, incrédulos ou de má fé, disseram que não levariam avante o meu projeto, que retrocederia, que a inflação e os problemas criados pela crise econômica internacional tiraram a coragem do governo, que não faria as eleições, temeroso de que o povo atribuisse ao governo a responsabilidade da crise e dos problemas gerados lá fora.” [...] O ex-prefeito de São Paulo repetiu as criticas que faz sistematicamente a oposição, afirmando que seus integrantes “são grandes demagogos, mentirosos e verdadeiros abutres de nosso País”. Afirmou ainda que estes (oposicionistas) se negaram até hoje a dar a mão estendida ao Presidente. “alguns, fantasiados com pele de cordeiro, estão querendo enganar o povo e da barriga do cavalo de Tróia do Partido Comunista começam a agitar.” Reinaldo afirmou que nos últimos anos somente os governos federal, estadual e municipal “trouxeram progresso para o nosso povo”. Alertou mais uma vez os eleitores para as promessas dos oposicionistas. “Nunca fizeram nada e falam como se só eles fossem protetores do povo”. No final de seu breve discurso, o candidato do PDS ao governo do Estado pediu votos para o partido do governo aos participantes do comício. Nesse momento criticou os senadores da oposição, sem citar nomes, fazendo a afirmação de que “todos eles juntos não fazem um dos nossos, isto é, do PDS. (JORNAL FOLHA DE SP, 1982, p. 5)

A manchete acima, destaca como o Presidente João Batista Figueiredo usava os fatores base para o processo de abertura política, como lei de anistia e eleições diretas, para se promover e pedir voto para candidatos do seu partido. Pois, se a população civil acreditasse no processo de redemocratização, o voto nos pedessistas seriam a retribuição de gratidão, para o país continuar nesse caminho. O ex-prefeito de São Paulo, aliado ao Presidente endossa a campanha pelo partido, usando palavras como “demagogos” e “mentirosos” para se referir aos oposicionistas, justificando a falta de apoio dado ao Presidente para firmar o processo de abertura política do país.

Fim das campanhas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

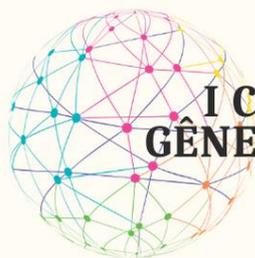


Iniciavam-se assim os caminhos para as eleições diretas em nível Estadual e Municipal. O levantamento de fontes nos revelou várias facetas do processo de eleição que começava a movimentar a população no segundo semestre de 1982, através dos Jornais O DIA e Folha de SP observa-se as tramas do jogo político nacional e piauiense, as falas dos candidatos, os ideais de cada partido e suas promessas, as perspectivas de um futuro democrático para os ingressantes na política e principalmente da população que agora teria a chance de participar democraticamente do cenário político do país.

De acordo com os periódicos estudados, o PDS, partido que saiu das fileiras autoritárias e governistas do ARENA, perdia cada vez mais terreno político para o PMDB, que se tornava mais aberto e mais combativo ao Governo. Candidatos e políticos em mandato abandonavam o barco do Partido Democrático Social em adesão à campanha do partido de Ulysses Guimarães — e em represália, recebiam intimidações de forças militares, como conta o Jornal O Dia em edição de 31 de outubro de 1982: “O prefeito José Carlos Vaz Sampaio, ao anunciar seu apoio à oposição, denunciou que foi pressionado pelo comandante da PM no município, major Uzeda para que não deixasse o PDS. O major teria ido à residência do prefeito intimidá-lo”. Com as eleições se aproximando, as pesquisas eleitorais se formavam em meio a casos de denúncias de corrupção de políticos e outros escândalos, que estampavam as manchetes dos jornais pesquisados, como repercute O DIA:

De acordo com as pesquisas o PDS teria hoje vitória assegurada em 13 estados, caso terminasse por aqui a campanha. São eles: Alagoas, Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Maranhão e Piauí. O PMDB ganharia em sete estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Amazonas, Goiás e Pará, ficando o PDT com o governo do Rio de Janeiro. No Piauí, a pesquisa do Ibope indica Hugo Napoleão, candidato do PDS, com 55,9 por cento da preferência do povo, contra 32,1 por cento para o candidato do PMDB, o partido admite derrota certa em seis estados: Piauí, Maranhão, Ceará, Alagoas, Mato Grosso e Sergipe. (JORNAL O DIA, 1982)

Assim, a vitória esmagadora do partido de situação era praticamente certa na maioria dos estados brasileiros, ainda de acordo com o jornal O DIA a vitória do PDS muito se deve à



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

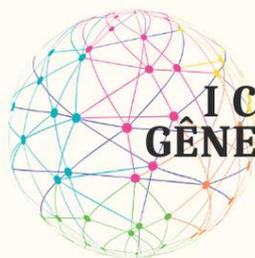


campanha nacional do presidente Figueiredo, que antes do dia 15 de novembro atravessou o país engajado pessoalmente, para conseguir apoio popular ao seu partido a fim de que através de sua vitória, tivesse o maior número parlamentares para a consolidação do seu projeto democrático. As mobilizações do presidente à frente dos comícios eleitorais levavam multidões para as ruas e demonstrava a confiança do povo em seu projeto de abertura democrática através das eleições diretas e o novo momento de pluripartidarismo que o país vivia. Ademais assumindo-se enquanto presidente da transição, Figueiredo prometia transformar o Brasil em um país democrático; seguindo os dias perto do fim das campanhas eleitorais, mais conturbados eram os discursos e acusações dos candidatos, uns contra os outros, até mesmo crimes difamatórios, tudo era válido para conseguir a vitória, uma das acusações mais pregadas para acabar com a campanha do adversário era apontar sua aproximação com a esquerda, propagando o discurso anticomunista.

Seguindo os caminhos para as eleições diretas, uma das preocupações dos possíveis parlamentares eleitos e seus partidos de oposição, era a tão sonhada liberdade democrática, como se daria a relação dos governadores estaduais opositoristas com o governo de situação, com Figueiredo a frente. Uma preocupação plausível, devido os anos de repressão, onde a ARENA tinha praticamente todos os governos sob sua ótica e controle, além das declarações do General Figueiredo durante as campanhas para as eleições, onde o mesmo repudiou com veemência os opositoristas.

Enfim, falta apenas uma semana para o fatídico dia, o país sob quase duas décadas de Ditadura Militar, via-se agora a um passo para a culminância do projeto de abertura liderado pelo Presidente General João Batista Figueiredo. De acordo com as pesquisas, os planos de consolidação de vitória dos candidatos do PDS, estava certo de acontecer, todo o esforço do presidente rodando o Brasil inteiro não foi em vão. Antes mesmo da apuração dos resultados, os presidentes do PMDB e do PDS, respectivamente Ulisses Guimarães¹⁷ e José Sarney já

¹⁷ Ulisses Guimarães nasceu em 6 de outubro de 1916, em Rio Claro, São Paulo. Professor e advogado. Com o fim do bipartidarismo em 1979, fundou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi seu primeiro Presidente. Entre 1967 e 1968, presidiu o Parlamento Latino-Americano. Em 1973, foi antecandidato à Presidência da República, em oposição ao General Ernesto Geisel, candidato do regime militar.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



cantavam vitória, com a maioria de seus parlamentares eleitos, a oposição declarava que seu partido iria eleger 14 Governadores e 210 dos 479 deputados, já Sarney assegurou a vitória de 16 governadores e a maioria absoluta no Congresso.

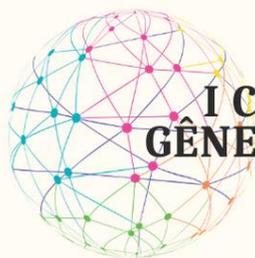
Ainda, de acordo com o historiador Jorge Ferreira (2019), a Anistia Política seria uma reivindicação civil que ansiava por justiça, mas que foi usada como premissa para a volta dos militares aos quartéis e para garantir a imunidade e impunidade dos mesmos, em particular os agentes torturadores e assassinos a serviço da ditadura. Chegado o fatídico dia, onde esperava-se em média cinquenta e oito milhões de eleitores brasileiros, exercendo seu direito de voto, velhas gerações que viveram todo o processo de repressão política, e uma nova que nunca conseguiu gozar de sua cidadania plena.

No Piauí, a situação foi diferente, de acordo com os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TER, nas eleições de 1982, cerca de 670.906 piauienses foram as urnas escolher seus representantes, um número bem expressivo, demonstrando a ânsia para exercer seus direitos em um sistema democrático. Contudo, o eleito para o cargo de Governador do Estado foi o candidato Hugo Napoleão, consolidando a vitória do partido de situação, PDS. O segundo mais votado, foi o candidato Alberto Tavares Silva pelo PMDB, que de acordo com a historiadora Cláudia Fontineles (2015) teria participado do partido ditatorial ARENA, até 1979, posteriormente fundou o Partido Progressista – PP, que diante do processo de abertura política e novo regime pluripartidário, possibilitou a integração de seu partido ao PMDB, para somar forças e derrotar o PDS nas eleições de 1982. A seguir o quadro dos candidatos a Governador do Piauí e os números de votos:

(Quadro 01 – Contagem de Votos no Piauí)¹⁸

Candidatos	Votos
1º - Hugo Napoleão (PDS)	393.818 (58,78%)

¹⁸TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ - TRE, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/OkMshZR>. Acesso em: 20 de Agosto de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



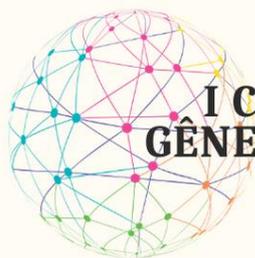
Vice: José Raimundo Bona Medeiros	
2º Alberto Tavares Silva (PMDB) Vice: Waldir Ribeiro Dias	271.274 (40,43%)
3º José Ribamar dos Santos (PT) Vice: Luiz José Ribamar Ozório Lopes	5.814 (0,87%)
85.430 votos brancos 22.087 votos nulos	Total: 670.906

(COSTA, 2020)¹⁹

Considerações finais

Durante a pesquisa, conclui-se que a participação em massa da população brasileira nas eleições de 1982, foi de suma importância para definir os rumos da história política do país. O papel da imprensa livre para as decisões foi um pilar imprescindível para o início do processo de redemocratização, e assim se faz por todas as eleições futuras. Mesmo a taxa de analfabetismo ainda em alta por todo território nacional, dificultando o acesso as propostas e dificultado o exercício da cidadania plena dos cidadãos, que como foi abordado era restrito a uma parcela, dominada principalmente pela elite. De acordo com Busztyn, durante o processo de abertura, a mídia televisiva era de suma importância a formação de opinião dos eleitores, tanto que o governo precisou criar a Lei Falcão, já abordada, controlando o processo de redemocratização do país, tornando-se assim, uma “distensão lenta, gradual e segura” para os militares filhotes da ditadura:

¹⁹ Quadro 01 criado por Endrews Willisses Ferreira Costa, utilizando os dados oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O papel dos meios de comunicação, notadamente a imprensa escrita, é relevante na história política do Brasil. Entretanto, dada sua relativamente pequena penetração – considerando-se a baixa taxa de alfabetização e população dispersa do campo – a Primeira República foi pouco moldada por vicissitudes impostas pela imprensa. Afinal, o jogo político da época se dava ao nível de um reduzido grupo de cidadãos, que liam jornais, mas cujos interesses puderam ser grupados com certa comodidade nas alianças do café com leite. [...] Já durante o regime militar, [...] a ascensão da televisão como formadora de opinião seria de tal envergadura que o próprio governo, que havia criado horário de propaganda gratuita para candidatos a cargos eletivos, acabou restringindo esse instrumento que tanto favoreceu a oposição: Lei Falcão. (BUSZTYN, 1990, p.122-123)

Sendo assim, como podemos ver, e de acordo com o historiador Jorge Ferreira, entre 1974 e 1982, o poder militar manteve controle do processo de transição. Contudo, com os resultados das eleições, tendo avançado significativamente a ala oposicionista, junto com os movimentos estudantis e sindicais pelo país, o domínio militar não era mais absoluto. As reivindicações sociais, principalmente os secundaristas e universitários liderados pela União Nacional dos Estudantes – UNE, voltou com tudo para lutar pela redemocratização, posteriormente transformando-se no movimento “Diretas - Já”, onde o foco agora seriam as eleições diretas Presidenciais.

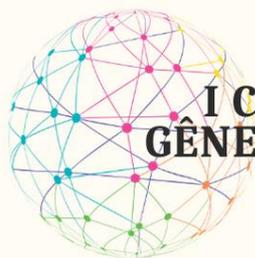
REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. São Paulo, Editora UNB – Imprensa Oficial: 2004.

BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel; (org.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Motta, Rodrigo Pato Sá. O MDB e as esquerdas. (p. 284-332).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



_____; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano**. 1º edição, volume 5; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2018.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2 ed., revista e ampliada, Edusp, 2001.

MENDES, Sérgio Luís da Silva. **SEM MEDIR AS PALAVRAS: atuações do *Jornal Inovação* em Parnaíba – PI (1977-1982)**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. In: LUCA, Tânia Regina de. **História, nos, dos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWARCZ, Moritz Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1º edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O Brasil Republicano: Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. 2º edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2007.

Fontes hemerográficas

B, de besteira. **Jornal folha de SP**. Brasil, 01 de out de 1982.

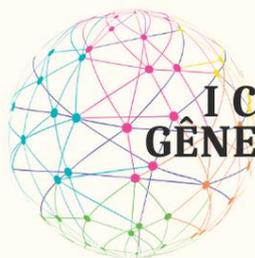
CANDIDATOS à vereador. op. cit. 06 de nov. De 1982.

FIGUEIREDO confia em consolidar democracia. **Jornal folha de SP**. Brasil, 04 de nov. de 1982.

O BRASIL e a constituinte. **Jornal Inovação**. Parnaíba, n. 01, dez. de 1977.

O POVO não entregará seu destino a demagogos. op. cit. 15 de nov. de 1982.

PESQUISA dá vantagem para o pds. **Jornal O DIA**. Teresina, 03 de nov de 1982.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

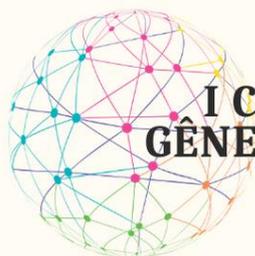
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Sites

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020. Disponível em <https://cutt.ly/MkMsFYy> . Acesso em: 30 de Agosto de 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TER), 2020. Disponível em <https://cutt.ly/GkMs8Eq> . Acesso em: 20 de Agosto de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



“PALAVRAS SÃO NAVALHAS”: DISCURSOS POLÍTICOS E O ESTADO AUTORITÁRIO NOS JORNAIS DE TERESINA (1971-1975)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota

Aluno de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.

carlosalbertomota12@hotmail.com

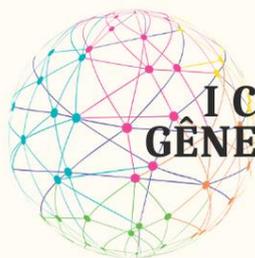
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Professora Doutora vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. cfontinelles@gmail.com

Resumo: Ao lançarmos nossos olhos para o estudo do regime militar (1964-1985) é comum encontrarmos nomenclaturas como “revolução”, “contragolpe”, “combate ao terror”, dentre outras, utilizadas para referir-se às medidas autoritárias adotadas pelo poder executivo. Era uníssono, entre os apoiadores do golpe, o discurso de que se vivia “democracia”, em ocasião alguma referindo-se ao momento como uma ditadura militar. Constatamos, entre os conspiracionistas de 1964, uma narrativa harmônica de combate ao comunismo e defesa da ordem, onde algumas medidas mostravam-se necessárias: um serviço nacional de informação para a investigação de possíveis subversivos (espionagem); uma organização militar alinhada no combate ao comunismo (polícia política); um controle dos meios de comunicação (a censura e a propaganda política). Verificamos que as palavras eram empregadas de forma cautelosa, embora seus significados fossem agressivos. Nos debruçamos, portanto, na análise de como esses discursos eram divulgados na imprensa, observando as interfaces do dito e do não dito, entendendo aspectos da censura e da autocensura. Consideramos o papel estratégico exercidos pelos jornais nesse contexto, salientando a consolidação de um lugar de fala isolado e a serviço do poder. Para desenvolvimento dessa análise abordamos três jornais: *O Dia* e *O Estado*, de circulação diária; e o *Estado do Piauí*, de tiragem semanal. Esses periódicos estavam circunscritos no circuito tradicional da imprensa de Teresina, capital que ganhava projeção mediante o mandato do governador Alberto Tavares Silva, mandatário indicado pelo presidente Garrastazu Médici, que indicara desde seu discurso de posse o desejo de uma política aproximada dos diversos meios de comunicação. Compreendemos que parte dos jornalistas e donos de jornal optaram por estar do lado do poder, tornando-se tanto “colaboracionistas” como “vítimas” das medidas de controle impostas. Esse trabalho tem como principais interlocuções Arendt (2005), Benjamin (2013), Certeau (1994), Darnton (2016), Fico (2008), Fontineles (2015), Gramsci (1982), Kushnir (2012) e Smith (2000).

Palavras-chave: História; Imprensa; Política; Piauí;

O presente trabalho tem por objetivo o estudo de periódicos que circulavam na cidade de Teresina, na primeira metade da década de 1970. Esse período remete ao primeiro mandato de Alberto Silva no governo do Piauí. A sua nomeação para a chefia do estado ligava-se ao



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



desejo do comando nacional de estabelecer políticas alinhadas em toda a federação, delegando diretamente os comandos estaduais.

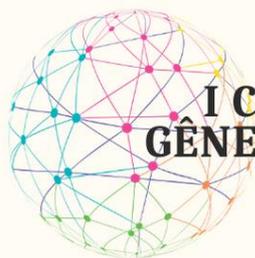
Desde sua posse, Alberto Silva ressaltou a importância de aproximar-se dos diversos meios de comunicação, para que estes vigorassem durante o seu governo. Essa aproximação não pode ser vista desvinculada do contexto político vivenciado, marcado por um Estado Autoritário e medidas de controle social, através duma série de instrumentos.

Destacamos a constatação da imprensa como um meio estratégico empregado pelo governo em busca de legitimidade, usando de artifícios como a censura e a propaganda política, o governo tinha na mídia um ponto de apoio junto a parcela civil da população, acontece que um governo pautado apenas na repressão é compreendido como inviável, dessa forma a imprensa era vista como uma via para transitar entre a coerção e a persuasão.

Observamos nesse contexto um conglomerado de matérias otimistas enaltecendo o governo estadual e o federal. Observamos que parte dos jornalistas e donos de jornal optaram por estar do lado do poder, assim tornando-se tanto agentes como “vítimas” de uma autocensura.

Desde a tomada do poder pelos militares podemos constatar movimentações que buscavam ressaltar a legitimidade do seu comando. O governo instalado pelos generais recusava-se aceitar a alcunha de “golpista”. Nesse sentido as vozes dissonantes deveriam ser silenciadas. O Ato Institucional Número 5 pode ser compreendido como um dos principais símbolos desse caráter intransigente. O contexto que o antecede fora marcado por uma instabilidade política, onde o comando do regime militar observava seu prestígio em declínio junto à sociedade brasileira.

Para completar seus infortúnios, a ditadura estava sofrendo derrotas na área parlamentar. O deputado Márcio Moreira fizera um discurso na câmara denunciando a repressão dirigida pelo Exército. E o deputado Hermano Alves denunciara no jornal “correio da manhã” as tramas para um novo golpe militar. Ofendidos, vários grupos militares exigiram do Congresso a cassação do mandato de Márcio e prometeram punir Hermano. E o que mais os irritava é que o Congresso, mesmo acuado, vacilava em obedecer às ordens militares. No dia 12 de dezembro, o Congresso votou o pedido do ditador para processar o deputado Márcio Moreira Alves. E o congresso disse “não”. A votação foi



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



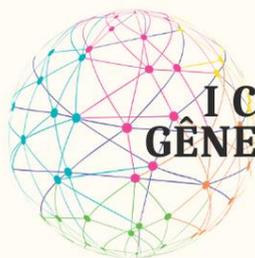
surpreendente: 216 “não” e somente 141 “sim”, num Congresso onde a ARENA, partido oficial da ditadura, era amplamente majoritária (GUISONI, 2014, p. 76).

No dia seguinte, 13 de dezembro, foi promulgado ao AI-5 numa movimentação precária para manter o controle do governo. Aumentaria, ainda mais, o controle sob a imprensa e suas pautas; no entanto, parte dos jornalistas e donos dos jornais apoiaram essa atitude e tornaram-se ao mesmo tempo “colaboradores” e “vítimas” dessa conjuntura.

Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isso esses **jornalistas colaboracionistas** são aqui vistos como *cães de guarda*. À soleira, montaram a guarda e fizeram autocensura no governo Médici, e mesmo antes dele, colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. E seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças (KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 52).

A partir da leitura de Antonio Gramsci compreendemos esses jornalistas colaboracionistas como “funcionários” intelectuais dentro do plano de organização da cultura traçado pelo governo; Gramsci aponta que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem (GRAMSCI, 1982, p. 10). Nessa conjuntura entendemos que, ao colaborar com o governo, esses jornalistas convergem com uma estrutura.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p. 11).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Essa elucidação nos permite entender aspectos importantes das relações estabelecidas entre o governo e jornalistas em várias circunstâncias, apontando o contexto social como um dos fatores primordiais, isto é, a atuação dos periódicos não deve ser descontextualizada como um elemento isolado do social ou do político.

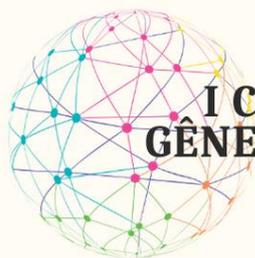
O historiador Jean-Jeanneney argumenta que alguém pode alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, contudo nos convoca a observar a vida cotidiana desses locais: o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos, o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e do fracasso. Após isso faz um lembrete:

O jogo de espelhos pode funcionar até quase o infinito. Sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política de um país (JEANNENEY, 1996, p. 225).

Nesse sentido, ao dirigirmos nossos olhos para os discursos políticos no transcurso do regime militar, buscamos situar essas narrativas tendo em vista as circunstâncias históricas e o local de onde essas falas emergiam. Observaremos que, por exemplo, o uso da palavra “revolução” ou “contragolpe” para se referir ao movimento conspiracionista de 1964 é um recurso estratégico.

Empregamos esse conceito de estratégia com base na leitura do historiador francês Michel Certeau, conforme sua análise isso consiste na possibilidade de um “lugar”, do qual um sujeito, dotado de poder e querer, pode gerenciar suas relações com o exterior. De forma mais clara, Certeau chama de “estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de poder (uma empresa, um exército, uma cidade) pode ser isolado” (CERTEAU, 1994, p. 45).

Esse local específico é entendido como um fundamento que permite uma posição privilegiada na relação com os demais, com a exterioridade, com aqueles que não estão inseridos no lugar. “Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ ‘um próprio’, isto é, lugar do poder e do querer próprios”. Nesse sentido, o discurso que acompanha o poder e colabora para manutenção desse lugar isolado é entendido como estratégico, pois “permite capitalizar vantagens conquistadas” (CERTEAU, 1994, p. 94).

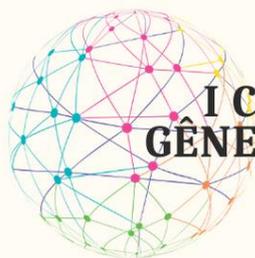
A dança das palavras na imprensa piauiense

A partir da posse do governador Alberto Silva as matérias de viés político aumentariam o ritmo nos periódicos que circulavam em Teresina, seguindo o fluxo do poder, incluindo o Piauí no roteiro daquilo que os militares chamavam de Plano de Integração Nacional. O projeto de governo pautava-se num programa que visava modernizar a sociedade com obras na área da construção civil, todavia além do caráter edificador esse programa carregava um caráter simbólico, para legitimação da ordem vigente. Os militares observavam no progresso nacional um subsídio para manutenção da ordem pública, que se via ameaçada pelos diferentes focos de revolta em todo a federação.

O regime, composto por militares e civis que faziam parte do grupo de poder, se empenhava na busca de aceitabilidade para a ditadura, estava incumbido de preservar os valores e os interesses condizentes com uma suposta ordem democrática, o que era constantemente reafirmado por órgãos da imprensa oficial (REZENDE, 2002, p. 83).



Figura 1: *O Dia*, 19 fev. 1973, p. 3.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

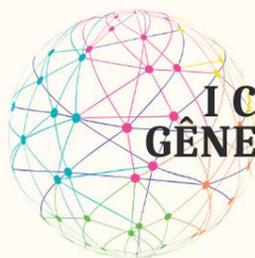
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Os periódicos ao veicularem matérias sobre projetos do estado o noticiavam como um espaço em avanço, com perspectivas de melhorias para a vida dos cidadãos comuns, outrora desamparados. Em matérias, como a da foto acima, sempre se reafirmava o intercâmbio entre o projeto nacional e o plano local, onde o governador era visto como o ponto mediador.

Dentro de uma programação objetiva e coerente com o plano de reorganização proporcionado pela Revolução, em todo o País, o Governador Alberto Silva trouxe para o Piauí um novo sentido de vida e de progresso. Levantando a opinião-popular para um nível de autovalorização de sua capacidade, cabe no Governador o grande mérito de ter despertado os piauienses para a arrancada do desenvolvimento nacional, livres de antigas e pesadas pelas e com ânimo renovado pela certeza de que, verdadeiramente, querer é poder, mesmo quando pouco se tinha para o início das grandes obras propostas pelo Chefe do Executivo estadual. E assim partiu o povo, seguindo o comando governamental, unido em seus propósitos, rumo às realizações que, hoje, consagram o valor da gente do Piauí. (PIAUI... 1973, p. 1)

A reestruturação da imagem do estado buscava romper com o ideal que rotulava o Piauí como o “primo pobre da nação”, nesse ponto os incentivos financeiros liberados pela federação — sobretudo a partir da influência do piauiense Petrônio Portella — colaboraram para a criação de variados projetos e execução de obras públicas na infraestrutura no estado, sobretudo na capital Teresina. Fazendo um balanço do governo de Garrastazu Médici, os políticos e jornalistas piauienses coadunavam com o discurso nacional de um “milagre brasileiro” na economia, nesse sentido colocavam o Piauí como um dos principais favorecidos, ao comparar sua atuação com a omissão de outros condutores da nação perante o estado.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Figura 2: *O Estado*, 15 mar. 1974, p. 2.

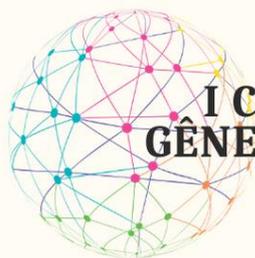
Homenagem: Após fazer um retrospecto das atividades do Governo do Presidente Médici, o vereador Pedro Mendes assegurou que o Piauí foi um dos Estados da Federação mais beneficiados na sua administração, pela conscientização de obras no campo da infra-estrutura.

Prosseguiu afirmando que o Piauí agradecido presta com justiça a sua homenagem, onde a sua administração se revestiu da melhor presença. Todas as oportunidades foram oferecidas ao Piauí, os recursos colocados à disposição do Governo do Estado e como fato fundamental, tendo à frente de um dos ministérios o professor Reis Velloso, viu a realização de um anseio de mais de 150 anos, a autorização para construção do Porto de Luis Correia.

Entre outras atividades do Governo do Presidente Médici, disse, veio para o Piauí a consolidação da "Universidade Federal, a integração da Rodo-Ferrovária, a integração entre jovens conscientes da realidade brasileira, através de uma programação do mais alto valor, que vasalhou o Brasil inteiro em termos de educação que é o Projeto Rondon.

Concluiu afirmando que o povo do Piauí agradecido lhe paga um tributo, pelos elos de ligação entre Brasil e Piauí em termos de liderança político sócio-administrativa. (sic.) (PIAÚÍ... 1974, p.2)

Nesse enlace foram destinadas verbas, sobretudo do Nordeste, que visavam colocar os estados da região em consonância com o andamento das ações no restante do país, integrados ao ideal de modernidade. O poder Executivo se impunha como o condutor do projeto político/econômico de *Um Brasil gigante*, em seu discurso não se falava em ditadura, "a imposição de limites às instituições políticas (parlamento, por exemplo) era justificada pelo



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



regime em nome de uma suposta necessidade ditada pelas condições sociais vigentes naquele período” (REZENDE, 2001, p. 119). A ditadura militar buscava se legitimar pelo discurso da modernidade, cujo um dos sentidos era a remodelação da sociedade pelo um viés tecnicista da construção civil, para efetivação desse desejo foram desenvolvidos planos específicos de aplicação dos fluxos monetários, no caso piauiense, ficou conhecido como “Projeto Piauí”.

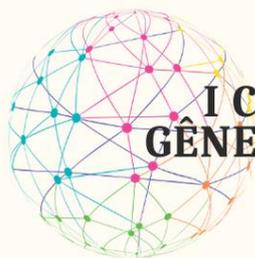


Figura 3: *O Dia*, 19 fev. 1973, p. 3



Figura 4: *O dia*, 11 set. 1973, p. 3

O Projeto Piauí foi um órgão criado pelo poder Executivo para dar continuidade ao Plano de Desenvolvimento Integral Participativo do Piauí, cuja atuação dava-se a partir de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

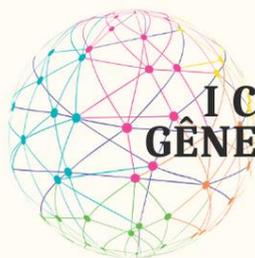


técnicos nas microrregiões do estado, no que configurava-se como a etapa inicial de coleta de dados, a partir daí selecionavam-se líderes locais, institucionais ou não, que recebiam capacitação para continuação da coleta de dados em sua comunidade, produzindo um relatório elaborado que seria parâmetro para as metas de aplicação dos recursos. O jornal O Dia informa que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho estava surpreso e satisfeito com o desempenho do projeto, todavia essa era uma visão que vinha de fora do estado, no âmbito local contestava-se que existia um “falso desenvolvimento”.

Não é preciso ser “expert” em política econômica para se chegar à dolorosa conclusão de que o Piauí não está se desenvolvendo, mas sim crescendo desordenadamente alguns dos seus centros urbanos, com o esvaziamento cada vez maior da zona rural. Aumenta o desemprego e o desespero, corrida da zona rural para as cidades. No Piauí, já se perderam muitas oportunidades de arrancar para o progresso porque os nossos Governadores foram incapazes de pensar e agir realisticamente (DEPUTADO... 1973, p. 1).

A observação registrada pelo deputado Nogueira Filho era pontual, indicando aspectos que ele considerava falhas na gestão de Alberto Silva, que ao aplicar o projeto desenvolvimentista teria tomado Teresina em primazia às demais cidades, concentrando na capital a maioria dos recursos, a elegendo como centro pulsante, que representaria os avanços do estado como um todo. A crítica de Nogueira apresenta-se isolada, em relação a numerosa quantidade de matérias que elogiam a forma como Alberto Silva conduz o governo, em suma por trabalharmos com jornais editados na própria cidade de Teresina, é compreensível que esses vejam com bons olhos as obras nela realizada, a remetendo como um centro irradiador da nova autoestima piauiense.

No caso específico da capital piauiense, o governador Alberto Silva disse entender que a cidade, antes de qualquer outra do Estado, deve e pode representar, traduzir, ostentar o novo espírito de otimismo e de progresso do povo piauiense, frisando ainda que a capital pode e deve ser uma das mais importantes do Nordeste (ALBERTO... 1972, p. 8).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A perspectiva que o Teresina e o Piauí viviam anos dourados era veiculada de maneira ampla, periódicos como *O Estado* carregavam em suas páginas manchetes onde o Governo do Piauí de mãos dadas com o povo teriam aceito o desafio do progresso, sendo assim a ditadura militar trazia novamente os civis para dentro do seu discurso, os classificando como assistentes no projeto de modernização, que antes de tudo era um desafio, exigindo apoio mútuo para arrancada rumo a prosperidade, esquecendo os anos de miséria e sofrimento.

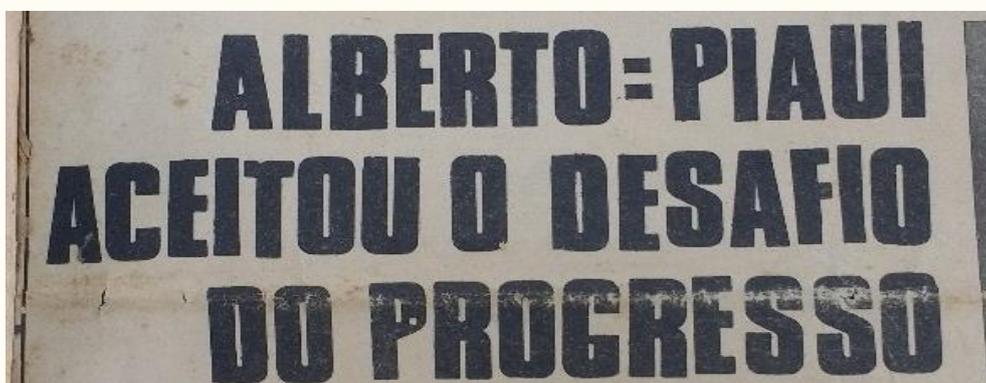
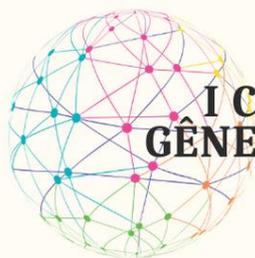


Figura 10: Teresina: *Estado*, 03 jan. 1973, p. 1.

O depoimento do Governador sobre o novo desafio piauiense criou expectativas entre os cidadãos. Desde a sua posse o homem do povo foi conclamado como o motor da sociedade, cuja força e trabalho seriam ferramentas fundamentais para edificação de uma comunidade em níveis mais amplos de civilização, por conseguinte a notícia de novas obras e verbas para o estado gerava eufemismos até entre os intelectuais, como Monsenhor Chaves:

[...] Teresina será, para todo o nordeste brasileiro, o mais importante entroncamento rodoviário que lhe dará acesso à Amazônia. Realmente não há um minuto a perder na preparação de Teresina para o desempenho condigno de sua importante missão (MONSENHOR... 1973, p.1).

Acreditava-se que o governador Alberto Silva, concatenado com o comando federal, havia trazido para o Piauí um novo sentido de vida e de progresso, conforme o jornal *O Dia* as práticas albertistas serviram para levantar a opinião-popular para outro nível de valorização,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



que renovaram o ânimo do piauiense, valoriza-se ainda o Presidente Emílio Médici e seus Ministros pelo apoio na distribuição dos recursos, lhes intitulando “Equipe da Redenção Nacional”.

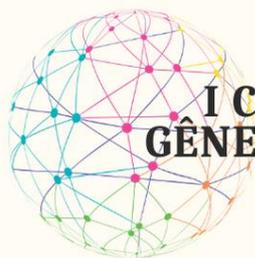
Do Governo Federal não tem faltado apoio ao Piauí e o nome do Presidente Emílio Médici ficará na história deste Estado como um grande benfeitor, pois tem sido através de suas determinações e as de seus Ministros que os recursos têm chegado para a redenção do povo piauiense que, assim fortalecido em suas bases financeiras, há de transformar este recanto avançado do Brasil, no trampolim para a integração da Amazônia. Os ministros Reis Veloso, do Planejamento, Mario Andreazza, dos Transportes, Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, e Delfim Neto, da Fazenda, junto com os demais titulares do Governo Federal, pelo esforço despendido em prol da causa piauiense, recebem, a esta altura, o reconhecimento do povo que já os considera componentes da “Equipe de Redenção Nacional” (PIAUI... 1974, p. 4).

Percebe-se que após os primeiros meses de governo, o nome de Alberto Silva adquire primazia ao do Piauí, visto que as matérias que tratam dos feitos políticos e projetos econômicos estaduais, o colocam como o sujeito do desenvolvimento.

Alberto obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí: Representantes da firma inglesa AngloBrazilianTechnical Services disseram ontem ao governador Alberto Silva que o Piauí pode pedir a importância que desejar, a título de empréstimo, para obras no Estado [...] (ALBERTO... 1972, p.1).

Podemos observar a imprensa piauiense como uma catalizadora dos principais projetos políticos do período, ao passo que em uma mesma matéria agregava o discurso de integração e modernização nacional, simultaneamente colaborava com as “*maneiras de durar* de Alberto Silva” (FONTINELES, 2015) na memória piauiense e aumentava a legitimidade da ditadura militar brasileira.

Dando um verdadeiro balanço de sua administração durante o ano de 1972, o governador Alberto Silva disse, anteontem, através de uma cadeia de rádio e televisão, que o governo e povo do Piauí, de mãos dadas, decidiram trabalhar pela grandeza do Estado, aceitando, assim, o desafio do desenvolvimento. [...]



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

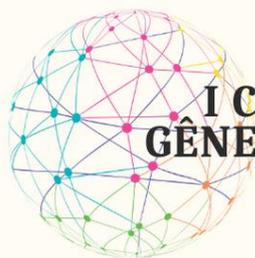


Citou as numerosas obras que foram ou estão sendo implantadas, de Norte a Sul do Estado, abrangendo setores de rodovias, saúde, educação, eletrificação, abastecimento d'água, assistência social, agricultura e pecuária, detalhando, em números expressivos, o significado de todo esse conjunto no aceleração do Piauí (ALBERTO... 1973, p. 1).

Retomamos então a Maria José Rezende, ao afirmar que o projeto da ditadura militar, era conseguir aceitabilidade através de um processo de reconhecimento baseado não somente, mas grandemente, em determinados valores. Isto demonstra que ela não se contentaria com uma forma de aceitação esporádica e/ou tênue de seus atos, medidas, ações e desígnios. Não se está considerando que o regime buscava, porém, adesão somente no âmbito dos valores, ele atuava em todos os níveis. As suas medidas nas esferas econômicas e políticas eram, também, acompanhadas incansavelmente de apelos à legitimidade (REZENDE, 2001, p. 192).

A comunicação do avanço dessas obras revela mais um caráter do regime militar nessa busca por apoio, que seria integrar diversas esferas do seu domínio, concatenando as informações pela imprensa, ao fazer divulgar suas obras, que em seu discurso colocavam o país em um novo estágio de desenvolvimento. Podemos refletir sobre a utilização da mídia durante a ditadura militar a partir do aforismo de McLuhan, que ao afirmar que “o meio é a mensagem” nos situa que a própria atuação da imprensa carrega um significado, nesse momento veiculavam-se obras que pregavam uma modernização do país, na medida que os direitos civis e democráticos eram cerceados.

Esta frase curta é falsamente simples, e carrega vários sentidos. O primeiro é a noção de que, independente do conteúdo ou “mensagem” explícita, um meio tem seus efeitos peculiares na percepção das pessoas constituindo-se em uma “mensagem” em si mesmo. Por exemplo, existe algo de revolucionário no telefone, algo que transforma radicalmente a relação dos seres humanos com o tempo e com o espaço. Tal dimensão, a “mensagem do meio” – aquilo que o telefone faz com a comunicação humana – não se encontra no “conteúdo” ou na “mensagem” de nenhum telefonema particular. Neste sentido, McLuhan chamava de “sonambulismo de nossos dias” a obsessão crítica com os “conteúdos” das mídias e o esquecimento sobre o bias colocado pelo próprio meio. Para ele, os programas veiculados na TV são como um pedaço de carne suculento oferecido ao cão de guarda, enquanto o ladrão rouba a casa (BRAGA, 2012, p.50).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Adaptando essa metáfora, podemos compreender o cão de guarda como nossa consciência, enquanto o pedaço de carne são os discursos da imprensa que desviam o foco da nossa atenção para as obras de infraestrutura, ao passo que o governo limita as liberdades democráticas como o ladrão que invade a casa.

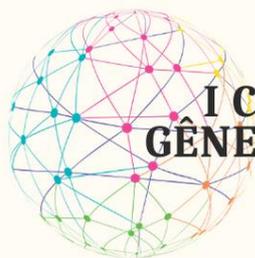
Considerações finais

A história da imprensa no decorrer do Regime Militar Brasileiro não pode ser compreendida de forma determinista ou parcial, nesse sentido ao utilizarmos o enfoque político não podemos esquecer que as relações evidenciadas nesse enredo são atravessadas por aspectos culturais, políticos e econômicos. Conforme pontuamos, os grupos jornalísticos que produziam matérias ao longo desse período não existiam como um organismo isolado da sociedade, sendo assim estavam imbricados na trama histórica que os circundava, sujeitos as consequências comuns a todos os civis.

Nesse cenário o universo de contestação ao Regime mostrava-se sombrio e arriscado, em meio à onda de repressão sofrida por outros grupos, como estudantes e operários sindicalistas. Toma nota, então uma face da imprensa alinhada ao governo oficial, no que aproximamos da noção de *estatistas*, isto é, uma atuação dos intelectuais em compasso com o ideal do estado.

O caráter *estatista* favoreceu aos militares, à medida que o espaço dos jornais foi utilizado como local de expressão do imagético ditatorial, ou seja, um local onde se fundiam as práticas e os discursos. A imprensa passou a ser vista como um espaço de legitimação do projeto político militar, pautado na construção civil como fundamento para integração nacional e modernização da sociedade.

No âmbito piauiense, destacou-se a figura do governador Alberto Tavares Silva, que chegou ao comando do Estado com certo receio da sociedade, por tratar-se de uma figura nova na política local. Todavia, o mandatário soube transitar nos espaços e construir uma gestão em



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

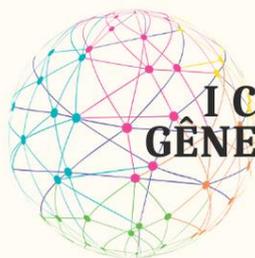


sincronia com o governo federal, obtendo recursos que ajudaram a reerguer a autoestima do Piauí.

No processo de busca de identidade e valorização do Estado a imprensa ocupou papel primordial, ao veicular os avanços que o Piauí conquistava a partir da interferência direta do seu obstinado chefe executivo. Classificamos essa atuação como *colaboracionista*, conforme o termo de Beatriz Kunshir, que ao analisar a relação entre censores e jornalistas durante o Regime Militar observa uma autocensura nos discursos, que se aproximava do elogio às práticas governamentais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. **Teresina: O Estado**. 4 fev. 1972, p.8
- ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. **Teresina: O Estado**. 1º mar. 1972, p.1
- ALBERTO: Piauí aceitou o desafio do progresso. **Teresina: Estado do Piauí**. 03 jan. 1973, p. 1.
- BRAGA, Adriana. **Mcluhan entre conceitos e aforismos**. ALCEU - v. 12 - n.24.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**, vol. 4, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEPUTADO Nogueira Piauí vai muito mal. **Teresina: O Estado**. 13 jan. 1973, p. 1
- FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



GRAMSCI Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUISONI, Divo (org.). **O livro negro da ditadura militar**. São Paulo: Ed. Anita com co-Edição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia; In: REMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MONSENHOR elogia obras de Alberto em Teresina. **Teresina: O Estado do Piauí**. 04 jan. 1973, p. 1.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVO Governo. **Teresina: Estado do Piauí**. 18 mar. 1971, p.2

PIAUI beneficiado no governo Médici. **Teresina: O Estado**. 15 mar. 1974, p. 2.

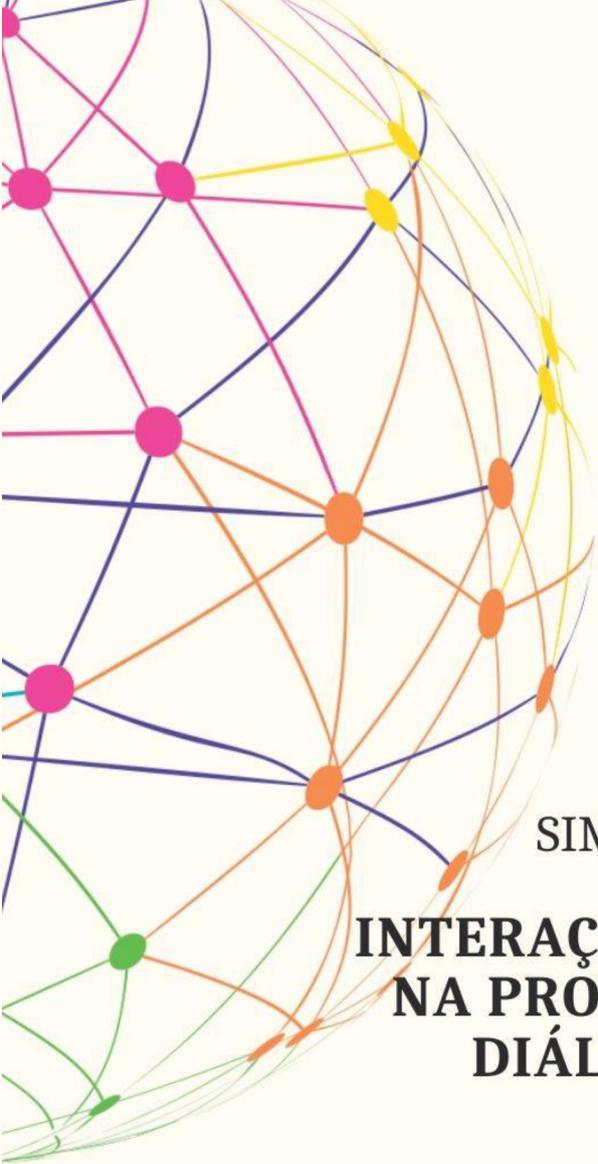
PIAUI caminha a passos largos com o progresso. **O Dia**. 19 fev. 1973, p. 3.

PRESTÍGIO à imprensa. **Teresina: O Estado**. 27 jan. 1971, p. 4.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964- 1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

**INTERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS
NA PRODUÇÃO DOS SABERES:
DIÁLOGOS DA HISTÓRIA**

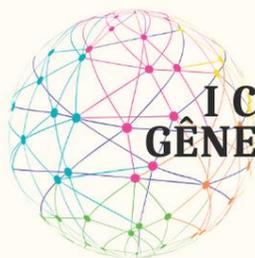
Coordenadores:

Antonia Valtéria Melo Alvarenga (UESPI/UEMA)

Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI)

I Congresso Internacional de Gênero, Prática e Epistemologias

07 a 10 de dezembro de 2020



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO DE SOLDADOS E CIDADÃOS PÁTRIOS (1930 -1945)

Joyce Lima Costa

Bolsista Pibic-Cnpq; Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Graduada em Lic. Plena em História; e-mail: joyce.jlc16@gmail.com

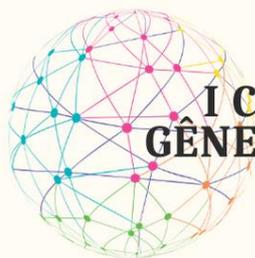
Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Orientadora; Profa. Dra. Adj. da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); valteriaval2@gmail.com

Clarice Helena Santiago Lira

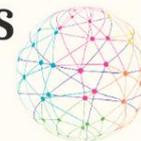
Coorientadora; Profa. Ma. Assist. da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Doutoranda em História (UFSM); e-mail; caicelira@gmail.com

Resumo: Esse trabalho apresenta a proposta de investigação Pibic-Cnpq que tem como objetivo investigar o papel desenvolvido pelo Exército Brasileiro, através do serviço militar obrigatório por meio de sorteio, na fabricação de uma nova sociedade, projeto idealizado pelo Estado brasileiro e suas instituições numa configuração em que esses se tornavam cada vez mais presentes (1930-1945) (ALVARENGA, 2020). O estudo das forças armadas e sua relação com aspectos da vida social, política e cultural torna-se fundamental para a compreensão de processos históricos de povos como os da América Latina e do Brasil em que os militares ou se apresentam historicamente como força democrática, ou como força conservadora e, até como força reacionária (CUNHA, 2010 apud COMISSOLI; LIRA, 2019). Desde a segunda metade do século XIX, e intensificado nas primeiras décadas republicanas, setores da elite militar e civil consideravam que o ingresso de um maior número de jovens no quartel por meio de sorteio permitiria que eles recebessem, de forma homogênea, independentemente de sua origem social, uma formação adequada para a formação de um homem novo (CASTRO, 2012). Ou seja, produzir-se-ia, com a experiência militar mais moderna, um soldado disciplinado baseado nos ditames civilizacionais das grandes nações, o que ressonaria na fabricação de um cidadão novo e de uma nova sociedade. Nesse sentido, para o desenvolvimento da proposta apresentada deverão ser usados como fontes históricas os boletins internos do 25º Batalhão de Caçadores, os relatórios do Ministério da Guerra e o jornal Diário Oficial produzido pelo governo piauiense que se encontram respectivamente no Arquivo do 25º BC, no site da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Piauí. Dentre as referências teóricas que serviram de base para a construção do projeto em discussão pode ser citado Michel de Certeau (1994) com os conceitos de produção e consumo. Quanto a literatura sobre o serviço militar no Brasil, foram utilizados os estudos de Celso Castro (2012), Vitor Izecksohn (2013), Clarice Helena Santiago Lira (2020), entre outros. É importante informar que o serviço militar por sorteio foi promulgado no Brasil, em 1908, mas sofreu durante muito tempo uma série de reveses provocados principalmente pela fragilidade da organização militar em locais mais distantes dos principais centros urbanos do país, tendo como um dos exemplos, o Piauí. No entanto, as configurações políticas e sociais



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



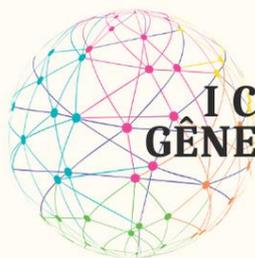
das décadas de 1930 e 1940, permitiram de forma gradual o fortalecimento do Exército e a consolidação do sorteio militar em todo o país. E como isso se deu no Piauí? É importante destacar que o Projeto Pibic-Cnpq em discussão, está em processo inicial de desenvolvimento. Nesse sentido, têm-se muitas leituras a serem feitas e dados a serem analisados nas fontes acessadas. Espera-se responder a boa parte dos questionamentos da pesquisa com o intuito de produzir conhecimento sobre essa experiência marcante vivenciada pela sociedade brasileira e piauiense que foi a implantação do serviço militar por sorteio, mas que é pouco estudada pelos historiadores brasileiros

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Serviço Militar. Sorteio Militar. Cidadão. Piauí

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de investigação Pibic-Cnpq, intitulada “O serviço militar obrigatório na formação de soldados e cidadãos pátrios (1930 -1945)” (ALVARENGA, 2020). Esta proposta pretende analisar o papel endereçado ao Exército na fabricação de um homem novo, ideal projetado pelo estado nacional brasileiro e suas instituições nas décadas de 1930 e 1940, mais especificamente no governo de Getúlio Vargas. O espaço privilegiado da pesquisa será a experiência vivenciada pela sociedade piauiense diante da configuração apresentada.

O estudo das forças armadas e sua relação com outros aspectos da vida social, como a política e a cultura são fundamentais para a compreensão da história das sociedades. No caso específico da História das Américas, é perceptível a participação marcante dos militares ao longo da história da América Latina e especialmente da história brasileira. De acordo com a tese de Nelson Werneck Sodré, nas palavras de Paulo Ribeiro Cunha (2010), nessas sociedades, os militares ou se apresentam historicamente como força democrática, ou como força conservadora e/ou até mesmo como força reacionária.

A historiografia militar passou por muitas transformações. De acordo com Arias Neto (2020) o gênero de estudo designado “História Militar” surgiu no final do século XIX, derivado das histórias nacionais, emergindo como narrativa das guerras que deram origem e formação aos Estados Nacionais. Durante o século XX, muitas mudanças ocorreram diante das constantes reflexões feitas pelos historiadores sobre o seu ofício, o que possibilitou uma ampliação do campo da história e uma reavaliação do conhecimento produzido ao longo do tempo. Em um



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

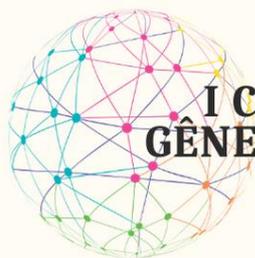


primeiro momento a História Política e Militar foi preterida, por ser considerada como a história dos “grandes homens” e “grandes feitos”.

Essa história, que foi deixada em segundo plano, retornou a pouco mais de trinta anos, sob novas perspectivas. No Brasil, por exemplo, a História Militar conheceu notável crescimento a partir de meados da década de 1990, proporcionado possivelmente pelo distanciamento do período ditatorial (1964-1985) como também pela expansão das pós-graduações nas universidades brasileiras. Ressalte-se que no Regime Militar o espaço acadêmico teve pouco interesse em discutir as Forças Armadas e, os escassos estudos nessa área se voltaram para a pesquisa do envolvimento militar na política, desconsiderando outras análises sobre a instituição (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 13). Figueiredo (2015, p. 12-14) ao tratar dos motivos que contribuíram para a ampliação desse campo do saber nos últimos anos cita como pontos importantes a profissionalização dos arquivos militares, com o ingresso nesses espaços de historiadores e arquivistas de formação; a progressiva abertura de acervos produzidos ou relacionados ao meio castrense; e a crescente profissionalização dos cursos de pós-graduação. Dessa forma

o uso de novos temas, fontes e abordagens na produção da História Militar articulada à expansão dessa área de estudo no universo acadêmico vem contribuindo de forma relevante para a interpretação do papel dos militares nos movimentos históricos, tanto em seus avanços quanto em seus retrocessos, assim como a influência sofridas por eles do mundo social (COMISSOLI; LIRA, 2019).

Descrita a relevância da História Militar e da trajetória por ela percorrida, partiremos, a partir de agora para um segundo momento que é a exposição mais clara do projeto Pibic-Cnpq, objeto dessa comunicação. O projeto pretende investigar o papel do serviço militar obrigatório, conduzido pelo Exército brasileiro entre os anos de 1930 e 1945, na fabricação de uma nova sociedade condizente com o idealizado pelo estado brasileiro e suas instituições. É interessante ressaltar que o discurso sobre o uso da experiência militar como instrumento fundamental na formação de homens ideais não era novidade do período que se propõe investigar. Nas décadas finais do Império e primeiras décadas da República essa ideia circulava entre grupos da elite



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



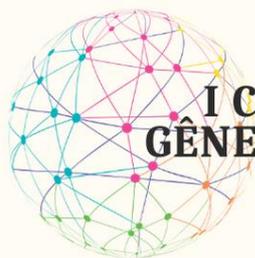
militar e civil brasileiras, no entanto, as décadas de 1930 e 1940 com suas configurações sócio-políticas específicas fornecerão maior potencialidade aquelas pretensões.

José Murilo de Carvalho (2005), por exemplo, ao analisar a trajetória do exército brasileiro na primeira metade do século XX constata que nas décadas de 1930 e 1940 é perceptível a organização e presença mais efetiva do Exército na sociedade brasileira com possibilidade de a influenciar. Mas que percalços o serviço militar obrigatório, por meio de sorteio, sofreu até se consolidar na sociedade brasileira? As décadas de 1930 e 1940 proporcionaram, como afirma Carvalho, o estabelecimento efetivo do serviço militar em todo o território brasileiro? O que foi atingido pelo estado brasileiro e o que foi gestado pelos brasileiros/piauienses em relação ao ideal de sociedade que via na experiência militar um instrumento importante de transformação? (Alvarenga, 2020)

A primeira tentativa de implementação do serviço militar obrigatório por meio de sorteio se deu ainda no Império, através da lei nº 2.556 de 26 de setembro de 1874 (MENDES, 2010). Houve nesse período conflitos populares em várias províncias contrários a implementação da nova lei como descreve Mendes (1999, p. 275-276):

No dia determinado para a reunião das juntas de alistamento em todo o Império, 1º de agosto de 1875, em várias províncias, multidões de homens e mulheres invadiriam os adros das igrejas, impedindo a realização das reuniões das juntas ou destruindo os alistamentos que ali se realizavam. Em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, as atas das juntas de alistamento de inúmeras paróquias relatariam a ação de grupos de homens e mulheres interrompendo repentinamente as reuniões das juntas e destruindo os papéis do recrutamento. A geografia dos distúrbios, entretanto, seria marcada por intensidades variáveis, no tempo e no espaço.

Além da reação popular, dificuldades de outra natureza se fizeram presentes, o que inviabilizou a sua efetivação. No Piauí, Clarice Helena Santiago Lira (2020) não observou conflitos como os descritos acima, mas constatou que o estado brasileiro e o Exército não tiveram a organização burocrática necessária para a implementação da nova proposta de recrutamento.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

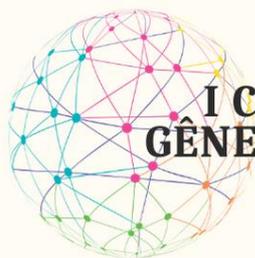
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A nova lei do recrutamento inseria-se numa proposta de modernização da sociedade brasileira. Pretendia-se formar um contingente nacional de cidadão pátrios que não vissem o serviço militar como castigo, mas como dever de todos os brasileiros por amor a sua pátria. Grupos da elite militar e civil, consideravam a educação militar de jovens nos quartéis advindos de todas as origens sociais, seria um dos meios para se chegar a uma nação moderna, educada, saudável e patriota. Porém, longe das aspirações dessa elite social, o serviço militar era visto como algo até mesmo “desonroso”, principalmente para os homens pobres, pela maneira como se deu o recrutamento até os primeiros anos da República. Vítor Izecksohn (2013), por exemplo, ao tratar do recrutamento compulsório no Brasil, afirma que diferentemente do que aconteceu no século XX, em que o país se envolveu de forma limitada em dois conflitos mundiais, no período colonial e durante boa parte do século XIX a possibilidade de recrutamentos era constante devido a guerras internacionais, às campanhas contra índios e aos conflitos civis.

A segunda tentativa de implementação do serviço militar por meio de sorteio se deu em 4 de janeiro de 1908, quando foi promulgada a nova lei de serviço militar obrigatório. Esta obrigava a todos os brasileiros em idade de servir a passarem pelo alistamento militar. Aqueles que não comprovassem o direito à isenção, forçosamente fariam parte do sorteio, e caso fossem sorteados teriam que cumprir com o serviço do exército. Ao menos era o que estava prescrito na letra da lei (BRASIL, 1908, p. 57-79). No entanto, as limitações organizacionais, constatadas com a experiência da primeira tentativa de implementação do sorteio militar em 1874, ainda se faziam bastante presentes nas primeiras décadas da República, fator que impediu mais uma vez a execução do sorteio militar como uma das formas de ingresso no serviço do exército.

Boa parte da literatura que estuda a questão, afirma que a concretização do sorteio militar para o ingresso no serviço militar obrigatório só foi possível em 1916 e mesmo assim com alguns contratempos. A fragilidade gerada pela fraca presença de forças militares no interior do país como também unidades militares pouco adequadas ao bom andamento do trabalho burocrático e da formação de jovens soldados gerava ainda grandes entraves para a operacionalização da nova forma de ingresso no serviço militar.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

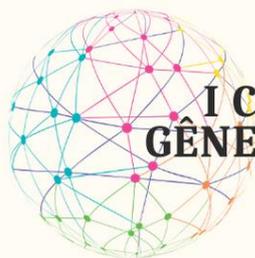


No Piauí e em outras regiões do Brasil, não havia uma guarnição federal permanente (BRASIL, 1917) no momento da concretização do primeiro sorteio. Somente em janeiro de 1918 foram instalados no Piauí, a 4ª Circunscrição de Recrutamento, responsável pelo alistamento e sorteio dos jovens piauienses que estavam em idade de servir e, o 44º Batalhão de Caçadores, posterior 25º Batalhão de Caçadores, responsável pelas atribuições referentes ao cumprimento do serviço militar obrigatório dentro do quartel. É importante ressaltar que essas unidades militares não tinham sede própria, o que veio acontecer apenas em 1925 com a inauguração do quartel do 25º Batalhão de Caçadores (ARAÚJO, 2020).

É perceptível as dificuldades existentes no Exército daquele período para a boa execução da lei do serviço militar. E as mudanças desejadas há algumas décadas não ocorreram rapidamente, mas de forma processual. José Murilo de Carvalho, por exemplo, informa que da aplicação do primeiro sorteio, em 1916, ao ano final da Segunda Guerra, em 1945, o retrato do Exército, mesmo longe do ideal, tinha sofrido muitas transformações: “O recrutamento e o sorteio já atingiam todas as camadas da população e o serviço militar ampliara-se substancialmente [...]” (CARVALHO, 2005, p. 76). Frank McCann (2007) também constata que nas décadas de 1930 e 1940 o Exército Brasileiro já havia passado por muitas mudanças, tendo como elemento de transformação, o aperfeiçoamento na divulgação do sorteio militar o que possibilitou um grande aumento no número de efetivos.

Diante dessa nova configuração em que o Exército se fortalecia e atingia todas as camadas da sociedade, que procedimentos foram adotados na formação dos jovens que ingressavam no serviço do Exército? Atingiu-se o ideal de homem, de cidadão e de sociedade formulado pelo estado brasileiro desde fins do Império? E no Piauí, como se processou essa experiência?

Para se compreender como se deu esse processo no recorte temporal proposto, faz-se necessário recorrer a fontes históricas que possam responder ou indicar caminhos sobre as questões apresentadas. Carlos Bacellar (2008, p. 51) declara que o “iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”. Sobre



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

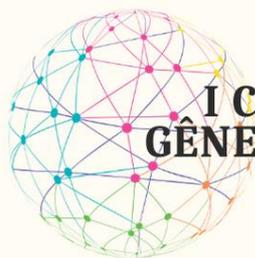
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



esse papel das fontes históricas no trabalho do historiador apresentado por Bacellar, Barros (2012, p. 411) acrescenta: “[...] Qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes.”

Para o desenvolvimento da proposta apresentada deverão ser usados como fontes históricas os boletins internos do 25º Batalhão de Caçadores, os relatórios do Ministério da Guerra e o jornal Diário Oficial produzido pelo governo piauiense que se encontram respectivamente no Arquivo do 25º BC, no site da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Piauí. É fundamental destacar, que mesmo essas fontes históricas sendo importantes para a investigação, elas não falam por si mesmas, é preciso questioná-las pois são documentos feitos por homens, que dentro do seu tempo e de acordo com o seu lugar de pertencimento o constituíram. Ao historiador cabe, a utilização desse documento sabendo que ele não é neutro, e que assim como quem o construiu fez os seus recortes, o historiador que se apropria desse documento deve analisá-lo com cautela. Jacques Le Goff (2003, p. 525), enfatiza que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa – os historiadores.”

Como exemplo, ao se interpretar os dados encontrados no Diário Oficial que é uma das fontes da presente pesquisa será levado em consideração a realidade político-social em que esse jornal foi produzido, “[...] percebendo-o, sobretudo como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social (LUCA, 2005, p. 116-119). Quanto aos boletins internos, que são documentos burocráticos diários produzidos pelas unidades militares, pretende-se problematizar a partir deles a formação recebida pelos jovens ingressos no quartel e o papel dessa formação no ideal de sociedade fabricado pelo Exército e pelo Estado Brasileiro. Já com os relatórios do Ministério da Guerra pretende-se investigar como se processou o serviço militar obrigatório em todo o território nacional, observando as aproximações e distanciamentos dessa experiência entre os estados brasileiros, especialmente o Piauí. Observa-se que todas as fontes que deverão ser analisadas têm como produção órgãos oficiais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



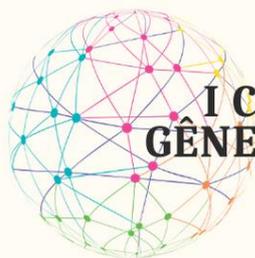
Sobre o uso de fontes oficiais na pesquisa histórica, Peter Burke (1992, p. 13) esclarece que “[...] os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial”, e esse ponto de vista durante algum tempo foi apropriado pela escrita acadêmica como semelhante ao efetivamente acontecido, negligenciando outras evidências e experiências produzidas pelas sociedades. No entanto, os avanços na pesquisa histórica não excluíram a importância que a documentação oficial possui como vestígio do passado, o que sofreu alterações foi a forma como essa documentação, em conjunto com outras, passou a ser usada pelo historiador, contribuindo para uma análise mais complexa do social numa dada experiência histórica.

Na construção de um diálogo com as fontes apresentadas, optou-se num primeiro momento por referenciais teóricos que tomam a realidade como algo complexo e contraditório em que discursos e práticas estão constantemente em jogo. Entre as referências importantes, utilizadas para a construção do projeto em discussão está Michel de Certeau (1994) com os conceitos de produção e consumo. Para este teórico

“[...] diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfrelamento em conformidade com outras ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”.

Os conceitos de produção e consumo formulador por Certeau se tornam fundamentais para a interpretação da rede complexa de operações estabelecidas entre o modelo de sociedade brasileira que se tentava impor nas décadas de 1930 e 1940 e a forma como os diferentes grupos sociais, entre eles os jovens sorteados que foram obrigados a cumprirem com o serviço militar, consumiram essas imposições.

É importante destacar que o Projeto Pibic-Cnpq em discussão, está em processo inicial de desenvolvimento. Nesse sentido, ainda se tem muitas leituras a serem feitas e dados a serem acessados nas fontes descritas. Espera-se responder a boa parte dos questionamentos da pesquisa com o intuito de produzir conhecimento sobre a experiência marcante vivenciada pela



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



sociedade brasileira e piauiense que foi a implantação do serviço militar por sorteio, mas que é pouco estudada pelos historiadores brasileiros. Além disso, com o projeto apresentado pretende-se produzir um banco de dados sobre o serviço militar e o Exército Brasileiro das décadas de 1930 e 1940, com o intuito de disponibilizá-lo a futuros pesquisadores, interessados na temática.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. **O serviço militar obrigatório na formação de soldados e cidadãos pátrios (1930 -1945)**. Projeto Pibic-Cnpq. Universidade Estadual do Piauí, 2020.

ARAÚJO, Johny Santana de. A criação e implantação do 25º batalhão de caçadores do exército brasileiro em Teresina: civismo, sociabilidade e memória (1917-1934). **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina - PI, vol. X, n. I, p. 79-97, abril de 2020.

ARIAS NETO, José Miguel. Apresentação do dossiê: nova história militar. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 25, jan-jun. 2020. p. 15-20.

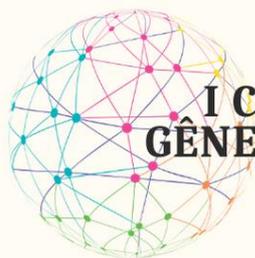
BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mal uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v. 25, n. 2, jul./dez. 2012, p. 407-429.

_____. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, mai-ago/ 2012, p. 129-159.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Graduado José Caetano de Faria, ministro de estado da guerra em maio de 1917**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1917. Disponível em <<https://cutt.ly/rkMfnSP>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, (Anexo B). Disponível em: <<https://cutt.ly/UkMhu2Y>> Acesso em: 07 jan. 2017.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Introdução: Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11-42.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COMISSOLI, Adriano; LIRA, Clarice Helena Santiago. Apresentação: história militar, historiografia e caminhos de pesquisa. In: Vozes, Pretérito & Devir, Ano VI, Vol. X, nº I, 2019, p. 4-8.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Um clássico mais que contemporâneo. Prefácio. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-17.

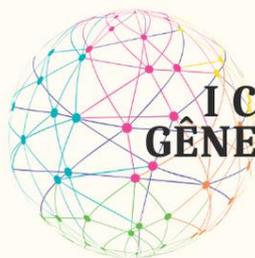
FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Prefácio. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (orgs.). **História militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015. p. 7-10.

IZECKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem: recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: Priore, Mary Del; Amantino, Márcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 266-297.

LE GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIRA, Clarice Helena Santiago. A implantação da nova lei do recrutamento militar na província do Piauí (1875-1876). In: LIRA, Clarice Helena Santiago; MARINHO, J. Z. S.; MENESES, L. S. S. M; FONTINELES FILHO, P. P. (orgs.). **História profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidades**. Teresina, PI: Edufpi, 2020. p. 221-238.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116-119.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

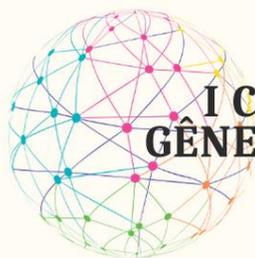
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MENDES, Fábio Faria. A "Lei da cumbuca": a revolta contra o sorteio militar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 267-293. Disponível em: <<https://cutt.ly/8kMkadg>>.

MENDES, Fabio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2010.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



PARA ALÉM DA TELA DA TV: A SOCIEDADE BRASILEIRA APRESENTADA NA TELEDRAMATURGIA DE GILBERTO BRAGA

Tania Geórgia Alves de Oliveira

Mestranda em História – PPGHB/UFPI. E-mail: taniageorgiaoliveira@gmail.com

Pedro Pio Fontineles Filho

Doutor em História – UFC. Professor do PPGHB/UFPI. Professor do
PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor de História – UESPI/CCM

E-mail: pedropio@ccm.uespi.br

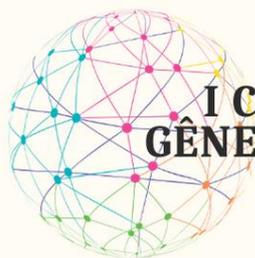
Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como o autor Gilberto Braga retrata a sociedade brasileira na sua teledramaturgia e como sua obra vai evidenciado aspectos subjetivos como relações afetivas são vivenciadas até aspectos de cunho mais coletivo, ou seja, assuntos que interferem no meio social. Metodologicamente, foi realizada a análise da produção de teledramaturgia do autor. O arcabouço teórico-historiográfico centrou-se nos debates de Kegler e Araujo (2007) e Meneses (2003). Nesse sentido, observar que valores macro políticos, tais como inflação, desemprego, e micro políticos, como valores éticos, honestidade e corrupção se desdobram nas tramas do autor.

Palavras-chave: História. Teledramaturgia. Gilberto Braga. Sociedade.

Introdução

A telenovela conta histórias de vida, e, através de personagens, tenta reproduzir fatos e acontecimentos da vida de pessoas reais, a fim de que as pessoas se identifiquem e acabem acompanhando o desenrolar dessas histórias. Essa narrativa, muitas vezes, transporta os receptores para um mundo fantasioso, pois, na maioria das histórias, personagens ricos são infelizes e de mau caráter, enquanto que os pobres são honestos e felizes, ou seja, há a ênfase dos extremos, os quais revelam somente uma das faces do ser humano. Vê-se, então, a presença de estereótipos, de relações, e de papéis sociais nesses enredos (KEGLER; ARAUJO, 2007, p. 06).

A perspectiva a ser considerada para a importância da realização desse estudo está no fato da utilização de telenovelas como fontes históricas, algo que é pouco explorado ainda no campo acadêmico de História, ocorrendo que as mesmas são ainda pouco divulgadas até mesmo como possibilidades de se tornarem fontes de pesquisas historiográficas. Muitos estudos acadêmicos aponta a televisão ainda como um instrumento de alienação e de simplesmente



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



pertencente a uma indústria cultural massificado, inferiorizado se comparada a outras formas culturais existentes.

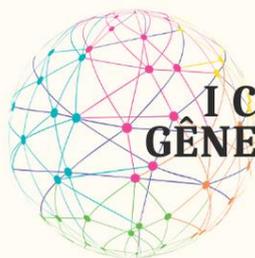
E como esse artigo teve como intuito utilizar uma das programações televisivas mais assistidas pelos brasileiros que são as telenovelas, faremos uso de entender como a obra de Gilberto Braga podem ser analisadas como fontes históricas logo mostraremos que elas são possíveis sim de serem utilizadas como fontes de estudos acadêmicos e que se mostram bastante relevante para andamento de diversas pesquisas universitárias.

Primeiros Capítulos: Gilberto Braga e o começo de sua Teledramaturgia

Gilberto Tumscitz que posteriormente veio adotar o sobrenome de sua mãe sendo assim conhecido como Gilberto Braga nasceu no Bairro da Tijuca no Rio de Janeiro no dia 01 de novembro de 1945, e aos 10 anos de idade muda-se com a família para Copacabana. Filho de um escrivão da polícia estudou no Instituto de Educação e no Colégio Pedro II e posteriormente cursou a faculdade de Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi professor de francês na Aliança Francesa e ingressou no Jornal O Globo como crítico de teatro e cinema e estreou na Rede Globo de Televisão em 27 de dezembro do ano de 1972 fazendo uma adaptação de A Dama das Camélias, de Alexandre Dumas Filho, protagonizado Glória Menezes e posteriormente assinou mais Casos Especiais²⁰: As Praias Desertas e O preço de cada um ambos exibido no ano 1973 e Casa de Bonecas e Feliz na Ilusão exibidos no ano de 1974.

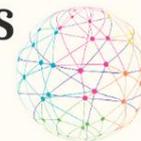
Sua primeira experiência em telenovela foi em Corrida de Ouro em 1974 dividindo autoria com Lauro César Muniz quando o autor foi se dedicar a feitoria de outro projeto. Porém, Gilberto recorreu a Janete Clair para pode ajudá-lo na escrita da novela o que aproximou os dois. No ano seguinte trabalhou na adaptação de Helena, de Machado de Assis que foi ao ar no dia 05 a 30 de maio sendo composta de 20 capítulos e Senhora, de José de Alencar que foi exibida no dia 30 de junho a 17 de outubro de 1975, composta de 80 capítulos, ambas as

²⁰ XAVIER, Nilson. Caso especial. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/rkMkVLB>>. Acesso em: 28 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



telenovelas apresentadas no horário das seis. A parceria iniciada com Janete Clair no ano anterior fez com Gilberto Braga foi coautor da sua telenovela Bravo quando a autora precisou se afastar.

Entre 1976 e 1977 apresentou outras duas adaptações para o horário das seis horas, Escrava Isaura e Dona Xepa, ambas consideradas bem sucedidas. Durante a produção para a produção de Escrava Isaura Gilberto Braga foi chamando em Brasília para conversar com os censores, na qual foi deixando claro para ele que o mesmo não poderia utilizar a palavra “escravo”. Sobre isso Gilberto Braga menciona:

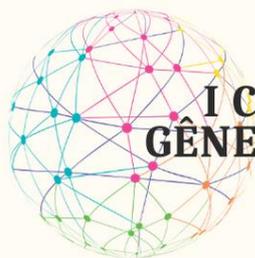
Uma censora me disse que a escravatura tinha sido uma mancha negra na história do Brasil e que não deveria ser lembrada – aliás, segundo ela, o ideal seria arrancar essa página dos livros didáticos; imagine então falar disso na novela das seis... Um censor falou que a novela podia despertar sentimentos racistas na netinha dele, porque ela via os brancos batendo nos escravos na televisão e podia querer bater nas coleguinhas pretas dela. Aí eu disse ao censor que ele devia ver um psicólogo para a menina porque, se ela se identificava assim com os bandidos...²¹

Esse ocorrido mostra uma realidade vivenciada por muitos autores de telenovelas: Censura. Muitos autores tiveram que fazer alterações em seus textos para não terem suas obras retiradas de serem exibidas completamente. Por conta disso, em geral os autores já escreviam e muitos faziam alterações como foi o caso do autor Gilberto Braga que para não usar a palavra “escravo” a substituiu por “peça”.

Diante da realização de seus trabalhos anteriores foi dado a oportunidade em 1978 do Gilberto Braga escrever uma novela para o horário das oito, considerado o nobre e então ele escreveu Dancin’ Days²² que composta de 174 capítulos com exibição em 10 de junho de 1978 a 27 de janeiro de 1979. Com a música como trilha sonora na qual o próprio Gilberto Braga participou no processo de escolha das músicas algo que sempre buscou fazer nas suas outras obras, o enredo de Dancin’ Days gira em torno da personagem Julia Matos que após onze anos

²¹ XAVIER, Nilson. Disponível em: < <https://cutt.ly/kkMk87x> >. Acessado em 28/10/2020.

²² XAVIER, Nilson.; Dancin’ Days. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em: < <https://cutt.ly/lkMlvkq> >. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

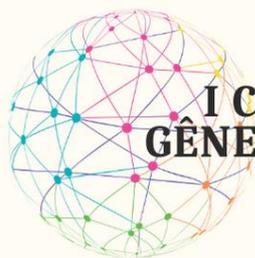


na prisão consegue liberdade e busca se restabelecer em sociedade e em especial se reaproximar de sua filha Marisa que foi criada pela irmã de Julia, Yolanda que ao se casar com Horácio um homem rico frequenta a alta sociedade carioca.

Por ser uma ex-presidiária, Julia sofre muito preconceito em conseguir se reabilitar em sociedade tendo dificuldades em encontrar emprego e moradia, mostrando uma crítica revelada sobre como a sociedade encara uma ex-presidiária que por mais que tente não consegue ser reintegrado tão facilmente em sociedade. Nisso Julia com medo da rejeição da filha passa a acompanhar o cotidiano dela escondida até que no dia do casamento de Marisa vendo que a filha ia se casar por interesse Julia revela ser sua mãe e pede que a filha não cometa esse ato, porém as duas brigam e Marisa acaba se casando. Desolada pela situação Julia acaba se embriagando e se envolve em uma briga e o que faz ir para na cadeia por seis meses e quando sai acaba se casando com um milionário, viaja a Paris e retorna ao Rio de Janeiro e começando a fazer parte dessa sociedade carioca tão mostrada pela irmã tendo comportamentos parecidos com o que sua irmã tinha se incorporando nessa sociedade carioca.

Retornando com a discursão da sociedade carioca temos a telenovela *Água viva*²³ em 04 de fevereiro a 09 de agosto de 1980 com 159 capítulos, na qual Gilberto Braga pediu a TV Globo a ajuda de um colaborador para lhe ajudar na escrita da novela, tendo então a colaboração de Manuel Carlos, sendo que Gilberto foi um dos primeiros autores de novela a requerer a presença de colaboradores. A telenovela em questão tem seu enredo voltado a personagens como Lígia que desquitada e com dois filhos pequenos busca manter o status de classe média, se viu dividida em ter uma relação amorosa entre os irmãos Nelson e Miguel. Apesar de ser apaixonada por Nelson, escolhe ficar com Miguel que ao contrário do irmão é bem sucedido e bem relacionado com a alta sociedade assim também como a personagem Lourdes Mesquita que apesar de não ser rica está bem relacionada e inserida na sociedade carioca é mãe do médico Marcos e luta para impedir o relacionamento amoroso do filho com Janete garota de origem

²³ XAVIER, Nilson. *Água Viva*. Teledramaturgia, 2000. Disponível em: <<https://cutt.ly/ckMISHH>>. Acesso em: 14 de out.2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



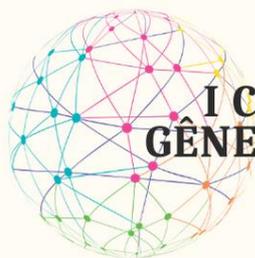
pobre. E dentre outros representantes dessa sociedade carioca temos a Stella Simpson que liberal para certos padrões sociais.

Ambas as telenovelas como *Dancin' Days* e *Água Viva* apresenta as chamadas mocinhas que fogem de um convencional de moralidade. Enquanto Julia que além de ex-presidiária quando sai da cadeia pela segunda vez busca seduzir um homem rico para poder ter fortuna para conseguir se restabelecer na sociedade e ter um status. O que acontece de parecido com Lígia que além de lutar bastante para manter um status de classe média quando se apaixona por um homem que não possui bens, preferi aceitar se casar com outro que possa lhe dá uma vida com mais conforto financeiro.

Vemos que nas duas novelas se faz presente o protagonismo de duas mulheres Julia e Lígia. O que ocorrerá na telenovela *Brilhante*²⁴ lançada em 28 de setembro a 27 de março de 1982 com 155 capítulos com colaboração de Euclides Marinho e Leonor Bassères tem a personagem Luiza que é uma designer de joias que quando entra em contato com a família dona da joalheria que trabalha, a família Newman ela se depara com o drama vivido por Chica e seu filho Inácio que tem como um dos principais pontos de abordagem a homossexualidade do personagem Inácio que é incompreendido pela mãe Chica que passa a procurar candidatas à esposas para o filho que mesmo relutante aceita para poder se livrar da pressão da mãe. O enredo sobre a homossexualidade não pode ser mais bem elaborado e sobre isso Gilberto Braga esclarece:

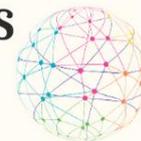
Brilhante foi mal recebida. Era um projeto muito equivocado. Eu saberia escrever hoje, acho, porque não tem mais censura. Era sobre um homossexual, o Dennis Carvalho, sem coragem de assumir. A mãe dele, dominadora, a Fernanda Montenegro, quer pagar a Vera Fischer para casar com ele e satisfazer a família. Agora imagine escrever essa história num contexto em que não se pode falar em homossexualidade. Não dava para entender a história. No primeiro capítulo, o gay chega bêbado, bota Tristão e Isolda e fica gritando pela casa. A mãe pergunta onde ele estava e ele responde: 'Na sauna'. Aí todo o mundo que era GLS entendeu, mas para a dona de casa, a maioria do Brasil, aquela piada não tinha sentido, inclusive deve ter sido até bem chato

²⁴XAVIER, Nilson. *Brilhante. Teledramaturgia*, 2000. Disponível em: <<https://cutt.ly/rkMIZmR>>. Acesso em 20 de out.2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



aquele Wagner ali tocando. Então, a trilha não repercutiu tanto porque a novela também não teve muita repercussão.²⁵

Sendo que a conversa mais próxima que a personagem Luiza conseguiu ter com a Chica sobre a questão de Inácio foi ao uso dos termos como “os problemas sexuais de seu filho” o que não foi censurado. As outras telenovelas lançadas pelo autor foram Louco Amor e Corpo a Corpo contém dramas menos polêmicos. A telenovela Louco Amor²⁶ exibida de 11 de abril a 21 de outubro com 168 capítulos com colaboração de Leonor Bassères têm personagens como Renata Dumont que casada com o diplomata André Dumont, busca de todas as formas para esconder a origem pobre e humilde. Com esse casamento além do status social ela teve o filho Lipe e a enteada pertencente ao primeiro casamento do marido Patrícia que se apaixonando e tendo um por Luís Carlos filho da empregada, Renata faz de tudo para pôr fim nesse romance.

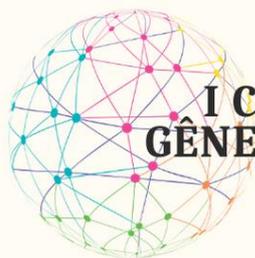
E uma dessas ações ocorreu no dia do aniversário de Patrícia quando Luís Carlos foi impedido de participar da festa por Renata ele foi tomado por fúria e raiva o que fez soltar os cachorros da família que invade a festa e ataca André e por consequência desse ataque acaba ficando coxo. Com isso Renata acaba enviada Patrícia para Europa que seis anos depois retorna com um filho que foi fruto do seu relacionamento com Luís Carlos mais que foi obrigada a esconder. Quando os dois se reencontram anos depois e quando Luís Carlos descobre o filho que tiveram isso acaba afastado ainda mais os dois e posteriormente Luís Carlos acaba se apaixonado por Claudia que é namorada de Lipe filho de Renata, porém que está com o rapaz por interesse se separa dele para ficar com Luís Carlos por quem se apaixona. Claudia busca apoio em Muriel mulher sofisticada e culta que não tolera atitudes injustas e preconceituosas.

Já telenovela Corpo a corpo²⁷ exibida em 26 de novembro de 1984 a 21 de junho de 1985 com 179 capítulos com a colaboração de Leonor Bassères, a telenovela retrata a personagem Eloá que ao contrário do marido Osmar tem forte ambição profissional e vontade

²⁵ BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vincent. Teletema (Locais do Kindle 7421). Dash Editora. Edição do Kindle.

²⁶ Louco Amor. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/RkMI2vJ> >. Acesso em: 16 de out. de 2020.

²⁷ Corpo a corpo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/vkMzrMT> >. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de crescer socialmente. Quando fica muito chateada por não ter conseguido uma promoção profissional Eloá conhece Raul que promete que a fará crescer e quando isso começa a acontecer o inverso acontece com Osmar que começa vivenciar muitas dificuldades profissionais ao ponto que quando Eloá assume a direção da empresa o Raul exige que a mesma demita Osmar o que desencadeia uma crise no casamento deles.

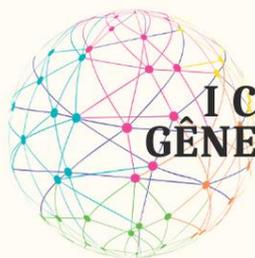
Entre o entretenimento, o sofrimento e a esperança: Teledramaturgia de Gilberto Pós-Ditadura

Depois de outras minisséries Gilberto Braga retorna com a minissérie Anos Dourados²⁸ exibida em 05 a 30 de maio com 20 capítulos é voltado para contar a história de Lurdinha e Marcos vivenciada da década de 1950, aonde têm que lidar com alguns dilemas sociais da época como o fato de Marcos ser filho de pais separados e isso não ser bem visto para os pais de Lurdinha que são conservadores. Questões também como virgindade também será tarada por eles. Percebemos que é uma obra com um caráter mais crítico que toca sobre a questão conservadorismo no Brasil na década de 50.

A primeira telenovela pós Ditadura Militar do autor será a telenovela Vale tudo²⁹ com colaboração de Aguinaldo Silva e Leonor Basséres foi exibida pela primeira vez no dia 16 de maio de 1988 sendo seu último capítulo no dia 06 de janeiro de 1989 pela emissora Rede Globo de Televisão. Composta por 204 capítulos, longo nos primeiros capítulos de Vale tudo é possível perceber como o descontrole da inflação no Brasil prejudicava diretamente a vida das pessoas. Ivan personagem interpretado por Antônio Fagundes vivência isso de maneira bem intensa; na medida em que decide abandonar um emprego para trabalhar em outro cargo que traria uma condição de vida melhor ele é demitido no seu primeiro dia de trabalho, ele juntamente com a maior parte dos funcionários da empresa chefiada pelo então poderoso Marco Aurélio braço direito nos negócios da personagem Odete Roitman.

²⁸ Anos Dourados. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/pkMzkkz>>. Acesso em: 20 de out.de 2020.

²⁹ Vale Tudo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/GkMzviV>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

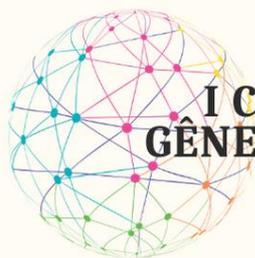
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Quando os personagens Ivan e Raquel se conhecem é quando Raquel chega ao Rio de Janeiro em busca de encontrar Maria de Fátima, sendo que logo quando chega à casa de seu ex-marido pai de Maria de Fátima, ela é assaltada e Ivan testemunha o ocorrido se nega a ir na delegacia, causando assim uma profunda revolta em Raquel. Indo a delegacia denunciara o ocorrido Raquel se surpreende quando Ivan vai ao encontro dela e lhe entrega a carteira, dizendo que como realmente viu o ocorrido, negou-se a ir à delegacia porque tinha visto quem realmente tinha pegado a carteira. Logo os dois se encantam um pelo outro e se apaixonam. Aonde nasce entre eles um relacionamento maduro aonde os mesmos discutiam questões éticas e aspectos ligados ao Brasil.

O relacionamento dos dois é prejudicado quando Odete quer que sua filha Heleninha uma mulher com emocional frágil e alcoólatra se canse com Ivan e para isso ela vai contar com a ajuda de Maria de Fátima para assim separar Raquel e Ivan, prometendo a mesma que se ela conseguir separar o casal, logo ela poderá se casar com seu filho Afonso. Conseguindo o que quer Maria de Fátima se mostra alguém capaz de fazer o que for para conseguir se dá bem, ou seja, passando em cima de valores como honestidade, respeito, que são tão ressaltados pela sua mãe Raquel.

Algo bem trágico que ocorreu durante os capítulos finais da novela foi quando Odete é assassinada. Fato que instigou bastante o público na época, sendo que várias pessoas foram suspeitas de ser o assassino entre elas a própria Raquel. No último capítulo é revelado que quem matou Odete Roitman foi Leila ex-mulher de Ivan que acreditou que estaria matando Maria de Fátima que teve um caso com seu marido Marco Aurélio. Um dos finais da telenovela termina com Marco Aurélio fugido do país no jatinho particular com Leila, enquanto Ivan é preso por suborno que cometeu com Marco Aurélio, porém somente ele é preso, causando assim um grande questionamento em Raquel que se revolta por somente Ivan ser preso: vale a pena ser honesto no Brasil? Ivan menciona que o povo brasileiro está ainda aprendendo a viver e que aprenderá a ser um povo digno ainda. Quando saí da prisão lança um livro nomeado



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



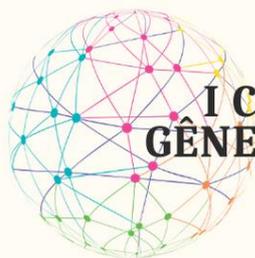
Retorna com a minissérie Primo Basílio³⁰ que com a colaboração de Leonor Basséres conta a história do envolvimento romântico entre Basílio e sua prima Luísa. Apesar de estarem envolvidos, Basílio se vê obrigado a viajar ao Brasil prometendo a Luísa que retornaria para se casarem. Porém, apesar de no começo escrever com frequência, com o passar do tempo suas cartas são cada vez menos frequente até que escreve terminado o relacionamento de ambos. Luísa por fim com o passar do tempo acaba por conhecer Jorge com quem se casa e vive uma vida feliz. Certo dia Jorge recebe a notícia que sua tia veio a falecer e que lhe deixou uma pequena herança juntamente com uma empregada Juliana. Porém, um acontecimento abala a felicidade do casal que é a volta de Basílio faz com que Luísa se arrebatada de paixão e comenta adultério que é então descoberto por Juliana que começa a chantagear a patroa pedindo a quantia de 600 mil réis, como não tendo condições de dispor essa quantia Luísa começa a servir a empregada revertendo assim os papéis de patroa e empregada. Nessa questão como é por meio da chantagem que a empregada Juliana consegue obter melhores condições de vida.

Já telenovela O dono do mundo³¹ do autor Gilberto Braga com colaboração de Leonor Basséres, Ângela Carneiro, Sergio Marques e Ricardo Linhares, lançada no dia 20 de março e encerrando no dia 04 de janeiro de 1992 pela Rede Globo, sendo composta de 197 capítulos têm o seu enredo em torno de questionar aspectos de moralidade e honestidade, com mais diversos personagens como é o caso do médico cirurgião plástico Felipe Barreto que conhecendo uma moça chamada Marcia prometida chamada em casamento há um dos funcionários da sua clínica chamado Walter. Quando Felipe descobre que a moça é virgem se compromete a fazer relações sexuais com ela antes de seu Walter, no dia ambos se casam, não importando as consequências disso.

Para conseguir seu objetivo, Felipe oferece para Walter e Marcia uma viagem para o Canadá como presente de lua de mel. Chegando ao local, Felipe faz tudo o que pode para manter Walter afastado de Marcia, para assim conseguir seduzir a moça. Conseguindo o que quis

³⁰ Primo Basílio. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/zkMzO4b> >. Acesso em: 20 de out. de 2020.

³¹ O dono do mundo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/OkMzHyF> >. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



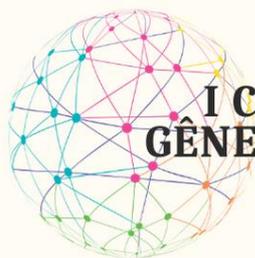
despensa Marcia revelando para a mesma que só ficou com ela devido a uma aposta que tinha feito com Junior, seu amigo. Walter descobre a traição de Marcia e Felipe e em meio a essa tragédia acaba morrendo de maneira bem trágica. Completamente devastada pela morte de Walter e pela desonestidade de Felipe, Marcia jura vingança ao mesmo e passa fazer sua vida girar em torno disso. Observando que esta telenovela mostra questões como a ética ligada a uma profissão como é abordado por Felipe que comente irregularidades como médico e até questões mais subjetivas como é o caso da vingança da Márcia.

Em 1992 Gilberto Braga retorna com a minissérie *Anos Rebeldes*³² escrita juntamente com Sergio Marques com colaboração de Ricardo Linhares e Ângela Carneiro, exibida do dia 14 de julho a 14 de agosto que conta a história de Maria Lucia e João Alfredo em meio a Ditadura Militar de 1964. Ambos têm pontos de vista diferente, enquanto que João Alfredo se interessa pelo o que está acontecendo, Maria Lucia que marcada pelo o que aconteceu pelo seu pai acredita que o certo é focar na profissão e nos projetos pessoais. Em meio a esse conflito, ambos acabam por tomar caminhos diferentes, João Alfredo é exilado e Maria Lucia se casa com rapaz que também não intenções voltadas para a profissão e projetos pessoais se tratando de uma minissérie que estava trazendo à tona na memória coletiva um acontecimento que de certa forma ainda era muito recente que era a Ditadura militar no Brasil e uma questão bem interessante é que como a minissérie foi um sucesso em audiência sendo assim aceita pelo público.

Retornando com telenovela *Pátria Minha*³³ que com colaboração de Leonor Basséres, Sergio Marques, Alcides Nogueira e Ângela Carneiro, lançado no dia 18 de julho de 1994 e encerrada no dia 11 de março de 1995 composta em torno de 203 capítulos que comum nas duas telenovelas citadas anteriormente, *Pátria minha* também faz uso em seu enredo de discussões em torno de aspectos como honestidade e moralidade, um dos personagens desse drama é Raul Pelegrini que ao atropelar um homem em uma rua faz de tudo para ter seu crime

³² *Anos rebeldes*. Teledramaturgia, 2000. Disponível em: < <https://cutt.ly/NkMz2OA> >. Acesso em: 20 de out. de 2020.

³³ *Pátria Minha*. Teledramaturgia, 2000. Disponível em: < <https://cutt.ly/ukMxq6q> > Acesso em: 22 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



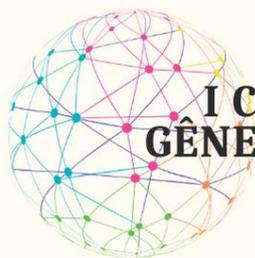
encoberto, porém uma das únicas pessoas que presenciou o ocorrido, uma jovem estudante chamada Alice não está disposta a ser complacente com o acontecido e nem compactuar com o Raul. Sendo que nos capítulos finais Alice descobrirá que na verdade é neta de Raul, pois ela é filha de Gustavo com Natalia. O final da telenovela mostra Raul falido e redimido e conhecendo seu bisneto, filho de Alice e Rodrigo. Sendo que com o personagem da Alice, várias questões são discutidas como desde relacionamentos de pai e filho, a questões ligadas a sexualidade. Com essa telenovela vemos questões macro políticas tais como as questões econômicas sendo discutidas como também questões até mais subjetivas sendo ressaltadas.

Posteriormente Gilberto Braga escreveu a Minissérie Labirinto³⁴ escrita juntamente com Leonor Bassères e Sergio Marques com colaboração de Marília Garcia, exibida em 10 de novembro a 17 de dezembro de 1998 traz no enredo o assassinato de Otacílio Martins considerado um dos homens mais ricos do Brasil. Quando o assassinato é noticiado, Ricardo Valasco amante da esposa de Otacílio, Leonor faz com que a culpa recaia sobre um dos funcionários da empresa Martins Fraga André já que o rapaz tinha descoberto o romance entre Ricardo e Leonor; tendo que fugir para não ser preso, André começa a buscar formas de provar sua inocência sendo ajudado por uma garota de programa chamada Paula Lee que para ajuda-lo acaba se casando com Ricardo. Tendo seu plano bem sucedido Paula descobre que o autor do crime foi Junior o próprio filho do empresário já que o mesmo tinha descoberto um desvio de dinheiro que tinha sido acobertado pelo filho.

Então Gilberto Braga e trazem uma telenovela de época para o horário das 18 horas a telenovela Força de um desejo³⁵ escrita com Alcides Nogueira, Sergio Marques, Lilian Garcia, Eliane Garcia, Filipe Miguez, Marcio Prates e com colaboração de Marília Garcia, exibida no dia 10 de maio de 1999 a 29 de janeiro de 2000 conta a história da inimizada Higino Ventura pelo Barão Henrique Sobral por ele ter se casado com sua antiga paixão Helena que teve dois filhos Aberlado que é filho ilegítimo do casal sendo assim filho de Helena e Higino e Inácio que não conformado pelo modo que seu pai trata sua mãe resolve sair de casa e nisso conhecer

³⁴ Labirinto. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em: <<https://cutt.ly/BkMxaGf>>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

³⁵ Força de um desejo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em: <<https://cutt.ly/wkMxfFa>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Esther. Quando Helena falece Inácio volta para casa para ajudar o pai e o irmão e acaba rompendo relações com Esther devido as armações de sua avó Idalina que não aceita seu neto se relacione com uma mulher considerada de classe inferior. Com o tempo Barão e Esther se conhece e acaba se relacionando se então encaminhados ao casamento e será somente nessa ocasião que Esther descobrirá que seu futuro marido é na verdade o pai de Inácio e vice versa com todos indo morar na mesma casa que formando um triangulo amoroso. Quando Ester e Inácio resolvem fugir para assumir o relacionamento deles, o Barão é assassinado e Inácio começa a ser visto por todos como o principal suspeito do crime.

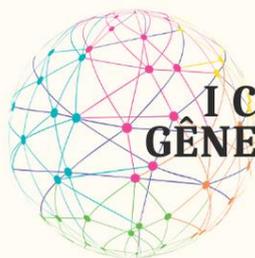
Teledramaturgia de Gilberto Braga a partir da década de 2000

A primeira telenovela do Gilberto Braga lançada no século XXI será a telenovela Celebidades³⁶ escrita com Leonor Bassères, Ricardo Linhares, Sérgio Marques, Marcia Prates, Maria Helena Nascimento, Denise Bandeira, Ângela Chaves, exibida entre o dia 13 de outubro de 2003 a 26 de junho de 2004 com 221 capítulos, o enredo baseado na personagem Maria Clara Diniz modelo e empresária. A imagem de Maria Clara atraiu Laura Prudente que com sonho de ser tão qual como Maria Clara é capaz de planos mais desonestos e indignos. Fazendo muita conexão com a telenovela Paraíso Tropical³⁷ de autoria de Gilberto Braga e Ricardo Linhares escrita com Ângela Carneiro, João Ximenes Braga, Maria Helena Nascimento, Nelson Nadotti e Sergio Marques, exibida em 05 de março a 29 de setembro de 2007 mostra personagens como Antenor Cavalcante um rico empresário que obteve sucesso através de muito esforço já que a mãe morreu cedo e não uma péssima relação com seu pai Belizário.

Quando seu único filho morre em um acidente de carro aos 16 anos, Antenor ver no Daniel filho do caseiro o herdeiro de seus negócios o considerado como filho o que gera ressentimento em Olavo que arma diversas ciladas para prejudicar Daniel que durante uma viagem a negócios acaba conhecendo e se apaixonando por Paula que ao descobrir por sua mãe

³⁶ Celebidade. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/GkMxEqy>>. Acesso em: 20 de out.2020.

³⁷ Paraíso Tropical. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/wkMc1GG>>. Acesso em: 20 de out.2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

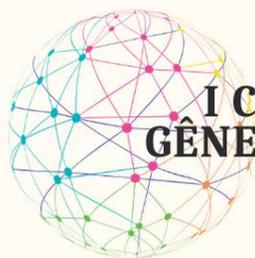


a senhora cafetina Amélia que não era sua filha biológica, Paula conta a Daniel a descoberta e os dois combinam de ir juntos para o Rio de Janeiro, porém os planos de ambos são atrapalhados por uma armação de Olavo que por armar para Daniel se envolver em um crime, Olavo arma para separar os dois, pois Paula seria a única que testemunharia a inocência de Daniel.

O que Paula não sabe é que além de ter sido vítima de uma armação para ser separada de Daniel ela têm além do avô Isidoro que foi revelando por sua mãe antes de falecer ela também tem uma irmã gêmea chamada Taís que aplicando golpes vive em busca de se envolver na alta sociedade carioca e que acaba conhecendo Marion mãe de Olavo é uma promotor de eventos que busca ter amizade com mulheres ricas para poder se integrar na alta sociedade carioca. Outra personagem marcante é a prostituta Bebel que viagem ao Rio de Janeiro com o sonho de melhorar de vida, porém ela é enganada pelo cafetão sobre as condições de moradia e trabalho já que volta a trabalhar no calçadão de Copacabana como prostituta, porém ela busca se envolver com homens ricos que possam dá a ela uma exclusividade para trabalhar de trabalhar no calçadão e é isso que acontece quando ela conhece Olavo que mesmo deixando claro que nunca irá assumi-la para a sociedade ambos mantem um relacionamento que quando necessário fazem tramoias para poder manter Olavo em um bom posicionamento social.

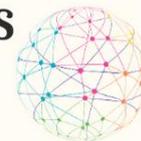
Já a telenovela *Insensato coração*³⁸ com autoria de Gilberto Braga e Ricardo Linhares com escrita de Ângela Carneiro, Maria Helena Nascimento, Nelson Nadotti, João Ximenes Braga, Fernando Rebello, Izabel de Oliveira e Sérgio Marques, exibida em 17 de janeiro a 20 de agosto 2011 com 185 capítulos, traz o enredo voltado para o personagem Léo que desejando a fortuna de um idoso rico e muito doente que vive sozinho busca se aproximar de Norma a enfermeira responsável pelos cuidados do idoso. Se envolvendo com Léo, Norma descobre que foi enganada e acaba sendo presa acusada de causar a morte de seu patrão. Quando cumpre a pena e saí da cadeia com o objetivo de se vingar de Léo e com isso ela casa com um milionário idoso que quando morre, Norma herda sua fortuna. Com o poder que a riqueza trouxe ela

³⁸ *Insensato Coração*. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/VkMbqE6>>. Acesso em: 20 de out.2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



consegue envolver Léo em chantagens que caso ele não se comporte da maneira exigida por Norma ele irá para a cadeia pelos os crimes que já cometeu.

A telenovela *Babilônia*³⁹ de Gilberto Braga, Ricardo Linhares e João Ximenes com colaboração de Sérgio Marques, Ângela Carneiro, Chico Soares, Fernando Rebello, João Brandão, Luciana Pessanha e Maria Camargo exibida de 16 de março a 29 de agosto de 2015 com 143 capítulos traz o enredo voltado para três personagens femininos: Beatriz, Inês e Regina. A personagem Beatriz mesmo pertencendo a uma classe social privilegiada deseja sempre ter mais poder e riqueza e para obter o que deseja é capaz de várias artimanhas cometendo até assassinatos. Outra personagem apresentada é Inês que de classe média têm uma relação de rivalidade com Beatriz sendo capaz também de cometer artimanhas para conseguir se igualar ao poder de Beatriz. Já Regina é a personagem que se difere das duas outras citadas anteriormente, pois é tido como uma mulher honesta e trabalhadeira que busca estudar para conseguir dá melhores condições de vida para si e sua família.

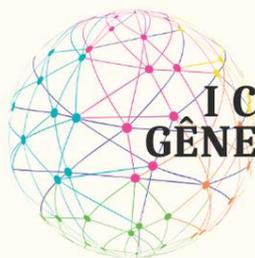
Considerações Finais

As telenovelas e minisséries apresentadas nos parágrafos anteriores nos mostram como é possível dialogar com os aspectos presentes no nosso cotidiano com as realidades representadas nas telenovelas. É fundamental lembrar que:

Ao se aproximar do campo visual, o historiador reteve, quase sempre, exclusivamente a imagem — transformada em fonte de informação. Conviria começar, portanto, com indagações sobre a percepção do potencial cognitivo da imagem para compreendermos como ela tem sido explorada, não só pela História, mas pelas demais ciências sociais e, antes disto, no próprio interior da vida social, na tradição do Ocidente (MENESES, 2003, p. 11).

Nesse sentido, este artigo se torna relevante por simplesmente buscar historicizar experiências de inúmeros sujeitos, e por também buscar identificar como as representações na

³⁹ *Babilônia*. *Teledramaturgia*, 2000. Disponível em: < <https://cutt.ly/skMbgZA> >. Acesso em: 20 de out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



obra de Gilberto Braga. Nesse sentido, vemos uma produção de telenovelas que toca em questões envolvendo ética e moral dos personagens, aliás praticamente todas fala sobre o comportamento dos indivíduos por que todas busca fazer uma representação do ser humano, algumas através de relações amorosas, questões familiares, questões práticas do cotidiano como economia, desemprego e entre outros.

REFERÊNCIAS

BRYAN, Guilherme; VILLARI, Vincent. **Teletema** (Locais do Kindle 7421). Dash Editora. Edição do Kindle.

KEGLER, Luiza; ARAUJO, Denise Castilhos de. **A moda e a mídia: a função metalingüística das telenovelas e revista feminina de moda**. www.bocc.ubi.pt, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/skMbUQj>. Acesso em: 08 de jan. 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.

XAVIER, Nilson. **20 Casos absurdos de censura às novelas pela Ditadura Militar**. Blog do Nilson Xavier, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/KkMbLz6>. Acesso em: 27 de out. de 2020.

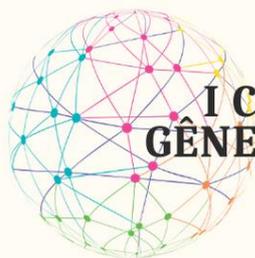
Teledramaturgia

GILBERTO BRAGA. **Memoria Globo**, 2020. Disponível em:< <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/gilberto-braga/perfil-completo/>>. Acesso em: 14 de out.2020.

XAVIER, Nilson. **20 Casos absurdos de censura às novelas pela Ditadura Militar**. Blog do Nilson Xavier, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/KkMbLz6>. Acesso em: 27 de out. de 2020.

_____. Anos Dourados. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/rkMkVLB>>. Acesso em: 20 de out.de 2020.

_____. Anos rebeldes. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/kkMk87x>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



_____. Água Viva. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/IkMlvkq>>. Acesso em: 14 de out.2020.

_____. Babilônia. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/ckMISHH>>. Acesso em: 20 de out. 2020.

_____. Brilhante. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/rkMIzMR>>. Acesso em 20 de out.2020.

_____. Caso especial. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/RkMI2vJ>>. Acesso em: 28 de out. de 2020.

_____. Celebridade. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/vkMzrMT>>. Acesso em: 20 de out.2020.

_____. Corpo a corpo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/pkMzkkz>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

_____. Dancin' Days. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/GkMzviV>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

_____. Louco Amor. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/zkMzO4b>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

_____. Força de um desejo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:<<https://cutt.ly/OkMzHyF>>. Acesso em: 20 de out.de 2020.

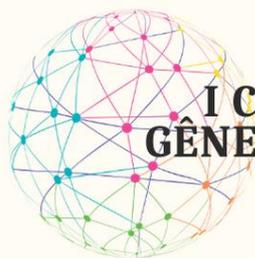
_____. Gilberto Braga. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/NkMz2OA>>. Acesso em 16 out. 2020.

_____. Insensato Coração. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:<<https://cutt.ly/ukMxq6q>>. Acesso em: 20 de out.2020.

_____. Labirinto. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/BkMxaGf>>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

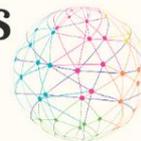
_____. O dono do mundo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:<<https://cutt.ly/wkMxfFa>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

_____. Paraíso Tropical. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:<<https://cutt.ly/GkMxEqy>>. Acesso em: 20 de out.2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

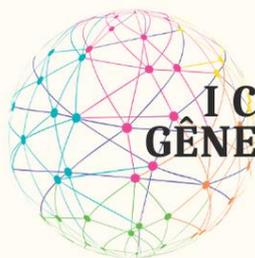
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



_____. Pátria Minha. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/wkMe1GG>>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

_____. Primo Basílio. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/VkMbqE6>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

_____. Vale Tudo. **Teledramaturgia**, 2000. Disponível em:< <https://cutt.ly/skMbgZA>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



PENSANDO TORQUATO NETO: A HISTORIOGRAFIA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE NARRAR UMA HISTÓRIA

Monique dos Santos Oliveira Veloso

Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Discente do curso Licenciatura Plena em História

monique25veloso@hotmail.com

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior

Universidade Estadual do Piauí- UESPI

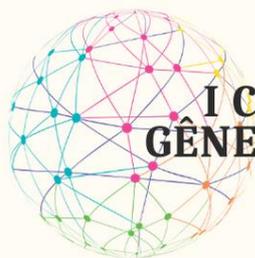
Professor Doutor do curso Licenciatura Plena em História

idelmargcj@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade discutir os limites da objetividade na escrita da História, levando em consideração que a subjetividade também é parte constitutiva do conhecimento gerado pelos historiadores. Vamos analisar como um mesmo objeto histórico pode ser narrado de diferentes formas, demarcando assim qual seria o papel do EU do historiador em um ofício onde se exige bastante da objetividade. Para tanto, este estudo, ainda em andamento, analisa duas teses de doutorado: *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e uma contra-história da Tropicália*, do historiador Edwar de Alencar Castelo Branco, e *Desafiando o coro dos contentes: Torquato Neto e a produção cultural brasileira nas décadas de 1960-70*, da historiadora Valéria Aparecida Alves. Com elas, tentaremos responder: Que caminhos teóricos e metodológicos podem levar pesquisadores diferentes a estabelecerem versões alternativas para explicarem um mesmo objeto, apesar da objetividade que se exige do historiador? Com isso, estaremos problematizando as “verdades” produzidas a respeito de um objeto histórico, utilizando a história de Torquato Neto como pretexto. Esperamos, portanto, oferecer um estudo sobre teoria da história, reconhecendo a intencionalidade dos historiadores e mostrando o que há por trás da construção de seu conhecimento, o que permitirá uma nova contribuição para o acalorado debate sobre o limite entre a história e a ficção. Neste sentido, acabamos também por refletir sobre o quanto a historiografia é resultado de um investimento linguístico, diante de polêmicas geridas dentro das universidades, pois ela cria significados e convence seus leitores a partir de uma narrativa que produz efeitos de verdades. Através desse trabalho, também vamos alertar que a história, assumindo essa postura da subjetividade na escrita, não prejudica seu estatuto científico, mas admite que não há neutralidade na constituição de um conhecimento e nem de quem escreve.

Palavras- Chaves: Historiografia; Subjetividade; Representação.

“Como um mesmo objeto histórico pode ter várias representações?”. Essa é a pergunta que orienta nosso trabalho. Para tanto, começaremos discutindo o conceito de representação,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

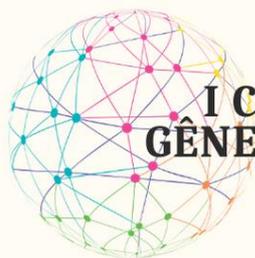


que é uma forma de decodificar uma realidade a partir do real. Para Chatier (1988), o conceito de representação está atribuído a uma prática (política, discursiva, social) para a construção de um mundo social. A partir disso, cada prática atribui uma visão de mundo particular. Já com Pesavento (2004), representar é presentificar um ausente por meio de uma construção feita a partir do real, que se insere na realidade por meio da verossimilhança. Em Albuquerque Júnior (2007), a representação também é trazer o ausente para o presente.

Com essa pequena introdução, notamos que o passado chega ao historiador por meio de representações construídas de diversas formas. Com isso, podemos questionar como as narrativas históricas são construídas a partir destas representações, pois elas são contextuais, ou seja, cada historiador irá ter uma visão de mundo a partir de questões particulares que o orientam. Por isso, há possibilidades de narrativas diferentes para um mesmo objeto histórico.

Na virada dos anos de 1960 para a década de 1970, perspectivas que buscavam traduzir a realidade a partir de grandes narrativas, como as do materialismo histórico e a História dos Annales em sua segunda geração, tornaram-se cada vez menos eficientes para tratar certos assuntos que emergiam com bastante relevância social. A História entrava em uma crise paradigmática, pois exigia uma interpretação mais singular de eventos desconcertantes que estavam acontecendo: “o feminismo, o surgimento da *New Left*, a guerra do Vietnã, a crise de maio de 1968” (PESAVENTO, 2004, p.4). Foi quando ocorreu a *Virada linguística*, que transformou epistemologicamente as ciências humanas, deslocando as verdades que antes eram vistas como absolutas.

Para a História, surgiram novas chaves conceituais que passaram a dar importância para a capacidade da linguagem para constituir a realidade. Neste sentido, as estruturas narrativas passam a ser valorizadas naquilo que permitirá a construção de diferentes representações. Desta forma, torna-se necessário o reconhecimento da subjetividade no ofício do historiador, pois percebe-se que a interpretação feita sobre uma realidade depende dos valores e intenções de quem escreve. Desta forma, a História passa a reconhecer que o sujeito em seu conhecimento não pode ser pensado como uma consciência plena que vê e fala sem interferências afetivas. Nesta orientação, os historiadores serão convidados a saírem da sua zona de conforto e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

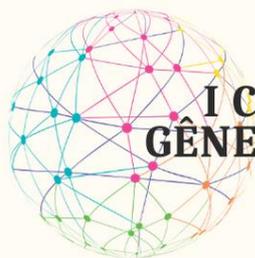


repensarem a construção de sua escrita, naquilo que diz respeito às suas simpatias pessoais e à escolha de referenciais teóricos e de uma metodologia. Os historiadores passam a ser orientados a perceberem a importância da dimensão ficcional em seu ofício, começando a desnaturalização dos objetos, entendendo-os como o resultado de uma “construção”.

As interpretações feitas por Marx eram mais pautadas em uma interpretação econômica, onde o foco eram os diferentes modos de produção ao longo da história, que eram reunidos e ordenados numa reflexão que levava em conta uma linha evolutiva. Esse modelo teórico foi bastante criticado por apresentar uma interpretação da realidade de forma fechada, dando a entender que tudo seria respondido por essa linha evolutiva que o marxismo apresentava. Já com a Escola dos Annales na sua segunda geração, a historiografia apoiou-se em marcos como a estrutura e a conjuntura de inspiração braudeliana, que delimitavam a longa e média duração dos eventos históricos. Essa interpretação também foi questionada por ser um conceito totalizante e quantitativo que não apresentava um referencial teórico preciso para os acontecimentos históricos que estavam ocorrendo, como era o caso do feminismo, por exemplo.

Com essa crise paradigmática ocorrem os deslocamentos das certezas no campo historiográfico, fazendo com que a disciplina sofresse mudanças epistemológicas para lidar com a nova realidade que lhe foi imposta. Neste novo *fazer histórico* tornou-se possível constatar que não há uma verdade definitiva sobre as representações feitas do passado, pois nunca conseguimos apreendê-lo tal como ele foi. O que fazemos nesse ofício é submeter um recorte temporal do passado para representá-lo a partir das fontes encontradas. Neste esforço, as narrativas sobre o passado, ao invés de consagradas, passam a ser desnaturalizadas enquanto construções discursivas e para tanto, a História passa a desenvolver novos métodos que acabam por aproximá-la da literatura, tradicionalmente relacionada à fantasia e à ficção. Neste sentido, ganha força uma definição teórica que considera o passado, interpretado pelos historiadores, uma “invenção”.

Mesmo apresentando que é possível a História se relacionar com a Literatura sem escamotear seu estatuto científico, é necessário nos atentarmos para algumas questões. Por exemplo, o uso da *Ficção* se difere entre esses dois campos (História e Literatura). Enquanto a



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

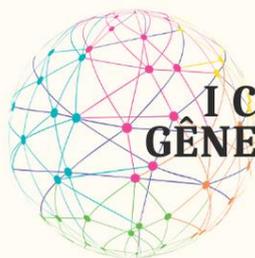
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Literatura possui uma liberdade maior em seu processo de invenção, os historiadores tornam-se menos flexíveis a isso, pois precisam atender a um campo teórico e metodológico para autorização de seus pares na validação da produção de seu conhecimento. Desta forma, o ato de ficcionar empreendido pelos historiadores é controlado. Na tentativa de dar um novo sentido ao que já é conhecido, a Literatura pode auxiliar a História no tratamento de suas fontes para perceber o que está além delas. E a História auxilia a Literatura na contextualização de um objeto dentro de suas narrativas. Mesmo assim, ainda há muitos historiadores que defendem a separação das duas disciplinas, afirmando que a História deve lidar somente com os fatos e a Literatura somente com a *Ficção*. No entanto, Albuquerque Júnior nos sugere que “não devemos pensar um limite para a História e a Literatura, mas saber articulá-las, pensar uma com a outra” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 44).

Neste novo fazer historiográfico, assumimos riscos quando não estamos munidos de um aparato teórico-metodológico relevante, por isso a importância de tentarmos proporcionar um estudo sobre Teoria da história. Através disso, tentaremos compreender como o olhar dos historiadores educa-se dentro de uma teoria para a compreensão de um objeto histórico, atribuindo diferentes sentidos a ele, de acordo com as opções teórico-metodológicas de cada pesquisador. Com isso torna-se mais do que nunca necessário que o historiador se inscreva de forma mais explícita no seu processo de investigação, pois precisará identificar suas escolhas ao longo da pesquisa. Vem daí a importância dos “prefácios no qual o historiador conta seu percurso de uma pesquisa” (CERTEAU, 1988, p.48). Por isso, atualmente, podemos considerar a História como uma prática artesanal, pois “este trabalho de tessitura é, no entanto, obra da mão de quem tece, da imaginação e habilidade de quem narra” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 31).

A partir dessa chave conceitual é preciso compreender que os acontecimentos históricos possuem um caráter relacional e contextual, que elimina uma argumentação fixa sobre a realidade. Isso nos apresenta a possibilidade de criar diferentes representações para um mesmo objeto histórico, pois a História poderá ser atribuída dentro de uma prática discursiva que permitirá usar a ficção como um recurso polissêmico para dar sentido à realidade, assim como



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



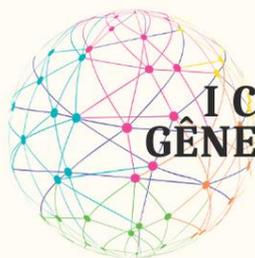
nos sugere Brandim (2008). Nesta perspectiva, os objetos históricos poderão explorar a pluralidade dos recursos linguísticos.

Isso tudo porque a virada linguística nos fez ver o mundo regido pela linguagem. A partir disso, foram geradas inquietações, como por exemplo, a que nos faz sentir a necessidade de um novo paradigma historiográfico para lidar com a produção de um conhecimento histórico sem verdades fixas, ou seja, um conhecimento histórico que se afasta de preceitos importantes de um modelo de ciência tradicional, bastante influenciado por uma busca cartesiana pela verdade.

Uma saída encontrada seria construir esse conhecimento calcado na arte, pois assim se tornaria possível trabalhar com a pluralidade interpretativa dos objetos históricos, como nos sugere o historiador Albuquerque Júnior (2007). Com certeza, foram geradas polêmicas a partir desse posicionamento teórico, pois pensar a História nestes termos poderia, para muitos, comprometer o seu estatuto científico. No entanto, o que se propõe é um trabalho interdisciplinar da História com outras áreas.

Portanto, é possível afirmar que o passado é inventado durante a escrita, pois quando levantamos questionamentos no presente, abrimos a possibilidade de atualizar as interpretações feitas sobre o passado. Porém, para saber lidar com história de maneira ficcional, o historiador deverá adequar sua narrativa para evitar tomar seus objetos de pesquisa como pontos de partida, em sua configuração plena e já socialmente reconhecida. Seus objetos deverão ser percebidos como pontos de chegada. Ele deverá mostrar como seu objeto foi se constituindo imagética e/ou discursivamente.

Esse novo fazer historiográfico será capaz de produzir o conhecimento histórico articulando-se com outras áreas de saber para produzir sentido entre a natureza e a cultura. Assim Albuquerque Júnior (2007) nos sugere como saída escrever a história pela *Terceira margem*. Uma escrita histórica que possa produzir um conhecimento que não passe só pelo lado da natureza e nem só da representação, mas que passe entre elas, como um ponto de encontro, onde os diferentes se misturem. Uma articulação entre objetividade e subjetividade.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



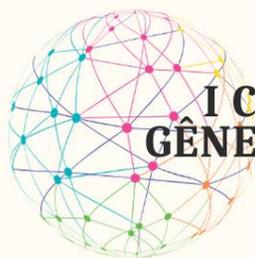
Após discutir como se torna possível a criação de diferentes representações para um mesmo objeto histórico, podemos agora comparar os historiadores que selecionamos para este estudo e avaliar a produção de cada um. Começamos com a tese *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a contra-história da Tropicália*, do historiador Edwar de Alencar Castelo Branco.

A descrição de Torquato Neto, na tese de Castelo Branco, é desenvolvida a partir de um contexto onde o Brasil emerge na pós-modernidade. Neste período, a sociedade passa a perder as referências do que era o real, resultado de uma crise linguística, quando os conceitos até então existentes, se tornaram vacilantes para explicar as novas realidades que surgiam. Também as identidades, antes consideradas estáveis, começavam a entrar em crise. Torquato se sentirá atingido por essas crises e se tonará alguém inquieto quanto a essas questões. Depois de uma fase em que tentará encontrar aquilo que seria a “verdadeira identidade brasileira”, ele irá se aproximar do movimento tropicalista e pensar a identidade como uma “Geléia geral”. E, posteriormente, ele passará a questionar a existência de uma identidade brasileira e também a sua própria⁴⁰ (CASTELO BRANCO, 2004).

Para Edwar de Alencar, a invisibilidade da participação de Torquato Neto na Tropicália é antes mais requerida do que sofrida. O poeta torna-se reticente a noção de movimento, por entender que a relação de trabalho entre os integrantes deveria ser tida a nível de amizade e não de movimento, pois assim, em sua compreensão, haveria que ter a uniformidade de pensamentos e posturas entre eles.

Castelo Branco percebe que Torquato Neto vai se tornando um sujeito fragmentado ao longo dos anos 1960, sobretudo quando assume seu desencanto com as identidades. Isso leva o poeta à criação de novas linguagens na tentativa de traduzir o real de uma forma mais precisa, fora de toda e qualquer regra normativa. Esta empreitada para a criação de novos signos é

⁴⁰ Em 1964, Torquato, aos 20 anos, escreve um conjunto de artigos para o jornal *O Dia*, na cidade de Teresina- PI, intitulados como “*Arte e Cultura Popular*”. Estando no início de sua carreira como crítico literário, desenvolve um trabalho na tentativa de compreender uma vasta produção literária, como expressões folclóricas e literatura de cordel. Neste período, atende a um perfil nacionalista, pois busca encontrar palavras que der unidade a uma cultura puramente brasileira. Posteriormente, reavalia sua posição quanto ao conceito de uma cultura pretensamente pura, quando em 1968 participa do movimento tropicalista.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



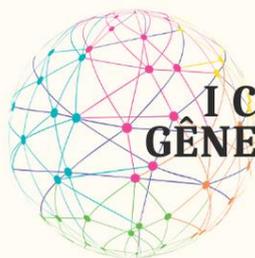
marcante durante o ano de 1971 quando, aos 27 anos, Torquato atribui para si a responsabilidade por projetos experimentais, procurando inovações culturais articuladas ao espectro da contracultura, que então dava os primeiros passos no Brasil.

Seus investimentos, durante esta fase, foram direcionados ao Cinema Super-8 onde dirigiu, produziu e atuou, influenciando também a criação de outros canais de comunicação alternativa. Mesmo desenvolvendo essas novas formas de comunicação, Torquato permanece confuso quanto a crise das identidades, condição que o fez se lançar contra a linguagem dominante do período, uma vez que percebia que esta, ao invés de traduzir o real, o aprisionava em modelos não aceitáveis.

E de acordo com a análise de Castelo Branco, Torquato Neto colocou, assim, sua própria existência em suspeição ao questionar incessantemente as linguagens disponíveis, já que não existe realidade possível fora da linguagem. As produções em super-8 foram, portanto, as suas últimas investidas para encontrar o seu “real verdadeiro”, pois em 1972 ele cometeu suicídio.

A trajetória artística de Torquato Neto, narrada pelo historiador Edwar de Alencar, se inicia a partir de 1962, quando Torquato Neto era apenas um jovem compositor de poemas. Depois, em 1964, se inicia sua carreira profissional como crítico literário, trabalhando também como jornalista boa parte de sua vida. Posteriormente, participa e compõe músicas para o movimento tropicalista. Em 1968, inclusive, ajuda a compor uma das principais letras do movimento, *Gelêia Geral*, em parceria com Gilberto Gil. Neste período, também torna-se roteirista de um programa, o *Vida, Paixão e Banana Tropicalista*, junto com Capinam, outro companheiro do movimento da tropicália.

A esta fase também é atribuída o famoso poema *Cogito* e a letra de *Let's play that*, que lhe rendeu o título de *Anjo torto*. Posteriormente a letra foi musicalizada por Jards Macalé. Com o seu rompimento com o tropicalismo, em 1971-72, Torquato Neto tornou-se um incentivador da cultura marginal, tanto divulgando-a por meio de sua coluna *Gelêia Geral*, no jornal *Última Hora*, quanto desenvolvendo suas ideias por meio do Cinema Super-8, dirigindo e atuando em filmes como *Terror da Vermelha*, *Adão e Eva do paraíso ao consumo* e *Nosferatu Brasil*. Além das publicações alternativas: *Navilouca*, *Presença* e *Gramma*.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



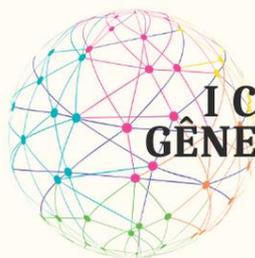
Outra representação possível de Torquato Neto, que selecionamos em nosso estudo, foi feita a partir da tese *“Desafinando o coro dos contentes: Torquato Neto e a produção cultural brasileira nas décadas de 1960-70”*, da historiadora Valéria Aparecida Alves.

Em sua tese, ela busca compreender as diferentes formas de resistência artística em um contexto de intenso autoritarismo no Brasil, como no período da Ditadura Militar. Em sua proposta inicial, Alves Aparecida buscava dar continuidade a sua pesquisa de mestrado, que era sobre o movimento da Tropicália. No entanto, ao fazer o levantamento das fontes ela percebe a importante participação de Torquato Neto tanto no Tropicalismo como para produção cultural brasileira de seu período. Segundo a historiadora, o poeta piauiense encontrava-se em um eixo estratégico, pois estava dentro da mídia, uma vez que escrevia para as colunas de jornais, e também como um dos participantes ativos dos principais movimentos, que era a Tropicália e a nascente contracultura brasileira.

A descrição de Alves Aparecida também é iniciada com os dados biográficos de Torquato Neto. Sua narrativa é iniciada a partir dos vínculos de amizade e profissionais do poeta, abordando Torquato como alguém de grupos. Desta forma, Valéria Aparecida atribui uma perspectiva coletiva para Torquato Neto. No primeiro momento, a historiadora pormenoriza o contato de Torquato com a sede da UNE, descrevendo a criação de vínculos afetivos e profissionais neste período. E posteriormente, seguindo a cronologia de sua pesquisa, apresenta a participação de Torquato Neto no movimento tropicalista.

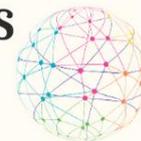
Em 1966, o poeta piauiense desenvolve parcerias com Geraldo Vandré e Edu Lobos, compositores de músicas engajadas do antigo Centro Popular da Cultura da UNE. Mesmo não pertencendo a categoria da “arte de protesto”, pois ele não usava a arte para conscientizar as camadas mais populares. Seu discurso, segundo a autora, pode ser considerado “libertário”, mas não preocupado com as mudanças estruturais da sociedade. Esta produção obedece a um período de intensa movimentação estudantil no Rio de Janeiro, onde Torquato foi afetado assim que chegou na cidade em 1962.

Antes de participar do movimento tropicalista, Torquato Neto ocupou um dos lugares estratégicos que Alves Aparecida se refere na introdução de seu trabalho, a mídia. Em 1967,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



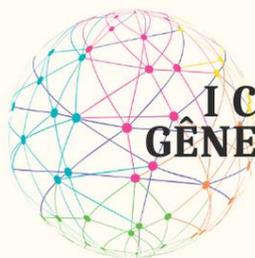
Torquato Neto assume a função de cronista e crítico do *Jornal Sports* com a coluna “*Música Popular*” na cidade do Rio de Janeiro. Neste espaço, ele dedica-se ao debate sobre a renovação da Música Popular Brasileira. E de acordo com a descrição da historiadora, Torquato encontrava-se dividido entre a tradição e a inovação musical, pois ao passo que ele criticava arduamente o movimento da Jovem Guarda, por conta da excessiva influência estrangeira, ele também assumia a importância desta influência para a renovação da música brasileira.

Sua proposta não era romper com os movimentos musicais anteriores, mas era buscar um diálogo entre tradição *versus* modernidade no campo musical, desta forma Torquato torna-se um defensor da “linha evolutiva”. E de acordo com a descrição de Alves Aparecida, Torquato Neto consegue manter esse diálogo ao aproximar-se do movimento tropicalista.

Quando analisamos a descrição feita por Alves Aparecida sobre Torquato Neto, conseguimos visualizar um indivíduo consciente da realidade que lhe cercava e de si mesmo. Sendo assim, o maior conflito do poeta seria em como ser útil para aquele momento. Ele queria que sua contribuição profissional fosse reconhecida, desta forma Torquato passa a compor e a formar grupos que incentivassem uma renovação cultural brasileira.

De acordo com a narrativa de Valéria Alves, Torquato Neto torna-se uma figura paradigmática, e também uma porta de entrada para compreender as alternativas de driblar a censura brasileira nesse período. É possível atribuir essa característica ao poeta, uma vez que a historiadora busca narrar linearmente a história dos movimentos que Torquato compôs enquanto colunista, ator, diretor, crítico, letrista e poeta.

Seguindo a compreensão da historiadora Valéria, a partir do recorte temporal de 1966-72, Torquato também compôs poemas que abordam sua condição depressiva, melancólica, triste e também amorosa. São sentimentos constantes durante sua escrita, que não permite abordar em um período específico de sua trajetória de vida ou profissional, pois foram sentimentos que acompanharam desde o início de sua profissão, até o final de sua vida. Nesta interpretação da historiadora, percebemos que houve uma tentativa de explorar a subjetividade de Torquato Neto. No entanto, não de maneira que se pudesse problematizar esta condição do poeta.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

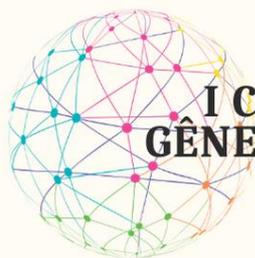


Para Valéria Alves o autoexílio em Londres e o vínculo de Torquato Neto com Hélio Oiticida foram determinantes na trajetória de Torquato. Em 1969, Torquato encontrava-se em Londres, onde teve contato direto com toda a movimentação cultural europeia, que apresentava um terreno fértil para o desenvolvimento de ideias da cultura alternativa. Quando Torquato retorna ao Brasil, Hélio Oiticida torna-se um importante mediador das novidades deste novo cenário no exterior, onde absorve boa parte destas ideias e se inscreve na emergência da contracultura.

Com base na análise das narrativas dos historiadores selecionados, percebemos que surgiram duas versões distintas sobre Torquato Neto, apesar dos historiadores trabalharem com os mesmos dados biográficos do artista. Com Edwar de Alencar, temos um Torquato Neto em desencantamento com as identidades, alguém que aos poucos está se despedaçando. Para o historiador, o que desencadeou essa inquietação de Torquato foi a emergência da pós-modernidade brasileira. Já com Valéria Alves, acompanhamos a descrição do poeta como alguém consciente da realidade que lhe cercava, tornando-se protagonista dos movimentos que participou. Através disso, vamos tentar compreender que razões levaram Edwar de Alencar e Valéria Alves a constituírem o mesmo objeto de estudo só que com opções teóricas e metodológicas diferentes.

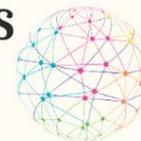
Castelo Branco inicia sua introdução dialogando com algumas obras que julga necessário para a compreensão dos anos 60, elas são: *On the Road*- Jack Kerouac, os livros de Carlos Calado e Caetano Veloso, e por último *Outsiders- Vidas sem rumos*- Susan Hiron. Para o autor, essas obras foram fundamentais para compreender o contexto estudado, pois haveria nelas uma característica em comum, que seria uma subjetividade errante. O autor explica essa passagem como uma forma de inquietação por parte dos sujeitos deste período, eles percebiam que a realidade estava se alterando, e que questionar o que era estabelecido, seria uma forma de alterar aquele universo que se encontrava tão bem demarcado. Desta forma, os sujeitos que se encontravam “à margem” ofereceriam uma visão de mundo alternativa para esta mudança.

Com o acesso a todas estas leituras durante a sua graduação, Edwar de Alencar percebe que foi fruto, segundo o historiador, “*da mudança de humor do ambiente universitário dos*



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



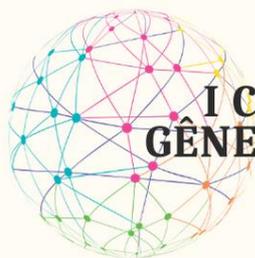
anos 80”. Neste período no Brasil, iniciava-se uma nova proposta de se enxergar a História por outros ângulos, como por exemplo pela Literatura. Assim, no ambiente acadêmico leituras tidas como consagradas, como as de Caio Prado Júnior, começava a ceder espaço para autores como Jack Kerouac.

A partir desta discussão, Edwar de Alencar confere na sua pesquisa uma importância maior aos recursos linguísticos. Nesta orientação, o autor, também, fundamenta sua pesquisa a partir de escritores pós-estruturalistas, onde tornou-se possível perceber que nem a História e nem as pessoas estão fadadas a percorrem uma trajetória já conhecida, elegendo assim o acaso como categoria histórica.

No seu percurso bibliográfico, segundo o autor, ele cria um arcabouço teórico para colocar seu objeto de estudo para além da teia discursiva de um único sentido. A partir disso, a proposta de Castelo Branco é abordar o desconforto existencial dos anos 60, usando como pretexto a trajetória de vida de Torquato Neto para além do movimento tropicalista. Assim, sua preocupação já é anunciada no seu título: *“Todos os dias de Paupéria”*. A definição para este termo é miséria, inquietação ou desordem na região das parcas. Desta forma, Edwar de Alencar remeter seu objeto, no caso Torquato Neto, como um sujeito inquietante, que se encontra dilacerado entre o delírio e a organização, durante a emergência da pós-modernidade brasileira.

A partir deste arcabouço teórico, o autor também aborda a proposta de fazer uma *“contra-história”* do movimento tropicalista. Edwar de Alencar explica, desta forma, sobre a consequência da naturalização dos conceitos, pois isso reduziria a complexidade do objeto estudado. Assim, o historiador aborda que o conceito de “Linha Evolutiva” serviu como uma espécie de guarda-chuva para uniformizar as vanguardas dos anos 60. Participando desta mesma “Linha” de pensamento, o movimento tropicalista acabava ocultando outras propostas de manifestações artísticas que não pertenciam ao “grupo núcleo”, que era encabeçado por Caetano Veloso e Gilberto Gil. Para Castelo Branco, o tropicalismo foi a criação de distintas linguagens sobre arte.

Em sua conclusão, Edwar de Alencar afirma que apesar das diferentes linguagens que as vanguardas dos anos 60 criavam, elas tinham algo em comum, que era a forma como observar



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



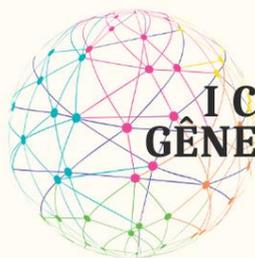
a realidade por meio de uma metáfora. Segundo o autor, os conceitos já estabelecidos não davam mais conta de explicar o momento em que vivam, uma vez que a demanda de acontecimentos neste período aumentou consideravelmente, em grande medida, para o autor, pelo avanço tecnológico.

Para Edwar de Alencar, Torquato Neto foi um destes personagens, o poeta piauiense defendia que a realidade deveria ser entendida tal como ela é, para além das linguagens convencionais, oficiais. Por isso, vai lutar incessantemente para a destruição da linguagem, desconfiando das palavras e colocando assim seu mundo em suspeição.

Para Castelo Branco, sua pesquisa busca compreender a constituição da trama, e não só necessariamente o objeto histórico. Por isso, o autor busca entender como a época constituiu Torquato Neto, se o período que ele viveu, foi propício ou não para questionar as questões que lhe cercava. Desta forma, Edwar de Alencar enxerga Torquato como um instrumento histórico que a partir de sua tragédia pessoal buscou compreender as condições de existência neste período.

Já Valéria Alves escolhe iniciar sua descrição a partir das principais agitações sociais de 1950-64. Para a historiadora esses marcos foram a aceleração do processo de industrialização no governo de Juscelino Kubitschek, onde essas medidas provocaram mudanças no âmbito político e cultural. A forte influência estrangeira na produção cultural, onde resultou na renovação no cenário musical, mas também aumentou o debate sobre o nacional-popular neste setor. E também, as tensões no cenário político desde a renúncia de Jânio Quadros até o Golpe militar em 1964.

Fazendo parte desta conjuntura temporal, Alves Aparecida havia feito uma pesquisa no seu mestrado sobre os festivais de Música Popular Brasileira na década de 1960. No desenvolvimento de seu trabalho, percebeu a importância do Movimento Tropicalista para o cenário não só musical, mas também estético deste período. Então em seu projeto inicial para o doutorado, ela decide estudar sobre o tropicalismo. No entanto, ao fazer o levantamento das fontes, estas revelam um personagem importante para a produção cultural brasileira, mas pouco visível, Torquato Neto.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



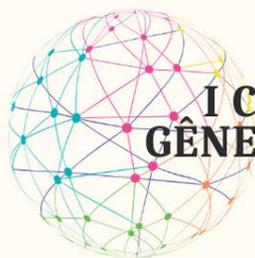
Ao historicizar o tropicalismo, Valéria Aparecida percebe que há uma pluralidade de propostas dentro do movimento, sendo importante discutir a participação de outros integrantes deste grupo. Desta forma, a historiadora elege como objeto principal a trajetória de Torquato Neto por considerar que o poeta esteve em um lugar estratégico, que foram os principais movimentos do período (tropicalismo, contracultura e Super-8) e a mídia, pois trabalhava em alguns jornais, onde suas colunas foram de suma importância para compreender o contexto histórico.

Alves Aparecida também narra sobre como procedeu no levantamento das fontes para encontrar Torquato Neto. Incorporou a sua pesquisa, primeiramente, fontes relacionadas a Tropicália como a discografia, entrevistas, imagens e depoimentos. Depois buscou por fontes mais específicas sobre o poeta, como as cartas trocadas com seus amigos, em especial Hélio Oiticida, canções, poemas e colunas todas escritas por ele. Através desses documentos a historiadora acessa uma série de representações profissionais de Torquato que foram importante para a composição da produção cultural de 1960-70.

Nas considerações finais de sua pesquisa, Alves Aparecida descreve que o cenário da produção cultural brasileira de 1960-70 foi resultado de uma série de transformações políticas e econômicas da década de 50. Para a historiadora, as manifestações artísticas foram bastante influenciadas pela política desenvolvimentista durante o governo de Juscelino Kubitschek, pois foi o período que a influência estrangeira foi mais incisiva em vários setores do país, inclusive na cultura. E também foram influenciadas pelo golpe militar em 1964.

Por meio deste contexto, a historiadora narra que as manifestações artísticas visaram transformar aquela realidade, de intensa influência estrangeira e de cerceamento da liberdade. Desta forma, Valéria Alves aborda que o cenário musical foi importante e transformador neste contexto, observando que a produção artística deste período encontrava-se neste eixo: Centro Popular de Cultura (CPC), Movimento da Jovem Guarda, os Festivais Musicais, o Tropicalismo e a contracultura.

Após estabelecer o que seria a produção cultural brasileira de 1960-70, Alves Aparecida aponta que em todos estes marcos Torquato Neto fez suas contribuições, por meio de texto,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



músicas, análise e críticas. A historiadora afirma que Torquato Neto criou mecanismos para manter a resistência artísticas em um contexto de intenso autoritarismo, agindo de forma coerente a seu discurso: “Ocupar os espaços, as brechas.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. ***História: A arte de inventar o passado***. Bauru: Edusc, 2007.

ALVES, Valéria Aparecida. **Desafinado o coro dos contentes: Torquato Neto e a produção cultural brasileira nas décadas de 1960-70**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de pós-graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

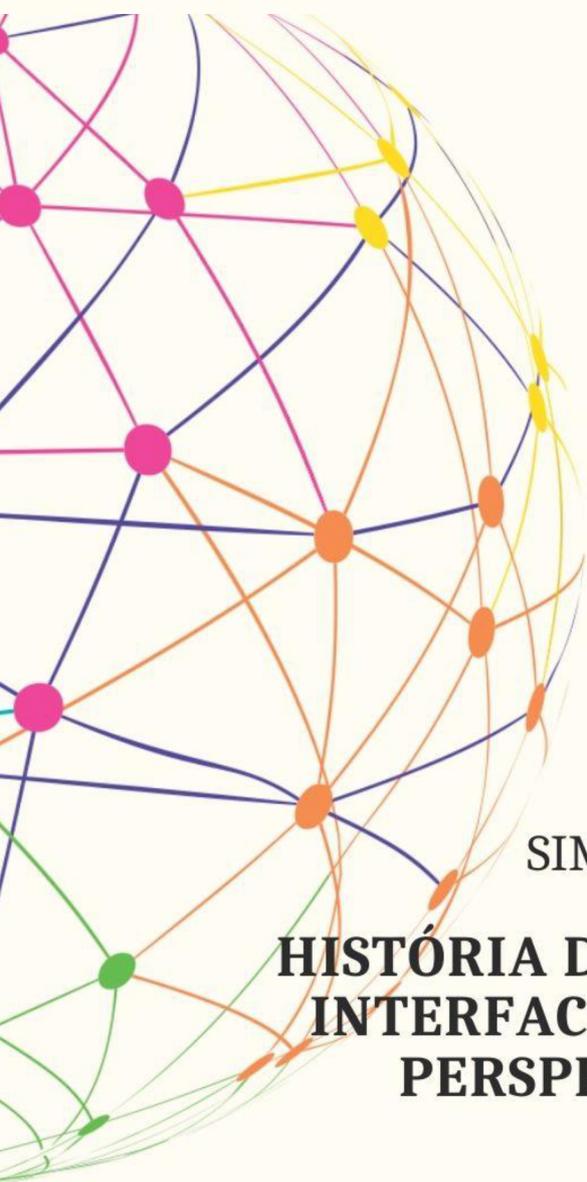
BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa Nascimento. **História e ficção como recurso polissêmico de abordagem do real. Livro: História em poliedros: Cultura, cidade e memória** Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a contra-história da Tropicália**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de pós graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio Janeiro: Forense, 2011.

CHATIER, Roger. **A história entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



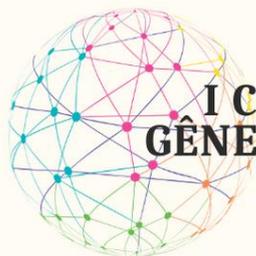
SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

**HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS:
INTERFACES ENTRE AS MÚLTIPLAS
PERSPECTIVAS DE PESQUISA**

Coordenadoras:

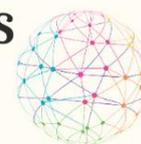
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)

Rafaella Martins Silva (UFPI)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A ATUAÇÃO MÉDICA NO TRATAMENTO DA POPULAÇÃO ACOMETIDA POR DOENÇAS VENÉREAS EM TERESINA DURANTE A DÉCADA DE 1930.

Ana Karoline de Freitas Nery

Universidade Federal do Piauí – UFPI, mestranda em História do Brasil, e-mail:

karolnery20@hotmail.com

Elizangela Barbosa Cardoso

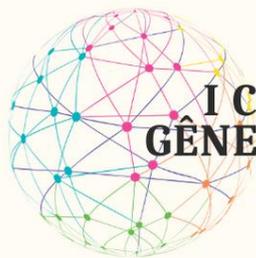
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal Do Piauí (UFPI). Email: elibcardoso@yahoo.com

Resumo: Este trabalho analisa a atuação médica no cuidado da população acometida por doenças venéreas, em Teresina, durante a década de 1930. Desde o final do século XIX, as doenças venéreas e a sua disseminação causavam grande preocupação nos médicos, a ponto de ocorrer um aumento na circulação das discussões entre estes profissionais, a respeito de alternativas para o seu tratamento. Mas foi nas primeiras décadas do século XX, que o enfrentamento dessas enfermidades passou a fazer parte dos projetos de governo, inclusive no estado do Piauí. Nesse cenário, uma parcela dos médicos de Teresina, a destacar Dr. Jarbas Martins, Dr. Luiz F. Batista, Dr. Hugo Bastos, Dr. Walter Abreu, Dr. Cândido Silva e Dr. Ursulino Martins, Dr. Linneu Araújo, Dr. Ferreira Sobrinho, atuavam na realização de práticas com o objetivo de combater as doenças venéreas a partir da profilaxia, e juntamente com o Estado organizaram uma estrutura de tratamento para os doentes venéreos. Além disso, procuramos apresentar como as influências de médicos reconhecidos no cenário nacional, circulavam entre os médicos de Teresina, a respeito da importância do tratamento da sífilis, para evitar principalmente o contágio hereditário. A metodologia utilizada envolveu a análise do jornal Diário Oficial, Revista da Associação Piauiense de Medicina, Obras dos médicos Oscar Clark e Otávio Freitas e leituras bibliográficas de autores como: Engel (2004); Sanglard (2008); Ujvari (2019); Marinho (2008); Moraes (2014), que auxiliaram na fundamentação teórico-metodológica. A partir do estudo da atuação médica no cuidado da população acometida por doenças venéreas, foram identificados que os investimentos em especializações médicas, as práticas e atuação em clínicas particulares com parceria do estado, promoveram o suporte para a ampliação dos cuidados com os doentes venéreos.

Palavras-chave: Médicos. Cuidado. Doenças Venéreas. Teresina

Considerações Iniciais

A profilaxia das doenças venéreas, em Teresina, concentrou-se durante a década de 1930, em instituições de saúde que provinham de locais específicos e profissionais para o seu



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



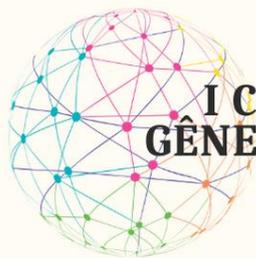
tratamento. A Santa Casa de Misericórdia de Teresina, o Dispensário Arêa Leão e o Centro de Saúde, são exemplos de locais que mesmo com recursos incipientes ou prematuros, recebiam parcela da população acometida por doenças venéreas.

A ação destas instituições, se dava juntamente com um campo formado por políticos e médicos, que naquele momento, procuravam aumentar ações em prol da saúde pública. As mesmas, designavam a função de atingir a população, afetando seus hábitos, e neste caso, os dos portadores de sífilis e doenças venéreas. Nos discursos do governo, o corpo doente venéreo não correspondia aos projetos de modernidade e de nação idealizados pelo Estado. Desta forma, procurou-se expandir os investimentos em diagnósticos mais precisos, com o fim de tornar os tratamentos mais eficientes, conforme as influências de preceitos médicos nacionais.

A ampliação de médicos na cidade e as especializações em áreas que envolviam a pediatria, ginecologia, a obstetrícia, fortaleciam os interesses e o conhecimento mais preciso a respeito do tratamento das doenças venéreas. Uma parcela dos médicos de Teresina, a destacar, Dr. Jarbas Martins, Dr. Luiz F. Batista, Dr. Hugo Bastos, Dr. Walter Abreu, Dr. Cândido Silva e Dr. Ursulino Martins, Dr. Linneu Araújo, Dr. Ferreira Sobrinho, atuavam na realização de práticas com o objetivo de combater as doenças venéreas a partir da profilaxia, e com palestras que procuravam intensificar as ideias que vigoravam no cenário nacional a respeito do alerta ao contágio congênito. Sendo assim, este artigo pretende analisar a atuação médica no cuidado da população acometida por doenças venéreas, em Teresina, durante a década de 1930, apresentando as ideias que entre esses médicos vigoravam a respeito do caráter hereditário da doença.

Médicos, sífilis e doenças venéreas

“A virada do século XIX para o século XX traz uma mudança na percepção da nosologia da sífilis” (SANGLARD, 2008, p.158). Assim como outras doenças que se manifestavam nas mais variadas regiões do Brasil, as doenças venéreas e principalmente a sífilis, apresentava-se em números alarmantes e muitas campanhas passaram a ser feitas para o seu combate.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



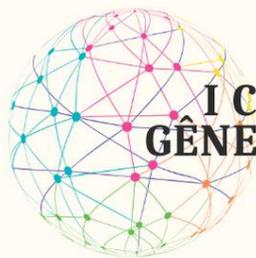
Ao passo que em Teresina, na década de 1930, foram se concentrando um maior número de médicos e especialidades variadas, o público acometido por doenças que se manifestavam continuamente, se beneficiava com a oferta desses serviços. Na capital, a sífilis aparecia em meio a tantas outras doenças, com bastante evidência e para além de outras práticas já utilizadas no seu tratamento, a oferta de clínicas com especialistas em doenças venéreas, auxiliava o enfrentamento dessa enfermidade.

Para tanto, é notório a compreensão de que a interdição médica com a tentativa de tratamentos eficazes referentes a essa doença já era uma medida estabelecida, desde as duas primeiras décadas do século XX, quando foram surgindo descobertas para a melhora ou eliminação da moléstia em seus portadores.

No Brasil, alguns médicos destacaram-se, na primeira metade do século XX, no engajamento para o tratamento de doenças e melhoramentos sanitários das cidades, com a publicação de livros que alarmavam a necessidade da prevenção das enfermidades e cuidados médicos aos indivíduos. Aqui, terão destaque, dois médicos que, em regiões distintas, trouxeram um olhar para a sífilis e sua profilaxia e inspiraram outros médicos a seguir seus ensinamentos. São eles, Octávio Freitas e Oscar Clark.

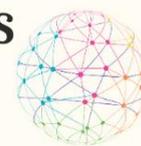
Os dois médicos publicaram livros sobre vários temas, escolhemos algumas obras que, dentre outros pontos, destinaram-se a fazer discussões que apresentavam a sífilis, as doenças venéreas e os tratamentos utilizados para a eliminação e prevenção dessas enfermidades. São elas, *Dietas e Remédios; Meus doentes, meus clientes*; de Octávio Freitas e *A importância da sífilis e seu tratamento; Remédios, fatores de civilização*; de Oscar Clark. Essas obras possuíam boa circulação entre os acadêmicos de medicina e médicos que atuavam no Piauí, visto que eles tinham formação no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, locais de protagonismo das obras descritas.

Em *A importância da sífilis e seu tratamento*, são destacados por Oscar Clark, os diagnósticos e a necessidade do tratamento da sífilis, pois, segundo ele, na atuação enquanto médico nas duas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, a sua impressão em uma das enfermarias que trabalhava era a seguinte “se indagardes em nossa companhia os



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



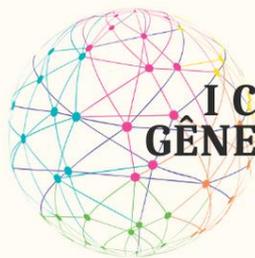
diagnósticos dos 30 doentes que hoje ocupam os leitos da 8 enfermaria vereis assombrados a porcentagem enorme de sífilíticos, pois 15 deles são casos de lues visceral ou nervosa” (CLARK, 1929, p.4). O médico ainda destacava a preocupação em relação às crianças, quando dizia que “o diagnóstico da sífilis se torna ainda mais doloroso, quando se sabe que de 50 a 70 % do total de suas vítimas são inocentes” (CLARK, 1929, p.6).

Veremos mais adiante que, em Teresina, um grupo de médicos também se mostrava temerosos, diante dos números apresentados, em relação à sífilis congênita, refletindo imediatamente em ações que deveriam ser prontamente seguidas para evitar tão grande mal.

Na obra *Remédios, fatores de civilização*, o médico Oscar Clark faz uma apresentação da trajetória da sífilis, por entre períodos e espaços distintos, mostrando como a doença ganhava visibilidade no século XX pelos sífilógrafos, médicos, químicos e bacteriologistas, que se dispunham a buscar o agente causador e o melhor tratamento da doença. De acordo com ele, para o tratamento da sífilis, os médicos deveriam saber que:

Os preparados arsenicais têm suas indicações particulares no tratamento da sífilis. Assim, nos casos de diagnóstico precoce, quando se demonstra a presença do treponema por meio do ultramicroscópio em um acidente venéreo, é necessário iniciar uma terapêutica energética por meio do 914. É a isso que se chama tratamento abortivo da sífilis. Nos casos de manifestações secundárias contagiantes, devemos, sem perda de tempo, injetar 914, porque fazendo desaparecer os treponemas com rapidez extraordinária os preparados arsenicais esterilizam em poucas horas aquelas lesões. Isso é de imenso valor social, pois impossibilita esses doentes de transmitirem o mal. Em certos casos de sífilis maligna, com graves ulcerações cutâneas, ou quando o estado geral do doente é por demais precário, só o Salvarsan pode salvá-los. (CLARK, 1938, p. 62-63)

Ainda de acordo com o médico Oscar Clark, o “serviço de saúde pública que não combata a sífilis só tem, de saúde pública, o nome” (CLARK, 1938, p.60). Fazia parte dos serviços ofertados pelo governo um plano para o controle da sífilis e doenças venéreas. Dessa forma, percebemos que a sífilis, dentre outras doenças que se manifestavam na primeira metade do século XX, era submetida a medidas ofertadas pelo serviço de saúde pública, com a criação



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de espaços, atuação de agentes e investimentos em medicamentos que, juntos, agiam na profilaxia dessa moléstia.

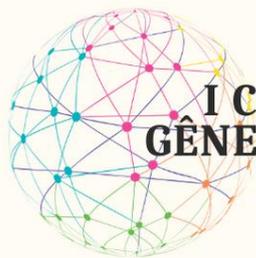
O médico Octávio Freitas manteve um olhar para a região de Recife, enfatizando a importância de elementos como o sanitarismo, a presença médica, o conhecimento e tratamento de doenças que endemicamente marcavam aquela localidade. Sobre a sífilis, na obra *Meus doentes, meus clientes*, o médico ressalta as várias nomenclaturas que a doença recebeu ao longo do tempo.

Segundo o referido médico, cabia à medicina, além de tratar da doença, destinar terminologias que retirassem um pouco do estigma forte que a palavra sífilis carregava. Dessa maneira, sugeria a expressão “afecções luéticas”, que seria um “vocábulo novo, o vocábulo da moda e, no entanto, genuinamente médico. Ao que parece queria, com isso, “afundar de todo a antiga expressão, por tanto tempo consagrada pelos patologistas do mundo inteiro, que designava a pertinaz enfermidade – a sífilis” (FREITAS, 1923, p.07). Para ele, esse termo poderia ser pronunciado sem provocar tantos constrangimentos aos portadores.

Na obra *Dietas e Remédios*, Octávio Freitas apresenta os medicamentos usualmente utilizados no tratamento da sífilis, acrescentando que o mercúrio, estava sendo descartado por boa parte dos médicos e sifilógrafos. A desconfiança em torno do mercúrio seria principalmente pelo tempo de tratamento a que deveria ser submetido o paciente para que o remédio fizesse efeito. Segundo o autor do livro, os médicos sugeriam que, caso fosse utilizado o mercúrio, “o tempo de tratamento seria de um para três anos. Só assim a cura seria completa. Depois de novas investigações, recuaram, ainda mais, esse período, para quatro, cinco, seis e mais anos” (FREITAS, 1915, p.147).

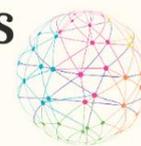
Octavio Freitas, porém, sugeria que, mesmo com o surgimento de outros medicamentos e a implicância com o tempo que o mercúrio deveria ser utilizado para que pudesse ter eficácia, um medicamento não deveria excluir o outro, eles se completariam e deveriam ter convergência para o mesmo objetivo, que era a profilaxia e cura.

A partir do que é apresentado por esses médicos nessas obras circulantes no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que a sífilis era uma doença presente em boa parte



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



da população do país e que os médicos se apresentavam com interesses em comum, no combate a essa moléstia inimiga da perpetuação da raça.

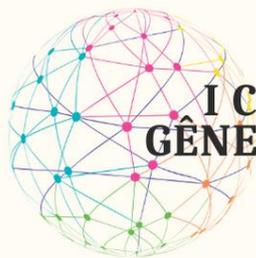
Médicos e tratamento da sífilis e doenças venéreas em Teresina

Em Teresina, durante a década de 1930, a sífilis é retratada pelos médicos mais pelo seu caráter hereditário. Segundo Gisele Sanglard, “a transformação da sífilis em calamidade social nesse período transcende, contudo, o ideário médico, pois trazia subjacentes as noções de pecado- das relações sexuais- e de degeneração da raça” (SANGLARD, 2008, p.159).

Podemos levar em conta que fazia parte dos ideais pregados pelo governo vigente a preservação da saúde dos indivíduos, desde a infância, destacando-se a sífilis, por ser uma doença marcada por seu caráter transmissivo, também, via gestação. Além disso, “os heredo-sifilíticos podem transmitir a moléstia aos filhos e netos (sífilis de segunda e terceira geração), prolongando, através do tempo, a triste cadeia de suas taras e sofrimentos” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p. 01).

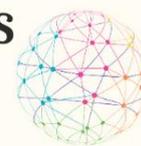
Conforme aponta Joseanne Marinho, as ideias presentes, desde o início do século XX, evocavam que “as doenças não eram atributos inevitáveis da natureza infantil, mas obstáculos a serem vencidos para que os governos pudessem pautar a agenda pública. Nesse contexto, as taxas altas de mortalidade passaram a ser consideradas inaceitáveis e também incompatíveis com os anseios de progresso” (MARINHO, 2018, p.144).

Portanto, era fundamental a aliança entre os poderes públicos e os médicos, como foi ressaltado em uma palestra da série “Aprenda a defender seu filho”, pelo médico Antônio M. Corrêa, com “Conselhos indispensáveis às senhoras grávidas”. O médico evidenciou a importância de se ter noção da sífilis como “a causa maior dos abortos, monstrosidades, aleijões e muitos outros males que irão perturbar o desenvolvimento da criança e frequentemente acarretar consequências deploráveis para o resto da vida” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.07). Sendo assim, apresentava-se a doença e a sua consequência, para que o cuidado em relação ao casamento e à suposta gravidez pudessem ser feitos com cautela e conhecimento a respeito das doenças que vinham a ser transmissíveis.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



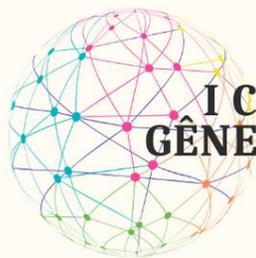
O médico Linneu Araújo, também, deu sequência a essa série do “Aprenda a defender seu filho”, retratando o mesmo assunto referente à sífilis passada para criança pelos pais. Denominada “Como evitar a sífilis congênita”, a palestra do médico destinou-se a mostrar que “é tão grande, porém, o valor da criança como potencial humano e tão funesta a influência da sífilis sobre o organismo infantil, que o assunto, numa campanha em prol da criança, não pode deixar de merecer referência mais viva e comentário mais insistente” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

Dessa maneira, fortificava-se essa campanha dos médicos em prol da defesa das crianças contra a sífilis herdada. Ao mesmo passo que a intensificação da propaganda, certamente, tinha como um de seus propósitos, alertar a sociedade sobre os perigos da sífilis manifesta. O médico também deixava claro, que, em situações da sífilis repassada dos pais para os filhos, o organismo materno acabaria sendo o foco transmissor, pois o mesmo afirmava que “é pelo cordão umbilical, com o sangue que nutre generosamente, que o pequeno ser recebe o *treponema pallidum*, isto é, o micróbio que produz a sífilis. Assim infectado, ele morre muita vez, sobrevivendo o aborto” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

O cordão umbilical seria, então, a ponte certa para a passagem da sífilis da mãe para o bebê. Mas, era também por meio dele que se fazia o exame na criança após nascer. Nas palavras do médico Francisco Machado Lopes, o exame de sangue na criança “poderá ser realizado, ou imediatamente depois do nascimento, isto é, colhendo-se o sangue do cordão umbilical, ou então posteriormente, colhendo-se o sangue numa das veias apropriadas” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).

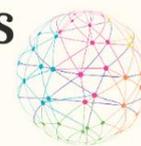
O médico ainda alertava que, caso a gravidez ocorresse normalmente, a criança sobrevivente, “apresentará desde os primeiros dias de existência (sífilis congênita precoce), ou em caso mais dilatado após o nascimento (sífilis congênita tardia), as lesões, sinais, e estigmas da doença que os próprios pais lhe transmitiram” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

A criança também apresentaria alguns sintomas comuns que traria o diagnóstico exato da presença da doença. Como alerta, os médicos listavam alguns mais frequentes, sendo “falta de apetite, vômitos habituais, convulsões, estrabismo, lesões graves da pele e das mucosas,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

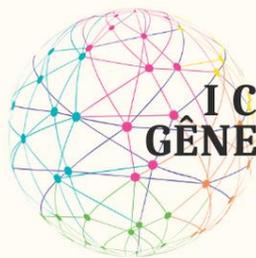


alterações do esqueleto, constituindo o chamado raquitismo sífilítico, doenças congênitas do coração, deformações e monstrosidades de toda ordem” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

Além disso, com as análises mais aprofundadas sobre a doença, os médicos constataram que os pais logo poderiam tomar como observação o crescimento dos dentes das crianças. De acordo com esses estudos, “a dentição não escapa à influência da sífilis. São quase sempre heredo-luéticas as crianças cujos dentes costumam a aparecer, ou não aparecem todos, ou apresentam erosões, anomalias de forma e de implantação” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01). Nesse caso, os médicos colocavam-se com a detenção de um saber certo, em relação aos outros praticantes de cura para o tratamento desse tipo de manifestação da sífilis. Alertavam que “nesses casos mais valem injeções de bismuto ou arsênico do que a aplicação isolada do cálcio, que a sabedoria leiga logo recomenda” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

Nem sempre, porém, era recomendado o uso do arsênico para o tratamento da sífilis, principalmente, quando se tratava de crianças. Esse alerta estava presente desde o século XIX, pois era comum, entre os europeus, ser feita a decoração de suas casas com papéis de parede que continham doses de arsênico. Segundo Stefan Ujvari, “crianças que conviviam com o verde brilhante de papéis de parede iniciavam sintomas crônicos de vômitos, diarreias, fraqueza, perda de apetite, irritabilidade e emagrecimento” (UJVARI, 2019, p.91). Dessa forma, por algum tempo, foram feitas campanhas para que se evitasse o uso do arsênico. Mas, com estudos aprimorados e com o uso de doses pequenas, “um médico conseguiu encontrar algo de útil no arsênico e, aqui, entra a esperança dos sífilíticos” (UJVARI, 2019, p.91).

Os pediatras seguiam essas orientações referentes a sífilis e, com a mesma finalidade, sobre casamento e gravidez, o médico pediatra Noronha Almeida, afirmava que “já se discutia no Brasil a regulamentação do casamento, a esterilização, a educação higiênica e o exame pré-nupcial, assim como se propagavam, de forma crescente, os princípios da eugenia, que ganhava cada vez mais defensores no Piauí” (MARINHO, 2018, p.158). O pediatra Vitorino Assunção trouxe também a debate a questão da eugenia referente ao casamento, para se evitar a mortalidade infantil, a partir de um trabalho apresentado por ele na Conferência Nacional de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

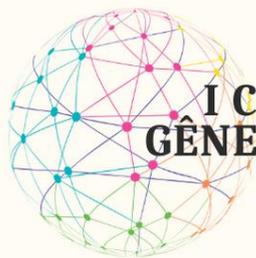


Proteção à Infância, realizada no Rio de Janeiro. Dando maior evidência ao cuidado com a criança que venha a ser gerada, ele afirma que:

Uma organização sanitária de proteção à saúde da infância deve compreender serviço pré-nupcial, pré-natal, natal, neonatal, pré-escolar e escolar. A educação sanitária das mães, dos pais, dos rapazes, o ensino obrigatório de higiene infantil em todas as escolas, primárias, secundárias, normais, etc... de par com os dispensários, as maternidades, as creches [...]. Um indivíduo de consciência sanitária não ousará se casar quando portador de doença capaz de transmitir-se a sua descendência, trata-se ou se conforma. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1939, p.19-20)

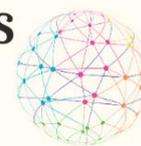
A ideia de tornar o exame pré-nupcial um hábito era um dos pontos mais destacados pelos médicos. Isso faria com que os portadores evitassem a transmissão da bactéria durante a relação, muitas vezes, concebida somente após o casamento. “No interesse de sua futura felicidade doméstica, todo candidato ao matrimônio deve submeter-se a exame pré-nupcial. Devem observá-la mesmo os indivíduos de aparência a mais saudável, pois ninguém é sadio apenas porque se julga ou se sente sadio” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.08). E caso fosse diagnosticada ou se tivesse suspeita da presença da sífilis em indivíduos que iam ser submetidos ao casamento, “o médico deve ser procurado para que oriente o tratamento pré-nupcial. A ele cabe determinar a intensidade e duração deste e fazer a escolha dos remédios, de acordo com as condições clínicas e individuais de cada caso” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.08).

Quanto à ideia do tratamento pré-natal, os médicos relatavam que, em primeiro lugar, “deve ser precoce e prolongado. Desde o início da gravidez, o mais cedo possível, a mulher fará o tratamento específico e o continuará por toda a gestação, com as pausas que o médico determinar” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.08). E para que se tivesse êxito, nesse tipo de tratamento, as gestantes deveriam ter consciência que a gravidez “não determina, por si só, nenhuma diminuição da tolerância aos medicamentos específicos, sendo pois injustificado que as senhoras receiem as injeções de 914 ou bismuto” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, P.08).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Outro ponto bastante enfatizado pelos médicos era o caso de, quando sobrevivente, a criança com sífilis seria marcada por graus de desenvolvimento diferentes das outras de mesma idade. Segundo o Dr. Lineu Araújo,

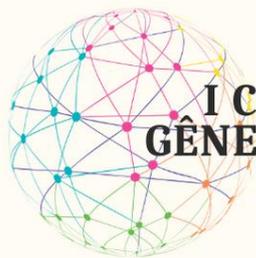
[...] a sífilis prende-se muitas vezes o estado que os pediatras chamam dystrophia, em que há notável atraso do desenvolvimento. A criança vive em condições favoráveis, alimenta-se ao seio materno, não tem febre, não tem diarreia, e, entretanto, não progride. (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01)

Além do desenvolvimento deficitário, a criança que crescia adoentada pela sífilis, podia manifestar um descontrole hormonal, acarretando as glândulas de secreções internas como a hipófise, tireoide, glândulas sexuais. E o mau funcionamento delas implicaria outras doenças “o nanismo, o gigantismo, o infantilismo, a obesidade podem ser produzidas pela sífilis congênita por lesão das glândulas de secreção interna” (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.01).

Sendo assim, pregava-se a ideia da consciência social e sanitária pelos médicos e, a partir da predisposição dos indivíduos, acreditava-se na ampliação e aceitação desses cuidados.

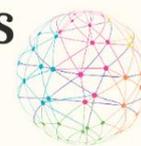
Com um tratamento pré-nupcial bem feito, o sífilítico não beneficiará apenas a própria saúde, evitará, ao mesmo tempo, a contaminação da esposa e protegerá a descendência contra a infecção. E realizará patrioticamente um grande ato de higiene social. (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p.08)

Além do exame pré-nupcial e do tratamento, durante o pré-natal das gestantes, para que se evitasse a sífilis congênita, houve investimentos em Teresina, nos exames de sangue para a proteção das crianças. Dando sequência à série “Aprenda a defender seu filho”, o médico Francisco Machado Lopes, conhecido na capital, por possuir uma clínica de exames periódicos de saúde e que ofertava os exames específicos para se diagnosticar a sífilis como as Sero – reações Wassermann e Kahn, divulgou a discussão sobre o “Valor do exame de sangue na proteção à criança com sífilis”. Para o referido médico, “o exame de sangue é o meio mais prático, mais constante e mais fiel para o diagnóstico da sífilis” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



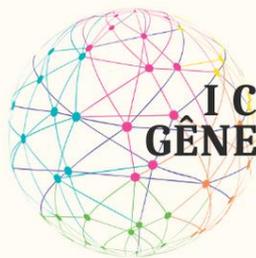
O Dr. Francisco Machado Lopes foi um dos médicos piauienses que, formado no Rio de Janeiro, conhecia de perto os trabalhos de Oscar Clark referentes à profilaxia das doenças venéreas. Segundo o Dr. Machado Lopes, “ainda repercutem, com toda força, as palavras de Oscar Clark, na 2 Enfermaria da Santa Casa do Rio de Janeiro – é impossível, hoje, fazer-se o diagnóstico da sífilis, sem o exame de sangue” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).

Na divulgação dessa discussão sobre o valor do exame de sangue na prevenção da criança contra a sífilis, o médico divulgou ainda nas páginas da matéria do jornal, os resultados dos exames feitos naquele ano de 1938. No total de “50 exames feitos; 26 deram positivos; 20 deram negativos; e 4 foram duvidosos” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01). Ainda segundo o médico Francisco Machado, essa quantidade de exames feitos e os dados revelados por eles, “ainda não refletem toda a extensão do grande mal que nos deprime, roubando-nos as energias vitais, por isso mesmo que na grande maioria dos exames negativos, se tratava de pessoas, anteriormente, submetidas ao tratamento específico” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).

O médico Francisco Machado fortalecia a divulgação da importância de as pessoas procurarem o médico, para que se constatasse efetivamente a presença da doença. Segundo ele, o exame, por si só, não trazia um diagnóstico completo, pois “as reações que nos levam, pelo exame de sangue, ao diagnóstico da sífilis, são fenômenos de natureza complexa e delicada, cuja interpretação só ao médico cabe fazer” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).

Ainda nas palavras do médico, “cada indivíduo antes de ir ao laboratório pedir um exame de sangue, deve recorrer a um clínico para que este, de acordo com o caso em apreço, escolha o exame que melhor se ajuste [...]. E então só o médico poderá determinar o número e natureza dos exames a serem realizados” (DIÁRIO OFICIAL, 1938, p.01).

Havia na cidade outros médicos engajados no cuidado da sífilis e doenças venéreas. Dentre eles, podemos destacar, o Dr. Jarbas Martins, Dr. Luiz F. Batista, Dr. Hugo Bastos, Dr. Walter Abreu, Dr. Cândido Silva, Dr. Ursulino Martins, Dr. Lineu Araújo e o Dr. Ferreira Sobrinho. De acordo com Livia Moraes, “o parto e as doenças femininas ainda não eram serviços especializados e estavam inseridos dentro de uma oferta geral de serviços médicos” (MORAES, 2014, p.66). Acreditamos que, para a sífilis e doenças venéreas, a situação era a



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



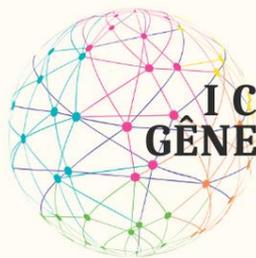
mesma, não havendo médico que tenha se especializado somente para o tratamento dessas enfermidades, portanto, quase sempre, os médicos que se concentravam no atendimento a esse tipo de enfermidade, ofereciam outros serviços.

De acordo com os anúncios que circundavam na cidade, que apresentavam a oferta dos serviços médicos, era comum que urologistas, ginecologistas e dermatologistas ofertassem atendimentos aos doentes venéreos. Alguns deles acabavam se especializando em cursos oferecidos por instituições reconhecidas no tratamento dessas moléstias. Segundo Gisele Sanglard, ainda durante a década de 1920, “a Fundação Gaffrée e Guinle construiria diversos ambulatorios antivenéreos, muitos vinculados a instituições médico-assistenciais, como a Santa Casa de Misericórdia e o Instituto de Assistência a Infância” (SANGLARD,2008, p.160). Com o passar do tempo, essa instituição ficou bastante reconhecida por ter como um de seus objetos de atenção o combate às doenças venéreas e o preparo de médicos estagiários de vários estados do país.

Além dos médicos que ofertavam o tratamento da sífilis e doenças venéreas, existiam, na capital, alguns médicos que, mesmo não possuindo uma preparação específica para essas moléstias, auxiliavam no combate das mesmas, podemos destacar, Dr. Quixadá Felício, Dr. Dolival Lobão, Dr. Edson Carvalho e Dr. Francisco Machado Lopes. Dessa forma, nas propagandas sobre as ofertas de seus serviços e especialidades, pediatras, clínicos gerais, acabavam divulgando a atenção que também davam ao tratamento das doenças venéreas.

Ademais a sífilis, os médicos passaram a oferecer a promessa de cura rápida, entre cinco a seis dias da gonorreia, doença também conhecida cientificamente como blenorragia, através de métodos eficazes. Juntamente com a sífilis, mas, em menores números, a gonorreia, também transmitida por via sexual, acometia uma quantidade considerável de indivíduos em Teresina. Dessa maneira, médicos engajavam-se na oferta de serviços que pudessem extinguir essa doença.

O médico Oscar Clark, no ano de 1942, prosseguia na discussão sobre a sífilis e, em uma publicação sobre a educação e higiene das crianças e a validade das Escolas Hospitalares, externou a importância do tratamento das crianças que pertenciam aos grupos escolares e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



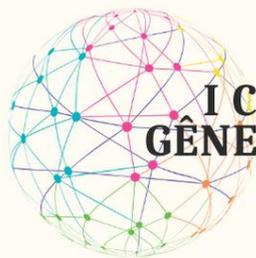
possuíam sífilis congênita. Segundo o médico, “o tratamento sistemático dessas crianças acompanhado de respectiva educação sanitária, representaria, dentro de alguns anos, a verdadeira redenção física da gente brasileira” (DIÁRIO OFICIAL, 1942, p.02).

Mesmo com o engajamento dos médicos e do estado na prevenção e tratamento da sífilis, em 1947, no Centro de Saúde de Teresina, foi feito pelo Serviço de sífilis e doenças venéreas, com direção do médico Francisco Machado Lopes, então diretor Geral de Saúde, um inquérito epidemiológico num grupo de 355 meretrizes, residentes e domiciliadas na capital (DIÁRIO OFICIAL, 1947, p.12). As prostitutas eram um grupo que causava forte preocupação aos médicos, para que fossem efetivadas as medidas no combate à sífilis. De acordo com Magali Engel:

O caráter contagioso e transmissível por herança da sífilis confere ao perigo da prostituição um cunho muito abrangente, situando-o como poderoso inimigo que vai definhando a sociedade, elemento responsável pelo depercimento e perturbações da saúde da população, elemento determinante da degeneração da raça. (ENGEL, 2004, p.77)

O Diretor Geral de Saúde solicitava um auxílio vindo do governo federal, para que fosse posta em ação uma campanha, pois foram obtidos os seguintes resultados com os exames realizados nas prostitutas: “Reações Soroluéticas positivas, duzentos e cinquenta e nove; Esfregaços Gono positivos, quinze; Cancro localizado vulva e colo uterino e região extra genital, trinta e seis” (DIÁRIO OFICIAL, 1947, p.12). A resposta emitida pelo governo federal trazia uma preocupação com os resultados, ditos por eles como alarmantes. Como medida, para o apaziguamento da situação, foi sugerido “levar este ano nossa cooperação campanha antivenérea nesse Estado, aplicando cem mil cruzeiros em aquisição material, instalação e medicamentos, desde que o Estado se comprometa a seguir nossas normas relativas ao assunto” (DIÁRIO OFICIAL, 1947, p.12).

Mesmo com todas essas medidas, que se voltavam para a profilaxia e tratamento da sífilis e doenças venéreas em Teresina, os índices de portadores das doenças permaneciam altos. A prática de procura aos prostíbulos era comum, visto que as moças de família deveriam ser



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



mantidas virgens até o casamento. As aventuras precipitadas dos rapazes/homens, com mulheres que mantinham relações com vários indivíduos e, sem prevenção, em muitos casos, atingiam as moças após o casamento e posteriormente as futuras gerações.

Os médicos e o Estado procuravam, a partir de iniciativas, implantadas em instituições públicas, palestras, clínicas particulares, anúncios, uso de medicamentos avançados, intervir na diminuição dos níveis de doentes venéreos na cidade. Entendemos que a maior preocupação deles era com o caráter transmissível e hereditário da doença, o qual demandava campanhas mais incisivas, para evitar a morte ou o mal desenvolvimento de crianças, que, segundo os médicos, em meio a todo o caráter degenerativo da sífilis, eram apenas pobres inocentes dos quais dependia o futuro do país.

REFERÊNCIAS

APRENDA a defender seu filho. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 286, p. 1, 24 de dez. 1937.

_____. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 de dez. 1937.

_____. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 291, p.8, 31 de dez. 1937.

_____. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 286, p. 1, 24 de dez. 1937.

_____. **Diário Oficial**. Teresina, ano 8, n. 5, p. 1, 8 de jan. 1938.

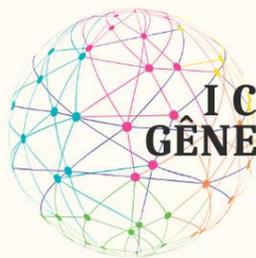
ASSUNÇÃO, A mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, v.1, n.1, p. 19-20, 1939.

CLARK, Oscar. **A importância da sífilis e seu tratamento**. Rio de Janeiro: Brasil Médico, 1929.

_____. **Remédios, fatores de civilização**. Rio de Janeiro: Brasil Médico, 1938.

DEPARTAMENTO de Saúde. **Diário Oficial**. Teresina, ano 17, n. 54, p.12, 5 de abr. 1947.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ESCOLAS Hospitalais. **Diário Oficial**. Teresina, ano. 12, n. 141, p. 2, 27 de jun.1942.

Fontes

FREITAS, Octavio de. **Dietas e Remédios**. Recife: Imprensa Industrial, 1915.

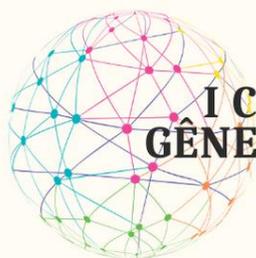
_____. **Meus doentes, meus clientes**. Recife: Imprensa Industrial, 1923.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter sadia a criança sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945**. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MORAES, Livia Suelen S. **Saúde materno- infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

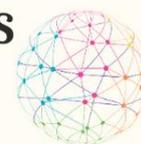
SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Contexto, 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A CASA DA CRIANÇA NO AUXÍLIO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)

Francilene Teles da Silva Sousa

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, graduanda em Licenciatura Plena em História, e-mail: francileneetelless@hotmail.com

Francisco Alex da Silva Matos

Universidade Estadual do Piauí, graduando em Licenciatura Plena em História, e-mail: alexuespi29@outlook.com

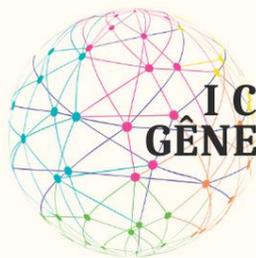
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: joseannezsm@gmail.com

Resumo: Este artigo objetiva analisar as ações de assistência à saúde materno-infantil, realizadas pela filantropia feminina através da Casa da Criança, uma instituição ligada à Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Piauí, no período de 1942 a 1945. A LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942, com forte influência de Darcy Vargas, da iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria com intuito não econômico e duração ilimitada. A fundação deu-se em decorrência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o ideário inicial era amparar as famílias dos soldados mobilizados para combater na guerra. Posteriormente, as ações foram expandidas e a LBA tornou-se o primeiro órgão estatal de abrangência nacional para o assistencialismo. Atuando no combate a pobreza e a mortalidade infantil a instituição era sediada pela Comissão Central no Rio de Janeiro e possuía Comissões Estaduais distribuídas por todo o país para que as ações de assistencialismo fossem desenvolvidas. Além disso, eram construídas parcerias com outras instituições filantrópicas como a Casa da Criança, fundada em 1943 em Teresina, durante a Semana da Criança, objetivando primordialmente o combate à mortalidade infantil. A pesquisa pautou-se nos trabalhos de Lira (2008), Barbosa (2017), Marinho (2018) e Simili (2008) e como fontes primárias as publicações do Diário Oficial do Piauí (1942-1945). Constatou-se que as ações da Comissão Estadual da LBA, no Piauí, realizadas em parceria com a Casa da Criança eram direcionadas para educação, alimentação e saúde das crianças das camadas mais pobres e consistia em práticas direcionadas ao combate a mortalidade-infantil, uma preocupação nacional.

Palavras-Chave: História. Casa da Criança. LBA. Saúde materno-infantil.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



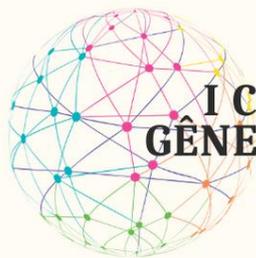
O Brasil, durante o período de 1937 até 1945, embora disfarçado de progresso econômico e social, vivia um regime ditatorial centralizador na figura de Getúlio Vargas, tendo as principais realizações do seu governo nesse momento sendo controladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mas que o resto do Brasil estava em estado de sítio e no lugar dos governadores foram colocados Interventores, pessoas de confiança de Vargas para fazer valer sua autoridade. Nesse período era comum ainda a defesa do patriotismo brasileiro, fortalecido com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial na Europa ao lado dos aliados.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) teve como objetivo inicial auxiliar os brasileiros no front da Segunda Guerra Mundial, contudo, expandiu seu papel assistencialista para auxiliar pobres, idosos, mães e filhos no combate à pobreza e a mortalidade. Por isso, os trabalhos voltados para o cuidado materno-infantil, a distribuição de alimentos e a criação de cursos voltados para esse público era uma prática comum da LBA em parceria com outras associações filantrópicas. Para facilitar a realização das ações nos demais estados do Brasil foram criadas as Comissões Estaduais subordinadas hierarquicamente a Comissão Central.

No Piauí foram criadas instituições de apoio aos mais necessitados, na qual será abordada especificamente a Casa da Criança criada em 1943, pelo Decreto-Lei nº 708, de 15 de setembro de 1943 (PIAUI, 1943). Assim, este artigo partiu da seguinte problemática: Como as ações desenvolvidas pela Casa da Criança contribuíram para assistência materno-infantil e o combate à mortalidade infantil no Estado de 1942 até 1945?

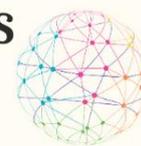
Desse modo o trabalho objetiva analisar as ações de assistência à saúde materno-infantil, realizadas pela filantropia feminina através da Casa da Criança, uma instituição ligada à Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Piauí, no período de 1942 a 1945. Para fornecer fundamento à pesquisa foram utilizados os trabalhos de Lira (2008), Barbosa (2017), Marinho (2018) e Simili (2008) e fontes primárias do Diário Oficial do Piauí (1942-1945).

As Iniciativas da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência no Piauí



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



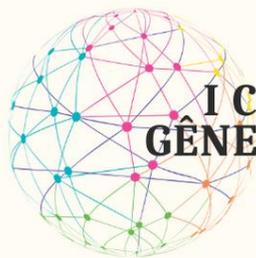
Na historiografia brasileira a assistência social, de modo geral, é um termo utilizado para abordar a organização de uma política social que atendesse, sobretudo, aos trabalhadores não assalariados, aos idosos, aos doentes e outros incapacitados, as mães pobres e seus filhos. A caridade e a filantropia se dedicavam a atender às necessidades desses indivíduos, mas com a politização da questão social, o Estado passou a atuar diretamente na assistência social ou por meio de uma parceria com o setor privado. (BARBOSA, 2017).

Assim, a Legião Brasileira de Assistência (doravante, LBA) fundada em 1942, pela Primeira-dama Darcy Vargas objetivava amparar os soldados alistados para combater na Segunda Guerra e suas famílias em parceria com o Estado e com o empresariado, tornando-se uma instituição com práticas de trabalho de cunho voluntário feminino (SIMILI, 2008). Desse modo, era comum o voluntariado feminino exercendo atividades de assistência para as famílias dos combatentes e as pessoas carentes.

Para tanto, a LBA era composta por uma Comissão Central, presidida por Darcy, e por diversas Comissões Estaduais, presididas pelas primeiras-damas de cada Estado. Essa distribuição deu-se pela necessidade da expansão das ações assistencialistas. Assim, a partir de 15 de outubro de 1942 a instituição iniciou o seu funcionamento, sendo regida por um Estatuto cujo conteúdo determinava todas as suas normas (ESTATUTO da LBA, 1942). Assim, estabeleceu-se uma rede de voluntárias, valorizando a presença da mulher nas ações assistencialistas e evidenciando a hierarquia entre a Comissão Central e as demais comissões.

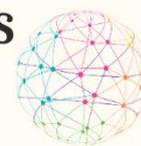
No Piauí, a primeira reunião para a organização Comissão Estadual da LBA foi realizada no Palácio do Governo, no dia 11 de setembro de 1942, presidida pelo Interventor Leônidas Mello. A Comissão foi instalada em 18 de setembro de 1942, no Teatro 4 de Setembro, em Teresina, numa solenidade com participação da senhora Nadir Vilanova, presidente da Sindicância, várias entidades ligadas ao comércio, com o Presidente Associação Comercial do Estado, Dr. Cícero da Silva Ferraz como tesoureiro, José Camilo da Silveira como diretor técnico e do Dr. Nelson Cruz, como secretário da LBA (LEGIÃO, 1943).

A primeira realização prática da instituição foi o Posto de Costura Darcy Vargas. A atividade principal desses Postos era o corte e costura dos uniformes dos soldados brasileiros



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



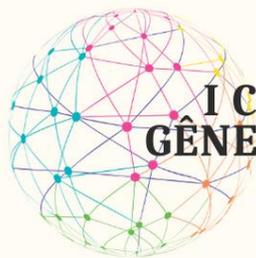
que estavam servindo na Segunda Guerra. Contudo, também eram produzidas roupas para menores reconhecidamente pobres. As peças eram pijamas, lençóis e roupinhas para crianças, deixando claro que a LBA não beneficiava apenas os pracinhas brasileiros (LIRA, 2008).

Além disso, eram promovidas ações para auxiliar pessoas carentes e cursos profissionalizantes para jovens e mulheres pobres, dentre os quais se destaca o Curso de Samaritanas Socorristas, ligada à Cruz Vermelha e ao Hospital Getúlio Vargas. Neste curso as alunas aprendiam técnicas de cuidados para ferimentos e acidentes de combate e da população em geral. O curso de Monitores Agrícolas procurava despertar a consciência para a possível falta de alimentos do Brasil, caso a guerra se prolongasse. Um Lactário para as mães carentes, o Caixa Beneficente para Mendigos de Teresina e a Secretaria de Apoio Materno Infantil e outras atividades oriundas das doações de pensões de viúvas e patrocínio de certas empresas, alimentos, roupas, agasalhos e auxílio através de recursos financeiros (LIRA, 2008).

Outra ação importante da LBA foi à construção da Casa da Criança, inaugurada em 1943 durante o encerramento da Semana da Criança. A Casa ficava localizada na Av. Getúlio Vargas e, durante a abertura foram distribuídos roupas e alimentos para as crianças carentes do Piauí (SEMANA da Criança, 1943). Desse modo, a casa tinha como “[...] objetivo, como todas as organizações similares em nosso país, combater, inicialmente, a mortalidade infantil, encarando principalmente o perigo alimentar [...]” (SEMANA da Criança, 1943, p. 1).

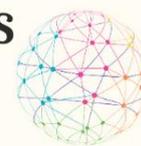
As acomodações e os materiais inicialmente foram improvisados, contudo, serviram para iniciar os trabalhos de assistência à criança. Desse modo, a organização era apoiada pela LBA e contava com “[...] um serviço de triagem, um ambulatório de pediatria e puericultura, creche, um lactário, jardim da infância e serviços auxiliares” (INSTALAÇÃO, 1943, p. 1). Esses serviços eram indispensáveis para que a Casa atendesse sua complexa finalidade.

Atendendo as famílias piauienses de baixa renda a organização dispunha de uma rede de voluntárias atuando em cargos administrativos, funções técnicas e, principalmente, na prática diária do cuidado e solidariedade aos menos necessitados (BARBOSA, 2017). Pois, o lugar da mulher, de acordo com a tradição patriarcal, estava definido com o de recatada e do lar, mãe dedicada e esposa amorosa: qualidades benevolentes e acima de qualquer suspeita.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



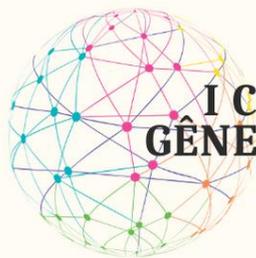
A mulher na perspectiva patriarcal tinha uma inclinação natural a cuidar daqueles que mais necessitavam por sua característica supostamente inata da maternidade (MARTINS, 2011). Os cargos relacionados as práticas diretas com os mais necessitados eram destinadas às mulheres justamente por serem consideradas pacientes e apropriadas para o serviço, embora em tal argumento fique implícito o preconceito em relação ao público feminino.

A Casa da Criança como iniciativa de proteção infantil da Legião Brasileira de Assistência no Piauí: uma experiência da LBA no Piauí

A preocupação com a infância, especificamente nas áreas da saúde, educação e desenvolvimento social teve seu interesse fortalecido após a mensagem de Natal de Vargas, em 1932. A mensagem afirmava que este problema estava relacionado ao desenvolvimento do país e que, portanto, não deveria ser ignorado (SEMANA da Criança, 1943). Dessa forma, a partir de 1930, o Estado passou a socorrer o indivíduo da fome e da miséria. Considerava-se que a formação do indivíduo como cidadão trabalhador iniciava ainda durante a infância, assim, o investimento para que a criança fosse saudável e disciplinada era urgente.

A preocupação com a infância constituía-se como um dos elementos no qual a LBA direcionava uma atenção especial durante a era Vargas, sendo utilizada como uma forma de criar a consciência da importância da criança sadia e disciplinada como mecanismo para o desenvolvimento da pátria e da eliminação de parte das mazelas sociais. Esse objetivo pode ser percebido nas inúmeras visitas realizadas por Getúlio Vargas às escolas brasileiras durante seu período de governo ajudando a criar sua imagem com o “Pai dos pobres”.

A LBA possuía uma rede de colaboradores fortemente articulada pela participação dos brasileiros e pela colaboração entre os poderes públicos e privados (BARBOSA, 2017). Logo, o acesso à saúde, o incentivo a educação e a garantia de uma alimentação de qualidade eram práticas estabelecidas que deveriam ser asseguradas. Assim, o Estado e o empresariado brasileiro traçaram um plano de ampliação para a assistência social e do serviço social para o país que deveria ser executado pela Darcy Vargas na posição de presidente.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

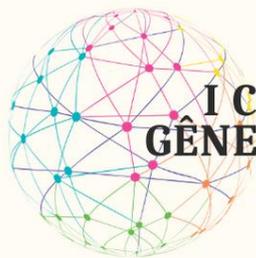


A partir do período estadonovista, a proteção materno-infantil passou a ter centralidade no projeto de governo. Iniciativas de conservação da saúde, fornecimento da educação formal, combate ao abandono, preparação para o trabalho, além do enfrentamento da delinquência, foram considerados setores essenciais de investimento público e filantrópico. Dessa forma, a criança deixou de ser vista apenas como um objeto de interesse e de ação da família, bem como da Igreja, para começar a tornar-se, efetivamente, um sujeito central do planejamento e da ação dos governos (MARINHO, 2018).

A infância, vista como um novo aspecto no interior das questões sociais passou a ser utilizada como tema das propagandas dos governos, que defendiam e reproduziam na imprensa escrita que a proteção desse público alvo seria uma forma de possibilitar sua inserção na sociedade e permitir uma vida digna, o que resultaria no desenvolvimento do país. Evidentemente, deve-se observar o viés político diante das iniciativas de proteção materno-infantis, a saber, a vontade de continuar no poder e controlar as massas humildes que ainda compunham a grande maioria do Brasil e especificamente Piauí.

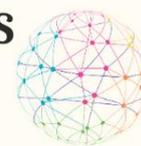
Em 1943 o Interventor do Piauí Leônidas Mello comprou um terreno em Teresina para a construção da Casa da Criança através do Decreto-Lei nº 708, de 15 de setembro de 1943 (PIAUI, 1943). Essa iniciativa marca a articulação política do governo com a filantropia. Após a inauguração, essa instituição ficou sob a direção do pediatra Olavo Correa Lima, médico pediatra envolvido com as políticas públicas e filantrópicas de valorização da saúde da criança (MARINHO, 2018).

Para o início de sua construção foi necessária à abertura de um edital para que fosse escolhido o grupo, ou companhia de engenharia, arquitetura ou agrimensura, adequadas as exigências do público que seria atendido e as especificações do governo. No referido edital foram estabelecidas as regras que deveriam ser seguidas pelos concorrentes no que se refere a modelos de plantas, orçamentos, bem como os profissionais que poderiam concorrer na apresentação de suas propostas.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

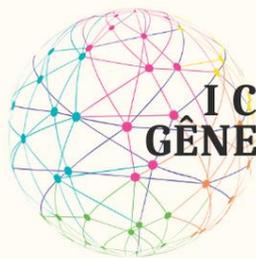
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Dessa maneira, o primeiro edital elaborado pela Secretaria da Legião Brasileira de Assistência, na capital, em 24 de agosto de 1943, cuja presidência era ocupada por Nelson Cruz afirmava que a concorrência era pública e, para tanto:

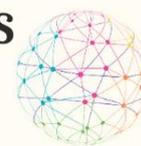
De ordem do Snr. Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, neste Estado, fica aberta concorrência pública para a construção da Casa da Criança, à Avenida Getúlio Vargas, esquina da rua, Primeira de Maio, Zona Sul, nesta capital. As propostas deverão ser apresentadas à sede da Legião Brasileira de Assistência, em Teresina, a praça Rio Branco, 334 N. Sobrado do Edifício Rianil, no dia 30 (trinta) de setembro deste ano às quinze horas e recebidas pela Diretoria dessa instituição, devendo estar presentes todos os concorrentes. Somente serão recebidas propostas assinadas por profissionais habilitados de acordo com Decreto Federal nº 23.569 que regula o exercício de profissão de engenharia, arquitetura e agrimensura pelo que exige-se apresentação de caderneta global. O orçamento e as especificações deverão ser apresentadas em três (3) vias devidamente assinadas, em rasuras ou emendas, tudo em envelopes fichados. Quanto as plantas e detalhes deverão ser em cinco (5) vias e estarem referidas no orçamento e especificações. O edifício em questão deveria ter um pavimento térreo e um superior, sendo o piso do ultimo em concreto armado: o pé direito será de aproximadamente 4,50 metros. O andar térreo que se destina a um lactário e um ambulatório de higiene pré-natal e pediatria deverá ter pelo menos as seguintes acomodações: sala para exame pré-natal; sala para exame de criança; sala para higiene pré-natal; sala para curativos e tratamento das crianças; sala para refeitório das crianças; sala para distribuição de alimentos; sala de preparo de alimentos; sala de preparo de alimentos; sala para esterilização; depósito de gênero de consumo e distribuição; secretaria; almoxarifado; galeria de circulação; duas escadas, uma de circulação e outra de serviço. O andar superior que deverá ter a área aproximadamente do andar térreo destina-se a permanência de crianças, requerendo, portanto, alguns dormitórios e instalações correlatas. (CONSTRUÇÃO, 1943, p. 1).

Nesse sentido, é evidenciada a exigência de uma concorrência pública destinada a diferentes interessados em oferecer propostas para a criação dessa instituição no cuidado de crianças, mas obedecendo as regras impostas. O edifício que deveria conter de acomodações específicas para abrigar um considerável número de crianças em relação aos cuidados médicos pré-natais, refeitórios, dormitório, almoxarifados, secretaria, sala de preparo e distribuição de alimentos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

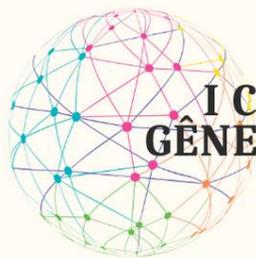


Estavam estabelecidas todas as regras específicas, pormenorizadas e detalhadas a serem seguidas pelos concorrentes no momento de apresentação de suas propostas para a construção do edifício que abrigaria a Casa da Criança, como altura do térreo, as características dos componentes da estrutura física, telhado, bicas, pinturas, tipos de revestimento do forro. A preocupação com a segurança do edifício é observada na exigência de três plantas no edital: F. uma planta das instalações elétricas; G. uma planta da situação do edifício, indicando a posição do prédio com os vizinhos e a direção dos ventos e H. uma planta da situação das vigas e lajes, dos detalhes das armações de ferro.

Desse modo, concorrentes interessados em pleitear sua proposta deveriam seguir uma série de orientações e regras especificadas no próprio edital de criação da Casa da Criança, especialmente relacionada à segurança da estrutura física do prédio, pois servia para os cuidados relacionados a crianças do estado, principalmente da capital, Teresina, sendo necessário que tais propostas fossem realizadas por engenheiros habilitados e capacitados para esse empreendimento. O edifício deveria dispor de acomodações, conforme o edital.

O processo de criação legal da Casa da Criança no governo de Leônidas Mello seguiu as orientações da LBA, no qual foi elaborado um segundo edital suspendendo a concorrência estabelecida pelo edital anterior para a construção da instituição. Desse modo, permitiu-se apenas a apresentação de projetos que seguissem as regras impostas pela Comissão Estadual. No final, haveria o recebimento de um prêmio em dinheiro para aquele que se constituísse como vencedor conforme o edital transcrito de forma completa para melhor análise:

Da ordem da Exma. Sra. D. Maria do Carmo Melo, presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, neste Estado e, em virtude de ordem técnica, fica suspensa a concorrência aberta para a construção da “Casa da Criança”, publicado no Diário Oficial, em edital de 24 de Agosto do corrente ano e fica instituída outra concorrência, somente para a apresentação de plantas para a referida construção, as quais deverão obedecer aos detalhes e especificações constantes daquele edital, nas condições seguintes: I – A apresentação dos projetos deverá até às 15 horas do dia 29 de Outubro de 1943, na sede da L.B. A (Edifício Rianil) à Praça Rio Branco. II- O julgamento dos projetos será feito por dois engenheiros designados por essa Presidência e um representante da LBA, que em maioria decidirão o projeto vencedor. III-



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O projeto escolhido caberá o prêmio de SEIS MIL CRUZEIROS (cr. \$6000.00), que será pago logo após o julgamento. (CONSTRUÇÃO, 1943, p. 4).

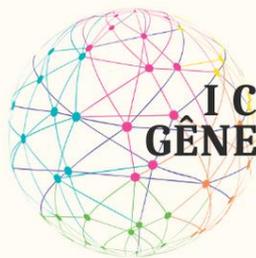
O edital de 25 de setembro tem como modificação, evidenciado no cancelamento da concorrência aberta e pública das propostas de construção da Casa da Criança, restringindo a esfera de participação devida, provavelmente, à necessidade de agilizar o processo de criação da instituição para o atendimento materno infantil no estado já que o terreno para ser realizada a obra estava comprado pelo então interventor Leônidas Melo. A concorrência estabelecida conforme destacada anteriormente foi à proposta das plantas como forma possivelmente de começar as obras da Casa da Criança, tendo com incentivo uma recompensa em dinheiro.

Dessa maneira, a “[...] Casa da Criança foi fundada em julho de 1943, com seções de ambulatório, lactário, creche, jardim da infância e vacinação, além de um Parque Infantil” (ALVES, 2017, p. 16). Essas ações desenvolvidas pela LBA possibilitavam às crianças pobres mais felicidade como, alimentação, educação, saúde, lazer para poderem viver e servir à pátria. Neste sentido, a fotografia abaixo do jornal em circulação no Piauí traz na manchete a instalação da Casa da Criança, esclarecendo que a fundação da referida instituição se destinava aos cuidados de crianças pobres.

Imagem 1- Inauguração da Casa da Criança



Fonte: Diário Oficial (1943).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



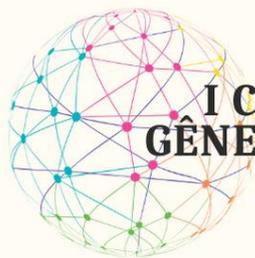
Conforme Imagem I, acima, era comum a participação de membros do governo durante os eventos ligados a LBA, bem como era comum à divulgação por meio da imprensa escrita. A divulgação dava-se através de fotos e narração dos fatos ocorridos elencando sempre qualidades do governo para que a ditadura fosse reforçada como um período próspero para os brasileiros. Além disso, era uma maneira encontrada para afirmar a legitimidade do governo.

Durante a inauguração da Casa da Criança foi realizada a distribuição de cerca de 300 mamadeiras para as crianças carentes da capital. Nesta ocasião a presidente da Comissão Estadual da LBA, no Piauí, Exma. Sra. D. Maria do Carmo de Melo, esposa do Interventor, participou da ação que era destinada especificamente as crianças atendidas pelo lactário da Casa (CASA da Criança, 1943). O objetivo era o combate à desnutrição infantil, pois era a principal causa da mortalidade infantil.

Salienta-se que a infância era uma preocupação nacional e, portanto, atender o maior número de famílias era urgente. Assim, a instituição era composta por dois andares, nos quais os atendimentos eram distintos. Logo, o térreo era dividido pelos seguintes espaços: um ambulatório de puericultura e pediatria, um consultório para exames pré-natal, uma sala para exame infantil, uma sala para procedimentos simples, um setor de esterilização, um lactário e um refeitório. O primeiro andar era destinado ao funcionamento da creche e do jardim de infância para a permanência das crianças (CONSTRUÇÃO, 1943).

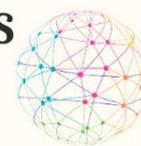
O desejo de que as crianças fossem assistidas por profissionais especialistas era expressivo e, por isso, o orador da Comissão Geral do Amparo da Criança Dr. Geraldo Vasconcelos utilizou sua fala durante a palestra ministrada na Semana da Criança de 1943 para divulgar para a sociedade piauiense a necessidade do cuidado da infância brasileira. Para isso, relatou que, no que diziam respeito à saúde, as crianças deveriam ser assistidas por pediatras e no que dizia respeito à educação, por pedagogos (SEMANA da Criança, 1943).

O discurso dos médicos especialistas em 1943 girava em torno da preocupação com a mortalidade infantil que alcançava números alarmantes no primeiro ano de vida das crianças, assim, Martins Napoleão, membro da NEP Clube nacional, considerava:



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



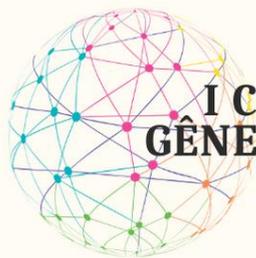
A mortalidade infantil – sobretudo de 0 a 1 ano – é muito alta e os pediatras piauienses, que me tem dado a honra de falar nesses assuntos [...] são acordes em opinar que a maioria dos distúrbios gastrointestinais, em nossas crianças, não é, em rigor, distúrbios alimentares, mas distúrbios de deficiência alimentar, ajudada da inexistência generalizada de noções de higiene. (A CRIANÇA, 1943, p. 2).

Desse modo, a principal causa da mortalidade infantil estava intrinsecamente ligada à pobreza da população, visto que os distúrbios gastrointestinais eram oriundos da baixa qualidade de vida dos infantis associada a pouca noção de higiene por parte das mães. Foi a partir dessa constatação que as políticas de assistência à infância foram moldadas. Considerava-se, portanto, que as práticas de maternagem deveriam ser orientadas por especialistas.

Durante o mês de outubro, a Comissão Estadual da LBA realizava em Teresina e nas cidades do interior uma programação com as festividades em comemoração à Semana da Criança, no qual ao menos durante esses momentos as crianças carentes poderiam ter um dia especial voltada apenas para diversão e lazer. Durante tais datas comemorativas ocorria principalmente à distribuição de mimos (brinquedos) para as crianças, missa campal, além da inauguração da Casa da Criança em local provisório (PIAUI, 1944).

Nesse sentido, durante a Semana a população era convidada a voltar o seu olhar para a infância pobre dos brasileiroinhos. Dessa maneira, o evento anual deveria ser o ponto de partida para o movimento nacional em prol da maternidade e da infância, assim eram descritos os problemas que assolavam essa fase da vida:

As cifras extraordinárias da nossa mortalidade infantil, a alimentação defeituosa e a insuficiente das nossas crianças com todas as suas tristes consequências, o abandono em que se perdem tantas delas trazendo-lhes indivisíveis sofrimentos ou desviando-as para a vagabundagem e a delinquência, a exploração de inúmeros outras condenadas a uma vida de miséria e privações, o doloroso desamparo de tanto as mulheres na hora de darem a luz, com uma elevada mortalidade de mães e pequeninos, tais são alguns aspectos deploráveis na indiferença com que têm sido tratadas até há pouco tempo à infância e a maternidade no Brasil (SEMANA da Criança, 1943, p. 1).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



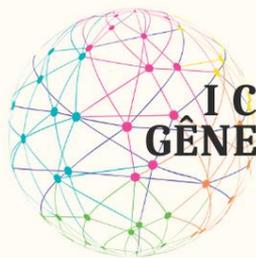
As ações de assistência promovidas pelas associações filantrópicas eram urgentes e, por isso, era comum o apelo para que a população em geral, bem como as camadas mais ricas da sociedade, membros do governo e profissionais especialistas participassem das ações. O combate à mortalidade infantil, as práticas de assistência à saúde materno-infantil e o enfrentamento da pobreza eram, portanto, uma preocupação de todos os brasileiros.

A Semana da Criança ajudava a promover as normas e os princípios relativos aos problemas básicos de saúde, informando aos responsáveis pelas crianças os cuidados adequados em relação à alimentação e a higiene, a necessidade da vida escolar e da proteção e carinho que a criança necessitava.

O governo de Vargas possuía grande interesse na construção de um novo Brasil as ações de proteção à infância foram fortalecidas e as propagandas para divulgar as transformações foram utilizadas buscando transmitir a imagem do presidente como o protetor das crianças e o governante de um Brasil que estava preocupado com a infância. No Piauí, essas ações foram representadas através das comemorações na Semana da Criança e na criação da Casa da Criança.

Ademais, vale ressaltar que no Piauí, os governos estadual e municipal, forneciam auxílios financeiros para os estabelecimentos filantrópicos especializados no atendimento materno-infantil (MARINHO, 2018). Não se tratava mais somente, como até as primeiras décadas do século XX, de salvar almas dos bebês encontrados nas ruas ou abandonados nas rodas, ministrando-lhes o batismo e praticando a virtude do amor ao próximo. Passava a existir a iniciativa dos poderes públicos estaduais, municipais e federais, a orientação dos médicos e a participação privada na organização de uma assistência à saúde que garantissem às mães melhores condições para gestar, dar à luz e cuidar dos seus filhos.

A viabilização da proteção da saúde materno-infantil, no Piauí, ocorreu por meio da contribuição de diferentes atores sociais, especialmente os médicos piauienses, que passaram a agir como parceiros do governo. Assim, denunciavam a gravidade de doenças e prescreviam o que se considerava correto para que se atingisse o desenvolvimento infantil saudável



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



(MARINHO, 2018). O objetivo era evitar condições de comprometimento físico e mental, além do problema de maior gravidade, que eram os elevados índices de mortalidade.

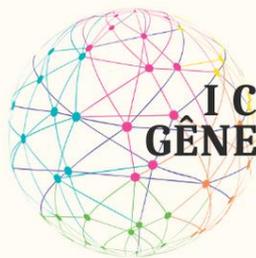
Os médicos alertaram o governo para a necessidade de políticas públicas e filantrópicas que fornecessem, sobretudo, serviços para a prevenção de doenças, com o auxílio de especialidades como a puericultura, a obstetrícia e a pediatria (MARINHO, 2018). Manter a infância saudável era uma obrigatoriedade para que o futuro do país fosse promissor.

As ações da Casa da Criança eram voltadas para a saúde materno-infantil e desenvolvidas em parceria com a LBA (MORAES, 2014). Para isso, eram criadas campanhas pedagógicas, cursos para as mães, atendimento médicos, acompanhamento, distribuição de alimentos seguindo as recomendações dos pediatras e a aplicação das vacinas antidiftéricas, antivariólicas e BCG (BARBOSA, 2017).

Para tanto, a Casa possuía uma instalação com “[...] um serviço de triagem, um ambulatório de pediatria e puericultura, creche, um lactário, jardim da infância e serviços auxiliares” (INSTALAÇÃO, 1943, p. 1). Desse modo em 1944, a LBA divulgou um relatório a respeito do primeiro ano de funcionamento da instituição, no qual se expressava com alegria os números atingidos: 5.975 crianças foram atendidas no ambulatório, 70.234 crianças foram atendidas no Lactário, a creche atendeu a 5.896 crianças, além disso, 57.668 receberam leite. O ano somou um total de 26 óbitos. Somado a essas serviços ainda eram oferecidas aplicação das vacinas (BATISTA, 2011).

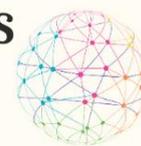
O Lactário da Casa da Criança foi o primeiro de Teresina, e voltava suas atividades para o combate a desnutrição, visto que era uma das principais causas da mortalidade infantil no Piauí. Era mantido pela LBA, pelos governos estadual e municipal e pela iniciativa privada através de doações. Sob a direção da voluntária Zoraima Rodrigues, o lactário atendia diariamente mais de 250 crianças. Desse modo, era prescrito o regime alimentar para as crianças e realizadas diariamente as refeições (MARINHO, 2018).

As visitadoras de saúde eram responsáveis pelo acompanhamento de mães e crianças atendidas pela Casa da Criança, verificando se as mães estavam pondo em prática as orientações



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



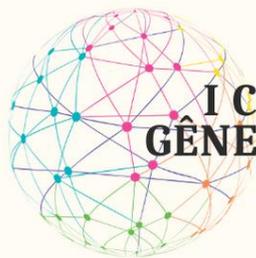
prescritas pelos médicos durante as consultas com os pediatras (CASA da Criança, 1943). Além disso, a Casa da Criança possibilitava conforto material e moral (LEGIÃO, 1944).

Durante a Semana da Criança, eram realizados dois concursos de robustez na capital, sendo um na Casa da Criança e o segundo na Sede da escola Normal Oficial. Este evento foi proposto pelo Dr. Moncorvo Filho, como forma de incentivar as mães pobres quanto aos cuidados com a eugenia das crianças (MORAIS, 2014). Na Semana realizada em outubro de 1944, por exemplo, cada um dos concursos contou com cerca de 200 crianças com faixa etária de 0 a 2 anos que foram inscritas pelas mães. Estas foram avaliadas por duas comissões compostas por três médicos e uma enfermeira (SEMANA da Criança, 1944).

Durante o evento, na Casa da Criança, foram premiadas três crianças: Washington Dias Pinheiro, de 5 meses, 67 cm, 8,680 kg, filho de Raimundo Rodrigues Pinheiro como primeiro ganhador e, portanto, recebedor do prêmio de 500 cruzeiros; em segundo lugar, embolsando 300 cruzeiros, Ivone Ivo da Silva, de 8 meses, 71cm e 9,230 kg, filho de Raimundo Ivo da Silva; e, por último, em terceiro lugar, Carlos Alberto Santana, de 4 meses, 62 cm, 6,970 kg, filho de João Pinto de Santana, recebendo o prêmio de 100 cruzeiros (SEMANA da Criança, 1944).

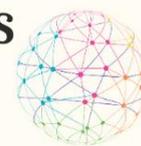
A análise seguia padrões estéticos, nos quais a vitalidade, a robustez e a animosidade das crianças eram criteriosamente analisadas. Além disso, os infantis passavam por uma verificação da dentição e do seu desenvolvimento motor (MARINHO, 2018). Todos os cuidados tão exaltador e verificados durante o concurso eram realizados pelas mães. Estas eram responsabilizadas pelo desenvolvimento de todos os cuidados e acompanhamentos médicos da criança.

Contudo, o resultado do concurso evidenciava o nome do pai da criança, deixando a mãe numa posição hierarquicamente inferior a dos pais. A exaltação do pai como progenitor e chefe da família era uma característica comum da época. O mesmo não se pode dizer quanto à responsabilidade no ato de educar e cuidar dos filhos, pois estas eram tarefas destinadas as mães.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



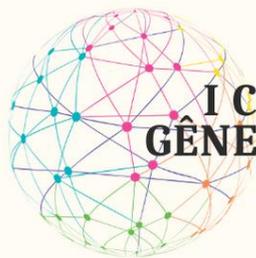
Nessa perspectiva, a filantropia foi modificando-se no decorrer dos anos e, apesar de manter seu caráter assistencialista, contava com a participação de profissionais da saúde, e membros do governo e da iniciativa privada atuando junto às mulheres benemerentes numa luta contra a pobreza e a mortalidade infantil. (MARINHO, 2018). Assim, a assistência à saúde passava a ser uma garantia para que mães pudessem gestar, dar à luz e cuidar das crianças mantendo-as saudáveis.

Os altos índices de mortalidade infantil fizeram nascer um novo olhar para a criança e, dessa forma, a saúde e o bem estar da criança passou a ser uma questão nacional e um dever de todos os brasileiros. A fragilidade da infância e a necessidade de um atendimento específico para essa fase da vida “[...] trouxeram à medicina o desafio de pensar em uma abordagem específica, que visasse ao atendimento das crianças, sujeitos cada vez mais diferenciados dos adultos.” (MORAES, 2014, p. 148).

Nesse sentido, médicos encontraram nos temas referentes à alimentação uma oportunidade para iniciarem os esclarecimentos para as mães sobre os cuidados para com as crianças. Com a proximidade entre médicos e mães tornava-se mais fácil inserir na maternagem práticas científicas.

Desse modo, nas primeiras décadas do século XX a filantropia passou a voltar-se para a infância, assim, estabelecia-se “[...] um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil.” (RIZZINI, 2008, p. 27). Nessa conjuntura, os governos estadual e municipal do Piauí criaram estabelecimentos públicos com essa finalidade, bem como “[...] forneciam auxílios financeiros para os estabelecimentos filantrópicos especializados no atendimento materno-infantil” (MARINHO, 2017, p. 309). A criança representava uma nova bandeira levantada pelas autoridades políticas.

No Piauí, objetivando construir uma relação estreita com a população o Estado autoritário adotou um sistema de saúde centralizado que foi moldado pelo Ministério de Educação e Saúde via Departamento Nacional de Saúde. Assim, começou um período intenso de trabalho para que profissionais fossem formados e especializados em saúde pública,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



elaboração de leis, regulamentos, bem como códigos sanitários para que o serviço de saúde fosse uniformizado em todo o Estado (MORAES, 2014).

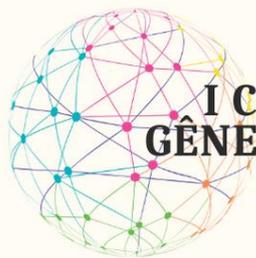
O desafio de criar uma abordagem específica para os cuidados com a saúde da criança trouxe a necessidade da criação de um elo entre mães e médicos. Nesse âmbito, as mães deveriam confiar e colocar em prática as orientações recebidas de modo que as práticas sociais de cuidado infantil fossem desacreditadas e deixadas de lado. De fato, isso ocorreu e as mães passaram a ser guiadas pela racionalidade científica para que não cometessem erros, ainda que não intencionais.

Desse modo, a Casa da Criança com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 continuou com o seu trabalho de auxílio materno-infantil às crianças da capital de Teresina, tendo se constituído numa instituição pioneira na capital nesses serviços e por vezes prestando atendimentos que deveriam ser oferecidos por hospitais. A Casa da Criança foi construída seguindo as orientações do governo de Getúlio Vargas e do Interventor Leônidas Mello para prestar um serviço amplo e complexo para as crianças necessitadas, bem como a seus responsáveis, especificamente as mães.

Considerações Finais

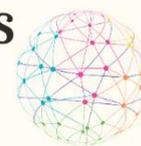
Ao analisar a historiografia da assistência à saúde materno-infantil, através das ações da LBA, percebeu-se que as políticas de enfrentamento à saúde materno-infantil foram reforçadas através da Mensagem de Natal de Vargas, em 1932. A partir disso, as iniciativas de criação de instituições filantrópicas foram incrementadas e, nesse contexto, ocorreu à instalação da Comissão Estadual da LBA, no Piauí, em 1942 e, posteriormente, em 1943 a inauguração da Casa da Criança.

As ações assistencialistas da LBA foram uma iniciativa para o enfrentamento da pobreza e do combate a mortalidade infantil, pois segundo o ideário político defendido pelo Estado, dificultava o desenvolvimento do país. Desse modo, as atividades realizadas no âmbito da Casa da Criança possibilitaram assistência médica e pedagógica a mães e filhos pobres do Piauí. A instituição promovia ainda práticas socioculturais relacionadas à Semana da Criança como



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



forma demonstrar a população e ao governo a qualidade dos serviços ofertados.

Portanto, a Casa foi criada para oferecer atendimento médico e educacional objetivando, essencialmente, a promoção da saúde das crianças piauienses. Dessa forma, as orientações através de cursos e campanhas para as mães, as consultas mensais e os exames realizados desde o pré-natal até a oferta de serviços de creche para as crianças, a vacinação, a distribuição de refeições diárias e o lactário trouxeram mudanças para os índices de mortalidade infantil do Piauí.

Esses fatores eram celebrados pelo governo que buscava transmitir ao povo uma boa imagem. Assim, Leônidas Mello, na qualidade de interventor do Estado, utilizou a inauguração da Casa para promover-se para o povo piauiense e aos olhos de Vargas também. A filantropia, portanto, foi uma brecha encontrada pelo regime estadonovista para buscar a aceitação do povo brasileiro. Assim, a criança era visualizada como o futuro da nação.

REFERÊNCIAS

A CRIANÇA – problema básico, **Diário Oficial**, Teresina, ano XIII, nº 127, p. 2, 16 de out, 1943.

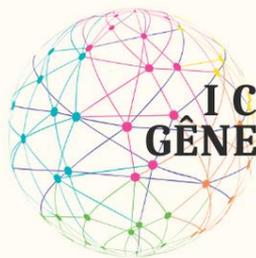
ALVES, Bárbara Cristina Barrinete Almeida; LIRA, Clarice H.S. **A Comissão Estadual da LBA e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante a Segunda Guerra**. PIBIC, 2015.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. (Tese de Doutorado em História)– Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BATISTA, Sorailk Lopes. **Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí**. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

CASA da criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIII, nº 148, p. 12, 2 de dez. 1943.

CONSTRUÇÃO da Casa da Criança, **Diário Oficial**, Teresina, Ano XIII, N 115, p. 1, 14 de set. de 1943.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



CONSTRUÇÃO da Casa da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, Ano XIII, N 121, p 4, 25 de set. de 1943.

INSTALAÇÃO da Casa da Criança, **Diário Oficial**, Teresina, Ano XIII, N 128, 19 de out de 1943.

LEGIÃO Brasileira de Assistência – Suas atividades no setor do Piauí, **Diário Oficial**, Teresina, Ano XIII, N. 85, 3 de Jul de 1943, p. 1.

LEGIÃO Brasileira de Assistência: Casa da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIV, nº 35, p. 1, 23 mar. 1944.

LIRA, Clarice Helena Santiago. **O Piauí Em Tempos De Segunda Guerra: Mobilização Local E As Experiências Do Contingente Piauiense Da FEB**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARINHO, Joseane Zingleara Soares. “**Manter sadia a Criança Sã**”: As políticas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco editorial, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, p. 15-34, dez. 2011.

MORAES, Livia Suelen Sousa. **Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)**. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2014.

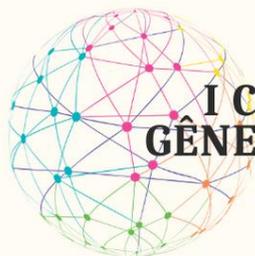
PIAUI. **Decreto-Lei nº 708**, de 15 de setembro de 1943. Autoriza a compra de um terreno para a construção da Casa da Criança. Decretos do Piauí de 1943. Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

SEMANA DA CRIANÇA. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIII, nº 125, p.8, 12 de out. de 1943.

_____. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIV, nº 127, p.1-6, 17 de out. de 1944.

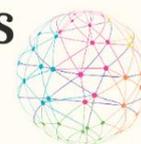
_____. **Diário Oficial**, Teresina, ano XV, nº 128, p.3, 27 de out. de 1945.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



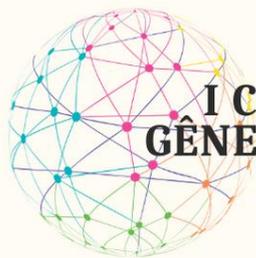
A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, O VOLUNTARIADO FEMININO E A SAÚDE MATERNA E INFANTIL NO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1940.

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses

Universidade Federal do Piauí – UFPI, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
História do Brasil, e-mail: liviasuelen@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a relação entre poder público, voluntariado feminino e a institucionalização da saúde voltada para crianças e mulheres mães, na década de 1940, a partir das ações da Legião Brasileira de Assistência, Comissão Estadual do Piauí. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi parceira do Governo Federal nos programas de proteção à maternidade e à infância, adotando as políticas desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr). Fundada em agosto de 1942, inicialmente sob a mobilização da Segunda Guerra Mundial, ocupou papel central no desenvolvimento das políticas de assistência, sobretudo no cenário assistencial do Rio de Janeiro, no qual se propunha a atender a infância pobre e desvalida. Dirigida por uma comissão presidida por Darcy Vargas, na capital federal, a LBA espalhou-se pelos estados, sob a atuação das esposas dos interventores federais, à frente de comissões estaduais. Nesse contexto, fundou-se em setembro deste mesmo ano, a LBA no Piauí, com a esposa do interventor federal, Maria do Carmo de Castro Melo, presidindo a Comissão Estadual. Nessa função, Maria do Carmo enviou telegramas às esposas dos prefeitos das cidades do interior, apelando para que trabalhassem pelo objetivo da LBA. Na LBA, as mulheres, especialmente aquelas de classe abastada, puderam exercer através do voluntariado, cargos importantes na mesa diretora. Isto porque a mulher aparecia nos discursos de políticos, de médicos, de jornalistas e de professores como representantes de um “abençoado exemplo de virtudes e patriotismo”. As mulheres, na filantropia, agiam, segundo os referidos discursos, “pela bondade de seu coração” e pelo “compadecimento”. A assistência social era associada como fruto de mulheres abnegadas, digníssimas e legítimas representantes da “família cristã”. No Piauí, a LBA também articulou uma série de ações assistenciais e campanhas a favor da filantropia, tendo como alvo também a infância e a maternidade. As atividades que ocorriam ao longo da Semana passaram a ser organizadas pela Comissão Central Estadual da LBA em cooperação com os Departamentos de Saúde e Ensino. Dentre as ações subsidiadas estão a construção de postos de puericultura em diversas cidades do interior do Estado, a exemplo de Floriano, Piracuruca, Oeiras e a ampliação do lactário de Parnaíba, *Suzanne Jacob*. Destaca-se ainda, a instalação da Casa da Criança, em julho de 1943, em terreno e prédio doados pelo Governo do Estado. As fontes utilizadas constituem-se de Relatórios e Mensagens de Governo; Relatórios da Comissão Estadual do Piauí da Legião Brasileira de Assistência (1944 e 1945) e o jornal *O Diário Oficial*.

Palavras-chave: Legião Brasileira de Assistência. Política Pública. Filantropia. Saúde Materno-Infantil.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

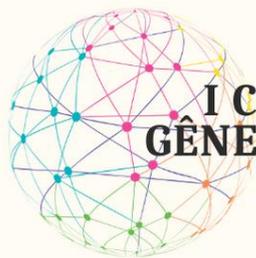


“A mulher piauiense inteligente e bondosa, abandonando o conforto do lar e não se desencorajando ante os espíritos de depreciação, construiu com a sua alma e seu coração uma grande obra – A Legião Brasileira de Assistência”
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA, Curso Especial de Artes Domesticas. **Diário Oficial**, ano XIV, n. 13, p.27-28, 01 de fevereiro de 1944.

Fundada em 28 de agosto de 1942, inicialmente sob a mobilização da Segunda Guerra Mundial, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) ocupou papel central no desenvolvimento das políticas de assistência, sobretudo no cenário assistencial do Rio de Janeiro, no qual se propunha a atender a infância pobre e desvalida (MARTINS, 2011, p.15; BARBOSA, 2017). Dirigida por uma comissão presidida por Darcy Vargas, na capital federal, a LBA espalhou-se pelos estados, sob a atuação das esposas dos interventores federais, à frente de comissões estaduais. A LBA foi ainda, parceira do Governo Federal nos programas de proteção à maternidade e à infância, adotando as políticas desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr). Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento, a nível de Doutorado, que analisa a relação entre poder público, voluntariado feminino e a institucionalização da saúde voltada para crianças e mulheres mães, na década de 1940, a partir das ações da Legião Brasileira de Assistência - Comissão Estadual do Piauí. As fontes utilizadas constituem-se de Relatórios e Mensagens de Governo; Relatório da Comissão Estadual do Piauí da Legião Brasileira de Assistência (1944 e 1945) e o jornal O Diário Oficial.

No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico e/ou benemérito. No início dessa mesma década, os serviços de assistência à infância eram executados, principalmente, por instituições privadas não tendo ocorrido até aquele momento uma atuação sistemática e intensiva do governo nesse setor (FONSECA, 1993, p.101). Nesse sentido, a história da assistência no Brasil ficou marcada por uma aliança entre a sociedade civil e o Estado - tanto a Coroa portuguesa nos tempos coloniais, quanto o Império brasileiro e a República (SANGLARD, FERREIRA, BARRETO, 2019).

Por filantropia ou benemerência entende-se toda ação social (caritativa ou humanitária), de inspiração confessional ou não. De forma específica, filantropia opõe-se às obras de caráter religioso, negando qualquer referência à espiritualidade. Apesar de a noção de filantropia



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

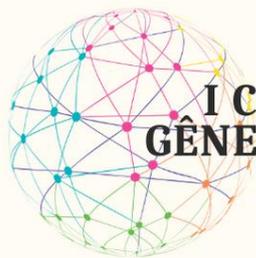
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



também abarcar a da caridade, as diferenças percebidas entre ambas estão diretamente relacionadas com o tempo histórico no qual as ações acontecem (SANGLARD, FERREIRA, BARRETO, 2019). A caridade está vinculada ao dogma cristão e à história da salvação, principalmente às chamadas obras de misericórdia que aparecem descritas no Evangelho de São Mateus no capítulo dedicado ao juízo final. Tais preceitos foram reforçados por Santo Agostinho, entre os séculos IV e V, e pelo Concílio de Trento, já no século XVI. No século XVIII, com o Iluminismo, observa-se o surgimento de um neologismo – a filantropia – para distinguir a nova virtude do homem. Sua principal característica era a ideia de utilidade social. No contexto pós-iluminista, o foco de atuação da filantropia passa a ser cidade. Assim, elaboram-se proposições sociais dirigidas à suavização da pobreza e da doença. Trata-se de ações cujo foco são a mendicância, a assistência, a saúde pública e a seguridade. A filantropia ou a benemerência sofre forte influência, na Europa do século XIX, da emergência do movimento operário. É nesse período que a medicina preventiva e o higienismo passam a fazer parte da agenda dos filantropos, como formas de resolver as mazelas sociais (FERREIRA et. al., 2015).

A organização da assistência, sobretudo à infância pobre, é um dos mecanismos postos em prática, bem como a manutenção de hospitais e instituições congêneres. Neste processo, aliada às iniciativas públicas, a filantropia aparece como singularidade da época e tem nos clubes de sociabilidade e nos salões da elite, espaços fundamentais para seu desenvolvimento. O programa de festas beneficentes (chás, bailes, leilões etc.) era bastante diversificado, buscando atrair público e doações. Nesses espaços, frequentado por médicos, políticos, juristas, empresários etc., uma nova elite buscava sinais de distinção, através de donativos para as mães pobres, para a infância necessitada, para a criação de instituições de assistência, como hospitais e lactários, entre outras ações (SANGLARD; FERREIRA, 2018). Assim, não por acaso, a filantropia e a benemerência deram visibilidade aos envolvidos no campo, dentre eles, às mulheres dos segmentos mais elevados.

No Piauí, a filantropia era referência privilegiada nas revistas e jornais locais e do estado, uma vez que o período foi marcado por uma intensa atividade filantrópica e de mecenato



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



(A PALAVRA DO INTERVENTOR DO PIAUÍ, 1945. P.29-33; CORREIA, 1945. P.193-234). Em finais da década de 1930, o incentivo à Assistência Social revelava não apenas o “espírito altruístico”, mas, a compreensão dos “deveres que a evolução social impõe[...]às coletividades como cooperador do Estado” (CAMPOS, 1939, p.141-145). No Piauí, foi notável o aumento de serviços de saúde voltados para o público feminino e infantil (PIAUHY, 1918; PIAUÍ, 1943; PIAUÍ, 1944).

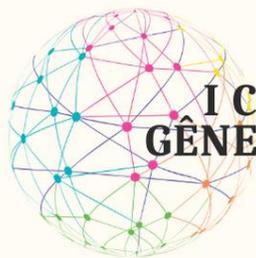
Foi entre o final da década de 1930 e a década de 1940 que o Estado realizou a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil (MARTINS, 2010, p. 117; CARDOSO, 2010, p.427; MORAES, 2014; MARINHO, 2018).

Em 1937, a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde implantada por Capanema, o Departamento Nacional de Saúde transforma a Diretoria de Proteção à Infância em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Este foi o primeiro programa estatal de proteção à maternidade e a infância, o que implicou a consonância com a política centralista de governo, a normatização das políticas de saúde pública e o aumento da importância médica na hierarquia burocrática (BRASIL, 2011, p.9; CARDOSO, 2012, p.404). O programa de assistência foi desenvolvido por médicos inseridos no aparelho estatal.

Nesse contexto, como desdobramento de uma política centralista e das reformas de saúde pública desenvolvidas pelo governo Vargas, conformam-se, no Piauí, ações em prol da proteção materno-infantil. Não por acaso, essas ações também ocorreram à medida que médicos se inseriram na gestão do Estado.⁴¹ No Piauí, em 1935, o médico Leônidas de Castro Melo⁴² é

⁴¹ Pesquisando as biografias dos médicos que atuavam na cidade de Teresina na primeira metade do século XX foi possível perceber que é significativo o número de profissionais que também participou da vida institucional. Uma parte significativa manteve vida política em consonância com a profissão de médico. Dentre os cargos exercidos, estão o de prefeito, deputado federal e estadual, governador e interventor do Estado. Como deputados, destacamos os médicos Agenor Barbosa de Almeida, Pires Gaioso Almendra, Moura Baptista, Francisco Freire de Andrade, Antonio Maria Rezende Correia, João Emílio Falcão. Como governadores, os médicos Areolino de Abreu, Eurípedes Clementino de Aguiar, José da Rocha Furtado e como interventor do Estado, o Dr. Leônidas de Castro Melo. Biografias dos médicos, principalmente os que foram vinculados a vida política, podem ser encontrados em: GONÇALVES, 2003.

⁴² Nasceu em 1897 na cidade de Barras – PI. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1920. Político. Ver: GONÇALVES, op. cit., p. 253-254.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



eleito, governador do Estado, pelo sistema de votação indireta, realizada pela Assembleia Estadual Constituinte. Com o advento do Estado Novo, foi confirmado no cargo, como Interventor Federal, permanecendo no cargo até 1945. Ao longo da sua gestão, a saúde pública tornou-se alvo.

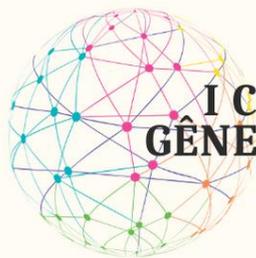
Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança, desvinculado do Departamento Nacional de Saúde e diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.⁴³ Fixava-se, assim, as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país.

Além de ampla liberdade administrativa e econômica, o Departamento sistematizou e unificou toda a iniciativa nacional em prol da mãe e da criança, seja de ordem pública, seja de ordem privada (LIMA, 1941, p.13). Desejava-se criar para as mães e para as crianças condições favoráveis que permitiriam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho (BRASIL, 2011, p.71; RAMOS, 2008, p.277-278).

Visando alcançar padrões da assistência à infância e à maternidade, o Departamento Nacional da Criança encarregava-se de orientar a organização das repartições estaduais, municipais e das instituições de iniciativa particular, que se destinassem à realização de quaisquer atividades concernentes aos problemas da infância e adolescência (REZENDE, 1943, p.8). Organizava também programas de aperfeiçoamento, bem como divulgava informações através de diferentes meios: jornal, rádio, publicações avulsas de larga distribuição, cartazes, correspondências ativa, oficial e particular. Realizava cursos, conferências, exposições e enviava seus representantes a diversas localidades brasileiras (REZENDE, 1943, p 7-8).

A proposta do DNCr implicava em uma participação ativa da sociedade, ou de certos atores em especial (médicos, professoras, autoridades públicas e as mulheres em geral), para que seu fim fosse atingido. Mais ainda, atribuía-se a estes atores uma afetividade natural para

⁴³ O Departamento Nacional da Criança coordenou a assistência materno-infantil no Brasil até o ano de 1969, desenvolvendo atividades dirigidas à infância e à maternidade, com o objetivo de normatizar o atendimento à dupla mãe-filho e combater a mortalidade infantil. (BRASIL, 2011, p.11; HOCHMAN, 2005, p. 127-141).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



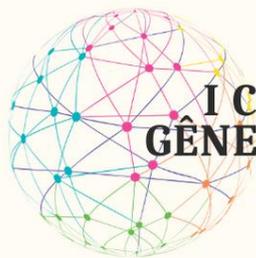
com a criança, de forma que bastava boa vontade e articulação nacional (por parte do governo) para que os problemas fossem superados.

A Legião Brasileira de Assistência, criada para amparar as famílias dos soldados brasileiros, foi além de seu objetivo inicial e promoveu, desde o início, uma rede de assistência que, por meio do voluntariado, compreendeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil, a destacar-se a crianças e mães pobres. Com o fim da guerra e do Estado Novo em 1945, iniciava-se um novo período na história da LBA, com transformação no escopo de suas atividades. Ficava, a partir de então, previsto nos estatutos da LBA que sua ação seria especificamente direcionada para o amparo à maternidade e à infância (BARBOSA, 2017).

No Piauí, a Comissão Estadual da LBA foi fundada em reunião procedida no dia 11 de Setembro de 1942, no Palácio do Governo e foi presidida pela esposa do interventor federal Leônidas de Castro Melo, Maria do Carmo de Castro Melo. Nessa função, Maria do Carmo enviou telegramas às esposas dos prefeitos das cidades do interior, apelando para que trabalhassem pelo objetivo da LBA (CARDOSO, 2010, p.84-85). No ano de 1944, de acordo com o Relatório da Comissão Estadual da LBA, o estado do Piauí contava com 46 Centros Municipais cadastrados (LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1945). Desta forma, através da benemerência, também se cumpria o diálogo entre o governo federal, o governo estadual e as municipalidades.

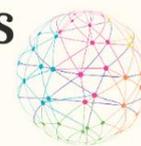
A finalidade principal da LBA era o cuidado e a proteção. Segundo Maria do Carmo Melo, as ações da instituição:

tem trazido aos nossos patrícios, nesta parte do solo brasileiro, cujos benefícios têm enxugado lágrimas sofrédoras, amparado velhos inválidos e crianças paupérrimas, além de sua visar necessidades prementes de famílias numerosas, ora encaminhando-as ao trabalho honesto e produtivo, ora prestando-lhes assistências diversas, tais como: médica, hospitalar, educacional, em utilidades e econômicas nas suas diferentes modalidades. (LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944, p.3).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



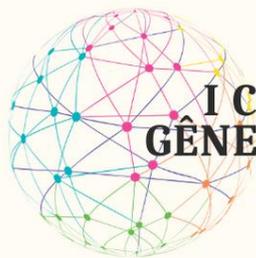
Tal afirmativa traz no bojo a concepção de que os cuidados com o outro (sejam os pobres, as crianças, os doentes, os idosos) são, tradicionalmente, predicados femininos.

Na LBA, as mulheres, especialmente aquelas de classe abastada, puderam exercer através do voluntariado, cargos importantes na mesa diretora. Isto porque a mulher aparecia nos discursos de políticos, de médicos, de jornalistas e de professores como representantes de um “abençoado exemplo de virtudes e patriotismo”. As mulheres, na filantropia, agiam, segundo os referidos discursos, “pela bondade de seu coração” e pelo “compadecimento” (A PALAVRA DO INTERVENTOR DO PIAUI..., 1945, p.29-33). A assistência social era associada como fruto de mulheres abnegadas, digníssimas e legítimas representantes da “família cristã”. Boa parte da agência pública das mulheres da elite ocorria no espaço criado pela benemerência. Tratava-se de um espaço que não era considerado ameaçador à honra, apropriado às demandas sociais, para as mulheres de elite.⁴⁴

Segundo Ana Paula Vosne Martins (2013), a despeito das relações entre o gênero, a assistência e a filantropia, seria necessário propor novas formas de problematização que expliquem o protagonismo feminino ligado apenas à origem de classe. Para a autora, este aspecto é apenas um componente que sozinho não explica suas trajetórias sociais e políticas. Mobilizadas pela religião, pelo discurso laico reformista, pelo humanismo ou mesmo pelo envolvimento político, entenderam que seu lugar no mundo poderia ser mais amplo.

Durante a década de 1940, a LBA teve uma forte atividade feminina (Imagem 01). A Diretoria fundadora constituiu a Comissão de Assistência quase que exclusivamente por mulheres, a destacar: Sra. Carmen Valente Ferraz; Sra. Carmelita do Rego Monteiro; Sra. Clara Alexandrino Gaioso; Sra. Maria de Lourdes Rego; Sra. Nadir Araujo Vilanova; Sra. Lina Gaioso Castelo Branco; Sra. Lourdes Machado Ferraz; Sra. Maria Benedita Bittencourt Bastos; Sra. Zelinda Martins Parentes; Sra. Natalia Correia Lima; Sra. Ibrantina Barros; Sra. Olga Tajra;

⁴⁴ Para Chartier a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vagarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação. (CHARTIER, 1995).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Sra. Erotides Correia; Sra. Nazareth Freitas; Sra. Lina Pires Leal; Sra. Maria Celeste Castelo; Sra. Adail Area Leão; Sra. Alice Cruz; Sra. Adalgisa Silva.

A história destas mulheres, ainda está para ser escrita, sobretudo na produção acadêmica piauiense. Embora a presença feminina tenha sido bastante incentivada e significativa, foi a experiência masculina em ações beneméritas e filantrópicas que logrou espaços de destaque perante a sociedade. Filantropos ocuparam cargos públicos, foram lembrados em jornais, almanaques e livros. Foram homenageados em instituições, bem como deram nomes a ruas, avenidas e praças.

Imagem (01) – Reunião da Comissão Estadual da LBA/Piauí, no Palácio Karnak.

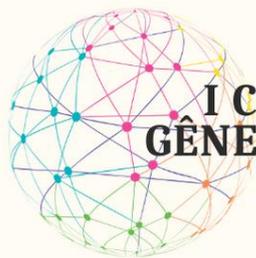


EM KARNAK — Reunião da Comissão Central da Legião Brasileira, neste Estado, sob a presidência da Exma. Senhora D. Maria do Carmo Melo, tendo à sua direita D. Lili Lopes, D. Nazarete Freitas, D. Isabel Taira, e D. Ibrandina Barros, e à esquerda D. Clara Alexandrina Galvão e D. Nadi Vilanova

Fonte: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944.

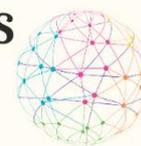
Eram as mulheres, geralmente as responsáveis por organizações de festas (venda de bebidas, frios e doces; ornamentação e iluminação), de quermesses, que angariavam recursos e sócios. Em Teresina, várias festividades eram organizadas no conhecido Clube dos Diários.

No Piauí, a LBA também articulou uma série de ações assistenciais e campanhas a favor da filantropia, tendo como alvo também a infância e a maternidade. Em geral, as medidas mais imediatas no que diz respeito às políticas de saúde foram as campanhas pedagógicas,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



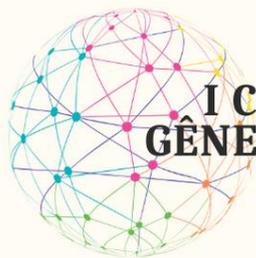
incentivadas pelo Estado juntamente com os médicos puericultores, direcionadas ao público, especialmente às mães. A partir dos anos de 1940, a criação dos cursos de Puericultura passou a atender à determinação do Departamento Nacional da Criança (CARDOSO, 2010, p.445-446).

Eventos culturais organizados pelos poderes públicos locais também colocavam em destaque discussões em torno do bem-estar infantil. A partir da década de 1940, a Semana da Criança em Teresina, evento até então realizado pela sociedade civil, passa a ser atividade reconhecida e incentivada pelo Departamento Nacional da Criança. As atividades que ocorriam ao longo da Semana passaram a ser organizadas pela Comissão Central Estadual da Legião Brasileira de Assistência em cooperação com os Departamentos de Saúde e Ensino (SEMANA DA CRIANÇA, 1944). Visando à discussão em favor do amparo à maternidade e à infância, nas mais diversas instâncias, a cada ano uma temática era discutida nas palestras. Em 1942, o tema discutido foi a boa alimentação e a melhoria da assistência materna e infantil; em 1943, o tema era a criança abandonada (CARDOSO, 2010, p. 441-444); em 1945, foi a criança, as atividades agrícolas e a alimentação (SEMANA DA CRIANÇA, 1945)

Quando da instituição de políticas nacionais de saúde pública, o Estado beneficiou-se da ação benemérita e das instituições já existentes para operacionalizar as políticas propostas. O poder público pôde incorporá-las a um projeto de institucionalização da saúde pública, especialmente a materno-infantil.

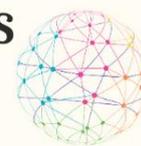
No contexto, as políticas de proteção materno-infantis desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância do Piauí eram operacionalizadas no Estado, com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência. Estado e sociedade civil entrelaçavam-se no processo de institucionalização de políticas de saúde pública.

Em 1940, por exemplo, a assistência prestada por iniciativa privada, em Piracuruca/PI, foi articulada às políticas nacionais. À época, a Legião Brasileira de Assistência doou um gabinete dentário para o Clube das Mães, bem como recebeu apoio do Departamento Nacional



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



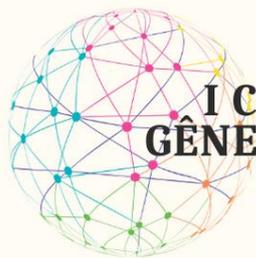
da Criança, por meio de uma verba financeira, que chegava à Piracuruca via Fortaleza (RAMOS, 2003, p.103).

No mesmo contexto, em Parnaíba/PI, a Associação Comercial Parnaibana esteve empenhada na instalação do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (MORAES, 2014; MARINHO, 2018; LEGIÃO..., 1942, p. [?]; LEGIÃO... 1942, p. 5-13), que passou a ser presidido por Maria dos Santos Veras, esposa do médico e prefeito da cidade, Mirócles Campos Veras⁴⁵. A criação do Centro Municipal da LBA proporcionou a arrecadação de subvenções mensais, para o lactário da cidade, *Suzanne Jacob*, no valor de três mil cruzeiros, aumentando a possibilidade de atender mais crianças pobres. Ademais, atuou no processo de transformação do mesmo lactário em Posto de Puericultura, em 1945 (LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944).

Em 1944, por exemplo, o cônsul piauiense Gervásio Pires Ferreira entregou 220 mil cruzeiros em apólices para construção de um Centro de Puericultura na sua cidade natal, Barras (UMA EXPRESSIVA..., 1944). A ação gerou grande mobilização por parte da LBA, sendo o gesto referido em jornais locais, no Rio de Janeiro e em Teresina, até mesmo para incentivar práticas desse feitio. A ação benemérita era enfatizada como um grande auxílio para ação em favor da infância, principalmente, por possibilitar alcançar lugares longínquos:

Os Postos de Puericultura terão, sem dúvida, em todo o Brasil, muito serviço a realizar. Mesmo nos grandes centros, os índices de morte de crianças são impressionantes e se assim se apresentam onde não faltam os recursos da ciência, muito mais graves se afiguram nas zonas mais distantes do país. Nessas regiões, serão os Postos verdadeiros núcleos de defesa da raça em torno dos quais se aglutinarão todos os elementos e recursos que a magnanimidade dos brasileiros mobiliza para a tarefa grandiosa de arrancar as nossas crianças do plano inclinado da ruína, da degenerescência física e da morte (UMA EXPRESSIVA..., 1944).

⁴⁵ Médico e político. Natural de Parnaíba (PI). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1913. Foi prefeito municipal da sua terra natal, no período de 1934-1945. Foi fundador da Sociedade dos Lázaros. Criou a Maternidade “Marques Basto”. Diretor da Santa Casa de Misericórdia. (GONÇALVES, 2003, p.418-419).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O desdobramento dessa estratégia no Piauí não alcançou o padrão esperado, na expectativa pública (SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 4; SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1). Na Semana da Criança de 1945, por exemplo, o poder público clama por maiores participações dos particulares em ações beneméritas e o engajamento das senhoras da LBA. No relatório do evento publicado no *Diário Oficial* afirmava-se que “essa iniciativa, humana e cristã, infelizmente, não despertou ainda convenientemente, como era de esperar, a atenção do público nem ao menos quanto ao premente problema alimentar da infância” (SEMANA DA CRIANÇA, 1945, p.1).

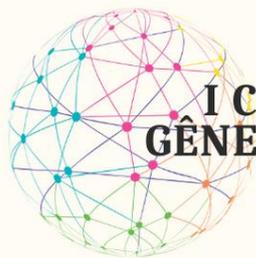
Destaca-se ainda, a instalação da Casa da Criança, em julho de 1943, em terreno e prédio doados pelo Governo do Estado (INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA, 1943).

A Casa da Criança (imagem 02), instituída em 1943, atendia principalmente às crianças pobres que residiam em Teresina. Visava proporcionar assistência médica e conforto material e moral (CARDOSO, 2010, p. 441; BATISTA, 2011, p.122). A instituição dividia-se nas seguintes secções: Ambulatório, Lactário, Creche, Jardim da Infância e Vacinação (LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944, p.31).

Imagem (02) – Casa da Criança, Teresina/PI.



Fonte: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, 1944.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



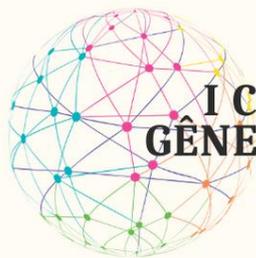
Na Casa da Criança os infantes inicialmente passavam por triagem e, posteriormente, eram encaminhados para os serviços oferecidos. Enquanto as crianças eram examinadas e medicadas, as mães recebiam orientações dietéticas e conselhos higiênicos (CARDOSO, 2010, p. 441). Além disso, dentro desse espaço institucional eram ofertados cursos de puericultura às mães (CASA DA CRIANÇA, 1943, p. 4) e eram realizadas atividades durante a Semana da Criança, como palestras, concursos, fornecimento de roupas e de produtos higiênicos às crianças pobres (SEMANA DA CRIANÇA, 1944; SEMANA DA CRIANÇA, 1945).

A Casa da Criança também realizava concursos de robustez infantil. Esse evento, que ocorria na comemoração da Semana Criança, tinha ampla participação das mães, de seus filhos e da sociedade civil. A realização do concurso fazia parte das práticas da época, atraindo muitas mães que acabavam ouvindo os conselhos dos médicos nas consultas aos lactentes (SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 1-6; SEMANA DA CRIANÇA. 1945, p.1-5).

Os concursos de robustez de âmbito nacional eram noticiados em jornais locais. Em 1944, quando da realização da Semana, organizou-se duas campanhas, uma na sede da Casa da Criança e outra na Escola Normal Oficial. Participaram na ocasião, cerca de 200 crianças em cada instituição (SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 2-3).

A partir de então, o concurso tornou-se parte da programação da Semana da Criança (SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 1-6; SEMANA DA CRIANÇA. 1945, p.1-5). Inscreviam-se no evento, crianças de 0 a 1 ano de idade. Distribuía-se a premiação de uma caderneta bancária no valor de Cr\$ 500,00, Cr\$ 300,00 e Cr\$ 100,00, respectivamente, aos três primeiros colocados e prêmios em utilidades aos considerados com “robustez suficiente”. Três médicos julgavam a saúde, o peso, o tamanho e a beleza dos bebês inscritos.

Longe de chegarmos a uma conclusão final, este texto propõe um horizonte. As relações entre o associativismo, papéis femininos e a consolidação de políticas públicas voltadas para saúde de mulheres/mães e crianças são caminhos entrecruzados que merecem ser analisadas. As ações da Legião Brasileira de Assistência na década de 1940 corroboram nesse ínterim. A importância do associativismo se deu pela capacidade demonstrada por essas mulheres, de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



organização, de mobilização e também de capilaridade dessas associações, que não ficaram restritas ao Rio de Janeiro, mas ao interior de todo Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes

A PALAVRA DO INTERVENTOR DO PIAUI, Discurso pronunciado pelo interventor Dr. Leônidas de Castro Melo em comemoração ao centenário de Parnaíba. In: CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (orgs). **O livro do centenário de Parnaíba**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945. p.29-33.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Brasília, 2011.

CAMPOS, João. A assistência social em Parnaíba. **Almanaque da Parnaíba**, ano XVI, p.141-145, 1939.

CASA DA CRIANÇA, Curso de Puericultura. **Diário Oficial**. Teresina, ano XIII, n. 140, p. 4, 16 de novembro de 1943.

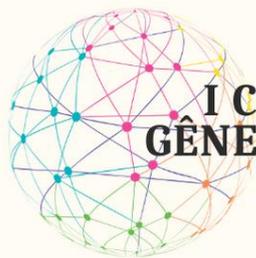
CORREIA, B.; L., B. Vida Associativa. In: _____. **O livro do centenário de Parnaíba**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944. P.193-234.

INSTALAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA. **Diário Oficial**, ano XIII, n. 128, p.1, 19 de outubro de 1943.

LBA NO PIAUÍ. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 222, p. 1, 15 de out. de 1942.

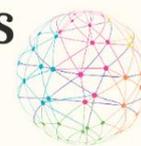
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA, Curso Especial de Artes Domesticas. **Diário Oficial**, ano XIV, n. 13, p.27-28, 01 de fevereiro de 1944.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Comissão Estadual do Piauí. Relatório das atividades apresentadas até dezembro de 1943, apresentado a Exma. Sra. Darci Sarmanho Vargas digníssima presidente da Comissão Central**. Teresina,[s.n], dezembro, 1944.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Comissão Estadual do Piauí. Relatório das atividades apresentadas até dezembro de 1944, apresentado a Exma. Sra. Darci Sarmanho Vargas digníssima presidente da Comissão Central.** Teresina,[s.n], dezembro, 1945.

PIAUHY. Diretoria de Saúde Pública. Relatório Apresentado por Delbão Rodrigues, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, para o Sr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado, sobre as Atividades Realizadas no Anno de 1917. **Caixa de Saúde de 1917.** Therezina: [s.n.], 1918

PIAUÍ. Departamento de Saúde. Relatório Apresentado pelo Diretor Miguel Jogaib Sobre os Serviços Realizados em 1943 no Centro de Saúde de Parnaíba. **Código de Saúde de 1943.** Teresina: [s.n.], 1944.

PIAUÍ. Departamento de Saúde. Relatório sobre as Condições de Funcionamento do Centro de Saúde de Parnaíba em 1943, por Ocasão do Pedido de Exoneração do Diretor Miguel Jogaib. **Código de Saúde de 1943.** Teresina: [s.n.], 1943.

SEMANA DA CRIANÇA. **Diário Oficial**, ano XIV, n.127, p. 1-6, 17 de outubro de 1944

SEMANA DA CRIANÇA. **Diário Oficial**, ano XV, n.128, 27 de outubro de 1945, p.1-5.

Referências Bibliográficas

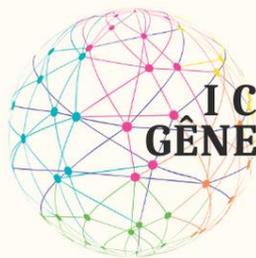
BARBOSA, Michele T. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942- 1946).** Tese (Programa de Pós-Graduação em História) Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2017.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.901-925, out.-dez. 2008.

BATISTA, Sorailk Lopes. **Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.
BRASIL, 2011, p.11

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960).** 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.4, n.8, dez., 2012.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



CHARTIER, R.. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), n. 4, p. 37-47, 1995.

FERREIRA, L. O et. al. **Os filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Ed. FGV- Faperj, 2015.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**; vol.3, n.2, 1993.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 – 2003**. Teresina, 2003.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 25, p. 127-141, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. **História da saúde**: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 99-121.

_____. (org). Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. **Gênero**, Niterói, v.15, n.2, 2015.

_____. A benemerência feminina e a assistência social no Brasil: conservadorismo e agência pública de mulheres. **Anais XXVIII Simposio Nacional de História**, 2015.

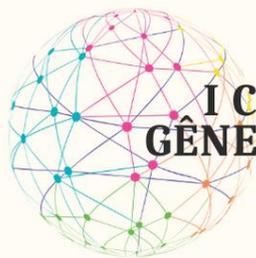
_____. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminização da bondade. **Revista História: Questões&Debates**, Curitiba, UFPR, n.59, p.143-170, jul-dez., 2013.

_____. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 15-34, dez. 2011.

RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getúlio Vargas**: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural 1500 – 2000. Teresina: Gráfica do povo, 2003.

FERREIRA, Luiz Otavio; SANGLARD, Gisele; BARRETO, Renilda (org.) **A interiorização da assistência**: um estudo sobre a expansão e a diversificação da assistência à saúde no Brasil (1850-1945). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

MARINHO, J. Z. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

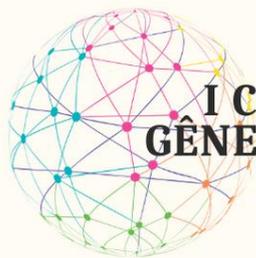


I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

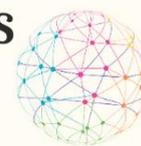


MORAES, L. S. S. Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950).
Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil), Universidade Federal do
Piauí, Teresina, 2014.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Nara Viviany Moura de Oliveira

Universidade Federal do Piauí – UFPI, mestranda em História do Brasil, e-mail:

oliveiranara288@gmail.com

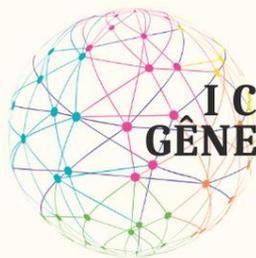
Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

Universidade Federal do Piauí – UFPI, mestranda em História do Brasil, e-mail:

kerciarps@gmail.com

Resumo: A partir da segunda metade do século XIX, com a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, novos aspectos passaram a rodear a mentalidade e o dia a dia da jovem cidade. Planejada por Isidoro França e José Antônio Saraiva, a planta da cidade feita ainda em 1851, trazia entre seus aspectos moldes que buscavam trazer um ar de salubridade e higiene à nova capital da Província Piauiense. No século XIX, tem-se um projeto de Brasil, o qual fincará a concepção de nacionalidade e de cidadão tendo por base um contexto eminentemente europeu. Ser cidadão significava ser civilizado, agir de acordo com normas estabelecidas, maneiras de se portar legitimadas em um todo social. Assim, o conceito de civilização empregado é referente ao contexto do século XIX, que entendia civilização de dois modos: primeiro, a ideia associada ao comportamento do homem, a maneira de se portar em sociedade, o cidadão civilizado; segundo, civilização ligada a um processo e evolução da humanidade e da nação enquanto civilizados, um processo civilizador. No âmbito da cidade, civilização deveria ser manifestada dentro desses dois pontos mencionados, e é partindo deles que conseguimos enxergar o que era ser civilizado na nova capital Piauí. Porém, ressaltamos que o enfoque para entender a urbe civilizada partiu da higienização. Além de buscar uma melhor higienização à cidade, prédios públicos passam a ser formulados no sentido de trazer organização dos espaços públicos. Entre esses prédios, destacamos a construção do Hospital de Caridade em 1854, sendo fundado somente no ano de 1861, a Santa Casa de Misericórdia. Hospital filantrópico regida pela irmandade de Nossa Senhora das Dores, a qual era responsável por atender doentes em situação de pobreza. Com traços planejados e organizada, a cidade de Teresina se expandiu. Contrária a toda essa inovação e modernidade, as ruas de Teresina ainda presenciavam em seu cotidiano, a existência de um alto número de flagelados e pedintes, que eram acometidos por diversas doenças, devido às más condições de saneamento e saúde. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de fundação da Santa Casa de Misericórdia e sua relação com o processo higienista, na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Teresina. Higienização. Salubridade. Santa Casa de Misericórdia.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



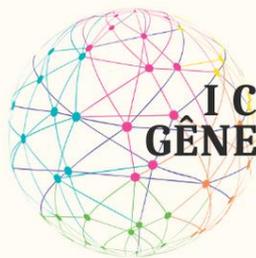
A História como ciência elementar à construção de debates sociais enche-se de significados na formação de pesquisas, a qual tem como principal foco o homem como indivíduo pertencente à história em um determinado tempo e espaço. Os diversos hábitos culturais, as religiões, a política e a cidade foram alguns dos temas de grande significância a quais surgiram ou se renovaram no final do século XX. Dessa maneira, debates propostos por historiadores como as diversas construções culturais intrínsecas na sociedade formaram-se como uma das maiores referências de estudo e pesquisa na historiografia brasileira. Assim, este artigo além de ter como objetivo contribuir para o aumento da produção historiográfica sobre as doenças e as Santas Casas de Misericórdias, especialmente na cidade de Teresina entre 1852 até 1889.

Teresina, cujas origens estão diretamente relacionadas aos interesses e motivações previamente estabelecidos. Construída com a finalidade de ser a sede do poder administrativo da então província do Piauí, possuía assim um clima de intencionalidade estética, pois fora planejada para trazer melhoramento para administração da província.

A cidade de Teresina é vista como a primeira capital planejada do Brasil, com seu sítio urbano tendo sido previamente traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX, ou seja, Teresina, assim como as cidades construídas pelos espanhóis em suas colônias nas Américas, teve seu planejamento urbanístico e este já traçado com o intuito de ser a sede do governo (HOLANDA, 1995).

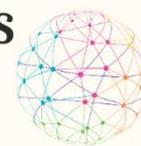
Edifícios como, por exemplo, igrejas, cemitérios, praças públicas, câmara municipal, entre outros prédios, que foram construídos. Isso tinha como objetivo desenvolver e promover a urbanização da nova cidade e assim contribuir para levar a província ao progresso. Na planta feita por Isidoro França e José Antônio Saraiva é possível ver como a cidade foi planejada e arquitetada ainda em 1851, ano anterior a sua fundação.

A transferência da capital para a cidade de Teresina trouxe consigo novos conceitos, além da formação de diferentes modos de pensar, agir e viver em sociedade, a construção de um cemitério fora do sítio urbano, trazia consigo “conceitos” de civilidade e desenvolvimento presentes desde o início do século XIX pertencentes à mentalidade da elite brasileira, assim é



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

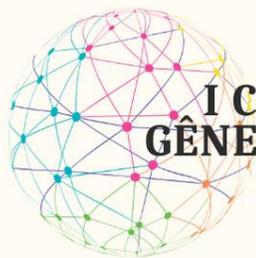


possível afirmar que na mente das pessoas que viviam no Piauí, principalmente na mente das classes mais abastadas, o progresso estava chegando. Mas, apesar de haver uma preocupação em colocar o cemitério afastado da cidade, a população da nascente capital foi acometida por epidemias e doenças.

Problemas de saúde como, por exemplo, a cólera e a febre amarela, faziam-se presentes nas principais capitais do país, devido às más condições de saúde e salubridade. Para muitos, a criação de cortiços e casebres contribuía para a falta de saneamento básico em áreas de difícil acesso e, a carência no tratamento de água dificultavam o melhoramento e o acesso à higienização, facilitando o aumento de epidemias e moléstias. Dessa maneira, políticas higienistas fizeram-se presentes com o intuito de conter epidemias e melhorar o aspecto físico do espaço urbano nas principais cidades do Brasil, no século XIX (CHALHOUB, 1996).

Desta forma, o discurso higienista e desenvolvimentista presente no cotidiano de cidades brasileiras acabam por influenciar o dia a dia da jovem cidade Teresina. Maria Mafalda Baldoíno Araújo (1995, p. 20) destaca que “a aspiração pelo progresso, revelado nos discursos e na prática, pode ser traduzida nos projetos políticos e nas lutas por iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d’água e estrada de ferro”. Teresina em seu processo de construção organizou-se de uma forma planejada, momento em que aspectos médicos-higienistas e civilizatórios se fizessem presentes, buscando colocar ordem, além de projetar a nascente cidade de uma forma salubre e saudável, onde doenças, epidemias, surtos ou endemias não imperassem. Porém, mesmo com essas iniciativas, as epidemias e doenças sugeriram na nascente capital.

A necessidade de uma melhoria na cidade perpassava por objetivos políticos e econômicos de crescimento. Almejando desenvolver a capital teresinense, governantes piauienses promoveram discursos de organização do espaço público, fazendo-se necessário o uso de políticas públicas como o saneamento e higiene do espaço. Assim, é perceptível tanto nos relatórios dos presidentes da província quanto na escrita de intelectuais da época que a Teresina do século XIX ensejava crescer e prosperar, para isso tornando-se necessário a difusão



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de práticas higienistas e salubres, organizando o espaço público, removendo o que era impuro ou desordeiro de ruas, calçadas ou praças públicas (ARAÚJO, 1995).

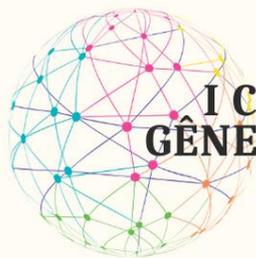
Dessa forma, alguns organismos aos quais buscavam controlar populações carentes, promovendo princípios médicos-higienistas e dar um ar de salubridade e sistematização à cidade foram criados. Sendo fundados locais como:

O Colégio dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados, e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a ‘ociosidade’ e a ‘vagabundagem’. (ARAÚJO, 1995, p. 20)

Os diferentes contrastes presenciados nos discursos, e no dia a dia teresinense nos mostra diferentes faces de uma mesma “moeda” vivida na cidade de Teresina. Por conseguinte, “enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários” (ARAÚJO, 1995, p. 35).

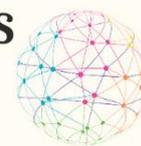
Através da análise documental é observável que nos anos de 1852 e 1853 houve no lançamento do exercício fiscal, gastos relativos à epidemia de febre amarela em quase todas as províncias do Brasil, menos no Piauí, embora nas províncias vizinhas, Ceará e Maranhão, tenham existidos gastos um tanto tímidos (300\$000 e 33\$240 respectivamente) (BRASIL, 1852). Desta forma, Clodoaldo Freitas em seu livro- História de Teresina, escreveu a respeito do relatório do médico Dr. Simplicio de Souza Mendes, publicado no relatório do presidente da província- Junqueira em 1857, tratando assim das moléstias existentes em Teresina:

Considerando agora a salubridade geral da província, eu me desvaneço de afirmar a V.Exc. que felizmente, tem a população do Piauí gozado da inapreciável ventura de não ter dentro de si as desoladoras e infernais pestes dos tipos cólera-morbus, febre-amarela, etc., que tantos e tão repetidos estragos hão feito de vidas e fortunas nos habitantes das província do litoral do império e se não fora a sífilis, moléstias comum e geral nestes climas, desenvolvida e até adquiridas em consequência do pouco asseio, incúria e tendência sensual da população ;as intermitentes, catarrões, oftalmias e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



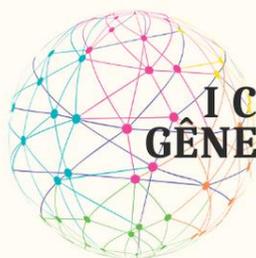
pleúrisis, devidas a fortes e constantes embates de causas físicas, que operam sua ação sobre a pele e membranas mucosa e aérea, certamente que se poderia dizer, feliz o estado da saúde pública que só se considera alterada em princípios e fins de inverno, na estação da primavera e durante os rigores de um longo estio[...]. (FREITAS, 1988, p. 19-20)

Como escrito por Clodoaldo Freitas, o Dr. Simplicio Mendes buscava em seu relato descrever o estado da saúde e da salubridade existentes na província no ano de 1857. Assim, o Piauí, na visão do médico Simplicio Mendes, mostrava-se ser um local higienizado ao qual em seu cerne: moléstias e epidemias não imperavam, apenas alguns problemas de saúde como as febres intermitentes, sífilis, catarrões e outros problemas causados pela falta de higienização do povo e as diversas cheia e seca dos rios as quais alteravam o clima, causando na população problemas de saúde.

Entre os anos de 1850 e 1862 os gastos com a saúde no Piauí foram gastos equilibrados, exceto ao ano de 1859, quando um surto de Cholera Morbus acometeu a província do Piauí. Dessa forma, a província teve que fazer um investimento maior na saúde. Uma quantia de 750\$000 contos de reis foi aplicada, assim procurando conter o surto e amenizar o problema de saúde das pessoas da província. Em comparação ao um número de verbas recebido do Governo Imperial em relação a outras províncias do Brasil como, por exemplo, o caso do Ceará, a qual recebeu no ano de 1859, 13\$000 réis. É observável que o Piauí recebia pouca verba. Além disso, a província passava por um aumento repentino no número de casos de cólera, ocasionando um surto epidêmico (BRASIL, 1950-1962).

Abaixo, na tabela 1, pode ser visto os gastos feitos na saúde, entre os anos de 1850 e 1862, no Piauí. Investimentos como médicos, enfermeiros-mor, enfermeiros simples, medicamentos, condução de medicamentos, cirurgiões, água e luz foram alguns dos gastos feitos à saúde nesse período na província do Piauí (BRASIL, 1950-1962):

TABELA 1: MINISTÉRIO DA GUERRA CORPO DE SAÚDE.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

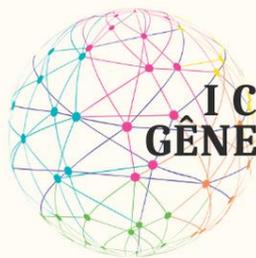
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



GASTO	1850- 1851	1852- 1853	1856- 1857	1859- 1860	1861- 1862
SEGUNDOS DITOS ⁴⁶	0\$000	0\$000	1:787\$500	2:310\$267	3:615\$494
MÉDICOS CONTRATADOS	0\$000	0\$000		641\$999	
ENFERMEIRO MOR	0\$000	297\$204	36\$500	182\$666	249\$000
ENFERMEIROS SIMPLES	0\$000	146\$000	36\$500	152\$400	180\$090
MEDICAMENTOS, DIETAS E SANGUESUGAS	0\$000	2:873\$674	3:104\$851	2:832\$300	2:823\$897
ROUPAS E UTENSÍLIOS	7\$360	264\$340		289\$300	1:798\$320
CONDUÇÃO DE MEDICAMENTOS	1:946\$263	0\$000		75\$800	
CIRURGIÕES	410\$666	199\$992			
ÁGUA E LUZES	110\$620	70\$960			

Podemos afirmar com base nos números dos livros de receitas e despesas da Coroa Imperial do Brasil que os gastos com higiene e sanitização de Teresina eram praticamente inexistentes, o que nos leva a crer em um quadro constante de doenças ligadas à falta deste tipo de política pública. Já epidemias causadas por vetores externos, como a febre amarela, são mais raras (BRASIL, 1950-1962). Assim, o surto de cólera do ano de 1859 foi um bom exemplo do

⁴⁶ Não foi identificado no balanço da receita e Despesa do Império o que significa segundo Ditos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



tipo de epidemia que afetava a capital do Piauí naqueles tempos. Doenças relacionadas com a falta de higiene e de tratamento adequado à água era o grande desafio para os sanitaristas que se predispunham a trabalhar em Teresina, vale ressaltar que esses trabalhadores eram em pequeno número até o início do século XX.

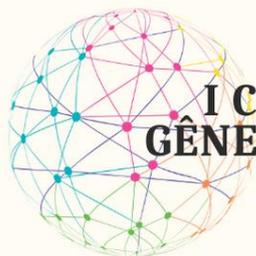
A construção de locais que buscavam trazer ordenamento social, formando uma cidade limpa, livre de perigos, doenças e infecções foram feitas. Dessa forma:

O hospital de caridade começou a funcionar em 1 de janeiro de 1854, na parte pronta do quartel de polícia, visto não existir casa própria, em virtude da disposição do art. 7 da Lei nº 361 de 14 de setembro de 1853, que mandou aproveitar provisoriamente o referido quartel. (FREITAS, 1988, p. 33)

O presidente da província, Luís Carlos de Paiva Teixeira escreveu nas Leis Piauienses de 1853 a respeito da resolução 361, §1º que haveria em Teresina um hospital de caridade, para o qual passará o pessoal do que foi estabelecido na cidade de Oeiras. A administração da Santa Casa de Misericórdia era de competência do administrador geral, como nos indica o vice-presidente da província, José Manoel de Freitas (PIAÚÍ, 1853).

Assim, passava a existir na cidade de Teresina um hospital de caridade, que tinha a função de receber, principalmente, pessoas pobres, escravos da nação e soldados. Dessa maneira, “em Teresina, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia surgiu a partir do Hospital de caridade. Que começou a funcionar em 1854 na parte pronta do quartel de polícia, pois não havia uma casa própria construída para que se pudesse instalar” (OLIVEIRA, 2014, p. 64).

Com sua construção iniciada ainda na antiga capital da província o Hospital de Caridade de Oeiras, fundado em 4 de julho de 1835, tinha como função a higienização do espaço urbano, além da prestação de serviços de saúde às pessoas carentes de Oeiras. Dessa maneira, sediado por irmandades, o hospital de caridade passava a atender uma parcela da população desassistida na maioria das vezes pelo serviço público. Clodoaldo Freitas nos indica as argumentações do Dr. José Ildelfonso de Souza Ramos, como forma de compreender melhor a criação de irmandade e suas ações benevolentes, no ano de 1844:



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

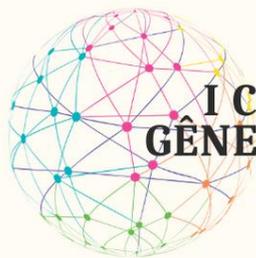


[...] Acredito, pois, que se deve favorecer e promover a criação de uma irmandade de misericórdia; a caridade de nossos concidadãos, sendo seus esforços coadjuvados com prestações do cofre provincial, criará e dará impulso aos melhoramentos de que carece um estabelecimento, que não pode ser dispensado entre qualquer povo e, principalmente, entre um povo cristão. (FREITAS, 1988, p. 32)

Portanto, a criação de uma irmandade de misericórdia ajudaria a população residente da capital da província, localizada até então em Oeiras, a melhorar a prestação de serviços à saúde, além da ajuda que seria oferecida aos cofres públicos, no sentido que a província do Piauí não podia despor de muitas verbas para investimentos em melhorias na saúde e infraestrutura na cidade, dessa maneira necessitando da generosidade e humanidade de seus concidadãos cristãos.

O vice-presidente da província José Manoel de Freitas escreve na sua resolução de n. 598 de 6 de agosto de 1866, capítulo 1, Art. 2º a respeito das irmandades já instaladas na Santa Casa de Teresina: “a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, sob invocação de N.S. das Dores, sua Advogada e Padroeira, tem por fim a práticas de obras pias e de misericórdia, que suavizem as dores dos enfermos desvalidos” (PIAUI, 1866). Porém, para poder pertencer a Irmandade de Misericórdia alguns requisitos básicos deveriam ser preenchidos, isso segundo as leis proveniente da irmandade, como nos indica a historiadora Elene Oliveira:

De acordo com seu estatuto, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, teria como santa de invocação Nossa Senhora das Dores, cuja prática estava nas obras pias e de misericórdia que suavizassem as dores dos enfermos desvalidos. Era ilimitado o número de irmãos que poderiam participar da Irmandade, desde que aceitassem as regras do estatuto. Aquele que desejasse adentrar aos quadros da Irmandade deveria professar a religião católica apostólica romana, ter idade de 21 anos completos, ter a prática de leitura e escrita, ter meios de descente e honrada subsistência. Através do requerimento da parte, por proposta escrita de qualquer irmão, ou verbal dos mordomos em mesa, a proposta era lida em mesa, onde o provedor nomeava uma comissão



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de três irmãos, que indicaria se o irmão possuía ou não as qualidades exigidas por este compromisso. (OLIVEIRA, 2014, p. 65).

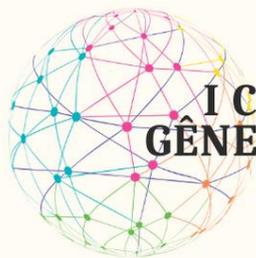
Como podemos perceber, a Irmandade de Misericórdia tinha disposições ilimitadas para entradas de irmão, mas para isso era necessário preencher alguns requisitos básicos. A idade como colocada pela historiadora deveria ser igual ou superior a 21 anos; o irmão também deveria saber ler e ter meios descentes de sobrevivência.

Analisando as disposições colocadas pela historiadora, podemos inferir que, a maioria de seus irmãos associados deveria pertencer às classes mais abastadas da sociedade teresinense. “Assim, no que se trata das funções das irmandades no Brasil, é importante ressaltar que elas foram criadas no período colonial por conta da necessidade de suprir a distância do governo colonial com a assistência social” (SILVA, 2016, p. 24).

Formados por uma maioria leiga, as irmandades voltadas à Santa Casa de Misericórdia faziam um papel assistencialista onde a ajuda material, corporal e espiritual aos mais necessitados era algumas das maneiras desses leigos prestar sua benevolência frente à sociedade. Desta forma, “as irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais” (REIS, 2009, p. 51).

Consequentemente na cidade de Teresina as irmandades também exerciam um compromisso na busca por melhorias na saúde e no bem estar dos desvalidos, desta forma, nós encontramos uma lista com uma relação dos irmãos participantes da Santa Casa de Misericórdia, do ano de 1888.

Foi possível observar no documento que havia 50 (cinquenta) componentes, de variados locais como, por exemplo: o Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Parnaíba, Maranhão, Livramento e Teresina. Sendo os irmãos pertencentes em maior número à cidade de Teresina com 39 (trinta e nove) integrantes, ficando atrás do Rio de Janeiro que tinha 3 (três) irmãos, Maranhão 2 (dois), São Paulo, Parnaíba e Livramento com 1 (um) integrante cada local. As outras três cidades aos quais não foram citadas deixaram de ser mencionados devido à falta de compreensão das letras escritas no documento (PIAUI, 1888).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O secretário José do Castro Lima em seu relatório dos associados dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia informa que, todos os irmãos coligados são devidamente do sexo masculino (LIMA, 1888), desta forma o relatório nos indica a predominância de homens entre os irmãos associados. Observando a documentação, podemos perceber que mesmo no final do século XIX, momento onde alguns costumes da população estavam sofrendo alterações como, por exemplo, a mudança no costume da utilização do trabalho escravo, passando a ser implantando aos poucos a mão de obra livre, entre outros costumes de natureza educacionais, é perceptível certa presença nos valores patriarcais, considerando o número de integrantes masculinos associados à irmandade da Santa Casa no ano de 1888.

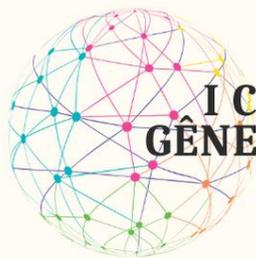
A partir do ano de 1888, a administração do cemitério passou a pertencer a Santa Casa de Misericórdia:

Pela resolução nº 1170, de 25 de junho de 1888, ficou o cemitério público de Teresina pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Pelo art. 72 § 5 da constituição da república, o cemitério passou a ser administrado pela autoridade municipal. (FREITAS, 1988, p. 159)

Com o advento da república o cemitério continuou a ser gerenciado pela Santa Casa de Misericórdia, e os enterrados passando a ser de responsabilidade da mesma.

Em pesquisa nos documentos da Santa Casa de Misericórdia encontramos a tabela de cobranças de enterros e preparos mortuários feitos pela Santa Casa de Misericórdia, onde nesta tabela percebemos os preços para enterros. Divididos em 3 classes, a Santa Casa de Misericórdia, expõe os preços para caixões de primeira, segunda e terceira classe, informando os objetos que acompanhavam o caixão, tornando assim o velório mais vistoso.

Nos enterros de primeira classe acompanhavam o moribundo um caixão coberto de veludo preto, seda preta, ou cetim de cores, formado de cetim e enfeitado com galões finos, custando 100\$000 contos de réis para adultos ou maiores de 11 anos; 70\$000 contos de réis para menores de 11 anos e, 40\$000 contos de réis para crianças de qualquer tamanho ou até 5 anos. Já os enterros de 2º classe traziam em sua pompa um caixão coberto de belbutina preta



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

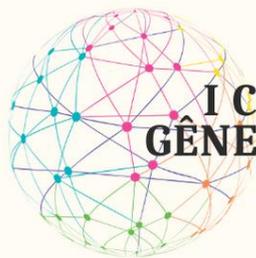


forrado de solante e enfeitados com galões de 2º qualidade com cadeados e argolas de latão. Os preços cobrados por esse caixão para adultos maiores de 11 eram de 60\$000 contos de réis, para menores de 11 anos cobrava-se 40\$000 contos de réis e, 20\$000 era o preço do caixão de segunda classe para crianças de qualquer tamanho até cinco anos. Os caixões de terceira classe, caixões mais simples, vinham acompanhados por um lutum preto ou lã de cor, enfeitados com galões de segunda qualidade com cadeados e argolas. Custavam em torno de 40\$000 contos de réis para adultos maiores de 11 anos, 25\$000 contos de réis para menores de 11 anos e 15\$000 contos de réis para crianças até 5 anos (PIAUI, 1855).

No documento da tabela de cobranças de enterros mortuários da Santa Casa de Misericórdia, podemos observar alguns preparos mortuários. Dos preparos que vinham descritos destaca-se entre eles: a compra de missas e velas, missas ditas, porta velas, entre alguns outros preparos, os quais a Santa Casa de Misericórdia colocava a disposição. Assim, também, deixando descritas algumas observações:

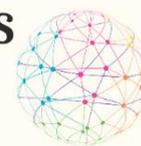
A Santa Casa recebe o cadáver vestido por conta e custo da família. Declinando, porém a família disto a mesma Santa Casa se incube de mandar vestir o cadáver, mediante ajuste prévio. As demais despesas a fazer-se com o enterro bem como sepultura, padres, irmandades e música para o acompanhamento etc., etc. correrão também por conta dos interessados encarregando-se, porém de tudo a Santa Casa pela forma indicada pelos mesmos interessados, pagando estes depois as respectivas despesas. (PIAUI, 1855).

Podemos perceber que no final do século XIX algumas alterações ocorreram em relação aos enterramentos, em Teresina. As disposições dos enterros pertencendo a Santa Casa de Misericórdia passavam por algumas alternâncias, a forma de enterramento, os preços cobrados na pompa fúnebre, sofrem alterações. Mas algumas permanências e continuam (PIAUI, 1855). Como os ritos pré e pós morte que acompanham o moribundo desde a antiguidade mantendo-se ainda presentes no século XIX. Dessa forma, ritos e práticas fúnebres fizeram-se presentes na cidade de Teresina. O historiador como sujeito responsável pela investigação do passado busca entender como esse passado reflete no presente. Se tratando da morte como tema, o



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



historiador busca em atos, costumes e cultura a formação de uma sociabilidade existente em um determinado período histórico. Essa era, em sua maioria, moldada pela religião católica.

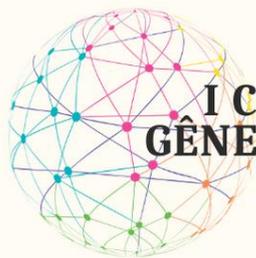
Através do referido trabalho podemos concluir que Teresina entre os anos de 1852 e 1889 passava por um processo de modernização e desenvolvimento, onde o discurso de ordem e progresso se fazia presente na nascente capital. Construída com aspecto planejado, Teresina, tinha como uma de suas principais obras públicas a Santa Casa de Misericórdia. A fundação do hospital buscava principalmente adequar a nova capital aos modelos higienistas do período, tornando a cidade em um lugar mais adequado para a população, isso em termo de salubridade. Buscando cada vez mais um ambiente mais limpo e livre de impurezas, governantes e pessoas de outras camadas da elite teresinense, as quais tinham um pensamento progressista, criaram leis e desenvolveram projetos com o fito de organizar o espaço público. Com isso, o Hospital de Misericórdia foi construída com o propósito de atender pessoas pobres e necessitados, tendo como objetivo tratar as doenças que acometiam a população e além de auxiliar os pacientes com doações.

Dessa maneira, é perceptível que a transferência da capital, além de auxiliar no crescimento da então província, ainda tinha alguns problemas de ordem públicas e sanitárias e se resolver. Para isso criando locais como a Santa casa de Misericórdia que auxiliou no serviço aos doentes e indigentes, além de administrar a partir do final do século XIX, os enterramentos na cidade de Teresina.

Nosso trabalho ainda está em andamento, mas acreditamos que dêmos um importante passo no sentido de ampliar os debates e indicar caminhos para novas pesquisas em torno de alguns temas, dentre eles, as doenças em Teresina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BRASIL. Ministério da Fazenda. **Balanços da receita e despesa do Império: nos exercícios de 1852-1853.** Estado da dívida ativa e passiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.

_____. Ministério da Fazenda. **Balanços da receita e despesa do Império nos exercícios de 1850-1862.** Estado da dívida ativa e passiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850-1862.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiço e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

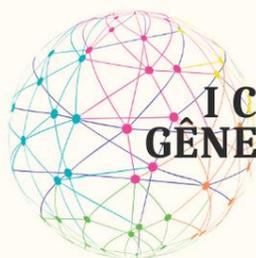
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, José do Castro. Relatório. In: PIAUÍ. SEGOPI. Sala do Poder Executivo. Assunto: Santa Casa de Misericórdia. Teresina, 1888. (Caixa: 359).

OLIVEIRA, Elene da Costa. **A arte de bem morrer: A cultura funerária na cidade de Teresina, Piauí (1852-1896).** 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS, João José. O cotidiano no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando (org.) **A História da vida privada no Brasil Império.** São Paulo: companhia das letras, 1997.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



AS ÁGUAS QUE TRAZIAM RIQUEZAS E DOENÇAS: OS IMPACTOS DO RIO PARNAÍBA NO COTIDIANO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DE TERESINA (1930 – 1947)⁴⁷

Danielle Filgueiras Santos

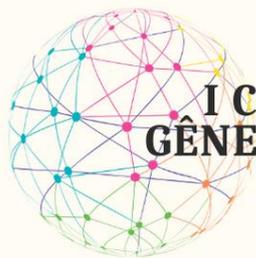
Universidade Estadual do Piauí – UESPI, graduanda em Licenciatura Plena em História, e-mail: daniellefilgueiras@outlook.com

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: joseannezsm@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a contradição existente entre a relevância econômica do rio Parnaíba e os problemas de saúde que provocava nas populações ribeirinhas de Teresina no período compreendido entre 1930 e 1947. Nas décadas de 1930 e 1940 o Piauí posicionava-se como um dos principais exportadores de produtos extrativistas e utilizava o rio Parnaíba como um meio propício para a escoação de suas riquezas. Os benefícios adquiridos, sobretudo por meio da sua navegabilidade, enquadravam-se nos ideais desenvolvimentistas e modernizantes que o estado vivenciava. Com múltiplas funcionalidades, o Parnaíba se fazia presente no cotidiano dos beiradeiros, permeando os diversos aspectos da sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado e, por conseguinte, de sua capital. Entretanto, as populações ribeirinhas teresinenses estavam sujeitas às enfermidades causadas ou agravadas pela proximidade com as águas parnaibanas, que se acentuavam nos períodos de cheias do rio, pois esse acabava se tornando um grande foco de proliferação de mosquitos transmissores de doenças infectocontagiosas, como a dengue e a malária. Além disso, o consumo da água sem tratamento adequado era comum, principalmente entre as populações pobres, o que propiciava a aquisição de doenças gastrointestinais. Logo, o Parnaíba também foi chamado de rio malarioso, rio dos famosos pernilongos ou rio de-cor-de-barro. Em razão dessas e de outras doenças que afligiam os piauienses, a urgência do cuidado com o rio foi destacada em alguns artigos de médicos sanitaristas que empreenderam, em parceria com o governo e com entidades filantrópicas, campanhas em prol da conscientização da população acerca dos hábitos que deveriam ser agregados à rotina ou abandonados. Para a realização dessa análise foram utilizadas fontes primárias, como jornais, revistas e mensagens governamentais, além das obras bibliográficas, como as de Gercinair Gandara (2008), Erasmo Morais (2013) e Joseanne Marinho (2018). Foi possível perceber que o rio Parnaíba também oferecia desvantagens às comunidades ribeirinhas, posto que viabilizava o surgimento de doenças transmitidas por mosquitos e acarretava prejuízos estruturais durante as crises climáticas, o que

⁴⁷ Essa proposta é oriunda de uma pesquisa PIBIC (UESPI 2019-2020) que foi orientada pela Professora Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, sendo intitulada: As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



contribuía para a estagnação das iniciativas modernizantes e prejudicava a realização dos anseios pelo avanço e desenvolvimento da capital, bem como de outras cidades beira-rio Parnaíba.

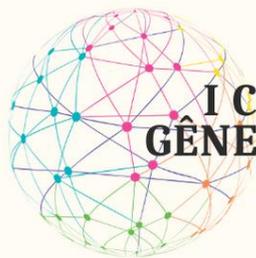
Palavras-Chave: História. Economia. Saúde. Desenvolvimento. Rio Parnaíba.

Introdução

As nascentes do rio Parnaíba ficam localizadas nas regiões fronteiriças do Piauí com o Tocantins, em um lugar denominado Chapada das Mangabeiras. Esse caudaloso rio banha as cidades ribeirinhas do interior piauiense, percorrendo aproximadamente 1.485 km. Embora se constitua como uma divisa natural entre os Estados do Piauí e do Maranhão, ele foi mais aproveitado pelo Piauí ao longo dos anos, sendo inclusive considerado mais piauiense do que maranhense. (GANDARA, 2008). Na segunda metade do século XIX, surgiram as principais justificativas para essa afirmação, a atual capital piauiense, Teresina (1852) e a Companhia e Navegação a Vapor (1858). Elas que sintetizam as propostas modernizadoras da época, pois ambas surgiram a partir do anseio pelo aproveitamento do rio Parnaíba visando o melhoramento e a estabilização econômica que do estado.

Seu curso foi tradicionalmente dividido em três bacias. O Alto Parnaíba, que corresponde à região Sul, consiste no trecho situado entre suas nascentes e a foz do rio Gurguéia, no município de Jerumenha. Essa região é repleta de cachoeiras que fazem com que águas sigam com mais velocidade e agitação. O Médio Parnaíba, onde as águas perdem força e profundidade, se estende até do rio Gurguéia até a foz do rio Poti, localizada no município de Teresina. A partir de então, tem-se o Baixo Parnaíba, onde leito do rio se torna muito mais arenoso, garantindo a tranquilidade das águas que seguem dessa maneira até chegar no Norte do estado, onde desaguam no Oceano Atlântico. (GANDARA, 2008).

Com o intuito de facilitar a compreensão curso do rio Parnaíba, Gercinair Gandara (2008), propôs uma de divisão baseada nas características geográficas e na especificidade das funções historicamente exercidas nesses espaços. Assim, ela nominou o trecho entre a sua nascente, na Chapada das Mangabeiras, e cidade-beira Santa Filomena, de espaço d'águas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



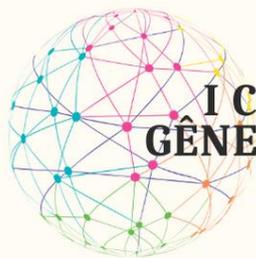
encachoeiradas. Entre Santa Filomena e Uruçuí, denominou espaço d'águas dos balseiros e/ou d'águas vermelhas. Entre o município de Uruçuí e o de Parnaíba, chamou de espaço dos marinheiros do rio e/ou d'águas doces. Por fim, chamou o trecho do município da cidade de Parnaíba até sua entrega às águas do mar, de espaço dos marinheiros do mar e/ou d'águas salgadas.

Tendo esse grande rio como baliza, o projeto de edificação da capital piauiense já nasceu incumbido de proporcionar o aproveitamento das águas parnaibanas para implementação da navegação fluvial, no afã de angariar receitas para o estado e garantir a mobilidade necessária aos piauienses. Todavia, o Parnaíba também se manifestava de forma contrária, e era causador de muitos dispêndios para as cidades ribeirinhas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a contradição existente entre a relevância econômica do rio Parnaíba e os problemas de saúde que provocava nas populações ribeirinhas de Teresina no período compreendido entre 1930 e 1947.

Para isso, foi realizado o estudo das obras bibliográficas referentes ao tema e ao contexto histórico-social no qual se encontra, dentre as quais destacam-se Gercinair Gandara (2008), Erasmo Morais (2013) e Joseanne Marinho (2018). As fontes primárias analisadas se encontram, em sua maior parte, no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e correspondem a jornais, revistas, almanaques, mensagens e relatórios governamentais, bem como fotografias disponibilizadas pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

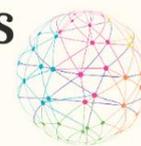
Estrada líquida do progresso: exportação e navegabilidade fluvial nas décadas de 1930 e 1940

Nos vales do rio Parnaíba encontravam-se as maiores riquezas do Estado do Piauí, as florestas de onde era extraída a matéria-prima para confecção de vários produtos de relevância acentuada no mercado interno e, principalmente, externo. No início do século XX, com a crescente procura pelos gêneros extrativistas, essas florestas foram sendo cada vez mais visadas. A carnaubeira, em especial, era de grande valor aos cofres públicos, e com a eclosão da Primeira



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

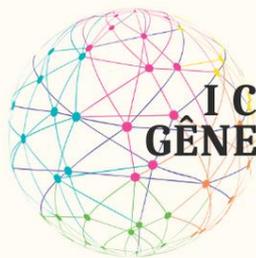


Guerra Mundial, as exportações aumentaram consideravelmente, pois o ácido pírico presente nessa árvore servia para a fabricação de pólvora. (QUEIROZ, 2006).

Porém, além do componente bélico, a carnaubeira, carnaíba ou simplesmente carnaúba, possuía muitas outras utilidades. Os nutrientes dos seus frutos eram usados em ração de animais e a madeira possui grande qualidade, por isso eram usadas para construir casas. As raízes serviam para a produção de medicamentos, sobretudo os diuréticos, e das palhas secas surgiam cestos e muito objetos artesanais utilizados no cotidiano, além dos tetos das moradias mais pobres. A cera de carnaúba, por sua vez, gera uma superfície lisa e bastante resistente. Com o avanço da tecnologia industrial, ela passou a ser usada na fabricação diversos produtos de limpeza, como cera polidora de automóveis, lubrificantes e sabonetes, além de cosméticos, capsulas de remédio, velas, discos fonográficos, papel carbono e muitos outros artefatos. (ARAÚJO, 2008).

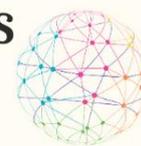
A cera de carnaúba era seguida do algodão, outro produto muito relevante para a economia piauiense. Na Mensagem Governamental de 1929 (p. 53), o Governador Landry Sales informou sobre o contrato que foi feito com o Governo Federal para dinamizar a produção e exportação algodoeira, pois ele considerava que o estado tinha grande potencial para se tornar “[...] um dos maiores produtores de algodão do nordeste.”. Todavia, poucos municípios se dedicavam à cultura, e apenas Buriti Lopes era reconhecido pelos consumidores. Isso prejudicava bastante a expansão do alcance desse gênero. O Estado ficou responsável pela concessão de terras para a instalação das fazendas que seriam administradas pelo Governo Federal, por isso, adquiriu um sítio chamado Santa Theresa, localizado no município de Teresina. Portanto, esse contrato buscou modernizar a produção, através da ampliação do número de fazendas, do combate às pragas, da fiscalização, entre outras coisas.

Segundo Erasmo Morais (2013), o rio Parnaíba já era utilizado para transportar essas mercadorias desde antes da implantação da navegação a vapor, mas foi a partir da segunda metade do século XIX e início do XX que ele se constituiu como principal meio de reestruturação da economia piauiense. A prática da exportação assegurou o desenvolvimento visado pelas elites naquele momento, porém não era tão estável quanto aparentava. Isso porque



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

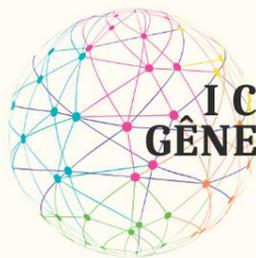


a procura pelos gêneros extrativistas variava de acordo com os interesses de cada período e localidade, de forma que as receitas advindas da exportação oscilavam frequentemente. Um exemplo claro disso foi o período posterior à Primeira Guerra, quando o mercado internacional começou a entrar em processo de estabilização. Os preços da cera, o principal produto comercializado para o exterior, reduziram significativamente ocasionando uma nova crise. (GANDARA, 2008).

Sendo a navegação e a exportação atividades interdependentes, o fluxo de vapores que trafegavam pelo rio Parnaíba diminuiu bastante e no final da década de 1920 a navegação a vapor enfrentou uma considerável instabilidade, que ameaçou o seu funcionamento. Além das dificuldades naturalmente impostas pelo rio Parnaíba, fatores como a falta de apoio do setor privado, o contexto externo, os conflitos internos e a divergência de posicionamentos a respeito dos recursos destinados a essa atividade foram os principais causadores do desequilíbrio da navegação a vapor. Por conseguinte, a precariedade no setor transportes e a incerteza da continuação da navegabilidade pioravam ainda mais o cenário da exportação no Piauí. O governador Mathias Olympio afirmou na Mensagem Governamental de 1926 as implicações das deficiências nesse setor eram incontestavelmente um dos maiores “[...] senão o mais considerável dos entraves que se há apresentado ao surto de nossa produção”. (p. 57).

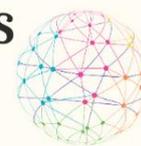
Diante desse descontentamento, aguçavam-se as intenções de modernizar o setor de transportes das cidades piauienses, principalmente da capital. Algumas iniciativas nesse sentido foram percebidas na década de 1920, como a implantação do bonde⁴⁸ que percorreu pelos trilhos da capital de 1923 até 1929, quando foi desativado. (BARROS, 2019). De igual modo, foram feitas algumas estradas de rodagem que ligavam as cidades interioranas, a fim de facilitar o fluxo entre elas. Contudo, essas ações ainda eram bastante isoladas, pois as estatísticas das exportações desse período revelam que novamente o Piauí sofria com instabilidades

⁴⁸ O bonde teresinense, planejado pelo Major Santídio Monteiro e pelo engenheiro José Faustino dos Santos Silva, era impulsionado através de motor de caminhão. Ele foi pensado para assemelhar-se ao máximo com os bondes elétricos das demais capitais brasileiras. Assim, possuía bancos, estribos, balaústres etc. Seu percurso iniciava nas proximidades da ponte metálica João Luís Ferreira, e era finalizado no quartel e Estação Ferroviária. Esse serviço funcionou durante seis anos na capital. (BARROS, 2019).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

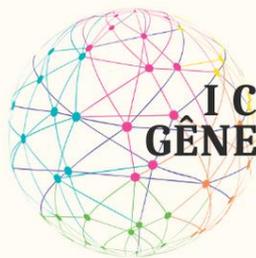


financeiras. Logo, seria inconveniente investir na aquisição de novos meios de transportes, tendo em vista que os custos elevados poderiam ser bastante prejudiciais para os cofres públicos.

Embora já fizesse parte da receita piauiense desde o século XIX, no início da década de 1930 o coco babaçu recebeu mais atenção dos poderes públicos. Isso ocorreu porque o produto começou a ser valorizado por países como Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e Holanda, que se tornaram os principais consumidores. De igual modo, os derivados, como óleo, chamaram a atenção do mercado internacional, indicando que nesta época já existia uma tentativa local de industrializar da amêndoa. (QUEIROZ, 2006). Foi nesse período também que a navegação fluvial foi revitalizada através de iniciativas dos poderes públicos e do setor privado, tendo em vista que foi considerada a melhor alternativa diante das dificuldades de aprimoramento do setor de transportes e do intuito de aproveitar esse novo cenário.

De acordo com Gercinair Gandara (2008), os proprietários dos armazéns piauienses fizeram uma parceira para fundar a União Fluvial Ltda., um convênio que objetivava reerguer a navegação a vapor. Para tanto, investiram no aumento da frota e na regularização dos serviços oferecidos pela mesma. Sua linha foi estendida de maneira que pudesse atender uma área maior. Assim, o rio continuou sendo o meio de locomoção mais utilizado pelos ribeirinhos. De igual modo, os poderes públicos também implementaram medidas para o reestabelecimento da navegação. Conforme o Governador João de Deus Pires Leal, após procurar o apoio da iniciativa privada e não ser atendido a contento, ele buscou resolver o problema por meio de um contrato com estaleiros estrangeiros:

No empenho de reestabelecer a navegação regular no Rio Parnahyba, nossa representação federal conseguiu fosse para ella votada uma subvenção anual, que deveria ascender ao maximo de 400:000\$000. Procurei encontrar no nosso Estado um particular que quizesse ter a iniciativa da incorporação de uma empreza para tal fim. Muitas foram as dificuldades encontradas e que me levaram á resolução de tomar a iniciativa desse empreendimento, por conta do Estado. Neste proposito, entrei em entendimento com estaleiros da Europa, para a construção da frota necessária e autorizei fosse o serviço ajustado com o Estado. (PIAUI, 1930, p. 51-2).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

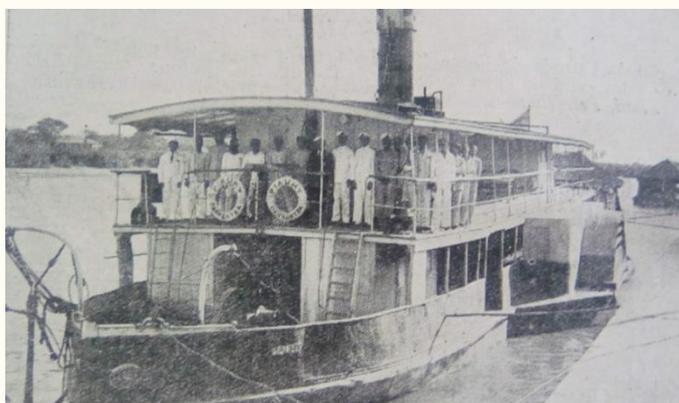
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



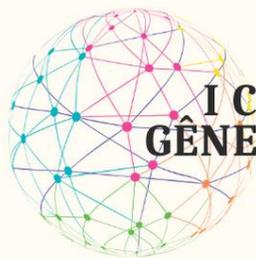
Além de possibilitar o aumento da frota e a dinamização do tráfego no rio Parnaíba e seus afluentes, o contrato estabelecido em 1929 definiu a cidade de Teresina como sede dos serviços de navegação. O Governo do Estado ficou responsável pelas linhas entre a cidade Parnaíba e Floriano, Parnaíba e Tutóia, Floriano e Uruçuí e de Uruçuí até Vitória. Além disso, as iniciativas governamentais percebidas nesse momento também ocasionaram a desobstrução da rota fluvial, assim, o rio Parnaíba passou por um processo de limpeza que consistia na retirada das árvores que caíam no seu leito, de embarcações que sofreram naufrágios e na limpeza das margens.

Com isso, a revitalização da navegabilidade alterou não somente o quadro econômico do estado, mas também a paisagem urbana e natural das cidades-beira rio. Os vapores, que eram as embarcações mais notáveis, passaram a percorrer pelo caminho do rio carregados de farinha de mandioca, goma, sal, algodão, oiticica, cera de carnaúba, borracha de maniçoba, babaçu, solda cáustica, couro de boi, sabão e outros gêneros. Portanto, embora aceitassem passageiros, a principal função dos vapores era transportar os produtos que seriam enviados para o exterior. Partindo do Sul, eles faziam paradas nos portos fluviais como os de Teresina, Floriano e Amarante, até chegar na cidade de Parnaíba, que era o maior centro comercial do Estado. Na imagem abaixo é possível observar marinheiros a bordo rebocador Piauí, um dos rebocadores que trafegavam pelo rio Parnaíba na década de 1940:

Fotografia 1: Rebocador “Piauí”.



Fonte: Boletim Estatístico do Piauí [194-].



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



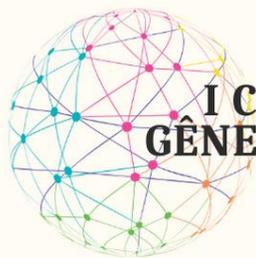
Os rebocadores eram embarcações projetadas para empurrar e puxar barcaças de madeira ou chatas de ferro onde eram carregadas grandes quantidades de mercadorias, outras embarcações, passageiros, etc. As manobras precisas chamavam a atenção dos ribeirinhos que desciam aos portos fluviais para presenciar a chegada das embarcações. No que concerne à Marinha Mercante, os cargos e os ofícios ocupados pelos tripulantes eram hierárquicos. A parte superior das embarcações eram ocupadas somente pelos marinheiros que estivessem fardados. E na parte de baixo ficavam o maquinista, o foguista, o moço de convés, os carvoeiros, e outros. (MORAIS, 2013).

Além dos vapores subordinados às grandes empresas fluviais, a estrada líquida também contava com a presença de embarcações menores e menos rebuscadas. As tradicionais canoas, balsas, barcas e botes continuavam sendo bastante utilizadas pela população ribeirinha, sobretudo pelos mais pobres. No Almanaque da Parnaíba de 1933 (p. 181) a balsa foi apresentada como uma das “Embarcações Curiosas” que trafegavam pelo rio Parnaíba, pois apesar de ser composta por técnicas simples e rudimentares, ainda permanecia dentre as mais utilizadas e mais resistentes. Na imagem abaixo é possível ver passageiros e o balseiro a bordo de uma embarcação desse tipo no porto de Teresina:

Fotografia 2: Balsa carregada de passageiros e mercadorias no porto de Teresina.



Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1993, p. 181.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



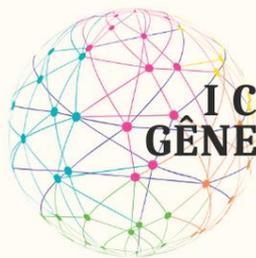
As balsas geralmente eram feitas com madeira locais, como a palmeira do Buriti, e eram cobertas de palhas para proteger os navegantes durante as longas viagens. Elas eram comuns em todos os espaços do rio mesmo após a implantação da navegação a vapor. Serviam para o comércio e viagens particulares. Apesar da aparência frágil, quando bem construídas, suportavam muito peso e dificilmente naufragavam. A condução, como pode ser vista, era realizada de maneira bastante primitiva e exigia uma certa experiência por parte do balseiro que através de varas empregava sua própria força para direcioná-la. Muitas vezes, os balseiros transportavam pessoas “[...] ao preço da amizade [...] para vir a capital a tratamento de saúde ou a comprar mercadorias”. (GANDARA, 2008, p. 187).

Portanto, aliada à exportação, a navegabilidade do rio Parnaíba foi responsável pelas melhorias financeiras percebidas durante a década de 1930 e 1940. Todavia, é importante salientar que o extrativismo vegetal possuía caráter cíclico. Isso significa que a economia esteve condicionada à uma série de decadências e ascensões ao longo dos anos, fazendo com que o Piauí vivesse sob constante oscilação decorrente, sobretudo, da dependência do mercado externo.

O rio Parnaíba como ameaça ao projeto modernizador

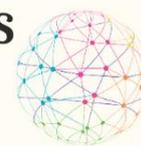
A ascensão econômica vivenciada pelo Piauí nas décadas de 1930 e 1940, propiciou o surgimento de várias iniciativas que tinham como objetivo modernizar Teresina. A capital ribeirinha já nasceu pautada no ideário modernizador⁴⁹, contudo, ele foi impulsionado diante das propostas governamentais de Getúlio Vargas, que anunciavam a chegada do progresso. Agitadas pelo contexto nacional, as elites teresinenses começaram a ampliar as reformas na infraestrutura da urbe. Assim, a cidade passou por uma série de melhorias, como a edificação de novos prédios públicos, escolas, calçamento e alargamento das ruas, reformas paisagísticas

⁴⁹ Partindo do conceito de modernização de Marshall Berman (1986), compreende-se como ideário modernizador as aspirações que giram em torno da aprimoração dos espaços urbanos, que correspondem sobretudo às melhorias na infraestrutura.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



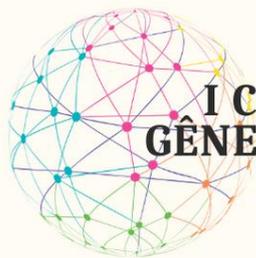
nas praças, aprimoração dos sistemas de abastecimento de água e fornecimento de luz elétrica, entre outras coisas. (MARINHO, 2016; NASCIMENTO, 2011).

Além disso, a convergência entre os interesses do Estado e dos setores médicos que ocorreu nesse momento resultou em um plano de desenvolvimento da saúde pública para o Piauí que resultaram numa série de iniciativas no sentido de estruturar e garantir o bom funcionamento dos serviços oferecidos. Foram construídos Centros de Saúde, Postos de Higiene, hospitais e outros estabelecimentos de atendimento que visavam assegurar a saúde da população piauiense.⁵⁰ Também foram feitos investimentos no sentido de conscientizar os piauienses a respeito das medidas básicas de higienização pessoal e cidadina, pois acreditava-se que somente as cidades que prezavam pela salubridade de seus espaços urbanos possuíam chances de progredir e se modernizar. (MARINHO, 2017).

Portanto, parte da estilística teresinense foi modificada a partir dessas ações modernizadoras, e a cidade recebeu linhas mais simples e retas, em conformidade com a arquitetura adotada pelo Estado Novo. Mas, apesar da sensação de que Teresina estava se modernizando, a cidade não havia se desvinculado por completo da imagem de pobreza e miséria. A imprensa oficial veiculava informações que agudizavam esse ideário, mas nas fontes há também indícios da existência de uma outra cidade, que era escondida sob a censura aplicada durante o regime autoritarista. (NASCIMENTO, 2011).

Um exemplo disso era permanência das casas de palha. Esse tipo de residência incomodava bastante a elite teresinense. Por isso, em 1939, através do Código de Postura, as autoridades exigiram a remodelação das casas que ficavam localizadas na Avenida Frei Serafim, que era a via mais importante da cidade. As moradias que não estivessem condizentes com o que foi estabelecido no regulamento seriam demolidas. (NASCIMENTO, 2009). Diante disso, é possível perceber a evidente marginalização dos pobres, que sem condições para empreender reformas capazes de modificar toda a estrutura de suas simplórias residências,

⁵⁰ Em Teresina foi construído um grande hospital que recebeu o nome de Getúlio Vargas em homenagem ao presidente. Ele foi considerado o maior estabelecimento hospitalar de todo o Norte e Nordeste. Possuía 250 leitos e equipamentos modernos, tornando-se assim uma referência em todas as partes do Piauí e também em outros estados. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA, 1941).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



viam-se obrigados a se retirar do centro da cidade e estabelecer moradias nas zonas periféricas. O poema *Sala de Gente Pobre*, publicado no *Almanaque da Parnaíba* de 1930 (p. 9), retrata alguns aspectos do espaço interno dessas residências e dos costumes de seus moradores:

Casa de gente pobre

Um banco.

Uma mesa.

Um quadro: Nossa Senhora...

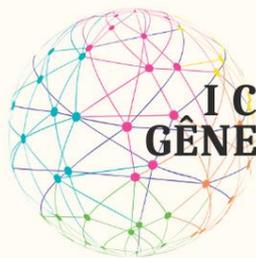
Outro quadro: São José...

Um lampeão.

Nem ambição de mais coisas.

E sobre a paz das coisas simples: - a Felicidade...

O tom romantizado exalta a existência da paz de uma vida simples, de uma casa que abrigava pessoas humildes, onde o desejo de prosperar era quase inexistente. Entretanto, as condições de moradia dessa parcela da população eram difíceis e precárias. Essas pessoas careciam de assistência de serviços básicos de luz e água, sendo submetidas à precariedade dos atendimentos de saúde oferecidos. Muitas sofriam até mesmo com a ausência de gêneros de primeira necessidade, como arroz e feijão. Considerando a pouca quantidade de cômodos e a inexistência de banheiros e lavatórios, o que resultava na insalubridade dessas habitações, os profissionais da saúde afirmavam que seus residentes estavam mais suscetíveis à uma série de doenças. De acordo com o médico Vitoriano da Assunção (1943, p. 4), a maior parte das habitações possuía “[...] cobertura de palha, com numero reduzido de pequenas aberturas, (portas e janelas) para a entrada de ar e de luz e pé direito muito apoucado”, como pode ser observado na imagem a seguir:



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



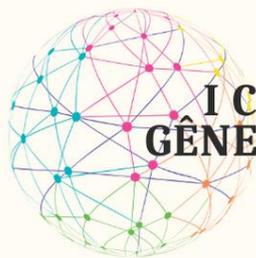
Fotografia 3: Habitação popular em Teresina.



Fonte: ASSUNÇÃO, 1943 [não paginado].

A técnica aplicada nas paredes de taipa, também chamada de parede de pau-a-pique ou taipa de sopapo, consistia no entrelaçamento de madeiras, geralmente de bambu, verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, que amarradas com cipós formavam uma espécie de painel perfurado. Esse painel era preenchido com barro, e assim formava uma parede sólida que sustentava a estrutura do teto, que na maioria das vezes era feito com palhas. Nas casas que possuíam cercamentos, eram aplicados procedimentos semelhantes aos utilizados nas paredes. (GANDARA, 2008). Com o deslocamento ocasionado pelas medidas modernizadoras, as margens da cidade e do rio passaram a ser mais ocupadas. Sobretudo a Zona Norte da cidade, recebeu muitos ribeirinhos durante as décadas de 1930 e 1940 e eles se estabeleciam nas planícies fluviais dos rios Parnaíba e Poti, um lugar naturalmente arriscado, posto que é tomado pelas águas em épocas de cheia.

Sem acesso à água canalizada, os potes eram abastecidos no Parnaíba e a água era utilizada na manutenção das pequenas plantações feitas nos quintais, para saciar a sede dos animais da família, na realização de serviços cotidianos, no cozimento de alimentos e para o consumo diário. O Parnaíba também contribuía para o sustento de algumas famílias ribeirinhas através dos ofícios e profissões realizados por intermédio dele. A pesca, a descarga de mercadorias, a condução de canoas, balsas, botes e barcas, geralmente ficavam a cargo dos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

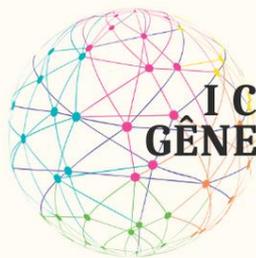


homens, enquanto as mulheres contribuíam com a finanças do lar lavando roupas para famílias abastadas. (SILVA, Y. 2019).

Todavia, essa proximidade e dependência do rio poderia ocasionar muitos problemas para os ribeirinhos. O sistema de tratamento de água em Teresina ainda era bastante precário e o consumo era realizado sem antes passar por um processo de descontaminação que eliminasse as impurezas e extinguisse os riscos que elas acarretavam. O consumo dessas águas contribuía para o agravamento dos problemas de saúde pública na capital, tendo em vista que ocasionava a aquisição de verminoses e outras moléstias gastrointestinais que eram contraídas a partir da ingestão de alimentos e de água contaminada e provocavam uma série de desconfortos como diarreias, vômitos, dores abdominais. (MARINHO, 2018).

Além das doenças gastrointestinais e das verminoses, também existiam as moléstias infectocontagiosas, como o impaludismo, que atualmente é chamado de malária. Os surtos dessa doença geravam grande preocupação para os setores médicos e políticos. Leônidas Mello, Interventor do Piauí, ao fazer menções a respeito da vulnerabilidade dos ribeirinhos piauienses, na Mensagem Governamental de 1943 (p. 69), afirmou que o impaludismo, “[...] grassa endemicamente em todo o Estado, principalmente o vale do Gurguéia e às margens do Parnaíba”. Logo, é possível perceber que o rio também era apontado como um dos fatores contribuintes da elevação dos números de casos no Piauí. Os mosquitos responsáveis sua propagação, os do tipo *Anopheles*, se reproduziam em locais onde havia concentração de água. Assim, lagos e lagoas, açudes, rios e riachos, as valas da rede de esgoto, e até as poças deixadas pelas chuvas eram locais propícios à procriação. (MARINHO, 2018).

Situada na confluência de dois grandes rios, Teresina também estava ainda mais suscetível aos surtos palúdicos. De acordo o artigo publicado na Revista da Associação Piauiense (1941), onde foram apresentados os resultados da pesquisa realizadas entre julho a agosto de 1931 pelo médico sanitário e chefe do Serviço Federal de Profilaxia da Malária da 3ª Região no Piauí, Celso Caldas, Teresina possuía aproximadamente 557.200 metros quadrados de superfície líquida, e as lagoas extensas e paralelas às margens dos rios Parnaíba e Poti, os barreiros de olarias e a rede de esgoto à céu aberto eram os três principais criadouros



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

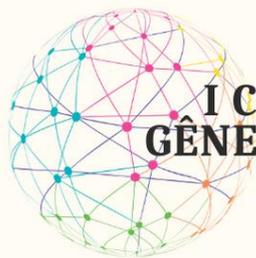


de larvas dos anofelíneos na capital piauiense. Portanto, solucionar o problema não era uma tarefa tão simples. Era necessário agir de forma organizada e consistente, posto que “[...] não se acaba com a malária apenas combatendo o mosquito”. (CLARK, 1947, p. 311).

Dentre as principais soluções apontadas para combater o impaludismo no estado, estava o uso de quinina e de outros remédios antipalúdicos, bem como a conscientização correta e constante dos habitantes das zonas de riscos. No caso específico da capital beira-rio, Celso Caldas (1941) afirmou que além da aplicação das medidas básicas de prevenção e combate ao mosquito e o tratamento dos doentes, seria necessário fazer a drenagem de lagoas, aterro de barreiros, a constante limpeza dos esgotos, a transferência das olarias para pontos afastados da cidade e, ainda, que os trabalhos de hidrografia também deveriam ser estendidos para a margem esquerda do rio Parnaíba, que corresponde ao Estado do Maranhão.

Nos meses de dezembro a maio, época das estações chuvosas no Piauí, os níveis das águas do Parnaíba e de seus afluentes subiam. De igual modo, o quadro de contradições proporcionadas pelo rio se expandia. Além de deixar os ribeirinhos muito mais expostos à incidência de moléstias infectocontagiosas, as enchentes causavam inúmeros prejuízos. Elas traziam lixo, dejetos, destroços e outros materiais oriundos das cidades, e árvores que compunham a mata ciliar, que acabavam no leito do rio e nos espaços citadinos. A navegação fluvial ficava bastante comprometida, assim como os vales onde eram cultivadas as carnaubeiras que geravam “[...] o pó de ouro” piauiense. (ALMANAQUE, 1947, p. 373).

Em 1947 as águas do rio Parnaíba invadiram residências e estabelecimentos construídos nas margens rios, deixando-os completamente submersos, como pode ser observado na imagem a seguir:



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Fotografia 4: Enchente do rio Parnaíba em 1947.

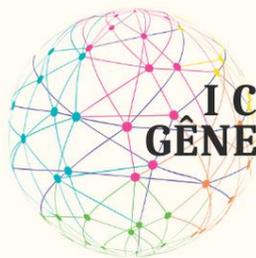


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1947).

Essa enchente superou as inundações de 1924 e 1926, que até o momento eram consideradas as mais graves. Em Teresina, ela destruiu por completo a ponte de madeira que ficava sobre o rio Poti, bem como o calçamento das ruas, os armazéns e outros estabelecimentos comerciais, e afetou bastante a mobilidade urbana. (O PIAUÍ, 1947). Apesar de atingir também o centro da capital, gerou mais problemas nos bairros periféricos da zona Norte e zona Sul, pois nesses lugares havia maior concentração de famílias pobres. Essas pessoas perderam suas moradias e os poucos bens que conseguiram obter. Além disso, ficaram ainda mais suscetíveis às doenças trazidas pelas águas contaminadas e às dificuldades oriundas das desigualdades sociais. Portanto, nesses momentos o rio Parnaíba contrariava as expectativas geradas em torno dele, constituindo-se como um fator de risco para os habitantes de suas margens e um impasse para a execução das iniciativas modernizadoras na capital.

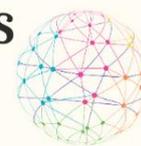
Considerações finais

No decorrer da análise foi possível perceber que o reestabelecimento da navegação a vapor no rio Parnaíba contribuiu significativamente para a ascensão econômica percebida no Piauí durante décadas de 1930 e 1940. Apesar do descontentamento daqueles que desejavam modernizar o setor de transporte, os vapores continuaram sendo o meio mais promissor de escoamento das riquezas vegetais do estado e isso fez com que o rio reconquistasse seu lugar



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de viabilizador do progresso. Portanto, ele foi um agente relevante para a realização de diversas melhorias empreendidas na capital piauiense que objetivavam enquadrá-la nos padrões modernos da época.

Em contrapartida, o rio Parnaíba também favorecia o surgimento de várias doenças infectocontagiosas e gastrointestinais que acometiam a população. E embora a cidade como um todo estivesse suscetível à aquisição dessas moléstias, os riscos eram maiores para os que tinham menos poder aquisitivo, pois residindo nas proximidades do caudaloso curso d'água, essas pessoas tinham contato direto com o rio, posto que dependiam dele para realizar tarefas cotidianas e profissionais. Além disso, suas cheias desreguladas prejudicavam a ordem, impossibilitavam o tráfego das embarcações a vapor e causavam muitos danos estruturais, o que atingia diretamente os resultados das iniciativas modernizadoras empreendidas na capital.

REFERÊNCIAS DE BIBLIOGRAFIAS E FONTES

ASSUNÇÃO, Francisco Vitoriano da. Habitação Popular em Teresina. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n.6, p. 3-9, jun. 1943.

BARROS, Fransuel Lima de. A beleza está nos olhos de quem vê: entre o olhar de uma Teresina “descalça” e o olhar de uma Teresina “moderna”. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019.

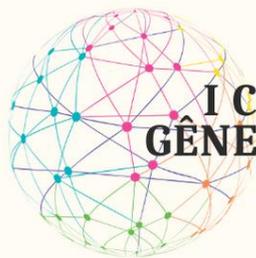
BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CALDAS, Celso. Malária em Teresina (Piauí). **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, v. 3, n.1, p. 3-13, jul. 1941.

CLARK, Oscar. Como construir um Brasil sadio. **Almanaque da Parnaíba**, ano XI, p. 311, 1947

EMBARCAÇÕES curiosas. **Almanaque da Parnaíba**, ano X, p. 181, 1933.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília/2008.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



INAUGURAÇÃO do Hospital “Getúlio Vargas” e a Segunda Semana Médica do Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, número especial, [não paginado], dez. 1941

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

_____. A Imagem de desenvolvimento de Teresina nas propagandas políticas jornalísticas de 1930 a 1945. **Contraponto**, v. 5, 2016.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Siart, 2013.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e Memória: o processo de modernização de Teresina nos anos 1930 e 1940. In: EUGÊNIO, João Kenedy. **História de vários feitos e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2011.

_____. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: **XXV Simpósio Nacional de História - Anpuh**, Fortaleza, 2009.

NOSSA capa. **Almanaque da Parnaíba**, ano XI, p. 373, 1947.

PIAUI. Governo 1930. **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado do Piauí, a 1 de junho de 1930, pelo Governador, Exm. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

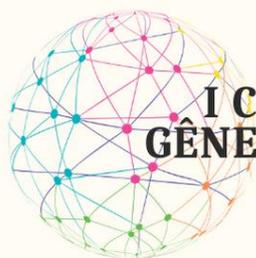
PIAUI. Governo 1943. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado, Dr. Leônidas de Castro Melo**. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 2006.

RUIU a Ponte do Poti. **O Piauí**, Teresina, n. 208, p. 1, 05 abr. 1947.

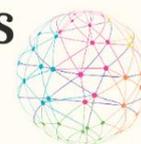
SALA de gente pobre. **Almanaque da Parnaíba**, ano VII, p. 19, 1930.

SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. Das “margens”: as transformações na cidade de Teresina-Pi, sob o olhar de suas lavadeiras (década de 1970). In: 30º Simpósio Nacional de História. **Anpuh-Brasil**. Recife, 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



AS CONDIÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA SÃO SATISFATÓRIAS, MAS NEM TANTO: A PREVENÇÃO E A TERAPÊUTICA DAS ENFERMIDADES NO PIAUÍ ENTRE AS DÉCADAS DE 1890 E 1950⁵¹

Rakell Milena Osório Silva

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, graduanda em Licenciatura Plena em História, e-mail: rakellosorio@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho

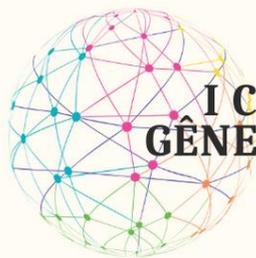
Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: joseannezsm@gmail.com

Prof.^o Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Universidade Estadual do Piauí, docente de Licenciatura Plena em História, e-mail: pedropio@ccm.uespi.br

Resumo: O foco central da pesquisa está em analisar as técnicas e práticas baseadas no higienismo e no tratamento das doenças, que foram implantadas nas Delegacias de Saúde e nos Postos de Higiene do Piauí de 1890 a 1950. Com o início da Primeira República, as estruturas sociais, políticas e econômicas sofreram mudanças evidentes. As condições precárias de saneamento e escassas políticas de saúde pública contribuíram para o alastramento de inúmeros surtos de doenças, mesmo com os discursos de vários governadores do estado, afirmando estar tudo satisfatório. Devido ao crescimento da capital Teresina, com uma infraestrutura deficiente e o amparo insuficiente dado aos pobres pelas Santas Casas de Misericórdia, houve um aumento das doenças na região. A partir de 1920, teve afirmação a construção de uma cultura sanitarista, com a parceria entre governo federal, estados, municípios e associações privadas. Ocorreu a instalação do Posto Sanitário Clementino Fraga, na capital, do Posto de Saúde em Parnaíba e das Delegacias Sanitárias nos municípios piauienses. Contudo, eram insuficientes para a melhoria das condições, por conta da falta de verbas e profissionais qualificados, priorizando a capital, enquanto no interior do estado, a população vivia sem assistência médica ou era atendida precariamente. As Inspetorias de Higiene Pública, localizadas em Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Nossa Senhora do Corrente (MARINHO, 2019), não possuíam uma organização administrativa eficaz, faltando profissionais, funcionando apenas seis delegacias. A partir de 1930, com Vargas no poder, houve uma intensificação nessas políticas voltadas para práticas preventivas, consolidadas no Estado Novo, colocando a infância como foco central da esfera estadual (MARINHO 2019). Com isso, uma reorganização dos

⁵¹ É de grande importância destacar que este trabalho é resultado de uma pesquisa PIBIC UESPI 2020-2021, intitulada “Das Delegacias de Saúde aos Postos de Higiene: a prevenção e a terapêutica das enfermidades no Piauí entre as décadas de 1890 a 1950”, sendo orientada pela Professora Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

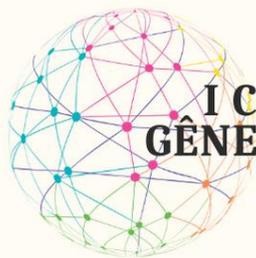


serviços nos postos de higiene foi feita pelo Interventor Leônidas Mello, com a distribuição em distritos, pretendendo obter mais eficiência na organização pública (MARINHO, 2013). A partir de 1940, com uma maior organização hospitalar baseada na medicina social, foi possível a construção do Hospital Getúlio Vargas (SILVA, 2010), prestando serviço para a população pobre. Com o fim do primeiro Governo Vargas e a instabilidade política, há uma estatização dessas políticas, sem grandes avanços e incentivos governamentais. A pesquisa analisa de que forma funcionavam os serviços públicos nas Delegacias de Saúde e Postos de Higiene no Piauí. Para isso, busca-se identificar como estes órgãos se organizavam e como os médicos piauienses faziam para prevenir a disseminação dos surtos de doenças. A pesquisa foi realizada através de fontes primárias, como: jornais, revistas médicas e relatórios governamentais. Autores como Araújo (2012), Hochmam (2002), Marinho (2013, 2019), Silva (2010), foram essenciais para a realização inicial da pesquisa, por abordarem desde o contexto histórico do Brasil, até as especificidades do Piauí. Dessa maneira, os postos de saúde e as delegacias de higiene começaram a ser implantados na Primeira República, porém, o funcionamento era irregular e havia poucos estabelecimentos para suprir a necessidade de todo o território piauiense, além das dificuldades de funcionamento, da falta de profissionais qualificados e materiais necessários, dificultando o atendimento e tratamento da população.

Palavras-Chave: História da Saúde. Políticas públicas. Postos de Higiene. Delegacias de Saúde.

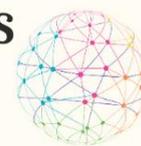
A partir do início da Primeira República, o setor da saúde sofreu as influências do contexto político-social pelo qual o Brasil vinha passando ao longo de sua história, tomando as doenças como problemática. O Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, que deveria ser tido como referência no país, apresentava um quadro sanitário caótico, devido à presença de diversas doenças, como: malária, varíola, febre amarela e a peste. (GUIDINI, 2012).

O Brasil, inspirado em ideais modernizadores advindos da Europa, visando o embelezamento e, principalmente, a salubridade das cidades, priorizava a capital, podendo ser possível notar essas mudanças já no início da década de 1890 com medidas reformadoras. De acordo com Cláudio Filho (1996), durante boa parte da Primeira República, os poderes públicos passaram a dar mais atenção ao saneamento, aos males urbanos e, principalmente, aos portos comerciais, uma vez que a má fama do Brasil estava se espalhando principalmente pelo mundo europeu, e sua capital ficara conhecida como túmulo dos estrangeiros, por conta da alta mortalidade acometida pelas doenças, fazendo com que o fluxo migratório caísse



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



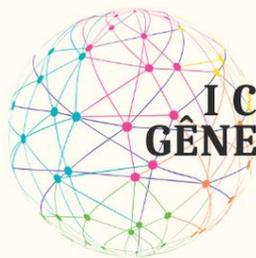
drasticamente, prejudicando a economia agroexportadora. Em 1896, a lei n.º 432 tornava o serviço sanitário como programa de saúde municipal, onde deveria promover o saneamento de todas as regiões afetadas ou ameaçadas pelas epidemias. Por conta da desordem sanitária, foi criado também, o Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP), em 1897, sob a direção do médico sanitário Oswaldo Cruz, responsável por dirigir os serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, fiscalização do exercício da medicina e da farmácia e o estudo sobre as doenças infectocontagiosas. (TEXEIRA, 1995).

Mesmo com um incentivo tímido dos poderes públicos para organizar a saúde pública no país, as campanhas autoritárias eram vistas com medo e desconfiança pela população, juntamente com a insatisfação com os serviços públicos, acarretando um episódio de resistência a uma campanha de vacinação contra a varíola, conhecida como Revolta da Vacina, em 1904, onde tornava a vacinação obrigatória para todos. Nessa época, a estrutura administrativa de saúde era centralista, ligada a um corpo médico geral proveniente da oligarquia de origem agrária que dominou a Primeira República. (GUIDINI, 2012). As novas estruturas de saúde pública vinham desde 1910, com um processo lento e contínuo de reformas na expansão do serviço de saneamento e profilaxia rural, em especial no combate de endemias rurais, como a malária, doença de Chagas e ancilostomíase.

No contexto geral, em “A era do Saneamento”, Gilberto Hochman aborda as bases políticas públicas de saúde no Brasil, revelando que:

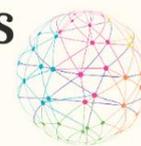
A centralidade assumida pelas políticas de saúde pública e saneamento no Brasil da Primeira República se desembocou no processo de construção do Estado Nacional. Essas políticas são cruciais para o alargamento da presença do Estado na sociedade e território brasileiro. (HOCHMAN, 1998: 241).

Com esse período de instabilidade política e atraso na saúde pública nas primeiras décadas do século XX, foi possível notar a lenta transição da medicina curativa, que se contentava com a cura e tratamento dos enfermos, para uma medicina preventiva, que além de se preocupar com a cura e tratamento das doenças, buscava medidas profiláticas para evitar o



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

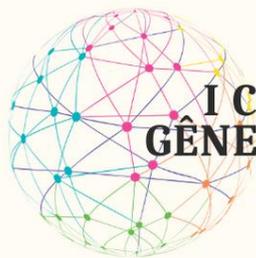
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



alastramento de endemias e epidemias. De acordo com Acurcio (1999: 3), “Além das ações governamentais, o Brasil contava com a ajuda filantrópica desde o período colonial, das Santas Casas de Misericórdia, que também possuíam estruturas precárias e viviam de subsídios governamentais e da caridade da elite”, que era a opção mais viável para classes pobres que não possuíam aportes financeiros, uma vez que as Santas Casas tentavam proporcionar um bem estar social que suavizasse a miséria dos pobres.

A partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, as ações de saúde coletiva chegaram ao auge do sanitarismo campanhista, marcadas pelas práticas de saúde pública e previdenciária, promovendo a adoção de campanhas sanitárias, destinadas a combater epidemias urbanas e, posteriormente, endemias rurais. Segundo Nadja Figueiredo (2017), “A saúde pública estava voltada para as melhores condições de vida para as populações que constituíam as massas urbanas que não possuíam condições sanitárias mínimas”, essa atenção dada a esse setor social só se deu após inúmeras reivindicações dos trabalhadores quanto às suas condições de salubridade e higiene no ambiente de trabalho. Com isso, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), com o intuito de garantir melhores condições de saúde, salubridade, higiene e educação a população, com um ministério específico voltado para essas questões.

Em 1937, há a instauração do Estado Novo e, com isso, no plano das políticas de saúde pública, há uma maior centralização dos serviços. Nesse período de 1938 a 1945, o Departamento Nacional de Saúde (DNS) é reestruturado, voltando a atenção para as atividades sanitárias em todo o país, com uma maior proteção ao trabalhador em questões relativas à saúde. Em 1942, é criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com atuação voltada para áreas não contempladas por serviços tradicionais, com a criação de postos de higiene permanentes, centros de saúde e postos rurais, com maior assistência médica. (ACURCIO, 1999). É possível notar que o foco da saúde pública estava voltado para a preservação da força de trabalho, garantindo o crescimento industrial do país, uma vez que a assistência à saúde era direito somente aos trabalhadores, enquanto o resto da população que não possuía recursos financeiros



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

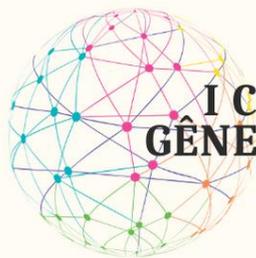


vivia às custas de hospitais filantrópicos, além da questão cultural, abordada por Nicolau Sevcenko (2003), onde a ideia de um povo saudável estava associada à alta civilização.

Ao final do primeiro governo Vargas, caracterizado pela institucionalização, profissionalização e burocratização da saúde pública, esta deixou de ter prioridade na agenda estatal, fazendo com que o Brasil passe por uma experiência pluralista, de instabilidade democrática, com uma rápida urbanização gerido por governos liberais e populistas. As atividades assistenciais em comunidade se dão somente por conta da mobilização popular a favor dos seus direitos civis, uma vez que o serviço de saúde continuava priorizando, em sua maioria, trabalhadores formalmente empregados. Em 1953 foi criado o Ministério da Saúde, a fim de proporcionar uma maior atenção voltada a saúde, que visava contemplar toda a população. (SOUZA, 2014). Durante todo esse período, algumas medidas foram efetivadas pelo Estado, em sua maioria na capital, o Rio de Janeiro, enquanto estados do interior do Brasil não eram tão contemplados, como é o caso do Piauí.

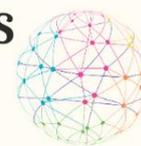
As condições do Piauí não estavam satisfatórias muito antes da Proclamação da República, contribuindo para o aumento da insalubridade e, conseqüentemente, para o aumento e disseminação das doenças. Com menos de meio século da mudança de capital, de Oeiras para Teresina, várias doenças puderam ser observadas, como: varíola, sífilis, tuberculose, febre amarela e malária, que já acometiam a população, principalmente os setores pobres. Para o tratamento, além das Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, como também do Hospital Miguel Couto de Floriano, que contavam com o pagamento de subvenções pelo governo do Estado, havia poucas Delegacias de Saúde e Postos de Higiene, que não funcionavam adequadamente, servindo apenas de forma simbólica. Com isso, é possível notar o início de uma preocupação do Estado no tratamento das doenças que assolavam o território e aos poucos a transição de uma medicina curativa para uma medicina social de caráter preventivo.

Na última década do século XIX, a proposta dos governos estaduais do Piauí era institucionalizar a saúde pública, onde visava salubridade em detrimento da saúde individual e coletiva. (SILVA, 2010). A parceria entre governo federal, estados, municípios e associações



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



privadas foi essencial para a medicalização da sociedade, a fim de implantar uma ideologia modernizadora no país, uma vez que a assistência sanitária se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, ao Asilo dos Alienados e ao hospital de Floriano. (ARAÚJO, 2012). Aos poucos, com as políticas intervencionistas e sociais do governo federal, as políticas de saúde pública se constituíram e integraram os estados piauienses, porém não de modo efetivo, apenas melhorias em hospitais já existentes.

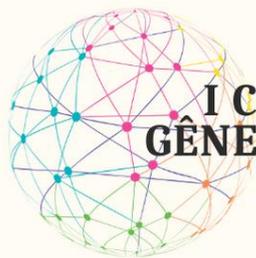
A exemplo disso, nos relatórios governamentais do Estado, no ano de 1890, o Presidente do estado, Gabino Besouro⁵², reclamava da falta de profissionais médicos para exercer cargos de delegados/inspetores de higiene, já que havia cinco delegacias existentes no estado, só que pela falta de profissionais, esses serviços públicos estavam agindo de forma ineficiente, funcionando de forma regular apenas o da capital Teresina. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1890). A preocupação aumentava, uma vez que no ano de 1889, as condições sanitárias haviam sido consideradas ruins, tendo desenvolvido moléstias endêmicas como a malária, uma epidemia de sarampo propagada na capital, que depois se espalhou para as cidades e vilas do interior, juntando com o agravante da seca, aumentando ainda mais o número de mortos. As verbas destinadas à saúde pública eram insuficientes, servindo basicamente para o pagamento de servidores públicos, não alterando em quase nada a estrutura do estado.

No mandato do governador, Raimundo Arthur de Vasconcelos⁵³, em um relatório enviado à Câmara Legislativa, em 1897, ele critica como o estado se encontrava:

[...] Infelizmente, durante o meu governo, o estado sanitário, em geral, não foi bastante satisfatório. [...] O serviço de hygiene, em todo o Estado, tem sido dirigido exclusivamente pelo inspector de saude que, além disso, acumula as

⁵² Presidente nomeado pelo Governo Federal, presidiu, no período republicano, o estado do Piauí de 23 de agosto a 19 de outubro de 1890. GABINO BESOURO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://cutt.ly/ZkMNJWE>> Acesso em: 04 jan. 2021.

⁵³ Governador do Piauí eleito pelo voto direto, o qual exerceu o mandato de 1 de julho de 1896 a 30 de junho de 1900. RAIMUNDO ARTUR DE VASCONCELOS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://cutt.ly/okMNVHj>>. Acesso em: 04 jan. 2021.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

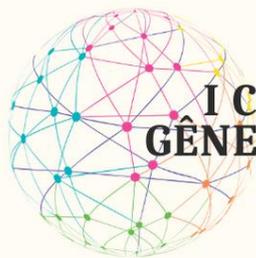


funções de medico da força estadual, policia e Santa Casa [...].
(RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1897: 9).

Pode-se notar que, o serviço de higiene era de total responsabilidade do inspetor, não havendo profissionais específicos e nem departamentos adequados para cada função, sobrecarregando os funcionários e, sendo mal executado. No final do século XIX, o órgão de saúde local era a Inspetoria de Higiene Pública⁵⁴, que não passava de um símbolo, por conta da falta de médicos, pela falta de organização administrativa e falta de verbas para investimentos. As Delegacias de Higiene estavam localizadas em Teresina, Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Nossa Senhora do Corrente, onde das dezenove, só seis delegacias funcionavam, enquanto a maior parte do território, a população ficava sem assistência nenhuma ou era atendida precariamente. A administração pública foi reorganizada a partir da criação da Diretoria de Saúde Pública, em 1898, não ocorrendo alterações nos serviços regulares de saúde, pela dificuldade na regularização de serviços e falta de profissionais qualificados que exercessem a função de delegados de higiene, fazendo com que não haja mudanças notáveis na saúde até o final do século XIX. (MARINHO, 2018).

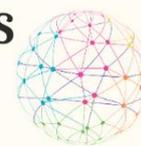
Na primeira década do século XX, a capital piauiense, Teresina, apresentava sinais urbanos limitados, além do crescimento acelerado do comércio, sinônimo de progresso, mas também houve uma segregação espacial com o surgimento das periferias, marcando a pobreza e as desigualdades com a precarização das moradias, carências ligadas diretamente ao saneamento básico, iluminação pública, água encanada, entre outras questões. As periferias passaram a ser palco de doenças, precariedade e regressão nos âmbitos social, cultural e econômico, era preciso criar serviços sanitários para fundamentar uma consciência nacional de saneamento como questão central. A saúde pública se tornou tema de destaque a partir do movimento sanitaria das décadas iniciais da república, o qual evidenciava o Piauí como espaço do interior do país que estava abandonado, atrasado e cheio de doenças. (ARAÚJO, 2012).

⁵⁴ Restrita ao combate da disseminação de epidemias até as primeiras décadas do século XX. (MARINHO, 2018).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

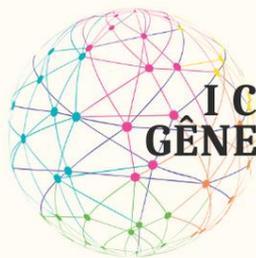


A partir de 1910, as discussões em torno da criação de repartições públicas e das questões sanitárias se tornaram mais recorrentes, com ações mais efetivas no campo da saúde pública. Todavia, com a escassez de recursos, o atendimento médico à população continuava bastante reduzido na capital, e nos municípios a situação era ainda pior, se restringindo apenas em caráter emergencial. Ao final dessa década, algumas medidas estatais sanitárias foram criadas no Piauí, com instituições públicas preocupadas com a prevenção de doenças/alastramento de epidemias, adotando propagandas educativas, exames e vacinações. (SILVA, 2019).

Na década de 1920, iniciou-se a construção de uma cultura sanitária de forma mais organizada, com a relação entre governo federal, estados e municípios e a relação entre saúde pública e assistência médica, começando uma fase que pode ser identificada como uma tentativa de medicalização teresinense⁵⁵. Começa a haver algumas iniciativas visando medidas de saneamento em Teresina e nas localidades rurais, para conter, principalmente, a malária e as verminoses. Surgem comissões compostas por médicos, delegados de polícia e o Presidente da Câmara Municipal, visando orientar a população sobre as regras de saúde, uma vez que todos esses serviços obedeciam às funções de polícia sanitária e medicina preventiva, normas de serviços oficiais de saúde pública.

Com a atuação do Estado, o primeiro posto de saúde no estado do Piauí é instalado na capital, em 1921, Posto de Saúde Clementino Fraga, sinônimo de civilização e modernidade, com a prestação de serviços ambulatoriais, serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas e tuberculose, tratamento de doenças infectocontagiosas, assistência médica de urgência, vacinações e revacinações contra varíola, além de serviços domiciliários, através da polícia sanitária que realizava inspeções visando a fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento para suas doenças, sendo de extrema importância para quem não morava em Teresina e para os indigentes e doentes pobres que precisavam de assistência. (MARINHO,

⁵⁵ As políticas públicas sempre privilegiaram mais a capital, uma vez que Teresina precisava ser a referência em modernidade, mas ainda apresentava condições precárias de vida, com ineficiência na infraestrutura básica de abastecimento de água potável, postos de saúde sem aparelhamento necessário para o atendimento de doentes e sujeira predominante nas ruas da cidade. (SILVA, 2010).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

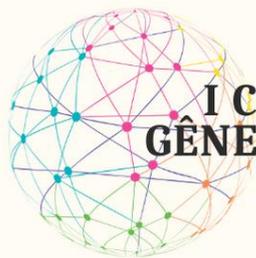


2019). Assim, havia propostas governamentais para ampliar os atendimentos que se encontravam concentrados somente na capital e posteriormente, foram instalados outros postos que atendessem as necessidades do estado, como o de Parnaíba em 1925, além de postos, também Delegacias Sanitárias nos demais municípios. Uma das mudanças mais significativas foi a transição da medicina curativa, que visava atender os enfermos, principalmente quando as epidemias assolavam o território piauiense, para a medicina social de caráter preventivo, visando a profilaxia para evitar que as doenças acometessem os cidadãos. Além disso, há o início da descentralização de políticas públicas que se concentravam na capital Teresina e nas cidades próximas do rio Parnaíba, havendo uma maior preocupação com o espaço rural e as endemias.

Assim, as Delegacias de Saúde, eram responsáveis por fiscalizar e atuar sobre o estado higiênico dos espaços públicos e privados, enquanto os Postos de Higiene eram mais propriamente encarregados da profilaxia, tratamento dos enfermos e vacinações, começando a ser implantados a partir do início da centralização do Estado republicano, atendendo a necessidade da população de forma mais adequada, com profissionais suficientes e especializados para cada área.

Com o primeiro governo de Getúlio Vargas em execução a partir de 1930, se inicia no período um movimento visando a problemática social da saúde através de ações políticas, por meio da esfera estadual, devendo ser enfrentada por meio de ações assistenciais. Dessa forma, ocorreu ainda em 1930, no Piauí, a reorganização da Diretoria de Saúde Pública, uma vez que no período anterior, o órgão atuava meramente de forma simbólica. As reformas da diretoria pretendiam aumentar a assistência médica abrangendo todo o território, com clínicas médicas, cirúrgicas e obstétrico-ginecológicas. (MARINHO, 2019).

A presença do setor médico na gestão da saúde pública foi uma importante mudança em relação à Primeira República, uma vez que eles incorporavam a medicina preventiva em suas atividades, que ia desde o cuidado e proteção da infância nos primeiros anos de vida, fazendo com que os índices de mortalidade, principalmente infantil, caíssem drasticamente.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

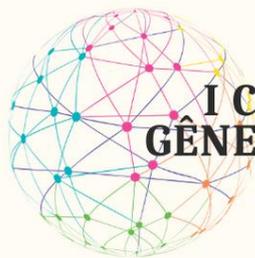
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Algumas inspetorias de saúde foram criadas voltadas para as moléstias que assolavam o período, baseadas no saneamento e profilaxia rural, moléstias venéreas e lepra e higiene escolar. Em 1934, foi ampliada a assistência médica no interior do Piauí, instituindo Delegacias de Saúde nos municípios, com quinze unidades de atendimento. Todo esse investimento significativo na infância para a glorificação da pátria. (MARINHO, 2014). Na teoria, a assistência médica deveria abranger todo o território, mas o que se podia notar era que somente na capital os postos e inspetorias funcionavam regularmente, enquanto no interior do estado grande parte da população vivia sem assistência médica ou era atendida precariamente.

Com o início do Estado Novo, houve uma maior intervenção dos médicos higienistas na construção do Estado Nacional, as mães e as crianças passaram a ser elementos importantes para a formação de políticas públicas de ordem higiênica. Segundo Joseanne Marinho (2014), em 1938, o interventor federal, Leônidas Mello, reorganizou os serviços sanitários, a fim de proporcionar uma maior eficiência e enquadramento das exigências técnicas, proporcionando a criação do Departamento de Saúde Pública (DSP) em Teresina, ficando melhor divididos os três distritos do estado. Os postos de higiene em Campo Maior, Barras, Valença, União e Amarante, formavam o primeiro distrito que tinha como sede a capital Teresina, o segundo distrito com sede em Parnaíba era formado por postos de higiene em Piracuruca, Porto Alegre, Pedro II e Piripiri, e o terceiro distrito com sede em Floriano, possuía postos de saúde em Oeiras, Picos, Bom Jesus e São João do Piauí, ofereciam consultas, exames e distribuição de medicamentos priorizando mulheres e crianças, tentando contemplar o máximo de cidades possíveis.

Na década de 1940, ocorreu uma centralização federal, a fim de otimizar a saúde pública do estado e uma consolidação do Departamento Estadual da Criança (DEC), criando uma consciência voltada para a manutenção e desempenho da saúde na infância. Com o início da construção do Hospital Getúlio Vargas em 1941, começa a haver uma maior organização no estado do Piauí, com uma administração direta, promovendo a criação no mesmo ano do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado do Piauí, colaborando com um plano hospitalar para o Estado. (SILVA, 2010). Com o fim do Estado Novo e, conseqüentemente, o governo de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Getúlio Vargas, há a instalação de outro grupo político no Piauí, ocorrendo a extinção de alguns serviços de saúde, demonstrando que as prioridades haviam mudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ACURCIO, Francisco. **Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ARAÚJO, Romão. **“Saúde, uma de nossas reais necessidades”**: o processo de **institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

ATANÁSIO, Francisco. **O médico e os monstros: a atuação de José Cândido Ferraz em meio aos conflitos políticos e aos incêndios criminosos em Teresina na década de 1940**. Vozes, Pretérito & Devir Ano VI, Vol. IX, Nº I (2019) Dossiê Temático.

FIGUEIREDO, Nadja. **Políticas públicas de saúde: aportes para se pensar a trajetória histórica brasileira**. Revista Desafios – v. 04, n. 01. Tocantins, 2017.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. Editora Ática, 1996.

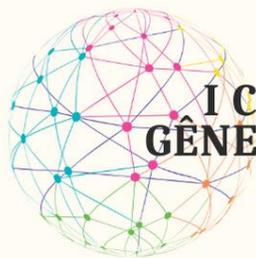
GALVÃO, A. J. Administração dos Correios. **O Piauí**. Teresina, ano 1892, n. 66, p.2, 18 de agosto de 1892. Disponível em: <<https://cutt.ly/TkMN213>>. Acesso em: 28 dez 2020.

GUIDINI, Cristiane. **Abordagem histórica da evolução do sistema de saúde brasileiro: conquistas e desafios**. Monografia de conclusão de curso. Tio Hugo, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. **Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

MARINHO, Joseanne. **A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945)**. XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento, 2014, Teresina. Anais Eletrônicos, 2014. p. 01-15.

_____. **As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945)**. Vozes, Pretérito & Devir Ano VI, Vol. X Nº I. Teresina, 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



_____. **“Manter sadia a criança sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940.** Jundiá: Paco Editorial, 2018.

_____. **Sobre o cuidar do “futuro do Brasil”: o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929).** ANPUH-Brasil. Recife, 2019.

PIAUHY. Governo 1890. **Relatório com que o Sr. 1º vice governador do estado do Piauí Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Cabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890.** Therezina: Typ. De Honorato Souza, 1890.

_____. Governo 1897. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos no dia 1º de julho de 1897.** Therezina: Typ. Do Piauí, 1897.

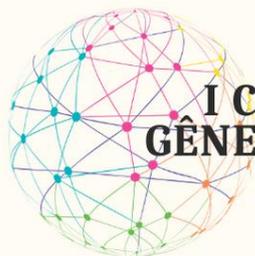
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ieda. **A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945.** In: II Simpósio de História da UESPI/CCM. I Semana de História da UESPI/CCM, 2010, Teresina. II Simpósio de História da UESPI/CCM/. I Semana de História da UESPI/CCM. Teresina: UESPI, 2010.

SILVA, Rafaela. **O Piauí na rota do discurso sanitarista nacional: os postos sanitários e a saúde pública local.** ANPUH-Brasil. Recife, 2019.

SOUZA, Luís. **Saúde pública ou saúde coletiva?** Revista espaço para a saúde. v. 15, n. 4. Londrina, 2014.

TEXEIRA, Luiz. **A década de 1910 e o Instituto Pasteur.** Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1995.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



DA MATERINIDADE COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA O SER MULHER? UMA PERSPECTIVA À PARTIR DA REVISTA PAIS E FILHOS (1968-1972)

Thayná Guedes Assunção Martins

Universidade Estadual do Piauí -UESPI, Licenciatura Plena em História, e-mail:

thaynaguedes1996@gmail.com

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professora Adjunta da
Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

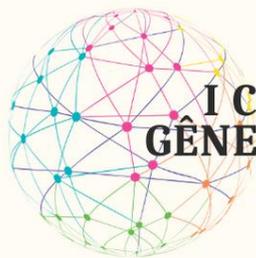
PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail:

joseannezsm@gmail.com

Resumo: Este artigo, aborda perspectivas em torno do que era ser mãe a partir do olhar da Revista Pais e Filhos, bem como as abordagens que o referido periódico traz sobre a não maternidade, em um período datado entre o final da década de 1960 e início da década seguinte, considerando-se que este possui uma dinamização da inserção da mulher no mercado de trabalho e na educação, além da maior acessibilidade a métodos contraceptivos. Assim, busca-se compreender como a maternidade era vivenciada junto às mulheres no período de 1968 a 1972, em um âmbito nacional. O interesse pela maternidade tem vivenciado constantes transformações na atualidade, com as mulheres cada vez mais priorizando desenvolvimento profissional e/ou educacional do que uma vida com filhos ou mesmo marido, fortalecendo a ideia de não maternidade como um interesse pessoal. Para tanto, a proposta dessa pesquisa percorre um caminho sobre como as mulheres passaram a serem vistas como objeto de estudo dentro do campo da história, bem como sua ascensão junto aos espaços públicos, deixando de obedecer a padrões pré-estabelecidos de orientação conservadora, os quais indicavam a elas o pertencimento ao espaço privado e o desempenho exclusivo das funções tradicionais. Desse modo, este artigo tem a seguinte problemática: a maternidade ainda era considerada uma condição essencial para o ser mulher durante o período de 1968 a 1972 na Revista Pais e Filhos? Em busca de uma resposta foi criado o objetivo de compreender os variados olhares destinados ao ser mulher/mãe em um contexto nacional. Nisso, foram utilizadas bibliografias de autores como Rago (2018), Badinter (1985), Burke (1992), Freire (2006), dentre outros, sendo usada como fonte primária a Revista Pais e Filhos. Logo, o desempenho da maternidade passou por diversas transformações no decorrer do período histórico, passando a ser entendida em certos momentos da história feminina como uma forma de resistência da mulher às imposições da sociedade, haja vista as grandes conquistas obtidas ao ser feminino nas lutas e movimentos, a saber, as várias ondas do movimento feminista.

Palavras-Chave: História. Maternidade. Revista Pais e Filhos.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

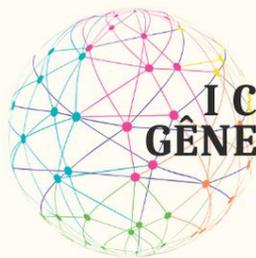


As décadas de 1960 e 1970 configuraram grandes mudanças no cenário referente aos objetos de estudos no campo histórico. No entanto, esse processo de expansão dos campos de pesquisa junto à História se torna mais expressivo bem antes, ainda no período a partir da década de 1920, sendo esse recorte colocado como uma das possibilidades de marco, na perspectiva de alguns autores. Burke (1992), destaca que a nova história está associada aos autores Lucien Febvre e March Bloch, os fundadores da revista *Annales* em 1929, que a utilizaram para divulgar sua abordagem, interdisciplinar e de ampliação de novos objetos de estudo pela História.

Os estudos sobre a história das mulheres tiveram a contribuição da ampliação dos temas relacionados à história, possibilitados pelas novas gerações da Escola dos *Annales*, principalmente nas questões em torno da maternidade e da inserção das mulheres no mercado de trabalho, contrariando nesse último a ideia de que a vida feminina deveria estar restrita apenas ao lar e ao papel materno. Nisso, esta pesquisa, trata de perspectivas sobre ser mãe através do olhar da Revista *Pais e Filhos*, tendo como orientação as abordagens que o referido periódico traz em relação ao não exercício da maternidade, entre o final da década de 1960 e início da década seguinte,

Assim, torna-se necessário entender de que forma a maternidade influenciava o cotidiano das mulheres no período de 1968 a 1972, em um contexto nacional. O próprio desejo sobre maternidade tem vivenciado constantes mudanças na atualidade, com uma considerável parcela do universo feminino priorizando a busca pelo sucesso profissional e/ou educacional do que uma vida com filhos, solidificando a ideia da não maternidade como um interesse pessoal em detrimento de ter filhos. O conceito de que a maternidade continua a ser uma vontade inata das mulheres está perdendo espaço, tendo como elementos fundamentais nesse cenário a maior participação das mulheres em setores do mercado de trabalho antes exclusivos para homens ou mesmo e na educação, inclusive a nível superior.

Esta pesquisa tem o seguinte questionamento: a maternidade ainda era considerada uma condição essencial para o ser mulher durante o período de 1968 a 1972 na Revista *Pais e Filhos*? Para obter a resposta de tal problemática foi criado como objetivo compreender os diversos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



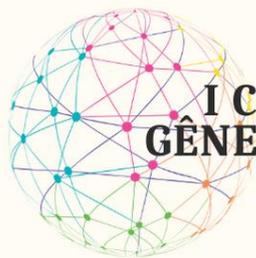
olhares propostos ao ser mulher/mãe no âmbito nacional. Logo, foram usadas as contribuições dos autores Rago (2018), Badinter (1985), Burke (1992), tendo sido utilizadas como fonte primária a Revista Pais e Filhos. Nisso, o desempenho da maternidade passou por diversas mudanças no decorrer do tempo, passando a ser observada em determinados momentos da história feminina como uma maneira de estabelecer uma relativa resistência da mulher as imposições da sociedade ainda predominantemente masculina, defendendo a limitação do público feminino ao lar e a maternidade.

Resultados e Discussões

É possível perceber o avanço e abertura para o estudo de novos campos de pesquisa dentro da História, de modo a ultrapassar e romper com o paradigma tradicional de estudos históricos. Assim, dando espaço aos estudos em torno do feminino, o que surge com uma abordagem a primeiro momento como história da mulher, sendo percebido que o referido termo não mais suportava as pesquisas junto a temática, pois apenas a distinção entre os sexos -homem e mulher- não abrigava os aspectos em torno da investigação, haja vista que não há uma singularidade quando relacionada a mulher.

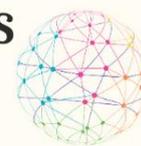
Amplia-se, portanto, o termo para história das mulheres, no qual emerge em um contexto ainda de muitos olhares preconceituosos e de descrédito por parte dos conservadores, processo que se dá também na Europa. No entanto, houve fatores que serviram de grande suporte para a consolidação desse campo de pesquisa no Brasil, como o texto produzido por Joan Scott, intitulado como Gênero: uma categoria útil de análise histórica, de 1990, no qual se tornará uma leitura obrigatória para que todos pudessem compreender melhor do que tratava essa nova abordagem de pesquisa.

Assim como a forte presença das mulheres no âmbito acadêmico, quer seja como alunas, quer seja como professoras, uma crescente desde a década de 1970, acompanhada das várias inquietações femininas, onde buscava-se a visibilidade das temáticas em torno da mulher, a saber, história da vida privada, do amor, do aborto, da maternidade, dentre outras. (RAGO, 1998)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



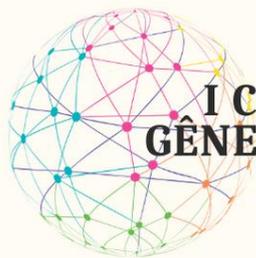
Nota-se que a consolidação do uso de pesquisas em torno da história das mulheres, ampliando os estudos de outrora que giravam em torno da história da mulher, emerge com novas perspectivas, mas não sem relutância por parte, especialmente dos conservadores, que não viam nas temáticas em torno do feminino grandes objetos de saber. Porém, possuindo também o apoio de grandes pensadoras, intelectuais já inteiradas de pesquisas nesse ramo, sobretudo na Europa, local em que o processo se dá a primeiro momento, e vai se expandido por grande parte do Ocidente, até mesmo no Brasil, tornando um campo de saber a grandes passos de concretização. Contudo, há o tempo em que a segunda terminologia também se torna insuficiente ao campo de investigação.

Rago (1998), afirma que é a partir das décadas de 1980 e 1990 que há uma mudança dos estudos em torno da história das mulheres para a categoria gênero, apesar de ser um processo que ocorre com relutância por parte de algumas feministas, por considerarem o deslocamento do foco do sujeito mulher para a análise das relações de gênero. Seguindo ainda o pensamento da mesma autora, é possível perceber na citação abaixo que:

O universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistema de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente. (RAGO, 1998, p.92,93).

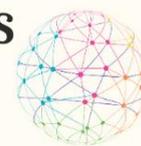
Essa perspectiva mostra que os estudos de gênero surgem para explicar que as diferenças entre homens e mulheres se encontram para além da concepção biológica, mas perpassa os aspectos culturais, de modo que as características atribuídas ao papel da mulher não foi algo biológico, mas sim cultural, onde isso precisava e precisa ser evidenciado. Sendo compreendido que o campo de pesquisa gênero não nega a importância da biologia, no entanto, analisa que não é apenas por esse viés que o indivíduo é explicado.

Ainda em Rago (1998), esta propõe que a categoria de análise gênero não vem substituir as anteriores, mas sim, busca-se a ampliação do campo de investigação nas dimensões das práticas sociais e individuais. Com isso, compreende os estudos de gênero como uma ampliação



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



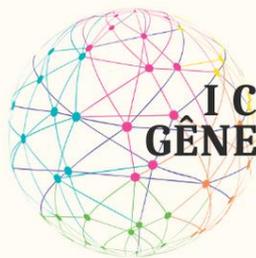
das investigações históricas, que não mais se dispõe apenas sobre as verificações a respeito das mulheres, das relações binárias e de igualdade nos setores sociais e profissionais, mas que abrange ao âmbito sexual, dispondo de novos campos para pesquisa.

Os estudos de gênero apresentam uma maior complexidade por estar relacionado a aspectos políticos e sociais, a partir do movimento feminista nos anos de 1960-1970, encontrando-se localizados na França e nos Estados Unidos, com o primeiro marcado por um movimento mais brando, e no segundo é que pôde ser visualizado um processo com características de lutas, como aponta Queiroz (2013), que na França, o processo de institucionalização do campo de história das mulheres se deu não em forma de confronto, mas sim aliada a pesquisadores homens que já dispunham de pesquisas na área, ou seja, sobre a mulher na história. Portanto, a categoria gênero vem em meio a um novo marco no campo histórico, o de dar visibilidade, não somente as diferenças acentuadas no binarismo, homem-mulher, mas demonstrando a importância nas relações de igualdade entre os gêneros em todos os aspectos, a saber, sociocultural, econômico, dentre outros.

A chamada virada cultural ocorrida por volta da década de 1960, onde os estudos em torno das mulheres ganham força, juntamente com diversos direitos alcançados por estas, através dos movimentos feministas, aqui destacando a segunda onda do movimento que tem início nos Estados Unidos, e posteriormente se espalha sobre o mundo ocidental. Como sugere Queiroz (2013), se no dado período demarcado pela década de 1960, ainda em fase inicial, se tem como questão central um caráter político, através das questões profissionais e sociais.

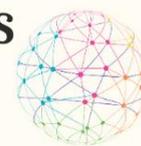
Nesse sentido, o estudo sobre a maternidade ganha destaque e pesquisas, inclusive sobre o gênero, compreendida nem sempre como sinônimo de valorização da mulher em meio a sociedade, como pode ser percebido nos estudos de Badinter (1985), ao apontar que na Idade Antiga prevalecia a autoridade paterna e marital, não havendo espaço para valorização feminina sobre a maternidade, tendo a mulher uma condição jurídica sempre menor que a do marido, semelhante à dos filhos e filhas, onde o marido tem autoridade absoluta no lar.

Portanto, a relação de submissão da mulher ao ser masculino, devendo respeito e obediência à primeiro momento ao pai e posteriormente ao marido, outrora se encontrava em



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

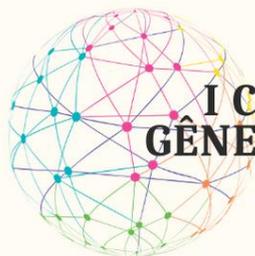
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



um patamar ainda mais subjugado, sem a sua valorização nem mesmo diante do aspecto materno, o que posteriormente, com os novos interesses da sociedade em controlar o ser feminino, passa a ser motivo de prestígio no meio social. Assim, cabia a mulher e ao filho pouca ou nenhuma importância na constituição familiar já que os papéis de relevância na sociedade permaneciam pertencente ao universo masculino, no pai ou marido, no caso das mulheres casadas ou que ainda não possuíam interesse ou proposta de casamento.

É possível perceber que ao passo que as atribuições ao ser infantil foram tomando forma, foi exigida pela sociedade uma maior responsabilidade sobre o mesmo. Com isso foi dado à mulher esse lugar de destaque sobre a maternidade, não sem haver interesses controladores sobre essas atitudes de prestígio diante daquela na qual advém o poder de gestar, bem como é dela que é julgado possuir como condição inerente à sua existência, o amor materno. O que é amplamente difundido na e pela sociedade, e que já foi desmistificado pelos estudiosos, a exemplo o livro de Badinter, intitulado como *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Contudo, essa é uma concepção que se encontra em voga até a atualidade em muitas das mentalidades masculinas, e até mesmo femininas.

Seguindo essa ótica de valorização da maternidade é que a *Revista Pais e Filhos* aborda uma série de artigos nos quais carregam em si um verdadeiro manual sobre o maternar. A princípio a gravidez, sendo essa a primeira fase da mulher-mãe, ao encontrar-se gestando sua prole. A *Revista Pais e Filhos* em torno da gravidez tinha como objetivo oferecer às mulheres gestantes informações de como ser a mãe ideal e proteger a futura existência dos seus filhos por meio de cuidados com alimentação, atividades físicas, trabalho, dentre outros.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



FIGURA 1 – GUIA DA FUTURA MAMÃE



FONTE: REVISTA PAIS E FILHOS, DEZEMBRO DE 1971.

Na reportagem do início dos anos 1970 retratada na Figura 1, carrega consigo uma significativa representação da mulher que se encontra diante de sua natureza materna e também feminina, percebida na atividade de bordado, provavelmente de uma peça de roupa para seu futuro filho. É possível perceber no sentar-se de uma cadeira de balanço, com uma roupa confortável e a sua barriga já aparentando o seu gestar, expressando uma serenidade, ao menos aparentemente, à espera de seu bebê. Porém, ao lado já vem em tamanho considerável o título do artigo, no qual indica que apesar dessa mulher encontrar-se supostamente tranquila à espera de sua prole, esta necessita conhecer melhor sobre como proceder junto ao seu filho, a começar da gravidez. Nesse sentido, a Revista inicia a reportagem destacando que:

Cada bebê que nasce faz sua mãe se sentir como a única entre as mulheres. Basta ouvir uma conversa de mães futuras ou recentes – a quantidade de detalhe a respeito do que estão sentindo (ou mal acabaram de sentir) é tamanha, que se diria que nenhuma gravidez ocorre igual. É claro que todas são marcadas por características pessoais – de organismo e de temperamento. Mas há um desenvolvimento – padrão que é bom ser conhecido, não apenas por informação, mas, principalmente, para que qualquer desvio mais sério seja imediatamente identificado e comunicado ao médico assistente. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1971, p. 12)

**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS**
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

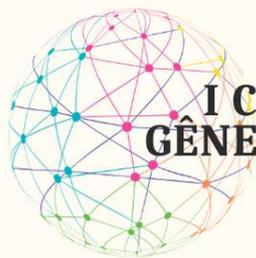
A revista iniciou com a ideia de serenidade sobre a mulher à espera de seu filho ou filha junto à imagem. Continuou intensificando sobre as diversas emoções que se encontram em torno da futura mãe ou mesmo da mulher mãe iniciante. O periódico aponta que mesmo a maternidade se mantendo de maneira singular sobre cada mulher, com suas emoções e comportamentos, há saberes que estas devem se deter, até mesmo como uma ajuda, sobre atenções que devem ser dadas durante o período gestacional. O que pode ser considerado aparentemente normal na gestação e o que pode ser avaliado como sinal de alerta e, portanto, indício para ir ao encontro do médico especialista.

Contudo, aos poucos a maternidade a partir mesmo da Revista Pais e Filhos, nem sempre foi vista como uma questão de interesse por parte de todas as mulheres, apesar de haver um posicionamento, em geral, tradicional, voltado para a maternidade como destino feminino. Mesmo diante desse cenário, a Pais e Filhos abordando em suas publicações, papéis de incentivo à maternagem, houve momentos em que fez uso de reportagens que tratavam sobre o mito do instinto materno. Como é o caso da publicação de 1971 intitulada “Você é obrigada a ter filhos?” Tendo como base um artigo publicado na Revista norte-americana *Look*, na qual propunha a maternidade como obstáculo às realizações femininas. Nisso, a Revista Pais e filhos, publicou de forma condensada o referido artigo americano, trazendo como abertura a figura 2:

FIGURA 2: VOCÊ É OBRIGADA A TER FILHOS?



FONTE: REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO DE 1971.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

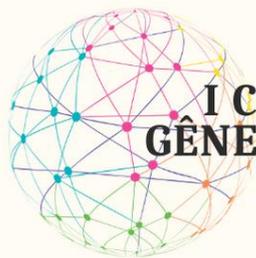
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A reportagem, contém como título uma temática sobre a maternidade a partir da imposição social à condição feminina, abordando no canto esquerdo da página alguns questionamentos sobre o fator materno, como: “A mulher deseja ser mãe por uma necessidade biológica ou porque é condicionada para isso por uma série de fatores? Existe mesmo o instinto maternal?” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 38). Tais questionamentos viabilizam o debate em torno dos fatores culturais junto ao ser materno. Porém, traz como imagem de capa uma ideia sugestiva, na qual retrata uma mulher com um bebê em seu colo, ainda que a figura não trate de um bebê propriamente dito, mas sim a sombra dele. Nisso, o artigo prossegue com um título de maneira a evidenciar-se, abordando a mensagem “Êsse instinto é inato ou fabricado?” O que aponta no início do texto, de autoria de Elianne Pires do Rio:

Até pouco tempo, os filhos eram uma decorrência natural do amor e sua consequência nobre. A mulher integrou-se nas forças produtivas do mundo, deixou de ser um mero apêndice do homem, libertou-se da dominação econômica. Agora ela já pode optar entre ter ou não filhos; a maternidade deixou de ser uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realizações. (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 40)

Nesse discurso, percebe-se um breve histórico sobre o que antes a maternidade tinha como significado em relação à completude feminina, e que já não mais era possível perceber a mulher nas condições unicamente maternas, mas que esta, com sua ascensão ao espaço público, encontrava-se em situação de escolha sobre o real querer a despeito das vivências maternas. A abordagem segue investindo dentro da matéria quando ao tempo que interpela a questão da maternidade como cultural e não biológica- o que é evidenciado nos estudos de Badinter (1985) - baseada em especialistas, como Freud e outros, em que aborda a relação social repleta de costumes e regras, como condicionantes para a realização completa da mulher a partir da maternidade.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

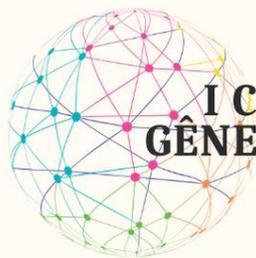


Seguindo o objetivo a que a Revista Pais e Filhos se propôs nessa publicação, mais uma vez faz a pergunta a título de abertura, um novo aspecto do artigo, o qual é intitulado, “A mulher que é mãe se realiza melhor?” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p.42). Em que segue:

Segundo Imeld Farah, psicóloga carioca, a necessidade psíquica, no caso a presença da mãe, é importante, jamais secundária. Se a maternidade é uma necessidade psíquica, ela é essencial. O fato de não ser um imperativo biológico não a invalida. [...] Já Rubenstein e Benedek, no livro **Ciclo Sexual da Mulher**, consideram que existe na mulher uma inter-relação constante entre processos biológicos e psicológicos. Eles observaram que há um aumento de desejo sexual na época anterior à ovulação. Parece, pois, existir na mulher um desejo instintivo de ser fecundada e ter um filho. [...] A maternidade deve ser uma escolha consciente. Uma mulher forçada por condicionamentos ou pressões a ter um filho está em grave conflito. Pode, inconscientemente, estar procurando um castigo para si mesma e uma vingança contra seu meio ambiente. [...] Em grande medida a mulher é condicionada por todo o complexo social a ser mãe. Convém à sociedade acentuar esse compromisso de gerar e criar filhos, ao menos na primeira infância. Mesmo com esses estímulos, cada vez mais a maternidade é uma opção individual. Atualmente, os dois valores coexistem: mito da maternidade e anticoncepção. A mulher pode decidir se vai ou não ter filhos sem se arriscar a uma sanção da sociedade. Não existem mais, principalmente em centros adiantados, quem considere a mulher sem filhos egoísta e fria. Hoje, não só ela tem condições de evitar filhos, como tem o apoio da sociedade para isto.

O que é apontado, são várias justificativas nas palavras de especialistas, para a não maternidade, advinda da concepção de que a mulher possui o direito de escolha sobre tal. Defendendo, assim, que a maternidade deve ser uma escolha consciente da mulher, demonstrando que a sociedade, por muitas vezes, pressiona o ser feminino para o gestar. No entanto, essa é uma concepção que já não mais estaria solidificada junto à sociedade, de modo que as mulheres que optam pela não maternidade já não seriam, pelo menos declaradamente, vistas com desprezo pelo meio social, ao menos em centros urbanos mais modernos, a não rejeição sobre a mulher não mãe.

Diante desse contexto de relativos avanços no que tange as vivências femininas para além do desenvolvimento materno, é possível refletir que o trabalho reprodutivo foi imposto como papel direcionado a ser desempenhado essencialmente por mulheres, garantindo, assim,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



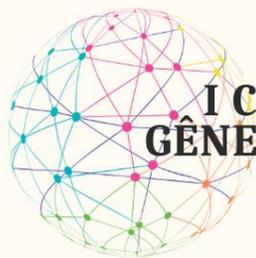
a divisão não igualitária do trabalho. Diante das conquistas das mulheres ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XX, podendo adentrar aos espaços públicos no desempenhar de ofícios, e com isso percebendo-se sobre novas concepções de realização pessoal para além da díade casamento- maternidade, mas sim, podendo encontrar novos meios de satisfação, como por exemplo, no campo profissional.

É preciso compreender que a maternidade não era e nem é algo vivenciado de maneira homogênea entre todas as mulheres, haja vista uma série de fatores que estão envolvidos nessa relação - mãe e filho - a saber, sociais, culturais, econômicos, dentre outros, onde a experiência da maternidade não é a mesma para uma mulher de classe média ou alta e para uma mulher de camada menos abastada, pois esses fatores que encontram-se envoltos desse assunto se tornam determinantes na construção dessas relações. No entanto, essa não é uma percepção de uma das entrevistadas, a imperatriz Farah Diba, na qual coloca:

Não acredito que haja diferença entre uma mãe imperatriz ou princesa e uma mãe comum. Ser mãe é uma só e única coisa, sejamos ricas ou pobres, brancas ou negras, cristãs ou muçumanas. Para Farah Diba ser mãe é exercer plenamente todo o seu papel de mulher. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1971, p. 104)

A Revista Pais e Filhos defende uma maternidade universal, como se todas as vivências de maternagem fossem iguais, sem levar em conta os fatores que influenciam diretamente na maneira como será conduzida tal ação da mulher. Ao falar da relação trabalho e maternidade, por exemplo, se percebe distintas diferenças sobre as consequências de tal aliança para as mulheres, sobretudo as mulheres de setor menos elevado, pois ao falar de inserção da mulher no mercado de trabalho, encontra-se falando de quais mulheres? De quais setores? Pois a mulher dos setores pobres da sociedade sempre precisou trabalhar, pois em muitos dos casos estas eram a chefe da família buscando na vida pública o provento dos filhos.

Desse modo, Freire (2006), remonta a um período por volta de 1920, quando no cenário europeu às mulheres foi destacada sua inserção no mercado de trabalho e certo nível de escolarização, onde o primeiro devia-se o fato das indústrias. No entanto, relegando ao sexo



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



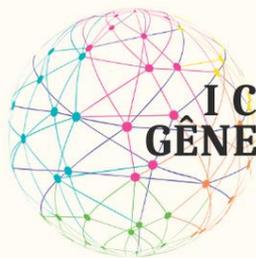
feminino os menores salários e os cargos menos importantes, haja vista a justificação de tal pelo exercício da maternidade que é gerada e vivenciada pelas mulheres. No segundo, a ideia de maiores conhecimentos de escolarização, dá-se pelo fato de que se caberia a mãe instruir o filho aos bons caminhos, então era necessária uma melhor escolarização desta.

Ao tratar das mulheres de setor médio adentrando o cenário profissional, torna-se percebido que há uma diferença sobre o auxílio diante da mãe de nível mais abastado e aquela de setores mais populares, quando a primeira tem em mulheres pobres o apoio para cuidarem de seus filhos, de modo a que quando estas encontram-se a cuidar do filho da outra necessita deixar sua prole de lado, dá-se então uma das diferenças sobre a maternidade entre mulheres de setores diferenciados.

Para Freire (2006), continua a sua análise no que concerne as relações trabalho e maternidade demonstrando os prejuízos e consequências de tal relação, quando em alguns casos havia um acordo entre a mulher trabalhadora e o patrão, no qual acordavam que a trabalhadora desenvolveria seu ofício no lar, onde assim pudesse estar junto a seu filho, sem maiores danos aos cuidados sobre este. No entanto, é percebido um caráter exploratório em meio a essa relação, pois a mulher ao desenvolver seu trabalho em casa não tinha direito a horas extra e oferecia menos risco de greves ao contratante, haja vista que se encontraria no recôndito do lar.

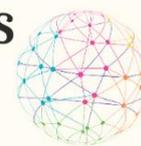
A inserção da mulher no mercado de trabalho, sempre exposta a menores condições de desenvolvimento do seu ofício do que o ser masculino foi constituído e ainda perpassa por momentos de lutas por maiores igualdades entre os gêneros. O discurso moralista em prol dos valores familiares impostos e situados apenas perante o ser feminino agiam como meios fortes de recuo das mulheres para o espaço do lar. Pois a partir de maiores direitos garantidos às mulheres sobre sua inserção no mercado de trabalho e cenário educacional, estas iriam ganhando novos ares de desenvolvimento e liberdade. Assim, a maternidade nem sempre estaria atrelada aos novos planos de crescimento feminino.

É importante situar que à medida em que há falas diante do cenário de introdução das mulheres aos espaços públicos no desenvolvimento profissional e educacional é preciso que se relacione um recorte de raça, pois de que mulheres está se falando, quando situadas em um



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



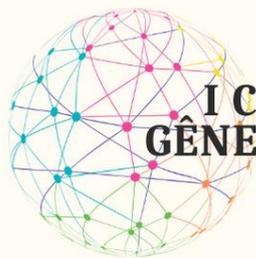
contexto de lutas a partir da primeira onda do movimento feminista, no período entre guerras? As mulheres negras sempre tiveram diante do trabalho, porém, sendo relegadas as funções menos valorizadas, como pontua Rago:

As mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da abolição e da formação do mercado livre no Brasil. (2018, p. 582).

Uma realidade que não está situada de maneira tão distinta na atualidade, haja vista que para haver melhores oportunidades de emprego também é necessário maiores níveis instrucionais, a partir da educação. O que se constata, segundo dados do IBGE (2018), é que dentre a população a partir dos 25 anos de idade com ensino superior completo é dividida entre 23,5% para mulheres brancas e 10,4% sobre mulheres pretas ou pardas. Uma diferença de 13,1% entre o próprio sexo feminino, o que evidencia a disparidade a partir de fatores raciais, que ainda persistem em permanecer dada as circunstâncias a que são relegados os negros no Brasil.

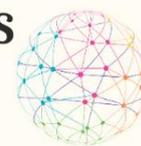
Assim, a escolha a não maternidade também se encontra atrelada aos não direitos sobre as mulheres em poderem exercer a condição materna de maneira igualitária entre todas as camadas sociais. O não fortalecimento de políticas públicas voltadas para a mulher mãe faz com que ela precise escolher entre o ser mãe e a sua carreira profissional. Contudo, há uma pressão social que insiste em oprimir as mulheres e desejarem restringi-las ao espaço do lar, destinando sua função social como intrínseca aos aspectos maternos e matrimoniais.

Porém, é possível perceber que mesmo diante da publicação de um artigo que trate sobre ares modernos no que concerne a mulher na condição de ser ou não mãe, a publicação ainda é carregada de aspectos, ora a favor da mulher com suas liberdades de escolhas, ora com o ideal acolhedor que, mesmo a maternidade não sendo um fator inerente a condição feminina, mas uma vez concebida é necessário a participação efetiva da mulher junto a prole, bem como demonstra por vezes que há fatores biológicos femininos, que contribuem para o desejo de ser



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

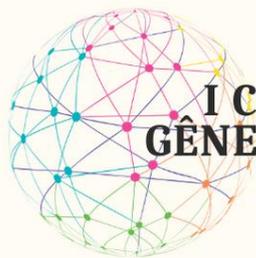


mãe, como é o caso do aumento do desejo sexual da mulher no período que antecede a ovulação. No entanto, é importante levar em consideração um relativo avanço pelo fato de já se encontrar dedicado um artigo da revista para um assunto ainda pouco abordado, mas que já era motivo de inquietude de muitas mulheres.

Sem o verdadeiro prestígio a que mereciam, agora podem escolher, as mulheres, quando a maternidade fará parte de sua vida, ou mesmo se esta se tornará inexistente, pois as realizações pessoais femininas encontram-se para além das imposições do ideal de maternidade, pois agora podem decidir sobre suas próprias vidas. Fatores esses advindos das conquistas de diversos movimentos, nos quais pode ser citado o movimento feminista, onde com a segunda onda desse processo, vários foram os direitos garantidos as mulheres na esfera pública da sociedade, enfatizando aqui principalmente a sua inserção no mercado de trabalho e em maiores de escolarização. A maternidade não sendo mais um fator decisivo em sua completude feminina, onde tal discussão será aprofundada mais adiante, seguindo a nova temática em meio a novas perspectivas do ser mulher.

O ser humano é um ser mutável e em constante transformação, ou seja, o que foi antes não necessariamente é o que se configura hoje, nem mesmo define o que será amanhã. Portanto, no decorrer do tempo histórico as concepções de maternidade sofreram modificações, bem como o ser criança, fazendo parte de um processo de construções e desconstruções culturais e sociais permeadas por um caminho de continuidades e discontinuidades. Além disso, a ideia em torno da mulher também foi sendo modificado, influenciada, principalmente, pelos movimentos feministas e de resistência das mulheres que não concordavam em serem submissas de uma sociedade masculinizada e hierarquizada.

Com base nos casos exemplificados nos artigos da Revista Pais e Filhos, nota-se a presença abundante da valorização dos cuidados com o bem estar da prole. No entanto, tal caráter é colocado sobre a responsabilidade feminina, como forma de valorização da mulher junto a maternidade, haja vista a compreensão quase totalitária- durante longos anos da história foi colocado e imposto como condição essencial para o ser feminino- da não cobrança sobre o



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



sexo masculino junto aos cuidados infantis, algo que se tornava justificado, fazendo uso do termo utilizado por Badinter (1985, p. 203) “ o primado da mãe e o recuo do pai.”

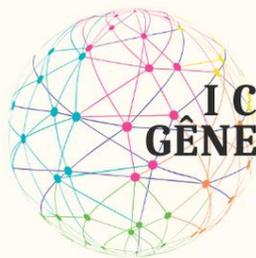
Nisso, mais uma vez foi feito uso, dentre outras formas de tentativa de justificação para a não opressão sobre o sexo masculino, na condição de pai, fazendo uso do fator biológico. Contudo, há de se considerar a importância da busca junto as relações de igualdade, na busca da divisão de deveres e direitos entre mulheres e homens, bem como mães e pais.

(In) Conclusões

A ideia de maternidade foi vivenciando diferentes transformações ao longo do tempo e especificamente do recorte temporal da pesquisa, sendo gradativamente substituída de uma característica inata à mulher, por uma questão de interesse, podendo ser deixada de lado em prol de uma conquista profissional ou educacional. Logo, a Revista Pais e Filhos ao ser analisada apresenta tanto destaques da importância destinada a gravidez como momento especial para as mulheres se sentirem únicas, possuindo uma dedicação, inclusive, na forma de manual sobre como a futura mãe precisa se comportar perante sua prole.

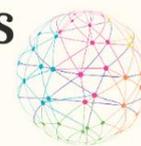
A Revista Pais e filhos abordagens distintas sobre a maternidade. A primeira com todos os aspectos inerentes à defesa da maternidade e de sua relevância na vida das mulheres. A segunda possui como destaque um questionamento sobre o verdadeiro interesse das mulheres pela maternidade, deixando clara a dúvida, onde se trata de uma orientação biológica ou de uma influência social, que pressiona o público feminino desde épocas remotas, pois a mulher sempre foi tipicamente vista como a responsável pelo lar e cuidado com os filhos, onde deveria existir a necessidade de uma prole.

Na Revista Pais e Filhos, as manchetes escolhidas para ilustrar esta pesquisa evidencia a transformação do processo de maternidade, com o primeiro marcado pela necessidade de modelos de como a mulher que será mãe deve agir, enquanto o segundo orientada pela contínua inserção da mulher no mercado de trabalho e em novos âmbitos educacionais, inclusive na educação superior, possibilitando mudanças também na mentalidade das mulheres, que podem pensar e defender que sua vida não precisa ser condicionada e definida única e exclusivamente



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



pela maternidade, mas também pelo desejo de obter um prestígio social a partir o desenvolvimento profissional e educacional.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. E-book. Disponível em: [file:///C:/Users/Thayna/Downloads/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](file:///C:/Users/Thayna/Downloads/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf).

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 7-37. 1992. – (Biblioteca básica)

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. Prefácio. / Pedro Vilarinho Castelo Branco. -3. ed. –Teresina. EDUFPI, 2013.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mãe e médicos: discurso materialista em revista feminina**. (Rio de Janeiro e São Paulo década de 1920). Tese (Doutorado) - Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.2006.

GUIA DA FUTURA MAMÃE. **Revista Pais e Filhos**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 12 - 22, dez. 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.38).

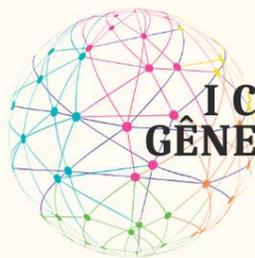
RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**/ Mary Del Priore (org.) – São Paulo: Contexto, 578-676. 2018.

_____. "Descobrimo historicamente o gênero". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

SER MÃE É MAIS IMPORTANTE. **Revista Pais e Filhos**, Rio de Janeiro, n. 6, p.102-107, fev. 1971.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995,p. 71-79.

VOCÊ É OBRIGADA A TER FILHOS?. **Revista Pais e Filhos**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 38-43, mai. 1971.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



DA SAÚDE À DOENÇA, DO VIOLENTO AO VIOLADO: AS TRANSFORMAÇÕES DO PERFIL DO LOUCO NO JORNAL *O DIA* (1970 A 2019)

Camila Fortes Monte Franklin

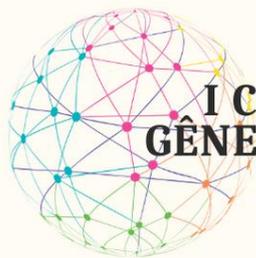
Universidade Federal do Piauí – UFPI, mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí, e-mail: camilafortesmonte@gmail.com

Resumo: Este artigo é um excerto de dissertação de Mestrado que tem por objetivo principal compreender como se dá a construção da figura dicotômica do louco no Piauí nas matérias do Jornal *O Dia* no período de 1970 a 2019. Como aporte teórico, partimos do conceito de formação discursiva trabalhado por Michel Foucault em *A Ordem do Discurso* (1996). A análise foucaultiana é desenvolvida no trabalho como um guia metodológico a fim de embasar todo o procedimento analítico e identificar determinadas construções simbólicas em relação à figura do louco no Piauí. A amostra do trabalho é composta por 6 notícias jornalísticas do jornal impresso *O Dia* no período de 1970 a 2019, selecionadas a partir de um total de 135 notícias encontradas neste período que fazem referência à loucura no Piauí. O critério de seleção das notícias foi construído baseado na repetição e na formação de um padrão temático, no qual, para este trabalho, foram construídas duas categorias de análise a partir de Michel Foucault (2008), para uma melhor compreensão e organização do processo analítico, quais sejam: um perfil do louco violento ou potencialmente violento e um perfil do louco que é vítima. É preciso ainda destacar que a abordagem da pesquisa é qualitativa e o objetivo metodológico é apreender principalmente como esses discursos se construíram ao longo do tempo no imaginário social piauiense de modo a perpetuar o pensamento dicotômico sobre o louco, composto por dualidades, em que detém, ora uma loucura desenfreada, ora extrema racionalidade, ora é o agressor, ora é a vítima, ora está doente, ora está em completa saúde. O processo metodológico pressupõe um saber epistêmico como experiência e uma forma de fazer que deve se encontrar no procedimento analítico interpretativo, considerando os fatores subjetivos e a historicidade narrativa. Como resultado da presente pesquisa, identificamos que essa figura dicotômica é construída de modo a enquadrar o louco em normas institucionais e sociais, destacando a linha tênue entre essas categorias, na qual o louco agressor pode se tornar vítima ou onde a vítima, para se defender, se torna o agressor.

Palavras-chave: Saúde. Doença. Loucura. Discurso.

Introdução

Durante séculos, o perfil do louco foi sendo construído e reconstruído: ora sujeito irracional, ora super-racional; ora atrelado a outras doenças, ora isolado de tudo e de todos. Tais construções de potência e não-potência conduziram para que o louco fosse posto em condições isoladas, à margem da sociedade. Construída e modificada de acordo com o tempo e o espaço,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



para cada sociedade, havia sua maneira de lidar com os loucos e, com o passar do tempo, esses modos de convivência com a loucura passaram a seguir determinados padrões, ou seja, construiu-se um perfil ideal da loucura.

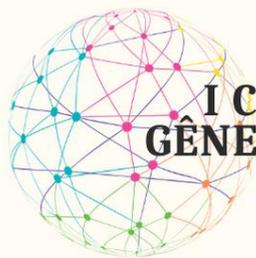
No Brasil e no Piauí não foi diferente. Ao longo dos anos e da construção das instituições de internação, o louco passa a ser enquadrado em um perfil ideal que comporte determinadas características consideradas legítimas da loucura. Essa construção vem de um histórico de estigmatização implantado na memória coletiva e formatado no decorrer dos anos, que reitera o perfil inconstante do louco, necessitado de interdição e controle familiar, policial e médico.

Dito isto, o presente trabalho busca perceber como se dá a construção da figura dicotômica do louco no Piauí nas matérias do Jornal *O Dia* no período de 1970 a 2019. É importante destacar que essa pesquisa é um excerto de dissertação de Mestrado. A amostra do trabalho é composta originalmente por 30 notícias jornalísticas do impresso piauiense *O Dia* no período de 1970 a 2019, selecionadas a partir de um total de 135 notícias encontradas neste período que fazem referência à loucura ou a um perfil do louco no Piauí. No presente artigo, apresentamos 2 categorias, de modo que a análise totaliza em 6 notícias, 3 notícias de cada categoria, para ilustrar o processo analítico. O critério de seleção das notícias foi construído baseado na repetição e na formação de um padrão temático.

Loucura: Tempo e Espaço

A loucura enquanto produto cultural se configura de maneira relativa se considerarmos os contratos de leitura de mundo. As noções de realidade se alteram de forma individual de modo que os sujeitos que extrapolem essas noções sejam enquadrados como sujeitos desviantes. Dito isto, esta primeira seção do artigo é apresentada a fim de compreender como esses processos de configuração e reconfiguração de um perfil do louco se deu no tempo e na história, através dos seus contextos e transformações diacrônicas.

A constituição histórica da loucura ainda se dá por meio de rupturas e discontinuidades históricas. Sua criação é fruto da invenção e intervenção humana que, por vezes, se modificava, mas também se repetia e se perpetuava. É importante destacar que estamos percorrendo uma



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



construção epistemológica do campo da loucura e do conceito da loucura através de um viés social e patológico.

O que hoje se entende como loucura foi construído por meio das extensões de figuras consideradas desumanas. As primeiras evidências de um estudo sobre o que se considerava "anormal" datam de 2.500 anos na Grécia, quando o interesse se baseava na cura de personalidades estranhas que eram consideradas "possessão demoníaca" (STONE, 1999).

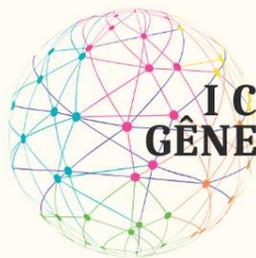
Na Idade Média, essas pessoas consideradas psicologicamente atingidas, eram vistas como uma falha da racionalidade e eram comumente misturadas aos leprosos, constantemente expulsos das cidades e postos em leprosários – instituições criadas pelo poder real no século XIV para controlar e afastar os leprosos das sociedades. Michel Foucault (2008), em *A História da Loucura*, aponta que o leproso foi uma forte vítima da exclusão social, porém, na Idade Moderna, esses conceitos de loucura reverberaram mediante sinal de extrema racionalidade, tornando, assim, o louco como um sinal de contradição.

No século XVII, com o surgimento das primeiras pesquisas na medicina e das construções de casas de internamento, a loucura se torna produto de pesquisa e entendimento médico, inserido em suas variáveis e em seus diversos conceitos. É o que a medicina e a psiquiatria procurarão realizar nos séculos seguintes ao enquadrá-la em diagnósticos sob formas de protocolos de doenças.

A construção da loucura como doença e o poder médico

Ainda no século XVII, inicia-se um processo de domínio da loucura a partir do saber médico. A psiquiatria surge como instância de controle social dos desatinos que vagavam e importunavam as comunidades, bem como buscando patologizar as características dos considerados loucos. A psiquiatria parte de experimentos para procurar uma cura para a loucura, uma vez que esta estará sob vigilância médica.

Assim, à loucura é conferido um status de verdade e seu discurso e suas configurações narrativas são capazes de sustentar determinadas práticas sociais que reforçam o perfil estereotipado do sujeito considerado louco. Busca-se, então, a cura para a loucura. No século



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



XIX, as estruturas da psiquiatria renunciam algumas práticas dos séculos anteriores, buscando cada vez mais identificar o perfil e o sujeito louco em meio as demais formas de desatino a fim de compreender suas origens, curas e formas de diagnóstico.

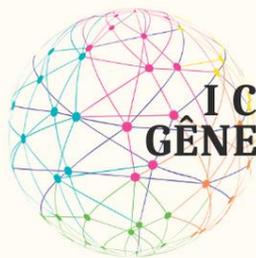
Um marco importante no avanço das diagnósticas e de um olhar direcionado ao que ainda se denominava “doenças mentais” foi que, no final da década de 1970, a Reforma Psiquiátrica no Brasil ganha força ao criticar o modelo asilar de assistência em saúde mental, bem como a mercantilização da loucura e entre outras demandas que se faziam urgentes na assistência à saúde mental. E a partir da necessidade de uma lei que contemplasse as pessoas com transtornos mentais de modo humanizado, assistencial e educativo, é promulgada a Lei Federal de número 10.216 do ano de 2001 (BRASIL, 2001), que assegura a necessidade de respeito, igualdade e dignidade às pessoas com transtornos mentais.

No cenário piauiense, esse histórico da loucura se apresentou de maneira semelhante, contudo, os avanços médico-psiquiátricos se mostraram bem mais lentos.

Piauí: Institucionalização e Tratamento das Patologias

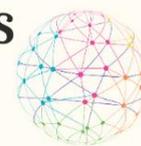
Dagoberto Carvalho Jr (1980) em História Episcopal do Piauí, aponta que a primeira manifestação de uma necessidade à assistência psiquiátrica no Piauí se deu a partir de uma apresentação dos vereadores da Vila da Mocha em 1761, que manifestava o interesse pela criação de um Hospício de Religiosos Capuchos, com a finalidade de atender os considerados “desvalidos” da região de Oeiras.

A instituição não chegou a ser construída, mas no século seguinte, cria-se o Hospital de Caridade de Oeiras, com o mesmo propósito. A partir da mudança da capital de Oeiras para Teresina em 1852, Oeiras fica desassistida e a saúde pública da cidade entra em descaso, se concentrando em tratamentos domiciliares e de rua. Em 1907, surge o Asylo dos Alienados em Teresina, sob a direção do médico Areolino de Abreu. O Asylo era responsável por atender toda a demanda de assistência psiquiátrica do estado, visto que era um hospital psiquiátrico público, o que em pouco tempo gerou uma superlotação e desassistência aos internos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Em 1940, o primeiro médico psiquiatra do Piauí, Clidenor de Freitas Santos, assume a administração do Asylo e ressignifica a assistência psiquiátrica da época. Paralelo ao seu trabalho no agora Hospital Areolino de Abreu, Clidenor de Freitas desenvolvia a construção do seu próprio hospital psiquiátrico, o Sanatório Meduna, que veio a ser inaugurado em 21 de abril de 1954, com a proposta de ser o mais inovador para a época, e que veio a atender toda uma demanda do Ceará e do Maranhão. Embora fosse um hospital particular, em pouco tempo seus 517 leitos já estavam ocupados com os considerados “desviantes”, mendigos, pobres, ociosos, pessoas consideradas “impróprias” para o convívio.

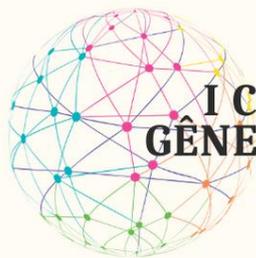
O Sanatório Meduna funcionou durante 56 anos, e em 2010, apresentou sinais de que passava por dificuldades de manutenção de sua capacidade financeira, administrativa e gerencial, afetando diretamente os internos. Em 2011, o Sanatório Meduna fecha as portas definitivamente, e direciona os 200 internos que ainda utilizavam o serviço do Hospital, para o Hospital Areolino de Abreu e para as Residências Terapêuticas e serviços dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Jornal Piauiense *O Dia*

Apresentamos um breve histórico do jornal *O Dia*, considerando que era e ainda é o jornal de maior circulação do Estado.

Fundado pelo professor Raimundo Leão Monteiro, o jornal *O Dia* teve sua primeira edição publicada em 1 de fevereiro de 1951 em Teresina, capital do Piauí. Circulando com apenas 8 páginas compostas em sua maioria por assuntos referentes à política local, na qual a maioria de opinião, concentrava informações sobre os militares da época. Apresentado desde sua primeira edição, o slogan “Órgão independente, noticioso e político” foi definido a fim de deliberar as intenções e os propósitos do jornal, além de definir a linha editorial e seus objetivos de circulação. O jornal não era sustentado por nenhum partido político e isso era um dos fatores para noticiar o que lhes fosse de interesse público.

Em 1952, se inicia um novo processo de mudanças gráficas que constantemente se modificavam a fim de definir um modelo simples e de fácil entendimento. É importante



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



compreender que devido ao jornal possuir apenas 2 páginas, a 1ª página era destinada às matérias curtas e longas e aos artigos. Com a chegada das cores nas edições, acontece um aumento de 2 para 4 páginas, misturando conteúdo editorial e comercial. Em 1953, as características permanecem, contudo, a quantidade de páginas é reajustada: de 4 páginas agora passam a ser 10 e o uso das cores em algumas páginas, já começa a definir o que vem a ser as editorias (FRANKLIN, 2017).

Ao longo dos anos, *O Dia* se consolida como um dos maiores veículos de jornal impresso do estado. Atualmente, com 69 anos, o Jornal *O Dia* leva o slogan "Líder em Credibilidade". Em sua versão impressa, é composto por 10 editorias; além dos cadernos "Em Dia" com informações gerais, "Torquato" com notícias sobre cultura, e caderno de Classificados.

Amostra

A amostra do presente trabalho é composta por 6 notícias do jornal impresso *O Dia* no período de 1970 a 2019 que fazem referência a um perfil dicotômico do louco. O critério de seleção das notícias foi construído baseado na repetição e na formação de um padrão temático, no qual foram construídas categorias de análise a partir de Foucault (2008) para uma melhor compreensão e organização do processo analítico.

A primeira categoria de análise construída é a de um perfil do *louco violento ou potencialmente violento*. Essa categoria pode ser percebida através das características de impulsividade, pressão, violência e raiva a partir do sujeito considerado louco, mas também características de medo, temor, receio, desconfiança ou estranhamento da sociedade em relação ao considerado louco.

Em contrapartida a esse perfil perigoso ou potencialmente perigoso, a segunda categoria construída é a do *louco enquanto vítima*, enquanto sujeito que sofre com sua patologia e se torna vítima de si, da sociedade e do sistema em que vive. Essa categoria pode ser identificada nos discursos nos quais o louco é vítima de alguma violência devido a sua patologia, como também naqueles que o louco se torna digno de pena, assumindo o papel de coitado.

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Louco Violento ou Potencialmente Violento

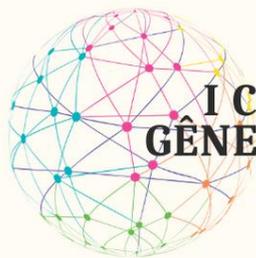
A primeira notícia analisada tem por título “*Louco invade igreja, acaba missa e ainda ameaça matar o padre*”, publicada em 18 de março de 1975, localizada na página cinco do Caderno 1, na sessão de Polícia.

Figura 1 - *O Dia*, 18 de março de 1975, p. 5



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

A manchete da edição chama atenção para um acontecimento na cidade de Altos, onde um homem considerado louco invadiu uma igreja e ameaçou matar o padre que celebrava missa no momento. A capa dessa edição traz outra notícia sobre um episódio quando um considerado “doente mental” assassinou um mecânico e uma nota do jornal sobre a gravidade dos fatos e a falta de atendimento a essas pessoas. A união desses enunciados na capa de uma edição na década de 1970 reflete os acontecimentos de modo urgente.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



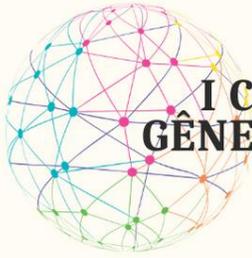
A notícia principal conta que um homem considerado “débil mental”, sem nome identificado, “dominado por uma estranha violência”, invadiu uma igreja com um facão na mão e ameaçou o padre, tomando a bíblia de suas mãos. O enunciado não informa o que o homem queria no instante em que invadiu a igreja, o que nos leva a acreditar que ele não foi ouvido e que ele apenas queria a bíblia que pegou do padre.

No ocorrido, os fiéis, tentando proteger o sacerdote, retiraram o homem e o puseram no pátio da igreja, onde soldados da Polícia Militar o agrediram. Podemos perceber nos primeiros enunciados e formações discursivas que a notícia assusta por ter ocorrido dentro de uma igreja e por ter ameaçado a vida do padre, o que ocasionou num linchamento do considerado louco.

O terceiro parágrafo conta que testemunhas afirmaram que o homem estava possuído pelo demônio, pois aquilo “não era coisa de cristão”. Podemos identificar uma memória discursiva em relação ao entendimento sobre a loucura ainda da Idade Média, quando esta era vista como possessão demoníaca e falta de Deus, assim, os não-cristãos teriam esse comportamento agressivo.

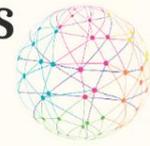
Os enunciados seguintes contam que cerca de dez pessoas, com muita dificuldade, conseguiram conter o considerado louco, dando a perceber a tamanha agressividade em que se encontrava. É válido refletir se sua agressividade não foi um reflexo da agressividade com que foi tratado ao chegar à igreja, o que nos faz questionar o uso da palavra “invade” no título da notícia. Na ocasião, o considerado louco ainda feriu um policial com uma pedrada na cabeça, que também pode ter sido uma forma de defesa da sua parte, considerando estar sozinho contra várias pessoas.

Por fim, a notícia afirma que o homem foi “dominado e recolhido” a uma cadeia na cidade de Altos, nos dando a evidência de que pessoas com transtornos mentais consideradas agressivas, violentas ou potencialmente violentas precisavam ser recolhidas da sociedade e, além disso, como não havia muitas informações sobre atendimento, diagnósticos etc., essas pessoas eram direcionadas as cadeias e não as instituições de atendimento psiquiátrico.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A segunda notícia analisada é de título “*Doentes mentais invadem as ruas*”, publicada em 11 e 12 de dezembro de 1977, localizada na página oito do Caderno 1 do Jornal *O Dia*.

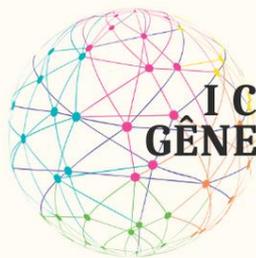
Figura 2 - *O Dia*, 11 e 12 de dezembro de 1977, p. 8.



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

O texto inicia relatando que “doentes mentais” estão circulando pela cidade de Teresina sem qualquer tipo de assistência médica e que cenas como esta eram consideradas comuns pela população local. A imagem que acompanha o discurso mostra uma mulher dentro de um vasilhame de lixo, procurando alimentos. A legenda da imagem diz: “Debeis mentais nas ruas preocupam autoridades”.

É importante perceber que a linguagem utilizada reflete uma superfície discursiva em relação ao considerado “débil mental” que se encontra nas ruas da cidade. Essa superfície revela



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



um conjunto de representações sobre o louco que está solto nas ruas e o louco que está preso nas instituições. Assim, o enunciador apresenta que o verdadeiro perigo está no louco que vive solto nas ruas e causa preocupação as autoridades, sendo capaz de produzir efeitos de sentido que reforçam os estigmas relativo à figura do louco.

Ainda no mesmo enunciado, a marca discursiva “doentes mentais (...) circulando livremente (...) já se tornaram, um elemento tão típico da paisagem humana da capital (...)” nos faz perceber também que, apesar das ruas e dos espaços públicos não serem considerados locais adequados para essas pessoas, a sociedade normatizou a presença dessas pessoas no convívio social, mesmo estas causando inúmeros “problemas” para a sociedade. Compreendemos aqui que pessoas consideradas “doentes mentais” eram invisíveis aos olhos da sociedade, mas somente até o momento em que lhes causasse algum tipo de incômodo.

O segundo parágrafo conta o caso da mulher da fotografia que acompanha a notícia. Na ocasião, a mulher procurava alimentos nos lixeiros do centro de Teresina e, não encontrando, “passou a bater com um pau violentamente no tambor de ferro vazio, provocando grande barulho”. É importante perceber que o enunciador optou por adicionar essa informação ao texto, mesmo não tendo ligação direta com a informação principal da notícia, no caso, a falta de assistência dos órgãos oficiais em relação a essas pessoas. Assim, o uso dessa linguagem coloca essa mulher na categoria de potencial violenta, que por não ter encontrado um alimento, já se tornou violenta ou potencialmente violenta.

O texto segue identificando uma série de problemas em relação à assistência aos considerados “doentes mentais” no Hospital Areolino de Abreu, que além de questões de assistência médico-hospitalar estarem comprometidas pela quantidade de internos e pelas condições materiais, a frágil vigilância da instituição não impede as fugas dos internos, ocasionando um total descontrole em relação ao cuidado e a assistência a essas pessoas.

Nos enunciados seguintes podemos identificar que não há um controle ou acompanhamento dos indivíduos internados no Hospital Areolino de Abreu nessa época. Acreditamos que o fator principal para esse descaso sejam as péssimas condições assistenciais e a superlotação que acometia o hospital, além do preconceito existente.

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

No decorrer do texto, é citada a ausência de recursos para a manutenção dos funcionários do HAA, considerando que é um hospital público, que atende uma demanda maior do que suporta. É importante destacar que, na década de 1970, Teresina se apresentava como um pólo de saúde em desenvolvimento, o que ocasionou a imigração de pessoas de diversos lugares do estado e do país em busca de tratamento e internação gratuita.

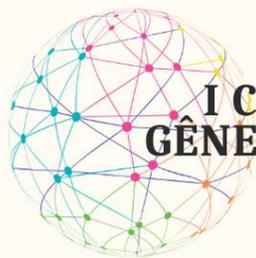
O enunciado do último parágrafo da notícia traz uma perspectiva clássica da loucura: o “louco” que comumente causa e provoca problemas na cidade. É citado o caso de uma mulher que entrou sem roupas na Rádio Pioneira de Teresina e saiu “sem fazer qualquer barulho ou interromper os trabalhos normais”, mas que, mesmo assim, causou um desconforto, um problema para os envolvidos na situação.

Passamos agora a terceira notícia analisada da categoria de louco violento ou potencialmente violento. Intitulada “*Doente mental é preso após matar a mãe*”, foi publicada em 25 de julho de 1997, e está localizada na página sete do Caderno 1, na editoria de Segurança Pública.

Figura 3 – O Dia, 25 de Julho de 1997, p. 7.



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



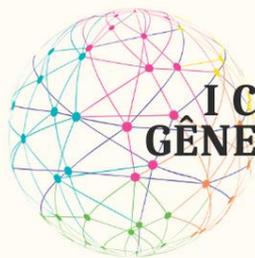
O texto inicia relatando que um homem considerado “doente mental”, de nome Manoel Messias Borges, assassinou a própria mãe a socos e pontapés. Embora o enunciado afirme que um “doente mental” assassinou a própria mãe a socos e pontapés, a imagem que acompanha a notícia é a de um homem aparentemente tranquilo, com olhar sereno e distante. A relação entre o texto e a imagem reforça os modos de operação discursiva em relação ao louco, um perfil inconstante, imprevisível e não confiável e uma dualidade em relação a sua personalidade.

Com socos e pontapés, o doente mental Manoel Messias Borges, 41 anos, assassinou anteontem à noite, a própria mãe, a anciã Olinda Pereira Rebouças, de 81 anos. O crime aconteceu na hospedaria Nossa Senhora dos Remédios, na Vila da Paz, zona sul de Teresina. O autor do crime, Manoel Messias, tinha saído de um hospital psiquiátrico há um mês. (O Dia, 25 de Julho de 1997, p. 7).

O enunciador segue afirmando que o autor do crime tinha saído de um hospital psiquiátrico há um mês, e que morava em uma pensão com a mãe. Considerando que havia cerca de dois meses que mãe e filho se hospedavam na pensão e um mês que o caracterizado “doente mental” tinha saído do hospital psiquiátrico, podemos deduzir que mãe e filho foram em busca de atendimento psiquiátrico na cidade, referência em assistência psiquiátrica na década de 1990.

Um irmão do acusado, José Hamilton Barbosa, estava ontem à tarde na Delegacia e revelou que a mãe e o filho, Manoel Messias, estavam morando na hospedaria há cerca de dois meses. “Ele sofria de problemas mentais desde os oito anos após cair de um jumento. Sempre ele ficava internado durante um período para tomar medicamentos, mas nunca ficava totalmente bom. Ele estava com a mãe há um mês e às vezes se mostrava agressivo. Anteontem não foi possível controlar a agressividade, pois estava trancado no quarto com ela, que assistia televisão e de repente começou a agredi-la fisicamente”, disse José Hamilton (O Dia, 25 de Julho de 1997, p. 7).

Podemos identificar a partir da linguagem utilizada um perfil oscilante no autor do crime. A formação discursiva “Ele estava com a mãe há um mês e às vezes se mostrava agressivo” revela essa inconstância, comumente atrelada às pessoas com transtornos mentais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O fato de o crime ter sido cometido contra a própria mãe já idosa carrega ainda mais a potência de periculosidade do considerado “louco”, concluindo que não houve nenhum tipo de consideração. Além disso, o fato de o autor do crime ter ficado um mês sem atendimento psiquiátrico, conseqüentemente, sem medicação, poderia potencializar as crises de instabilidade de comportamento.

O texto conta que as pessoas que se encontravam na pensão no momento do crime temiam se envolver com medo de serem atacadas. Essa também é considerada uma reação comum da sociedade em relação à figura do louco: o não envolvimento com a situação por receio de ser agredido. Por fim, o enunciador informa que o autor do crime iria ser encaminhado a um hospital psiquiátrico para continuar o seu tratamento.

Em oposição ao perfil violento ou potencialmente violento, encontra-se o louco enquanto vítima.

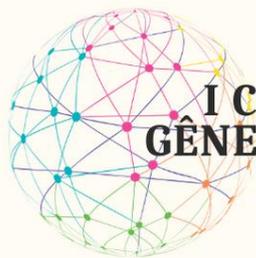
Louco Enquanto Vítima

A primeira notícia analisada da categoria do louco enquanto vítima, leva o título “*Cama pega fogo e débil mental morre queimada*”, publicada em 23 de julho de 1981, localizada na capa e na página nove da edição.

Figura 4 - *O Dia*, 23 de julho de 1981, p. 9



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O texto inicia relatando que a considerada “débil mental” Joana Maria Teodoro de Sousa estava internada no Sanatório Meduna e ingeriu uma “excessiva dose de tranquilizante” e, que, ao se deitar, acendeu um cachimbo e adormeceu, fazendo com que o cachimbo caísse no lençol e pegasse fogo.

É importante destacar que mesmo com os descasos que acometiam o Sanatório Meduna, os enfermeiros eram os responsáveis pela distribuição e aplicação dos medicamentos nos internos, como também por um controle de cigarros e fumos dentro das alas e quartos, o que nos leva a questionar sobre a marca discursiva “ela tomou uma excessiva dose de tranquilizantes”, visto que os internos não tinham ou não deveriam ter acesso direto a esses medicamentos.

A denúncia, feita pelo primo da vítima, afirma que nenhuma providência foi tomada e que a família da vítima está revoltada. O texto segue relatando o ocorrido e traz a marca de que “somente depois que estava quase desmaiada e o fogo tinha tomado conta de quase todo o seu corpo, apareceram funcionários do hospital e apagaram as chamas”, revelando, assim, um descuido por parte da instituição e de seus funcionários, tanto pelas altas doses de tranquilizante como pela permissão do uso de um cachimbo após a ingestão de um medicamento que compromete o reflexo das pessoas.

Podemos identificar nessa notícia que a vítima se encontrava em um estado de imobilidade, de falta de reação ou reflexo para apagar o fogo que se instalava em sua cama, além da demora em realizar os primeiros socorros, que comprometeu sua sobrevivência e que reforça o descuido em relação aos internos da instituição.

A segunda notícia analisada é intitulada “*Presos matadores de doente mental*” e foi publicada em 13 de novembro de 1985, se localizando na página 12, na editoria de Polícia, do Caderno 1 da edição.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Figura 5 - *O Dia*, 13 de novembro de 1985, p. 12



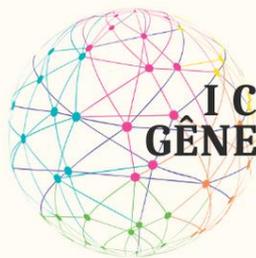
Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

O texto é iniciado trazendo as informações sobre um homicídio de um considerado “doente mental” identificado como Domingos, que morava de baixo de uma ponte que liga a zona leste ao centro da cidade. A vítima sofreu seis perfurações e vários golpes nos braços e, em seguida, depois de falecido, seu corpo foi jogado no Rio Poty.

O enunciador segue afirmando que os autores do crime eram dois ciganos e que o crime praticado foi considerado “brutal e violento”. A formação discursiva “(...) pois segundo o delegado José da Silva Torres, não houve motivo que justificasse o homicídio” revela não somente a ausência de um fator para o assassinato brutal em relação a uma pessoa considerada “doente mental”, mas o discurso também mostra que esse perfil de louco que está nas ruas, que se encontra vulnerável pela sua condição psíquica e pela ausência de assistência externa, também é mal visto aos olhos da sociedade.

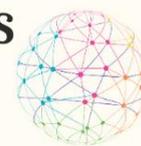
Podemos perceber na construção do enunciado acima que não há um aprofundamento das informações em relação ao homicídio e que, apesar da revolta por parte dos oficiais de segurança, nos parece que acontecimentos como este são considerados comuns.

O crime cometido pelo considerado “doente mental” era justificado pela sua condição e automaticamente encaminhado para as únicas instituições possíveis: cadeias e penitenciárias. Na década de 1980, no Brasil, a Reforma Psiquiátrica já apresentava, na prática, suas transformações. No Piauí, por sua vez, as estruturas manicomiais reforçavam seus ideais e seus muros, resultando na capilarização das forças psiquiátricas no Estado como única alternativa às pessoas com transtornos mentais.



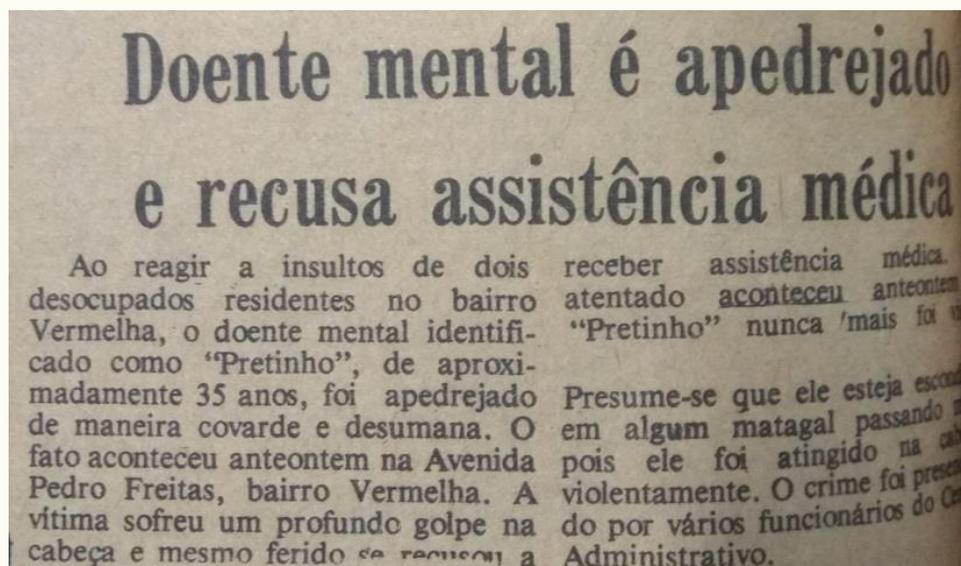
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A terceira notícia analisada é de título “*Doente mental é apedrejado e recusa assistência médica*”, publicada em 20 de agosto de 1987, localizada na página 12, no 1º Caderno da edição.

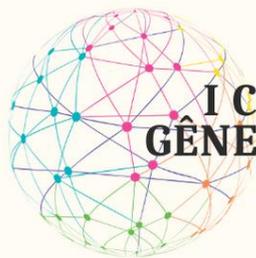
Figura 6 - *O Dia*, 20 de agosto de 1987, p. 12



Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

O texto é iniciado relatando o motivo do apedrejamento do considerado “doente mental”, identificado como “Pretinho”. A marca discursiva “Ao reagir a insultos de dois desocupados” nos revela que Pretinho estava sendo incomodado anteriormente, e reagiu aos insultos que sofria e, por isso, foi apedrejado “de maneira covarde e desumana”, como relata a notícia.

O texto segue pontuando por meio da marca discursiva que “a vítima sofreu um profundo golpe na cabeça e mesmo ferido se recusou a receber assistência médica”, o que supomos ter acontecido por diversos motivos: o medo de sofrer novamente alguma violência, o medo do profissional da medicina ou até mesmo o medo de ser perseguido por quem lhe agrediu. A recusa da vítima em receber atendimento médico é vista pelo enunciador como uma surpresa – tanto que foi posto em destaque no título da notícia.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Por fim, o enunciador pontua que talvez a vítima esteja escondida em algum matagal, levando em conta o golpe violento que sofreu e as condições nas quais deveria se encontrar. O fato é que pela reação da vítima, podemos supor o medo que lhe acometia e em como uma situação como esta agrava o quadro psíquico da pessoa com transtorno mental, podendo intensificar seus quadros de agressividade.

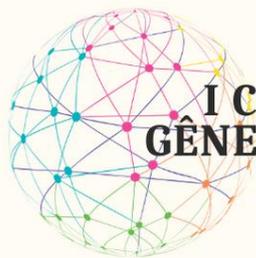
Nessa notícia, é importante perceber como as construções de conceitos em relação ao louco foram capazes de formar uma unidade discursiva que torna possível uma variedade de descrições em relação ao louco dentro de determinados espaços, fazendo até mesmo com que o próprio sujeito considerado louco perceba essas regularidades – em forma de ameaça à vida – a partir do espaço em que se constrói.

Considerações Finais

Como resultado da presente pesquisa, percebemos que a primeira categoria “Louco Violento ou Potencialmente Violento” pode ser percebida a partir de características como impulsividade, pressão, violência e raiva descritas no sujeito considerado louco. Mas também se enquadram o medo, temor, receio ou desconfiança.

É válido perceber que existe uma associação entre um louco violento ou potencialmente violento e o crime. A periculosidade que acompanha o perfil do louco se apresenta de modo constante nas formações discursivas de modo a reproduzir o estereótipo já existente. Assim também identificamos o caminho inverso: o criminoso que é enquadrado em uma patologia psíquica e seu crime passa a ser visto como uma consequência da psicopatologia.

Já a segunda categoria do “Louco enquanto Vítima” pode ser identificada nas notícias analisadas nos discursos nos quais o louco é vítima de alguma violência devido a sua patologia, bem como naqueles em que o louco se torna digno de pena, assumindo o papel de coitado, não responsável por si, pois já não tem condição de um autocuidado. Outra perspectiva a partir dessa categoria, é a de um louco bobo, passivo, ingênuo, refém de outras pessoas e situações, distraído, entre outros adjetivos que diminuem a potencialidade de independência das pessoas com transtornos mentais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O louco pode ser reconhecido enquanto vítima nas construções narrativas por reagir a alguma violência que cometeram contra ele, ocasionando finais trágicos e muitas vezes com a perda de vida do considerado louco. Além disso, aquele considerado como louco se torna vítima não apenas por uma agressão ou crime cometido contra ele, mas também por todo um sistema opressor e violento, que produz sentido e efeitos de sentido capazes de construir uma superfície que reforça os estigmas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Seção 1.

CARVALHO, Jr. Dagoberto. **História Episcopal do Piauí**. Teresina, COMEPI, 1980.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FRANKLIN, Camila F M. **STULTIFERA NAVIS: A invisibilidade do louco nas matérias dos jornais O Dia e O Piauí no mês de inauguração do Sanatório Meduna**. 2017, 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Teresina.

Jornal O Dia, Teresina, 18 de mar. 1975.

Jornal O Dia, Teresina, 11 e 12 de dez. 1977.

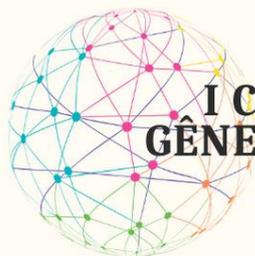
Jornal O Dia, Teresina, 23 de jul. 1981.

Jornal O Dia, Teresina, 13 de nov. 1985.

Jornal O Dia, Teresina, 20 de ago. 1987.

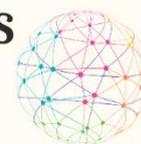
Jornal O Dia, Teresina, 25 de jul. 1997.

STONE, M. H. **A cura da mente: a história da psiquiatria da Antiguidade até o presente**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



HANSENÍASE E ESTIGMA: PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA DOENÇA NEGLIGENCIADA

Gabriel Rocha da Silva

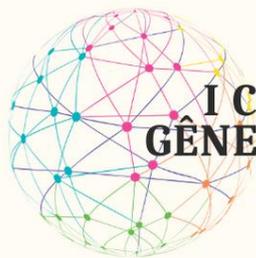
Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI, gabrielr5431@gmail.com

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Professora Adjunta dos Cursos de História da UESPI/UEMA, valteriaval2@gmail.com

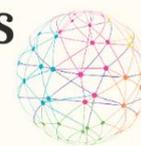
Resumo: A hanseníase é uma doença contagiosa marcada por aspectos socioculturais negativos, como episódios de estigmas e discriminação que causam sofrimento por parte dos que são acometidos pela enfermidade. O Brasil, ao longo do século XX, especificamente durante a terceira década e os anos 80, adotou, como medida de combate e controle à expansão da doença, a política de isolamento compulsório. Dessa maneira, os indivíduos que manifestavam a endemia eram mantidos em locais estruturados como instituições totais (GOFFMAN, 2007) que eram denominados de leprosários. Ao final desse século, após a constatação da insuficiência das políticas anteriores e com a descoberta de medicamentos eficazes para o combate da doença, a comunidade médica internacional decidiu pela alteração do protocolo para o tratamento dessa endemia. O Brasil, mais uma vez buscou acatar as novas orientações, que foram sendo implantadas em conformidade com a realidade de cada região. Visando reduzir os efeitos culturais da doença, foi alterado por via da lei nº 9.010 de 1995, o termo “lepra” para hanseníase. Diante disso, o objetivo geral do trabalho é analisar os aspectos socioculturais relacionados com a trajetória da hanseníase no Brasil ao longo do século XX. Nessa trajetória, buscou-se, ainda, apontar os desdobramentos históricos das políticas públicas de controle à endemia e como estas se constituíram concomitantemente aos avanços médicos. Quanto à metodologia, tratou-se de uma pesquisa caracterizada como bibliográfica e documental. Com o intuito de fazer uma revisão de literatura sobre a hanseníase no século XX, foram consultados autores(as) que discutem a problemática da hanseníase sobre a perspectiva histórica, como Alvarenga (2013) e Carvalho (2012), e outros que abordam a temática da saúde pública, a exemplo de Hochman (1998) e Maciel (2007), além das contribuições teóricas de Goffman (1988; 2007) sobre a noção de estigma. A parte documental integrou as legislações relacionadas à endemia ao longo do século XX. Constatou-se que, apesar dos avanços científicos no campo da saúde e da promoção de políticas públicas de saúde, a doença sobreviveu à virada do milênio. Dados recentes mostram que no século XXI a hanseníase mantém-se como um problema de saúde pública, o que eleva a importância do debate sobre os fatores históricos, sobretudo os relacionados ao estigma.

Palavras-chave: História. Hanseníase. Estigma. Saúde Pública.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Introdução

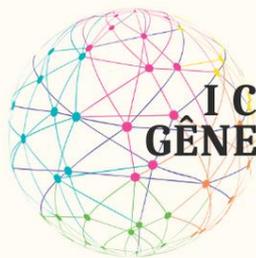
Manifestando-se como uma endemia presente nas experiências da parcela pobre do país, e por atingir a camada mais fragilizada socioeconomicamente, a hanseníase constitui-se, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma “doença negligenciada”, por compartilhar características específicas de abandono e descaso do Estado⁵⁶. Somado a isso, a endemia enquadra-se como “negligenciada” por apresentar-se historicamente relacionada ao grupo de doenças que estão associadas à pobreza e aos ambientes onde não há o mínimo desenvolvimento para a condição de dignidade humana, como apontou Alvarenga (2013) ao demonstrar que a maioria dos casos de incidência da mesma são em pessoas que se encontram em condição socioeconômica fragilizada.

Em termos temporais, o olhar foi dirigido para a perspectiva do contexto do século XX, considerando o amplo histórico já traçado sobre a doença ao longo desses anos, uma série de pesquisadores que se debruçaram sobre a problemática da hanseníase (lepra) ao longo dos anos, entre eles, Alvarenga (2013), Maciel (2007) e Carvalho (2012), bem como de outras referências que contribuíram largamente para a ampliação dos estudos sobre o debate em questão, como Hochman (1998), fundamentais para entender como são dispostos os mecanismos de combate e controle das doenças que foram desenvolvidos ao longo dos anos, e os desdobramentos na sociedade de como estes fatores afetaram a vida dos grupos sociais.

Sendo assim, foram analisados os aspectos socioculturais que estão relacionados com a trajetória da hanseníase ao longo do século XX, considerando que foi o período que marcou as origens das políticas públicas de combate à doença no Brasil e que é fundamental para compreender as complexidades e os estigmas que ainda existem em relação a ela na contemporaneidade.

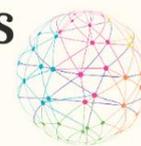
O contexto nacional na primeira metade do século XX

⁵⁶ Dessa maneira, o termo “doença negligenciada” assume uma dimensão que vai além da criação de políticas sanitárias, mas, por ser uma endemia atrelada aos fatores socioculturais, também necessita de políticas sociais para sua erradicação.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



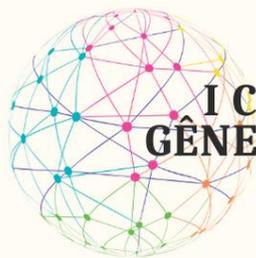
Apesar dos avanços das instâncias federais e estaduais ao lidarem com a questão da saúde pública, é observado que as intervenções demonstram-se ainda insuficientes, resultando na persistência de problemáticas históricas. Essa dicotomia entre o que é previsto nas leis, e os aspectos práticos na implantação, resultam em permanências de variadas endemias. Dentre elas, a hanseníase é uma doença que possui indícios de sua proliferação desde a antiguidade, sendo mencionada na Bíblia⁵⁷, e que até a segunda metade do século XX fora denominada de lepra.

Em razão disso, para o entendimento do contexto atual da permanência da doença e da ineficiência das políticas de controle em erradicar a endemia, é fundamental analisar as obras de autores que refletiram acerca das discussões sobre saúde pública, e em específico sobre os aspectos socioculturais que estão relacionados com a trajetória da hanseníase no século XX, período que ocorre o desenvolvimento e consolidação do aparato burocrático brasileiro, bem como da manutenção e ampliação das políticas públicas de controle à doença.

Do mesmo modo, é nesse século em que se observam melhor as ações tanto dos indivíduos atuantes na sociedade, como dos próprios interesses governamentais da nação para o combate da hanseníase, identificando o desenvolvimento acentuado do Estado no decorrer do século. Todavia, para a compreensão do contexto das ações sociais e estatais, é necessário o entendimento sobre a situação em que o país estava inserido no início do século, ou seja, a necessidade de se retroceder algumas décadas para a compreensão de como ocorreu a formação do Estado Brasileiro e como ele foi se consolidando a partir de interesses intrínsecos que não são restritos apenas a políticas públicas da, então, lepra, mas de circunstâncias que envolvem a estrutura do sistema político nacional.

Ao lançar o olhar sobre a primeira metade do século XX, percebemos que a configuração burocrática do Estado brasileiro ampliou-se a partir do período varguista (1930-1945), quando ocorreu a implantação de uma política centralizadora que correspondia à necessidade do andamento do projeto modernizador do país. Nesse sentido, foram ampliadas as intervenções estatais, através da atuação de órgãos públicos criados nesse governo, bem

⁵⁷Cabe ressaltar que no contexto bíblico o termo “lepra” representa uma série de doenças de pele, pois foi retratada como “mancha de pele”.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

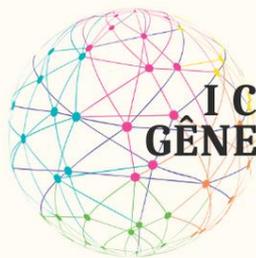


como do incremento de uma série de políticas públicas, dentre elas, as políticas de educação, saúde e trabalho. O Estado Novo (1937-1945), segundo Capelato (2010, p. 119): “tinha como principal meta superar o atraso e transformar o Brasil em um país desenvolvido do ponto de vista econômico”. Dessa maneira, para o desenvolvimento do país foi necessário o fortalecimento do Estado para que a população em geral gozasse de direitos básicos para qualidade de vida, como saúde, educação etc.

Também com o olhar voltado para o começo do século XX, Hochman (1998) realiza uma importante análise das políticas públicas em saúde, caracterizando os avanços na área do sanitário no país. Sua abordagem incorpora a perspectiva de que a problemática de saúde foi a mola propulsora para o desenvolvimento do aparato burocrático, à medida que a elite nacional ampliava a participação nas definições das agendas governamentais, o que contribuiu para a construção de políticas sanitárias de combate às doenças que afetavam a população brasileira, e por consequência, ampliação dos poderes federais.

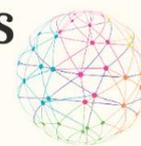
Nesse sentido, apesar do governo de Vargas (1930-1945) absorver a preocupação com a saúde pública como uma das bandeiras primordiais de sua administração, as atenções com a saúde pública, guardadas as devidas proporções, antecedem seu governo. Já nas primeiras décadas do século XX foram realizadas viagens sanitárias por todas as áreas do país para que houvesse um “balanço” de como estava a situação dos brasileiros, produzindo, assim, um diagnóstico da população e de diversas regiões do país, o que motivou os discursos de necessidade de aumento do Estado para garantir a proteção social. Os sanitaristas constataram que o Brasil se apresentava como um território endêmico, onde indivíduos viviam de forma miserável. Por grande parte dos sujeitos integrarem o grupo de pessoas economicamente menos favorecidas, este passou a representar um “perigo” para as elites e especialmente para o projeto de desenvolvimento e modernização do país (HOCHMAN, 1998).

Além disso, o país não possuía um ideário de nação construído, fato que deveria ser modificado para garantir uma gestão centralizada do Governo Federal por todo o país. Por tal razão, ainda que uma mínima porcentagem de indivíduos possuíssem condições privilegiadas,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



esses estavam em zona de perigo porque teriam de se relacionar com outras pessoas que não possuíam as mesmas condições de salubridade.

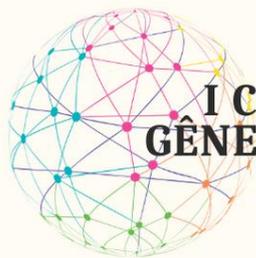
Então, para uma convivência positiva entre os sujeitos, percebendo a interdependência social nas relações, eram necessárias medidas que combatessem essas mazelas e trouxessem condições favoráveis de higiene. Para tanto, nessa perspectiva, a única forma possível para a redução da problemática seria através do crescimento do governo brasileiro, como argumenta Hochman (1998, p.16):

Uma política nacional de saúde pública no Brasil foi possível e viável a partir do encontro da consciência das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central, tendo o federalismo como moldura político institucional. Esse encontro foi promovido pelo movimento sanitarista brasileiro que buscou redefinir, entre 1910 e 1920, as fronteiras entre os sertões e o litoral, entre o interior e as cidades, entre o Brasil rural e o urbano em função do que consideravam o principal problema nacional: a saúde pública.

A partir dessa compreensão, do desenvolvimento da consciência social, foram desenvolvidas soluções que iriam sanar essas adversidades. Desse modo, a situação da saúde dos indivíduos contribuiu para a formação de uma mentalidade estatal e burocrática que visa solucionar a problemática de saúde. Nesse sentido, o Brasil almejava a equação reformista que Hochman (1998, p.80) nos apresenta: “consciência sanitária + mudanças políticas e constitucionais = política nacional de saúde pública”.

Por conta desses fatores adicionados, dar-se-ia a formação das políticas nacionais de saúde pública. Em conformidade com o exposto, a complexidade das configurações sociais e a transformação da saúde em bem público foi determinante para a constituição de uma autoridade burocrática que buscasse sanar ou remediar os efeitos negativos da interdependência social.

A existência de um território com governo descentralizado representava uma realidade repudiada por esses sanaristas. No entanto, Alvarenga (2013) ressalta que eles não eram necessariamente contra o modelo federalista, mas um contexto descentralizador que impedia a eficácia de medidas políticas e profiláticas. Diante disso, o poder descentralizado, aliado à



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



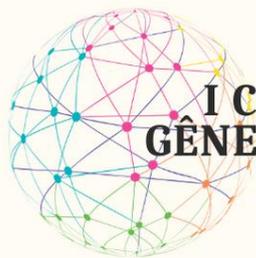
certificação de uma sociedade endêmica, tornava a soberania e o desenvolvimento nacional frágil.

No Brasil, nesse contexto, as condições sanitárias eram deploráveis, por não existir a consolidação de intervenções eficazes que garantissem condições sanitárias mínimas para grande parte da população, em vista disso, se propagavam diversas doenças que ameaçavam a sociedade. Assim, pode-se perceber que a ausência de políticas públicas de saúde adequadas e a carência do acesso da maioria da população a recursos básicos, necessários à qualidade de vida, agravaram a situação endêmica do país. Além disso, é possível observar a negligência⁵⁸ do governo em relação às endemias, proporcionando a propagação de diversas doenças, as quais atingiram a população mais pobre que não era alvo de políticas públicas de saúde. Ao contrário, em algumas ocasiões, a exemplo da derrubada dos cortiços, essa camada da população era tratada como “classes perigosas” para o recente desejo de modernização nacional (CHALHOUB, 1996).

Por esse motivo, a insuficiência das intervenções públicas e a ausência de condições básicas para assegurar o bem-estar da maior parte da população intensificaram a multiplicação das doenças, que se caracterizaram por atingir os mais desfavorecidos e por não possuir, até então, enfoque nas agendas de prioridades do Governo central. Em consequência, fez-se necessária a criação de políticas com abrangência territorial ampla, fortalecendo a implantação de um estado de bem-estar social, característica que foi mais latente após os anos 1930. Dessa maneira, é perceptível que a historiografia sobre a saúde pública e as doenças tenha como enfoque, em sua grande maioria, o período republicano, especialmente nesse contexto do primeiro Governo de Vargas (1930-1945), pois foi durante esse período que ocorreu o desenvolvimento mais atenuado de ações profiláticas de saúde pública, que anteriormente possuíam outra configuração.

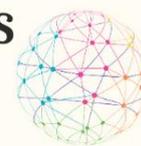
Hanseníase: uma doença negligenciada

⁵⁸ Até então poucas doenças tinham a atenção do Estado, pode-se citar como exemplo a Febre Amarela (CHALHOUB, 1996).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



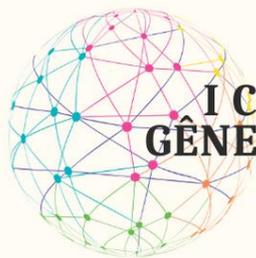
Anteriormente ao incremento dos investimentos das políticas públicas de saúde, as medidas profiláticas eram mais voltadas para ações voluntárias, através da caridade de caráter religioso, como mostra Maciel (2007) sobre as práticas características do século XIX:

No Brasil, durante o século XIX, eram ainda as Santas Casas de Misericórdia e instituições ligadas à Igreja, as responsáveis pelo atendimento aos doentes de toda natureza. Os hospitais militares, a exemplo de assistência pública, muito pouco faziam pela população civil como um todo. Neste sentido, assistência hospitalar pouco ainda se diferenciava daquela do período colonial, sendo a iniciativa privada, especialmente aquela de caráter religiosa, responsável pela maior parte das iniciativas de assistência aos doentes. (MACIEL, 2007, p. 33-34).

Através desse trecho percebe-se a negligência do Estado em relação aos problemas que acometiam o povo, ficando a cargo das instituições religiosas. Entretanto, é notável que tal descaso não foi exclusivo da entidade estatal. A falta de atenção sobre o problema da saúde no Brasil, em especial sobre a doença em foco neste artigo, era refletida, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, entre a comunidade médica, como nos prova a autora nas páginas seguintes, ao analisar o relatório final dos membros da Academia Nacional de Medicina:

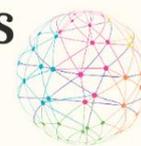
O Relatório é rico em elementos que refletem como se encontrava a saúde pública naquele momento e as ações necessárias para melhorar este campo, sendo, inclusive, bastante claro na proposta de criação de um Ministério da Saúde Pública, como forma de torná-la autônoma e com recursos financeiros próprios [...]. Embora a lepra fosse reconhecidamente considerada por vários médicos, como um “flagelo nacional”, no Relatório de 1917, ela não aparece como parte da agenda estratégica de saúde do país. Ali, as doenças priorizadas foram: malária, ancilostomose, leishmaniose, doença de Chagas, febre amarela e sífilis. (MACIEL, 2007, p. 50)

Dessa forma, conforme os trechos citados do relatório percebe-se que apesar da lepra ser reconhecida como um “flagelo nacional”, não era o suficiente para enquadrá-la em uma política mais ampla de controle e combate. Entretanto, ainda que a endemia continuasse



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

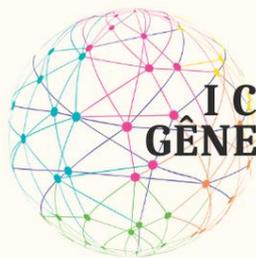


renegada, apesar do conhecimento de seu histórico de periculosidade, destaca-se que esse relatório foi bastante inovador por transmitir ações referentes à saúde que eram necessárias e que foram impostas posteriormente, como a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública que centralizava as decisões, tornando o Estado como grande interventor para sanar os problemas públicos.

Desse modo, é possível identificar o caráter de negligência que a doença adquiriu historicamente e que reflete até os dias atuais. Identificando também que essa característica não é exclusiva da hanseníase, podendo ser indicadas outras doenças com particularidades socioculturais semelhantes, dentre elas: dengue, doença de chagas, tuberculose e leishmaniose. Tais endemias encontram em condições climáticas favoráveis como a brasileira, com a predominância de um clima tropical úmido, bolsões de pobreza que permanecem em algumas regiões do país, falta de acesso a medicamentos eficazes e o descaso dos governos para com as políticas de saneamento, controle e combate a essas condições, as explicações para suas permanências e propagações. Todas com aspectos históricos de negação e desleixo por atingirem a parcela mais pobre da população e, por esse motivo, não possuem tantas intervenções públicas para seus controles.

Em vista disso, é durante a década de 1920 que foram implantadas com mais veemência as intervenções governamentais com o objetivo de controlar o avanço acerca da endemia com a institucionalização da doença, como discute Carvalho (2012) ao afirmar que o ano de 1920 foi fundamental para essa discussão porque representou a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o que influenciou diretamente nas políticas de controle da lepra, pois também foi criada a Inspetoria de Profilaxia da lepra, marcando a partir das criações a institucionalização da saúde pública e a inserção da doença como prioridade das instituições que visavam tecer estratégias para controle da doença.

A característica biológica da doença de sequestrar de forma mais lenta os acometidos também contribuiu para que a mesma não se encontre como prioridade em relação às agendas governamentais. O indivíduo permanece vivo, mas degenerando-se lentamente e aos poucos perdendo seus membros físicos. Diante disso, uma vez diagnosticado, o indivíduo não era bem



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

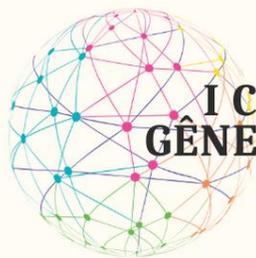


aceito pelos demais membros da sociedade que por medo do contágio se afastavam, aspecto que ajudou a reforçar as políticas de segregação social mais evidentes nas décadas posteriores.

Diante da conjuntura da formação burocrática do Estado, a lepra se insere enquanto doença que quando fora alvo de políticas de controle, especialmente entre os anos 1930 e 1960, ocorreu de forma a segregar a população marginalizada, reforçando os preconceitos através do isolamento compulsório, principal política de controle da doença no século XX. Desse modo, entende-se o estigma a partir da perspectiva de Goffman (1988) como um fator de não aceitação do indivíduo na sociedade, o que resulta no tratamento depreciativo para aqueles que eram diagnosticados com a doença. Sendo assim, o estigma não se reduz a simples marca, mas representa, de forma simbólica, estar doente como um fator de exclusão do sujeito na sociedade, afinal, através dos esforços do Estado e da sociedade foram mantidos os infectados, por quase quatro décadas, em leprosários, estruturados como instituições totais (GOFFMAN, 2007), de modo que aqueles que contraíam a doença eram isolados totalmente da sociedade e colocados em uma nova realidade, onde eram obrigados a conviver com pessoas que compartilhavam da mesma doença.

Carvalho (2012), ao analisar as políticas sanitárias sobre a lepra desde 1920 até 1962, centra-se particularmente na política de isolamento compulsório. É interessante observar que apesar de todo o histórico da endemia, suas medidas profiláticas demoraram a ser impostas se comparadas a outras doenças características do Brasil, e mesmo depois da criação da Inspetoria, na realidade as medidas de combate à lepra só foram maciçamente efetuadas nacionalmente no governo de Vargas, especialmente com a criação do Serviço Nacional da Lepra (SNL) que é o enfoque também das discussões de Maciel (2007) e Alvarenga (2013). Em razão disso, as autoras discorrem sobre o período em que foi ampliado o sistema tripé que vingou durante anos: dispensário, leprosário e preventório. Através dessa estrutura que vigorou a política de controle e combate da hanseníase pela maior parte do século XX.

O dispensário era o local que tinha por objetivo o diagnóstico do indivíduo, caso fosse comprovada existência do bacilo de *hansen* em seu corpo, deveria ocorrer notificação para que este fosse “tratado” em leprosários. O termo escrito entre aspas devido ao contexto do período,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



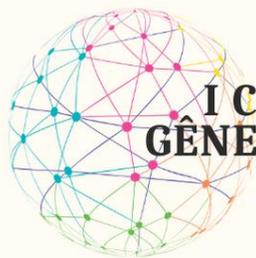
afinal de contas, não existiam tratamentos eficazes para a cura do paciente, eles geralmente eram diagnosticados e compulsoriamente segregados em locais distantes dos demais para continuarem com suas vidas longe da sociedade em geral, estes locais denominados de leprosários.

Em alguns estados esse local de segregação era tão amplo territorialmente que possuía extensão equivalente a uma cidade, a exemplo da Colônia Santa Isabel em Minas Gerais que inicialmente foi projetada para possuir capacidade de 1500 pessoas, porém esse número elevou com o decorrer do período Vargas e ampliação dos investimentos nas políticas públicas, basicamente uma cidade apenas para os acometidos pelo bacilo.

Aqueles que possuíam filhos, ou que tiveram filhos enquanto estavam confinados no leprosário, não poderiam ter contato com estes por muito tempo devido ao perigo de contágio. Nesses casos, a prole passava a viver em locais denominados de preventórios que eram uma espécie de orfanatos para os filhos dos infectados com a doença.

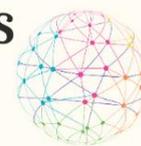
Alvarenga (2013), ao discutir sobre o preventório no Piauí, Educandário Padre Damião, nos contempla com uma discussão relevante sobre a vida das crianças que residiam nesses locais. Enquanto na propaganda é exposta uma vivência bastante satisfatória, do outro lado do discurso daqueles que viveram nesses locais é perceptível um discurso contraditório, ao afirmarem que o cotidiano era conturbado. Além do exposto, a autora analisa a experiência isolacionista da lepra no Piauí. Essas políticas foram inseridas primeiramente através de iniciativa privada, o que pode ser explicado pelo conceito de interdependência social, discutido anteriormente, que despertou na elite o “desejo” de controlar a proliferação de doenças, como inicialmente discutido nessa seção.

O leprosário, alvo de suas pesquisas, foi inaugurado inicialmente como Fundação São Lázaro, em Parnaíba, no ano de 1927, e somente em 1939 passou a administração para o domínio estadual, tornando-se o leprosário oficial do Piauí. Apenas em 1941 alterou o nome para Colônia do Carpina, através do decreto nº 398, em um contexto nacional de ampliação do Estado que passava a exercer maior controle na sociedade em geral, e nesse caso, a intervenção na realidade piauiense.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

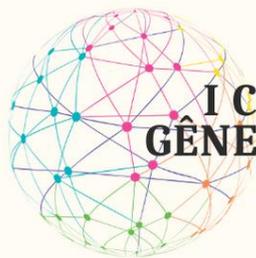


Após o auge das práticas estatais de segregações, ocorreu a descoberta de tratamentos mais eficazes para a cura da lepra a partir dos avanços da medicina que resultou no uso das sulfonas que possibilitou a cura que antes era quase impossível pela ausência de alternativas eficientes. Dessa maneira, todo o enfoque que o governo e profissionais da saúde tiveram em legitimar aquelas medidas segregacionistas demonstrou ser ineficaz porque apenas isolava o paciente do convívio social. Posteriormente, na década de 1950, foi desenvolvida uma série de eventos, congressos, e produções científicas com o intuito de mostrar que o isolamento não era a melhor maneira para o tratamento da doença.

Em 1956, após a posse de Orestes Diniz no cargo de diretoria da SNL, houve intervenções por parte dele para que o enfoque das medidas profiláticas estivesse no diagnóstico, ou seja, a mudança no objetivo central da política de controle da doença, passando agora a ser voltada ao diagnóstico prévio, pois, através de uma descoberta precoce o indivíduo obteria uma oportunidade mais favorável para a cura, e por consequência o desmembramento da política isolacionista. Devido a isso, esse ano é fundamental para o desfecho do modelo profilático baseado no tripé, pois fora constatado que não era eficaz (CARVALHO, 2012).

Sendo assim, a partir do final dos anos 1960, a política de segregação já não era mais apoiada, e sequer no debate acadêmico encontrava respaldo nas autoridades médicas nacionais e internacionais. Todavia, mesmo com essas atitudes do diretor e com o decreto nº 968/62 que determinava a revogação do modelo tripé, ainda não foi suficiente para seu encerramento oficial, que ocorreu somente no final da década, em 1968, através da lei nº 5511, que determinava que o modelo deveria ser abandonado, mas somente após a portaria nº 165 de 1976 que as práticas de isolamento foram abandonadas em detrimento de novas formas de políticas de combate à doença, iniciando o processo de maior enfoque do tratamento ambulatorial da doença como principal política de controle (ALVARENGA *et al*, 2018).

É em meio a esse contexto que se iniciam os debates sobre a mudança de nomenclatura de “lepra” para “hanseníase”, como uma tentativa de diminuir o estigma que os ex-segregados sofriam com a reinserção na sociedade. O Dr. Rotberg (1912 – 2006) possuiu grande influência nessa mudança, foi ele quem instigou o debate sobre a troca da nomenclatura, desde meados da



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



década de 1960, com o objetivo de transformar a imagem que a sociedade tinha da doença de uma endemia incurável que representava a segregação social, para uma doença curável e com tratamentos eficazes.

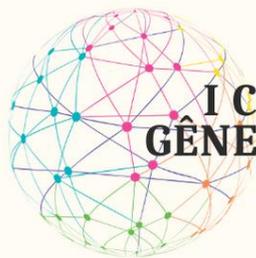
Isto posto, após a alteração dos protocolos para o tratamento dessa endemia, em decorrência da descoberta de remédios eficientes ao seu combate, já se adota na portaria de 1976 o termo “hanseníase” em substituição ao nome “lepra” e seus derivados, visando à integração do doente na sociedade. Posteriormente, em convergência com a portaria de 1976, foi alterada a nomenclatura por via da lei federal nº 9.010 de 1995.

Ainda assim, essa reintegração dos indivíduos que foram isolados se deu de forma dolorosa, uma vez que os estigmas permaneciam devido aos anos em que as políticas de isolamento foram apoiadas. Por isso, não seria apenas através de força de lei que seriam solucionados os problemas desses sujeitos, que em muitos casos preferiram permanecer vivendo dentro dos leprosários.

Durante essa conjuntura de reinserção dos ex-segregados na sociedade teve a origem do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por Hanseníase - Morhan. Criado em 1981, ele possui objetivo de lutar através de atividades de conscientização e foco na construção de políticas públicas eficazes para a população atingida por hanseníase. Esse grupo está constantemente representando a causa de ex-infectados, pois muitos tiveram sua vida comprometida devido ao isolamento, e, em busca de compensações, lutam por direitos, como o de pensões.

Uma das conquistas do grupo é a Lei 11.520 de 2007, que beneficia os indivíduos que sofreram com a política isolacionista, contemplando os sujeitos que foram segregados até o ano de 1986, assumindo que mesmo que ainda não vigorasse oficialmente a política isolacionista, esta ainda existia em algumas especificidades territoriais, o que ressalta ainda mais a dificuldade de desarticular o aparato isolacionista que vigorou por anos.

Porém, existem aqueles que se sentem no direito de receber essas reparações, mas que não possuem sua causa prevista nessa lei. Por exemplo: casos em que indivíduos foram isolados, mas por não terem de fato sido internados em leprosários, não possuem direito previsto na lei.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



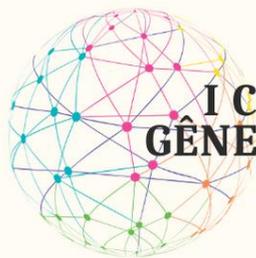
Além das situações de filhos dos ex-internos que também foram afetados, pois a estrutura de combate à doença, como discutido anteriormente, os afetava, resultando em uma saída do anonimato e estigmas da sociedade para com eles. Dessa forma, apesar de não terem sido segregados da sociedade, sentem-se no direito de receber pensão pelo fato de terem suas vidas prejudicadas devido, além de tudo isso, à ausência dos pais, como discute Alvarenga *et al.* (2018):

Nesse sentido, entende-se que a Lei nº 11.520/07 colabora para a instituição de uma cultura política solidária e de cooperação, que permitam seus beneficiários minimizarem déficits que não lhes são diretamente imputáveis. Levando-se em conta que a maioria desses sujeitos vive em situações precárias, sem as condições básicas para uma vida digna, e que parte dessa realidade pode ser relacionada à supressão de oportunidades ao longo dos anos que viveram em "instituições totais" se é que nas condições em que funcionou a maioria delas, é possível caracterizá-las assim – o Estado e a sociedade não podem manter-se indiferentes em relação a tal situação.

Nesse fragmento é possível observar a importância que teria se sancionada a lei, pois é uma forma de reparar os casos em que houve desleixo para com os sujeitos afetados indiretamente, ainda que haja a necessidade de uma definição precisa sobre a abrangência da referida lei sobre os indivíduos para que não seja implantada de forma equivocada.

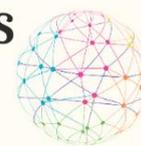
De acordo com essa perspectiva, é perceptível a situação negligente do Estado em relação aos sujeitos que sofreram com os resultados de políticas insuficientes, ainda que estes não tenham sido segregados diretamente, é possível observar a influência de ter um ente familiar diagnosticado com a endemia, o que deixa à tona talvez o maior responsável pela permanência do problema histórico: a vida condicionada pelos estigmas.

Ao analisar dados recentes do Brasil, mesmo no século XXI ainda é possível perceber que essa situação existe. Em 2006, segundo dados do SINAN, os indicadores eram de 44,56 pessoas por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional era de 23,1 acometidos pela enfermidade. Tais dados demonstram que mesmo com a mudança em sua nomenclatura, é perceptível através da investigação dessas informações que a hanseníase ainda carrega toda a história de estigmas que anteriormente foi da lepra, pois possui um significado que está



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



impregnado no imaginário da sociedade como uma doença terrível que destrói as partes do corpo aos poucos.

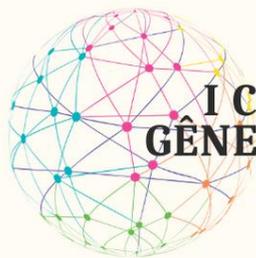
Maior exemplo da situação é o fato de nos dias atuais ainda existirem diversos leprosários que funcionam devido ao número de pacientes que decidiram continuar morando nos referidos espaços por preferirem permanecer nesses locais a enfrentarem as dificuldades sociais decorrentes do preconceito:

Os sujeitos que falam hoje sobre o isolamento não são os que viveram naquela instituição durante o regime de internação compulsória. Não são mais leprosos e muito menos isolados. Portanto, falam de outro lugar, embora ainda residam no mesmo espaço e não possam apagar o que viveram no passado. São atualmente os principais guardiões dessa experiência o que lhes permite transitar por essas duas realidades: um passado e um presente que se misturam incessantemente e se contaminam de forma inevitável (ALVARENGA, 2013, p. 266).

Desse modo, a autora, ao analisar as permanências e mudanças na vida dos ex-internos da Colônia do Carpina, observa que os sujeitos que ainda residem no leprosário resgatam a todo o momento o passado sofrido devido ao isolamento compulsório e o atual presente de lutas e reivindicações devido a esse sofrimento. Nesse sentido, seus comportamentos apresentam-se na dicotomia entre vítimas das políticas segregacionistas, mas também enquanto heróis por terem sobrevivido a essa política de isolamento.

Considerações Finais

Portanto, a problemática apresenta-se com uma longa trajetória no século XX, que fora desde a negligência total por parte do governo federal no começo do século, em que sequer a doença era lembrada nas estratégias políticas de controle da doença, perpassando pelo período em que houve intensificações nessas políticas com a adoção do modelo tripé e a política de isolamento compulsório, até seu fim e o início de novas políticas de erradicação da doença voltadas para métodos de prevenção e diagnósticos precoces para maior eficácia no tratamento.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Entretanto, mesmo com os avanços médicos a doença sobreviveu à virada do milênio e no século XXI, ainda que existam mecanismos eficazes de combate, através da poliquimioterapia (Rifampicina, Dapsona e Clofazimina), esta persiste enquanto problema de saúde pública, devido aos aspectos socioculturais negativos que existem e elevam a importância do debate sobre os fatores que contribuem para essa permanência e como o Governo Federal vem atuando através da implantação de políticas de combate e controle da doença.

REFERÊNCIAS:

ALVARENGA, Antonia Valteria Melo. **Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí**. Teresina: Edufpi, 2013.

ALVARENGA, Antonia Valteria Melo; VALE JUNIOR, João Batista; SILVA, Gabriel Rocha da; ALVARENGA, Mariana Melo; VALE, Dário Henrique Alvarenga. Da reclusão à reparação: O alcance da lei 11.520/07 sobre hansenianos e seus descendentes. **Vozes, Pretérito & Devir**, v. VIII, p. 192-206, 2018.

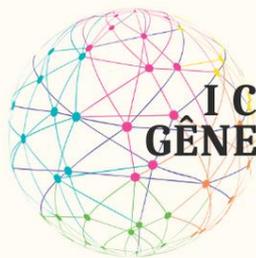
ALVARENGA, Antonia Valteria Melo; VALE, Dário Henrique Alvarenga; SILVA, Gabriel Rocha da. Hanseníase: da experiência do estigma ao horizonte da cura. **Revista Eletrônica Acervo em Saúde**, v. 10, p. 1534-1540, 2018.

BRASIL. Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. **Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/historiadahanseníase/media/Decreto968.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 5511, de 15 de outubro de 1968. **Submete a Campanha Nacional Contra a Lepra ao regime previsto na Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, e dá outras providências**. Disponível em: <https://cutt.ly/rk4CjIP>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 165/Bsb, de 14 de maio de 1976**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de junho de 1976.

BRASIL. Lei nº 9010, de 29 de março de 1995. **Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências**. Disponível em: <https://cutt.ly/Rk4XPlp>. Acesso em: 20 set. 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BRASIL. Lei nº 11520, de 18 de setembro de 2007. **Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.** Disponível em: <https://cutt.ly/0k4XFrJ>. Acesso em: 13 out. 2019.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CARVALHO, Keila Auxiliadora de. **Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960).** 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

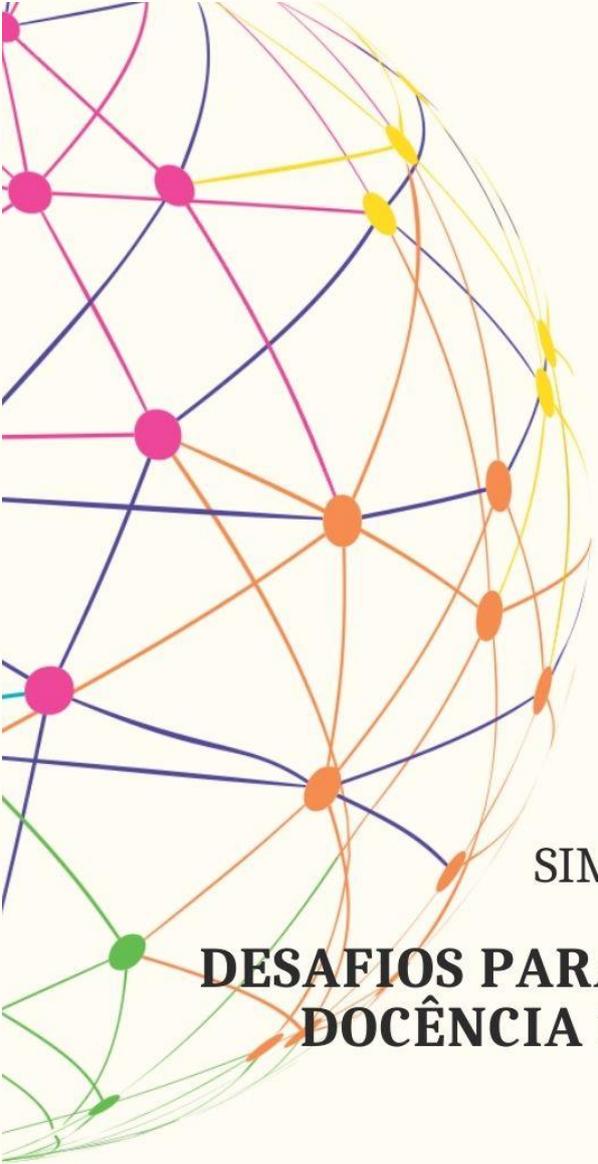
CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil.** São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1998.

MACIEL, Laurinda Rosa. **“Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade”:** uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

**DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO, O ENSINO E A
DOCÊNCIA DIANTE DE RETROCESSOS**

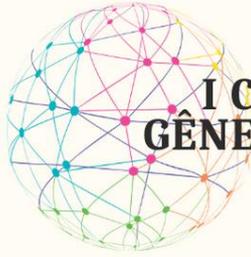
Coordenadores:

Fabricia Teles (UESPI)

Felipe Ribeiro (UESPI)

I Congresso Internacional de Gênero, Prática e Epistemologias

07 a 10 de dezembro de 2020



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ALFABETIZAÇÃO EM DEBATE: A POLÍTICA DO GOVERNO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

Maria Aurineide dos Santos Leal

Universidade Estadual do Piauí, e-mail: aurilealpb@hotmail.com

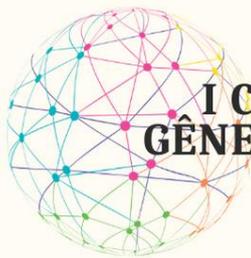
Fabricia Pereira Teles

Universidade Estadual do Piauí, e-mail: fabriciateles@phb.uespi.br

Resumo: Atualmente, no Brasil, enfrentamos uma grande crise paradigmática quando se trata do tema alfabetização. De fato, nunca houve um consenso sobre o assunto. Entretanto, nas últimas décadas as pesquisas e experiências didático-pedagógicas mostravam certo equilíbrio quanto a direção, as medidas e concepções a serem implementadas nas práticas de alfabetização nas escolas. A maior diferença, talvez, estivesse muito mais relacionada as problemáticas das condições materiais e qualidade de formação docente no interior das escolas públicas e escolas privadas, do que uma discordância feroz acerca do paradigma orientador das práticas de alfabetização. Desde a campanha presidencial de 2018, mais objetivamente em, 2019, pesquisadores, professores e estudiosos do tema alfabetização de todo o país foram desafiados a entrar na discussão imposta pelo governo do presidente Jair Bolsonaro sobre aquilo denominado de “ideologia na alfabetização” liderada pelo atual Secretário de Alfabetização Carlos Francisco de Paula Nadalim. Nessa linha, o secretário aponta severas críticas as teorias defendidas por Paulo Freire e a todos aqueles que dialogam com uma concepção de alfabetização alinhada à cultura social. Frente ao atual contexto, este trabalho é fruto da pesquisa, em andamento, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UESPI, interstício 2020-2021. No estudo, questionamos: Estariam resolvidos os complexos problemas do processo de alfabetização se o país adotar um único método de alfabetização? E este seria o método fônico? As questões citadas constituem horizontes na investigação que tem por objetivo geral: investigar as principais políticas de alfabetização adotadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, em debate com os métodos/propostas de alfabetização no Brasil, nas últimas décadas. O percurso do trabalho vem se constituindo por meio de uma abordagem metodológica em que se adotou a pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória descritiva de cunho quali-quantitativa. Os estudos preliminares revelam que existem muitos equívocos na compreensão dos temas alfabetização e letramento no quadro da atual Política Nacional de Alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Política Nacional de Alfabetização. Governo de Jair Bolsonaro.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Desde a campanha presidencial de 2018, mais objetivamente em, 2019, pesquisadores, professores e estudiosos do tema alfabetização de todo o país foram desafiados a entrar na discussão imposta pelo governo do presidente Jair Bolsonaro sobre aquilo denominado de “ideologia na alfabetização”. Liderada pelo atual Secretário de Alfabetização Carlos Francisco de Paula Nadalim⁵⁹, o problema dos altos índices de analfabetismo no Brasil está relacionado aos métodos de ensino ditos “construtivistas” (BBC NEWS-BRASIL, 2019).

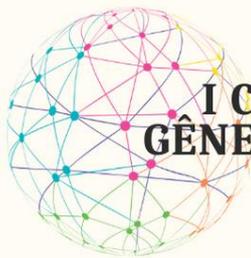
Nessa linha, o secretário aponta severas críticas as teorias defendidas por Paulo Freire e a todos aqueles que dialogam com uma concepção de alfabetização alinhada à cultura social (SOARES, 2016).

Frente a essa nova condução paradigmática, aquilo que caminhava na direção de ser uma orientação aos professores alfabetizadores após décadas de estudos, práticas e pesquisas científicas divulgada por diversos pesquisadores, especialmente, por Magda Soares (um dos nomes mais respeitado na academia quando se trata do tema alfabetização-letramento no país), passou a ser disseminada como incorreta, inconsistente e de pouco ou nenhum respaldo científico. A saída sugerida pelo secretário e criador do blog “Como educar seus filhos” é uma proposta já conhecida e criticada por pesquisadores do tema, denominado: Método Fônico de Alfabetização.

Perguntamos: Estariam resolvidos os complexos problemas do processo de alfabetização se o país adotar um único método de alfabetização? E este seria o método fônico? O foco do processo de alfabetização deve ser no ensino/método do professor ou na aprendizagem/como a criança aprende? Numa perspectiva ampliada, quais as medidas veem sendo tomadas pelo atual governo federal que revele a direção sobre o que entendem ser o combate ao analfabetismo?

O primeiro ponto da problemática é de base histórica. Envolve discutir os diferentes métodos de alfabetização veiculados no Brasil, suas influências teóricas, perspectivas de professor, educando e sociedade, bem como, compreender outros fatores de ordem política, a

⁵⁹ Vale destacar que a implantação da Secretaria de Alfabetização e a escolha do secretário foi uma escolha feita pelo ex-Ministro da Educação Ricardo Velez Rodrigues.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



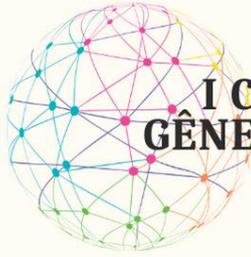
exemplo, das políticas de formação de professores para atuação na área da alfabetização. Portanto, é preciso conhecer as características dos diferentes métodos, suas normas, roteiros e os reflexos traduzidos em práticas de alfabetização feita por professores em sala de aula, para analisar e avaliar se a adoção de um único método de alfabetização no país, proposto pelo secretário Nadalim - o método fônico, poderia resolver realmente a complexa questão do analfabetismo revelado nos índices do SAEB-Avaliação Nacional de alfabetização (ANA), e nos últimos resultados no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA, 2018).

O segundo ponto da problemática envolve as ações concretas adotadas pelo governo federal no combate ao analfabetismo. Conhecer, analisar e avaliar essas medidas fazendo paralelo com outras medidas já tomadas por governos anteriores pode: a) revelar uma sinfonia capaz de ganhar força em Estados e Prefeitura no combate ao analfabetismo; numa outra perspectiva, b) revelar crise e o agravamento da situação de aprendizagem de crianças, jovens e adultos de todo o país com resultados educacionais ainda piores.

Diante desse contexto, vale destacar, no dia 11 de abril de 2019, foi assinado o decreto 9.765 que instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA). O objetivo é melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional (BRASIL, 2019). Meses depois, em 05 de dezembro de 2019, o programa “Conta pra mim” é lançado com objetivo de desenvolver a Literacia Familiar. Além dessas medidas, em 18 de fevereiro de 2020 é lançado o programa “Tempo de Aprender” com propósito de:

enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país. Entre elas, destacam-se: déficit na formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; falta de materiais e de recursos estruturados para alunos e professores; deficiências no acompanhamento da evolução dos alunos; e baixo incentivo ao desempenho de professores alfabetizadores e de gestores educacionais. (BRASIL, PNA, 2019).

Na tentativa de colaborar com as discussões que se fazem relevantes sobre o tema alfabetização na atual conjuntura, bem como, subsidiar a prática pedagógica crítico-reflexiva



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de pedagogos em formação inicial e contínua, este projeto, pretende fazer um apanhado histórico dos principais métodos de alfabetização, seus avanços e retrocessos em diálogo com as medidas tomadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

As questões citadas constituem horizontes na investigação que tem por objetivo geral: investigar as principais políticas de alfabetização adotadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, em debate com os métodos/propostas de alfabetização no Brasil, nas últimas décadas. O percurso do trabalho vem se constituindo por meio de uma abordagem metodológica em que se adotou a pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória descritiva de cunho quali-quantitativa. Nas próximas seções, alguns detalhamentos do estudo em desenvolvimento.

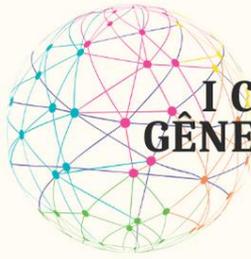
Procedimentos metodológicos

A pesquisa científica constitui um conjunto de procedimentos com rigor sistemático, orientado cognitivamente pelo raciocínio lógico do pesquisador. Visa, geralmente, encontrar respostas ou soluções para os problemas/fenômenos observáveis mediante o emprego de métodos científicos.

Uma pesquisa surge quando existe uma dúvida a ser esclarecida pelo pesquisador. Para execução da investigação o pesquisador precisa escolher um tipo de pesquisa dentre os diversos modelos existentes.

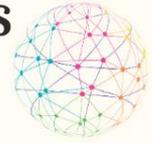
Gil (2002, p. 44) define “[...] pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Para exemplificar: pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa. Considerando o objeto da investigação vem se procurando estabelecer uma visão histórica acerca do tema. Isto é, uma visão de pesquisa que busque muito mais compreender o fenômeno estudado do que apenas uma descrição dele. Sendo assim, o percurso metodológico a ser adotado será a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória com uma abordagem quali-quantitativa.

De acordo com Fonseca (2002, p.32) a pesquisa bibliográfica é realizada tendo início com pesquisas de referências teóricas já estudadas e divulgadas em meio físico ou eletrônico: livros impressos, anais de eventos, artigos publicados em revistas científicas, site de órgãos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



respeitados pela academia, site do governo federal, dentre outros. Toda pesquisa científica se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que revela ao pesquisador o que já foi estudado sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

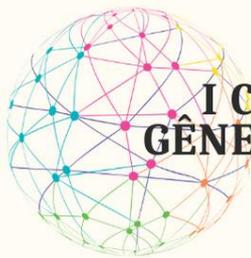
Sobre a pesquisa bibliográfica, optamos como primeira etapa realizar o levantamento de documentos obtidos no site do MEC para obter informações relacionadas a PNA (Decreto 9.765 este, assinado em 11 abril de 2019) e estudos em fontes bibliográficas para organizar cronologicamente as principais teorias da alfabetização no país e assim compreender o fenômeno a partir de uma visão geral dos fatos sobre o tema em estudo.

É sobre esses dados preliminares que abordaremos nos resultados e discussão, a seguir neste texto.

Resultados e discussão: uma abordagem bibliográfica preliminar

O respaldo científico e o respeito no universo da academia brasileira e internacional no tema da Alfabetização e Letramento nos fazem concordar com a fala da professora Dra. Magda Soares (2020, p.24) quando afirma que:

mais uma vez, vive-se um momento de constatação do fracasso na alfabetização e, como sempre aconteceu ao longo do tempo, mais uma vez o método de alfabetização se configura como uma questão: apontado como responsável como fracasso, torna-se uma dificuldade daquilo a resolver e em virtude das divergentes soluções propostas para vencer essa dificuldade, torna-se também objeto de polêmica.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

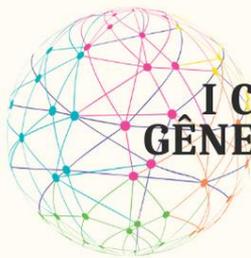


De acordo com Ferreiro (2000), tradicionalmente, as decisões a respeito da prática alfabetizadora tem-se centrado na polemica sobre os métodos utilizados. Métodos analíticos contra os métodos sintéticos, fonéticos, contra global, entre outros. A metodologia normalmente utilizada pelos professores parte daquilo que é mais simples, passando para os mais complexos. Durante muito tempo no Brasil os métodos eram vistos como algo sem importância e relevância.

Segundo Soares (2020), essa alternância metodológica teve início em nosso país, a partir das últimas décadas do século XIX. Antes disso a questão não era relevante: considerava-se que aprender a ler e escrever dependia fundamentalmente, de aprender as letras, mais especificamente, os nomes das letras. No período, compreendido entre as últimas décadas do século XX, duas vias de evolução se abriram no campo dos métodos para o ensino inicial da leitura e da escrita, e alternaram-se na prática pedagógica até os anos 1980.

Para Soares (2020), o objetivo, tanto em métodos analíticos quanto sintético, é, limitadamente, a aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico da escrita. O novo paradigma opôs-se aos métodos sintéticos e analíticos, até então vistos antagônicos e concorrentes, questionando suas características comuns: em ambos, o ensino prevalece sobre aprendizagem e conseqüentemente, a alfabetização se reduz a uma escolha de método; ambos têm como pressuposto que a criança aprende por “estratégias perceptivas”, embora os métodos sintéticos colocam o foco na percepção auditiva – entre o oral e o escrito - ; enquanto os métodos analíticos colocam o foco na percepção visual – entre escrito e oral-; ambos consideram a criança como um aprendiz passivo que recebe o conhecimento que lhe é transmitido por meio do método e de material escrito.

Segundo Soares (2020) o construtivismo não propõe um novo método, mas uma nova fundamentação teórica e conceitual do processo de alfabetização e de seu objeto, a língua e a escrita. Nesse novo quadro teórico e conceitual, os métodos sintéticos e analíticos, agora qualificados como “tradicionais”, são rejeitados, por contrariarem tanto o processo psicogênico de aprendizagem, a língua e a escrita. Assim, no construtivismo, o foco é transferido de uma ação docente determinada por um método preconcebido para uma prática pedagógica de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



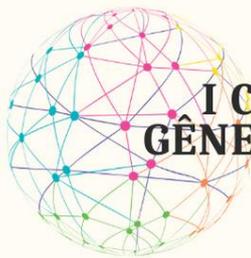
estímulos, acompanhamento e orientação de aprendizagem, respeitadas as peculiaridades do processo de cada criança, o que torna inadmissível um método único e predefinido.

Segundo Ferreira (2000), do ponto de vista construtivo, a escrita infantil segue a linha de evolução surpreendentemente regular, através de diversos meios culturais, de diversas situações e de diversas línguas.

A partir da década de 1990, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado a outro fenômeno: o letramento. De acordo com Soares (1998), alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Durante várias décadas no Brasil foram adotadas diferentes políticas educacionais que primam pela melhoria da educação e alfabetização, dentre elas temos:

- 1996 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que no ensino fundamental a formação básica do cidadão ocorra mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, e estabelece a educação de jovens e adultos.
- 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação, referente ao decênio 2001-2010.
- 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, no intuito de contribuir para a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos.
- 2003 foi feito o relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos, elaborado por um grupo de eminentes cientistas a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, chega à conclusão de que as políticas e as práticas de alfabetização de crianças no Brasil, bem como os currículos de formação e capacitação de professores



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



alfabetizadores, não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo.

- 2011 foi feito o documento: Aprendizagem Infantil, uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva, publicado pela Academia Brasileira de Ciências, corrobora a tese do relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos e traz novas evidências.
- 2012 Instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), no intuito de cumprir a meta 5 do PNE então vigente.
- 2014 Aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), referente ao decênio 2014-2024.
- 2017 Promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com um discurso em que propõem melhorar a qualidade de alfabetização em todo território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e funcional, temos a atual Política de Alfabetização (2019) e nela encontramos uma série de definições que consideramos importante aqui, destacar:

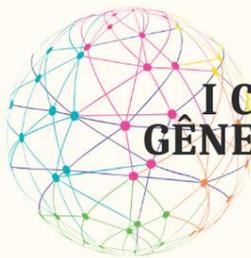
A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.

A PNA coloca seis pilares para medir o sucesso da Alfabetização. São eles: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita.

A PNA por artigos:

Artigo 1º - A alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas.

Artigo 2º - A PNA traz definições precisas, o que possibilita um debate sério sobre políticas de alfabetização.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Artigo 3º princípios - Respeito aos entes federativos e adesão voluntária, literacia e numeracia, fundamentação nas ciências cognitivas, centralidade do papel da família na alfabetização, alfabetização como instrumento de superação de vulnerabilidade social.

Artigo 4º objetivos - Promover a cidadania por meio da alfabetização e elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem contribuindo para alcançar as metas 5 e 9 do PNE.

Artigo 5º diretrizes - estímulos aos hábitos de leitura e escrita, respeito às particularidades das modalidades especializadas, priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. Integração de práticas motoras e expressões artísticas, valorização do professor alfabetizador.

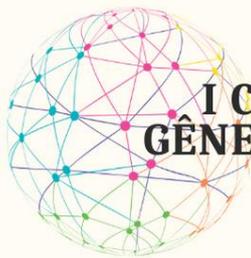
Artigo 6º e 7º público alvo e agentes - Crianças na primeira infância e alunos dos anos iniciais do ensino fundamental são o público prioritário, Jovens e adultos, alunos das modalidades especializadas e qualquer estudante com nível insatisfatório de alfabetização também estão contemplados, são agentes os professores, gestores educacionais, instituições de ensino, famílias e organizações da sociedade civil.

Artigo 8º e 9º - a PNA será implementada por meio de programas e ações do governo federal em parceria com os entes federativos. Uma boa política pública deve ter bons indicadores e monitoramento, para aferir resultados e valorizar o dinheiro do contribuinte.

Artigo 10 ao 13 - o Ministério da Educação coordenará as ações derivadas da PNA, podendo oferecer assistência técnica e financeira aos entes federativos.

Segundo Moraes (2019), a consciência fonológica é uma condição necessária, mas não suficiente, para as crianças poderem se beneficiar de um ensino sistemático de relações entre letras e sons. A perspectiva assumida pela PNA é inadequada, porque desconsidera o modo como a criança funciona, não leva em conta como suas concepções evoluem, a perspectiva da PNA mostra-se com ideias já superadas cientificamente, além disso evidencia frágil no que diz respeito aos direitos das crianças, quando se trata de ter prazer brincando com palavras ou de cedo se deleitar com livros e outros textos do universo infantil.

Considerações Finais



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O objetivo deste trabalho foi abordar os estudos iniciais da pesquisa, em andamentos, sobre as principais políticas de alfabetização adotadas pelo atual governo, em debate com os métodos/propostas de alfabetização no Brasil nas últimas décadas. Especialmente, dedicamos apresentar os dados iniciais da pesquisa bibliográfica que vem sendo realizada e comentar brevemente sobre a PNA.

Além do documento, outras ações da política de alfabetização vêm sendo implantadas pelo atual governo, que ainda serão melhor estudadas, como: Programa Conta pra mim, que apresenta como objetivo a ampla promoção da Literacia Familiar; outro programa: Tempo de Aprender, voltado para o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização a professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental.

A Política Nacional de Alfabetização valoriza o método fônico e é preocupante essa proposta pois é um método que não dá conta das habilidades necessárias para instrumentalizar a viver a práticas sociais de linguagem. Além disso, delimita o público alvo, deixando de fora no documento da PNA as pessoas com deficiências auditivas, já que esse método prioriza o som, diante dessa realidade ainda há muito que se debater em relação a essa política em andamento.

REFERÊNCIAS

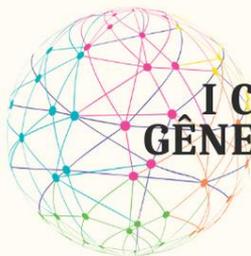
BRASIL. MEC. Secretaria de Alfabetização. PNA: **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

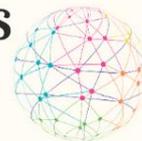
FONSECA, J .J .S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. – 6.ed.-São Paulo:ATLAS, 2008.

MORAIS, A.G. **Consciência Fonológica na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

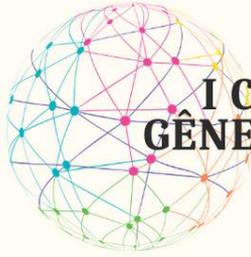


**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS**
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos** / Magda Soares.-1. ed.,reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.384p.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MULTILETRAMENTOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO(A) PROFESSOR(A): DISCUSSÕES PRELIMINARES.

Ana Vitória Damasceno Amorim

Universidade Estadual do Piauí, e-mail: anavitoriaamorim3@gmail.com

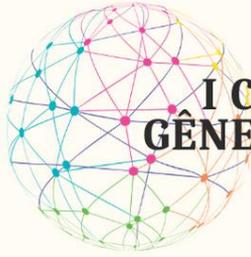
Fabricia Pereira Teles

Universidade Estadual do Piauí, e-mail: fabriciateles@phb.uespi.br

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular (2017), documento orientador da educação básica, reforça aos professores a trabalharem com uma prática multiletrada em sala de aula, pois segundo Rojo (2012), surgiu um novo letramento emergencial no nosso meio social, devido ao crescente avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e do mundo globalizado que vivemos, exigindo dos mesmos complementar sua prática pedagógica para atender esse novo contexto. Por esse motivo, ao descreverem as 10 competências gerais que os professores precisam trabalhar e desenvolver nos seus alunos ao longo de toda a educação básica, estão as competências de número 4 e 5, que representam respectivamente, a **Comunicação** e a **Cultura digital**. A Comunicação refere-se a saber utilizar diferentes linguagens, para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo; já o saber da Cultura digital, significa que os estudantes brasileiros precisam compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética; para comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas, e exercer protagonismo e autoria. Diante dessas orientações, como ensinar crianças e jovens nascidos na era digital a ler e escrever textos multimodais quando o próprio professor não se mostra habilitado com as devidas competências que pretende desenvolver nos estudantes? Quais os desafios enfrentados pelos professores na tentativa de adotar práticas de multiletramentos na escola? Considerando as questões citadas, este trabalho apresenta um recorte da pesquisa, em andamento, vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UESPI, interstício 2020-2021. O objetivo do referido estudo é investigar quais os principais desafios enfrentados pel@s professor@s das escolas públicas de Parnaíba-PI quanto ao ensino da habilidade de leitura e escrita em tempos de multiletramentos na era digital. Sobre o percurso metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, do tipo exploratória descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados dos estudos preliminares revelam que embora o tema seja algo tratado desde a década de 90, ainda é um assunto com pouca visibilidade, sobretudo, porque na atualidade o governo federal insiste em desqualificar a proposta de uma educação pautada nos multiletramentos.

Palavras-Chave: Multiletramentos. Prática pedagógica. Professor.

Considerações Introdutórias



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

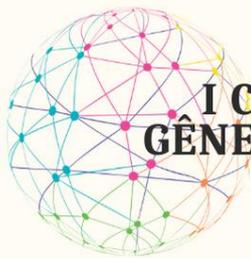


As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) causaram mudanças na maneira de vivermos em sociedade, pois segundo Coscarelli e Kersch (2016, p.7) “os tempos são digitais. Uma grande parte da população brasileira está equipada com celulares. A maioria desses celulares estão conectados à internet” e os fatos proporcionam termos contato com diversas culturas e linguagens que se fazem presentes nos espaços virtuais. Em virtude disso, a educação que temos hoje não deve ser a mesma que a do século XX, porque o mundo exige um estudante mais preparado para lidar com essas tecnologias e fazer bom uso delas, como também, exigem das instituições de ensino uma prática pedagógica adequada para esse contexto que vivemos.

A Base Nacional Comum Curricular (2017), ao descrever as 10 competências gerais que os professores precisam trabalhar e desenvolver nos alunos ao longo de toda a Educação Básica, propõe dentre elas as competências de Comunicação e a Cultura digital. A Comunicação refere-se a saber utilizar diferentes linguagens, para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo; já o saber da Cultura digital, significa que os estudantes brasileiros precisam compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética; para comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas, e exercer protagonismo e autoria.

Diante dessas orientações, como ensinar crianças e jovens nascidos na era digital a ler e escrever textos multimodais quando o próprio professor não se mostra habilitado com as devidas competências que pretende desenvolver nos estudantes? Quais os desafios enfrentados pelos professores na tentativa de adotar práticas de multiletramentos na escola? Considerando as questões, a pesquisa tem o objetivo de investigar quais os principais desafios enfrentados pelos professores das escolas públicas de Parnaíba-PI quanto ao ensino da habilidade de leitura e escrita em tempos de multiletramentos na era digital.

O trabalho faz parte de uma investigação, em andamento, vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UESPI. Sobre o percurso metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, do tipo exploratória descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. Este artigo, que apresenta um recorte da pesquisa, está



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



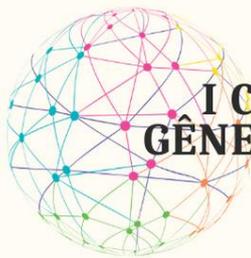
organizado em duas partes. No primeiro momento, discutimos a origem do significado de multiletramentos e sua relação numa dimensão pedagógica. No segundo momento, focalizamos nas competências de número 4 (Comunicação) e 5 (Cultura Digital) da BNCC, relacionando com a discussão sobre a prática pedagógica e as problemáticas que estão nas entrelinhas do documento.

Infelizmente, diante da realidade que nos encontramos em que nosso Governo Federal não incentiva e apoia as práticas de letramento, menos ainda aos multiletramentos, levando os docentes a continuarem com práticas reprodutoras e que não condizem com o atual contexto social do alunado, causando um prejuízo para a formação do mesmo e também para a escola, que não consegue cumprir com seu papel social que é preparar os indivíduos para a sociedade. Por mais que seja um assunto tratado desde a década de 90, a incorporação da pedagogia dos multiletramentos na prática docente encontra-se restrita à iniciativa de poucos professores e instituições.

Procedimentos Metodológicos da pesquisa

A metodologia que está sendo utilizada nessa pesquisa é a bibliográfica e de campo, do tipo exploratória descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. Como estamos passando por um momento de crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, onde uma das recomendações que a Organização Mundial da Saúde (OMS) nos orienta como forma de controlar esse vírus é estarmos em isolamento social, por esse motivo que a pesquisa de campo está sendo realizada por meio de uma plataforma online chamada Google forms.

O público-alvo desta pesquisa são os professores da rede pública de ensino da cidade de Parnaíba-PI, podendo ser homem ou mulher com diferentes faixas etárias e tempos de serviço. A pesquisa engloba a Educação Básica como um todo (Educação Infantil, Ensino Fundamental- anos iniciais e finais- e Ensino Médio) e está restrita apenas para os professores que trabalham na rede municipal ou estadual da cidade de Parnaíba-PI, podendo participar até aqueles que têm contrato temporário com a instituição. O único critério para estar participando



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



da pesquisa é a disponibilidade do sujeito para responder o questionário na plataforma online do Google forms.

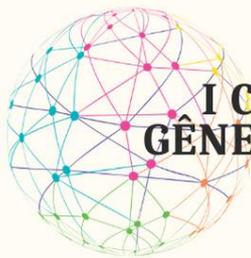
Nessa plataforma foram construídas perguntas abertas e fechadas referentes à prática pedagógica do professor em sala, com o objetivo de obter as informações sobre os conhecimentos e dificuldades de se trabalhar numa perspectiva multiletrada na era digital. Antes de terem acesso às perguntas, a plataforma apresenta primeiro o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) para que o professor(a) possa ler e assinalar se concorda ou não em está colaborando com a pesquisa. Em caso de concordância, na sequência, é apresentado as perguntas a serem respondidas.

Os participantes receberam o link de acesso ao formulário pelo WhastsApp ou E-mail. A técnica que está sendo utilizada é a Snowball (bola de neve) que funciona da seguinte forma: o participante que receber o link, solicitamos que o mesmo repasse para os outros professores que ele conhece para colaborar com a pesquisa e assim atingir um número considerado de professores da rede pública, quanto mais pessoas participarem, melhor para a coleta de dados e análise dos resultados, pois teremos um panorama de como anda a prática pedagógica do professor da cidade de Parnaíba-PI.

Como a pesquisa faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, ainda se encontra em andamento e estamos no processo de recebimento das respostas e análise das mesmas.

Breve discussão sobre a origem do significado de Multiletramentos

Uma significativa parcela da população mundial de crianças e adolescentes do século XXI tem acesso a diversas mídias e ferramentas digitais. Com isso, essa geração tem rápido acesso às informações, novidades no universo digital, e também, a interação com diversas culturas e linguagens que circulam nesses meios midiáticos. Diante dessa realidade Prensky (2001, p. 1) afirma:



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



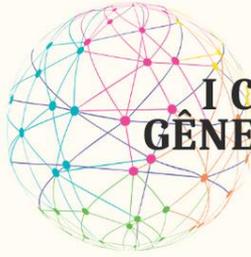
Os alunos de hoje – do maternal à faculdade – representam as primeiras gerações que cresceram com esta nova tecnologia. Eles passaram a vida inteira cercados e usando computadores, vídeo games, tocadores de música digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares, e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital. Em média, um aluno graduado atual passou menos de 5.000 horas de sua vida lendo, mas acima de 10.000 horas jogando vídeo games (sem contar as 20.000 horas assistindo à televisão). Os jogos de computadores, e-mail, a Internet, os telefones celulares e as mensagens instantâneas são partes integrais de suas vidas.⁶⁰

Diante desse contexto, as tecnologias de comunicação e informação, doravante TICs, provocou e exigiu mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar, já que a mesma tinha que desenvolver um trabalho voltado para esse novo letramento emergencial que surgiu no nosso meio social, porque “nossos alunos mudaram radicalmente. Os alunos de hoje não são os mesmos para os quais o nosso sistema educacional foi criado”⁶¹(PRENSKY, 2001, p.1), exigindo das escolas uma tomada de consciência sobre essa realidade para poder ofertar um ensino adequado com essa nova demanda que apareceu e que faz parte não só do cotidiano dos nossos alunos, mas de todos.

Em 1994, em meio a globalização e as mudanças rápidas e intensas que o mundo estava passando devido ao crescente avanço das TIC's, um grupo de pesquisadores, denominado The New London Group (Grupo de Nova Londres-GNL), se reuniram nos Estados Unidos, em Nova Londres, para discutir os impactos dessas mudanças para o sistema educacional (ROJO, 2012), já que a escola é compreendida como um espaço que preparar os indivíduos para a sociedade em que vivem, e assim, a mesma deve desenvolver um trabalho que possa acompanhar o ritmo dessas mudanças para não se perder enquanto instituição formadora de cidadãos.

⁶⁰ No texto original: “Today’s students – K through college – represent the first generations to grow up with this new technology. They have spent their entire lives surrounded by and using computers, videogames, digital music players, video cams, cell phones, and all the other toys and tools of the digital age. Today’s average college grads have spent less than 5,000 hours of their lives reading, but over 10,000 hours playing video games (not to mention 20,000 hours watching TV). Computer games, email, the Internet, cell phones and instant messaging are integral parts of their lives.”

⁶¹ No texto original: “Our students have changed radically. Today’s students are no longer the people our educational system was designed to teach.”



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



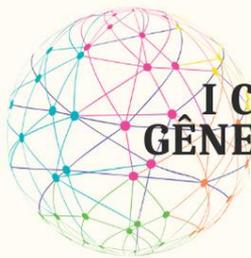
Visando isso, os pesquisadores publicaram no ano de 1996 um manifesto resultado das discussões que foram feitas na busca de uma prática viável para esse novo contexto, intitulado de *A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* (A pedagogia dos multiletramentos: desenhando futuros sociais). No documento defendem a ideia de que para atender esse novo letramento que havia surgido no meio social os professores tinham que complementar sua prática pedagógica voltada para os multiletramentos, pois o mesmo abrange a diversidade cultural, midiática e linguística tão presentes no nosso dia a dia e que deve fazer parte também nos ambientes escolares. Assim, os multiletramentos compreende:

[...] dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO, 2012, p. 13)

Como podemos perceber, os multiletramentos englobam duas multiplicidades: a cultural e de linguagens. Desse modo, não tem como se confundir com os letramentos múltiplos, pois Rojo (2012, p.13) enfatiza que esse “não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas valorizadas ou não nas sociedades em geral” diferente do que propõe os multiletramentos.

Ao se trabalhar com os multiletramentos a escola proporciona aos alunos explorar um universo “mais contemporâneo de leitura e escrita” (DIAS, 2012, p.96) em que as imagens, gráficos, sons, links e entre outros elementos estão num mesmo texto se relacionando e produzindo significados, cabendo os professores preparar os alunos não só para compreendê-los mais também para produzi-los.

Os multiletramentos não caracterizam um método, com passo a passo bem definidos, como é o caso por exemplo dos métodos alfabetizadores, mas são orientações de como eles podem desenvolver um trabalho fundamentado nessa pedagogia. Segundo o Satyro et. al. (2019), é mais uma proposta didática para o docente está utilizando em sala de aula e complementando sua prática pedagógica, sendo assim, a mesma não deve ser vista como algo



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



isolado ou que veio para substituir a alfabetização e letramento, mas um acréscimo para poder a escola desenvolver um trabalho que atenda a demanda do contexto atual.

Assim, o grupo apresentou 04 orientações de “como” ensinar na perspectiva multiletrada, como descreve o quadro abaixo:

Quadro 1: As 04 orientações de “como” ensinar na perspectiva da Pedagogia dos Multiletramentos

Prática Situada- imersão na experiência e utilização de Designs de significado disponíveis, incluindo aqueles relacionados à experiência de vida dos alunos e simulações dos relacionamentos a serem encontrados em espaços profissionais e públicos.

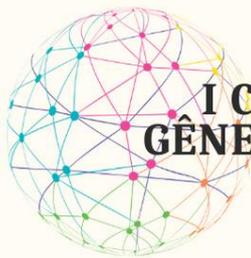
Instrução Direta- compreensão sistemática, analítica e consciente dos Designs de significados e dos processos de Design, o que requer a introdução de metalinguagem explícita, que permite descrever e interpretar elementos de Design de diferentes modalidades de significados.

Posicionamento Crítico- interpretação do contexto social e cultural de desenhos particulares de significados, o que envolve o distanciamento dos alunos do objeto de estudo/discussão para o visionamento crítico em relação ao contexto.

Prática Transformada - transferência no processo de construção de significados, o que permite que os significados transformados (o Redesenhado) sejam trabalhados em outros contextos e espaços culturais.

Fonte: THE NEW LONDON GROUP, 2000, p.35⁶²

⁶² Texto original: “Situated Practice - immersion in experience and the utilization of available designs of meaning, including those from the students’ lifeworlds and simulations of the relationships to be found in workplaces and public spaces; Overt Instruction - systematic, analytic, and conscious understanding of Designs of meaning and Design processes. In the case of Multiliteracies, this requires the introduction of explicit metalanguages, which describe and interpret the Design elements of different modes of meaning; Critical Framing - interpreting the social and cultural context of particular designs of meaning. This involves the students’ standing back from what they are studying and viewing it critically in relation to its context; Transformed Practice - transfer in meaning-making practice, which puts the transformed meaning (the Redesigned) to work in other contexts or cultural sites.”



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Além das orientações de “como” ensinar de uma forma multiletrada, tem também o “que” da pedagogia dos multiletramentos, que são 3 aspectos que os fundamenta: multimodalidade, multimídia e o multiculturalismo.

A multimodalidade estava presente em nossa sociedade antes mesmo da apresentação e definição feita pelo GNL do termo em 1996, pois ao analisarmos os textos impressos que circulavam no século XIX, percebemos os vários elementos multimodais presentes nos textos escritos. Um exemplo disso é o Jornal impresso, onde nele podemos observar que em algumas partes o autor alterava a cor, fonte ou tamanho das letras com objetivo de produzir um efeito ou enfatizar algo (SATYRO et al., 2019). Esses recursos utilizados pelo mesmo são caracterizados como traços multimodais dentro da escrita, que estão presentes até nos dias de hoje, tanto nos jornais como em outros materiais impressos e digitais.

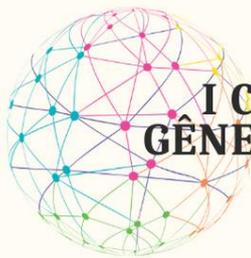
A multimodalidade se tornou mais evidente com o advento da internet e as outras TCI, já que elas, “[...] têm produzido um efeito estufa, acelerando e proliferando o uso de textos multimodais”⁶³ (UNSWORTH, 2009, p. 377). Assim, segundo Van Leewven (2011, p.668), a multimodalidade pode ser entendida como sendo o “uso integrado de diferentes recursos comunicativos, tais como linguagem [texto verbal], imagem, sons e música em textos multimodais e eventos comunicativos”⁶⁴. Rojo (2012) chama atenção para o fato de entendermos a multimodalidade não apenas como a soma de diferentes linguagens num mesmo texto, mas a interação que acontece entre elas na construção de significados.

Por isso que Alderson (2000, p.76) afirma que um “texto que contenha apenas informações verbais, especialmente em letras pequenas, será não apenas intimidante, mas também mais denso e, portanto, muito mais difícil de ser processado”⁶⁵, ou seja, a multimodalidade colabora para uma melhor compreensão dos conteúdos expressos nos textos,

⁶³ No texto original: “[...] have produced a hothouse effect, accelerating and proliferating the use of multimodal[...].”

⁶⁴ No texto original: “integrated use of different communicative resources, such as language, image, sound and music in multimodal texts and communicative events”.

⁶⁵ No texto original: No original, “The text that contains only verbal information, especially in small print, will be not only intimidating but also more dense and therefore much more difficult to process”.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



diante das várias linguagens presentes, não somente a verbal, tornando até uma facilitadora da aprendizagem.

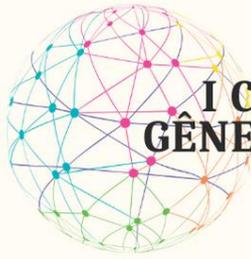
A todo momento temos contatos com esses textos multimodais através das multimídias, que se refere aos diversos recursos tecnológicos como celular, computador, livro, rádio, televisão e entre outros, que servem para apresentar determinado conteúdo como também para produzi-lo. Por isso que é importante as escolas trabalharem com os recursos tecnológicos e ir:

[...] desconstruindo um pouco a ideia de que todos os alunos são nativos digitais. Eles dominam sim algumas ferramentas e alguns comandos (em especial os relacionados às redes sociais) mas há muito a ser ensinado quando pensarmos no uso das tecnologias para produção de conhecimento (COSCARELLI, KERSCH, 2016, p.13).

Desse modo, as escolas estarão preparando os alunos a explorar de forma responsável e ética os conteúdos que acessam, além de orientá-los a não cair em fakes news, presentes nos ambientes virtuais que os jovens passam horas conectados. É o que Coscarelli e Kersch (2016) chama atenção para o aluno que devemos formar diante do mundo tecnológico e global, visto que:

[...] o leitor precisa conhecer os mecanismos de navegação pelos ambientes e ter estratégias para fazer uma busca satisfatória das informações que procura. Ele vai lidar com percursos e possibilidades, que vão exigir escolhas e estratégias. Vai encontrar imagens, cores, filmes, fotografias, animações, boxes, banners, formatos e leiautes diversos. Alguns devem ser processados e analisados e outros que podem ser ignorados ou deixados para outro momento (COSCARELLI E KERSCH, 2016, p.07).

Além disso, a internet possibilitou a quebra da barreira geográfica proporcionando aos indivíduos ter contato com diversas culturas, não somente local, como também nacional e global, e esse envolve o outro aspecto dos multiletramentos que é o multiculturalismo. O professor ao trabalhar determinado conteúdo deve mostrar para os seus alunos a diversidade de conhecimentos que existe e que de certo modo se relacionam (SIQUEIRA, LAGE, 2019). Sendo assim, o aluno terá uma visão ampliada sobre determinado assunto, conhecendo diversos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



contextos sociais que devem ser valorizados e respeitados, começar pela diversidade presente na sala de aula

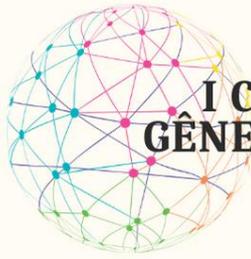
Portanto, seguindo as orientações do “como” dos multiletramentos a escola formará um aluno capaz de lidar com o contexto em que vive, de forma que compreenda, intervém e transforma sua realidade para melhor. Por isso é importante e necessário os professores adotarem uma prática voltada para os multiletramentos, pois é por meio dela que a escola consegue trabalhar com a realidade dos seus estudantes, preparando não só para o presente como também para o futuro.

BNCC e a prática pedagógica do professor

A Base Nacional Comum Curricular (2017) documento orientador da educação básica, estabelece 10 competências que os professores precisam trabalhar e desenvolver nos seus alunos ao longo de toda educação básica, entre elas, estão a competência de número 4 e 5 que se refere respectivamente a Comunicação e a Cultura digital. O documento nacional faz uma breve explicação sobre essas competências, descrevendo o que o aluno precisa aprender:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, = visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p.9).

Com essas duas competências, percebemos que a BNCC vem reforçar a concepção de que nas escolas precisam trabalhar práticas pedagógicas voltadas para a pedagogia dos multiletramentos. Contudo, anos se passaram e percebemos a continuação de um ensino voltado



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



apenas para a codificação e decodificação. Pouco valorizam e trabalham as diversidades de linguagens presentes no nosso meio, seja no meio digital ou impresso.

Por mais que a BNCC (2017) oriente os professores a trabalharem com a pedagogia dos multiletramentos, não sabemos se os mesmos estão preparados para isso, e desse modo, surgem as seguintes indagações diante das competências apresentadas acima: como ensinar crianças e jovens nascidos na era digital a ler e escrever textos multimodais quando o próprio professor não se mostra habilitado com as devidas competências que pretende desenvolver nos estudantes? Quais os desafios enfrentados pelos professores na tentativa de adotar práticas de multiletramentos na escola?

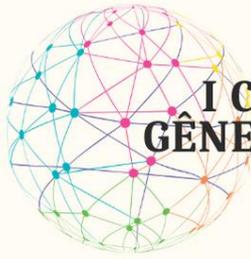
Infelizmente, muitos professores continuam com práticas que não contemplam a vivência do aluno fora da sala de aula porque o nosso próprio governo legitima processos de codificação e decodificação considerando necessários para a formação do alunado, desmerecendo assim até práticas de letramento, mais difícil ainda incentivar uma prática multiletrada (CORREIA,2019).

Por não terem um incentivo e apoio de instância governamentais, de gestão escolar, e inadequada formação acadêmica, acabam que professores continuam reproduzindo práticas inapropriadas e a instituição de ensino entra em contradição, porque a mesma não consegue preparar o aluno para a sociedade em que vive, além disso, o estudante às vezes sente-se desmotivado pelo fato de os conteúdos não fazerem sentido quando se volta para vida que se vive fora dos muros da escola.

Desse modo, estamos formando alunos com qual objetivo? Seria o que Betto (2019) coloca:

[...] libertar ou alienar; despertar protagonismo ou favorecer o conformismo; incutir visão crítica ou legitimar o status quo, como se ele fosse insuperável e imutável; suscitar práxis transformadora ou sacralizar o sistema de dominação (BETTO, 2019, p.17).

Como podemos perceber, esse é apenas um dos problemas que existem sobre a educação e o ensino em nosso país.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Considerações finais

Como podemos perceber ao longo deste artigo, o quão importante e necessário os professores complementarem sua prática pedagógica em sala de aula voltada para os multiletramentos, como forma de atender a esse mundo global e tecnológico que nos encontramos. Os resultados dos estudos preliminares revelam que embora o tema seja algo tratado desde a década de 90, ainda é um assunto com pouca visibilidade, sobretudo, porque na atualidade o governo federal insiste em desqualificar.

Desse modo, a educação que deveria ser uma porta para transformação social, acaba sendo o meio de alienação, pois a forma como está sendo ofertada pouco colabora para formar um indivíduo crítico, que compreenda seu contexto social e seja um ser ativo. Por mais que a BNCC (2017) oriente os professores em relação ao aluno que eles precisam formar, fica inviável quanto o próprio governo não reforça a importância de tal trabalho. Ou quando se mostra preocupado em disseminar políticas que caminham em direção oposta a uma formação docente que valorize a Pedagogia dos Multiletramentos.

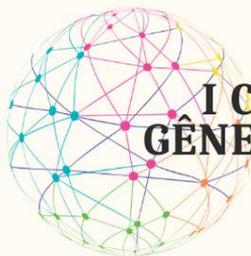
Portanto, a escola acaba não cumprindo com seu papel principal que é ofertar uma educação de qualidade, pois é por meio disso que podemos construir uma sociedade que seja democrática e justa para com todos, sendo assim, um prejuízo para a formação desses estudantes que em vez de ser transformadores, continuaram reproduzindo a sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, J. C. **Assessing reading**. New York: Cambridge University, 2000.

BEASIL, **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SAB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



KERSCH, Dorotea Frank; COSCARELLI, Carla Viana; CANI, Josiane Brunetti (Orgs.). **Multiletramentos e Multimodalidade:** ações pedagógicas aplicadas à linguagem. São Paulo: Pontes Editores, 2016.

LIBERAL, Fernanda Coelho; MEGALE, Antonieta. (Orgs.). **Alfabetização, letramento e multiletramentos em tempos de resistência.** São Paulo: Pontes Editores, 2019.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de; SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. Práticas de multiletramentos na escola: por uma educação responsiva à contemporaneidade. **Bakhtiniana**, São Paulo, 9 (2): 184-205, Ago./Dez. 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/LkM1TNJ>>. Acessado: 09 de novembro de 2020.

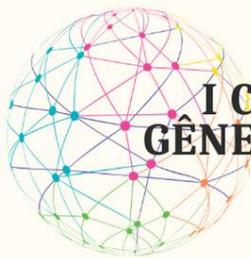
PRENSKY, Marc. **Digital Natives. Digital Immigrants.** On the Horizon (MCB University Press, vol. 09 nº 05) October, 2001. Disponível em: <<https://cutt.ly/BkM1HF9>>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo. (Orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

THE NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies:** literacy learning and the design of social futures. New York: Cambridge, 2000. p. 9–37.

UNSWORTH, L. Multiliteracies and metalanguage: describing image/text relations as a resource for negotiating multimodal texts. In: COIRO, J. et al (Ed.). **Handbook of research on new literacies.** New York: Routledge, 2009. p. 377-405.

VAN LEEUWEN, T. Multimodality. In: SIMPSON, J. (Ed.). **The Routledge handbook of applied linguistics.** New York: Routledge, 2011. p. 668-682.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO CRÍTICO- REFLEXIVA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Isadora Ribeiro Ibiapina

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Graduada do Curso de Licenciatura Plena em História, e-mail: isadoraibiapina@hotmail.com

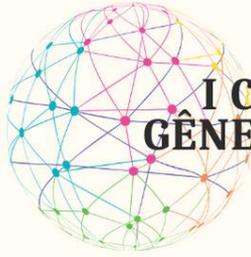
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ProfHistória - UESPI. E-mail: joseannezsm@gmail.com

Resumo: O trabalho busca discutir sobre a importância do Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura, em especial, a Licenciatura em História. O Estágio Supervisionado é um componente curricular que faz parte da carga horária prática dos cursos de Licenciatura Plena, sendo destinados ao fim da Graduação porque requer um repertório de conhecimentos por parte do licenciando, que apenas é possível a partir da segunda metade do curso, quando já foi fornecida uma série de subsídios teóricos e metodológicos necessários ao desenvolvimento da prática em sala de aula. Assim, o Estágio Supervisionado se constitui como o espaço de aprendizagem que propicia a construção da identidade profissional, pois é a partir dessa experiência que se pode visualizar o exercício do ofício. Inicialmente, seguindo os interesses das empresas, a legislação acabou precarizando o estágio docente, que não apresentava necessariamente uma vinculação entre as atividades desenvolvidas no estágio e o que era ensinado em sala de aula. Essa questão só foi mudada de fato com a atual Lei de Estágio (Lei 11.788/08) que enfatiza o caráter educativo do processo de estágio. O Estágio Supervisionado é fundamental para a formação docente inicial, uma vez que a aproximação com o ambiente escolar e com os desafios que este apresenta é necessária para a constituição do fazer pedagógico do futuro professor. Dessa forma, serão analisadas as mudanças ocorridas em relação ao papel do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas e a sua relevância na constituição do professor de História. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados autores como Selma Pimenta (1999), Flávia Caimi (2007) e Raimundo Araujo (2016). Conclui-se que, as transformações na legislação brasileira concederam maior carga horária ao Estágio Supervisionado nas Licenciaturas, sendo que este é imprescindível para a constituição profissional, devendo ser realizado de modo crítico-reflexivo, principalmente na Licenciatura em História, tendo em vista o comum desinteresse pela História no Ensino Básico.

Palavras-chave: História. Formação Docente. Estágio Supervisionado.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a importância do Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura, em especial, a Licenciatura em História. Este componente curricular faz parte da carga horária prática do curso, sendo destinado ao fim da Graduação porque requer um repertório de conhecimentos por parte do licenciando, que só são possíveis a partir da segunda metade do curso, uma vez que já se obteve uma série de subsídios teóricos e metodológicos necessários ao desenvolvimento do estágio.

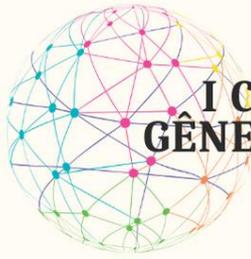
Inicialmente, será realizada uma discussão acerca da relevância do estágio na formação das bases da identidade profissional do indivíduo, já que passa nesse momento a lidar diretamente com a realidade de sua futura profissão. Além disso, será analisada a concepção de estágio supervisionado direcionado aos cursos de Licenciatura, e suas contribuições na formação inicial de professores do Ensino Básico.

Em seguida, será abordado um breve histórico do estágio através das transformações que ocorreram na legislação brasileira, buscando compreender as mudanças ocorridas nas concepções acerca do mesmo e da sua significação social em cada período. Para então compreender o papel desempenhado pelo Estágio Supervisionado dentro da Graduação e no processo de formação da Licenciatura em História.

O Papel do Estágio na Formação da Identidade Profissional

O Estágio Supervisionado é um momento muito importante na vida dos discentes porque a partir de então há a possibilidade de colocar em prática os fundamentos teóricos ensinados no ambiente acadêmico, que apesar de essenciais para o processo de formação não são suficientes para preparar os estudantes para a realidade da profissão. Assim, o estágio se configura como um espaço de aprendizagem e de construção da identidade profissional, pois é a partir dessa experiência que se pode visualizar o exercício do ofício.

O Estágio pode ser definido, de acordo com Marta Buriolla (2011, p. 13), como o lócus onde “A identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida” uma vez que ocorre a inserção dentro de um espaço de treinamento que possibilita ao aluno vivenciar diversas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



situações, que representam um papel educativo fundamental para garantir que este compreenda a sua vivência profissional e contemple a identificação com a profissão.

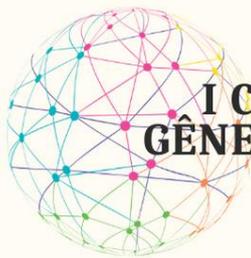
Já o parecer CNE/CP 28 de 2001, definiu o Estágio como um período de aprendizagem acerca da prática de um determinado ofício com a supervisão de um profissional experiente na área. Com o objetivo de possibilitar o exercício da profissão:

Estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado. (PARECER CNE/CP 28/2001, p.10)

O principal aspecto apontado é que o Estágio consiste em um momento de aprendizagem da prática do ofício para que posteriormente o indivíduo possa exercê-lo, e demanda o suporte de um profissional experiente que possa guiá-lo durante o processo. Há a necessidade de supervisão que consiste em, como afirma Alarcão e Tavares (1987, apud ARAUJO, 2016, p. 96), “Um processo em que um professor, em princípio, mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional”, havendo desse modo um facilitador do processo.

Compreende-se que o Estágio Supervisionado deve consistir em um ato educativo, ou seja, não deve ser um trabalho desempenhado de qualquer forma, mas sim visando o aprendizado específico de determinada profissão e a contextualização, de modo que prepare o aluno não apenas para o desempenho do trabalho como também para o exercício da cidadania, com a participação ativa e produtiva na comunidade. Assim, busca a formação integral do aluno através da inserção no ambiente de trabalho.

Os cursos de graduação têm a responsabilidade de oferecer os subsídios teóricos e práticos necessários ao exercício profissional. Além disso, é importante que os ensinamentos acadêmicos promovam a reflexão para que os estagiários tenham uma postura crítica sobre o



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



próprio processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, a dissociação entre teoria e prática é frequente no imaginário dos alunos. O estágio é visto como a parte prática, ou seja, é o espaço de aplicação da teoria apenas, enquanto deveria ser concebido como teoria e prática aliadas.

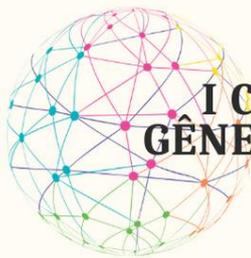
É nesse momento que o estudante agrega novos saberes que vão além do que a teoria acadêmica pode proporcionar, ao ser inserido em uma situação de “desconforto intelectual”, caracterizado como o “sentimento de que o conceito é, no mínimo, defasado em relação à experiência” (SCHWARTZ, 2000, p. 40). Assim, o estagiário se depara com situações para as quais não foi preparado na sala de aula, o que confirma que a teoria isolada não é o suficiente para a sua formação.

Porém antes da discussão acerca da dissociação entre teoria e prática vinculada ao estágio supervisionado na Licenciatura em História é importante compreender as diferentes concepções sobre o papel do estágio na formação do indivíduo, uma vez que houve um processo lento de transformações antes de assumir de fato seu papel educativo ao qual está vinculado atualmente. Esse processo será discutido a seguir a partir das regulamentações acerca do estágio.

O Histórico do Estágio Supervisionado na legislação brasileira

As primeiras regulamentações sobre o estágio não apresentavam determinações que enfatizassem a devida relevância ao caráter educativo, que é imprescindível a ele. Em 1942, o Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, equivalente ao secundário, no qual o estágio era realizado em indústrias⁶⁶. Nela, o estágio foi definido como um período de trabalho, que seria realizado em indústrias, com a supervisão de um docente. O estágio não cumpria seu papel educativo porque não havia formalização entre a escola e a empresa, assim consistia em um meio de obter mão de obra barata (BALLÃO; COLOMBO, 2014).

⁶⁶ Estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (DECRETO Nº 4.073, 1970)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Em 1967 foi sancionada a Portaria nº 1.002, que instituiu a categoria de estagiário dentro das empresas, criando condições para a interligação entre a escola e a empresa. O Estágio deveria ser firmado através de um contrato.⁶⁷ Não havia vínculo empregatício porque funcionava como uma complementação da aprendizagem, porém continuou a favorecer as empresas bem mais do que os alunos.

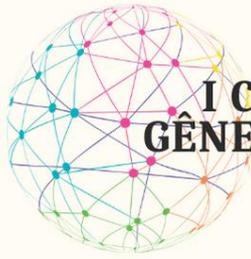
Em seguida, com o Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970, foram criados os chamados estágios práticos, de nível superior, para algumas áreas consideradas desenvolvimentistas com deficiência de mão de obra qualificada, como Engenharia, Tecnologia, Economia e Administração. O foco nestas áreas se deu devido ao empenho do governo militar em promover obras.

Foram previstas bolsas de estudos para as atividades de estágio, ainda sem o vínculo empregatício. O Art. 2º determina que “Os estágios revestirão a forma de bolsas de estudo, cabendo normalmente aos órgãos e entidades onde eles se realizem assegurar aos estudantes recursos financeiros não reembolsáveis para sua manutenção e aquisição de livros, instrumentos e materiais” (DECRETO Nº 66.546, 1970). Assim, como incentivo os estagiários tinham apoio financeiro para desempenhar as atividades.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, que reformulou as diretrizes e bases da educação nacional, evidenciou a necessidade do estágio como elemento complementar à formação do educando, possibilitando a prática de estágio para os alunos de 1º Grau, atual Ensino Fundamental, e 2º Grau, atual Ensino Médio.

A Lei ressaltou que não haveria vínculo empregatício em seu Art. 6º, parágrafo único: “O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.” (LEI Nº 5.692/71).

⁶⁷ Estabelecia duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais. Determinava que não haveria vinculação empregatícia, encargos sociais, pagamento de férias ou de 13º salário. (BALLÃO; COLOMBO, 2014)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



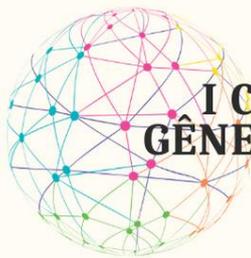
Em 1972, com o Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, foi instituído o programa bolsa do trabalho, ampliando o estágio para os estudantes em todos os níveis de ensino, como dispõe o Art. 2º, que dispõe sobre os objetivos do programa: “Proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades.” (DECRETO Nº 69.927, 1972).

Esse decreto também previu uma jornada de quatro horas diárias e vinte horas semanais estabelecidas, que não poderiam comprometer o horário escolar. A maior contribuição foi estabelecer a obrigatoriedade da relação entre o que era visto em sala de aula e as atividades desempenhadas durante o período do estágio, como determina o Art. 9º. “Haverá direta e necessária relação entre a formação escolar seguida pelo estudante e as tarefas que lhe forem cometidas no órgão ou entidade onde preste serviços, para que seja considerado estagiário, sem vínculo de emprego.” (DECRETO Nº 69.927, 1972). Tal disposição contribuiu muito para o estágio funcionar mais como espaço educativo que como espaço de trabalho.

Com a publicação do Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975, ocorreu a regulamentação do estágio de estudantes do Ensino Superior e Profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal. O Art. 2º determina que “O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação devendo o estudante, para esse fim, estar frequentando um dos dois últimos períodos.” (Decreto nº 75.778, 1975). Nesse decreto houve a ênfase na necessidade de conformidade entre o estágio e a formação específica do aluno, uma vez que se destinou a estudantes de Ensino Superior.

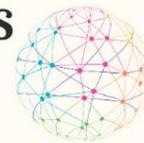
Já a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, foi a primeira tratando exclusivamente sobre o estágio, que somente foi regulamentada pelo Decreto nº 87.497, em 18 de agosto de 1982. Estabeleceu que o Estágio deveria ocorrer do seguinte modo:

Art. 1º § 2º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



o disposto na regulamentação da presente Lei. § 3º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados, e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. (LEI Nº 6.494, 1977).

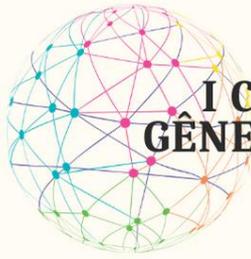
A lei 6.494/77 reforça o que foi disposto no Decreto nº 75.778/75 acerca do ambiente no qual iria ser desenvolvido o estágio, que deveria ter condições de fornecer experiências na área de formação do aluno. Assim, a concepção de Estágio se distanciou bastante da ideia existente na Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, que visava a inserção do estudante no trabalho cada vez mais cedo, como um ensino profissionalizante.

As regulamentações existentes entre os anos de 1942 e 1972 permitiam que através da ideia do estágio, as empresas se beneficiassem aproveitando a mão de obra mais barata, sem ofertar os direitos que seriam dados a um trabalhador comum porque não precisavam seguir devidamente a legislação trabalhista. Além de não desenvolver atividades com fins educacionais, deixando o caráter educativo do estágio quase esquecido.

Posteriormente foi sancionada a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em âmbito federal, trazendo uma modificação na definição de estágio, como consta no artigo 1º, que regulamenta os objetivos desta atividade para a formação do indivíduo, sendo assim:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (LEI 11.788, 2008, p. 1).

Essa Lei prevê duas grandes mudanças: o estagiário deve ter um tratamento diferenciado dentro da empresa, não desempenhando a função de um trabalhador comum, ou seja, não pode



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ser obrigado a exercer atividades que não contribuam para a sua formação. O Art. 3º, parágrafo 2º, estabelece que deve haver “III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso”. (LEI Nº 11.788, 2008).

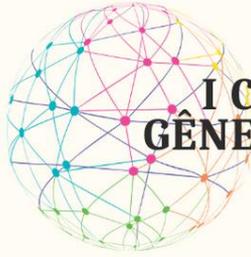
Além disso, há uma série de obrigações direcionadas a instituição de ensino na qual o aluno estuda, tal qual: celebrar termo de compromisso com o aluno e com a parte concedente; indicar um professor orientador para acompanhá-lo no estágio; exigir relatório das atividades desenvolvidas no estágio; elaborar normas e instrumentos de avaliação do estágio. Desse modo, a Lei nº 11.788/08 faz da instituição de ensino a grande responsável por acompanhar e vincular o estágio ao processo didático-pedagógico de maneira formal.

Em seu artigo 1º, a Lei define o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo do estudante. Além disso, inscreve-o no itinerário formativo do estudante e aponta a necessidade de fazer parte do projeto pedagógico do curso nas instituições educacionais. Com isso, contribuiu bastante para que o estágio assumisse a sua função de oportunidade de aprendizado e deixasse de ser usado para benefício das empresas.

A Lei é mais rigorosa no controle dos estágios pelos estabelecimentos de ensino, pois faz exigência de apresentação de relatórios semestrais e do relatório final sobre as atividades desenvolvidas pelos estagiários. As empresas que contratarem estagiários também estão obrigadas a um relatório ao final do estágio, contendo resumo das atividades desenvolvidas pelo estagiário e avaliação de desempenho. Essas medidas facilitam o não descumprimento das determinações (BALLÃO; COLOMBO, 2014).

O Estágio Supervisionado na Formação de professores de História

Com relação à formação de professores da Educação Básica, é de fundamental importância esse componente curricular. Segundo Bernardete Gatti, Elba Barreto e Marli André (2011), deve basear-se em seu campo de prática, articulando seus saberes com os conhecimentos necessários e com as mediações didáticas necessárias, especialmente por se



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



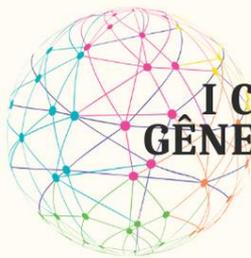
tratar do processo educacional de crianças e adolescentes, que fornecem as bases para toda a sua formação estudantil.

A formação docente inicial, assim, requer maior cuidado com o momento do estágio, tendo em vista que “Professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico- mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados [...]” (PIMENTA, 1999, p.18). O exercício da docência não pode ser encaixado na mera aplicação do conhecimento teórico, demanda sensibilidade para a aprendizagem da profissão. Com isso, a Licenciatura deve desenvolver habilidades e valores, além da capacidade de analisar a própria prática docente.

O Estágio Supervisionado é imprescindível para a formação docente, porque possibilita aos graduandos, uma relação próxima com o ambiente que envolve o cotidiano profissional, começando a se perceberem como futuros professores, em meio aos desafios existentes, como a necessidade de lidar com novas linguagens que possam alcançar os diversos públicos existentes no ambiente escolar. “Ao explorar linguagens originadas em documentários ou em imagens, por exemplo, o livro didático continuará se constituindo como um importante instrumento na relação ensino/aprendizagem; porém, ele será tão somente um desses instrumentos, e não o único” (RAMOS; SILVA, 2010, p. 91)

Além disso, o Estágio Supervisionado funciona como elemento de ligação entre a formação oferecida pela Instituição de Ensino Superior, e a que corresponde à escola. É importante ressaltar que ambas as instituições têm responsabilidade no processo de formação do futuro professor, por isso, ambas devem contribuir para assegurar o desenvolvimento do aluno, oferecendo suporte ao longo do processo de estágio. (LÜDKE; SCOTT, 2018)

Dentro desse processo vale ressaltar a importância da orientação do licenciando. A supervisão é fundamental para que o estágio cumpra o seu objetivo de favorecer a reflexão do estagiário sobre o seu fazer pedagógico e a sua identidade profissional, inserindo-o na realidade do local de trabalho. Para isso, o supervisor deve ter disponibilidade para auxiliar na adequação do conteúdo à realidade da escola, de modo que haja o efetivo acompanhamento. Com a atuação



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



conjunta do docente supervisionando e orientando, os estagiários refletem sobre a própria prática:

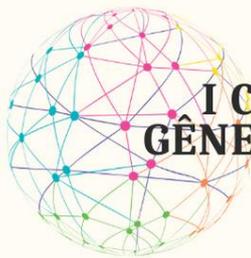
O supervisor precisa ter disponíveis um espaço e um tempo na Universidade para auxiliar os estagiários na organização e adequação do conteúdo à realidade das escolas em que seus alunos realizarão o estágio. Esse pensamento chama atenção para as condições de trabalho do supervisor [...] que devem ser propícias para que o acompanhamento ocorra de forma que o estágio se configure como situação de aprendizagem e como pesquisa (ARAUJO, 2016, p. 98).

Isso é fundamental porque, segundo Selma Pimenta (1999), uma identidade profissional constrói-se a partir do significado dado pelo professor, enquanto autor, à atividade docente no seu cotidiano. Desse modo, o estagiário deve ser estimulado a refletir sobre a sua prática, uma vez que isso determinará a construção dessa identidade, o que é muito importante para o seu processo de formação como um todo.

Porém, nos anos de 1990, a Prática não recebia tanta atenção nos cursos de formação de professores, havia uma disciplina que desempenhava a função de estágio denominada de Prática de Ensino. Como as Licenciaturas, inclusive a História, ainda estavam muito vinculados ao esquema “3+1”⁶⁸, a disciplina de Prática de Ensino aparecia ao final do curso e tinha que dar conta da preparação prática do aluno, como afirma Marlene Cainelli “[...] hoje nos cursos de licenciatura, aparece [...] do nada, tendo que em 1 ano, 2 semestres dizer a que veio, qual sua função” (1999, p. 144).

A disciplina Prática de Ensino tinha que em apenas dois semestres ser suficiente, uma vez que ela era responsável por dar subsídios teóricos e metodológicos para a atuação do futuro professor, além de funcionar como uma espécie de Estágio Supervisionado em que deveria haver observação e intervenção em sala de aula de 1º e 2º grau. Dessa forma, era disponibilizado pouco tempo na formação para o estágio.

⁶⁸ Utilizava o último ano da formação para ofertar a parte pedagógica do Curso, enquanto os primeiros anos ficavam mais focados em trabalhar os conhecimentos teóricos específicos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

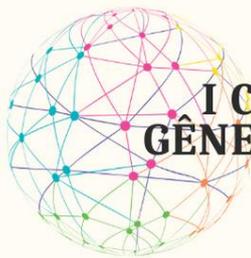


A partir dos anos 2000, as Licenciaturas sofreram mudanças com relação a esse componente da graduação. A resolução CNE/CP nº 2/2002 instituiu a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura. O Art. 1º regulamentou que a carga horária destinada ao componente curricular Estágio Supervisionado “II - 400 horas de estágio a partir do início da segunda metade do curso.”. Além disso, o parágrafo único desse artigo estabeleceu que “os alunos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do estágio até o máximo de 200 horas” (CNE/CP Nº 2/2002), ou seja, poderia haver uma redução de até metade da carga horária prevista, tendo em vista o trabalho já desempenhado na área.

O Parecer CNE/CP 28/2001 estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena, dentre elas a História. “Assim o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico” (PARECER CNE/CP 28/2001, p. 11). O Parecer determinou o Estágio como obrigatório nas Licenciaturas e deveria ser uma atividade integrada as demais atividades acadêmicas.

Foi promulgada em 2008 a Lei do Estágio, que ficava a cargo do projeto a distribuição e organização das 400 horas de estágio estabelecidas na LDB de 1996. Ainda assim, a universidade tinha por obrigação cumprir algumas determinações presentes no artigo 7º da Lei nº 11.788/2008, tais como:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; [...] III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades [...] (LEI Nº 11. 788, 2008, p. 3).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A concepção que normalmente predomina acerca dos estágios, segundo Maria Pinto (2017), é de ser um componente que serve para colocar a teoria aprendida em prática. A escola é entendida apenas como campo de aplicação de teorias conhecidas no decorrer do curso. Porém deve haver uma troca de saberes acadêmicos e do cotidiano escolar, que devem ser complementares na formação do licenciando.

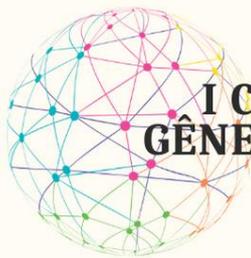
Com isso, Selma Pimenta (2006, apud ARAUJO, 2016), ressalta a necessidade da unidade entre a teoria e a prática. É necessária a compreensão de que o estagiário não deve aplicar teorias previamente estudadas, apenas reproduzindo ideias, mas, deve produzir suas próprias teorias e construir seu modo de ensinar. Assim, o estágio não deve ser visto como a parte prática do curso, mas o momento em que ocorre uma aproximação ao contexto real do trabalho com base nas teorias construídas ao longo do curso. Um primeiro desafio imposto, por conta disso, é o de articular os saberes acadêmicos aos escolares.

De acordo com Antonio Ramos e Eliazar Silva (2010), historicamente, as Licenciaturas de História assumiram um caráter de bacharelado, com grande distanciamento das discussões pedagógicas, as quais envolvem as disciplinas como o estágio. Isso culminou no frequente despreparo por parte dos recém professores, que sentem dificuldade de adequação ao cotidiano escolar e percebem a distância entre a teoria da universidade e a cultura da escola básica.

Além disso, o estagiário precisa assumir uma postura crítica acerca do que vivencia no cotidiano escolar, a fim de evitar a simples reprodução daquilo que observa na realidade do seu trabalho, sem se questionar acerca da própria prática, porque isso,

[...] se resume a um processo de ‘indução profissional na prática cotidiana da escola’, com os professores em formação aprendendo por ensaio e erro, a partir de observações feitas sobre as práticas de ensino de vários tipos, sem tempo e espaço para reflexão e crítica, o que leva à reprodução de ‘vícios’, preconceitos e obstáculos [...]. (MONTEIRO, 2002, apud FEITOSA, 2009, p.77).

Para evitar que isso ocorra é interessante que se adote nos cursos de Graduação uma formação reflexiva, que está fundamentada na ideia de que os professores atuam em diversos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



contextos e situações que são influenciadas por fatores próprios e demandam diferentes metodologias por parte do professor. Por isso, essa concepção se baseia no questionamento deste acerca do próprio trabalho, considerando-se os motivos e consequências das suas ações em cada situação.

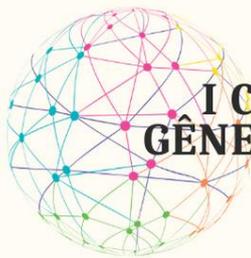
Isso permite que o estagiário, enquanto futuro professor, reflita sobre a própria prática e assume uma postura crítica acerca do seu trabalho, da escola e do contexto, repensando o sistema de ensino atual, pois ao lidar com uma diversidade de saberes no espaço da sala de aula é possível recriar novos saberes, uma vez que como futuros professores, cabe a eles buscar melhorar a educação no Ensino Básico. (ARAUJO, 2016)

Essa discussão é importante porque, como afirma Flávia Caimi, ainda há nos cursos de formação de professores de História uma concepção de que o ensino se constitui em grande parte na reprodução dos conhecimentos históricos no Ensino Básico, contribuindo para o desinteresse desses alunos em aprender a disciplina,

[...] persiste, nos meios acadêmicos, a concepção de que, para ensinar História, basta a apropriação, nos cursos de formação, pelo futuro professor, dos conhecimentos históricos produzidos e sistematizados pela historiografia e pela pesquisa histórica, negligenciando-se a preocupação com estudos sobre a aprendizagem, ou seja, com a construção das noções e dos conceitos no pensamento da criança ou do jovem. (2007, p. 21)

Por isso, é necessário que o professor de História em formação domine os conhecimentos teóricos, metodológicos e historiográficos aprendidos no ambiente acadêmico, mas também seja motivado durante o curso a compreender que os diferentes públicos encontrados na realidade da profissão demandam diferentes metodologias de ensino, as quais só podem ser recriadas durante o processo crítico-reflexivo da prática docente.

Ainda de acordo com Flávia Caimi, é necessário compreender a importância da pesquisa histórica nas Licenciaturas. “À medida que compreende o estatuto científico-epistemológico da sua área de conhecimento, o professor tem melhores condições de organizar os conteúdos escolares de modo que sejam compreensíveis aos seus alunos.” (2007, p. 30). É a partir disso



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



que se constitui o conhecimento pedagógico acerca de determinado conteúdo a ser estudado, possibilitando que ocorra uma transposição didática do mesmo.

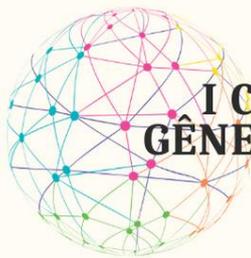
Assim como afirma Crislane Azevedo (2017), o papel do professor-pesquisador é observar e registrar seu cotidiano no ambiente escolar para compreendê-lo e a partir disso melhorar a sua prática docente por meio de uma autoanálise:

Defender a relação entre ensino e pesquisa na formação docente inicial não significa apregoar que os professores devam tornar-se pesquisadores no sentido estrito do termo e sim que tomem seu exercício profissional como alvo constante de questionamentos, proposições e análises. Pesquisar a prática da docência significa registrar o cotidiano de sala de aula e partir deste registro para a compreensão da realidade escolar, problematizando-o e teorizando sobre ele, tendo como fim o melhoramento do exercício do planejamento e da coordenação do processo educativo para benefício de todos os envolvidos com os procedimentos de aula. Significa ter condições de executar procedimentos básicos de investigação, tais como: observação e questionamento, experimentação e análise. (p. 29)

É no momento do estágio supervisionado, ou seja, no primeiro contato com a realidade da escola, que deve ser estimulado no aluno o interesse pela pesquisa da própria prática docente, tendo em vista que o estagiário vai passar a realizar uma reflexão crítica sobre a realidade da profissão, do ambiente, dos subsídios teóricos e metodológicos e se tornará um docente atento a sua realidade e as necessidades dos seus alunos com relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

O Estágio Supervisionado se apresenta como um importante aspecto para a construção da identidade profissional, por isso, constitui um componente curricular tão importante para a formação inicial, já que insere o graduando no contexto da profissão, no qual o aluno vivencia diversas situações com um papel educativo fundamental para garantir que este se identifique com a realidade profissional, e ainda fornece as bases de conhecimentos e saberes necessários ao desempenho do ofício a ser seguido.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A legislação brasileira ao definir inicialmente o estágio, a partir do interesse das empresas, acabou precarizando-o. Isso só foi mudado com a atual Lei de Estágio (Lei 11.788/08) que enfatiza o caráter educativo do estágio e exige maior responsabilidade por parte do estagiário e das instituições envolvidas, visando uma formação adequada, diferente do que ocorria antes da Lei. Com essas mudanças, confere-se ao estágio supervisionado maior significado social, e quanto a formação de professores, busca-se através da prática reflexiva a melhor formação do futuro docente.

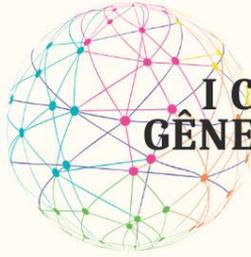
O Estágio Supervisionado é de fundamental importância para a formação docente, uma vez que a aproximação com o ambiente escolar é imprescindível para a constituição do fazer pedagógico do professor. Por isso, foi de grande importância a retirada da Prática de Ensino, utilizada nos anos de 1990, dos currículos de Licenciatura em detrimento da inserção do Estágio Supervisionado a partir dos anos 2000, o que possibilitou o aumento da carga horária destinada a este componente. Além disso, possibilitou a preocupação com a qualidade do estágio no que se refere à unidade entre teoria e prática.

Dessa forma, fez-se necessária a discussão acerca da formação crítico-reflexiva, que constitui o professor-pesquisador de História, que baseia-se no questionamento do seu trabalho no ambiente escolar, de modo que o professor consiga dominar não só os conhecimentos teóricos e historiográficos mas também metodológicos e pedagógicos, que permitam o uso de novas linguagens compreensíveis aos alunos, que, em geral, apresentam desinteresse pelos conteúdos de História, tendo em vista que, historicamente, ocorre uma reprodução dos conhecimentos históricos acadêmicos no Ensino Básico sem uma maior preocupação didática.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Raimundo Dutra de. **O acompanhamento do Estágio Supervisionado na formação docente: concepções e condições de trabalho dos supervisores**. 1. Ed. Curitiba: PR, CRV, 2016.

ARRUDA, Taiane Oliveira de. **Estágio curricular supervisionado: o papel do professor regente da educação básica na formação inicial em Educação Física**. 2014. 110 f. Dissertação



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



(Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Ensino e pesquisa na formação docente inicial. In: _____ (Org.). **Docência em história** [recurso eletrônico]: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal, RN: EDUFRN, 2017.

BALLÃO, C. M; COLOMBO, I. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1942. Disponível em: <<https://cutt.ly/ikM0I7U>> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970**. Institui a Coordenação do "Projeto Integração", destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: <<https://cutt.ly/rkM0SdJ>> Acesso em: 20 out. 2019.

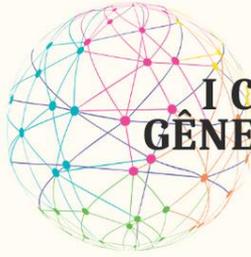
BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de Janeiro de 1972**. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: <<https://cutt.ly/qkM0GxR>> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: <<https://cutt.ly/RkM0LGI>> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <<https://cutt.ly/tkM0Xvf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <<https://cutt.ly/skM0VKS>> Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: <<https://cutt.ly/NkM0NE9>> Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: <<https://cutt.ly/WkM0M0f>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <<https://cutt.ly/YkM00XU>> Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º: CNE/CP 28/2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. <<https://cutt.ly/dkM06VL>> Acesso em: 10/07/19.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, n 2, p. 9, 4 de março de 2002. Disponível em: <<https://cutt.ly/8kM2t8J>>. Acesso em 13 abr. 2019.:

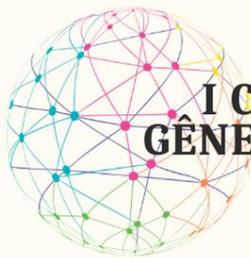
BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O Estágio Supervisionado.** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAIMI, Flávia. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**, vol.11, n. 21, p.17-32. 2007.

CAINELLI, Marlene Rosa. O lugar da Prática de Ensino na produção do saber escolar. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene Rosa (Orgs.). III Encontro: Perspectivas do Ensino de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, p.143-148, 1999.

FEITOSA, Mariana Reis. **O lugar da prática de ensino e do estágio supervisionado na formação inicial do professor de história:** um estudo sobre o curso de história da UNESP/Assis. 2009. 347 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

GATTI, Bernardete. BARRETO, Elba. ANDRÉ, Marli. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



LÜDKE, Menga. SCOTT, David. O lugar do estágio na formação de professores em duas perspectivas: Brasil e Inglaterra. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 142, p.109-125, jan. Mar., 2018.

MARRAN, Ana Lúcia. **Estágio curricular supervisionado**: algumas reflexões. Disponível em:< <https://cutt.ly/BkM2aU3>> Acesso em: 17/10/19.

MOLINARI, A. M. C; SCALABRIN, I. Z. **A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas**. Disponível em: <<https://cutt.ly/8kM2dg1>> Acesso em: 17/10/19.

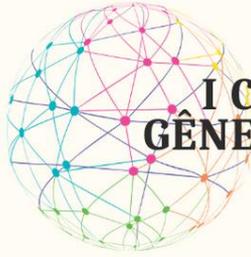
PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15 a 34.

PINTO, Maria das Graças. Dizeres e saberes dos/nos estágios curriculares. In: NÖRNBERG, Marta (org.). **Formação em contextos de estágio e desenvolvimento profissional**. São Leopoldo: Oikos, 2017. Cap. 3. P. 73-94.

PINTO, Marlla. **Considerações acerca da legislação de estágio no Brasil**. 2013. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas. Paraíba, 2013.

RAMOS, A. D; SILVA, E. J. Formando Professores de História a partir da Prática. In: GONÇALVES, Adair. (Org.) **Estágio Supervisionado e Práticas Educativas**: Diálogos interdisciplinares. Disponível em: <<https://cutt.ly/QkM2gQj>>. Acesso em: 04/07/20.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Trabalho e Educação. **Revista do NETE/UFMG**. Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez., 2000.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ESCRITA DA L2 DE SURDOS

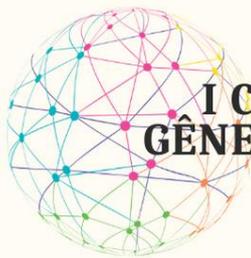
Djanes Lemos Ferreira Gabriel

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, mestranda em Letras, e-mail:
djaneslemos@ors.uespi.br

Elizandra Dias Brandão

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, mestranda em Letras, e-mail:
eliclimaco35@hotmail.com

Resumo: A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é legalmente reconhecida como a primeira língua oficial do povo surdo. Essa língua apresenta uma estrutura gramatical própria e autônoma, destacando-se sua condição visuoespacial, ou seja, a Libras utiliza um sistema de símbolos visuoespaciais para estabelecer a interação entre os sinalizantes da língua. De acordo com lei 10.436/2002, a Libras constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias das pessoas surdas do Brasil, mas não pode substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Nesse contexto, a aquisição do português para o surdo deve ocorrer como segunda língua, já que esse sujeito tem a língua de sinais como primeira língua, que dará a ele a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico. Assim, considerando a perspectiva de letramento do surdo, é indispensável a prática de leitura e de escrita, pois só assim ele terá acesso à língua inserida nos contextos reais de uso e a partir da leitura ele será capaz de se apropriar da escrita, pois a leitura pressupõe a escrita. Mas, como ensinar a leitura e a escrita para o surdo? Como construir o sentido da escrita do surdo considerando as diferentes construções, especificidades da estrutura da sua primeira língua, a Libras? É fato que o texto escrito pelo surdo não segue as mesmas construções do texto escrito por sujeitos ouvintes, já que a língua de sinais influencia na escrita e oferece o suporte no processo de aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita, pois o surdo se apoia na sua língua para dar sentido ao mundo, e isso inclui a escrita. Dessa forma, a aquisição da escrita pelo surdo está condicionada à sua L1, a Libras, e nessa aquisição algumas especificidades da língua devem ser observadas, entre as quais a modalidade visual, diferente da modalidade oral. Considerando essa diferença, os surdos apresentam algumas dificuldades ao adquirirem a Língua portuguesa, mas isso não os impede de aprenderem a modalidade escrita da segunda língua. Neste sentido, tem-se como objetivo nesta proposta analisar a estrutura dos textos dos surdos, abordando os operadores argumentativos, fatores de coesão e de coerência, que são critérios de textualidade, e, ainda, verificar como o surdo faz uso desses operadores argumentativos nos textos que ele produz. Diante desses pressupostos, o estudo visa pesquisar como a libras interfere na aquisição da escrita de segunda língua pelo sujeito surdo. É importante ressaltar que a pesquisa não terá como foco as dificuldades que o surdo apresenta na aquisição da escrita, ou destacar a sua escrita “errada”, mas procura mostrar a escrita dos surdos em uma abordagem interacional, considerando a língua de sinais como essencial nesse processo. Para alcançar os objetivos, a pesquisa ancora-se em teóricos como Goldfeld(2002), Salles(2004), Quadros(1997, 2008), Guarinelo(2012), Karnopp(2012), Koch(1989, 2006). Acredita-se que os resultados alcançados



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



venham auxiliar no campo da educação e do letramento dessa minoria linguística, propiciando uma significativa interação entre os sujeitos envolvidos nesse processo.

Palavras-chaves: Libras. Escrita. Argumentação.

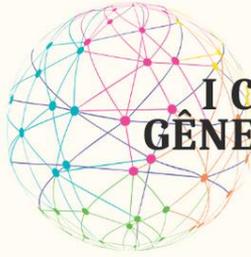
Introdução

As discussões acerca do ensino de língua portuguesa para o surdo sempre acompanham os educadores, a família e os pesquisadores da área da surdez, pois é uma preocupação constante o fato de essa aquisição se dar como uma segunda língua e, dessa forma, demandar profissionais que conheçam as estratégias e metodologias de ensino de língua portuguesa como segunda língua(L2).

Os surdos brasileiros usam a Língua Brasileira de Sinais – Libras, uma língua de modalidade visual-motora, pois utiliza o meio visual e manual para transmitir e captar a mensagem e assim estabelecer a comunicação. A linguagem é a capacidade humana de comunicação por meio de signos, sejam esses verbais ou visuais. No contexto da surdez, a linguagem visual é que vai dar significado ao mundo e propiciar a interação social entre os sujeitos. Assim, é preciso considerar que, quando se trata de educação para o surdo, faz-se necessário situar esse ensino no contexto sociocultural bilíngue, pois há duas línguas envolvidas, a Libras e a Língua Portuguesa.

Nessa ótica, o surdo está situado entre a aprendizagem da sua L1, Libras, e de uma L2 de modalidade diferente, pois utiliza um canal oral auditivo. A sua L1 irá influenciar, sobremaneira, a aquisição da L2, pois é a língua natural do surdo, a qual servirá de base para sua aprendizagem.

Dessa forma configura-se o contexto bilíngue de aprendizagem do surdo, pois ele precisa aprender a língua de sinais e a língua utilizada pela sociedade ouvinte, na modalidade escrita. Considerando que a aquisição da língua portuguesa pelo sujeito surdo tem como suporte a Libras, que é a sua língua natural, algumas especificidades se destacam na escrita do surdo, o que se justifica pela diferença de modalidade entre as duas línguas que estão envolvidas nesse processo.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Partindo dessas considerações, a proposta desta pesquisa é analisar textos escritos por alunos surdos, abordando os operadores argumentativos como fatores de coerência e de coesão, ressaltando a interferência da Libras na aquisição da escrita pelo surdo. Ressalta-se, também, que a intenção não é abordar a escrita “errada” do surdo, mas considerar que a assimilação da língua portuguesa escrita pelo surdo acontece como segunda língua e que, portanto, deve-se privilegiar o caráter interacional e funcional dessa aprendizagem.

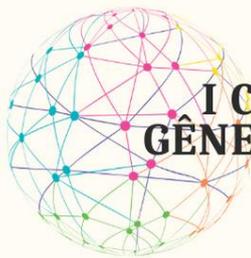
Para realização das análises, partimos de dois textos escritos que foram coletados em um contexto educacional de sala de aula, com alunos atendidos na turma de AEE do Centro de Atendimento ao Surdo(CAS - Piauí), no ano de 2019. As produções textuais partiram de estímulos visuais, com a finalidade de produzir um texto narrativo.

Libras e português, diálogo possível

Os surdos brasileiros fazem parte de uma comunidade linguística cuja língua materna é a Libras. A aquisição da língua de sinais desde de cedo vai possibilitar ao surdo seu desenvolvimento social, cognitivo, linguístico de forma mais efetiva e satisfatória. Segundo Goldfeld(2002), a língua de sinais seria a única língua que o surdo poderia dominar plenamente e serviria para todas as suas necessidades de comunicação e cognitivas. Então podemos afirmar que a aquisição da Libras é primordial para o desenvolvimento do surdo e deve ser assegurada para a sua interação social entre os seus pares e também para servir de língua de instrução no processo de aquisição da L2. Quadros (1997) afirma que

A LIBRAS é adquirida pelos surdos brasileiros de forma natural mediante contato com sinalizadores, sem ser ensinada(...), conseqüentemente deve ser sua primeira língua. A aquisição dessa língua precisa ser assegurada para realizar um trabalho sistemático com a L2, considerando a realidade do ensino formal. A necessidade formal do ensino da língua portuguesa evidencia que essa língua é, por excelência, uma segunda língua para a pessoa surda. (QUADROS, 1997, p.84)

É importante considerar que essa língua de sinais permite ao surdo um desenvolvimento de linguagem semelhante às crianças ouvintes, que por meio de sua língua é possível ver, sentir,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



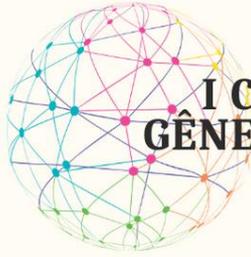
entender e significar o mundo à sua volta. E quanto a aquisição da língua portuguesa pelo surdo, isso vai acontecer baseado em metodologias e estratégias de segunda língua, visando a natureza interativa da linguagem diante das experiências que o surdo já traz com sua L1, pois, como destaca Goldfeld(2002, p. 50), “... o que é importante para o falante é o conteúdo, o que é dito. Seria, então, bastante errôneo basear a aquisição da linguagem das crianças surdas apenas nas regras gramaticais.” Dessa forma, destacamos o ensino de língua baseado na perspectiva interativa da linguagem, como centro do ensino a leitura de textos que circulam socialmente, estabelecendo diálogos entre os sujeitos que constroem e são construídos na interação.

No início do processo de aquisição de segunda língua, se o surdo já tiver adquirido a L1, terá um desenvolvimento comunicativo e interpessoal mais dinâmico. Quadros e Schmiedt(2006, p.22-23) destacam que “por meio da língua de sinais, a criança vai adquirir a linguagem. Isso significa que ela estará concebendo um mundo novo usando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu processo.” A Libras é uma língua autônoma, com estrutura gramatical própria, de caráter visuo-espacial, e é de grande importância para a constituição do surdo enquanto sujeito cultural e sua identidade, pois o sujeito se constitui a partir da linguagem.

A aquisição precoce da Libras dará possibilidade ao surdo de desenvolvimento integral e aprendizagem de uma segunda língua na modalidade escrita. Então, os alunos surdos precisam ter acesso, o mais precoce possível, a uma língua de sinais, para garantir o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e para ter seus direitos garantidos e respeitados diante da sociedade ouvinte.

Aquisição da L2- Leitura e Produção Textual

Embora os surdos tenham consciência de que a Libras é sua língua natural e que a partir dela eles interagem socialmente, a comunidade surda também reconhece a condição bilíngue, pois vive uma realidade em que há duas línguas envolvidas, a língua majoritária ouvinte e a língua de sinais da comunidade surda. No Brasil, o decreto 5.626/2005, no capítulo IV, trata sobre o uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

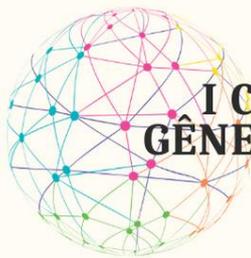


educação (BRASIL, 2005). Ressalta-se no decreto que o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem seguir uma perspectiva dialógica e funcional. Nesse sentido, é importante considerar as características da interação em que ocorre o processo de aquisição de uma segunda língua. Deve ser dado ênfase aos processos comunicativos e interacionais com base na leitura e escrita visual, considerando o aspecto da língua visual do surdo. Assim pondera Quadros (1997, p. 100) ao afirmar que

O aspecto visual da escrita e da língua sinalizada é um ponto comum entre essas duas formas de expressão que apresenta repercussões no processo de ensino de L2 para surdos, apesar de a escrita ser gráfica e o sinal ser manual e facial.

E quanto ao aspecto interativo de aquisição de uma língua, o trabalho com o texto deve ser o centro do ensino, o contato com a língua escrita acontecerá por meio de textos, registros, histórias com conteúdos significativos para os alunos, pois entende-se que a produção textual e a compreensão da leitura serão mais criativas se envolver situações significativas que levarão o aluno a perceber que a língua tem uma função social e interacional. No entanto, o que se percebe é que o surdo é colocado em contato para aprender a Língua Portuguesa utilizando-se dos mesmos métodos utilizados com crianças ouvintes, pois muitos professores desconhecem a realidade bilíngue do surdo e conseqüentemente não têm uma língua comum com seu aluno surdo. O que a prática escolar coloca é que nem sempre a língua de sinais é valorizada, nem mesmo reconhecida como língua, dando-se ênfase ao ensino baseado na língua oral majoritária. Karnopp (2012, p. 78) assim se refere

Argumento ainda que a leitura e a escrita de surdos são frequentemente estigmatizadas, sendo que as produções textuais são consideradas “erradas” conforme estabelece o português-padrão e, ainda, seus textos não são compreendidos a partir das relações autor-texto-leitor. São também desconsiderados as diferentes práticas discursivas e os diferentes gêneros discursivos, ou seja, as atividades envolvendo leitura e escrita na escola são



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

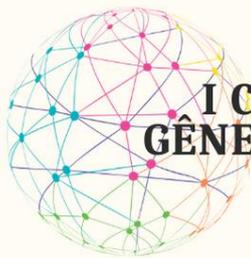
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



frequentemente “artificiais”, em que não são consideradas as várias possibilidades de leitura de um mesmo texto.

A esse respeito o que se constata é que esse ensino de língua que visa o aspecto formal não atende a uma formação do indivíduo como sujeito letrado, esse encaminhamento metodológico adotado coloca em desvantagem o aluno surdo, já que para a constituição dos sentidos de mundo e de leitura, o surdo precisa da língua de sinais, fato que é desconsiderado no contexto escolar. Dessa forma, quanto mais tradicional for a prática, mais difícil será a apropriação da escrita pelo surdo, pois o sentido do letramento para o surdo é dado por meio de sua língua, com práticas de leitura e escrita significativas. Karnopp(2012) acrescenta que a concepção de domínio da língua portuguesa pelo surdo refere-se à utilização de habilidades linguísticas que priorizem a leitura-escrita, e prossegue afirmando que as práticas de leitura e escrita devem ser entendidas como ato político, social e linguístico em um contexto bilíngue. Assim, as práticas de ensino direcionadas ao surdo devem se vincular ao conhecimento linguístico e ao conhecimento de mundo que ele já traz, numa perspectiva dialógica.

O ensino de segunda língua para o surdo deve ser pautado em procedimentos de leitura para compreensão e não simples decifração do código escrito com palavras isoladas, mas tomando o texto em sentido cultural, social e de constituição de sujeitos na interação, pois como ressalta Koch (2018, p. 26) “o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.” Assim, entende-se que o texto não é uma realização pronta, mas é um processo que vai sendo delineado de forma coletiva autor/leitor/receptor, na qual muitos fatores vão auxiliar para essa produção, como fatores sociais, culturais, linguísticos e interacionais. No caso da educação para surdos, essa concepção sociointeracional de texto é a que mais atende ao propósito de aquisição da língua portuguesa como L2, pois possibilita ao aluno surdo o contato com a língua inserida em práticas sociais de forma contextualizada. Guarinelo(2012) destaca que o uso da linguagem escrita com sujeitos surdos deve ser pensado por meio de práticas discursivas de letramento, para que se participe de maneira ativa de ações mediadas pela escrita. Assim como as atividades devem partir de leituras de vários materiais escritos ou visuais, como



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



sequências de figuras, fotos, filmes, pois esses processos visuais são importantes para a constituição dos sentidos do surdo. E acrescenta

A escola deve priorizar a natureza interativa da linguagem utilizando diferentes tipos de textos escritos em jornais, gibis, livros, revistas, apresentando aos sujeitos diversos gêneros textuais, como poesia, bilhete, carta, conto, fábula, receita, experiência, entrevista, crônica, charge etc. (GUARINELO, 2012, p. 17)

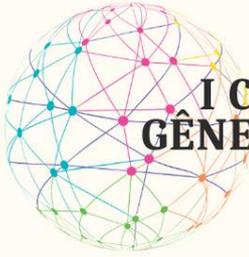
A aquisição da escrita da L2 deve ser mediada pela interação entre os sujeitos professor/aluno, na qual haja uma língua comum que sirva de instrução nesse processo, visto que a linguagem se constitui na interação.

A escrita do surdo- Discussão e Análises

Sabemos que há diferenças estruturais entre as duas línguas envolvidas nesse processo de letramento do aluno surdo, pois a L1 do surdo é visual e a segunda língua é de modalidade oral. Dessa forma, as análises realizadas levam em conta essa diferença nas estruturas linguísticas de ambas as línguas.

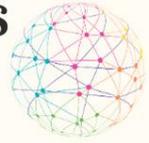
Para a análise do código escrito, foram selecionados dois textos de alunos surdos atendidos na turma de AEE do Centro de Atendimento ao Surdo (CAS PI), no ano de 2019. As atividades foram realizadas da seguinte forma: 1- Foi entregue aos alunos uma folha de papel com imagens para que cada um observasse e depois recortasse as figuras para colar, formando uma sequência organizada de acontecimentos. 2- Após cada um organizar a sequência de figuras, foi realizada a leitura sinalizada da narrativa; 3- Nesta etapa, o aluno escreveu o texto narrativo e sinalizou novamente.

Abaixo são apresentadas as produções textuais seguidas da análise.



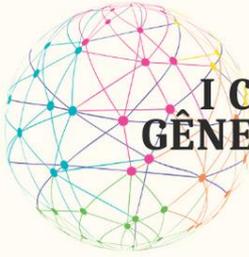
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

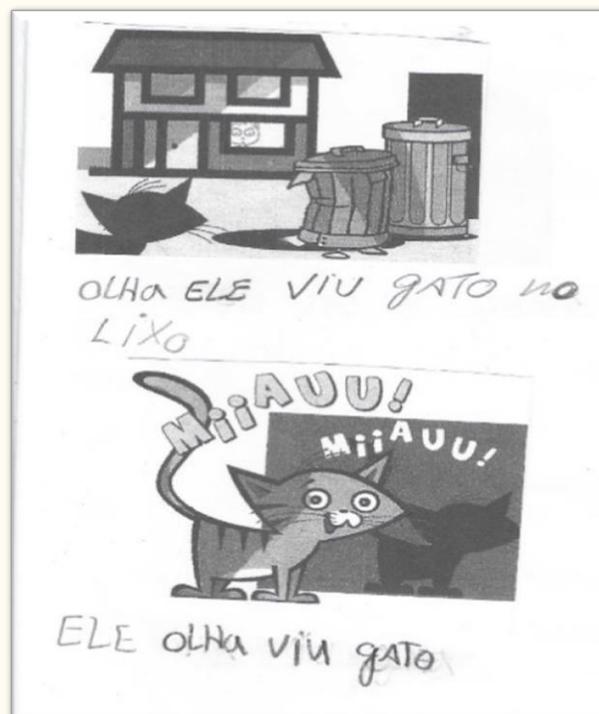
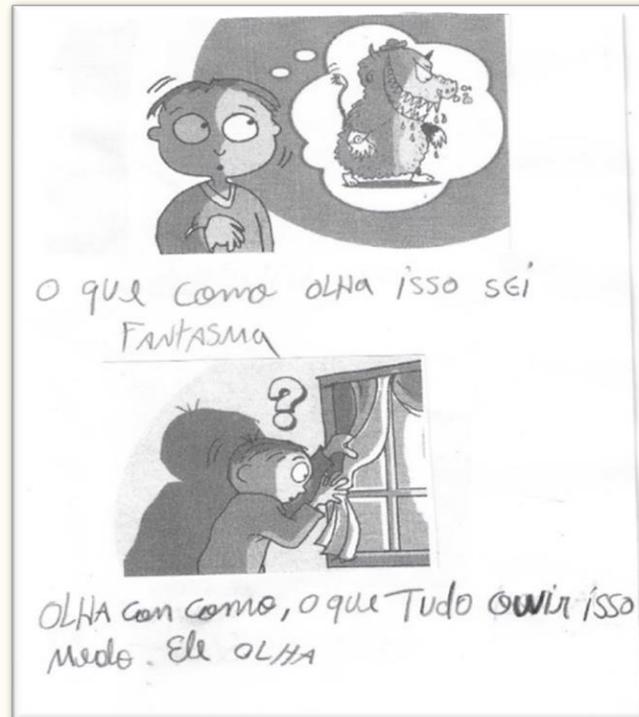
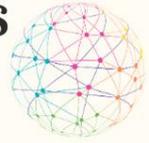


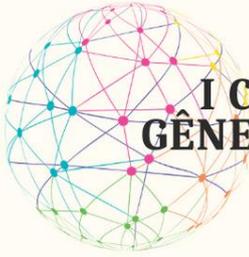
TEXTO 1: SUSTO MEDO





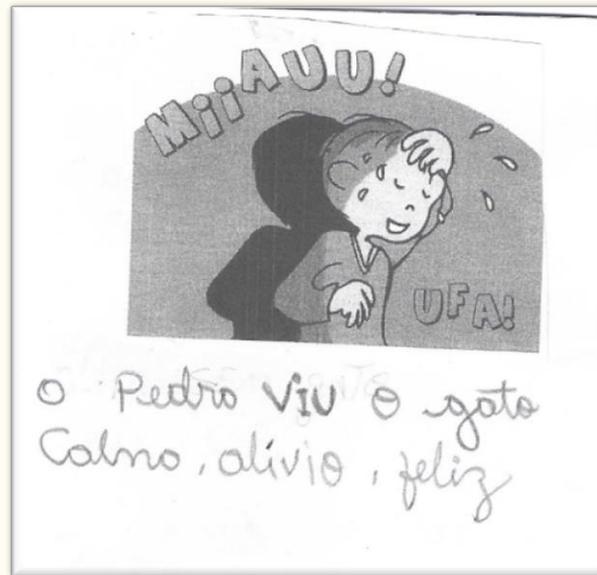
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS**
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



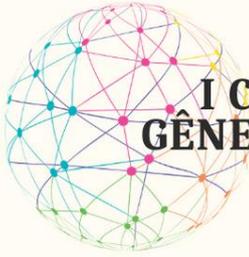


I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Com relação à escrita da língua portuguesa, o texto evidencia algumas dificuldades em relação ao uso dos elementos de ligação entre as orações do período, como no exemplo: *O Pedro ouvir barulho acorda susto*. Também não se observa a flexão verbal em algumas orações e em outras sim: *Pedro dormir na cama*; *Ele viu gato no lixo*; mas destaca-se o uso da preposição de forma adequada nas frases, indicando lugar. As orações geralmente simples e curtas, consistindo na estrutura Sujeito-verbo-objeto (*O Pedro viu o gato*), predominância de substantivos e adjetivos nas orações.

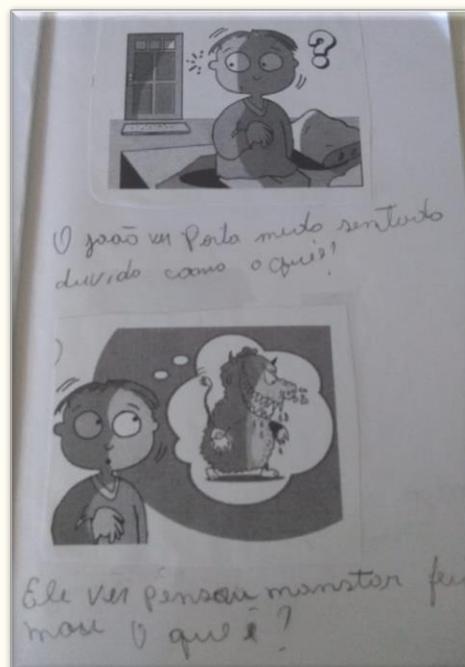
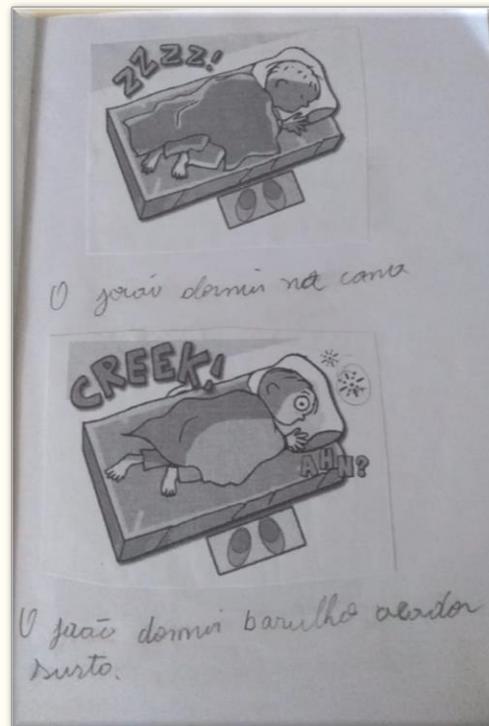


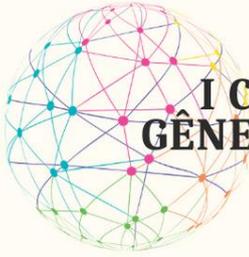
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



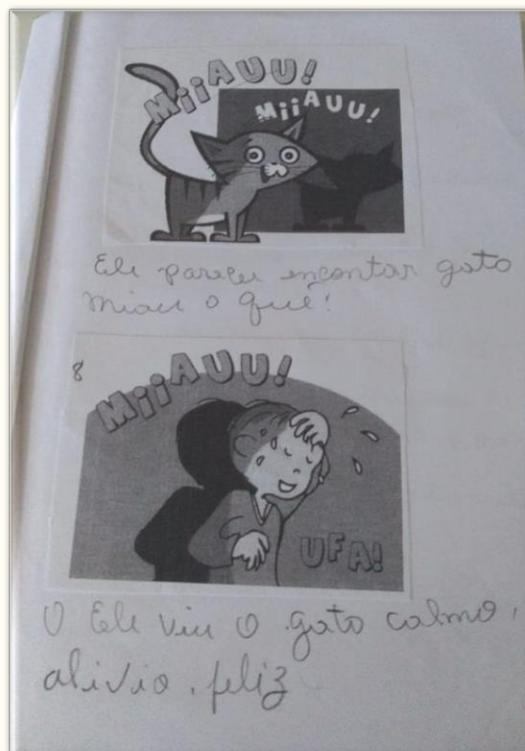
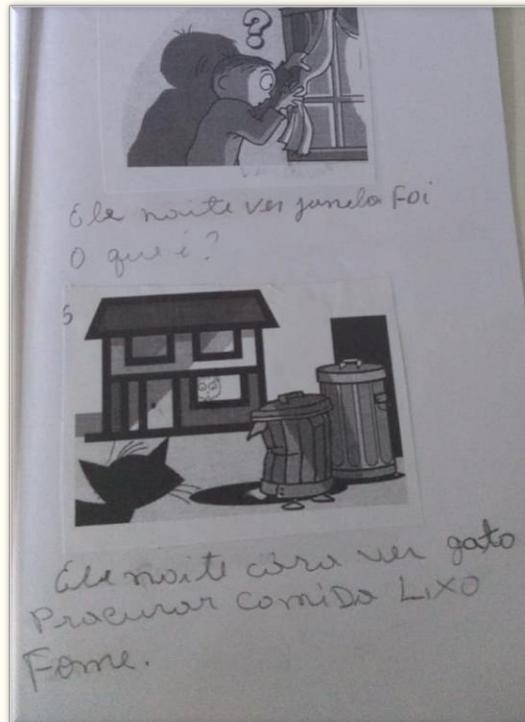
TEXTO 2: O GATO COM FOME

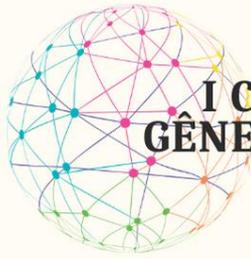




I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS





I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



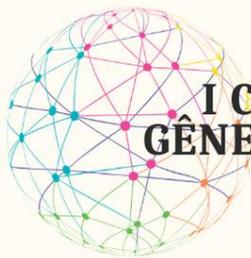
Na segunda produção, já no título o aluno emprega adequadamente a preposição *com*. Ainda se observa o emprego de períodos simples com frases curtas seguindo a estrutura sujeito-verbo-objeto, sem elemento de coesão entre as palavras do período, como no exemplo: O João dormir barulho acordar susto; Verbos não flexionados; Emprego adequado do pronome *ele* fazendo referência ao nome próprio *João*; quanto às categorias gramaticais, emprego de substantivos e adjetivos com frequência. As dificuldades registradas na escrita do aluno surdo evidenciam que ele está elaborando hipóteses sobre o funcionamento da segunda língua na tentativa de se apropriar dela. A escrita do surdo está marcada pela estrutura da sua L1, o que não configura um erro. Nesse sentido, o que se observa são as marcas de um código em outro código, marcas “transcódicas”, ou seja, marcas de uma língua em outra língua.

Nas duas produções é possível perceber que os alunos estão se apropriando da estrutura da língua portuguesa, e que a língua de sinais serve de instrução para esse aprendizado, o que justifica a escrita simples e econômica, pois é preciso considerar o fato de o surdo chegar à escola, muitas vezes, sem ter uma língua constituída.

Como se observa, os dois participantes atendem à solicitação da professora ao escrever um texto narrativo, já que se verifica uma sequência de ações realizadas por um personagem em um determinado ambiente. E, ainda, há um desfecho para a narrativa. Dessa forma, salienta-se que a falta dos operadores argumentativos no texto em L2 do surdo se dá em decorrência da pouca familiaridade com leitura de diferentes textos em contextos reais de uso, como também a influência da sua L1. No entanto, isso não impede que o sentido do texto seja construído pelos interactantes.

Considerações Finais

Com base na exposição feita, espera-se ter esclarecido sobre a concepção de linguagem que deve nortear o trabalho docente daqueles que se propõem a trabalhar com o ensino de língua portuguesa para surdos. Evidenciou-se, também, ressaltar o papel da Libras como língua de instrução e facilitadora desse ensino, afim de superar as práticas tradicionais que privilegiavam



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



os métodos orais e a língua majoritária da comunidade ouvinte, desconsiderando as diferentes línguas envolvidas no processo de aprendizagem do indivíduo surdo.

Ressalta-se que a análise não procurou dar ênfase à escrita “errada” do surdo, mas evidenciar as possibilidades de aquisição da escrita pelo aluno surdo por meio de estratégias e práticas que tenham a leitura e a escrita como centro do ensino, a partir de gêneros textuais que circulam socialmente. A perspectiva de texto aqui adotada para o ensino de língua portuguesa é uma dimensão dialógica, na qual o sentido se constitui na interação dos sujeitos, onde o texto é visto como um processo e não como um produto pronto.

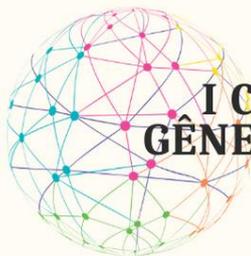
Com as análises dos textos, foi possível perceber que uma das dificuldades que o surdo tem ao escrever diz respeito ao emprego dos elementos de ligação entre as palavras, frases e períodos, ou seja, a organização sequencial do texto. Esse fato leva ao preconceito de pensar que o surdo é um analfabeto e que seus textos não têm coerência. Mas de acordo com Salles(2002) isso é um equívoco, porque os textos elaborados por surdos falantes de Libras não violam o princípio da coerência, e conseguem expressar de forma inteligível as ideias.

Assim, conclui-se que a adoção de estratégias e metodologias de ensino de segunda língua e a presença de um professor proficiente que tenha uma língua comum com o aluno surdo colaboram sobremaneira para promover o aprendizado da língua portuguesa pelo sujeito surdo. Ressalta-se a responsabilidade do professor no uso da sua criatividade para promover e desenvolver maneiras de reescrita colaborativa dos textos dos alunos surdos, com o propósito de fazer com que eles se apropriem dessa escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2002. Disponível em: <<https://cutt.ly/qkM2QzJ>> Acesso em: 05 de janeiro 2021.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 5ª ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS**
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



GUARINELO, Ana Cristina. **Alunos surdos e linguagem escrita**. Ver. *Presença Pedagógica*. V. 18, n. 105, 2012.

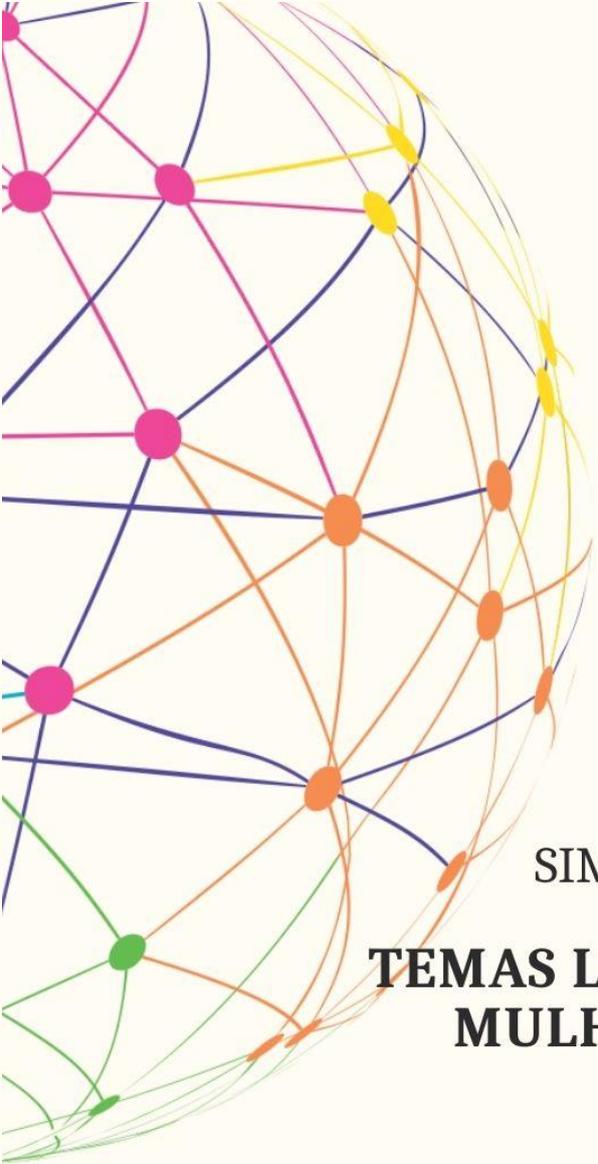
KARNOPP, Lodenir Becker. Práticas de leitura e escrita em escolas de surdos. In: FERNANDES, Eulália. **Surdez e Bilinguismo**. 6.ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

KOCH, I. V. **A O texto e a construção dos sentidos**. 10.ed., 5ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre; Artmed. , 1997.

_____. **Ideias para Ensinar Português para Surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2008.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima [et al.]. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004, v. 1 e 2.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

**TEMAS LIVRES SOBRE GÊNERO,
MULHERES E FEMINISMO**

Coordenadores:

Fernando Bagiotto Botton (UESPI)

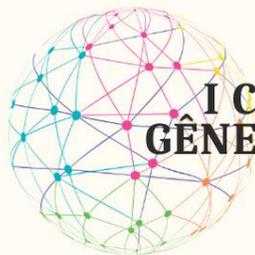
Ruan Nunes (UESPI)

Roberta Liana Damasceno Costa (UERJ)

Lara Ferreira Silva Dias (UESPI)

I Congresso Internacional de Gênero, Prática e Epistemologias

07 a 10 de dezembro de 2020



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ALÉM DAS PÁGINAS DA REVISTA: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES EM QUERIDA E AS MEMÓRIAS DE SUAS LEITORAS IRATIENSES

Cibeli Grochoski

UNICENTRO, Licenciada e mestre em História. cibeli_grochoski@yahoo.com.br

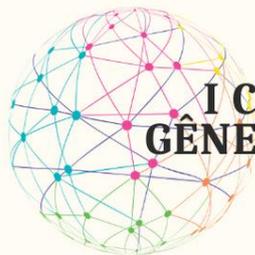
Resumo: Este artigo discute a trajetória de três mulheres moradoras da cidade de Irati – Paraná, que na década de 1960 eram leitoras da revista feminina *Querida*. O termo trajetória não se refere à trajetória de vida, mas a compreensão de como essas mulheres se portavam socialmente e se a revista contribuiu para a formação de suas subjetividades ou não. As entrevistas foram realizadas entre 2018 e 2019, com um roteiro prévio, semiestruturado desta forma permitindo a inserção de novas questões. Os periódicos de *Querida* que foram analisados estão disponíveis no centro de documentação e memória da Unicentro no campus de Irati (CEDOC/I). A revista feminina *Querida* foi criada em 1953 no Rio de Janeiro e tinha circulação nacional, publicada num momento em que o Brasil desejava se tornar moderno e as mulheres progressivamente conquistavam espaço nas universidades (MARTINS, 1991). Entretanto, alguns valores e atributos que estavam associados ao papel feminino na sociedade brasileira permaneceram, criando uma tensão entre o moderno e o tradicional no que tange aos comportamentos definidos às mulheres. A modernidade estava mais associada ao consumo de produtos tecnológicos e de beleza, enquanto que a mensagem veiculada pela revista era a de que as mulheres deveriam ser atraentes para conquistar um marido, e para mantê-lo deveria ser exímia dona de casa e mãe. *Querida* se intitulava “revista moderna” para a “mulher moderna”, entretanto em suas páginas ela traz representações tradicionais de feminilidade, representando a mulher enquanto a “rainha do lar”. A modernidade estava ligada aos novos produtos eletrônicos, cosméticos e a moda, o papel reservado a mulher ainda era o de esposa, mãe e dona de casa. Com a metodologia oral, entramos nos espaços de sociabilidade das leitoras do município de Irati – PR, que, durante os anos 60, levavam os discursos para além das revistas, vestiam-se e se comportavam como “típicas mulheres dos Anos Dourados”, em seus espaços de sociabilidade.

Palavras-chave: Representações, Revista Querida, Leitoras.

Introdução

Este artigo analisa temas presentes na revista feminina *Querida* durante a década de 1960, e a influência que a mesma teria exercido sobre as suas leitoras no Brasil e especialmente nas leitoras do município de Irati, no sudeste do Paraná. Para isso, além da análise dos periódicos, também foram entrevistadas três mulheres que foram leitoras da revista.

Querida começou a ser publicada em 1953 pela Rio Gráfica Editora, pertencente ao Grupo Globo, no Rio de Janeiro com circulação nacional. Em suas páginas a revista exibia



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



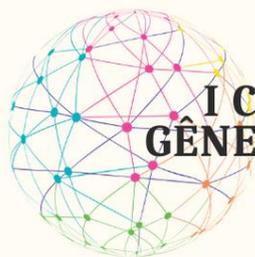
artigos e colunas sobre moda, beleza, culinária, decoração, prendas domésticas, matrimônio, maternidade, normas de comportamento, enfim, os chamados “assuntos femininos” (PINSKY, 2014, p. 37). Ela ditava maneiras de ser, pensar e agir para suas leitoras. Mas de que forma as leitoras se apropriavam destas representações normativas? É o que será analisado ao longo desse texto.

Para além das páginas da revista: as leitoras iratienses de querida

Como a teoria da domesticidade estava sendo refutada pelos movimentos feministas, principalmente pela Segunda Onda na década de 1960, as mulheres estavam conquistando novos espaços e novas representações emergiam sobre o feminino a revista *Querida* transitava por essas transformações. A revista é um produto cultural ela vendia produtos e comportamentos que na década de 1960 estavam passando por grandes mudanças. A mulher deixa de ser apenas a “rainha do lar”, agora ela é a “mulher moderna”, que estuda e trabalha, mas a maior parte das páginas de *Querida* ainda tratam de temas voltados ao domínio do privado, da intimidade do lar, da família, e das áreas de comportamento feminino. Seguindo o que seria o destino “natural” de suas leitoras após o matrimônio. O discurso e as representações estão entrelaçados entre o moderno e o tradicional.

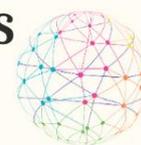
A revista tinha como objetivo ser comprada, por isso ela apresentava discursos conservadores já que os mesmos ainda permaneciam fortes na sociedade brasileira. Para compreender se esses discursos contribuíam para a formação das subjetividades das leitoras foram entrevistadas três mulheres moradores de Irati-PR que na década de 1960 liam revistas femininas, entre elas *Querida*. Para preservar suas identidades os seus nomes foram substituídos pelos seus signos do zodíaco, desta forma temos as leitoras: Canceriana, Leonina e Sagitariana.

Querida apresentava assuntos que iam das agulhas a pudins, com poucas matérias sobre estudos ou carreiras femininas. Mantinha as mulheres associadas ao espaço privado, às representando como “servas” de seus maridos e outras obrigações da “vida feminina”. A revista procurava refletir o “Novo Brasil”, os costumes, as tendências, mas a mudança não significou uma ruptura com os velhos padrões sociais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



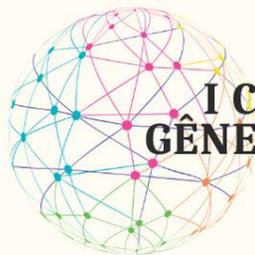
As revistas femininas eram uma forma popular de entretenimento entre as jovens, folheando os periódicos elas tinham acesso às novidades, a revista mantinha as leitoras atualizadas sobre as tendências da moda, música e cinema. Sagitariana (2019) conta que: “A gente trocava revistas, emprestava uma para a outra. A gente queria ficar por dentro da moda né o que usava, e tinha também aqueles cremes que a gente nem comprava nem tinha aqui na cidade, sabe a gente queria saber dessas coisas”.

Muitos artigos presentes em *Querida* eram exportados dos Estados Unidos assim muitas novidades apresentadas pela revista não tinham para venda em Irati, mas mesmo assim as jovens iratienses gostavam de ler para ficarem atualizadas. Elas trocavam revistas, pegavam emprestadas com mães de amigas, folheavam em grupo ou sozinhas debruçadas sobre a cama, às vezes as escondidas.

Em 1960 encontramos aspectos da modernidade entrelaçados com a tradicional representação de mulher nas páginas da revista. Segundo Carla Bassanezi:

As revistas são uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente leitoras de classe média. As revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação. (BASSANEZI, 1993, p. 112)

Em seus discursos *Querida* tratava a leitora como se fosse uma conselheira, referia-se a ela de forma íntima, tentando convencê-la sobre decisões e opiniões e “conscientizar sobre o papel feminino na sociedade” (COSTA, 2009, p. 215). Os anos de 1945 a 1964 significaram muito para a história do Brasil, essa época teria sido “dourada”. O governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com o Plano de Metas cujo lema era “cinquenta anos em cinco” desejava desenvolver o país para isso estimulou a produção em massa e o consumo de produtos, *Querida* é repleta de propagandas de eletrodomésticos, automóveis e produtos de beleza, moda e decoração, ostentação dos Anos Dourados. Todos esses novos produtos ganharam espaço nas casas da classe média brasileira (MELLO; NOVAIS, 1998).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Mesmo com tantas mudanças sociais e econômicas a educação da mulher continuava voltada para o lar, o objetivo e o futuro de toda “moça de família” deveria ser o matrimônio e a maternidade. Como aponta Carla Bassanezi (2006) a família modelo dos Anos Dourados era constituída pelo “chefe da casa” que detinha a autoridade e o poder sobre a esposa, era também o responsável pelo sustento da família. “A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura” (BASSANEZI, 2006, p. 608-609). A ilustração a seguir representa a mulher ideal:

Para os meus... LEITE NINHO
- o melhor do mundo!

NINHO é leite de vaca, puro, integral, de alta qualidade, produzido com o melhor leite fresco por um processo especial de fabricação Nestlé. E, por isso, quando V. dá Leite Ninho aos seus, pode ter a certeza de que lhes está dando o melhor leite do mundo.

NINHO é leite sempre fresco porque seu consumo tão intenso que os seus estômagos estão sendo sempre renovados. É como se fosse diretamente da colheita para a sua casa.

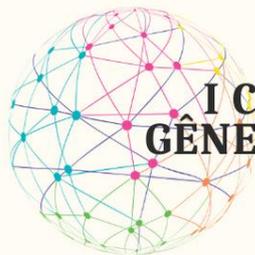
NINHO é o leite mais indicado para toda a sua família porque fornece as substâncias indispensáveis ao perfeito funcionamento do organismo. O Leite Ninho possui ainda a riqueza de vitaminas, proteínas, gorduras, cálcio e outros sais minerais, próprios do melhor leite natural.

Diga V. também:
Para os meus... LEITE NINHO

À venda em latas de 454, 1 000 e 2 000 g (pó líquido). Compre-o no seu fornecedor habitual.

Fonte: *Querida*, Janeiro de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO - IRATI.

A propaganda destaca o produto sendo uma das maravilhas da modernidade trazendo praticidade no cotidiano da dona de casa. Nessas propagandas a mulher é sempre representada



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



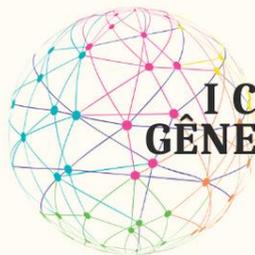
com uma aparência impecável, cabelos penteados, utilizando maquiagem e roupas alinhadas, passando a mensagem de ser “moderna”, de se estar “na moda”.

O discurso publicitário apelava pelo amor e dedicação da mulher pela família, com o intuito de oferecer o melhor a eles. O homem está usando camisa e gravata o que remete a ideia de trabalho representando o “chefe da família”. O esposo e os filhos bebem o leite preparado pela esposa acompanhado de biscoitos, certamente feitos também por ela. Enquanto todos se alimentam ela é representada de maneira feliz em servir a família. Nos periódicos analisados a imagem da mulher é na maioria das vezes atrelada ao lar, aos cuidados com a família, aos serviços domésticos e ao cuidado com os filhos são trazidos como sendo uma obrigação exclusivamente feminina.

As entrevistadas Leonina e Canceriana quando questionadas sobre a relação de esposa e marido dentro do lar responderam: “Me lembro que diziam coitado voltou cansado, precisa descansar, não perturbe, a toalha está aqui, o sabão está aqui, a comida... Até hoje. Muita gente não dobra nem o guarda roupa” (LEONINA, 2018). A fala de Canceriana não foi diferente:

O pai trabalhava a maioria das mulheres não trabalhavam, então voltando lá, pela mulher não trabalhar e o homem trabalhar sempre assim tipo “vamos esperar o teu pai”, almoçávamos a família inteira junto, “quando teu pai chegar eu conto para ele”, sabe aquele medo, a mulher tinha sempre muita é... Sustento tudo do marido então ela dava mais autoridade para ele também ou tirava a dela ela não queria ter a responsabilidade, não a responsabilidade, mas a palavra o discutir (...). Então até isso. Sempre o homem um pouquinho mais acima da mulher mais, mas, não rebaixada, mas mais enfeite da casa do que... Não Sei se meu conceito é esse por que veja voltando mais, a minha vó, mãe do meu pai, trabalhava aqui na loja, sabe ela era... Trabalhava, criava filhos e... Sabe então eu acho que no fundo a mulher sempre foi mulher maravilha, sempre ela foi pode ver. Meu marido muito bom, muito bonzinho, mas se eu contar para você que ele deu alguma mamadeira ou trocou alguma fralda estou mentindo, então veja isso a quantos anos minhas crianças. (CANCERIANA, 2018)

Em suas memórias as entrevistadas apontaram que as mulheres tinham a obrigação de cuidar do lar, dos filhos e do esposo, o serviço fora de casa para muitas mulheres não era possível ou necessário, pois o espaço público, o mundo dos negócios, era para os homens.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



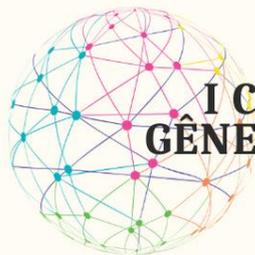
Apesar da urbanização, industrialização e das mudanças econômicas e sociais que estavam ocorrendo no período Canceriana estava destinada a ter a vida que a mãe e a sogra tiveram. Ela disse que era o homem que tinha a autoridade dentro do lar inclusive sobre a esposa, que a mulher era “mais um enfeite da casa”. Ou seja, as mulheres continuavam vinculadas à esfera doméstica e nas tarefas tradicionais femininas. Para as mulheres o domínio da casa era claramente o seu destino, como afirma Guacira Lopes Louro (2011):

As “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter; sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas ou doses menores de instrução*. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que o seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, e educadora das gerações do futuro. (LOURO, 2011, p. 446)

A mulher deveria ter os conhecimentos básicos para educar os filhos. Assim como em muitos outros lugares do Brasil durante a década de 1960, em Irati havia dois colégios católicos que eram muito bem vistos pela população iratiense. O Colégio São Vicente de Paulo e o Colégio Nossa Senhor das Graças, um destinado aos meninos e outro às meninas.

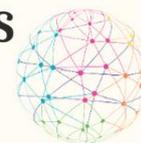
O Colégio Nossa Senhor das Graças foi fundado em 1931 por freiras, a instituição também já funcionou como orfanato e nas décadas de 1950 e 1960 ambas as instituições funcionaram como internato, pois muitos estudantes eram moradores da zona rural do município ou de outras regiões e não tinham condições de locomoção.

Estas instituições separavam seus alunos por gênero por isso Canceriana, Leonina e Sagitariana estudaram na Nossa Senhora das Graças, escola destinada às moças e coordenada por feiras, já os rapazes frequentaram o Ginásio São Vicente, coordenado por padres. Nessas Escolas além de Ensino Normal os alunos eram educados para a fé cristã, e com ênfase em uma consciência patriótica.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



As tarefas desses mestres e mestras não era contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas bordado e costura. (LOURO, 2011, p. 444)

Meninas e meninos aprendiam coisas diferentes, de acordo com o gênero a que pertenciam e a função social reservada a elas e a eles na sociedade. A Economia Doméstica, por exemplo, era uma disciplina obrigatória apenas para o sexo feminino e a orientação metodológica teve em mira a “natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”⁶⁹. Esta disciplina ensinava sobre o “verdadeiro” papel da mulher, ensinando a cuidar e zelar do lar, do marido e dos filhos.

Canceriana (2018) conta que depois de casada somente ela realizava os serviços domésticos o seu esposo nunca “ajudou”, e: “nós meninas até na escola a gente tinha uma matéria sobre educação doméstica, então tinha caderno assim de como que limpa a casa, pano, paninho de limpeza, passar e varrer... aí meu Deus! você acredita que a freira ensinava” (CANCERIANA, 2018).

Leonina (2018) também lembrou desta disciplina e contou que aprendeu a cozinhar, costurar, bordar e a fazer enxoval na escola, enfim tudo que supostamente estaria ligado ao mundo feminino. A Economia Doméstica era um preparo para o lar, formadora de mães, esposas e donas de casa. Segundo Roseli Boschilia (2002) nas escolas as atividades masculinas estavam ligadas aos espaços externos enquanto que as atividades femininas ficavam restritas ao espaço interno nos quais aprendiam sobre música, bordado, pintura, etc. “O exercício dessas atividades auxiliava na fixação de características consideradas tipicamente femininas, como o silêncio, a paciência, a perseverança e a delicadeza” (BOSCHILIA, 2002, p. 45).

A esposa ideal tinha que manter o lar sempre organizado e aconchegante, saber cozinhar e costurar, as mulheres deveriam ser “prendadas”. As três entrevistadas lembraram da disciplina de Educação Doméstica e também do curso de magistério locais nos quais elas eram ensinadas a ser uma “moça para casar”.

⁶⁹ Ver mais em: <https://cutt.ly/xkM2NyA>. Acesso em: 18/06/2020.

**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE
GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS**
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Para ser uma mulher para casar as jovens precisavam apresentar boa conduta, serem recatadas, e cumprirem funções “supostamente essenciais a toda mulher, como cozinhar, lavar, limpar, costurar, educar e, em meio a todas essas atribuições, permanecer impecavelmente linda” (ALVAREZ, 2017, p. 45). As moças aprendiam essas “lições” na escola, na família e a revista *Querida* reforçava esse papel feminino, pois em suas páginas ela trazia inúmeras receitas e moldes de roupas para as leitoras copiarem, é importante ressaltar que no período roupas prontas não eram comuns.



Fonte: *Querida*, março de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO - IRATI.

Neste anúncio de lã para confecção de roupas mostra dois homens, supostamente pai e filho, utilizando casacos feitos pela esposa e mãe, já que era dever da mulher zelar pelo bem estar da família e isso incluía fazer e tricotar roupas. É importante ressaltar que nos anúncios sempre que a figura masculina aparece no espaço doméstico é representado descansando, se alimentando ou se divertindo diferente das representações femininas.

Ainda jovens as mulheres aprendiam a costurar, pois, “saber costurar deste muito cedo era um valioso atributo de moça de família prendada e caprichosa” (SALERNO, 2009, p. 102).

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

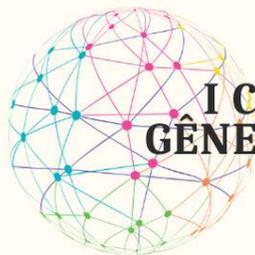
As revistas ensinavam a como ser e agir para conquistar um marido e como mantê-lo, para isso as mulheres precisava ser exímia dona de casa e mãe. Esse pensamento era reafirmado pela família, desde cedo às meninas aprendiam com a mãe a como “ser mulher”, esposa-mãe-dona de casa. O tema maternidade estava sempre presente na revista *Querida*, em textos e anúncios, como no a seguir:



Fonte: *Querida*, novembro de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Nessa propaganda da máquina de costura *Singer* traz a economia proporcionada pelo aparelho, já que a mulher costuraria as roupas da família em casa sem gastar com uma costureira. Esse anúncio também envolve a maternidade, a filha observa e auxilia a mãe assim aprendendo desde pequena o “ofício feminino”. As marcas utilizavam o discurso de serem modernos, mas havia uma oscilação entre o moderno e o tradicional.

O casamento oferecia acesso da mulher ao lar e à maternidade, as concepções de mulher moderna não rompiam com esse estigma. O homem aparecia como o “sexo forte” e a mulher como “frágil”, aquela que sofria por amor e deveria se esforçar para cuidar bem do seu marido, sendo, (...) a sacerdotisa do templo culinário, responsável pela boa organização da casa, pela fidelidade do seu companheiro, estando atenta para as suas necessidades materiais, como roupas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



e acessórios, já que essas funções indicariam seus dotes de esposa e dona de casa. (COSTA, 2009, p. 189)

A maternidade era um dos assuntos mais recorrentes na revista *Querida*, os filhos eram uma certeza após o casamento, as moças casadoiras sonhavam com esse futuro. A mulher idealizava a felicidade depositando suas esperanças onde a tradição lhe ensinou a depositá-las: no Matrimônio, no lar e na maternidade. Ao casar-se a mulher “recebia um pacote de tarefas e uma multiplicidade de funções que haviam sido incutidas às mulheres desde a infância: uma preparação necessária que a sociedade patriarcal, (...) desenvolvera muito bem na consciência feminina” (COSTA, 2009, p. 189).

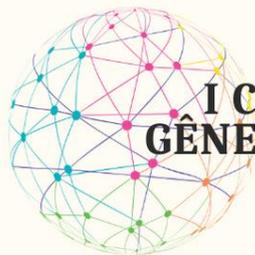
“Ficar pra titia” era um medo entre as jovens, motivo de zombaria, as mulheres solteiras com mais de vinte e cinco anos recebiam o rótulo de “solteironas”. Essa situação era um estigma, uma situação social indesejável. A mulher solteira era vista como “incompleta”, nem esposa nem mãe.

Canceriana (2018) disse que se casou tarde para a “sua” época com vinte e seis anos, neste período era normal o casamento após o término do magistério, antes dos vinte anos de idade. De acordo com Leonina (2018):

Casavam muito cedo com 17, 18 anos, imagine é muito cedo o que você sabe com 18 anos e casar, cuidar de casa logo engravidavam né. Então elas ficavam iam se acomodando né. “Não, fique com ele porque ele é bom da o que comer, olhe a casa, olhe isso...”. E hoje em dia não, hoje você não aceita você sabe né, isso não aconselha a ninguém, não deu certo... (PINSKY, 2014, p. 12)

A entrevistada destacou que o divórcio não era bem visto socialmente. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2014) no Brasil o desquite ganha força a partir dos anos de 1950, e somente no ano de 1977 que o divórcio vira lei:

Até então, o único marco legal da separação de um casal é o desquite, que impossibilita um segundo casamento pelas leis brasileiras. A oposição à legalização do divórcio vem da Igreja Católica, de grupos conservadores organizados, mas também de grande parte da opinião pública. Assim, apesar das tentativas dos divorcistas, nessa época prevalece o conservadorismo que



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



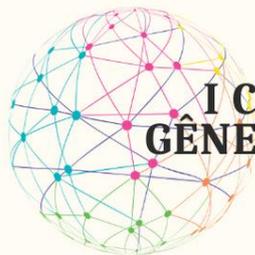
alega defender a sociedade contra “a desorganização da família”, “o amor livre” e “a introdução do comunismo”. (PINSKY, 2014, p. 12)

Leonina (2018) disse que as jovens se casavam muito cedo e após o matrimônio a maioria delas vivia em função da família e do lar. Na década de 1960 existia o desquite, mas ser uma mulher desquitada era visto com maus olhos pela sociedade, sobre esse assunto a entrevistada continua:

A questão era a seguinte você se separar de um marido, dissolver um casamento era culpa da mulher, que ela não agradou, ele teve que procurar fora de casa, né. Então nesse ponto que ficava muito velado, elas não queriam que o pai soubesse por que vai incomodar, daí ela levava a vida inteira marido traía, mas levava porque primeiro muitas mulheres não trabalhavam fora, a grande maioria, total de dependência do marido, filhos né, então se anulava. Muitas mulheres se anulavam, casavam e ficavam como em prisão, nunca mais iam a baile nenhum, a gente via sair só com o marido, ele ainda tinha mais liberdade. Alguns, não geral, mas o que a gente via era que elas suportavam muita traição do marido, sabe? E você não podia se separar porque você jurou que ia ficar... (PINSKY, 2014, p. 12)

Toda ameaça ao casamento era lavo de críticas, falar em divórcio era considerado imoral, “a pior chaga da sociedade”. O Código Civil brasileiro de 1916 mantinha o matrimônio indissolúvel e a mulher era considerada incapaz de exercer certos atos e tinha uma posição de dependência e inferioridade em relação ao esposo, nem mesmo trabalhar a mulher não poderia sem a permissão do marido (DEL PRIORE, 2005, p. 259). Por isso quando Leonina (2018) afirmou que muitas mulheres ficavam “presas” ao casamento, mesmo esse sendo infeliz, pois elas não tinham escolha, Canceriana (2018) disse que mulher desquitada era mal falada, além disso, os filhos também ficavam “manchados” socialmente:

Assim, tipo mulher separada era assim... Mãe solteira era mais respeitada do que separada, não era muito bem vista sabe. Só sei que, por exemplo, as meninas, a gente não, não... Era da época não que a minha mãe achava isso, era, por exemplo, menina filha de... Se você fosse filha de mãe separada não era muito bom eu andar com você porque a tua mãe é separada, então veja que coisa né. E era assim, não tão abertamente, mas nas entrelinhas, sabe. Se você



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



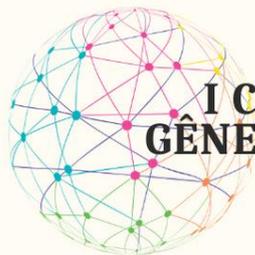
fosse filha de mulher separada não era boa companhia. Muitas ficavam casadas por causa dos filhos.... (CANCERIANA, 2018)

Muitos motivos mantinham as mulheres acorrentadas ao casamento entre eles a falta de opções ligadas ao financeiro já que a maioria das mulheres não trabalhava, assim tendo total dependência financeira do marido. E outro motivo era a moral social dos filhos, pois como Canceriana (2018) citou as mães não deixavam as “moças de família” ser amigas de pessoas pertencentes a lares desfeitos, a dissolução do matrimônio era considerada um pecado. O homem não tinha a reputação ferida pelo desquite, ele era considerado a “vitima” na maioria das vezes. É interessante notar que Canceriana justifica o julgamento da mãe relacionando a época e que hoje ela não pensaria da mesma forma porque os tempos são outros, ou seja, *Querida* é um espelho de seu tempo, ela reflete representações e concepções sociais vigentes na década de 1960.

Em 1968 *Querida* apresentava a seguinte orientação para as leitoras: “A mulher divorciada ou desquitada, por causa dos preconceitos, tem que enfrentar sérias consequências. Ao lado das complicações morais, alinham-se contra ela todos os problemas de caráter financeiro e material” (*QUERIDA*, 1968, N° 335). Sempre que a revista tocava no assunto de separação, desquite e divórcio era desencorajando as leitoras a tomarem essa decisão, da mesma forma que Leonina citou que as mulheres aconselhavam as amigas, mandando a esposa pensar no lar e na família.

O trabalho feminino remunerado não era a regra, o papel tradicional de mulher estava muito presente na sociedade da década de 1960, entretanto algumas famílias começaram a investir na formação acadêmica de suas filhas. As entrevistadas Canceriana e Leonina após terminarem o magistério se mudaram para Curitiba para estudar Letras na PUC. Canceriana exerceu a profissão somente até o casamento já que depois disso ficou atarefada com assuntos domésticos, e:

Minha sogra (risos) era um amor, mas olha o ditado dela, veja bem isso era a cabeça dela, eu escutava né, eu não podia querer discutir, mas ela dizia assim com todas as letras: “Gato e mulher em casa; Homem e cachorro na rua” esse



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



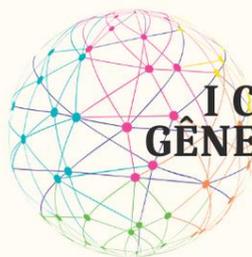
era o pensamento que ela foi criada e assim ela criou os filhos dela sabe então pode ver... Os maridos não enxugavam louça, não faziam nada, não participavam (CANCERIANA, 2018)

A condição de dona de casa foi imposta a ela, o velho discurso que os espaços públicos eram destinados aos homens e o privado a mulher ainda estava presente na década de 1960 e 1970 nas famílias tradicionais iratienses. Canceriana acabou herdando o negócio da família de seu pai e hoje administra o comércio, sua sogra discordava desta possibilidade.

A sogra de Canceriana cresceu ouvindo esses discursos nas rodas de conversa, entre familiares, na Igreja, na escola, nos romances, nas mídias e como aponta a entrevistada ela criou os filhos da mesma forma, relacionando o lar e todos os seus cuidados à mulher. Tanto que o marido de Canceriana não participa das tarefas domésticas e nem contribuiu com o cuidado dos filhos como trocar fralda e preparar a mamadeira, por exemplo.

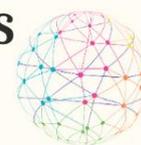
Das três mulheres entrevistadas apenas Leonina seguiu os estudos, se tornando mestre em Letras, e construindo uma carreira universitária. Segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins (1992) os planos individuais das mulheres dependiam da vontade da família, algumas mulheres se formavam e se estabeleciam no mercado de trabalho se tornando independente financeiramente. Entretanto outras valorizavam o modelo de feminilidade centrado nas prendas domésticas, iam para a faculdade deixando para trás um noivo à quem elas retornariam “doutoras”, muitas nunca exerceram a profissão apenas tinham um diploma, como afirma Ana Paula Vosne Martins elas carregavam o canudo em uma mão e a aliança em outra, dando mais importância para a última.

A revista *Querida* sempre apresentava matérias sobre noivado e casamento, principalmente no mês de maio, conhecido como mês das noivas, não só a revista publicava matérias sobre o assunto, mas também as marcas utilizavam a data para vincular seus produtos ao casamento.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

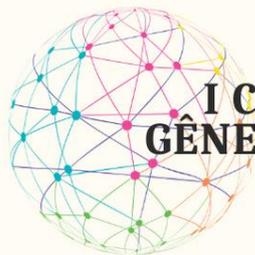


Fonte: *Querida*, maio de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

No anúncio anterior a *Arno* faz uma sugestão de presente de casamento com os produtos da marca. Uma mulher aparece presenteando a noiva com eletrodomésticos, as donas de casa adquiriam produtos modernos para auxiliar em funções femininas tradicionais, esses novos produtos prometiam tornar a vida da “mulher moderna” mais prática.

Dessa forma, *Querida* propagava a representação da mulher através de papéis femininos tradicionais (dona de casa, esposa, mãe) e características que compunham a essência feminina (beleza, moda, culinária, doçura, recato, etc.) criando padrões de beleza e feminilidade.

Com seus inúmeros conselhos às esposas sobre como cumprirem a sua “função” relativa à “harmonia doméstica e conjugal”, as revistas se dizem favoráveis à mulher. No entanto, uma análise mais profunda das revistas da época pode revelar formas de manutenção da dominação masculina sem enfrentamentos diretos, conflitos ou questionamentos nas relações homem-mulher. Estas se traduzem, por exemplo, no controle da sexualidade feminina, na divisão rígida de atribuições e tarefas no casamento (relegando às mulheres



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



espaços menos valorizados socialmente), na “dupla moral sexual”, na submissão, na falta de diálogo entre iguais e nas responsabilidades distintas atribuídas ao feminino e ao masculino com relação à “felicidade conjugal” (BASSANEZI, 2006, p. 144)

Nos periódicos analisados foram encontrados aspectos de uma cultura machista e conservadora, além de criar e reproduzir padrões presentes nos “anos dourados”, tudo era sempre para agradar ao sexo masculino e muitas colunas da revista foram escritas por homens.

Para as mulheres a modernidade não estava presente na modificação do ser, na maneira de pensar, mas sim na forma de consumo. Para torna-se modernas as mulheres precisavam adquirir os produtos modernos: eletrodomésticos, maquiagens, produtos de higiene, acessórios, elas deveriam “ter para ser” (COSTA, 2009, p. 215).

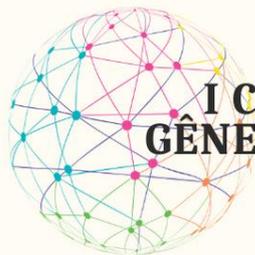
A partir da história oral pudemos observar que as trajetórias das três leitoras entrevistadas foram diferentes, mas em alguns pontos se cruzam, principalmente as histórias de Canceriana e Sagitariana. Assim nos anos 60 a imagem das mulheres estava muito ligada à esfera doméstica e *Querida* criava e reforçava esses padrões de feminilidade.

Considerações finais

Os discursos presentes na revista fazem parte da sociedade brasileira daquele período, a década de 1960, *Querida* difundia, criava e reforçava representações e padrões de mulheres e homens. Neste artigo foram analisadas as representações mais frequentes de mulher que era a de esposa, a mãe, cuidadosa, caprichosa, responsável por múltiplas funções, quase sempre inseridas dentro do lar. Envolvidas em discursos que apresentam a modernidade entrelaçada com a tradicional imagem feminina.

A modernidade representada por *Querida* não mudava as maneiras de pensar e agir das mulheres, mas sim o ter, adquirir produtos modernos para ter uma vida facilitada por eles. Nas páginas da revista o papel da mulher classe média-alta continuava a ser o mesmo, o tradicional.

A história oral permitiu o acesso à memória das leitoras que confirmaram o discurso da revista, até mesmo porque *Querida* não estava “alheia ao mundo” ela estruturava seus assuntos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de acordo com o que a sociedade pensava e queria ler. Pois, *Querida* era um produto e uma produtora de símbolos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Palmira Virgínia Bahia Heine. **A discursivização da mulher no lar na década de 1950 no periódico Jornal das Moças**. *Tabuleiro de letras*, v. 02, p. 1-15, 2017.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados**. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto: UNESP, 2006.

_____. **Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)**. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 1, p. 111-148, 1993.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)**. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

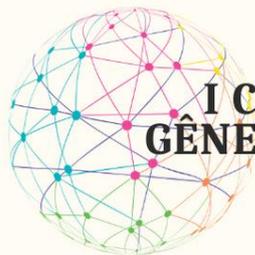
COSTA, Maria Paula. **Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)**. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle. **História da vida privada**, v. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-88.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 443-481.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna**. In: NOVAIS, F. (coord.), SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. V.4. p. 559-658.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



PERROT, Michelle. **Os atores**. In: PERROT, Michelle (Org.). História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

SESARINO, Shirley Valera Rialto. **Tornar-se homem: construção do masculino na Curitiba das décadas de 1940 e 1950. 2001**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

SALERNO, Laura Peretto. **Querida ensina: Preceitos de comportamentos femininos em páginas da revista Querida (1958-1968)**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

Fontes Hemerográficas

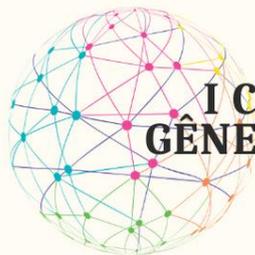
REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1960, 1ª Quinzena, nº 135. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

_____. Fevereiro de 1960, 2ª Quinzena, nº 138. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

_____. Março de 1960, 2ª Quinzena, nº 140. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

_____. Maio de 1960, 1ª Quinzena, nº 143. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

_____. Novembro de 1960. 1ª Quinzena, nº 155. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



DE MÃOS DADAS COM A VIDA: AS PRÁTICAS MÉDICAS NO COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL NO PIAUÍ DE 1930 À 1950⁷⁰

Elane Beatriz de Sousa Góis

Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Graduanda em Licenciatura Plena em, História, VII
Bloco, E-mail: elanebeariz15@hotmail.com

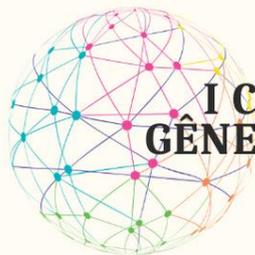
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de
História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR,
E-mail: joseannezsm@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar como a problemática da mortalidade infantil no Piauí influenciou a mobilização das esferas governamentais e médicas em torno de ações de saúde para o cuidado com a vida infantil no período de 1930 até 1950. Foi graças à perspectiva de almejar o progresso do país, que a política getulista reconheceu e tomou para si a responsabilidade pela organização dos serviços médicos referentes à saúde pública, inclusive a infantil. Essa iniciativa ocorreu principalmente em razão das elevadas taxas de mortalidade infantil, preocupação esta que veio a tornar-se uma verdadeira batalha a ser travada em todo país, portanto, também no Piauí. No entanto, as orientações médicas acerca dos cuidados que se deveria ter com as crianças a partir da década de 1930 eram permeadas por resistências e desconfiças da maioria das mães pobres sobre o conhecimento científico. Isso era gerado pela pouca experiência das famílias com o setor médico, o limitado número de hospitais públicos e forte presença das práticas de cura tradicionais, que faziam com que uma parcela significativa da população recorresse aos métodos considerados pelos médicos e poderes públicos como inapropriados e rudimentares. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados autores como Joseanne Marinho (2018), Valtéria Alvarenga (2013) e Lívia Suellen (2014). Utilizaram-se como fontes primárias a Revistas da Associação Piauiense de Medicina, o Jornal O Dia, O Piauí, que proporcionaram o suporte fundamental para a análise. Diante disso, pode-se concluir que o enfrentamento do problema da mortalidade infantil no Piauí fazia parte de uma política nacional que conjugava poderes públicos e médicos em torno de ideários e iniciativas de proteção à saúde durante o período de 1930 a 1950.

Palavras Chaves: História. Saúde. Mortalidade infantil. Poderes públicos. Médicos.

⁷⁰ É válido destacar que esse trabalho é o tema do meu trabalho de conclusão de curso que ainda está em andamento, sendo ele escolhido durante uma pesquisa PIBIC 2018-2019 sobre “As Maternidades e as Políticas Públicas de Saúde Materno Infantil no Piauí (1946-1959)” a qual foi realizada sob orientação da professora Dr^a Joseanne Zingleara Soares Marinho.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



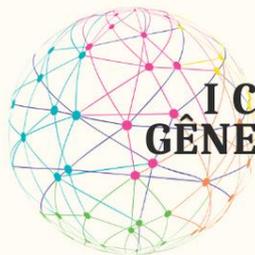
Introdução

Na virada do século XIX para o XX o Brasil experienciava os anos iniciais da Primeira República e com ela uma ideologia de “diciplinarização e remodelação do ambiente urbano” (SANDES, 2002, p. 23), por conta desse ideal os núcleos urbanos das principais cidades do país, com destaque para o Rio de Janeiro, nesse momento começaram a passar por mudanças latentes em sua estrutura física. Tais transformações impulsionaram a necessidade do Estado em prover um ambiente limpo e seguro das frequentes epidemias e endemias, pois “ A gravidade do quadro sanitário brasileiro da época transformava a saúde em questão política” (SANDES, 2002, p. 23).

Nesse cenário, o setor médico especialmente sanitaristas, alertavam acerca das péssimas condições de saúde da população e como isso era visto de forma prejudicial tanto para o desenvolvimento interno afetando diretamente a imagem do país e sua economia. É por conta disso que intervenções advindas desse setor começaram a se delinear de maneira mais efetiva já, que, agora saúde e política tinha interesses em comum, a busca por uma nação moderna e forte e para isso acontecer tinha-se quase que instintivamente a necessidade em se investir na saúde de seu povo.

Assim, é, com a chegada da Primeira República que se teve uma maior preocupação do Estado com os altos índices de mortalidade infantil que era presente praticamente por todos os Estados brasileiros, problema este que se tornou um grave perigo a nação devido “a ameaça de despovoamento” (RAGO, 2014, p.167). Os médicos nesse contexto, passaram a deter legitimidade em orientar e ditar as ações tanto para os adultos como sobre a infância.

A escolha em se tratar da mortalidade infantil no Piauí, é uma tentativa de trazer à tona uma parcela da sociedade que se manteve encoberta durante muito tempo pela historiografia tradicional positivista, sendo esta, propagadora de fatos políticos e econômicos referentes à personalidade dos grupos abastados. Por conta disso, o artigo se guia por alguns questionamentos como, Qual foi a postura do setor governamental, médico e filantrópico perante essa problemática? Quais foram as moléstias que era mais letal as crianças? Como era



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



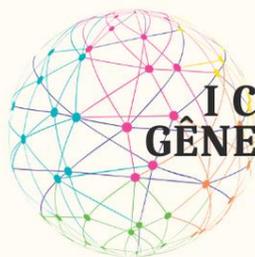
entendido o papel da mulher em meio a isso? Essas são algumas perguntas que o artigo tentar discutir.

Para esta análise foi utilizada algumas autoras que tratam a respeito da saúde pública no Brasil e no Piauí, como a historiadora Iêda Moura, (2014) e Valtéria Alvarenga (2013), relacionando-se ao público materno-infantil piauiense se teve Livia Sullen (2014) e Joseanne Marinho (2018). Em paralelo, foi utilizado fontes primárias como as da Revistas da Associação Piauiense de Medicina, o Jornal O Dia, O Piauí e o documento Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás realizada pelos sanitaristas Belisário Pena e Arthur Neiva no ano de 1912.

O recorte inicial dar no ano de 1930, em razão do início do regime político de Getúlio Vargas fato este, que trouxe para o campo da saúde algumas transformações relevantes, como a ampliação das políticas públicas de assistencialismo, algo que pode ser considerado como um divisor de águas na estruturação da saúde materno-infantil no país. Vele ressaltar que é nesse período que tem criações de estabelecimentos voltados para o atendimento da saúde materna, com suas áreas específicas. A finalização do recorte até meados de 1950, momento no qual as políticas de saúde se fazem em boa parte dos estados de maneira mais consolidadas.

Com base nisso, o artigo se divide em três momentos, sendo o primeiro intitulado voltado a historicizar a condição da criança ao longo das temporalidades de forma sucinta, para que assim o leitor e leitora entenda a jornada que este público percorreu até o aparecimento de uma noção pela sociedade acerca da relevância em se cuidar das crianças. Adiante em um segundo momento, se tem desenvolvido uma síntese das condições de vida e salubridade da capital e do interior do estado do Piauí e por último a análise das imbricações que as cifras de mortes, ocasionaram nas esferas governamental, médica e filantrópica em torno da mortalidade infantil e a postura que a mulher e mãe deveria exercer.

Entre contextos: a construção de espaço destinado a infância e sua saúde



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



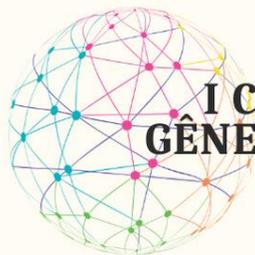
Partindo da Roma Antiga, os nascimentos das crianças⁷¹ oriundas dos grupos abastados seguiam uma dinâmica própria, assim o fato de ter bebês, em sua maioria teria a finalidade de gerar herdeiros para a família fazendo com que os filhos e filhas fossem pensados estrategicamente. Quando a parturiente entrava em trabalho de parto se dava pelas mãos de parteiras que na maioria dos casos eram suas escravas. Assim, esse momento era algo do espaço feminino vivido e compartilhado entre mulheres. Logo após o nascimento o pai detinha o poder de aceitar ou não a criação do recém-nascido. Esse tipo de comportamento pode ser entendido baseando-se na dinâmica da vida romana, ela seguia um modelo de *páter-famílias*, que significavam que o homem era o chefe de um modelo familiar denominado patriarcal. Assim a casa e a família seguiam as suas ordens (NIEHUES; COSTA. 2012).

Nessa sociedade, a infância era pautada em treinamentos militares e ensino rígido mas também tinha seus momentos de lazer e brincadeiras sendo uma das mais conhecida, o jogo de par ou ímpar. Além disso, é visível que já nesse período as crianças possuíam um estatuto jurídico que regulamentava as distinções das faixas etárias. No “O Direito romano distinguia três categorias de crianças e jovens, de acordo com a idade, os meninos, os impúberes e os menores de vinte e cinco anos. A criança e aquela que não fala, o que nós chamaríamos de bebê.” (2001, P. 101).

Ao chegar na Idade Média, Philippe Ariès⁷², esclarece que a infância pendurava até aos setes anos de idade, após isso a criança era considerada um adulto. Uma forma simbólica disso acontecer era quando “a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição.

⁷¹ Nesta época havia uma espécie de culturalização do abandono pelos pais romanos, que quando em sua prole algumas deformações eram deixadas em frente a casa afim de que pereça ou que algum o leve. Nisso, “As crianças malformadas (nisso não havia raiva, diz Sêneca: É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada), ou ainda dos filhos e de suas filhas que “cometeu uma falta”, era uma pratica aceita socialmente. Ademais, havia também o abandono “dos filhos legítimos [que] tinha como causa principal a miséria de uns e a política de outros. [...] contudo os mais ricos podiam enjeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentais já estabelecidas. (VEYNE, 1989 apud NIEHUES; COSTA. 2012. P.285).

⁷² Para mais informações consultar a obra História Social da Infância e da Família, publicado originalmente no ano de 1960



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



“(ARIÈS, 1986. p. 69). Nesse período, a sociedade não enxergava as crianças⁷³ como seres pequenos e frágeis e que precisam ser poupados e protegidos dos perigos. Sendo assim, era natural, elas serem precocemente inseridas no mundo do trabalho, algo que acontecia em parte, pela falta de recursos financeiros dos pais mas também pela incompreensão da existência de uma fase da infância.

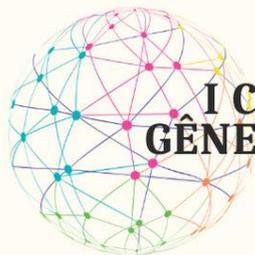
A expectativa de vida nessa época era baixa, na maioria das vezes era considerado raro as pessoas passarem dos trinta anos, segundo Ariès um dos aspectos que mostra a fragilidade da vida pode ser notado pela elevada mortalidade infantil, a qual, já fazia parte do cotidiano até mesmo a própria postura dos progenitores com os falecimentos⁷⁴ de suas proles se dava com uma acentuada conformação, sendo percebido que, “Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. ” (ARIÈS, 1986, p. 44).

Baseando-se nessa lamentável realidade, a vida infantil era considerada sem importância em boa parte das famílias medievais. Essa situação só vai começar a ter algumas mudanças quando a criança passa a ser representada no discurso da Igreja Católica, como sinônimo de pureza divina e por essa razão, sendo necessário ter o seu próprio espaço e proteção de tudo o que pudesse prejudicar seu crescimento e especialmente a sua mora, “[...] passa a se difundir a ideia de que a criança é um mediador do céu e da terra, e que delas vêm falas de sabedoria”. (NIEHUES e COSTA, 2012, p. 285).

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista urbano-industrial fez com que os países europeus passassem por algumas transformações do seu modo de vida e pensamento. Sendo uma delas relacionado a concepção da infância. Foi com a sociedade burguesa alicerçado nas novas concepções religiosa, que se passou a requerer para os seus filhos cuidados diários

⁷³ Ao se pensar na condição da infância ao longo da história, é importante levar em consideração que, ela se diferencia do que entendemos do que é ser criança hodiernamente. É fundamental se ter em mente os diversos fatores, como o tempo, o ambiente e a própria cultura na formação direta e indiretamente na mentalidade social. Por conta disso, ao se lidar com o conceito da infância e da criança se faz necessário diferenciá-los, tendo em vista que, a infância se trata da “abstração que se refere à determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra criança” (HEYWOOD, 2004 apud LUSTIG, 2013, p.6.).

⁷⁴ A dor pela perda de seus filhos era muitas vezes camuflada pela representação mística de pequenos anjinhos. Dessa forma, foi no discurso religioso que a mortalidade infantil teve uma amenização de sua gravidade.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



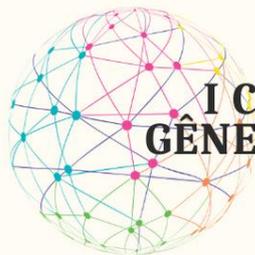
em sua saúde e educação para construção de um adulto sadio e produtivo. Dessa maneira, após as revoluções liberais, se buscou pela educação e apoio social aos infantis. Ademais, uma outra medida foi que o Estado passou a incentivar e proteger o modelo familiar monogâmico como símbolo de moral e modernidade o que fez aparecer e incentivar proteção à infância. Com isso, a mentalidade de resguardo dos filhos passou da esfera familiar-doméstica para um benefício a própria humanidade. (MARINHO, 2020).

Como uma das consequências da chegada da Revolução Industrial, algumas regiões da Europa presenciou um fluxo migratório para as áreas urbanas, motivados sobretudo pela fuga do campo onde as pessoas era duramente explorada pelos senhores feudais. A oportunidade em traçar um novo destino encantou e motivou a busca por empregos nas fábricas, o que cativou um sonho de melhores condições de vida e ascensão social.

Apesar disto, a busca pelo progresso individual e coletiva propiciou novamente a entrada compulsória de crianças nos ambientes de trabalho e sua caracterização de pequenos adultos especialmente pelos setores mais humildes. Nesse contexto, foi duramente criticado pelos médicos e filantropos a precária situação em que era colocada essas crianças, os malefícios como a morte e/ou amputação de membros dos pequenos durante a manipulação das máquinas, fazendo com que se iniciasse reivindicações pela preservação à vida dos infantis.

Como exemplo legal elaborado nessa época aparece a lei *Chimney Sweepers* de 1788, que delimitava a idade de 8 anos para as crianças poderem ingressar no mundo do trabalho. Além dessa, surge a *Hearth and Moral Act*, no de 1802, nela era tratado acerca de regras de higiene e salubridade que deveria ter no ambiente de trabalho.

A Health and Moral of Apprentices Act, de 1802, visava impor regras ao uso do trabalho dos aprendizes na indústria têxtil: a) exigia providências de higiene e salubridade nos ambientes de trabalhos, como limpeza e janelas para ventilação; b) proibia o trabalho noturno dos aprendizes; c) limitava a jornada de trabalho dos aprendizes a, no máximo, 12 horas; d) estipulava a instrução dos aprendizes em leitura, escrita e aritmética; e) determinava a nomeação de visitantes para averiguar as condições das fábricas; f) especificava que os visitantes, quando constatassem a prevalência de doenças infecciosas numa fábrica, deviam mandar que os proprietários chamassem serviços de assistência médica; g) determinava dormitórios separados para meninos e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



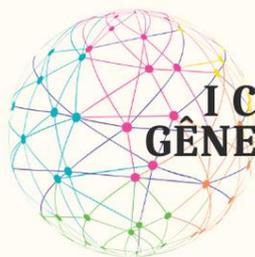
meninas, alocando no máximo dois aprendizes por cama; h) estabelecia multas ao descumprimento da lei; i) exigia que a lei fosse divulgada afixando-a nas paredes das indústrias . (JUNIOR e VASCONCELLOS, 2017, p. 279).

Mesmo com esses esforços na prática essas medidas legais, funcionavam como letra morta, não eram respeitadas e muitas crianças permaneciam a serem maltratadas e exploradas pelos ricos proprietários das fábricas. Apesar disso, a criação dessas leis contribuíra para que esse público tivesse em fim alguma representação legal, algo que representava conquista e gatilhos para uma tomada de consciência por parte do governo bem como a compreensão acerca dos seus direitos. Ou seja, o desenvolvimento de ações mais concretas à saúde e bem estar ligados a criança ficara mais nítido de sua importância à medida em que o estado perceberá que delas era a função de ser a base para solidificar e assegurar a estrutura social-econômica e isso, naturalmente contribui para o aparecimento de estabelecimentos e especialidades médicas direcionadas à saúde materno-infantil, como a ginecologia, a obstetrícia, a puericultura e pediatria.

Esses acontecimentos não se restringiram ao continente europeu, tendo reflexos no Brasil, como por exemplo o aparecimento no país da higiene, especialidade que contribuiria para lidar com os focos de doenças presentes nos centros urbanos. Segundo a historiadora Joseanne Marinho (2018) a higiene teve suas ações fortificadas no Brasil Imperial, com a criação da Junta Central de Higiene que, de forma simplificada, desempenhava a inspeção nas residências, portos, ruas e quaisquer estabelecimentos que viessem a contribuir com a proliferação de moléstias. Vale esclarecer que, essas medidas não aconteciam de maneira uniforme pelos estados brasileiros sendo que em boa parte, as intervenções médicas eram concentradas na capital, e, só em períodos de emergências como em quadros de epidemias que eram realizadas excepcionalmente medidas de vacinação ou isolamento dos mais afetados.

Primeira República: As condições de vida dos piauienses e a chegada dos sanitaristas

A Primeira República desencadeou uma busca pelo ideário de modelo de nação e, para isso acontecer, foi defendido que seria benéfico o abandono dos costumes absolutos de um



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



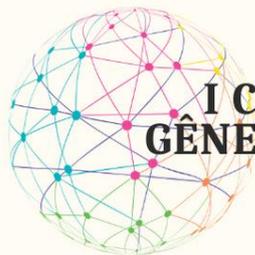
passado imperial e a instalação dos novos ares modernos do sistema republicano foi uma das trilhas escolhidas. Aliando-se nessa ideologia médicos sanitaristas afirmavam que era necessário a busca pela centralização política assim como da melhoria nos serviços de saúde, pois só assim, teria um Estado forte.

Um Brasil fragmentado politicamente e uma população doente eram apresentados à sociedade como sendo responsáveis pela fragilidade da soberania e do desenvolvimento nacional. Essa afirmação veio associada ao apelo das autoridades sanitaristas para o estabelecimento de políticas sociais que favorecessem a solução desses grandes flagelos nacionais. (MORAES, 2014, P. 22)

A procura pela unificação e reconhecimento do território nacional dava os primeiros passos. Os discursos médicos constituídos de preocupação com a higiene e a salubridade dos centros urbanos assim como dos seus indivíduos, especialmente com as crianças, que passavam a ser tidas como instrumentos fundamentais para garantia do futuro do país. Assim, se fazia urgente “um poder nacional intervencionista comprometido com uma proposta de superação de atraso e de transformação do Brasil em um país desenvolvido, que [...] [contasse] com a colaboração dos governos estaduais e municipais em todo o país. (MARINHO, [2014?], p. 2).

Em decorrência disso, foi construído uma ideia de interdependência dos indivíduos, ou seja, foi sendo formado uma consciência social, baseada no elo da doença. Aparece segundo Hocman (2012) um elo de ligação, pelo qual as doenças acabam tendo o papel de equilibrar a sociedade, conectando todos os indivíduos e comunidades, na medida em que os atingem de forma igualitária. Nesse sentido, as doenças infectocontagiosas atingiam a todos, “pouco se importando com *status*, a classe, a raça ou o gênero”. (HOCHMAN, 2012, p.55). Algo que fortaleceu a necessidade de criação dos serviços de saúde no país.

O Ismael Alves (2015), evidencia que atrelado as preocupações do governo acerca da proteção a maternidade e infância era presente uma intenção de povoamento das áreas do interior do país pouco exploradas e que representava um perigo a segurança nacional, tanto militarmente como socialmente. Em virtude da aproximação de interesse entre as esferas médicas e políticas, estas, procuram afunilar as práticas de cura aceita, sendo então criado o



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Artigo 251⁷⁵, parágrafo único, do decreto 5.156 de março de 1904, “se punia na forma da lei, ou com privação do exercício da profissão todos aqueles que em suas práticas curativas empregassem o espiritismo, magia ou que anunciassem a cura de moléstias incuráveis.” (ALVES, 2015. p, 10)

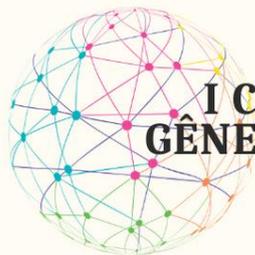
Uma outra medida de grande relevância nesse cadenciada nesse contexto foi a criação da Diretoria Geral Saúde Pública em 1897, um dos primeiros órgãos que surgiu como tentativas do poder público em unificar os serviços de saúde, entre suas funções estava a fiscalização de espaços que tendesse ser perigosos ou focos de doenças. No entanto, ela não era eficaz a medida em que a autonomia dos estados acabava por interferir em seus serviços e seu restrito papel de fiscalização. Dessa forma os problemas relacionados a condição da maternidade e infância permaneceu sem grandes alterações.

Em todos os países da Europa a mortalidade infantil preocupa a atenção de higienistas e, entre nós, deve fazê-lo mais seriamente, por precisarmos de argumentar rapidamente a nossa população cuja a exiguidade contrasta com a vastidão de zonas extensíssimas e inhabitadas. Acresce que, como é força confessar, no Brasil, a mortalidade das crianças é avultadíssima e, proporcionalmente, maior que a da Europa. (O Brazil-Médico. Assumptos de hygiene pública 28 de fevereiro de 1897. p. 57).

Logo mais, por volta da década de 1910 e 1920, foram criados alguns serviços que serviram de pilares para uma nova maneira de organização das ações sanitárias no país, como “a criação da especialidade médica de higiene e saúde pública, o curso de Enfermeiras de Saúde Pública e a implantação dos primeiros postos de Profilaxia e Saneamento Rural [...]. (CAMPOS, 2007, P. 881). Que contaram com subsídios da Fundação Rockefeller⁷⁶, a qual trouxe para reforço e ajuda no combate de variadas doenças como a febre amarela, ancilostomose e malária

⁷⁵ Com essa imposição, a sociedade em restringir práticas populares de cura, se procurava coibir “a atuação de oportunistas e colocava sob o restrito controle estatal o atendimento clínico” (ALVES, 2015. P,10). Dessa maneira um novo grupo de profissionais e suas teorias científicas começa a partir de então contar com proteção da lei em suas ações.

⁷⁶ Se trata de uma fundação Norte Americana, que baseadas na filantropia e serviços sanitários prestou auxílio em países de 3º mundo, estabelecendo a cooperação com os serviços médicos desses países acabou levando a expansão dos conhecimentos e influências dos Estados Unidos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



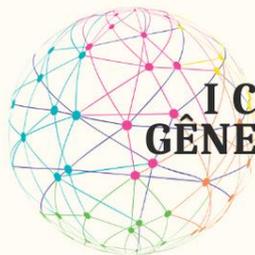
bem como a própria qualificação/formação dos médicos por meio de bolsas de estudos na Universidade Jhons Hopkins.

As viagens científicas realizadas pelos médicos sanitaristas que com seus relatórios favoreceram a mobilização de campanhas pela saúde da população sertaneja e nordestina. Nessa documentação estavam retratados a descrição das regiões percorridas assim como das pessoas que habitavam “Tais representações contribuíram sobremaneira para o fortalecimento dos argumentos em defesa da tese doença/descentralização, base do projeto sociopolítico republicano brasileiro” (ALVARENGA, 2013, p. 56).

Sendo patrocinadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, ocorreu uma viagem científica com os médicos Belisário Pena e Arthur Neiva, que passou pelo interior de Pernambuco, adentrou na Bahia e em seguida, chegou ao estado do Piauí pela vila de São Raimundo Nonato no dia 03 de maio de 1912. Nesse local, encontrou pessoas hospitaleiras, mas que, em sua maioria viviam em estado primitivo tanto de condições materiais como na própria fala. Outro aspecto relatado por eles, foi acerca da precariedade no consumo de água por eles compreendidos “como um problema enfrentado em boa parte do percurso” (ALVARENGA, 2013, p. 59), Por conta disso, era relativamente comum as pessoas sofrerem com a seca por meses e nas localidades algum riacho, lagoa ou trecho de rios se evidenciou o consumo de água da mesma fonte que os animais.

A respeito da coletiva foi percebido que era um povo destituídos não de assistência médico-científico, sendo que “[...], na quase (sic) totalidade da zona percorrida, o médico era desconhecido”. [...] Afirmavam que seria bastante útil para essa região um médico de serviço itinerante” (ALVARENGA, 2013, p. 79). O sul do Piauí foi descrito como carente de qualquer apoio governamental fazendo de sua gente, indivíduos desconhecedores de seu pertencimento nacional e regional, em razão do isolamento geográfico, como também econômico e social.

A ausência de consciência da própria localização era algo bastante comum nessas regiões do país na verdade era “raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí uma terra, Ceará uma outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados. O governo é, para esses párias, um homem que manda na gente” (NEIVA, Arthur e PENA, Belisário. 1912, p. 191 apud ALVARENGA, 2013, p. 61). Com isso, as pessoas do interior vistoriado pelos sanitaristas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



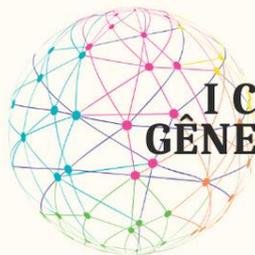
ficavam à mercê das crendices e práticas de cura popular de cunho purgativo para o alívio de seus tormentos.

Nos primeiros anos do século XX, os grandes núcleos urbanos do Piauí não se diferenciavam grandemente das pequenas vilas e cidades do interior, sendo encontrado nas fontes primária denúncias da presença de animais, lixo e problemas estruturais, como a precariedade de um sistema de distribuição de água potável, recolhimento de dejetos e energia elétrica o que ocasiona o agravamento e proliferação das doenças a toda a população, que foi denunciado no jornal O Dia no ano de 1954 na matéria “Coitado do Piauí”, o aspecto de povo débil, enfraquecido não só pelas moléstias mas também pelo esquecimento dos poderes públicos:

Na sua esmagadora maioria, a população apresentava traços acentuados de debilitamento orgânico. Víamos piauiense doente e triste. [...]. Nas ruas uma verdadeira legião de famintos aqui e ali, entre a legião, casos teratológicos monstruosos. [...]. Em nenhum recanto do país havíamos deparados com uma constante tão acentuada sub-humanidade, de redução deterioração da personalidade humana. (JORNAL O DIA, 1954, p. 2-5)

Era latente os serviços essenciais, especialmente no que tange à saúde pública e as noções de higiene e anseio com o lar e o seu próprio corpo. Em um outro jornal da época, o aspecto da precária higiene foi descrito na matéria Pela Saúde do Povo, a necessidade de vistorias constantes dos guardas sanitários aos estabelecimentos da cidade, com que assim, tivesse a fiscalização e manutenção da boa salubridade e a prevenção de doenças:

E um dos grandes fatores para rápida propagação dessas doenças é a falta de higiene que reina nos hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés e nas próprias residências particulares, sobretudo aquelas que não possuem água suficiente e são desprovidas de latinas com sifão. Em Teresina, os proprietários de café devem ter todo o cuidado na limpeza dos copos, xícaras, etc. Pois se nota descuido na lavagem dos mesmos. As casas de pensões alegres, assim como lupanares, devem ser visitados periodicamente pelas autoridades sanitárias encarregadas de tão importante missão de finalidade eminentemente social e patriótico, vista como visa a defesa da raça no combate constante a essas doenças venéreas. (O Piauí, 1947, p. 3)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

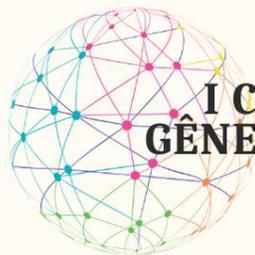


Na tentativa de paziguar seus infortúnios, sobretudo as pessoas mais humildes, por acabavam sofrendo mais com o descaso e pobreza, se viam recorrendo a medicamentos à base de ervas ou a xaropes depurativos do sangue. Os de melhores condições também era afetado, no entanto contava com a possibilidade de viajaram a longas distancia ou até mesmo pagar por serviços de médicos particulares. Como resultado, no jornal Diário Oficial de 1931, foi encontrado a presença de propagandas apresentado a Emulsão de Escott, que serviriam para a saúde das crianças, como também para os demais públicos que pudessem estar sofrendo com algumas doenças. Por meio disto, é visto que até mesmo nesse tipo de jornal que continha um teor oficial era divulgado com frequência outras alternativas de tratamento.

Até meados de 1940, era latente alguns problemas estruturais nos serviços destinados a saúde pública e infantil, um deles era a grande insuficiência de médicos sendo encontrado na matéria “Será que o Piauí Precisa de Médicos?” No qual é oportunizado o conhecimento acerca do número de profissionais da saúde até essa data, sendo nesse período a cifra de 80 profissionais para todo o estado, sendo a quantidade de habitante de 817, 601, nesse período. Em outras palavras, significava que a cada 1 médico se tinha um total de 10, 220 pessoas a serem atendidas. Algo que claramente evidenciava a fragilidade dos atendimentos à população piauiense.

Os norte-americanos acham necessário 1 médico 70 habitantes, aceitando os estudiosos, para o nosso país, a proporção de 1 para 1500. Estava a nossa unidade um bocado distante do aconselhado pelos norte-americanos e longe também do indicado pelos que estudaram o problema no Brasil. Deveria o Piauí, no primeiro caso, possuir 1168 médicos, e, no segundo 545. (O Piauí, 1951, [não paginado])

Um outro problema sério, era a fragilidade econômica dos cofres públicos do estado. Isso acabava propiciando poucas contribuições financeiras, ou mesmo a inexistência de subsídios em determinados momentos de crise para as práticas médicas e estabelecimentos de saúde como mostra a matéria sobre o Serviço de Assistência à Maternidade e à infância de 1952, em afirmar ser uma “pena que o governo do Estado não possa, por motivos óbvios de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



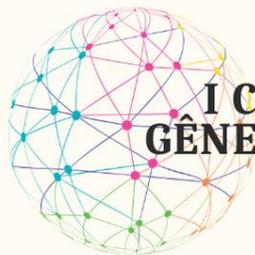
impossibilidades financeira, dar maior elasticidade a tão benemérita iniciativa, no sentido de distribuir mais amplamente a assistência à maternidade e à infância” (O Piauí, 1952, p. 4).

Em decorrência disso, o número de estabelecimento voltados a saúde era muito aquém do necessário, de acordo com o médico pediatra Olavo Correia Lima, não existiam hospitais públicos no Piauí, apenas a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba e o Hospital São Vicente de Paula de Floriano até meados de 1939. Que mantinham em comum além do caráter assistencial um funcionamento precário de saúde. (LIMA, 1941). Dessa maneira, as instituições que prestavam auxílio médico à população, acabavam se dando sobretudo a hospitais filantrópicos, em que, foi na Santa Casa Misericórdia de Teresina a criação de uma ala médica direcionada a maternidade tendo por iniciativa o pediatra João Emílio Falcão.

Dever com a pátria, dever com o futuro: o combate à mortalidade infantil no Piauí

Com a chegada do governo varguista até a década de 1950, foi desenvolvido um projeto que almejava ações e uma nova estruturação administrativa, que superasse o caráter fragmentado da Primeira República. Por isso, se levantou a bandeira de medicalização e a construção de uma nação. Com isso, houve o desenvolvimento de um plano de expansão para o Piauí, o qual, durante as algumas fases de estabilidade financeira na primeira metade do século XX, possibilitou o aparecimento de obras no espaço urbano, assim como promoveu um maior investimento para os serviços de assistência, por meio de políticas públicas.

As elevadas taxas de mortalidade infantil também eram presentes no estado. A respeito disso, foi compilado pelo pediatra Olavo Correia Lima no artigo da Revista da Associação Piauiense de Medicina em 1941, uma tabela com o balanço dos nascidos, natimortos e mortos. É visível neste material, a presença do elevado número de crianças mortas até o seu primeiro ano de vida. Ao analisar o ano de 1931, por se tratar do início do governo de Vargas e sua política centralizadora, é notável a cifra de 258 nascimentos para um percentual de 154 óbitos,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



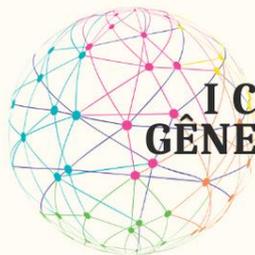
o que vale dizer que nesse período foi uma taxa de 60, 46% de mortes. Nos demais anos até o ano de 1938 essas taxas não sofrem grandes alterações⁷⁷.

Ademais, foi realizado a reforma da Diretoria de Saúde Pública do estado que, se desenvolveu a instalação de um sistema de zonas distritais, em que propiciaria que os Centros de Saúde e os Postos de Higiene pudesse agir de uma forma mais dinâmica os atendimentos de gestantes e crianças (RELATÓRIO FINAL-PIBIC/UESPI-2018-2019). Ou seja, o Piauí, ficaria dividido em distritos, sendo que eles receberiam esses estabelecimentos na tentativa de consolidar um novo modelo administrativo, em que visava colocava estrategicamente as delegacias de saúde para fiscalizar e receber dos demais estabelecimentos relatórios de funcionamento bem como a prestação de alguns serviços como os guardas sanitários que contribuía para a promoção da ideia de salubridades nos estabelecimentos e recolhimentos de doentes como os leprosos.

Essas mudanças contribuiriam para o aparecimento de uma consciência de dependência do Estado Nacional com às classes sociais humildes, favorecendo o aparecimento de medidas legislativas de amparo. Dentre elas o Decreto-Lei nº 3.200 de 1941, que normatizava o resguardo da família como responsabilidade dos poderes públicos. No estado do Piauí, se teve por parte do interventor Leônidas de Castro Mello no ano de 1943 o decreto de nº.730, em que reconhecia e tomava para o poder estadual a responsabilidade na melhoria das condições de vida às famílias pobres e numerosas. (MARINHO, 2018).

De 1930 para cá, a assistência a infância tomou novos rumos, graças a política renovadora e centralizadora de Getúlio Vargas e a cultura e a abnegação do Prfº Olinto Oliveira, que tem merecido o nome de patrono da mãe e filho dos brasileiros. Na mensagem de natal (1932), dirigidas aos interventores do Estado, o Presidente Vargas tornava a saúde da mãe e da criança brasileira uma verdadeira preocupação de sua política nacionalista. (LIMA, 1941, p. 13).

⁷⁷ No ano de 1939 e 1940, se tem uma significativa diminuição nas perdas, fato este que pode ser relacionado a burocratização e centralização dos serviços sanitários por todo país. Arelado a isso, vale ressaltar que com a transformação do MESP em MES em 1937 e a Reforma Capanema em 1942, configurou de maneira mais acentuada um processo de reestruturação do sistema de saúde, e em prática os modelos de assistência.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

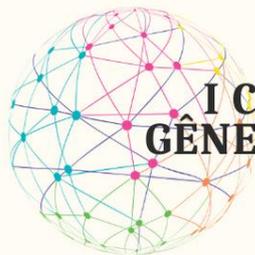


Os serviços médicos ganharam nessa época uma outra dinâmica, com a aprovação do decreto nº 180/1939, foi estabelecido a verificação dos óbitos e causas mortes. Isso significava que o sistema de perícia e estatística começaram em fim a coletar e organizar as principais doenças que ocasionavam as mortes dos pequenos piauienses. Com relação as moléstias que mais afetavam as crianças, se destacavam “o impaludismo, as verminoses, a lepra, o tracoma, a tuberculose, o alcoolismo, a sífilis, febres do grupo colitífico, disenterias” (ASSUNÇÃO, 1939, p.11). Além dessas, existia uma grande luta contra as diarreias nas crianças, sendo elas em boa parte ocasionada, de acordo com os médicos, pela má alimentação que se dava algumas vezes por mingau de farinha ou a ingestão de alimentos de consumo pelos próprios pais.

Com base nisso, os meios de comunicação como os jornais influenciados pelo sanitarismo afirmavam que “Os meios mais eficientes são a educação das massas populares e os recursos higiênicos e profilático ao alcance de todos. (O PIAUÍ, 1947, p. 4). Dentro disso, os médicos reforçavam a relevância dos cuidados higiênicos com a vida infantil e como isso pode ser benéfico na diminuição das taxas de mortalidade infantil. O médico Vitorino de Assunção retrata a gravidade das taxas de óbitos das crianças no ano de 1939, como algo relativo a degradação humana e que, seria necessária uma verdadeira revolução sanitária para a mudança desse cenário.

O povo que não cuida da saúde de seus filhos é um povo condenado a desaparecer pela degradação ou assimilado pelo o mais forte e consciente. E agora que se vive e cogita de renovação, nada mais oportuno do que revolucionaria a educação sanitária e geral, considerando a higiene e da infância como eixo das organizações sanitárias da nação. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 10).

Era por meio da reorganização e educação das mães que se teria as armas necessárias para o combate à mortalidade infantil. Assim “O fator educacional importa na ignorância de nosso povo.” (MARTINS e PAZ, 1961, p. 27). Nesse cenário, se teve o encontro de interesses do espaço médicos com o Estado no resguardo da criança por meio da mulher, podendo ser notado pela “[...] relevância concedida a temas como a gravidez, o aleitamento materno, a mortalidade infantil e o aborto. Em meio a isso, a função da mulher não se restringia somente



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



a receber as orientações médicas como também para divulga-las e exercê-las em seu dia a dia. Os próprios médicos só conseguiram tem uma penetração no espaço familiar por meio do trabalho desempenhado pelas enfermeiras visitadora, segundo Valtéria Alvarenga, essa foi uma estratégia foi utilizado por este setor médico afim de se ter acesso ao “conhecimento dos modos de vida de diferentes segmentos sociais.”. (2013, p. 145).

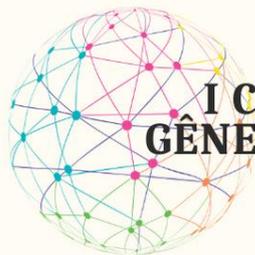
Assim, era de suma importância a mulher cumprir suas atribuições maternas e com o lar, foi desenvolvido o que se pode chamar de mito de amor materno e a tendência nata da mulher ao exercício da maternidade. De acordo com os argumentos dos médicos isso só aconteceria plenamente pela ressignificação dos conhecimentos populares nos cuidados com a crianças e o espaço doméstico que anteriormente era de posse do universo feminino, sendo repassado de mãe para filha teve a seu deslocamento para os discursos científicos⁷⁸. “Assim, a maternidade deveria estar baseada em habilidades desenvolvidas e em conhecimentos especializados”. (MARINHO, [2014?] p. 3).

Paralelamente foi implantado no estado a especialidade de Puericultura⁷⁹ seria através dos ensinamentos dessa especialidade médica, que a mulher saberia se cuidar com maestria “durante a gravidez e depois do parto. A alimentação ao seio materno, bem regulada, será a regra. Tudo isso sem a preocupação do dia de amanhã será a garantia da saúde do bebê, e a felicidade de viver. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 20-21).

Como o intuito de proteção às crianças no estado, ocorreram em 1954 a inauguração da maternidade da capital Teresina, a Maternidade São Vicente. E a seu respeito foi constatado a sua limitação nos atendimentos pela grande demanda existente em atender não só aos residentes na capital mas também aceitava demandas do Maranhão, o que acarretava uma sobrecarga nos atendimentos. Vele ressaltar que essa maternidade funcionava apenas “com trinta e cinco leitos,

⁷⁸ Segundo o pediatra Noronha Almeida, a defesa da maternidade “é, pois, obra de sanitarista, eugenista, epidemiologista e também de cada médico, direta e indiretamente, dadas as responsabilidades dos diferentes casos clínicos. [...] cuida-se da criança, do ambiente em que se vive.” (ALMEIDA, 1943, p. 14). A mulher seria a ferramenta intermediária para isso acontecer com plenitude pelo fato dela estar ao lado da criança todos os dias.

⁷⁹ A puericultura surgiu na Europa, em meados do século XVIII, tendo como finalidade a conservação das crianças, que apareceu como uma necessidade para os Estados modernos. Nessa época, eles mediam as suas forças através de seu exponencial financeiro e do exército. Já a “Achegada da puericultura ao Brasil ocorreu no século XIX.” (MARINHO, 2020, p. 161).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



para indigentes, com deficiência de material e de medicamentos [...]”. (ASSUNÇÃO, 1939, p.28).

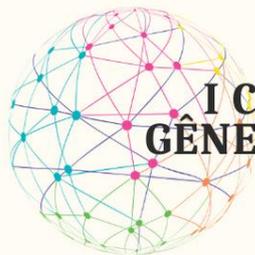
Considerações Finais

A problemática da mortalidade infantil, ocasionou movimentações nos setores, médicos, filantrópicos, religiosos e políticos que propiciou incentivo para a construção de estabelecimentos, elaboração de propagandas em periódicos como jornais nacionais e locais, acerca dos cuidados maternos, campanhas nacionais e concursos médicos como os de robustez na Semana da Criança e os Clubes de Mãezinhas, tudo isso nutria uma causa em comum, a educação do povo ou melhor dizendo, das mães. Em meio a isso, houve a criação de espaços direcionados ao atendimento especializado a vida infantil, como os Postos de Puericultura, Postos de Pediatria, Posto de Saúde, as Delegacias de Saúde, alas de maternidade e hospitais. Como pode ser visto, ao longo do trabalho apresentado, os óbitos das crianças se interligava a variados fatores, seja de viés político, econômico e social.

No entanto, havia uma insuficiência de estabelecimentos para a grande extensão territorial e isso afetou diretamente os piauiense que, atrelado a demora para uma centralização e racionalização dos serviços, bem como com as crises financeiras, os poucos números de médicos e a falta constante de materiais de trabalho contribuíram para uma situação de acentuado abandono e precariedade na prestação dos serviços destinados a saúde pública e infantil no estado até meados de 1940, algo que se arrastou até a instalação do Estado Novo, quando passou a receber ações mais concretas de intervenções governamentais, podendo ser vistas claramente por meio das reformas nos sistema de saúde, como a criação do Departamento Nacional da Criança, que consigo trouxe um novo modelo de estabelecimentos e sistema de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo. **Nação, país moderno e povo saudável: Política de combate a lepra no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2013.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ALMEIDA, Noronha. Proteção à infância, **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n 6, jun. 1943.

ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade Infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n 1, ago.1939.

ALVES, Ismael Gonçalves. **A assistência nos anos iniciais da Primeira República brasileira**: a maternidade e a infância como problema social. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XX, núm. 1.130 25 de agosto de 2015.

BLOTTÈRE. Carta de Paris. **O Brazil – Médico**, Rio de Janeiro, 01 de Setembro de 1900. Ano 14, n 35. p. 300-301. COITADO do Piauí. **O Dia**. Teresina, n 188, 5 de ago. 1954.

GÓIS, Elane Beatriz de Sousa; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Relatório Final PIBIC/UESPI 2018-2019. **As Maternidades e as Políticas Públicas de Saúde Materno Infantil no Piauí (1946-1959)**. Teresina.

LIMA, Dr. Olavo Correia. Assistência a infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n especial, p. 13. dez. 1941.

MORAIS, Lívia Suelle Sousa, **Saúde Materno-Infantil, Mulheres e Médicos em Teresina (1930-1950)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

MARTINS, Ursulino & PAZ, Renato. Mortalidade infantil no Piauí: influência da má assistência. **Revista da Associação de Piauiense de Medicina**, Teresina, 1961.

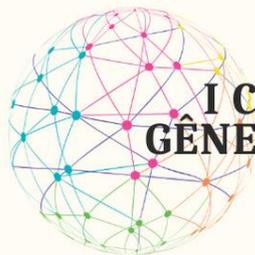
MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Manter Sadia a Criança Sã**: As políticas públicas materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiaí: Paco Editora, 2018.

_____. **Como deve cuidar do seu filho: a puericultura no piauí no período de 1930 a 1945**. In. 2 Encontro Internacional. Ceara, 2014. Universidade Estadual do Ceara-Campus Itaperi. Disponível em: <https://cutt.ly/DkM9q7k>. Acesso: 25 de set. de 2020.

_____. **AS DELEGACIAS, OS POSTOS E OS HOSPITAIS**: as primeiras instituições de saúde e o atendimento infantil no Piauí (1889 -1930). Revista Outros Tempos, vol. 17, n. 30, 2020, p. 156-180. ISSN: 1808-8031, 2020.

PELA saúde do Povo. **O Piauí**, Teresina, n. 271, p. 4, 09 out. 1947.

URURAHY, Nilthon Rabelo. **O saber médico como dispositivo político estatal na intervenção do espaço urbano**. In: Congresso de História Jantaí, 2014. Anais. Disponível em: <https://cutt.ly/CkM9gTC>. Acesso: 28 de set. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



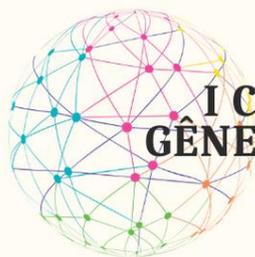
SANDES, Noé Freire. **NAÇÃO, POLÍTICA DE SAÚDE E IDENTIDADE (1920-1960)**. GOIÂNIA: Ed. UFG, 2002.

SILVA, Iêda Moura, **A institucionalização da Saúde Pública do Piauí, 1937-1945**. Encontro de história oral, Universidade Federal do Piauí, 2014.

SERVIÇO de assistência à maternidade e à infância. **O Piauí**, Teresina, n. 783, p. 4, 18 mai. 1952.

SERÁ, que o Piauí precisa de médicos? **O Piauí**, Teresina, jan de 1951.

VIAJEM científica pelo o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, 1912. Disponível em: < <https://cutt.ly/VkM9zBY> > Acesso: 20 de set. de 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



DESQUITE: A RANHURA NA INSTITUIÇÃO CASAMENTO QUE REVELA ABANDONOS E VIOLÊNCIAS

Erasmu Carlos Amorim Morais

Doutor em História Social (UFF) – Professor efetivo do curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí. erasmocarlos@prp.uespi.br

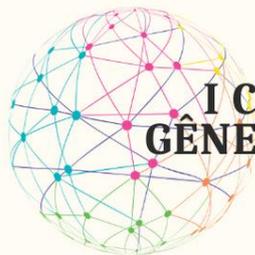
Ana Beatriz Araújo de Freitas

Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista CAPES. imanotheyou@hotmail.com

Resumo: Em um contexto de grande desenvolvimento econômico, os chamados “Anos Dourados” (que são memoráveis no quesito transformação social) marcam um período muito importante na história do Brasil. O sentimento de modernidade estava aflorado nas décadas de 1950 e 1960 do século XX. Pode-se afirmar, a partir de inúmeros estudos já publicados, que as mulheres com certo status social estavam mais livres e já era possível percebê-las em grupo ou sozinhas pelos espaços públicos das cidades. Essa visibilidade foi alcançada devido às intensas lutas travadas pelo movimento feminista no início do século passado. As mulheres privilegiadas por essas conquistas não eram todas. A conquista de direitos foi permitindo, aos poucos, que as mulheres passassem a ser reconhecidas como sujeitos, como cidadãs. Levando em consideração o contexto social desse período, o objetivo desse trabalho é de analisar o cotidiano e a construção dos papéis de gênero a partir de processos de desquite ajuizados na cidade de Parnaíba/PI nas décadas de 1950 e 1960 no Fórum Salmón Lustosa. Uma vez que as mulheres podiam requerer, judicialmente, a separação de seus maridos, uma seara de dramas e violências poderiam se descortinar. Foi possível perceber dos litígios analisados o quanto as mulheres pareciam menos temerosas com relação ao julgamento moral, pois nas referidas décadas registrou-se um número expressivo de ações de desquites pleiteadas por elas. Fossem processos litigiosos ou de mútuo consentimento. Por fim, com o intento de analisar a construção do masculino e do feminino a partir dos litígios, bem como o cotidiano das famílias envolvidas nas tramas judiciais, dois processos são analisados na pesquisa, onde a primeira ação foi movida por uma mulher e a segunda por um homem. Pode-se afirmar, enfim, que estas narrativas revelam as ranhuras na instituição casamento em Parnaíba, inseridas nas décadas anteriormente mencionadas, e que ganham o mundo público ao saírem dos lares, universo privado por excelência. Fazem parte do referencial teórico-metodológico utilizado na pesquisa os trabalhos de Almeida (2013), Pinsky (2014), Del Priori (2005), Grinberg (2009) e Matos (2002).

Palavras-chave: Desquite. Anos dourados. Mulheres.

Introdução



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A década de 1950 se insere no que os estudiosos chamam de “anos dourados⁸⁰”. Nesse período, inúmeras mudanças ocorreram no mundo e, também, no Brasil. Muitas de ordem econômica, política, social e cultural. Estas últimas podem ser apontadas como as que mais sofreram modificações, em especial, com relação à questão do comportamento feminino, amplamente debatido nas revistas femininas da época.

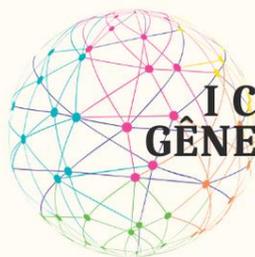
As mulheres com certo status social estavam mais livres e já era possível percebê-las em grupo ou sozinhas pelos espaços públicos da cidade. Essa visibilidade foi alcançada devido às intensas lutas travadas pelo movimento feminista no início do século XX. As mulheres privilegiadas por essas conquistas não eram todas.

As citadas revistas femininas não falavam “das mulheres do povo, mergulhadas nas necessidades básicas de sobrevivência e para quem o trabalho sempre representou uma dura realidade”, tampouco “das escravas e das prostitutas, das operárias e camponesas. Falava-se das mulheres de certa projeção social, as destinadas ao casamento e à maternidade” (ALMEIDA, 2013, p. 197).

Com uma postura mais independente, ocupando determinados lugares e exercendo profissões antes destinadas aos homens, essas mulheres, de fato, sentiam-se mais confiantes e livres. É possível afirmar que toda esta conjuntura nacional, influenciada em alguma medida pelos movimentos estrangeiros, possibilitou a condição assumida por elas na década de cinquenta do século XX.

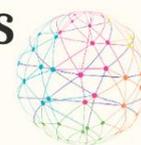
Esse novo comportamento assumido está associado à conjuntura política após a Segunda Grande Guerra Mundial. A situação econômica do país mudou significativamente, a classe média ascendeu, a abertura do país ao capital estrangeiro favoreceu a implantação de grandes

⁸⁰Para Carla Bassanezi Pinsky (2014), os anos dourados correspondem ao período de 1945 a 1964. Essa temporalidade tem como marco cronológico questões políticas. O primeiro sinaliza o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, e o segundo, a implantação do regime civil militar no país. Neste intervalo democrático, podemos afirmar, segundo a mesma autora, que esta época “dourada” pode ser associada a vários fatores, entre eles “a sensação de que o país alcançaria de vez a modernidade”, traduzida pela entrada do capital estrangeiro, que incentivava a implantação da indústria automobilística, rompendo, assim, com a estrutura agrário-exportadora que manteve a economia dependente desse setor desde o período colonial. O termo dourado não está associado somente ao vigor econômico vivido a partir do desenvolvimento industrial, mas também pela ausência de tensões no campo político, que exigissem uma atenção maior de determinados setores sociais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



montadoras de veículos, sinalizando a inserção do país em um outro tempo: na famosa modernidade. O movimento migratório do campo para a cidade era visível, aumentando o contingente populacional na área urbana, facilitando o acesso das pessoas à informação, estimulando o consumo e criando novos espaços de lazer.

O setor editorial, diante desta nova realidade, passou a pensar uma nova forma de crescer seu mercado, visando a um novo público leitor, montando revistas especializadas voltadas para o público feminino: “as revistas femininas tinham então um papel modelar no que dizia respeito à vida amorosa. Revistas como *Querida*, *Vida doméstica*, *Você*, *Jornal das Moças* ou sessões femininas no *O Cruzeiro* tinha um tremendo impacto como formadores de opinião” (DEL PRIORI, 2005, p. 283).

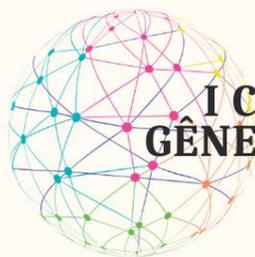
A presença de periódicos especializados, ou até mesmo de espaços destinados para a divulgação de temas ligados ao universo feminino, demonstra não só consideráveis ganhos para as mulheres, mas, sobretudo, ajudam a reformular novos entendimentos acerca dos papéis delas no mundo social. Frisa-se que tais avanços não ficaram restritos apenas ao meio social, enveredaram por outros campos também.

O campo jurídico não ficou imune a tais transformações. Cansadas do conservadorismo e das imposições sociais, elas aos poucos foram abrindo fissuras no judiciário e buscando o rompimento do vínculo conjugal, que muitas vezes as infelicitava.

A tabela, abaixo, demonstra o quanto as mulheres estavam menos temerosas com relação ao julgamento moral, pois nas décadas de 1950 e 1960 registrou-se um número expressivo de ações de desquites pleiteadas por elas. Fossem processos litigiosos ou de mútuo consentimento.

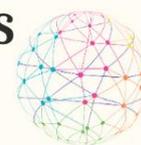
Tabela 1 - Demonstrativo dos pedidos de desquite realizados por mulheres em Parnaíba entre 1950 a 1960

Década	Litigioso	Mútuo Consentimento
---------------	------------------	--------------------------------



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1950	03	02	-	-
1960	15	08	07	-
TOTAL	18	10	07	

Fonte: Fórum Salmon Lustosa (2020).

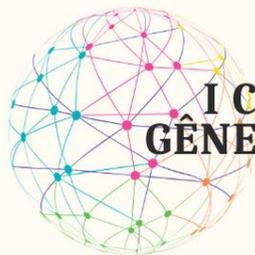
Os dados presentes na tabela revelam que na década de 1950 o número de pedidos de desquite é pequeno, porém, as ações ajuizadas pelas mulheres são muito próximas das solicitadas pelos homens. Não há registro de processos de desquite por mútuo consentimento; todas as ações dessa década ocorreram de forma contenciosa, ou seja, litigiosa.

Na década seguinte, o judiciário foi mais agitado na vara de família. As ações judiciais referentes aos processos de rompimento do vínculo conjugal pleiteadas por homens foram maiores que as ajuizadas por mulheres, mas as ações requeridas por elas representaram 34,7% dos processos, uma vez que os pedidos feitos pelos cônjuges do sexo masculino somaram 65,3%, isso no que diz respeito às ações litigiosas. Com relação às de mútuo consentimento, prevaleceu a vontade masculina.

No entanto, precisamos ressaltar o expressivo número de pedidos de desquite feito por mulheres, uma vez que tal postura revela que as mudanças visíveis em outros campos também reverberaram no meio jurídico. Pode-se destacar que houve um aumento considerável no número de ações ajuizadas por mulheres na década de 1960.

Um dos fatores que podem ser apontados como responsáveis por essas fissuras nas relações matrimoniais é a chamada “revolução sexual”, iniciada na década de 1960 no Brasil, caracterizada principalmente pelo uso da pílula anticoncepcional, passando a mulher a ter mais autonomia sobre o próprio corpo, reconfigurando assim sua posição dentro das relações sexuais, afastando a naturalizada função para a qual a mulher havia nascido, a maternidade:

O ato sexual deixou de servir exclusivamente à procriação. Abriu-se uma brecha no mandamento divino: doravante, a mulher poderia escolher entre ter ou não filhos. [...] o surgimento da pílula tornou a mulher livre para escolher



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



sua vida: adquirir estudos superiores ou participar do mercado de trabalho, sem ser interrompida por uma gravidez (DEL PRIORI, 2011, p. 194).

Esta liberdade progressiva que a mulher conquistou provocou alterações não só nas relações sociais, mas, sobretudo, na autonomia com relação ao seu próprio corpo, o que também pode ser percebido no âmbito legislativo, quando passou a ser equiparada ao homem dentro no matrimônio.

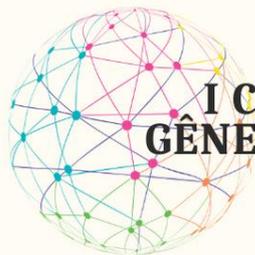
Por conseguinte, esse aumento no número de ações movidas por mulheres pode estar associado, também, com a mudança ocorrida no Código Civil de 1916, quando da promulgação do Estatuto da Mulher Casada, no ano de 1962. Dentre as alterações verificadas na Lei nº 4.121 (Estatuto da Mulher Casada), observa-se a modificação em mais de dez artigos do Código Civil, que antes asseguravam a hierarquia familiar, onde a mulher era economicamente dependente de seu marido, e também onde o pátrio poder e a guarda dos filhos estavam sob responsabilidade masculina.

A seguir, dois processos judiciais de desquite são analisados. A primeira ação foi movida por uma mulher e a segunda por um homem. O intento é de analisar a construção do masculino e do feminino a partir dos litígios. Eis, então, estas narrativas que revelam as ranhuras na instituição casamento em Parnaíba, inseridas nas décadas anteriormente mencionadas.

Saúde debilitada coloca fim ao casamento

A autora, brasileira, de prendas domésticas, residente e domiciliada em Parnaíba, com fundamento no art. 317, inciso I, do Código Civil Brasileiro, deu início ao processo de desquite contra seu marido, brasileiro, lavrador e criador, também residente e domiciliado nessa cidade, afirmando que provaria que se casou civilmente com seu marido em 14 de setembro de 1923, havendo dessa união 6 (seis) filhos.

Consta, na petição inicial, que durante 35 anos de casamento a suplicante viveu em harmonia com seu esposo, tendo muito contribuído com o seu trabalho para que adquirissem o patrimônio que possuíam, constituído de propriedades rurais situadas nas proximidades de Parnaíba e de casas localizadas na zona urbana da cidade. O suplicado, ao casar-se, era homem



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



pobre, mas logo após recebeu auxílio financeiro de um tio da suplicada, coronel, e dos herdeiros dele, depois de seu falecimento, conseguindo uma fortuna.

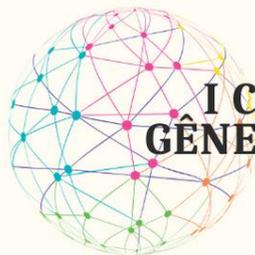
Tendo adoecido gravemente, a autora foi obrigada, no ano de 1952, por conselho de seu médico, a procurar uma clínica especializada para tratamento da saúde. Em consequência disso, seguiu para Belo Horizonte, onde já residiam filhos do casal, e ali, durante três anos, permaneceu sob cuidados médicos, tendo regressado em janeiro de 1955, com autorização do clínico que a tratava.

Em julho de 1955, teve que voltar a Belo Horizonte para continuar o tratamento, havendo, dessa segunda vez, demorado três anos e seis meses, que de acordo com a acusação, sendo o suplicado responsável por grande parte de sua ausência, “porque durante muito tempo sob vários pretextos recusou-se a enviar-lhe dinheiro para as despesas da viagem de regresso, conseguindo a suplicante vir embora em virtude dos filhos ali residentes haverem lhe fornecido passagem aérea” (PROCESSO DE DESQUITE AMIGÁVEL, 1960, p. 2).

Chegando a Parnaíba, em janeiro de 1959, notou a suplicante grande mudança nos hábitos do marido, pois esse não lhe prestava mais atenção, evitava ter conversas com ela, tendo como atitude isolar-se num quarto, e quando voltava da Ilha dos Poções, onde passava a maior parte do tempo, a fim de descansar no meio da família nos fins de semana, demorava poucas horas, demonstrando sempre visível preocupação e ansiedade em retornar àquela propriedade.

Segundo acusação, a autora soube que o marido vivia “amasiado” na Ilha dos Poções com uma mulher, havendo dessa união ilegal três filhos, o que era de conhecimento público e, inclusive, de todos da família. Afirmou ainda que “como era de se imaginar, deixou-a profundamente chocada, tendo como consequência ocasionado diversas discussões entre o casal” (op. cit., p. 3).

Apesar disso, continua a declarante, dizendo que o suplicado não modificou seu comportamento, nem mesmo com as intervenções de amigos e de um dos filhos, que veio de Belo Horizonte especialmente para solucionar o problema, conseguindo do pai a promessa de que esse iria abandonar a amante, que não foi cumprida, uma vez que “se limitou a retirar a amasia da Ilha dos Poções e a levá-la para a propriedade denominada ‘Morada Nova’,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



pertencente ao casal, onde continua a viver maritalmente com a dita mulher” (PROCESSO DE DESQUITE AMIGÁVEL, 1960, p. 4).

Em face da narrativa, a autora requereu que, cumpridas as penalidades preliminares estabelecidas na lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, e levando em consideração a hipótese de que não houvesse a conciliação dos cônjuges, ou mesmo acordo para a realização de desquite amigável, que o magistrado citasse o réu, podendo esse, dentro do prazo legal, contestar, se quisesse, a ação, e podendo, finalmente, sofrer pena de revelia.

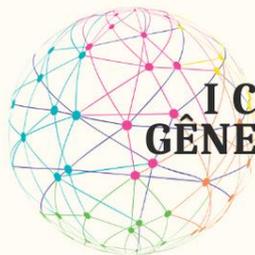
A suplicante requereu que fosse julgada procedente a presente ação, ficando seu marido considerado o cônjuge culpado pela dissolução da sociedade conjugal e responsável nas custas judiciais, honorários de advogado e demais cominações legais, bem como que fosse confiada a guarda dos filhos menores do casal à suplicante. Ela afirmou que usaria todos os meios legais que fossem admitidos pela justiça, especialmente pelo depoimento pessoal do suplicado.

No termo de audiência de reconciliação, ocorrido no dia 25 de janeiro do ano de 1960, às 8h30, na sala das audiências do Juízo de Direito da 2ª vara na Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí, perante o juiz compareceram os cônjuges, os quais foram ouvidos, conjunta e separadamente, sobre os fatos constantes da instituição de desquite e, apesar dos conselhos de todas as tentativas de uma conciliação, essa não foi possível.

Os “efeitos” do desquite foram esclarecidos para ambos, no entanto, marido e esposa persistiram no intento de romperem os laços matrimoniais e firmaram um acordo. Nesse caso, o desquite seria feito de forma amigável. O casal acordou que todos os filhos menores ficariam sob o poder e guarda do pai, ficando ele responsável por custear todas as despesas com alimentação, educação e vestuário, assim como de tratamento de saúde.

Os cônjuges possuíam, na época, os seguintes bens: uma casa de telhas, construída de tijolos, em Parnaíba, onde residia a família; uma casa de dois pavimentos, situada à Avenida Presidente Vargas; um terreno foreiro ao município, na rua Padre Castelo Branco, com duas pequenas casas em construção.

O marido ficaria, na partilha de bens, com a propriedade “Morada Nova”, no município de Araiões do Maranhão, com 476 bragas de criar e lavrar, um pequeno carnaubal e três casas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



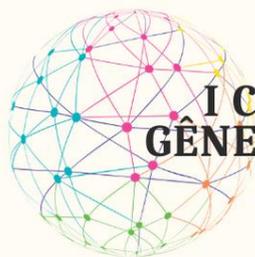
de taipa, bem como a propriedade denominada “mucambo”, 7.338 hectares de terras, com um pequeno carnaubal, casa de residência e cercado, no município de Araiões, bem como 425 hectares de terras, 17 ares e 20 continuas, no lugar denominado “Passagem do Magú”, município de São Bernardo, no Maranhão, além de duas glebas de terras denominadas Curvinas e Vazante Velha, na data Mariquita ou Bom Jesus, município de Araiões, no Maranhão. Também 350 cabeças de gado vacum, localizadas nas propriedades “Morada Nova”, “Mucambo” e “Passagem do Magú”, e Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) em dinheiro, empregado em negócios em movimento.

Com a esposa ficaria a casa de dois pavimentos na Avenida Presidente Vargas e o terreno na Rua Padre Castelo Branco com as duas casas em construção. Para completar o pagamento da mediação a que tinha direito na partilha dos bens do casal, ela receberia do marido a importância de Cr\$1.200.000,00, que esse possuía em movimento.

Na partilha dos móveis e utensílios do casal coube à esposa uma máquina de costura marca “Singer” usada, um oratório, um espelho, uma cama de casal e um aparelho de jantar de porcelana. Ficaria acertado que, imediatamente, ela teria a posse dos imóveis acima citados, podendo livremente dispor e receber as rendas e aluguéis a partir daquela data.

Na hipótese de que a primeira suplicante necessitasse vender os mesmos, antes do julgamento definitivo do desquite, o segundo suplicante ficava obrigado a assinar os documentos indispensáveis à alienação. Em virtude de ficar com bens suficientes à sua subsistência, a esposa renunciaria, em caráter irrevogável, ao direito de exigir pensão alimentícia ao marido. Diante do exposto, os suplicantes pediram que após o preenchimento das formalidades legais, com audiência do representante do Ministério Público, lhes fossem concedidas as certidões de desquite.

Esse caso reflete a situação que muitas mulheres do período enfrentaram: o adultério. A traição manchava a imagem não apenas do homem, mas principalmente da família, que passava a ser vista pelos vizinhos e sociedade como um lar que sofreu infortúnio de ser posto de lado pelo chefe de família, o ator principal na manutenção do lar, uma vez que era o provedor de recursos e o sanador dos mais variados problemas.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



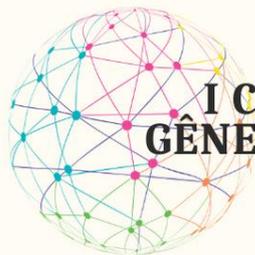
O processo de desquite evidencia uma relação matrimonial duradoura, que segundo a própria autora, desenvolveu-se por muitos anos de forma harmoniosa. Contudo, fatores de ordem externa comprometeram a manutenção das obrigações matrimoniais por parte do marido. E o desquite, que teve início de maneira litigiosa, converteu-se em amigável. A reconversão não levou em consideração as alegações de ordem moral, embora tenham sido elas que motivassem o pedido de separação dos corpos. Nota-se que as partes ficaram mais preocupadas com os bens materiais e com a guarda dos filhos.

Constata-se que, diante da moral e do patrimônio, o litígio é mais significativo com relação a esse do que com as obrigações matrimônias. Acreditamos que isso se deu porque as acusações de adultério foram implicadas ao marido, e como sobre o homem pouco repousa um julgamento de ordem moral, fica, portanto, o silêncio acerca dessa questão.

Nota-se que o réu foi acusado de ter constituído outra família, situação que provoca sofrimento para a esposa, traz desarmonia para o lar e, de alguma forma, causa decepções para os filhos. A condição social do casal forçou a reconversão do processo de desquite, uma vez que um processo litigioso representa um desgaste, pois requer a presença de vários atores para a solução da lide, inclusive testemunhas, tornando assim o processo de conhecimento público, comprometendo a intimidade da família. Ao optar pelo desquite amigável, embora seja ainda dentro da seara pública, esse não possui tantas tensões, uma vez que fica restrito aos cônjuges e filhos, sem a necessidade da interferência de terceiros – testemunhas. Ou seja, seria mais “sigiloso”, o que preservaria a honra da família, deixando os olhares mais curiosos de fora.

À revelia

Brasileiro e industrial, abriu processo de desquite contra sua esposa, brasileira e doméstica. Na petição inicial, consta que o casamento ocorreu no dia 4 de outubro de 1962, do qual nasceram quatro filhos. O motivo para a quebra do vínculo conjugal, segundo o autor, seria o fato de sua esposa tê-lo traído dentro da própria casa, quando da sua ausência, no horário em que se encontrava no trabalho.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



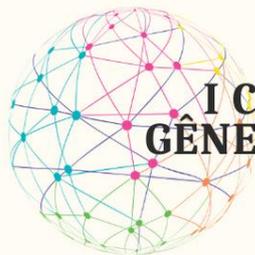
Ademais, a esposa teria passado a usar, e mesmo abusar, bebidas de teor alcoólico. Afirmou que provaria as acusações imputadas à ré por meio das três testemunhas arroladas pelo suplicante. Todos três depoentes eram homens, residentes na mesma rua que o casal, um exercendo a profissão de comerciante, e os outros dois, de ferroviários.

Segundo alegação do autor, sua esposa teria atingido o ponto máximo de seu “desequilíbrio” ao abandonar o lar marital, indo viver junto a outro homem. Dessa maneira, tendo como suporte o artigo 317, incisos I e IV, esperava que sua ação fosse julgada procedente, e a ré responsável por pagar as custas e honorários do processo. Requereu também que a suplicada deixasse de usar o seu sobrenome e que o autor não tivesse a obrigação de lhe prestar qualquer auxílio.

No depoimento do autor, ele afirmou que a ré praticou adultério dentro da própria residência do casal, tendo ela se entregado ao vício da bebida, e, por fim, abandonado a ele e aos filhos, ao escolher viver com outro homem. Segundo o suplicante, ele teria buscado desquitarse amigavelmente, mas sua esposa se negou. Ao abandonar a casa, a mulher teria levado alguns objetos – uma máquina de costura e um rádio.

A primeira testemunha afirmou que o casal vivia constantemente em atrito. No ano anterior, numa festa de aniversário, o depoente teria presenciado a ré chegar à sua residência acompanhada por um “cidadão não conhecido”. Acrescenta que ela se encontrava alcoolizada e que ficou na festa por duas horas, não sabendo o depoente informar para onde a ré teria ido após. Finalizou dizendo que o marido foi realmente abandonado, mas que permaneceu no lar cuidando dos filhos.

A segunda testemunha disse conhecer o casal havia três anos, e que eles não viviam bem por conta do comportamento da ré, uma vez que essa não “procedia honestamente”, ademais, o autor era “bom cidadão”, bom pai de família e tratava sua esposa bem. O depoente afirmou ter visto a ré entrar em casa junto de seu amante, não tendo visto quando esse saiu da residência. Ao que parece, teria passado tanto tempo na casa, que ninguém saberia informar o horário de saída. Nesse dia, o autor não se encontrava em casa, pois estava trabalhando.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Ainda em depoimento, disse o autor que, em outro dia, quando saiu bem cedo de casa, às cinco da manhã, para ir ao mercado, viu o amante retirar-se da residência do casal. Afirmou ter visto várias vezes a ré embriagada, e que sabia que a sua profissão naquele momento era a de “rapariga”.

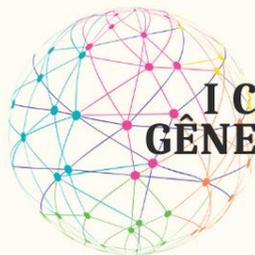
Na audiência de conciliação, presentes os cônjuges, esses não chegaram a uma solução para o deslinde do desquite, não tendo êxito os esforços por parte do juiz na transformação do desquite litigioso em amigável. A ação não foi contestada pela ré, apesar de devidamente citada, correndo, portanto, à sua revelia. Como as acusações não foram contestadas, e tendo corrido todos os trâmites legais, a ré foi julgada culpada, e o desquite foi declarado.

Pode-se observar que o uso do álcool era tido como costumeiro aos homens, e não habitual para as mulheres. Assim, quando se associa esse costume à figura da mulher como argumento moral para justificar a separação, percebe-se que o intuito é de caracterizar a postura da esposa como “imprópria”. Neste sentido, a dupla moral age de forma velada, uma vez que a mulher casada devia seguir os preceitos de recato e de bom comportamento, que não autorizavam a ingestão de bebidas de teor alcóolico.

Portanto, o argumento de que a sua esposa se encontrava constantemente embriagada e que havia se tornado prostituta, em realidade, fala mais dos valores preconceituosos da sociedade, que da própria postura da esposa. Isso porque beber, para os homens, não os tornavam automaticamente prostitutas. Com a intenção de rebaixar a postura da esposa, o uso do comportamento sexual é associado à prática da prostituição, pois essa era considerada indigna para qualquer mulher.

No entanto, quando se observa o avesso dessa prática, e ela é associada à figura masculina, ela ganha um sentido positivo, uma vez que boa parte dos homens eram iniciados sexualmente nos espaços de prostituição, e também porque “a prostituição representa o reverso da medalha de todas as questões sexuais da sociedade” (LEITE, 1992, p. 15).

Tal comportamento, muitas vezes, não ficava restrito apenas àquele momento inicial da aprendizagem sexual, estendendo-se nas fases posteriores, mesmo quando o homem se encontrava casado, porque “os homens vão à zona em busca da sua fantasia sexual. Quando são



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



perguntados por que não realizam essa fantasia com a mulher, muitos dizem que é por respeito a ela” (LEITE, 1992, p. 14-15).

A iniciação e perpetuação disso acabavam projetando na imagem desse homem uma virilidade que podia ser invejada por outros homens, ficando a mulher em silêncio diante dessa realidade, pois, a resignação e compreensão faziam parte do papel esperado de uma “boa esposa”.

De acordo com o que Mary del Priori (2005) explica, desde o período colonial os homens eram incentivados a estabelecerem determinadas práticas, enquanto o mesmo era negado às mulheres:

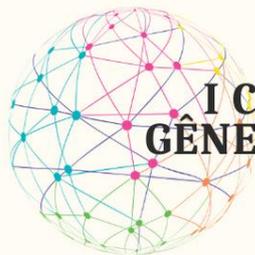
[...] Só que ao frequentar o bordel, o homem corria o risco de aprender práticas que ele não poderia, de forma alguma, transmitir à sua legítima esposa. Afinal, uma mulher de princípios, nada deveria saber sobre sexo. Pais endinheirados pagavam cortesãs para iniciar seus filhos (DEL PRIORI, 2005, p. 198).

Para Gabriela Leite (2009), um dos aspectos que pode ser considerado como negativo para a prostituição é o fato de os homens não quererem constituir família com as mulheres prostituídas, pois com elas o sexo é “livre”, enquanto que com a esposa existe uma “sacralidade”, visto que no lar o sexo, segundo orientações canônicas, deveria ser usado apenas para procriar.

Considerações finais

No recorte temporal desse trabalho, as décadas de 1950 e 1960, o Brasil passou por mudanças de ordem econômica, social e também comportamental, uma vez que o sentimento de modernidade estava aflorado (o que era amplamente propagandeado pela imprensa). A historiografia mais recente demonstra que, nesse contexto de desenvolvimento econômico e social, mulheres de classe mais alta e de certo status social se encontravam mais livres para tomar determinadas decisões – antes não possíveis.

O movimento feminista tem muito que ver com esse processo. Basta lembrarmos da chamada “revolução sexual” na década de 1960, onde a pílula anticoncepcional ganhou palco



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



praticamente exclusivo. Apesar disso, destaque-se que nem todas as mulheres foram alcançadas por essas transformações.

O direito a separação judicial (conhecida como divórcio) só aconteceria no final da década de 1970. Antes disso, a única solução era o desquite. Para o contexto da cidade de Parnaíba, percebemos dos autos processuais analisados que as mulheres que recorreram judicialmente pelo desquite pareciam menos temerosas quanto o julgamento moral.

Foi possível perceber também, a partir da análise dos processos, que as hierarquias de gênero se perpetuaram não somente no espaço privado, mas, muitas vezes, ganharam a seara jurídica. E enfim, pode-se afirmar que as narrativas aqui apresentadas revelam ranhuras na instituição casamento no momento que ganharam o mundo público, descortinando abandonos e violências existentes nos recônditos dos lares parnaibanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

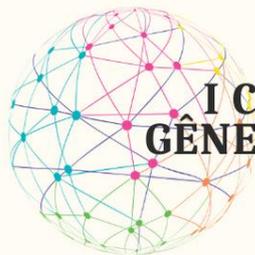
ALMEIDA, Jane Soares de. **As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920 – 1940)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 187-205, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. IN: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania R. (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



IMPASSES NA EFETIVAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Andressa de Lima Pinheiro

Centro Universitário Sudoeste Paulista (UNIFSP), graduada em Psicologia.

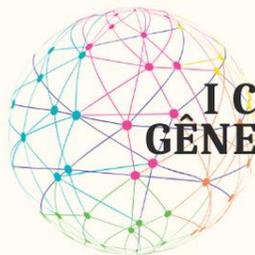
andressalimap0@gmail.com

David Marconi Polônio

Centro Universitário Sudoeste Paulista (UNIFSP), graduado e docente do curso de Psicologia.

davidpolonio2015@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso realizado em 2019 que permitiu o esclarecimento de alguns impasses que o movimento feminista vem enfrentando na sua efetivação. O conceito feminismo foi descrito neste trabalho como um conjunto de movimentos políticos, social e filosófico, do qual deriva a criação de coletivos compostos por mulheres insatisfeitas com a situação desigual de oportunidades e direitos (BAKER; MARTINS, 2015). Tais desigualdades emergem do sistema patriarcal, sendo ele um dos responsáveis pela perpetuação do machismo até os dias atuais. Diante desse contexto, a pesquisa teve como objetivo apresentar os desafios que dificultam a efetivação do movimento feminista. Foi utilizada como abordagem metodológica a revisão integrativa de literatura na base de dados Google Acadêmico, tendo como critérios de inclusão a afinidade com o objetivo da pesquisa, período de publicação 2009 à 2019 e somente escritos na língua portuguesa. Utilizou-se os seguintes descritores: Antifeminismo/ Críticas ao feminismo/ Desafios do Movimento Feminista. Foram analisados 11 artigos para compor os resultados e discussões. Após a leitura integral de todos, foi constatado que 6 artigos dos 11 selecionados trouxeram como desafio à efetivação do movimento feminista o conservadorismo enraizado e legitimado pelo movimento das Antifeministas, outros 3 artigos referiram como desafio a própria complexidade do movimento por possuir um caráter pluralista, tendo que incluir diversas pautas em suas lutas, como: raça, etnia, gênero, classe, entre outras. Os últimos 2 artigos trouxeram um assunto bastante contemporâneo como possível desafio frente à efetivação do movimento, que seria a disseminação de Fake News na internet como forma de atacar e desmerecer o movimento feminista. Para Zimberg et al. (2018) o Antifeminismo surge como um impeditivo no processo da efetivação do movimento feminista, pois se aproveita de uma cultura retrógrada para disseminar valores conservadores que são reforçados por instituições que exercem poder na sociedade, como a religião, a família tradicional nuclear e o próprio governo vigente. Os autores Rago (2012); Maders e Angelin (2010) evidenciam que a desconstrução da identidade submissa das mulheres ainda se encontra em andamento, visto que a cultura patriarcal permanece enraizada. As Antifeministas se aproveitam desse cenário para propagar informações falsas na internet, citando a legalização da pedofilia e do infanticídio como pautas defendidas pelo movimento feminista (ANTUNES; LUCHESE, 2018; CRUZ; DIAS, 2015). Cardoso (2014) e Gurgel (2010) contribuem citando o desafio da heterogeneidade que o próprio movimento possui, embora muitas vezes apresente uma homogeneidade ao representar somente a classe média, branca e intelectualizada. Essa pesquisa permitiu ampliar as reflexões acerca da



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



temática, possibilitando o contato com as diversas lacunas que o movimento feminista ainda possui. Diante da complexidade do tema, a pesquisa não se esgota neste trabalho, recomendando-se uma análise mais detalhada sobre o que precisa ser feito para que o movimento se torne símbolo de representatividade para todos e todas.

Palavras-chave: Antifeminismo. Críticas ao feminismo. Desafios. Movimento feminista.

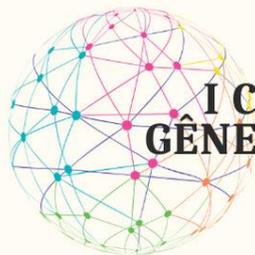
Introdução

O feminismo pode ser entendido como um conjunto de movimentos sociais, políticos e filosóficos que se constituiu através da luta e resistência das mulheres em prol de seus direitos. Motivadas pelo descontentamento com as condições de vida da época, buscaram através do movimento transformar as estruturas marcadas pela dominação masculina, objetivando erradicar as diversas formas de opressões (BAKER e MARTINS, 2015).

Grande parte das opressões advém do machismo estrutural que foi enraizado na sociedade. A característica mais evidente do machismo é a supremacia masculina, dela parte a noção de hierarquia e de superioridade do homem perante à mulher (FRANCHINI, 2018). Esse construto ideológico é apoiado no sistema patriarcal, que é responsável pela construção de um conjunto de normas e regras que tem por finalidade manter o controle e uma certa ordem. Além disso, o sistema patriarcal também é responsável pelo estabelecimento de uma identidade social a ser seguida e reproduzida (MOURA e HENRIQUES, 2014).

O sistema patriarcal passou por algumas reformulações ao longo dos anos, mas conceitualmente ele pode ser entendido como um modelo de estruturação familiar, que se transfere ao homem o poder da autoridade e à mulher o lugar de submissão (MOURA e HENRIQUES, 2014). Atualmente o patriarcado continua exercendo controle sobre a mulher, efetivando a desigualdade entre gêneros, e ocasionando diversas consequências, tanto no âmbito privado, quanto no público. E influencia toda uma sociedade a se apropriar dessas condições com naturalidade. É uma estrutura cultural e histórica que socializa as mulheres para serem submissas à violência e educa o homem para ser violento (FRANCHINI, 2018).

O patriarcalismo se faz presente há décadas como um dos modelos culturais reproduzidos, tendo suas raízes baseadas em um sistema opressor, que se relaciona à



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



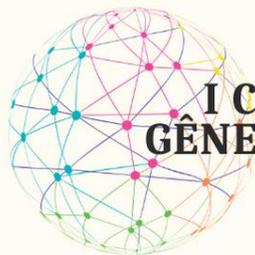
instituições como a família, igreja e ao sistema capitalista (AGUIAR, 2000). Instituições essas consideradas importantes para a construção de uma sociedade, exercem a função de modelar o ser humano, ou seja, são responsáveis pela transmissão de regras e manutenção do controle (FERREIRA, 1981).

Os danos que a cultura patriarcal perpetua são inúmeros, portanto, lutas por igualdade, equidade e inclusão começaram a emergir para reorganizar a sociedade, com o intuito de modificar uma cultura pautada na opressão, exclusão e violação dos direitos (PRAUN, 2011). A teoria feminista é fruto dessa reorganização social (ARRUDA, 2000).

Segundo Barreto (2004), o movimento feminista contemporâneo teve seu destaque inicialmente nos Estados Unidos em meados dos anos 60, disseminou pela Europa na década de 70 e ampliou -se para o mundo todo na década de 80 e 90.

Estados Unidos e Europa, possuíam pautas voltadas para questões culturais, já enfatizam a família, as relações entre gêneros e vivenciavam um contexto em que as necessidades básicas já haviam sido garantidas (COSTA e SARDENBERG, 2008). Enquanto no Brasil o movimento feminista surge junto com outros movimentos que reivindicavam ao estado a garantia de condições básicas, como saneamento básico, não perdendo de vista as particularidades do movimento que era o de formar grupos de mulheres, com o intuito de buscar pelos direitos e quebrar paradigmas de opressão (SARTI, 1988).

É importante levar em consideração que o movimento começou a ganhar visibilidade nos anos 70, principalmente em países que passavam pelo momento da ditadura militar. Foi esse o contexto das manifestações. O ano de 1975 foi declarado pela ONU como o ano internacional da mulher contribuindo com um plano de ação constituído por metas a serem cumpridas nos próximos 10 anos (BAKER e MARTINS, 2015). A partir dessa declaração ocorreram diversos movimentos, seminários, criação de centros que acolhiam as vítimas de violência, ações de saúde, assim as mulheres foram conquistando representatividade dentro dos centros universitários e dentro do contexto da política (BAKER e MARTINS, 2015).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

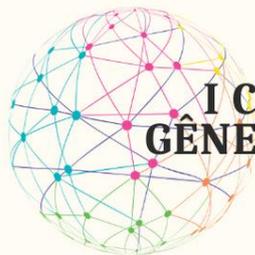


Ainda nos anos 70, se fomentavam algumas discussões a respeito da relação entre classe e sexo, o que provocou a formação das seguintes correntes: feminismo liberal, socialista e radical (CONCEIÇÃO, 2009).

O feminismo liberal se concentra na questão da igualdade de oportunidades como ponto principal, buscando incluir as mulheres nos espaços públicos, como direito ao trabalho, à educação, e à política, aumentando a participação dos homens no âmbito privado, como realização de atividades domésticas e cuidados com os filhos (STOLZ, 2014). O feminismo radical, por outro lado, trava discussões em torno da dominação sexual, compreende o conceito patriarcado como sistema de dominação, interclassista, estuda a questão da violência contra mulher e suas raízes culturais e históricas, contribuindo também com uma análise em torno da pornografia e prostituição, ou seja, essa vertente abrange o contexto privado, adentra a família e traz o privado e público como indissociáveis (STOLZ, 2014). Há também o feminismo socialista/marxista que possui como característica principal a união do movimento à luta de classes, e que busca lacunas no sistema capitalista para assim construir intervenções nessa direção. Este é pautado nas relações sociais, e tem como cerne o contexto materialista dialético, que encontra respostas no contexto histórico social às questões de opressão (SANTOS e NÓBREGA, 2004).

Considerando as vertentes mencionadas entende-se que o movimento feminista é constituído por diversas particularidades e muitas das vezes é segmentado pelas mesmas, o próprio conceito feminismo é de difícil definição, pois não possui definição estática e nem mesmo caráter limitante ou conclusivo, é um movimento que está em constante transformação (CONCEIÇÃO, 2009).

Ribeiro (2006) aponta que o movimento atual passa por dificuldades de estruturação, devido seu objeto de estudo ser complexo e conter multiplicidade de fatores como a diversidade racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, questões culturais, e a forte tendência de favorecer um feminismo branco, intelectualizado e de classe média. Outro fator que deve ser levado em consideração é o estigma que o movimento carrega desde seu nascimento que também pode provocar dificuldades em sua concretização nos dias atuais



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



(RIBEIRO, 2006). O movimento feminista esteve por muito tempo associado erroneamente à oposição entre homem e mulher, sendo visto como o contrário de machismo e reduzido à ideia de que se busca a superioridade da mulher sob o homem (SARTI, 1988). Gonçalves e Pinto (2011) ressaltam implicações que o movimento encontra como as demandas não atualizadas. Considerando os últimos 30 anos, a luta ainda persiste por igualdade salarial, jornada de trabalho justa, maternidade livre, acesso à saúde sexual e reprodutiva, legalização do aborto, combate à violência contra a mulher, combate a objetificação e sexualização dos corpos femininos, entre outras pautas (GONÇALVES e PINTO, 2011).

Diante disso o presente trabalho possui como objetivo apresentar os desafios que dificultam a efetivação do movimento feminista, tendo como hipótese a suposição de que o antifeminismo e as raízes históricas patriarcais são os principais obstáculos que comprometem a efetivação do movimento feminista. Além disso, essa revisão integrativa de literatura apresenta como contribuição a ampliação do conhecimento acerca dos desafios enfrentados na efetivação do movimento feminista, visto que se trata de uma luta de extrema importância para a garantia de direitos, e que contribui para a desconstrução de um sistema opressor.

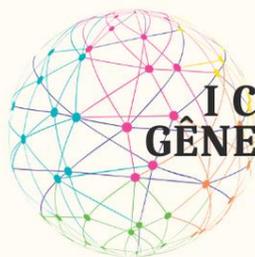
Método

Para a realização deste trabalho foi utilizada a revisão integrativa de literatura, e as buscas foram feitas nas bases de dados do Google Acadêmico, com as palavras-chave: Antifeminismo, Críticas ao feminismo, Desafios do Movimento Feminista.

Desta forma, a pesquisa utilizou como critérios de inclusão somente artigos escritos na língua portuguesa, no período de 2009 a 2019. Foram excluídos estudos pagos, e-books, artigos que não contemplavam o objetivo do trabalho.

Os artigos foram selecionados através da leitura dos títulos, resumos, conclusões e só foram escolhidos estudos que estivessem publicados nas primeiras três páginas do Google Acadêmico.

Na primeira etapa da pesquisa, a palavra-chave utilizada foi Antifeminismo, contabilizando um total de 1.670 resultados, foram selecionados 18 artigos das primeiras três



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



páginas, e feito a leitura dos títulos, resumos e conclusões, sendo escolhidos 5 desses 18 para contribuir no presente trabalho.

Referente a segunda etapa, foi utilizada a palavra-chave: Críticas ao feminismo, contabilizando um total de 15.500 resultados, foram selecionados 20 artigos das primeiras três páginas, e feito a leitura dos títulos, resumos e conclusões. Desses foram escolhidos 3.

E na terceira etapa, a palavra-chave foi: Desafios do Movimento Feminista, contabilizando 15.400 resultados, foram selecionados 12 artigos das primeiras três páginas de acordo com os critérios de leitura dos títulos, resumos e conclusões, desses foram escolhidos 3.

Totalizando 11 artigos selecionados, essa seleção se tornou possível a partir da releitura dos resumos e conclusões daqueles 50 artigos que foram coletados nas três etapas mencionadas acima. Os 11 escolhidos foram aqueles que possuíam maior afinidade com o objetivo deste trabalho.

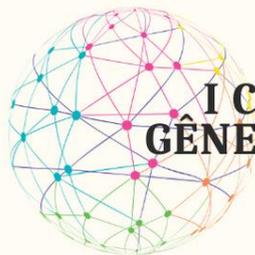
A partir dessa seleção foi realizado um resumo de cada artigo facilitando assim a análise referente à opinião dos autores sobre alguns impasses que o movimento feminista vem enfrentando. Posteriormente esses desafios evidenciados pelos autores foram expostos em um quadro.

O quadro a seguir representa a forma como foi realizada a visualização da diversidade de desafios que ainda são encontrados neste processo da efetivação do movimento feminista.

Quadro 1: Representação de como foi realizado o processo de identificar quais eram os desafios.

Autor/ano	Título dos artigos	Desafios que dificultam a efetivação do movimento feminista

Resultados e discussões



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



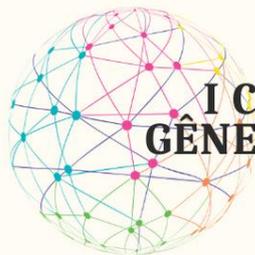
De acordo com a metodologia utilizada foram selecionados 11 artigos, todos encontrados na base de dados Google acadêmico. Partindo dos resultados obtidos, pode-se observar que os principais desafios estão em sua maioria relacionados com questões culturais, como ideologias fortalecidas pelo sistema patriarcal, o conservadorismo, o antifeminismo e também dificuldades diante do caráter heterogêneo do movimento.

Dos 11 artigos selecionados, 6 trouxeram o antifeminismo como fator prejudicial ao movimento feminista. Destacando-se a sua relação com o conservadorismo, a compatibilidade com os movimentos de direita, com os valores morais da família, e com o intuito do retorno da mulher ao seu lugar de submissão, mãe e esposa, conservando assim a família, os valores morais e religiosos.

Entre os demais artigos, 3 discutiram sobre a complexidade do movimento, o pluralismo de demandas, as particularidades contidas dentro do movimento, a sua heterogeneidade e a dificuldade na definição de estratégias e articulação com outros movimentos sociais. E por fim 2 artigos trouxeram uma questão contemporânea, sendo essa o discurso de ódio velado de liberdade de expressão na internet, ocasionando muitas vezes em informações falsas e prejudiciais ao feminismo.

Contextualizando o movimento feminista historicamente, entende-se como um movimento que passou por um longo processo de muita resistência e que com o tempo conseguiu ampliar o seu leque de demandas indo além da conquista de direitos. Segundo Antunes e Luchese (2018) o movimento feminista emerge no século XIX, confrontando o patriarcado e as concepções históricas da divisão do lugar da mulher e do homem na sociedade, questionando as distinções biológicas e sociais. O feminismo também se atrela ao questionamento de público/privado, pensamento esse construído para impor a mulher o dever de executar ações somente em seu âmbito privado, como cuidar da casa, afazeres domésticos e ao homem é dado o lugar do público que seria o direito ao trabalho, aos assuntos políticos, econômicos, educacionais.

É importante resgatar os conceitos machismo e sistema patriarcal já mencionados por Franchini (2018), como uma estrutura cultural e histórica responsável por socializar mulheres



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

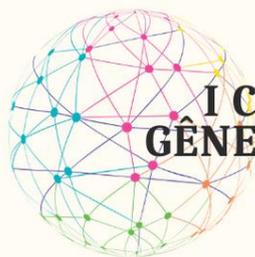


e homens, a se comportarem de maneira que o homem exerce poder sobre a mulher nos diversos âmbitos da vida. Legitimando assim desigualdades e violências motivadas pelo machismo. Antunes e Luchese (2018) enfatizam a importância do reconhecimento da existência enraizada do machismo nos dias atuais, mas de maneira velada, colocando uma atenção principalmente na internet como ferramenta facilitadora dos discursos de ódio justificados como liberdade de expressão.

Cruz; Dias (2015) e Antunes; Luchese (2018) citam o mesmo fenômeno contemporâneo, a internet, como recurso utilizado pelas antifeministas para propagar informações sensacionalistas, citando a legalização da pedofilia, do aborto e do infanticídio, como pautas defendidas pelo movimento feminista, além disso citam em suas manchetes antifeministas termos ultrapassados como “homossexualismo”, que possui conotação patologizante, preconceituosa e pejorativa, visto que homossexualidade não é doença. Cruz e Dias (2015) entendem que essas manchetes possuem como propósito contribuir para o enfraquecimento do feminismo, e assim diminuir a adesão das mulheres ao movimento feminista.

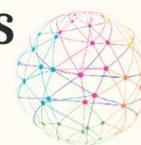
Acredita-se que o antifeminismo surge como um empecilho no processo de estruturação do movimento feminista e se aproveita de uma cultura retrógrada para fortalecer seus ideais e propagar a oposição ao feminismo, trazendo como apoiadores, movimentos de direita, o conservadorismo, a família tradicional que se apoiam no estado e na igreja, instituições que de alguma forma ainda assumem um poder na sociedade (CRUZ e DIAS, 2015; ZIMBERG, 2018).

Nos estudos de Rago (2012); Maders e Angelin (2010) também se evidenciam os aspectos culturais como possíveis desafios no caminho do movimento feminista, apesar das conquistas, o processo de desconstrução de uma identidade submissa das mulheres se encontra em andamento, as relações patriarcais sexistas ainda estão em vigor na sociedade atual e isso se encontra visível ao observar a pouca participação das mulheres no âmbito político, cargos tidos como masculinos. Rago (2012) expõe a força da questão cultural vigente patriarcal e machista, ao mencionar que os ganhos do movimento feminista seguem sendo ameaçados pelo conservadorismo.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

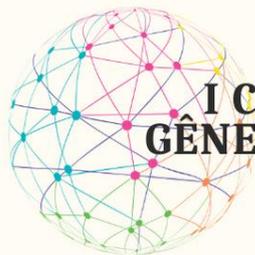
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Partindo dessa concepção do conservadorismo, Zimberg (2018) traz em sua pesquisa o momento político vivenciado atualmente, enfatizando, o retorno do conservadorismo pelos representantes políticos, que se expressam por meio de valores religiosos, morais. Esse processo favorece os partidos vistos como de direita que acabam alimentando o imaginário social a respeito do retorno de uma sociedade pautada em valores tradicionais, sendo essa a solução aos conflitos contemporâneos. O antifeminismo usa desse momento para firmar seu discurso que busca resgatar os mesmos valores antigos, que se relacionam com o silenciamento das mulheres, o retorno aos papéis de submissão. Rago (2012) levanta uma questão em seu estudo voltado para essa preocupação com o conservadorismo, mencionando as discussões recentes ocorridas entre os parlamentares a respeito do “direito à vida desde a concepção” tornando ilegal aqueles abortos previstos por lei, ou seja, as conquistas feministas continuam sendo ameaçadas mesmo depois de muita luta, e um de seus entraves é o conservadorismo.

Nesse momento cabe fazer uma breve discussão a respeito da posição política mencionada acima, nomeada de direita, segundo Madeira e Tarouco (2011) a direita nasce atrelada com conservadorismo devido seu percurso histórico, remetendo à época da revolução francesa que os adeptos do conservadorismo se consideravam de direita. Com o passar dos anos foi percebido que esse conceito não possui caráter estático e carrega variações de acordo com o momento, contexto, país. Atualmente Madeira e Tarouco (2011) destacam os conflitos enfrentados ao conceituar a direita e esquerda, citando a confusão entre a dimensão progressista-conservadora, a relação com partidos religiosos, com o fascismo, neoconservadorismo, ou seja, não cabe reduzir e igualar a direita ao conservadorismo, pois é uma visão política que vai além.

Retornando aos desafios encontrados na efetivação do movimento feminista, Souza (2019) discute em seu estudo os estereótipos que o movimento feminista herdou historicamente, a má reputação impregnada que se desencadeia com as feministas sufragistas, pois na época defendiam suas pautas de maneira violenta. Dessa forma o movimento carrega até os dias atuais esse estigma e é fortalecido pelas antifeministas, gerando resistências nas mulheres para aderirem ao feminismo. Ribeiro (2006) e Sarti (1988) mencionam a mesma problemática no



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



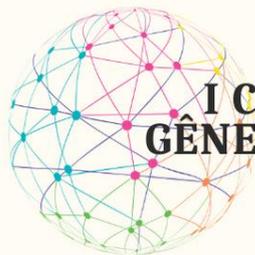
início deste trabalho, e ainda trazem um equívoco pertinente cometido pela sociedade ao definirem o feminismo como o contrário de machismo, ou seja, entendem como um movimento que busca a subordinação dos homens perante as mulheres.

Cardoso (2014) traz uma análise sobre as questões raciais e étnicas como possíveis desafios, aponta uma falha existente dentro do próprio movimento feminista que esquece da questão racial, nomeando de feminismo branco e hegemônico. Entende-se que o movimento ao excluir essas pautas, acaba afastando uma alta porcentagem de mulheres, abrindo lacunas para as antifeministas legitimarem o discurso de que o movimento feminista é excludente. Gurgel (2010); Alves; Alves (2013); Cardoso (2014) também discutem sobre esses aspectos complexos e particulares do movimento, ainda não conseguem viabilizar todas particularidades das mulheres, desconsiderando muitas vezes mulheres negras, lgbtqi+ e indígenas, entre outras necessidades que também não são discutidas com seriedade. Também compromete o movimento sua falta de união com os demais movimentos que partem do mesmo lugar, a conquista de espaço e de direitos às minorias.

Segundo Conceição (2009), houveram diversas reformulações desde o surgimento do movimento feminista, foi e é um movimento que está a favor do questionamento das estruturas sociais, trabalha a favor da desconstrução do que é ser mulher. Partindo dessa premissa, entende-se como um movimento que encontra diversos empecilhos na sua estruturação, visto que há um imaginário vivo construído historicamente do lugar da mulher, de sua função, dos papéis aceitáveis que parecem estarem impregnados e reforçados diariamente por um conjunto de condições impostas pela cultura conservadora, patriarcal, capitalista e machista (BORBA, 2017).

Portanto essa discussão possibilitou o entendimento de alguns desafios pertinentes à efetivação do movimento feminista, propondo uma reflexão frente à amplitude e complexidade que esse movimento possui.

Considerações finais



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O presente estudo objetivou apresentar os desafios que dificultam a efetivação do movimento feminista, tal propósito se tornou possível através de uma revisão integrativa de literatura que foi fundamentada a partir da leitura e interpretação de alguns estudos produzidos e publicados na base de dados Google Acadêmico.

Apesar dos diversos ganhos conquistados pelo movimento feminista, ainda se encontram lacunas que necessitam de atenção. Tais lacunas abrem espaço para problemáticas que são ainda atuais, como violência doméstica, objetificação dos corpos femininos, cultura do estupro, salários desiguais, indústria pornográfica, dupla jornada de trabalho, entre inúmeras opressões e desigualdades ainda encontradas.

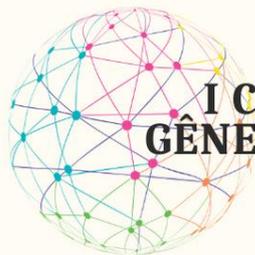
A hipótese deste artigo esteve voltada para o Antifeminismo e para as raízes históricas patriarcais como principais desafios na efetivação do movimento feminista. Além da hipótese ter sido confirmada, os resultados proporcionaram outras reflexões acerca da temática, como o nível de complexidade do movimento, as diversas demandas, a dificuldade em atender todas as mulheres, os diferentes tipos de opressões e também o advento da internet como campo fértil de transmissão de informações falsas e pejorativas direcionadas ao feminismo.

Através dos resultados, concluiu-se que as consequências desses desafios contribuem para o enfraquecimento do movimento.

Outro fator relevante observado ao realizar a pesquisa, seria o atual cenário político que se fortalece a partir do autoritarismo, conservadorismo e propagação de valores religiosos. Tal cenário pode interferir na efetivação de um movimento que busca a libertação das mulheres e desafia estruturas arcaicas de dominação sustentadas pelo sistema patriarcal.

A atual conjuntura política junto de seus ideais conservadores, se fortalecem em um discurso que não tenciona o senso comum e por isso deve-se repensar nas formas como os movimentos tidos como contrários a esses ideais, se organizam e agem para alcançar a população.

A metodologia utilizada possibilitou o alcance parcial do objetivo, pois devido a alta complexidade do tema não se tornou possível identificar todos os desafios. Demandaria uma análise minuciosa do movimento. O estudo não se esgota neste artigo e recomenda-se a



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



realização de pesquisas que analisem a atual conjuntura do movimento feminista e o que precisa ser feito para torná-lo um movimento mais próximo da população em geral, visto que o sistema patriarcal continua enraizando acarretando opressões.

Outro apontamento se dá na importância de se discutir essas temáticas em espaços como escolas, comunidades, centros de atenção à saúde básica, adaptando a linguagem acadêmica à população, podendo auxiliar no processo de conscientização, disseminação de informações e a criação de coletivos. Essas ações poderiam contribuir na desmistificação do que é o feminismo, contrapondo aos movimentos de ordem antifeministas e desconstruindo aos poucos a cultura patriarcal junto do sistema, sem esquecer da atual realidade política, que pede resistência e união dos movimentos representantes das minorias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Z. N.; LUCHESE, F. R. **A sociedade informacional e o antifeminismo: o discurso de ódio como ferramenta disseminadora.** Rev. Jurídica da Fadisma, Santa Maria, v. 12, n. 01, p.48-114, 2017. Anual. Disponível em < <https://cutt.ly/3k1tZ9O> >. Acesso em: 27 out. 2019.

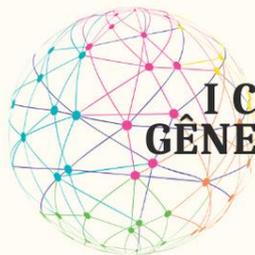
ANGELIN, R.; MADERS, A. M. **A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios.** Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10, n. 19, p.91-115, 2010. Semestral. Disponível em: <https://cutt.ly/vk1tVKp> . Acesso em: 27 out. 2019.

ALVES, F. C. A.; ALVES, S. A. K. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres.** 2013. Seminário. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/wk1t1hU> . Acesso em: 27 out. 2019.

ARRUDA, A. **Feminismo, gênero e representações sociais.** 2000. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://cutt.ly/ak1t07U> . Acesso em: 04 abril 2019.

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** 2000. Brasília, 2000. Disponível em: <https://cutt.ly/Fk1t3k4> . Acesso em: 04 abril 2019.

BAKER, S. B.; MARTINS, G. F. B. **O reflexo do movimento feminista no direito.** Encontro de Iniciação Científica, Presidente Prudente n. 12, p.01-19. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/Pk1t47j> . Acesso em: 04 abril 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BARRETO, L. S. P. M. **Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva.** Rev. Ártemis, João Pessoa – PA, p.64-73. 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/1k1yrNv> . Acesso em: 06 abril 2019.

BORBA, L. **Dito e não dito em rede: uma análise do discurso antifeminista.** 2017. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Pampa, Bagé. Disponível em: <https://cutt.ly/Ek1yilb> . Acesso em: 27 out. 2019.

CARDOSO, P. C. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.** Rev. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014. Disponível em: < <https://cutt.ly/1k1ysrS> >. Acesso em: 27 out. 2019.

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, B. M. C. **O feminismo no brasil: uma (breve) retrospectiva.** 2008. Seminário: O feminismo no brasil, reflexões teóricas e perspectivas. Disponível em:< <https://cutt.ly/Ck1yguM> >. Acesso em: 06 abril 2019.

CONCEIÇÃO, L. C. A. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero.** 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/pk1yx1g> . Acesso em: 06 abril 2019.

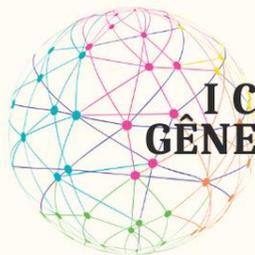
CRUZ, S. H. M.; DIAS, F. A. **Antifeminismo.** Rev. de Estudos de Cultura, São Cristóvão, n. 01, p.34-42, 2015. Quadrimestral. Disponível em: <https://cutt.ly/ik1ybOd> . Acesso em: 27 out. 2019.

FRANCHINI, B. S. **Nossos corpos não estão à venda: a regulamentação da publicidade como instrumento de combate à cultura do estupro e de proteção dos direitos humanos das mulheres.** Os Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, Ribeirão Preto, p.07-08, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/kk1yQUm> . Acesso em: 06 abril 2019.

FERREIRA, V. **Mulheres, Família e Trabalho doméstico no capitalismo.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, v. 6, p.47-87. 1981. Disponível em: <https://cutt.ly/Kk1yWMj> . Acesso em: 04 abril 2019.

GONÇALVES, E.; PINTO, P. J. **Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro.** Cad. Pagu, Campinas, n. 36, p. 25-46, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/Kk1yRSp> . Acesso em: 06 abril 2019.

GURGEL, T. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade.** 2010. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Disponível em: <https://cutt.ly/Nk1yI8C> . (mulheresprogressistas.org) Acesso em: 27 out. 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MADEIRA, M. R.; TAROUCO, S.G. **Esquerda e direita no brasil: uma análise conceitual.** Rev. Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 8, n. 15, p.171- 186, 2011. Semestral. Disponível em: <https://cutt.ly/ak1yAuk> . Acesso em: 27 out. 2019.

MOURA, L.C; HENRIQUES, H.I.B. **Aspectos sócio-histórico-culturais envolvidos no fenômeno de culpabilização de mulheres vítimas de violência.** Veredas favip - revista eletrônica de ciências, v. 07, n. 2, p. 32-33, Vale do Ipojuca, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/Jk1yDuE> . Acesso em: 09 abril 2019.

PRAUN, G. A. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder.** Revista Húmus, São Luís - MA, n. 1, p.55-65. 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/vk1yGz7> . Acesso em: 10 abril, 2019.

RAGO, M. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil.** Cadernos AEL, Campinas – SP, v. 2, n. 3/4, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/vk1yJgk> . Acesso em: 10 abril, 2019.

RIBEIRO, M. **O feminismo em novas rotas e visões.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, p.801-811. 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/4k1yLPm> . Acesso: 06 abril 2019.

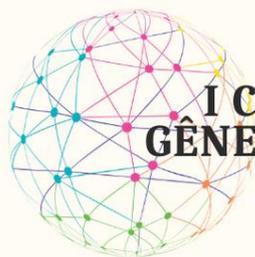
SARTI, C. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, p.38-47. 1988. Disponível em: <https://cutt.ly/Uk1yZCG> . Acesso em: 04 abril 2019.

STOLZ, S. **Teorias Feministas Liberal, Radical e Socialista: vicissitudes em busca da emancipação das mulheres.** Cadernos de Educação em e Para Os Direitos Humanos: Diversidades nos Direitos Humanos, Rio Grande, p.01-160. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/Lk1yCd1> . Acesso em: 06 abril 2019.

SANTOS, E.; NÓBREGA, L. **Ensaio sobre o feminismo marxista socialista.** Revista de Humanidades, Rio Grande do Norte, n. 11, p.01-17. Semestral. 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/bk1yBGD> . Acesso em: 06 abril 2019.

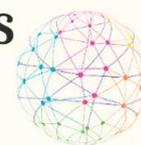
SOUZA, D. V. **A violência simbólica e o antifeminismo: uma análise da revista Era Nova (Parahyba, 1920).** Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p.368-387, 2019. Semestral. Disponível em: <https://cutt.ly/lk1yMcv> . Acesso em: 27 out. 2019.

ZIMBERG, G. **O antifeminismo: mapeamento dos discursos antagonistas do movimento feminista na internet.** 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontfícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/Fk1y231> . Acesso em: 27 out. 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MATERNIDADE E ABORTO: ANÁLISES DE UM INQUÉRITO

Dhyandra Montani Schactai

Universidade Estadual do Centro Oeste, Mestrado em História.

dhy_andramontani@htotmail.com

Nádia Maria Guariza

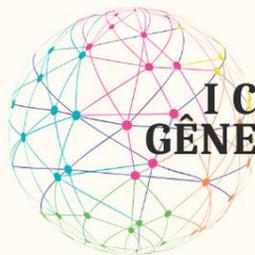
Universidade Estadual do Centro Oeste, Mestrado em História. nadiamguariza@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata-se dos resultados obtidos através da análise de um inquérito policial do crime de aborto ocorrido no ano de 1931 no município interiorano de Irati-Paraná. O inquérito faz parte de um rol de crimes analisados durante o desenvolvimento do mestrado em História, pela Universidade Estadual do Centro Oeste – Campus Irati (UNICENTRO). A proposta norteadora que se delineia é analisar a questão do corpo e da sexualidade feminina na sociedade, compreendida aqui como sendo de controle, em que a finalidade imposta na dicotomia das relações de gênero oferece a mulher a maternidade, como sua maior responsabilidade. É compreendido ainda algumas noções que elencam a relação feminina com a formação dos cidadãos do futuro, que seriam entregues a pátria. Esta convicção traz a tona uma responsabilidade histórica que foi se desenvolvendo e se impondo como única a mulher. Para além das questões da maternidade o ambiente feminino seria o doméstico, algo que a faria estar mais próxima do privado, e por consequência a aproximasse mais de sua figura de mãe. Desta forma, as que fogem de seu destino pré-estabelecido aquelas que negam a maternidade, seja pelo momento em que a gravidez apareceu para elas, seja por optarem não serem mães, as mulheres que abortam, estão se colocando a margem da norma e por consequência, deveriam na concepção da medicina e do judiciário ter alguma anomalia, pois, era inadmissível que esta prática se fizesse em sã consciência por uma boa e correta mulher. Há um controle historicamente construído, que se apropria da sexualidade feminina para que esta seja um elemento balizador da disciplina e regulamentação feminina, uma vez que controladas e seguindo a feminilidade, uma mulher teria apenas em sua área de interesse, marido, procriação e filhos/as. Corpo e sexualidade são extremamente úteis para repressão, controle e domesticação que afligem, em especial, as mulheres que abortam objeto de nosso estudo.

Palavras-chave: Aborto. Maternidade. Sexualidade. Norma. Poder.

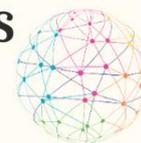
Ser mulher e os padrões de gênero do socialmente aceitável

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



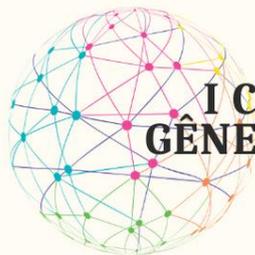
por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta à sua legitimidade matrimonial não se aplica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais. (Foucault, M. 1976, p.114)

A sociedade ao ser consolidada em seus mais diversos aspectos concebe as distinções e padrões de gênero, no qual se estabelecem adjetivos a homens e mulheres do que se espera que ambos sejam, a esta dicotomia homem e mulher, estabelecem-se relações de poder da qual a feminilidade tem relacionado a si: o casamento para ser uma boa esposa, ser uma boa mãe, uma boa dona de casa. Neste sentido, aloca-se a mulher ao privado como sendo seu ambiente sublime.

Todavia, há mulheres que encontraremos em processos e neste caso e um inquérito policial, que naquele momento fatídico negaram a maternidade, e se colocarão a margem, fugindo a norma e sua função social pré-estabelecida, talvez possam até se casar posteriormente, e ter filhos, mas, naquele momento específico do processo negaram seu destino social e biológico, conforme é estabelecido pelas relações de gênero.

As práticas disciplinares apresentadas por Michel Foucault (1988) têm a função de tornar homens e mulheres, maleáveis e desta forma obedientes a todo um sistema, sendo um corpo dócil. As relações de poder são algo comum a sociedade de controle e consequentemente aqueles que não seguem as regras estabelecidas serão punidos, fenômeno apresentado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*.

Consideramos que tais mulheres protagonistas em processos e inquéritos não necessariamente não queriam se tornar mães, ou não romantizavam com tal ideal, todavia, a forma como a maternidade apareceu para essas mulheres foi um divisor de águas. Imaginemos mulheres de camadas sociais não privilegiadas, migrando do campo para a cidade em prol de conseguir melhores condições, que acabam apaixonando-se, cedendo a encanto de rapazes galanteadores, que somem mais rápido que o possível afeto que tinham, deixando essas mulheres em situação frágil e solitária. É um item comum aos crimes de aborto e infanticídio



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



que essas mulheres estivessem sozinhas, desamparadas, e mais ainda, despreparadas para tudo que um filho/a traria a sua vida e realidade

Consideramos a ilegalidade do aborto em países como o Brasil, tendo um respaldo fortemente religioso, e que permeia o imaginário e construção de justificativas de outras ciências, algo que não impede é que mulheres continuem abortando, porém, de formas diversificadas ofertando riscos à suas vidas.

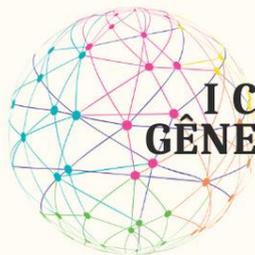
Quando analisamos os mecanismos de poder e de controle percebemos na questão do corpo e da sexualidade feminina como o controle está diretamente ligado a forma biológica feminina, logo a capacidade reprodutiva está sob domínio do poder e é interesse do Estado.

Mas, nem sempre foi assim ao retomarmos alguns exemplos históricos apresentados pela historiadora e filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) podemos visualizar que nem sempre os cuidados e até mesmo o conceito de amor materno foram do formato da atualidade.

Badinter (1985) não mede esforços na tentativa de desnaturalizar o “instinto da maternidade”, desconstruindo-o o discurso de que toda e qualquer mulher nasce para ser mãe. O amor materno seria algo então relacionado a valorização dada em cada época, por vezes desvalorizado e desnecessário, e por outras como sendo um elemento definidor da feminilidade.

A figura da “boa mãe” e as representações de que a mulher deveria assumir a responsabilidade de criar e educar os filhos, é algo que começa a ser presente à medida que vai crescendo as taxas de mortalidade infantil, isso em relação à França do século XVIII, cobrar-se-á das mulheres a exclusividade no cuidado das crianças, o aleitamento que até então era algo deixado para as amas de leite. Algo que era extremamente comum era as crianças ficarem na casa dessas mulheres até os quatro/cinco anos de idade, muitas vezes morrendo sem sequer que as famílias soubessem, ou se dessem ao trabalho de ir a seu velório.

Mas prova maior de indiferença do que a ausência dos pais no enterro do filho, não há! Em certas paróquias, como em Anjou, nenhum dos pais se dava ao trabalho de comparecer ao enterro de um filho de menos de cinco anos. Em outras paróquias, um dos dois comparece, por vezes a mãe, outras vezes o pai. (BADINTER, E. 1985. p. 91).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Como aponta Badinter não se constituía como obrigação nem de mães nem de pais cuidarem de seus filhos; um exemplo disso fora a massiva quantidade de bastardos e de crianças entregues a abrigos e conventos.

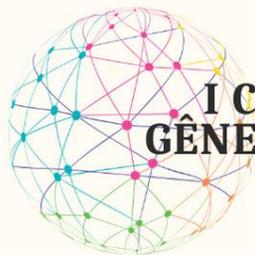
Há transformações na forma do cuidado infantil quando há intervenções médico-sanitaristas e higienistas e formula-se a figura da mãe-higiênica que era a responsável pelo cuidado da saúde dos filhos e da família.

Era para a medicina importantíssimo essa figura da mãe higiênica pois, concebia-se que a mãe era a primeira educadora e socializadora das crianças. Com isto, podemos destacar como esta ciência aparece como um resultado da sanção normalizadora, a medicina que tinha até então o intuito de curar o corpo doente passa a diferenciá-lo em corpo doente, saudável e modelo, para que se concentrasse a medicina em agir sob o corpo doente, curando-o e o trazendo novamente para a conduta normativa.

Logo a construção social deste discurso regulador perpetua em diversas áreas de conhecimento, especificamente, para esta discussão trataremos a área médica e jurídica, por se tratar de inquéritos policiais que averiguam situações em que a mulher seria a réu. Assim como o discurso médico, por ser inadmissível na filosofia da sociedade que uma mulher abortasse por opção deveria haver alguma mazela psíquica que explicasse este fato.

Entretanto, apesar desta função exercida pela mulher ser relevante a sociedade, ainda considera-se a mulher como estando em uma posição de segundo sexo, inferiorizada ao homem, por isso deveria estar presente no ambiente privado pois, suas qualidades não seriam suficientes ao mundo público, visitaremos agora uma série de definições e especificações que irão recobrir discursos médicos e jurídicos acerca da mulher e sua inferioridade e que corroboram a um discurso normalizador e de controle das feminilidades.

Há produções filosóficas, extremamente misóginas, que dão subsídio ao desenvolvimento destas ideias. Em uma sociedade em contexto de transformação haveria a necessidade de se explicar e justificar esta hierarquia de gênero e exclusão do feminino do espaço público.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



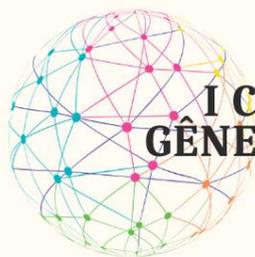
“A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades”, diz Aristóteles. A escrita e hipóteses formuladas sobre a “inferioridade” da mulher remontam desde a antiguidade. Na definição aristotélica a mulher seria um macho imperfeito, algo que nas sociedades antigas e tradicionais foi repassado como uma distinção clara de gênero. Mulheres eram inferiores por não serem homens, esta é a explicação e o motivo de desinteresse de estudo sobre elas, nem mesmo seus órgãos tinham nomes específicos eram ao contrário do masculino. A vagina seria um pênis invertido, os ovários eram os testículos femininos. Algo que demonstra a falta de interesse das ciências médicas e filosóficas, porque para eles a distinção era a falta de evolução feminina em ser um homem.

Este modelo contemplado pela anatomia perdurou séculos até mesmo pela dificuldade e tabu de se ver e tocar o corpo feminino, esta forma só viria a mudar com o surgimento da obstetrícia e ginecologia que seriam ciências que tratariam da mulher e estariam diretamente ligadas a questões de gênero e poder, pode-se afirmar que ao longo da história sempre houve uma relação estreita entre poder, saber e sexualidade. Trilogia esta que serviu e serve como opressão, dominação e domesticação feminina.

A construção milenar de gênero cria à distinção e a “inferioridade” feminina, nesta concepção inicial a mulher seria inferior por não ser um homem, posteriormente, as relações de gênero, vão se transformando e a distinção se coloca através do lugar de fala e posicionamento de cada um, seria importante para os homens diferenciar o lugar de cada um. O estatuto natural inferior da fêmea e sua complementação de divisão de gênero de ser mãe e esposa é um aliado a forma como se respalda o lugar feminino.

Pode-se perceber que no período da modernidade há a construção da dicotomia mulher, matrimônio, mãe, “santa” e da mulher “fatal” aquela que seria libidinoso, persuasiva e dominadora, uma mulher “demonizada” e que apresentava perigo aos homens e a sociedade.

Em síntese todo esse discurso ideológico acerca da mulher serviu para que os mecanismos de controle e regulação feminina fossem aplicados. Hierarquiza o homem como ser superior, e a mulher atrelada ao lado do perigo, da insubmissão e que justificaria o controle masculino.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Foucault (1997) apresenta assim a mulher como uma categoria universal que surge fruto de invenção ou criação do conhecimento feminino. Desta forma os estudos que começam a aparecer no espaço da medicina são estudos que priorizam compreender como se constitui as diferenças entre homens e mulheres, e especialmente utilizar estas diferenças para desenvolver um processo de domesticação das mulheres, em que estas seriam facilmente manipuladas a serem como o Estado, a sociedade, enfim quisesse. O poder estaria em todo lugar e controlaria tudo a sua volta.

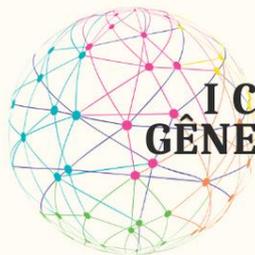
O que se firmaria também dentro desta concepção de gênero ainda é a forma como há um respaldo legal sobre tudo que envolve a mulher, há tempos temos homens criando leis para mulheres sem que sua participação e vontade sejam ouvidas.

Segundo Mary Del Priore (1993), a prática do aborto já constava nas linhas das primeiras cartas jesuítas, presente entre as indígenas, não sendo novidade em Portugal. Por isso compreende-se que a prática do aborto é algo antigo, e que vem se tornando mais comum. Georgiane Vázquez (2005) diz que o aborto é um crime contra a autoridade marital ou paternal na Antiguidade, depois contra Deus e a moral, fazendo com que a recusa das mulheres em terem filhos cada vez mais desperte o interesse da sociedade e do Estado.

No Brasil a legislação sobre o aborto começa a ser presente a partir do Código Penal do Império em 1830, referente aos Crimes Contra a Segurança das Pessoas e da Vida nos artigos 199 e 200.

Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada. Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos. Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada. Penas - dobradas. Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique. Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos. Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes. Penas— dobradas.⁸¹ (Lei De 16 De Dezembro De 1830. Codigo Criminal Do Imperio Do Brazil).

⁸¹ Linguagem original mantida.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Até então o crime de autoaborto não aparece, logo o crime se encaixaria para a segurança da mulher gestante. A partir do desenvolvimento da República há a ampliação da lei em casos de aborto, o crime de autoaborto passa a ser vigente, bem como o aborto como atenuante em crimes para ocultar desonra própria, que seriam os crimes envolvendo sedução, defloramento, rapto, estupro⁸². Neste sentido, o que estava em vigor aqui seria defesa da honra da mulher, uma verdadeira himenolatria ou cultura do hímen a atenção dada dentro desses processos aparece à condição da membrana⁸³ após o ato.

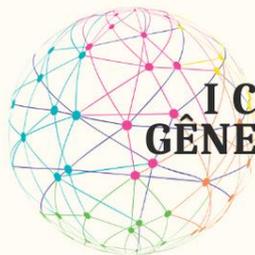
Já o que tange o Código Penal de 1940, que está em vigor, o crime do aborto está elencado “Dos crimes contra a vida” dos artigos 124 aos 128.

Crimes contra a vida. Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - detenção, de um a três anos; Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de três a dez anos. Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém à morte. Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico. (Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940).

O aborto na atualidade se faz possível em três situações específicas, quando o feto é fruto de algum tipo de violência sexual, ou oferta risco à gestante, e em casos de fetos anencefálicos. A restrição do aborto em outros casos é considerada crime. Há inúmeros países

⁸² Neste momento histórico o conceito de estupro se difere da atualidade porque não consideraria a violência empregada para este crime.

⁸³ Havia dentro desses Crimes Contra Honra um exame chamado de “exame de conjunção carnal”, no qual uma das perguntas do questionário respondido pelo médico ou farmacêutico seria justamente a condição do hímen. Se aquele se encontrava rompido ou intacto, este conhecimento seria importante para compreender se a história narrada por essas moças seria verdadeira. Para os juristas da época a moça só poderia se deixar ser deflorada se houvesse o emprego de sedução, engano ou fraude. Diversos processos nesse sentido, as moças apontam que foram seduzidas, enganadas e alguns deles narram até mesmo o uso de ilícitos pelos homens para que conseguissem chegar ao ato sexual.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



que já tornaram legal o aborto, todavia isto é algo que dependerá da forma como a sociedade se organiza e localiza o papel feminino, aceitando que mulheres possam tomar decisões acerca de seus próprios corpos e sexualidade. O aborto é uma prática presente e que por muito tempo ficou nas relações conjugais e domésticas, somente a partir do momento em que o feminismo se apropriou desse como pauta, que há uma visibilidade e problemática mais abrangente. Há uma luta em curso pelo direito de controle de nossos corpos e sexualidade.

Entretanto, enquanto não há a legalização processos e inquéritos serão instaurados visando punir e expor mulheres que têm feito esta prática vejamos abaixo um exemplo.

Inquérito: aborto cometido

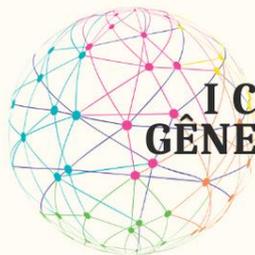
Dezoito de Outubro de mil novecentos e trinta e um na localidade de Itapará- Irati o Sub-Delegado Joaquim juntava uma porção de testemunhas para averiguar um crime de aborto ocorrido no dia dezesseis do corrente mês e ano por uma jovem moça chamada Amélia⁸⁴. O crime chocaria as pessoas da localidade pela forma que se desenrolaria.

O Sub-Delegado e as testemunhas chegam à casa da jovem para sondar a veracidade dos fatos narrados por um rapaz que passava pela cidade, chamado Sebastião, que teria até mesmo ameaçado a moça que iria expor os fatos a polícia.

Ao colherem o testemunho de Amélia, a mesma conta que havia sido empregada de Alexandre, e que ele há teria seduzido e enganado com diversas promessas de casamento, e deste íterim teria Amélia cedido a seus encantos e praticado atos libidinosos com Alexandre e desta ação teria ficado grávida. Conta ainda, que quando procurou dito homem este lhe ofereceu um remédio que causaria o aborto, mas a ela não faria mal, apenas ocorreria um resultado positivo na expulsão do feto.

Quando interrogam a mãe da investigada, Ana, esta conta que sua filha estava doente e por este fato a medicou com diversos remédios caseiros, e este provocaram em sua filha um gravíssimo sangramento que tratou de recolher rapidamente em uma lata de querosene e se

⁸⁴ Serão utilizados nomes fictícios ao longo da narrativa processual.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



desfazer. Em momento algum afirma que a filha provocou um aborto, pois, depois deste episódio teria saído para trabalhar e teria voltado quando o Sub-Delegado já estava em sua casa.

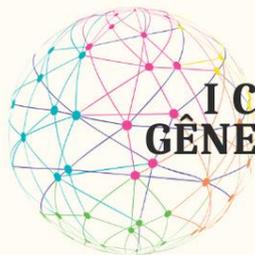
As testemunhas do processo de inquérito narram à presença de sangue no assoalho da casa de Amélia, bem como suas roupas ensanguentadas. Uma das testemunhas diz ter presenciado a confissão de Amélia sobre o aborto, bem como era sabido que a mesma já se encontrava em adiantado estado de gravidez.

Quando o processo é enviado a Promotoria, chamam para depor Alexandre que afirma que o delegado não o havia chamado para depor por ser seu inimigo, algo que prejudicaria o bom andamento da investigação.

Alexandre afirma que a acusação é falsa, pois, no dia que Amélia afirma ter recebido a droga não se encontrava na cidade, pois estava testemunhando em um inquérito no qual é acusado José. Declara ainda que Amélia nunca fosse sua empregada, apenas uma lavadeira de roupas, e que por vezes, lavava sua casa. Reitera que este crime não se trataria de um simples aborto, pois, a gravidez foi interrompida próxima de seu fim, considera que se trataria de um infanticídio, no qual Amélia haveria tido a criança, e esta viveria por alguns momentos, e foi morto sendo seu corpo consumido pela mãe de Amélia. Pois, há provas com o sangue no assoalho, roupas ensanguentadas, algo que seria proveniente de um parto e não de um aborto. Diz que Amélia é prostituta e já saiu com vários homens de Itapará, e que seria uma infâmia falar que ele teria tido relações sexuais com Amélia.

Ao narrarmos o processo de aborto, compreendemos que este crime seria um atenuante em processos que envolveriam a honra da mulher. Para a sociedade desta época havia uma necessidade de proteção as boas moças e a punição para aquelas que não seriam puras, e se desfrutariam dos pecados da carne.

Inúmeros são os processos criminais que envolvem esta problemática da honra. Esses processos na realidade tornam-se uma verdadeira disputa de se provar que a moça era digna da proteção da lei, e quando a prova não se fazia contundente a moça passava a ser culpada por aquela situação por não ter mantido a boa índole feminina e aguardasse o casamento para que se deitasse apenas com seu marido.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



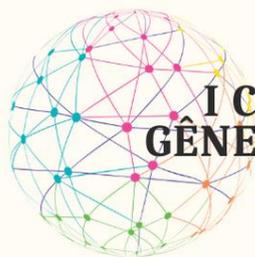
Destes processos criminais as moças tinham algumas situações possíveis posteriormente, primeiramente quando eram consideradas culpadas pelos atos sexuais e se encontravam grávidas, a gravidez era levada a cabo pelo aborto ou infanticídio, pois, pior do que sua honra ferida seria o fruto desta honra corrompida. Aquelas que não se encontravam grávidas, e fossem consideradas culpadas tinham sobre si um estigma bastante grande, uma vez que não arrumariam mais casamento por não ser mais virgem grande é o número de mulheres que caem na prostituição. Para aquelas que conseguiam provar pelo processo terem de fato sido seduzidas a lei previa a reparação de sua honra pelo casamento com o acusado do crime, sendo assim a honra da mulher estaria intacta porque a lei protegeu. Estas são algumas hipóteses para o fim destes processos.

Esta análise é pertinente, pois, trata-se aqui de um crime de aborto, mas que a referida vítima teria sido seduzida e não teria virado processo de defloramento, sedução ou estupro. Há aqui um discurso jurídico permeado pela moralidade da época que seria um atributo essencialmente feminino.

Para mulheres a castidade pré-nupcial era um atributo bastante valorizado, por se assemelhar a mulher à noção de virgindade e santidade da mãe de Cristo. Já para os homens seria normal e aceitável que a partir de certa idade frequentassem casas de prostituição, e tivessem relações com diversas moças.

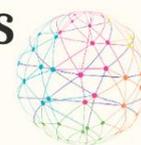
Cândido Motta (1897) considera a prostituição sendo uma doença necessária em qualquer sociedade que houvesse homens. A prostituição para homens como ele, tinha a função de canalizar os resíduos seminais masculinos já que a mulher no pensamento jurídico e médico tinha baixo instinto sexual.

Neste sentido a sexualidade masculina está próxima da noção de instinto animal logo se justificava um espaço de alívio para as tensões masculinas diárias. E em contrapartida as mulheres que seriam prostitutas seriam equivalentes a degeneradas natas, e ou mulheres “anormais” algo que não se percebia dentro destas construções sociais que permeavam o âmbito jurídico e médico, era uma grandiosa construção de gênero que tendia a colocar mulheres na inferioridade e justificar isto pelas suas características biológicas. Em geral mulheres possuíam



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



um “físico débil” e um temperamento “frágil” e homens seriam seres cultos e pertencentes natos do mundo público.

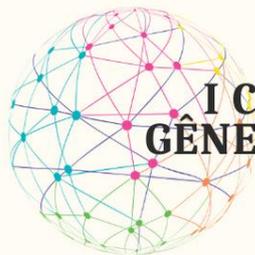
Por este ângulo podemos compreender que os estudos que delineavam a mulher e seu papel dentro da sociedade são permeados de noções misóginas a qual pertencia a ideia de que mulher deveriam ser mães, castas, puras e pertencer ao lócus doméstico. Qualquer mulher que fugisse a esta norma vigente seria pelos intelectuais misóginos da época consideradas “prostitutas” “degeneradas”, ou seja, ser mulher e demonstrar seus interesses, desejos, vontades era justificável por algum tipo de insanidade psíquica.

Temos ainda na totalidade que compõe o inquérito policial a presença de dois exames médicos, um deles que seria destinado à mulher para se compreender se houve o aborto, que neste em específico foi feito por duas peritas parteiras que responderiam aos seguintes questionamentos: “1º Se houve provocação de aborto? 2º Qual meio por que essa provocação foi feita? 3º Se esse meio era próprio para produzir aborto? 4º Se houve ou não à expulsão do fruto da concepção?”. Amélia, entretanto, se nega a fazer o referido exame, e as peritas parteiras não possuem uma formulação de respostas possíveis sobre o estado físico da inquirida.

O próximo exame “Auto de exumação e autópsia” foi feito pelo Dr. Maфра Pedroso e José Augusto da Silva, na presença das testemunhas Reynaldo Ribas Vidal e Estanislau Kugnarski estes dois que sabiam onde estaria o corpo. Na descrição do exame os médicos constataram ser uma menina em adiantado estado de putrefação, que haveria nascido a termo e não teria vivido mais que quarenta e oito horas.

Quando inquirida novamente, Amélia diz não ter tido relações com Alexandre pois não o amava, mas, sim um homem de nome Valdomiro, e que variadas eram as propostas de casamento que recebia. Afirmam que posteriormente a saída de Amélia da casa de Alexandre ela deu à luz a uma menina que não viverá mais que vinte e quatro horas.

A conclusão do caso feita pelo promotor é que houve três crimes: o defloramento de Amélia, um aborto provocado e um infanticídio. Considera que nada se apura destes fatos considerando que as testemunhas são contraditórias logo pede o arquivamento.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Podemos perceber através desta narrativa processual que há aqui o inquérito de diversos crimes dos quais não se interessa saber em momento algum quem seria o pai desta criança nem mesmo a prestação de algum tipo de auxílio a esta moça pobre de Itapará, que teria sua vida virada de pernas pro ar. Compreendemos que há um interesse bastante significativo em se manter a honra feminina, quando esta já se encontra perdida resta tentar fazer com que o que sobrou da dignidade feminina seja recomposta e a inserir novamente na sociedade, porém carimbada com a marca da diferença e exclusão.

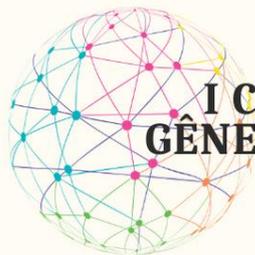
Considerações finais

Em síntese o que compreendemos dentro da escrita de inquéritos policiais como este é a forma como a necessidade de manutenção dos adjetivos femininos é importante, que seus papéis sejam respeitados e quando invalidados haja uma resposta da justiça ou da medicina para que tais ações sejam tomadas.

A clara distinção e segregação de gênero não é novidade e permeia a sociedade desde que houve a primeira formação de grupo, o que não era feito era tratar isto como um problema que deveria ser debatido e transformado. Estas primeiras discussões e contestações viriam a ser feitas com a adesão de grupos feministas que debateriam as questões de corpo e sexualidade aproximadamente a partir de 1970 e daí em diante a contestação e luta por direitos femininos passou a ser mais visível. É nesta época, por exemplo, que surge a pílula anticoncepcional e as reivindicações pela descriminalização do aborto.

Ao final daquela década o discurso feminista entusiasmava se com as premissas do direito humano, e assumia um lema de que “nosso corpo nos pertence”. Para mulheres feministas, o direito ao aborto, a escolha entre ter ou não filhos e o exercício livre de sua sexualidade eram requisito básicos na formação e consolidação de uma democracia que fosse plena às mulheres também.

Silvia Pimental e Wilza Villela (2012) alertam que discutir o direito ao aborto desconstrói um paradigma hegemônico da maternidade compulsória, que para a mulher ser feliz em sua totalidade deve ser mãe, algo que através de histórias como esta narrada em inquéritos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



policiais percebe-se não ser regra a todas as mulheres. A situação com que a maternidade adentra a vida das mulheres é um ponto relevante sobre querer manter ou não a gravidez, e julgar e criminalizar mulheres por sua escolha não é a solução, as políticas jurídicas não deveriam punir, mas prevenir, e possibilitar o direito a escolha.

A docilidade que permeia a sociedade construída nessas bases de distinções de gênero e que foram eternizados por discursos médicos e jurídicos, nesta análise, mas que na realidade é algo presente em todos os mecanismos de poder da sociedade. E sua compreensão das formas distintas que recaem sobre as pessoas, não sendo apenas noções acadêmicas, mas, algo incidente sobre a formação da sociedade como um todo. E dar visibilidade a essas situações, contestá-las é permitir que noções diferentes das dominantes sejam possibilitadas e todo um sistema seja questionado. O corpo, a sexualidade sempre foram mecanismos disciplinares e reguladores, todavia, devem fugir a esta norma e transformarem-se para que a singularidade de cada pessoa possa ser relevante.

REFERÊNCIAS

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas-SP: Unicamp, 2000.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Brasília: UnB, 1993.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

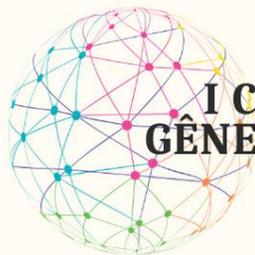
_____. **O corpo utópico: as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Petrópolis, Vozes, 1988.

LOMBROSO, C & FERRERO, G. **La donna delinquente. La prostituta e la donna normale**. 4ª edição. Torino, Fratelli Bocca Editori, 1923.

MOTTA, C. **Classificação de Criminosos**. (Tese de Mestrado- Faculdade de Direito de SP). São Paulo, 1897.

O aborto no Código Penal Brasileiro. <<https://cutt.ly/8k1uf8Z>> Acesso em: 10 out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

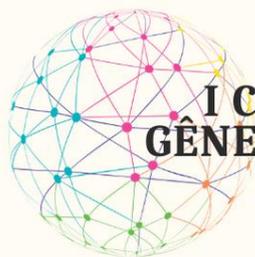
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



PIMENTEL, S; VILELA, W. **Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil.** Cienc. Cult. vol.64 no.2. São Paulo, 2012.

RAGO, M. L. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991. Disponível em: <<https://cutt.ly/fk1uzRt>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VOSNE, A.P.M. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX.** (Tese de Doutorado – Unicamp). São Paulo, 2000.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O MOSAICO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

Miguel Vinicius da Silva Moura

Universidade Estadual do Piauí - UESPI, História, 3º período. miguel.vinicsm@gmail.com

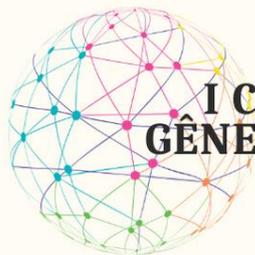
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Universidade Estadual do Piauí - UESPI, História. joseannezsm@gmail.com

Prof.º Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Universidade Estadual do Piauí, docente de Licenciatura Plena em História, e-mail:
pedropio@ccm.uespi.br

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo principal analisar as representações das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, escritos pelos autores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, da Editora Scipione e incluído na avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017. Desta forma, entendido que o ensino de História é frequentemente abordado de forma linear, com narrativas que enaltecem os heróis brancos e as conquistas dos setores sociais privilegiados economicamente, percebe-se que é necessária a construção da proposição de um ensino que vincule, efetivamente, crianças e jovens a um saber contextualizado e engajado, auxiliando na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, ademais, que o protagonismo para a construção da compreensão de sujeito histórico (PNLD História, 2017). Quando se relaciona gênero e ensino, pode-se perceber que a escola, como uma instância social, é generificada, pois é atravessada por relações de gênero, sendo que os livros didáticos de História são frequentemente constituídos como a principal fonte de irradiação das interpretações e atitudes de professoras, professores e estudantes diante do passado (LOURO, 2003). A partir de embates e diálogos travados com movimentos sociais é que o Estado passou a assumir o compromisso educacional de superação dos preconceitos e violências contra as mulheres nas legislações e programas educacionais. Essas formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e ressignificadas, mas também de um sistema de representações, valores e crenças que não é facilmente atingido nos processos oficiais de avaliação dos livros didáticos no Brasil. Neste sentido, entende-se que não existe livro didático perfeito (STAMATTO; CAIMI, 2016), contudo, a análise possibilita a compreensão das dificuldades, limites e desafios que envolvem a transformação de aspectos epistemológicos que estruturam o conhecimento escolar sobre a história das mulheres e das relações de gênero. Assim, para a execução da proposta do projeto é utilizado um corpus documental analisado a partir de uma bibliografia teórica e metodológica específica, tais como: Scott (1995), Louro (2003; 2004), Judith Butler (2003). Além disso, as fontes de pesquisa são os livros didáticos da coleção supracitada que foi avaliada no PNLD. Por fim, a proposta apresentada pela pesquisa se compromete em comparar os níveis de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



visibilidade dos segmentos sociais femininos em relação com a presença dos personagens masculinos já consagrados nos livros didáticos, promovendo desta forma uma discussão sobre as representações das relações entre mulheres e homens que estão presentes nas obras didáticas no que se refere às condições de submissão, resistência e protagonismo nos processos históricos. Ademais, alinha-se aos objetivos específicos a investigação se as mulheres e os homens representados como sujeitos históricos nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais.

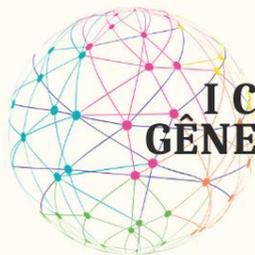
PALAVRAS-CHAVE: História. Educação. Gênero. PNLD. Livros didáticos.

Introdução

Muitos desafios são postos à tarefa de ensinar a disciplina História às crianças e jovens no Brasil do século XXI. Vive-se em uma sociedade marcada pela generalização do acesso à internet, que disponibiliza o acesso rápido e indiscriminado a qualquer tipo de informação, o que redimensiona o estatuto de um ensino tradicionalmente pautado pela primazia do conhecimento dissociado das questões do tempo presente. De certo modo, esse deslocamento de foco de interesse acaba também impactando os modos pelos quais as escolas são organizadas, considerando as rotinas didáticas e as relações pedagógicas. De toda a forma, a condição problemática do Ensino Básico é bastante complexa.

Em meio a tantos desafios nos ambientes escolares, particularmente um, além da indisciplina ou desinteresse e perda da função da escola enquanto espaço público potente para o empoderamento dos sujeitos no mundo, mobiliza comumente os atores escolares: a proposição de um ensino de História que vincule, efetivamente, crianças e jovens a um saber contextualizado e prazeroso que possa auxiliar na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, mas, além disso, que promova o protagonismo para a construção da compreensão de sujeito histórico (PNLD História, 2017).

Diante da condição da disciplina História no Ensino Básico brasileiro, em que alunas e alunos precisam, de forma emergente, significar-se enquanto partícipes do processo histórico, é que o presente trabalho, resultado da pesquisa “Uma questão de diferença, não de desigualdade: A análise das relações de gênero incluídas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na disciplina História”, iniciado com o edital 2020-2021 do Programa



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

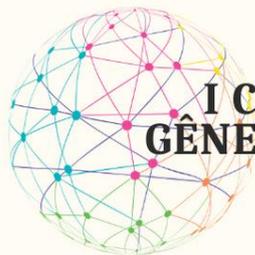
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, tem como proposta a análise das representações das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, escritos pelos autores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, da Editora Scipione, incluído no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017, que se encontra em vigência. A configuração da pesquisa ocorre a partir de alguns questionamentos centrais: Quais os níveis de visibilidade dos segmentos sociais femininos em relação à presença dos atores masculinos, já consagrados nos livros didáticos? Como são representadas as relações entre mulheres e homens quanto às condições de submissão, resistência e protagonismo nos processos históricos que estão presentes nos conteúdos das obras didáticas? As mulheres representadas nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais?

Levando-se em consideração que o livro didático constitui-se como o principal material de ensino utilizado nas salas de aula do Ensino Básico durante as aulas de História, sendo que no ensino público muitas vezes torna-se a única ferramenta, é que se considerou relevante analisar as relações de gênero na já referida coleção de livros didáticos, que têm vários usos, inclusive o de contribuir para construir modos de ser feminino e masculino que rompem o espaço escolar disseminando-se nos mais variados ambientes sociais, produzindo desigualdades entre mulheres e homens. Segundo Oliveira (2019), desde a década de 1990, o PNLD tem reformulado o tratamento do conhecimento histórico escolar sobre as mulheres, as desigualdades de gênero e, em alguma medida, sobre as violências sexuais e de gênero. Assim, percebe-se a necessidade de práticas contra hegemônicas que reforcem o combate ao preconceito em virtude da promoção de ações que valorizem a diversidade, pois, como afirma o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos:

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. (CLAM, 2009, p. 9)

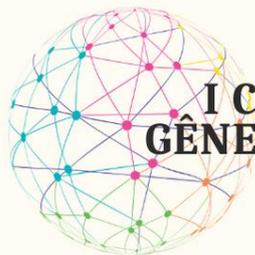
Logo, a análise de gênero, aspecto central do projeto, responde a uma demanda atual no Brasil em que as mulheres são concebidas, muitas vezes, como subalternas em relação aos homens em seus aspectos intelectuais e morais, sendo também constantemente vítimas de variados tipos de violências verbais e físicas. Além disso, pesquisas apontam as desigualdades no mercado de trabalho e na formação educacional, em que determinados cargos e áreas em âmbito público não são considerados adequados às mulheres, devido a uma naturalização de características vinculadas à irracionalidade, fragilidade física e emotividade (RAGO, 1998).

Essa concepção foi construída culturalmente, fazendo com que as mulheres sejam estigmatizadas por meio de um discurso que vincula a vida feminina ainda atrelada ao desenvolvimento de funções domésticas vinculadas ao casamento e à maternidade, consideradas por muitos como instintivamente femininas, chegando a ser construídas como os ideais de “realização de toda mulher”. Segundo Rago (1998), trata-se de romper com essa concepção procurando-se perceber que as subjetividades dos sujeitos são históricas, portanto, as categorias homem e mulher não devem ser pensadas como naturezas biologicamente determinadas e mesmo a própria noção de identidade deve ser historicizada.

É significativo ponderar que as demandas entre os feminismos são diferentes, o movimento não é homogêneo e fica escurecido⁸⁵, ressignificando a palavra, quando é interseccionalizado com as categorias de raça e classe. “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...]” (AKOTIRENE, 2019, pág. 19), assim como no diagrama de Venn⁸⁶ dentro do campo da matemática, esse estudo sobrepõe campos, interligando-os, propiciando a visibilidade de interações simultâneas entre as categorias, são as colisões identitárias. Todavia, por muito tempo se legitimou um único discurso feminista, ocasionando no silenciamento do

⁸⁵ Escurecido aqui é colocado de maneira análoga ao que significa a palavra esclarecido.

⁸⁶ Os respectivos diagramas consistem de curvas fechadas simples desenhadas sobre um plano, de forma a simbolizar os conjuntos e permitir a representação das relações de pertença entre conjuntos e seus elementos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

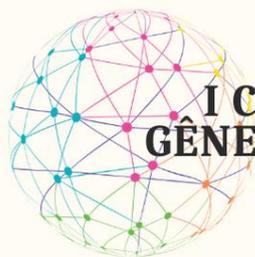


feminismo negro, contribuindo para o afastamento da categoria de raça não só da de gênero, mas para além de outras esferas da História.

Consequentemente esse distanciamento também se deu dentro da História das Mulheres. Entrever que no século XIX as mulheres brancas estavam lutando pelo direito ao voto, enquanto nesse mesmo contexto mulheres negras e mulheres pobres estavam se perguntando “se não eram mulheres?”, traduz como as demandas entre elas eram diferentes, além de subjetivamente facultar como o trabalho aqui elaborado se preocupa em entender essas diferenças e observar como estão desenvolvidas dentro do objeto estudado. Elucidando e exemplificando essa questão, a filósofa Djamila Ribeiro no livro *Lugar de Fala* (2019) destaca o discurso da abolicionista afro-americana Sojourner Truth, em 1851, durante a Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos.

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir em uma carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir em carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! [...] Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2019, pág. 19).

O surgimento da História das Mulheres no meio acadêmico ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos de 1960, na França, uma década depois, e no Brasil ganhou mais solidez nos anos de 1980. Apesar disso, a história das mulheres ainda pode ser concebida como uma perspectiva renovada na historiografia à medida que enfoca o estudo das mulheres na condição de sujeitos atuantes na história, campo de saber que durante muito tempo não reconheceu a sua atuação. Torna-se patente perceber que os primeiros estudos sobre a mulher, que depois se desenvolveram para as análises de gênero, decorreram em grande medida das lutas encimadas pelo movimento feminista. Nesse sentido, o surgimento dos objetos históricos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



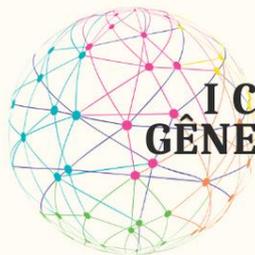
na academia ocorre, entre outros motivos, por questões propostas pelo próprio tempo. A seguinte afirmação explicita convenientemente esse fato:

[...] não existe um objeto histórico que não seja no mesmo instante um objeto de política. Os contornos que damos ao passado, as regiões que iluminamos, os sujeitos que apanhamos entre poeira e fazemos novamente se encenarem, as tramas que pensamos ouvir nos desvãos dos arquivos, atendem a problemas e embates de nosso próprio tempo, em que estão mergulhadas nossas vidas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000, p. 123)

O estudo sobre as mulheres também está ligado ao relativismo pós-moderno, que destrói a distinção entre central e periférico na história. Isso contribuiu para o desaparecimento progressivo do fato histórico como foco central de análise e propiciou a reorientação do enfoque histórico com o questionamento de abordagens globalizantes do real, como também da universalidade do discurso histórico. (BOUTIER; JULIA, 1998). A perspectiva de trabalhar com a história das mulheres tem o mérito de tornar visíveis aquelas que foram silenciadas, e por isso ficaram à margem da historiografia. Foram esses estudos que transformaram referências esparsas sobre as mulheres em tema central, servindo para levantar informações e focalizar temas, bem como problemas que não faziam parte do universo da academia, como a abordagem do cotidiano, da família, da sexualidade e dos sentimentos. O silêncio em relação à historicidade feminina tem sido rompido em virtude dos estudos acadêmicos realizados.

Várias gerações de intelectuais se sucederam, sendo que a constituição do campo de estudos relacionados às mulheres sofreu mudanças significativas. Na realização dessa caminhada, eles expressaram a denúncia da opressão doméstica realizada pelos homens e a simples descrição das vivências femininas (LOURO, 2004). As produções acadêmicas começaram a ensaiar explicações mais elaboradas, e mesmo promover articulações conceituais com paradigmas teóricos já existentes ou emergentes em outras áreas de conhecimento. Dentre as mais diferentes perspectivas da historicidade feminina foi que surgiu a categoria chamada de gênero.

Gênero e Educação: algumas reflexões



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

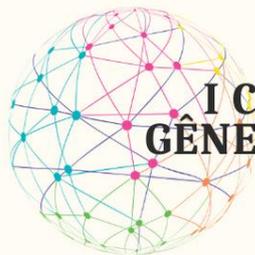


No livro *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1975), Michel Foucault desenvolve algumas reflexões acerca do conceito de poder aplicado dentro das instituições. Apesar do título e de um breve resumo do livro sugerir que ele trate especificamente do sistema carcerário, Foucault acrescenta paralelamente no corpo textual uma conexão com a escola, levando a se pensar como essas duas instituições que tem vieses diferentes estão em uma mesma produção científica. O filósofo francês não constrói um conceito novo para poder, entretanto ele assume que haveriam outras formas coexistentes de poder além das já produzidas. Em *Vigiar e Punir* ele vai tratar do poder disciplinar, percebe-se assim como as instituições, por meio de um sistema hierárquico que funciona engenhosamente com métodos específicos de análise, estão ligadas, ainda afirma que:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 1975, pág. 195).

À vista disso, a simples percepção de como é formada uma sala de aula, onde alunos e alunas são padronizados dentro de uniformes, dispostos nas carteiras de maneira linear, enquadrados em um cronograma específico, ou em uma análise mais complexa, identificando a figura das professoras e dos professores como única fonte de saber e portados de normas estabelecidas por uma base comum curricular, entende-se como o ambiente escolar é construído como um espaço de poder. Logo, também vislumbrar a configuração hierárquica desses espaços proporciona identificar que em grande parte o poder é administrado pela cis hetero masculinidade branca colaborando para o funcionamento do sistema patriarcal.

Quando se relaciona gênero e ensino, pode-se perceber que a escola, como uma instância social, é generificada, pois é um lócus privilegiado de formação dos sujeitos, logo, também é no ambiente escolar que os diferentes papéis de gênero exigidos de meninos e meninas são criados e reproduzidos (LOURO, 2003). Assim, gênero é definido como um dispositivo cultural, construído historicamente, demarcando diferenças pressupostas entre meninos e meninas. Essa demarcação é introjetada no ambiente escolar, onde há atividades específicas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



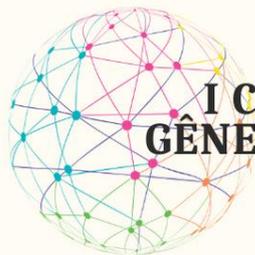
para meninos e outras atividades para as meninas, mas a construção do masculino, e do feminino e das relações de gênero desenvolvidas podem inferir desigualdades e hierarquias criadas culturalmente pela socialização que irão se imiscuir na estrutura de poder da sociedade. Nesse sentido, ao internalizar regras de gênero propostas pela escola, ensinam-se noções de certo e errado que são justificadas por pretensas noções biológicas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Desta maneira, ao biologizar⁸⁷ as características de um grupo se permitem a construção de estereótipos sobre ele, logo, essas formulações naturalizam padrões de comportamentos para determinado grupo apenas pelos aspectos anatômicos. Em clara oposição a essa concepção é que surge gênero, contrastando com o termo sexo, elaborado pela biologia para definir o masculino e feminino em razão aos atributos anatômicos, gênero esboça uma definição mais social e cultural (CLAM, 2009). Assim, a utilização do conceito de gênero em detrimento a negação do outro termo pelo significado exposto, corrobora para o afastamento da justificativa que a natureza é a responsável pela diferença de comportamentos entre homens e mulheres. De forma ilustrativa, no senso comum é normal relacionar a figura masculina como violenta, forte, pública, enquanto o ser feminino se liga ao lugar privado, emotivo, sereno, pois já se estabeleceu essas características como naturais no contexto sociocultural e são ensinadas como o padrão de gênero a ser seguido. A historiadora francesa e atuante na luta do movimento feminista Michelle Perrot, reforça em seu livro *Minha história das mulheres* (2007) que:

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão." Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2007, p. 17).

Historicamente, essa preposição conexa a sexo dificulta a inserção de mulheres nos mais diversos espaços, condiciona e perpétua uma relação de poder onde elas são colocadas como

⁸⁷ Processo de naturalização ou biologização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, permitindo a criação de estereótipos acerca desses grupos.



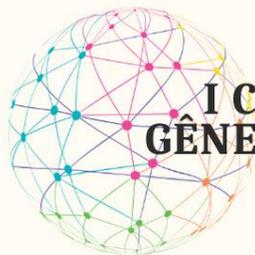
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



dominadas e, ocasionalmente, submetem-nas as mais diversas formas de violências. Entende-se assim que “as diferenças anatômicas entre os corpos masculinos e femininos convertem-se em provas objetivas da desigualdade de capacidades entre os seres humanos que é a base do despotismo patriarcal [...]” (PASSOS; PUCCINELLI; ROSA, 2019, p. 14), entretanto, a quebra da ideia de binaridade, em paralelo ao estudo teórico e metodológico, possibilita abrir espaço para se perceber os projetos de masculinidades que se incorporam no corpo social e, por conseguinte, reduz a imposição do cis-heteropatriarcado. A ideia de oposição binária, principal ferramenta de manutenção da sociedade patriarcal, coloca em polos distantes e distintos o gênero feminino e o masculino, evidenciando as diferenças como forma de criar um sistema de oposição entre eles. Essa presunção incita a desigualdade, permitindo o avanço da inferioridade e submissão de um em relação ao outro, pois ao destacar determinado gênero, espera-se o desprezo do oposto.

Ao definir gênero a historiadora Joan Scott, uma das principais intelectuais no campo, divide-o em duas partes intimamente ligadas. O primeiro não se distancia muito do conceito já explorado afirmando que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995 p. 86), porém o segundo impulsiona reflexões mais profundas, apoiada nas colocações de Michel Foucault, ela conclui que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, subentende-se que existe uma diferença na distribuição de poder entre homens e mulheres e, ainda, uma disparidade na organização e visualização da sociedade dependendo de qual posição se encontra. O conceito de gênero possui um forte apelo relacional, já que, de acordo com essa perspectiva, é no arranjo das relações sociais que se constroem o ser masculino e feminino, ou seja, ainda que os estudos desenvolvidos priorizem as mulheres como foco, eles passam a referir-se, de forma cada vez mais explícita, aos homens. É importante lembrar que as relações de poder são inerentes a história e em conforme ao contexto apresentam características própria, ainda, com o avanço das discussões de sexo e sexualidade, gênero se tornou uma categoria útil de análise histórica, incorporando as categorias de raça e classe. Ao aludir Joan Scott, Guacira



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Lopes Louro afirma no livro *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução* (1995) que gênero é:

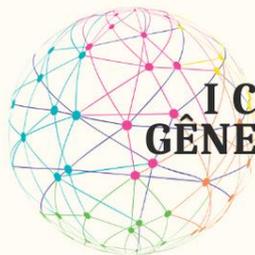
[...] uma categoria que, pensada em sua radicalidade, talvez também ponha em questão muitas de nossas certezas e nos obrigue a revolucionar nosso modo de "fazer" História. Para tentar melhor compreender as potencialidades e limites dessa perspectiva de análise parece-me importante observar o contexto teórico do qual ela é fruto. (LOURO, 1995, p. 109)

Indubitavelmente, a escola é um lugar atravessada de oportunidades e transformações, ela se constitui de variáveis e diversidades, é nesse espaço que alunas e alunos podem construir suas identidades e, principalmente, exercitar o respeito pelas diferenças. Deste modo, é desejável que a educação não seja radicalmente diferente entre meninas e meninos, que a escola tenha consciência da sua não neutralidade na formação da identidade das alunas e alunos. “A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante” (CLAM, 2009, p. 50)

Também é importante entender que a preocupação de algumas instituições escolares, coordenadores pedagógicos e professores em ministrar o conteúdo do livro didático de forma integral, além do pouco tempo para preparar as aulas, a reduzida carga horária semanal e outros aspectos propostos nos currículos “[...] transforma o conhecimento histórico num amontoado de informações desconexas, desinteressantes e inúteis, transmitidas aos alunos com uma metodologia inadequada e sem atrativos.” (DALPASSO, p. 5, 2011). O ensino de História, frequentemente abordado de forma linear, com o protagonismo marcadamente masculino, a perspectiva da harmonia social, as narrativas que enaltecem os heróis brancos e as conquistas dos setores sociais privilegiados economicamente, tornam-se distantes do universo dos alunos e os exclui do processo ensino-aprendizagem.

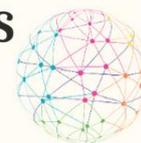
O mosaico das relações de Gênero nos livros didáticos

Por um lado, a reprodução dos papéis tradicionais de gênero no contexto escolar pode estar nos conteúdos dos livros didáticos de História à medida que as mulheres não forem



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

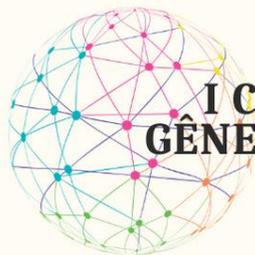


representadas como sujeitos históricos, ao contrário dos homens, sendo abordadas de forma esporádica, anedótica ou irrelevante. Por outro lado, a presença da historicidade feminina nos livros didáticos pode contribuir para que ocorram transformações das relações de gênero entre homens e mulheres na sociedade brasileira, reconhecendo-se as diferenças entre os dois gêneros, mas não as condições desiguais de inferioridade e submissão de qualquer polo em relação ao outro, desconstruindo a tradicional oposição binária, como afirma Louro (2003). Deste modo pensar na equidade é levar em conta as diferenças, ao contrário de igualdade, que tende a ignorar o ponto de partida de cada sujeito, elaborando assim uma luta meritocrática influenciada pelo patriarcado.

Juntamente ao considerar que os livros didáticos de História enquanto materiais que expressam saberes a serem ensinados são submetidos a um processo de didatização inscrito em um ambiente pedagógico regulador (CHOPPIN, 2004), também é importante refletir que o livro didático é antes de tudo uma mercadoria construída por diversas pessoas, que para além do autor ou autora, é influenciado por um regime político-social, ainda mais aqueles submetidos ao PNLD. Logo esses saberes que constam não decorrem exclusivamente de um fluxo oriundo do saber acadêmico, pois segundo Monteiro (2009), os processos de didatização envolvidos na sua produção revelam a sua especificidade e complexidade. Os posicionamentos políticos e pedagógicos de seus autores:

[...] bem como as políticas curriculares, as expectativas do público docente, as tradições sedimentadas sobre conteúdos indispensáveis e os interesses do mercado editorial atuam nos processos de elaboração das histórias veiculadas nesses livros, submetendo-os a um conjunto de regras de formatação, enunciação, estruturação e organização didática. (OLIVEIRA, p. 4, 2019).

De modo geral, o livro didático não é a única ferramenta disponível para os educadores utilizarem no processo de escolarização de alunas e alunos, entretanto, correntemente, ele é o único instrumento de pesquisa e fonte de conhecimento acessível para estudantes e, ademais, para as famílias desses jovens. Paralelamente, o PNLD condiciona a tarefa de ampliar esse acesso, constituindo-se como “o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo” (OLIVEIRA, 2019). Assim, toma-se consciência que o desprezo com livro didático, no caso de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

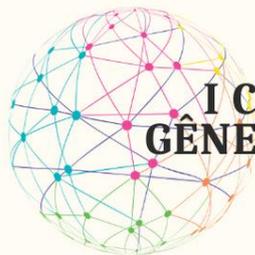
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



História, impulsiona a desvalorização de um conjunto de interações obtidas pelas percepções construídas pelos alunos e alunas em relação ao passado como forma de interpretar o presente. Portanto, é importante destacar a relevância dos livros didáticos de História como objetos de pesquisa. Enquanto elementos curriculares de orientação e difusão de conhecimentos históricos a serem escolarizados, tais livros produzem e difundem representações que, são atravessadas por relações de poder, capazes de moldar e orientar as maneiras de compreender, falar e posicionar-se perante acontecimentos, sujeitos, culturas, comportamentos, instituições e relações sociais no passado e no presente. Nesse sentido, os livros didáticos não configuram narrativas neutras ou inocentes, já que “[...] a história se constitui como uma forma de interpretação e estabelecimento de sentidos para o passado que é sempre mediada pela cultura e interesses do presente, segundo um corpo de regras socialmente autorizadas que orientam as maneiras de ensinar, perceber, julgar, pensar e agir em relação ao passado.” (OLIVEIRA, 2019, p. 8).

Pesquisar as relações de gênero dentro desse material didático é entender como são formadas as feminilidades e as masculinidades de crianças e adolescentes dentro das escolas. Por mais que as pesquisas na área não sejam algo novo, já que esse debate tem precedentes desde a década de 90, faz-se relevante monitorar como esses livros estão sendo construídos esporadicamente, é um exercício regular e permanente de estudo. Para além disso, é uma atividade de defesa de uma educação que respeite a diversidade, permitindo um ensino não discriminatório (SILVA, 2014).

A escolha pelos livros didáticos do projeto mosaico ocorreu porque segundo o guia Digital do PNLD (2017), “Em todos os volumes, a coleção apresenta um importante diferencial no tratamento da história das mulheres, entendidas como protagonistas de lutas e de processos históricos. A obra ainda apresenta intenso trabalho pedagógico com documentos visuais e textuais, destacando o conjunto de informações constantes nos boxes complementares, especialmente Conheça Mais, Fique Ligado e as indicações procedimentais do boxe Passo a passo.” Dessa forma, a coleção apresenta uma proposta original, diante de todas as outras



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



coleções de livros apresentadas pelo Guia PNLD. A coleção toma como base uma organização curricular cronológica linear na apresentação dos conteúdos da disciplina escolar História:

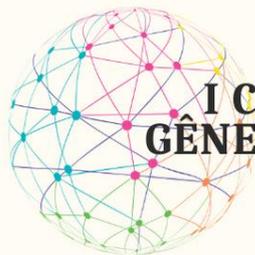
6º ano (304 páginas). Módulo I - Discutindo a História e nossas origens. II - América: primeiros povos e civilizações. III - África: primeiros povos e civilizações. IV - Antigas civilizações da Mesopotâmia e do Oriente Médio. V - As grandes civilizações orientais. VI - A formação do mundo grego antigo. VII - A hegemonia de Atenas e o helenismo. VIII - O mundo romano antigo.

7º ano (328 páginas). Módulo I - O período medieval: sociedade, política e religião. II - A cultura medieval e os bizantinos. III - Do Renascimento comercial e urbano à expansão marítima. IV - Transformações culturais e religiosas na Europa. V - Os Estados europeus e a América colonial. VI - O povoamento e a delimitação da América portuguesa. VII - Povos africanos e o sistema escravista na América portuguesa. VIII - Atividades econômicas no período colonial.

8º ano (320 páginas). Módulo I: Mundo Contemporâneo; a Era das Revoluções. II - Tempo de revoluções e rebeliões. III - A Era Napoleônica e a industrialização. IV - Independência na América ibérica. V - Os centros de poder no Século XIX. VI - África e Ásia: tempos da dominação colonial. VII - A consolidação do Brasil independente. VIII - Brasil e o fim da monarquia.

9º ano (336 páginas) – Módulo I: O nosso mundo. II - O Brasil e a República Oligárquica. III - Os anos pós-Primeira Guerra Mundial. IV - A Era Vargas e o mundo em guerra. V - O mundo da Guerra Fria. VI - América Latina, Ásia e África: soberania e descolonização. VII - O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Internacional. VIII - O Brasil recente. (PNLD História, 2017).

Os conteúdos abordam desde a origem da humanidade até a primeira década do século XXI, contemplando e alternando os processos históricos do Brasil com a História Geral. Como contempla amplo conjunto de conteúdos em seu texto principal, utiliza estratégias e recursos de retomada e de revisão nas atividades e nas seções. Cada volume do Livro do Estudante está organizado em oito módulos e capítulos, compostos por texto central, boxes e seções didáticas. Nas seções didáticas, contemplam-se várias propostas com finalidades distintas, sendo algumas fixas e outras eventuais, a saber: Atividades; Retome; Passo a passo; Trabalhando com Documentos; Lendo Imagem; Saber Fazer; Ponto de Encontro, Jeitos de Mudar o Mundo; Explore Também. Os boxes são diversificados e oferecem informações complementares ao longo dos capítulos, sendo denominados: Conheça Mais, Fique Ligado; Boxes de vocabulário ou explicações breves e você precisa saber.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

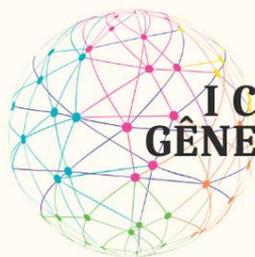


Dentro da formatação do livro didático de História do Projeto Mosaico do 6º ano, apresentam-se inúmeras imagens. Por meio da catalogação foram identificadas cerca de 427 imagens, são mais elementos visuais que a quantidade de páginas contidas, 304 páginas. A historiadora Circe Bittencourt explana a conveniência da utilização das imagens dentro dos livros didáticos, ela afirma que “Ver as cenas históricas era o objetivo fundamental que justifica, ou ainda justifica, a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico” (BITTENCOURT, 1997, pág. 75). Em uma breve análise das imagens catalogadas é possível verificar a presença de diversos sujeitos históricos, em grande maioria produzidos pelas relações de poder. Dessas 427 imagens, 111 apresentam a figura masculina, enquanto apenas 38 imagens apresentam a figura feminina, 47 imagens têm ambas as representações. Levando isso em consideração é importante se fazer algumas perguntas em torno desses dados a fim de identificar as suas disparidades, dessa maneira, a pesquisa compreende a necessidade de saná-las. Porque em determinados capítulos é mais fácil de perceber as mulheres nas imagens? Por outro lado, porque em outros capítulos essa presença é quase inexistente? Há uma variabilidade étnico-racial e de classes sociais nessas imagens? Como as mulheres estão sendo representadas?

Considerações Finais

A análise que está sendo realizada considera os livros didáticos em sua historicidade, considerando suas funções e condições de produção. (CHOPPIN, 2004). Cada um dos livros que compõem o Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental é analisado a partir dos elementos que constituem a organização das obras, considerando a abordagem dos sujeitos históricos femininos em relação com os atores masculinos a partir dos conteúdos, teorias utilizadas e metodologias.

Conforme afirma Louro (2003), a escola é um local atravessado por relações de gênero, sendo que os livros didáticos de História são frequentemente constituídos como a principal fonte de irradiação das interpretações e atitudes de professoras, professores e estudantes diante do passado. A partir de embates e diálogos travados com movimentos sociais é que o Estado



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



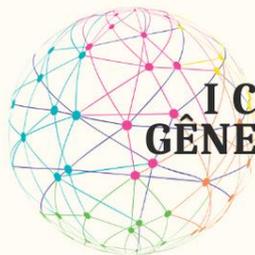
passou a assumir o compromisso educacional de superação dos preconceitos e violências contra as mulheres nas legislações e programas educacionais. Essas formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e ressignificadas, mas também de um sistema de representações, valores e crenças que não é facilmente atingido nos processos oficiais de avaliação dos livros didáticos no Brasil.

Nesse sentido, “Não existe um livro didático perfeito ou ideal, porque as demandas e expectativas sobre ele são muitas e diversificadas. Esse suporte cultural tem atravessado décadas e séculos sem ter sua estrutura seriamente ameaçada, possivelmente porque congrega qualidades e funcionalidades que são valorizadas no âmbito escolar.” (STAMATTO; CAIMI, p. 244, 2016). Analisa-se, portanto, que condenar ou negligenciar a utilização dos livros didáticos não vai resolver os problemas culturais que geram a desigualdade das relações de gênero, mas vai continuar colocando à margem o debate em sala de aula. A pesquisa possibilita a compreensão das dificuldades, limites e desafios que envolvem a transformação de aspectos epistemológicos que estruturam o conhecimento escolar sobre a história das mulheres e das relações de gênero.

Vale salientar que a pesquisa se compromete em comparar os níveis de visibilidade dos segmentos sociais femininos em relação com a presença dos personagens masculinos já consagrados nos livros didáticos, promovendo desta forma uma discussão sobre as representações das relações entre mulheres e homens que estão presentes nas obras didáticas no que se refere às condições de submissão, resistência e protagonismo nos processos históricos. Ademais, alinha-se aos objetivos específicos a investigação se as mulheres e os homens representados como sujeitos históricos nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Pólen, Coleção Feminismos Plurais, 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BRASIL. **Guia PNLD 2017 – História Anos Finais do Ensino Fundamental**. MEC, Brasília, 2016. Disponível em: < < <https://cutt.ly/uk0DAjg>>. Acesso em 11/05/2020.

BRASIL. **Guia PNLD 2017 – Anos Finais do Ensino Fundamental**. MEC, Brasília, 2016. Disponível em: < <https://cutt.ly/jk0DKyS>>. Acesso em 11/05/202.

Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

DALPASSO, Néldi. **História Aprendizagem Prazerosa. Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do Programa PDE**. Marechal Rondon – PR: [s. n.], 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Revista Educação & Realidade. Rio Grande do Sul, 20(2); 101-132, jul./dez. 1995.

MOURA, Miguel; MARINHO, Joseanne. **Uma questão de diferença, não de desigualdade: a análise das relações de gênero incluídas no programa nacional do livro didático (PNLD) na disciplina história**. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Piauí. 2020.

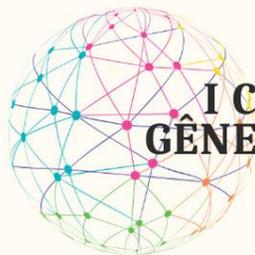
OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, e58426, 2019.

PASSOS, Ana Helena Ithamar; PUCCINELLI, Bruno; ROSA, Waldemir. **As narrativas hegemônicas como normativas excludentes: raça, gênero e sexualidade**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. 08 (ISSN 2448-2773). Sesc São Paulo. 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. **Descobrimo Historicamente o Gênero**. Cadernos Pagu, n.11, p. 89-94, 1998.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala**. São Paulo. Editora Pólen, Coleção Feminismos Plurais, 2019.



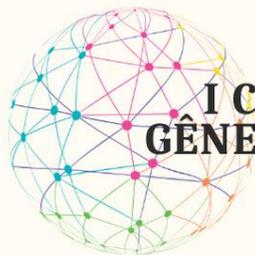
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação & Realidade. Rio Grande do Sul, 20(2); 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Samira do Prado. **As relações de gênero nos livros didáticos de sociologia: uma investigação sobre um livro didático público e um comercial.** Universidade Estadual de Londrina, 2014.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O PROTAGONISMO FEMININO NA NARRATIVA FÍLMICA *STAR WARS*: UM ESTUDO DA PERSONAGEM *REY*

Allana Cristina Sales Meneses

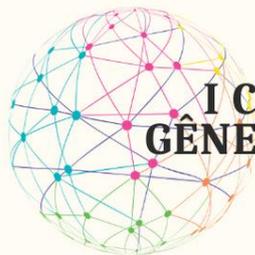
Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí. menesesallana6@gmail.com

Resumo: *Star Wars* é uma saga de ficção científica que ao longo de mais de trinta anos conquistou fãs e espectadores por todo o mundo. A saga reproduz os anseios da sociedade vigente, década por década, e, também, produz novas formas de representação no que diz respeito a personagens femininas. Apesar de conhecermos nomes como Princesa Leia e Padmé, ambas tiveram suas narrativas atravessadas por estereótipos negativos acerca de representações femininas. Por se tratar do gênero ficção científica, ainda notamos uma presença majoritariamente masculina, apesar de novas aparições de heroínas. Mas, foi com o lançamento de *O Despertar da Força* (2015), que a franquia reacendeu o engajamento e interesse do público, além de atrair os olhares da nova geração. Dessa maneira, mais personagens femininas foram elencadas para a nova trilogia, tal como a nova protagonista ser uma mulher. Neste novo filme fomos apresentadas à Rey, que traz consigo o ineditismo do protagonismo dentro do universo *Star Wars*. Rey, é apresentada de maneira complexa e bem construída, ela também está além da superfície representativa que ainda possui estereótipos no que concerne a representação da mulher em narrativas fílmicas de ficção científica. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo analítico sobre a construção da personagem Rey à luz da crítica feminista cinematográfica. O trabalho tem como metodologia o viés da análise audiovisual do filme elencado, assim como uma pesquisa bibliográfica e para apoiar a pesquisa, lançamos mão de autoras como Laura Mulvey (1983) para dialogar sobre a construção da personagem. Como resultado, compreendemos que fazer um estudo sobre a construção de uma personagem feminina dentro desse universo, se faz importante para a percepção de estereótipos negativos que são reproduzidos nessas personagens femininas e que também ainda estão relacionados à mulher e suas representações na sétima arte dentro de produtos culturais de massa.

Palavras-chave: Star Wars. Crítica Feminista. Rey.

Considerações iniciais

O cinema tem como um de seus marcos mais importantes os filmes dos irmãos *Lumière*, em 1895. Com a invenção do cinematografo (que era uma máquina que, ao mesmo tempo funcionava como máquina de filmar e um projetor de cinema), eles fizeram a primeira exibição pública do seu famoso filme “A chegada do trem na estação” de 1896, e com isso o cinema começou a ser explorado de uma nova forma. As produções dos irmãos *Lumière* eram mais voltadas para o registro da vida cotidiana, como se fossem espécies de documentários. Outro



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

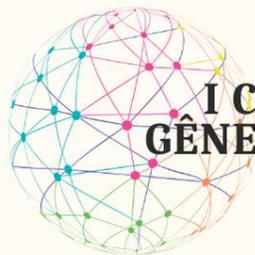


grande nome do cinema na Europa foi *Geoge Mieles* que, além de ser cineasta, era um famoso ilusionista francês. *Mieles* foi um dos responsáveis por desenvolver uma inovação na arte, se utilizando dos seus truques de ilusionismo para desenvolver efeitos especiais nos seus filmes. Foi um grande entusiasta da técnica de *stop-motion* e um dos pioneiros do uso do *storyboard* no cinema.

Com isso, (MARTIN, 2005) dialoga sobre uma linguagem cinematográfica, perpassando pelos caracteres fundamentais da imagem fílmica, expondo também sobre o papel do criador da câmara, os enquadramentos, os elementos fílmicos não específicos, os tipos de planos, de ângulos, tipos de movimento da câmara e as sensações que causam na expectadora (or). Ainda segundo o autor, “a arte esteve, no início, ao serviço da magia e da religião, antes de se tornar uma atividade específica criadora de beleza” (MARTIN, 2005, p. 22). Apoiados nesse conhecimento, inúmeros trabalhos científicos foram feitos, com o intuito de elaborar análises fílmicas. Nos parágrafos seguintes, iremos explicar a abordagem analítica em uma das sagas mais famosas da história do cinema, *Star Wars*.

“Há muito tempo, em uma galáxia muito, muito distante...” é uma das frases mais conhecidas da franquia *Star Wars* que em 1977 estreou nos cinemas com *Episódio IV: Uma Nova Esperança*, o primeiro a ser lançado, porém o quarto, na ordem cronológica. O filme foi o responsável pela maior bilheteria arrecadada naquele ano, totalizando 775.398.007 dólares, possibilitou também que Hollywood saísse da estagnação e marasmo que suas produções apresentavam na época, sendo também classificado como um dos melhores filmes de ficção científica já elaborados. O primeiro filme da franquia ganhou seis, das dez indicações ao Oscar e um globo de ouro. *George Lucas* trouxe uma novidade cinematográfica, que, com a abertura que proporcionada ao público, aumentou a popularidade da saga possibilitando a criação de um universo expandido que se tornou um dos motivos do tamanho sucesso da franquia.

Star Wars trouxe personagens emblemáticos para o cinema como *Darth Vader*, *Leia Organa*, *Luke Skywalker*, *Obi-Wan*, Mestre *Yoda*, *Chewbacca*, *C-3PO*, *R2D2*, *Han Solo*, os *stormtrooper*, além de naves espaciais, sabres de luz, *dark* e *light side* da força, batalhas cheias de efeitos especiais, cenários bem elaborados, figurinos, maquiagem, montagem e cortes que



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

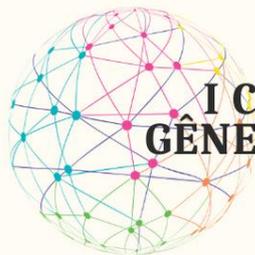


viraram a marca da franquia. A narrativa filmica possui nove filmes, *Episódio IV: A new Hope*, (Uma Nova Esperança), (1977), de J. J. Abrams, *Episódio V: The Empire Strikes Back* (O Império contra-ataca) (1980), *Episódio VI: The Return of the Jedi*, (O Retorno do Jedi), (1983), sendo essa a trilogia inicial, logo em seguida foi produzida a segunda trilogia, *Episódio I The Phantom Manace*, (A Ameaça Fantasma) (1999), *Episódio II: Attack of the Clones*, (O Ataque dos Clones) (2002) e *Episódio III: Revenge of the Sith*, (A Vingança dos Sith), (2005), que nos apresenta o início do enredo já desenvolvido na primeira trilogia. A mais recente e última trilogia da saga é *Episódio VII: The Force Awakens*, (O Despertar da Força) (2015), *Episódio VIII: The Last Jedi* (O último Jedi,) (2017) e *Episódio IX: The Rise of Skywalker* (A Ascensão Skywalker), (2019). Contando ainda com *spin-offs* lançados entre a última trilogia, *Rogue One* (Rogue One: Uma História de Star Wars), (2016) e *Solo: A Star Wars Story*, (Solo: Uma História Star Wars), (2018). Todos os filmes da franquia foram dirigidos por J.J. Abrams.

Mas, foi com o lançamento de *O Despertar da força* (2015), que a franquia reascendeu o engajamento e interesse do público, além de atrair os olhares da nova geração. Neste novo filme somos apresentados à *Rey*, nova personagem e protagonista da saga que traz consigo o ineditismo de uma protagonista feminina dentro do universo *Star Wars*. Diante o exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a construção da personagem *Rey* na nova trilogia de *Star Wars*, apresentando questionamentos sobre como tal construção foi feita e o que a diferencia da personagem *Leia*, já conhecida nas trilologias anteriores. O trabalho tem como metodologia o viés da análise audiovisual do filme elencado, assim como uma pesquisa bibliográfica e para apoiar a pesquisa, lançamos mão de autoras como Laura Mulvey (1983).

Movimento feminista: da teoria para o cinema

Desde a década de 1970, no Ocidente, tanto o movimento feminista, como a crítica feminista, tem abalado o cânone da crítica tradicional ao propor um modelo de análise literária que leva em consideração pontuações até então ignoradas, como o gênero de autoria das obras, o gênero do leitor e as questões relativas ao papel da mulher. Na primeira fase do feminismo, os princípios do movimento aconteceram em uma época em que a mulher que transgredia seu



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

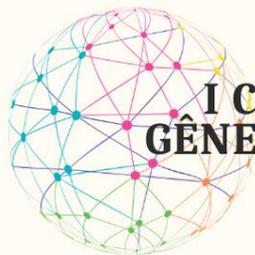
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



papel designado na sociedade, era vista como estranha, louca. Em 1739, *Mary Astell* ironiza a sabedoria masculina, a construção social do sujeito feminino, o poder (masculino) absoluto nos relacionamentos. Já na França, *Marie Olympe Gourges* apresenta a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e em 1792, na Inglaterra, *Mary Wollstonecraft* escreve a Reivindicação dos Direitos da Mulher. Porém, segundo (ZOLIN, 2009), o feminismo organizado só entrou no cenário político da Inglaterra e dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, através do sufrágio feminino que buscava o direito ao voto.

Segundo (PINTO, 2010), anos mais tarde, movimentos políticos e culturais tiveram eventos que foram relevantes para o mundo ocidental. O cenário ideal para a revolta dos movimentos libertários e, principalmente, de luta por causas de identidade. É neste contexto que o movimento feminista reaparece com toda a sua força. Neste ponto, a escritora feminista Tyson (2006) falou sobre a luta feminista que consistia na recusa da divisão tradicional dos papéis sociais entre mulheres e homens, onde elas (es) são oprimidas (os) interseccionalmente pelo falocentrismo. Ainda segundo (PINTO, 2010), foi fundamental para a segunda onda do feminismo resgatar *O Segundo Sexo* (1949), de Beauvoir, nele a autora problematiza e discute a situação da mulher apresentando dados da biologia, o ponto de vista psicanalítico, o ponto de vista do materialismo histórico, também falando sobre a maternidade, dialogando e debatendo sobre mitos e fatos. Porém, é preciso cautela na tentativa de definir o que seja o movimento feminista em seus diversos contextos, (ACSELRAD, 2015) expõe que:

Estabelecer uma definição precisa do que seja o feminismo pode se tornar uma questão difícil, tendo em vista que esse conceito é construído cotidianamente. O movimento feminista, como todos os movimentos, passa por processos de transformação contendo contradições, avanços e recuos. Além disso, há o problema de tratarmos com momentos históricos bastante distintos do nosso, para o qual necessitamos recorrer a fontes bibliográficas em constante processo de revisão. O passado é sempre reconfigurado a partir do presente, e muitas ideias que tínhamos como certas podem sempre ser questionadas, revistas ou mesmo descartadas. É preciso cuidado especial quando dirigimos nosso olhar moderno a épocas em que a própria subjetividade (termo anacrônico quando referido a épocas pré-modernas) era configurada de forma totalmente diversa. (ACSELRAD, 2015, p. 2)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

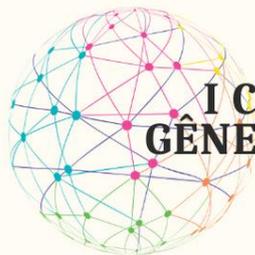
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



De acordo com (TYSON, 2006) os papéis tradicionais de gênero lançam o homem como racional, forte, protetor e decisivo e em contrapartida lançam a mulher como emocional (irracional), fraca, carinhosa e submissa, são estereótipos que são propagados nas artes, na literatura, no social e, também, no cinema. Em concordância com (STAM, 2003), a crítica feminista cinematográfica foi baseada em obras como *Um Teto Todo Seu*, de Virginia Woolf e *Segundo Sexo* que questionavam teorias e estudos majoritariamente masculinos e que enquadravam a mulher como o outro em relação ao homem. Ainda em concordância com (STAM, 2003), em 1972, as primeiras manifestações das ondas feministas na sétima arte foram oriundas com o surgimento dos festivais de Edimburgo e Nova York. Em *Prazer Visual e cinema narrativo*, (MULVEY, 1983) que por um viés psicanalista, desenvolveu sua análise e teoria sobre a mulher enquanto imagem e o homem como detentor do olhar, onde ela analisa filmes como *Vertigo* identificando o tipo de enquadramento do filme (assim como outras questões técnicas cinematográficas) e como esse fato, associado à sua análise psicanalista, explica como o homem é o detentor desse olhar que, o influencia à objetificação da mulher, representadas nas narrativas filmicas. De acordo com (MULVEY, 1983):

O contexto psicanalítico que tem sido debatido neste artigo é relevante para o prazer e desprazer oferecidos pelo cinema narrativo tradicional. O instinto escopofílico (prazer em olhar para outra pessoa como objeto erótico) e, em contraste, a libido do ego (formando processos de identificação), atuam como formações ou mecanismos que moldam estes atributos formais do cinema. A verdadeira imagem da mulher enquanto matéria-prima (passiva) para o olhar (ativo) masculino desenvolve uma análise mais aprofundada do conteúdo e da estrutura da representação, acrescentando uma camada suplementar de significado ideológico exigida pela ordem patriarcal na sua forma cinematográfica favorita – cinema narrativo ilusionista. (MULVEY, 1983, p. 131)

Diante o exposto, podemos notar os desdobramentos do movimento feminista na sociedade, na literatura, no cinema. Desde pensadoras no campo da literatura até críticas feministas cinematográficas, seus questionamentos e contribuições acerca das representações de personagens femininas iniciaram uma trajetória de mudanças no que tange tais



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



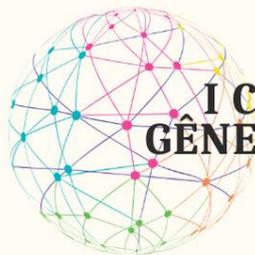
representações no cinema, possibilitando, assim, novos estudos e críticas dentro do universo da sétima arte. (ACSELRAD, 2015) expõe sobre as teorias feministas do cinema, onde:

As análises da teoria feminista do cinema expuseram a influência do passado masculinizado na própria teoria do cinema, existindo vários tipos de identificação do espectador cinematográfico, levando-se em consideração as diversas estruturas narrativas possíveis. A partir da teoria psicanalítica e de suas próprias revisões internas pudemos identificar novas bases para a compreensão do processo de identificação do sujeito, seja homem ou mulher, com a tela. (ACSELRAD, 2015, p. 11)

A importância de *rey*: uma análise da personagem

Star Wars possui um famoso texto introdutório que contextualiza seu público para a história que será reproduzida. Com o *Despertar da Força* (2015) não foi diferente, na introdução, a (o) expectadora (or) é apresenta (o) a Primeira Ordem, uma continuação do Império, Luke Skywalker está desaparecido e sua irmã, agora apresentada como general, Leia está a sua procura. A general lidera os Rebeldes, que conta com o apoio da República. A general enviou seu melhor piloto para uma missão e encontrar um antigo aliado da República que tem uma pista do paradeiro de Luke. E é a partir dessa contextualização que a narrativa começa a desenrolar.

Logo no início de *O Despertar da Força* (2015), somos apresentados a novos personagens como o piloto Poe, o droid BB-8, Finn, um stormtrooper que decidiu não fazer mais fazer parte do lado escuro da força, e o sucessor de Darth Vader, Kylo Ren. Poe acaba sendo capturado por Kylo Ren, pois o piloto sabia sobre o mapa que continha a localização de Luke Skywalker, porém, antes de ser levado para a nave do inimigo, Poe entregou o mapa para BB-8, que fugiu até o deserto de Jakku, onde vive Rey. Na primeira aparição da nova protagonista (imagem superior a esquerda), ela está com seu rosto completamente coberto por panos e um óculos, causando uma expectativa para saber quem é a pessoa por trás da proteção facial. Ainda nos momentos iniciais, percebemos que Rey está dentro de uma nave deteriorada



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



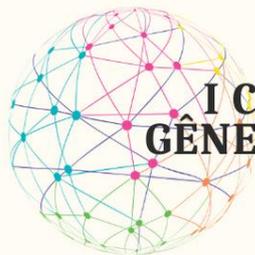
(imagem superior a direita) procurando peças e as juntando para então limpá-las e trocá-las por porções de refeições.



Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015) (1977)

Nesse momento da narrativa fílmica, notamos que em *Jakku* as condições são amplamente precárias, seres humanos e alienígenas não interagem de maneira amigável. Olhando pela ótica de *Star Wars*, *Jakku* é um lugar esquecido tanto pelo Império, como pelos Rebeldes. *Jakku* é um deserto onde as coisas vão para morrer. Repleto de sucatas, o deserto rememora as trilogias anteriores com naves antigas e as criaturas com seus dialetos alienígenas característicos de *Star Wars*. O lugar é comandado por *Plutt*, um alienígena que recebe a sucata recolhida e troca por uma quantidade mínima de porção e até nesse contexto intergaláctico, reconhecemos traços de sociedades patriarcais que seguem padrões sustentados e enraizados através dos tempos. Nas imagens inferiores a esquerda e direita, vemos *Rey* após sair da nave onde estava procurando peças, sendo esse o primeiro contato que temos com o rosto da protagonista, e, em seguida, vemos *Rey* comendo sua porção usando as mãos, sentada ao lar livre, fora de sua casa (uma espécie de nave abandonada). *Rey* foi abandonada ainda criança no planeta deserto e ninguém apareceu para procurá-la ou visita-la. Ninguém foi para levantar dados sobre sua vida ou escrever sua história. Ela estava completamente sozinha.

O ambiente onde a protagonista vive é completamente inóspito (imagens seguintes) e vivendo lá ela tem que agir corajosamente para sobreviver. Contrariando os estereótipos tão



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

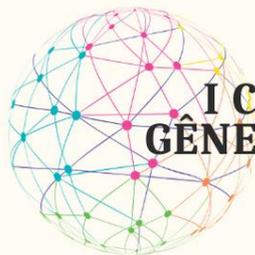


amplamente propagados nas representações de personagens femininas no cinema e diferente das outras personagens de Star Wars, Rey não se tornou uma mulher dependente, ou deixou-se abalar pelas circunstâncias, continuou sobrevivendo pois esperava o retorno dos seus pais, o que, pra ela, seria um resgate tanto do ambiente como de sua própria história.



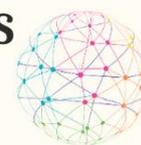
Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015)

Durante toda a saga Star Wars, fomos apresentadas (os) à personagens marcantes e que fazem parte da história do cinema como, Luke Skywalker, Anakin, Obi-One, Han Solo, Mestre Yoda, Darth Vader, Palpatine, C-3PO, R2D2 e todos eles exerceram papéis importantes no desenrolar de suas narrativas. Todavia, quando nos perguntamos quem são as mulheres de Star Wars, os nomes Princesa Leia e Padmé Amdala nos vem em mente, porém apenas esses. Leia, que na trilogia dos anos 1970, era representada com ações rápidas, sem muitas falas e que estava lá para ser resgatada e ser um tipo de suporte para Luke e Han Solo, em O Despertar da Força (2015) aparece mais profunda, com espaço para detalhamento dos seus conflitos internos. É notória a mudança como a personagem é apresentada na nova trilogia. Entretanto, embora devemos levar em consideração a época em que as trilogias anteriores foram produzidas, a escassez de personagens femininas marcantes se torna gritante.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

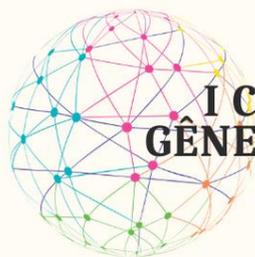
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015)

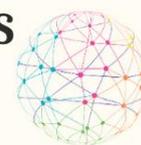
O que diferencia *Rey* das personagens previamente mencionadas é justamente a forma como ela é construída dentro da narrativa. Nos *frames* acima, na imagem superior à esquerda, vemos o primeiro contato de *Rey* com *BB-8*, que foi capturado por um alienígena durante a sua fuga. *Rey* discute com o alienígena e tira *BB-8* da armadilha. Ao examinar o *droid*, a personagem diz que a antena dele está quebrada e a conserta. O *droid* pede ajuda para encontrar seu dono e na primeira tentativa *Rey* argumenta que não ficará com ele e aponta para a cidade, mas depois muda de ideia e declara que *BB-8* ficará com ela apenas por uma noite. O que nos chama atenção é que apenas *Rey* entende o que *BB-8* “fala”, característica que foi designada apenas para *Luke* e *Poe*, donos de *droids*.

Na imagem inferior à esquerda, inicia-se eventos que mudarão a vida de *Rey* para sempre. Ao encontrar-se com *Plutt* para receber sua porção diária, leva *BB-8* consigo. *Plutt*, ao ver o *droid* fica muito interessado e oferece uma quantidade incrivelmente alta de porções, *Rey* fica tentada ao ver o que foi ofertado, mas depois rejeita e fica apenas com a porção equivalente à peça que levou, *Plutt* então envia seus capangas para capturarem *BB-8*. A cena acontece concomitante a chegada de *Finn* a *Jakku*, enquanto ele estava em busca de água, os bandidos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

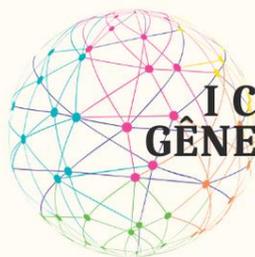


enviados por *Plutt* atacam *Rey* para capturar o *droid*, porém quando *Finn* corre em auxílio, a protagonista já havia derrotado os vilões e recuperado *BB-8*. Com essas cenas, podemos notar a autonomia e complexidade que foram trabalhados na personagem, *Rey* é apresentada como uma sobrevivente que não se deixou abalar com as circunstâncias, tornando-se uma mulher valente e justa.



Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015)

O enquadramento da câmera é outro detalhe muito importante para a análise de *Rey*, pois além da nova estrela da saga ser uma mulher, a maneira como ela é apresentada e focada pela câmera é crucial. Nos frames acima nota-se que o enquadramento da câmera não busca focar em partes específicas do corpo, o que levaria a uma sexualização da personagem, episódio que aconteceu com *Leia* na trilogia dos anos 1970. Na imagem superior a esquerda, *Finn* conta para *Rey* que faz parte da Resistência e logo em seguida stormtroopers chegam a *Jakku* para capturar *BB-8*. *Finn*, ao vê-los segura a mão de *Rey* para correrem juntos, *Rey* prontamente argumenta: “O que você está fazendo? Eu sei correr sem segurar na mão”. Logo em seguida, ambos fogem até a nave *Millenium Falcon* (imagem superior a direita), considerada sucata em *Jakku*, para escapar dos stormtroopers. *Rey* então pilota a nave e, com isso, além de conduzi-los para longe



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

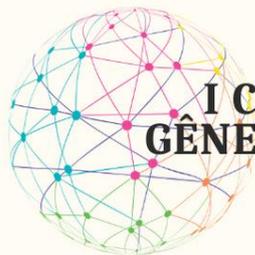


de *Jakku* (imagem inferior a esquerda), torna-se a primeira mulher de *Star Wars* a pilotar uma das naves mais importantes da saga. Apesar de nunca ter pilotado antes, fica subentendido que *Rey* conhecia suas funcionalidades por ter passado sua vida recolhendo peças em *Jakku*.

A personagem *Rey* iniciou um processo de desconstrução de papéis tradicionais de gênero no cinema e traz para a *Star Wars* novas possibilidades de representações femininas no universo de ficção científica, com uma personagem complexa, que possui sentimentos e desejos trabalhados na narrativa filmica. O figurino da protagonista também demonstra seu diferencial, como apresentado nos frames anteriores, as roupas que *Rey* condizem com sua realidade, vivendo em um deserto tendo que sobreviver a condições não favoráveis.

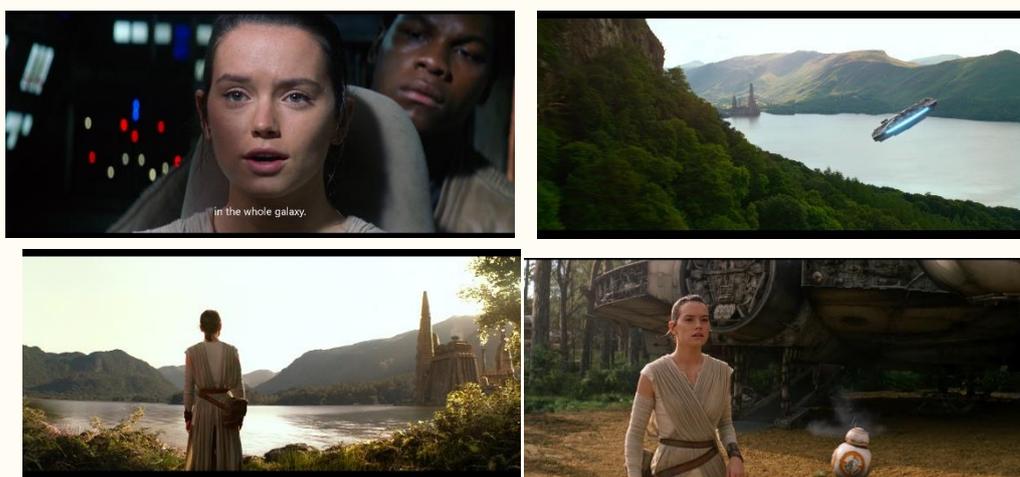
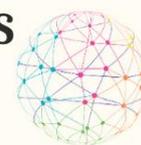
Outra cena elencada para análise foi a que *Rey* salva *Finn* do monstro *Rathtar*, que *Han Solo* mantinha em sua nave (imagem inferior a direita). Após escaparem dos *stormtroopers* em *Jakku*, *Rey* e *Finn* são capturados por uma outra nave que imaginam ser a Primeira Ordem, contudo, se deparam com o antigo dono da *Millenium Falcon*, *Han Solo* e seu fiel amigo *Chewbacca*. Alguns eventos acontecem até que *Finn* é capturado por um dos *Rathtars* e *Rey* o salva, mostrando que usa sua capacidade lógica para resolver problemas e tomar decisões. Com isso, temos mais um exemplo da capacidade da personagem de lidar com máquinas e artefatos tecnológicos e usar sua lógica para desenvolver o plano para salvar outros personagens.

Rey também é uma personagem que expressa seus sentimentos de forma única e sutil. Ao escapar dos *Rathtars* e ajudar *Han* a resgatar sua nave, eles vão para um outro planeta para pedir ajuda a uma velha amiga de *Han Solo*. Na cena, (imagem superior à esquerda) *Rey* está na função de copiloto e, ainda na mesma cena, conseguimos notar seus sentimentos, quão encantada a protagonista estava ao visitar outro lugar. Quando chegam nesse novo planeta, se admira com a paisagem, com o verde de todo um ecossistema que nunca viu antes.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

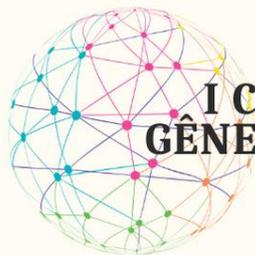


Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015) (UmNEsperanc77)

Nas imagens seguintes (segunda inferior a esquerda, primeira e segunda a direita), é notória as diferentes maneiras em que esses sentimentos inebriados são passados para o público através da personagem. Vemos *Rey* contemplando a paisagem de maneira sensível, real, emotiva. Percebemos outro exemplo da complexidade que é dada a personagem, tendo ela a possibilidade de apresentar-se de várias formas.



Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015)



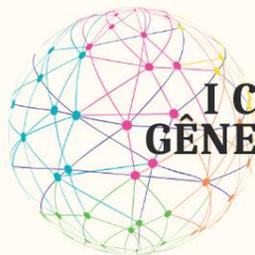
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Na cena superior à esquerda, temos o diálogo entre *Han* e *Rey* após chegarem ao planeta. *Han Solo* entrega um *blaster* para a personagem, porém ela diz que consegue se virar sozinha, como resposta, *Han* diz: “Eu sei, por isso estou te dando ele”. *Rey* aceita o presente e depois *Han* a oferece um emprego, ser uma tripulante da *Millenium Falcom*. A princípio, *Rey* anima-se com a ideia e devaneia por um momento essa nova possibilidade, porém muda de ideia e recusa o convite, pois não pode deixar *Jakku* até o retorno de seus pais. Nesse trecho do filme, temos outro exemplo da complexidade da personagem, sua construção enquanto heroína protagonista de *Star Wars*. Não a vemos em uma posição secundária, mas descobrindo sobre sua origem e sua história no decorrer da narrativa fílmica.

Outra nova personagem é apresentada, *Maz*. Dentro do seu estabelecimento, temos a sensação nostálgica do universo *Star Wars*, com as criaturas e ambiente característicos da saga. Durante o encontro do trio com *Maz*, *Rey* ouve vozes que a intrigam e resolve segui-las. A protagonista se depara com imagens distorcidas do seu passado sem conseguir identificar quem são as pessoas que estão a chamando. Percebe que a força vem de um baú, e, ao abri-lo, encontra o sabre de luz de *Luke*. Nesse momento, *Maz* a encontra e explica sobre a origem do sabre, também fala que ele está chamando *Rey*. A protagonista, sem entender, fala que não pode pois estava preparada para retornar a *Jakku*. Então, *Maz* fala “Percebo em seus olhos, querida. As pessoas que você está esperando em *Jakku*, não retornarão. A resposta que você procura não está no seu passado, mas no seu futuro. Eu não sou uma *Jedi*, mas conheço a Força” (imagem superior à direita). Até aqui, ainda existe um mistério a respeito do passado de *Rey*, quem são seus pais, por que ela foi deixada em *Jakku* e porque existe muita Força nela. Ainda na mesma cena, podemos comparar *Maz* com o papel do Mestre *Yoda* nas sagas anteriores. A personagem, naquele momento, interpreta o papel de mentora de *Rey*, aconselhando-a a aceitar o sabre de luz e aceitar que as pessoas do seu passado jamais retornarão. *Maz* também explica para *Rey* sobre a Força, que até então não foi trabalhada em personagens femininas em *Star Wars* da mesma maneira que com *Rey*. Temos o exemplo da Princesa *Leia*, mas a Força nela foi representada como um tipo de intuição que a personagem sentia.

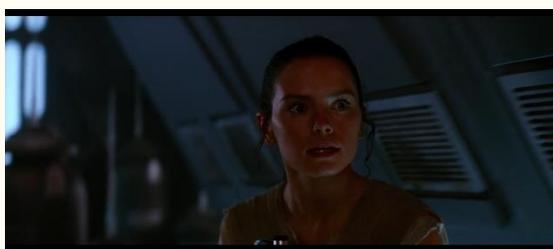


I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

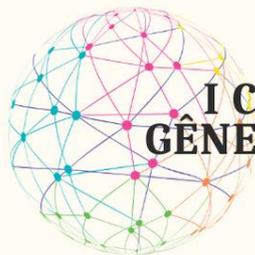


Na cena inferior à esquerda, temos umas das cenas mais importantes de *Rey. Kylo Ren*, o sucessor de *Darth Vader*, usa seu poder da mente para obter a informação que tanto procura, mas *Rey* demonstra resistência a tortura do vilão. Mesmo diante de um perigo, quando *Kylo* tenta extrair de sua mente as informações sobre o mapa do *Skywalker*, *Rey* fez diferente quando disse: "Eu não vou te dar nada!", logo em seguida ela se ouviu dizendo claramente. Você está com medo. Que você nunca seja tão forte quanto *Darth Vader*!" Na cena inferior à direita, além de conseguir escapar da tortura mental de *Kylo Ren*, *Rey* consegue usar o *Mind Trick*, habilidade que foi eternizada por *Obi-Wan*, para convencer um *stormtrooper* a soltá-la e assim conseguir escapar da Primeira Ordem. Essa é uma das partes mais importantes do filme porque, além do universo de ter pela primeira vez uma personagem feminina que tem e usa a Força, temos uma protagonista bem desenvolvida e construída, vemos mais uma vez a importância de *Rey*.



Fonte: cenas de Star Wars, Episódio VII: O Despertar da Força (2015)

Outra mudança importante que a personagem trouxe foi a de uma mulher que não precisa ser resgatada. Em vários gêneros filmicos, nos deparamos com estereótipos a cerca da representação feminina, da mulher como ser ingênuo, superficial, isenta de complexidade, a mulher em função dos personagens masculinos, personagens secundárias, sem profundidade



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

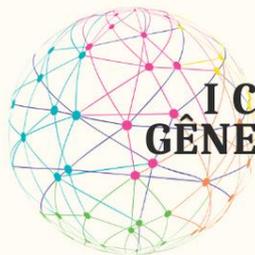


em sua narrativa, entre outros. *Rey em O Despertar da Força* (2015), com a sua experiência em *Jakku*, não se tornou vítima das circunstâncias, defendeu a si mesma e seus amigos, mostrou que uma heroína dentro do universo de ficção científica pode ser isenta de estereótipos para protagonizar sagas famosas. Na imagem superior à esquerda, é o momento em que após escapar usando o *Mind Trick*, *Rey* escala uma das paredes da nave da Primeira Ordem conseguindo assim encontrar *Han Solo* e *Finn*, que entraram na nave para resgatá-la.

Na imagem superior à direita, temos uma outra parte importante na trajetória de *Rey* e um dos momentos mais dramáticos de *O Despertar da Força* (2015), a luta entre *Kylo Ren* e *Rey*. Durante a batalha, *Finn* é o primeiro que utiliza o sabre de luz de *Luke* para duelar com *Kylo Ren*, porém, ele fica gravemente ferido e solta o sabre de luz. *Kylo Ren* usa sua Força para puxar o sabre, mas se surpreende ao ver que a arma foi para as mãos de *Rey* ao invés disso. Logo em seguida, ambos duelam e *Kylo* esperando encontrar fraqueza em *Rey*, encontrou força. *Rey* venceu a luta. Na imagem inferior à esquerda, temos o reencontro de *Rey* com a General *Leia* após os acontecimentos anteriores, tanto os sentimentos de *Leia* como os de *Rey* são percebidos e a solidariedade de ambas é evidente, contrariando outros estereótipos que propagam a rivalidade feminina, *Leia* acolheu *Rey* mesmo sendo nessa cena a primeira onde as duas personagens se encontraram pela primeira vez. Na cena inferior a direita, *Rey* já está com um novo figurino e pilotando a *Millenium Falcon*, vai em busca de *Luke Skywalker* para seu treinamento *Jedi*.

Com base na análise feita e nas imagens elencadas para alimentar esse trabalho, pondera-se que a maneira como *Rey* foi construída e representada, não instiga o que já dialogava (MULVEY, 1975), para ela existem três tipos de olhares no cinema narrativo, o das personagens se entreolhando, o da câmera e o olhar do espectador, sendo esse último já influenciado pelo anterior. Com *Rey*, toda essa questão do olhar e da mulher como objeto não é reforçada. Contudo, faz-se importante enfatizar que:

Esta complexa interação de olhares é exclusiva do cinema. O primeiro golpe contra a acumulação monolítica de convenções tradicionais no cinema (já empreendido por realizadores radicais) é libertar o olhar da câmara em direção à sua materialidade no tempo e no espaço e o olhar do público em direção à



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



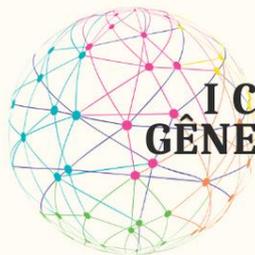
dialética e a um desprendimento apaixonado. Não há dúvida de que esta estratégia destrói a satisfação, o prazer e o privilégio do ‘convidado invisível’, destacando a maneira como o cinema tem dependido de mecanismos voyeuristas ativos/passivos. As mulheres, cuja imagem tem sido continuamente roubada e usada para tal fim, não podem ver o declínio do cinema tradicional com nada mais do que uma ligeira nostalgia sentimental. (MULVEY, 1975, p. 132).

Considerações finais

Star Wars é uma saga de ficção científica que ao longo de mais de trinta anos reproduz os anseios da sociedade vigente e, também, produz novas formas de representação no que diz respeito a personagens femininas. Por se tratar do gênero ficção científica, ainda notamos uma presença majoritariamente masculina, apesar de novas aparições de heroínas. Portanto, fazer um estudo sobre a construção de uma personagem feminina dentro desse universo, se faz importante para a percepção de estereótipos negativos que são reproduzidos nessas personagens femininas e que também ainda estão relacionados à mulher e suas representações na sétima arte dentro de produtos culturais de massa.

Quando uma franquia como *Star Wars* estreia uma mulher como personagem principal, sem confirmações de estereótipos no que tange sua representação como heroína, interesses românticos como único objetivo durante a narrativa, com roupa adequadas e otimizadas para combate, que pilota naves espaciais e combate vilões, e cujo propósito central não é ser um interesse amoroso, é um grande negócio. Assim, uma forte liderança feminina em uma ficção científica – onde mulheres ainda estão sob véus invisíveis - não apenas quebra estereótipos femininos negativos e conceitos patriarcais, mas também inicia representações mais adequadas de gênero.

O objetivo desse trabalho foi analisar a construção da personagem *Rey* sob luz da crítica feminista cinematográfica que desafia e critica representações femininas no cinema. Diante o exposto, tivemos como resultado a representação de *Rey* com uma nova perspectiva no cinema. Não houve uma sexualização da protagonista com closes e figurinos sexualizando seu corpo, foi uma personagem complexa, mostrando seus sentimentos, porém não vitimizandose pelas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



circunstâncias. *Rey* é uma personagem com construção completa que possibilita novos caminhos para a saga.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Marcio. **A teoria feminista vai ao cinema: configurações e reconfigurações do feminino na tela.** Vozes e Diálogo, v. 14, n. 01, 2015.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica.** Dinalivro: Portugal. 2005.

MULVEY, Laura et al. **Prazer visual e cinema narrativo.** A experiência do cinema: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, p. 437-453, 1983.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminino, História e Poder.** Rev. Sociol. Polít, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

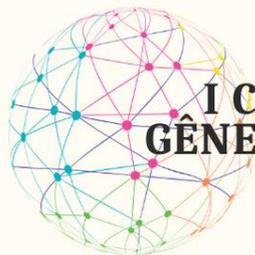
SHOWALTER, Elaine. **Feminist Criticism: Essays on Women, Literature Theory.** Pantheon Books: New York. 1985.

STAM, R. **Introdução à teoria do cinema.** Campinas: Papyrus, 2003.

STAR WARS: O DESPERTAR DA FORÇA. J.J. Abrams, Lawrence Kasdan, Michael Arndt, Geoge Lucas. Estados Unidos da América: The Walt Disney Company, LucasFilm Ltd, 2015. 135 min, sonoro.

TYSON, Lois. **Critical Theory Today.** Routledge: New York. 2006.

ZOLIN, Lúcia Ozana. **Crítica Feminista:** In: BONICCI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Ozana. Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2006.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



PERSPECTIVAS DA ESCRITA FEMININA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA: ESTUDOS EM GEOGRAFIA E GÊNERO.

Leyany Andressa Pereira de Matos

Universidade Estadual do Piauí, Discente do Curso de Licenciatura em Geografia, 4º período.
dressamathos@gmail.com

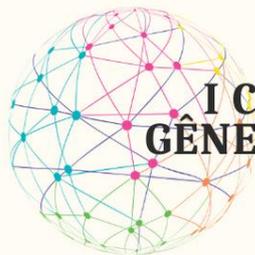
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Universidade Estadual do Piauí, Docente do Curso de Licenciatura em Geografia,
Doutora em Geografia. elisabethmary@cchl.uespi.br

Jorge Martins Filho

Universidade Estadual do Piauí, Docente do Curso de Licenciatura em Geografia,
Doutor em Geografia. jorgemartins@cchl.uespi.br

Resumo: As diferentes correntes do pensamento geográfico abordam em seu conjunto teórico-metodológico, na medida em que o conhecimento científico avança diferentes formas de se compreender a relação de produção do espaço geográfico, seu objeto de estudo. Nestes estudos e concepções ressalta-se a perspectiva da elaboração deste conhecimento predominantemente na ótica masculina, o que leva a questionamentos relacionados à participação feminina na produção geográfica, buscando elementos na relação entre Geografia e Gênero. Deste modo, o mote desta investigação se estabeleceu na premissa do estudo para conhecimento relacionado à participação/contribuição feminina neste contexto. O objetivo desse trabalho se constituiu em conhecer as perspectivas que concerne à escrita feminina no conjunto da produção científica da Geografia visando contribuir para a discussão das questões de gênero no contexto da produção do conhecimento geográfico. A metodologia empregada foi exclusivamente a pesquisa bibliográfica, através da leitura principalmente de livros, artigos e trabalhos acadêmicos relacionados à temática, considerando o caráter da pesquisa, a partir de autores como Silva (2003, 2009), Medeiros (2008), Silva *et al.*, (2009), Veleza da Silva (2013, 2016), Rossini (2014), Castro (2015), Silva, César e Pinto (2015), Reis (2015), Nabozny e Ornat (2009), Campos e Rodrigues (2018), dentre outros. Em estudo preliminar identificou-se pelo menos 7 (sete) perspectivas que enfocam a participação/contribuição feminina na produção científica da Geografia, a saber: 1 – Narrativa feminina sobre Geografia a partir das obras escritas por mulheres; 2 – Participação e/ou discriminação em relação à ocupação de espaços pelas mulheres na vida e no trabalho na sociedade; 3 – Debates epistemológicos sobre a questão de gênero envolvendo a vivência/leitura do espaço por homens e mulheres; 4 – Presença da mulher nos textos escolares geográficos; 5 – Discussão de Gênero no Ensino de Geografia; 6 – Geografia feminista ou movimento feminista na Geografia; e 7 – Abordagem feminina sobre o espaço representado na literatura ficcional. Neste sentido, se verificou diferentes e profícuas perspectivas envolvendo a participação feminina, cada uma com suas especificidades teórico-metodológicas, consubstanciando a discussão de gênero na produção científica geográfica.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Palavras-Chave: Conhecimento geográfico. Questões de Gênero. Geografia e Gênero.

Introdução

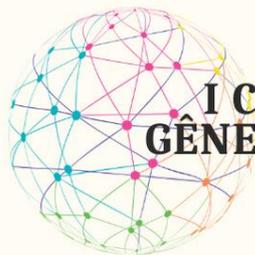
A Geografia enquanto ciência que se ocupa de analisar, estudar e interpretar as transformações ocorrentes no espaço, sejam estas advindas da dinâmica natural do planeta, tem na sociedade o meio pelo qual surgiu, se desenvolveu e tem se conformado nos estudos decorrentes.

É uma ciência dinâmica, pois possibilita diversas abordagens sob a perspectiva de quem a desenvolve e em função de interesses diversos. Dentre os diversos temas e abordagens, a Geografia Feminista vem chamando atenção pela abertura de novos debates e instigando novas críticas, novos olhares e novos questionamentos. A geógrafa e pesquisadora Joseli Silva, afirma que “[...] ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina.” (SILVA, 2003, p. 32).

É seguindo tal linha de pensamento que se faz presente a necessidade de se elencar a participação feminina no processo de produção científica de Geografia. Para isso, este trabalho tem como objetivo conhecer as perspectivas que concerne à escrita feminina no conjunto da produção científica da Geografia, visando contribuir para a discussão das questões de gênero no contexto da produção do conhecimento geográfico.

Para o desenvolvimento da pesquisa acerca das perspectivas da escrita feminina na produção científica em Geografia, a metodologia utilizada foi principalmente a pesquisa bibliográfica, através da leitura especialmente de livros, artigos e trabalhos acadêmicos relacionados à temática. Alguns autores referenciados e com ideias compartilhadas no atual trabalho foram: Tuan (1982, 1983), Corrêa (2000), Silva (2003), Rocha (2007), Silva *et al.*, (2009), Velda da Silva (2013), dentre outros.

O pensamento geográfico, as correntes filosóficas e os fundamentos da geografia humanista: breves considerações



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



É necessário que se faça um breve apanhado histórico sobre a evolução do pensamento geográfico e as correntes filosóficas antes de dar início ao tema Geografia e Gênero, de fato; pois, para compreender alguns conceitos e pensamentos atuais é preciso ter uma noção básica de como a Geografia se modificou e evoluiu ao longo da história.

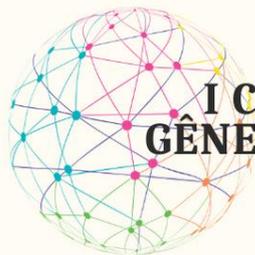
Em 1870, na Alemanha, a Geografia surgiu como uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias, o que, posteriormente, também ocorreu na França. Foram as obras de Alexandre Von Humbolt e de Carl Ritter, na Alemanha e de Paul Vidal de La Blache, na França, que contribuíram para a evolução da história do pensamento geográfico.

Com seus fundamentos alicerçados nas ideias positivistas de Augusto Conte, que influenciaram efetivamente a ciência geográfica e contribuíram para legitimar o conhecimento científico nessa área, foi que a Geografia Tradicional adotou o método científico desenvolvido através da observação, da descrição e da classificação dos fatos, restringindo-se aos aspectos visíveis e mensuráveis do estudo.

Essa postura contribuiu para uma descrição compartimentada do quadro natural e humano, eliminando qualquer relação entre eles. Dessa forma, a Geografia não se preocupava com a análise das relações sociais, mas com o estudo dos aspectos visíveis e dos fenômenos mensuráveis.

As principais limitações da Geografia Tradicional derivam da ausência de reflexão a respeito do contexto político-epistemológico em que aflorou, resultando em uma abordagem dos elementos naturais em si mesmo, como se a localização e descrição da natureza não tivessem um significado próprio para a sociedade.

Podemos, ainda, destacar nesse período, a contribuição de Friedrich Ratzel para o desenvolvimento da ciência geográfica. Teórico clássico e precursor da Geopolítica, Ratzel enfatiza os estudos geográficos sobre o ser humano a partir do ponto de vista biológico, não podendo ser visto fora das relações de causa e efeito que determinam as condições de vida no meio ambiente.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Nessa corrente do pensamento geográfico, o debate sobre o objeto da ciência e sua identidade foi valorizado pela adoção dos conceitos de paisagem e região alinhados à uma base positivista, ou seja, na realidade o conceito de espaço não foi valorizado neste período.

Neste momento, segundo Corrêa (2000, p. 17):

O espaço, em realidade, não se constitui em um conceito-chave na geografia tradicional. Contudo, está presente na obra de Ratzel e Hartshorne, ainda que, como no caso do segundo, de modo implícito.

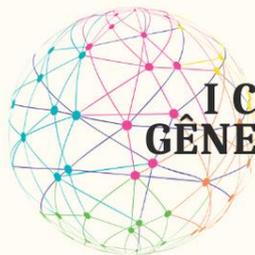
O espaço em Friedrich Ratzel é visto, segundo Moraes (1990), como base indispensável para a vida humana e é assim, através de sua obra Antropogeografia, que Ratzel desenvolve os conceitos de território e espaço vital, tão importantes para a compreensão do espaço a partir da política.

Em 1950, a partir da Revolução Teorético Quantitativa, a Geografia se baseou no positivismo lógico e passou a valorizar o raciocínio hipotético-dedutivo consagrado, no momento, como o mais apropriado para a criação de modelos de quantificação análogos aos das ciências naturais. Esse é um momento de transformações no cenário das ciências, uma vez que se observa o desencadeamento de um conjunto de avanços tecnológicos e científicos nas mais diversas áreas do saber, impactando diretamente o modo de se conceber ciência.

Essa nova forma de conceber a Geografia, não tem a capacidade de romper com as características da Geografia Tradicional, privilegiando o positivismo lógico e partilhando de seus fundamentos teóricos e filosóficos.

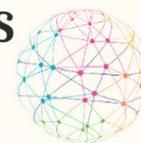
Segundo Azevedo e Barbosa (2011, p. 3-4), a Geografia possuía como características fundamentais

[...] o emprego da linguagem matemática; desenvolvimento de aporte técnico e de metodologias derivadas das ciências exatas; larga utilização de tecnologias computacionais; neutralidade científica e imparcialidade do pesquisador ao seu objeto e predomínio da abordagem espacial.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



No entanto, no âmbito dessa corrente geográfica, o espaço é considerado sob a forma de planície isotrópica como “[...] construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo e representação matricial onde o espaço pode ser representado por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo” (CORRÊA, 2000, p. 22). Dessa concepção derivariam propostas de análise locacional com base nos temas movimentos, redes, hierarquias. Ambas constituindo-se meios operacionais para um melhor conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais. Neste aspecto podemos perceber uma valorização do conceito de espaço a partir de uma racionalidade econômica de sua utilização.

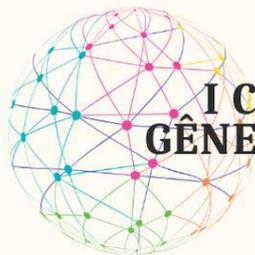
É importante salientar que pela primeira vez a Geografia passa a ser considerada como ciência social a partir da valorização do conceito de espaço, porém

Trata-se de uma visão limitada de espaço, pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegados a um plano secundário (CORRÊA, 2000, p. 22-23).

Ao final da década de 1960 e início da década de 1970, os países capitalistas avançados experimentaram o agravamento das tensões sociais, fruto do grande desemprego, dos problemas com habitação, da luta pelos direitos civis e das questões raciais. Essa crise fez emergir uma outra tendência interpretativa da sociedade que são os movimentos denominados críticos, marxistas ou radicais.

É nesse período que podemos observar um amplo movimento de concepções filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas inicialmente, por Karl Marx e Friedrich Engels representada por um conjunto de ideias onde a vida social é interpretada conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico e de seu sistema produtivo.

Pautada no materialismo histórico e na dialética, a Geografia Crítica busca romper com todas as correntes do pensamento geográfico desenvolvidas até aqui. Criada no seio dos países capitalistas,



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, propôs um modelo e análise espacial integrando os processos espaciais e sociais.

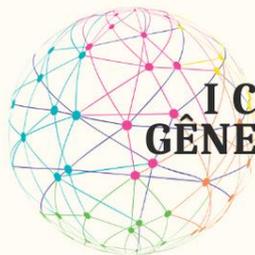
O desenvolvimento da análise do espaço no âmbito da teoria marxista deve-se pelas acentuadas contradições sociais e espaciais desenvolvidas nos países centrais e periféricos, devido o desenvolvimento da crise geral do capitalismo durante a década de 1960. Crise que transformou o espaço produzido em receptáculo de múltiplas contradições espaciais, suscitando a necessidade de exercer maior controle sobre a reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais.

Corrêa (2000) entendeu que na concepção marxista, o espaço aparece efetivamente a partir da obra de Henri Lefébvre: *Espacio y Política*, na qual argumenta que o espaço desempenha um papel decisivo na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Desse modo:

[...] o espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). [...] o espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo [...], ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2000, p. 25).

Destacamos, também, a vasta contribuição de Milton Santos com estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação sócio-econômica. Na realidade, o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do processo de existência e reprodução social.

Segundo Santos (2008), as categorias analíticas do espaço geográfico são estrutura, processo, função e forma, que devem ser consideradas em suas relações dialéticas, onde a forma é o aspecto visível, exterior, a função, uma tarefa, atividade desempenhada pelo objeto criado, a forma. A forma e a função devem ser inseridas na estrutura social para que possamos compreender a natureza histórica do espaço e, finalmente, os processos que são definidos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



como as ações desenvolvidas pela sociedade no ato de criar as formas espaciais que atendam às suas necessidades.

Também em 1970, se fez presente o surgimento da Geografia Humanista e Cultural, esta tem como base filosófica a fenomenologia e o existencialismo; valoriza as experiências, sentimentos, intersubjetividade e compreensão das pessoas sobre o meio ambiente em que habitam. Para Holzer (2008, p. 140) “[...] o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as essências da estrutura perceptiva.”

Vivencia-se um novo modo de pensar a Geografia, sob o qual a natureza, a sociedade e a cultura são refletidas como fenômenos complexos em que as respostas são obtidas a partir de experiências que se apresentam conforme o sentido que as pessoas dão à sua existência.

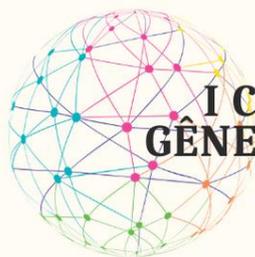
Para Corrêa (2000, p. 30),

[...] a Geografia Humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular, e não o particular, ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.

Destacam-se os trabalhos de Yi Fu Tuan e Anne Buttimer, que possuem importante papel na constituição da Geografia Humanista, tendo em vista o enorme debate sobre questões sociológicas na Geografia, desenvolvendo ideias do ponto de vista filosófico e considerando o existencialismo e o fenomenologismo.

É nessa linha de pensamento que a Geografia Humanista é definida a partir de bases teóricas onde são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, enfim, a compreensão das pessoas sobre o meio que habitam, buscando a compreensão e a valorização desses aspectos.

A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982, p.145).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



O conceito de lugar passa a ser valorizado a partir da vivência e experiência e a noção de espaço vivido é considerado o mais importante, definia-se, assim, uma orientação humanista para a Geografia.

Para Tuan (1983, p. 83) “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Espaço e lugar se relacionam, existem três tipos principais de espaços “o mítico, o pragmático e o abstrato”, espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, lugar é mais concreto que espaço (TUAN, 1983, p.19).

Seria o momento de se fazer uma leitura de todos os temas geográficos a partir da construção do conhecimento científico procurando na filosofia um ponto de vista para a avaliação dos fenômenos humanos. Neste sentido o quadro apresenta de forma sucinta as principais correntes do pensamento geográfico, seu recorte temporal e a abordagem metodológica de análise predominante neste contexto.

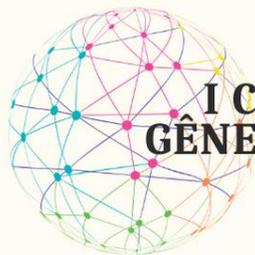
Quadro 1 – Pensamento geográfico e abordagem metodológica

Corrente	Período	Abordagem / Análise
Geografia Tradicional	(1870-1950)	Positivismo e historicismo
Geografia Teorético-Quantitativa	(1950)	Positivismo lógico
Geografia Crítica	(1970)	Materialismo histórico e dialético
Geografia Humanista	(1970)	Fenomenologia e existencialismo

Fonte: Corrêa, 2000. Organizado pelos autores, 2020.

Assim, perpassa-se pelas diferentes correntes do pensamento geográfico trazendo em seu arcabouço na medida em que o conhecimento científico avança diferentes formas de se compreender a relação de produção do espaço geográfico, reconhecidas através da Geografia Tradicional, Teorético Quantitativa, Crítica e Humanista Cultural, sem deixar de se considerar os desdobramentos ou outras concepções intrínsecas ou relacionadas que se desenvolveram ao longo da transformação do pensamento geográfico.

Na sequência cabe destacar o desenvolvimento da Geografia no que concerne à relação com as questões de gênero.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Gênero e geografia: perspectivas femininas na produção geográfica

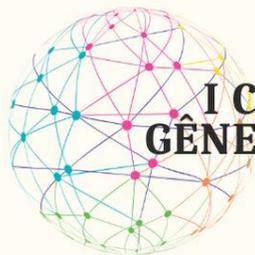
Deste modo, pôde-se identificar preliminarmente a partir do estudo realizado 7 (sete) perspectivas que envolve a participação e/ou contribuição feminina na produção científica da Geografia, a saber:

1. Narrativa feminina sobre Geografia a partir das obras escritas por mulheres – pensamento sobre espaço geográfico tanto na dimensão teórica como aplicada na ótica feminina, podendo-se inserir nesta perspectiva conforme Silva *et al.* (2009, p. 39) a “[...] presença feminina nas estruturas organizacionais da academia na área de Geografia [...]” e a “[...] produção científica brasileira, observando tanto o perfil feminino de elaboração intelectual, quanto os temas relativos às relações de gênero ou mulheres”, eixos norteadores do estudo destes autores. Para esta perspectiva Silva, César e Pinto (2015, p. 199) em seu estudo sobre Gênero e Geografia brasileira concluem que “[...] no campo científico geográfico brasileiro de que o gênero não fez parte da análise geográfica pelo apego à tradição epistemológica e não pelo fato de que mulheres não sejam seres espaciais”.

2. Participação e/ou discriminação em relação à ocupação de espaços pelas mulheres na vida e no trabalho na sociedade – agregando aspectos como a expressiva quantidade de lares chefiados por mulheres, a questão das diferenças de oportunidades de empregos e de salários no mercado de trabalho tanto no espaço urbano como no rural (SILVA, 2007), incluindo a exploração ou opressão a que estas estão sujeitas. Neste aspecto Reis (2015, p.30) em sua análise da questão verificou

[...] que o enfoque das estudiosas feministas e geógrafas, tem sido as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação na definição do gênero, bem como os problemas de subjetividade, identidade e corpo sexual.

3. Debates epistemológicos sobre a questão de gênero envolvendo a vivência/leitura do espaço por homens e mulheres – neste caso Nabozny e Ornat (2009, p. 33) argumentam “[...] que os sujeitos se encontram em constantes processos de construção em suas relações



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



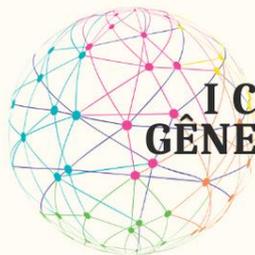
espaços-temporais, colocando em dúvida a dicotomia universal-racional, masculino-feminino”, impondo a necessidade, segundo os autores “[...] de se incorporar na pauta geográfica um olhar não dicotômico, mas uma margem de olhares que visualizam sujeitos que não se estruturam nestas rígidas fronteiras de gênero, mas constituindo uma plurilocalidade no espaço paradoxal” (NABOZNY; ORNAT, 2009, p. 34).

4. Presença da mulher nos textos escolares geográficos – referente à representação social da mulher nos livros de didáticos de Geografia. Neste aspecto, Campos e Rodrigues (2018, p. 159) observaram em estudo realizado a partir do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) “[...] que ao longo da análise, a mulher tem ocupado lugar estereotipado sendo ainda incipientes as ações desempenhadas com o objetivo de uma representação totalizante e mais ampliada do seu lugar na sociedade-mundo”.

As autoras refletem que de forma geral a representação da mulher nos livros didáticos de Geografia que estudaram está relacionada à situação de família, “do lar”, criação dos filhos e trabalhos pouco valorizados, como artesanato e agricultura, por exemplo, que estas ocupam. Assim expressam: “A mulher que está presente nestes livros didáticos é uma mera reprodução das ideias que comumente estão ligadas à mulher. Os livros não trazem uma representação verdadeira de mulheres e de suas possibilidades”. (CAMPOS; RODRIGUES, 2018, p. 174).

5. Discussão de Gênero no Ensino de Geografia – perspectiva que se traduz em abordagem de aspectos relacionados à temática e seus desdobramentos no âmbito da sala de aula de Geografia nos diferentes níveis de ensino. Sobre a discussão de temáticas de relações de gênero no Ensino de Geografia, Medeiros (2008, p. 112) afirma que embora estas pareçam ser “[...] relevantes e pertinentes para melhoria das relações sociais ainda se apresenta muito distante do discurso e da prática dos docentes”. De acordo com a autora “[...] a sociedade só será realmente justa e igualitária de direitos e deveres quanto compreender que mulheres e homens são seres atuantes e construtores da mesma sociedade”. (MEDEIROS, 2008, p. 112).

6. Geografia feminista ou movimento feminista na Geografia – coaduna com as análises das geógrafas feministas no contexto da produção geográfica em busca de seus espaços próprios de visibilidade. Neste aspecto, Silva (2009, p. 50) afirma que “[...] O conhecimento



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



produzido pelas geografias feministas contribuiu com a ciência geográfica como um todo, ao mesmo tempo em que conquistou espaços políticos e científicos próprios”, e ainda que

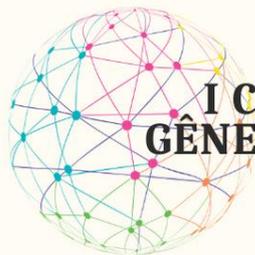
As geografias feministas emergentes nas últimas décadas problematizaram as noções essencializadas de sexo, gênero e desejo, apresentando versões plurais da realidade socioespacial fluida, ambígua, múltipla e híbrida, além de renovar a perspectiva crítica das relações de poder inerentes aos modos de fazer a ciência geográfica, despertando a capacidade reflexiva do papel do(a) pesquisador(a) na construção da realidade socioespacial.

Na análise do percurso da contribuição feminista na Geografia Veeda da Silva (2016, p. 222) dispõe que, “[...] o pensamento feminista também constrói teorias e conceitos como patriarcado e gênero, que contribuíram e contribuem para a Geografia contemporânea”, atrelado ao embate da relação igualdade/diferença. Destaca ainda que “[...] a perspectiva feminista pode ser trabalhada em diversas subáreas, a exemplo das Geografias da população e do trabalho” (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 224).

7. Abordagem feminina sobre o espaço representado na literatura ficcional – reflexos das relações estabelecidas entre as personagens femininas dos textos literários e os espaços onde ocorre a narrativa, que pode ser influenciada pela autoria, masculina ou feminina. Castro (2015, p.1) aponta que existem diferentes formas de acontecer o diálogo entre Geografia e Literatura, destacando nestas, três pontos em comum: “[...] a dimensão espacial, a dimensão temporal e a atuação dos sujeitos sociais”.

Para Baptista (2016, p.185) “[...] nas narrativas ficcionais a presença feminina se corporifica também na percepção do lugar, haja vista a relação de afetividade que as mulheres salvaguardam com a casa e com seu próprio ventre, berços da vida natural e cultural humana”. No caso da literatura ficcional de autoria feminina é possível então, registrar conforme Rossini (2014, p. 290-291) que

A literatura de autoria feminina suscita um novo olhar sobre a produção literária produzida desde meados do século passado até os dias de hoje [...] as mulheres, até então silenciadas e deixadas à margem, foram impulsionadas a emancipar-se no campo literário e a lançar questionamentos sobre os discursos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



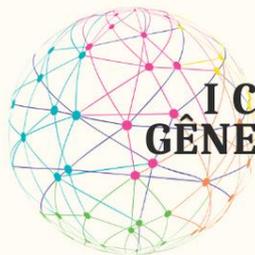
hegemônicos, promovendo uma quebra nos discursos arraigados pela tradição, desmascarando a naturalização das diferenças hierarquizadas de gênero e, conseqüentemente, problematizando o cânone literário estabelecido.

E por que esta ruptura não se propõe a acontecer no campo da produção científica? E no contexto da escrita geográfica na relação entre espaço e gênero? E se no contexto brasileiro os estudos nesta temática ainda se percebem em pouca monta, o que dizer no piauiense? No entanto, de acordo com Reis (2015, p. 32) “[...] analisar o espaço geográfico, sobre a perspectiva de gênero, pode viabilizar imenso progresso na diversificação de objetos de estudo da ciência geográfica”. Isto é, embora as perspectivas apresentadas sejam relevantes e instigantes, podem ser a elas acrescentadas outras a partir do desenvolvimento de mais estudos e investigações.

Sendo assim, adentrando ao tema de Geografia e Gênero, em uma primeira análise é perceptível a hegemonia masculina dentro da ciência em geral, mas, mais especificamente na área da pesquisa. Além da autoria de pesquisas levar em sua maioria nomes masculinos, ainda vale ressaltar a questão de que mesmo quando as mulheres assumem o papel de pesquisadoras, o interesse é muito maior por temas gerais, justamente pela falta de discussão sobre temas voltados às vivências femininas dentro do espaço, por exemplo.

Complementando ainda sobre a invisibilidade da figura da mulher na abordagem geográfica, faz-se necessário também discutir sobre a participação e/ou discriminação em relação à ocupação de espaços pelas mulheres na vida e no trabalho dentro da sociedade. Apesar da crescente onda de mulheres como chefe de família, a figura feminina se encontra ainda dentro de grupos marginalizados, o que vai no caminho contrário às conquistas com relação a trabalho, por exemplo, pois as mulheres estão em lugares antes direcionados ao homem; porém, mesmo com tais conquistas, a desigualdade salarial ainda é um fator bem presente.

Sobre os debates epistemológicos acerca da questão de gênero envolvendo a vivência/leitura do espaço por homens e mulheres, não se tem muitos dados ou mesmo fontes de pesquisa disponíveis, pois, não é um debate tão aberto e quando aberto, não costuma receber tanto prestígio. Já sobre a presença da mulher nos textos escolares geográficos, alguns detalhes se fazem importantes, como o fato de quase nunca o personagem principal ser uma mulher



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



quando algum exemplo é dado e também o fato de mesmo quando somente mulheres aparecem nas figuras ou imagens, a legenda algumas vezes insiste em estar no gênero masculino.

Tratando sobre a discussão de Gênero no Ensino da Geografia, é necessário compreender que até mesmo no Ensino Superior ainda não há tanta abertura ou interesse com relação ao tema, portanto não há surpresas quanto ao debate ser inexistente ou muito escasso em outros níveis de ensino.

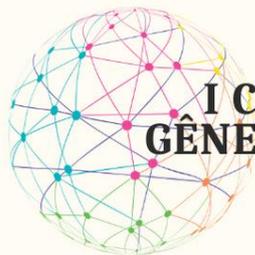
Com relação à perspectiva da abordagem sobre Gênero na Geografia que cita a Geografia Feminista ou o Movimento Feminista na Geografia, não tem como não citar diretamente a Geografia Humanista, pois somente quando os olhares se voltaram para esta parte mais “sensível” da Geografia, o debate de gênero foi introduzido. A Geografia Feminista surgiu no Brasil em 1980, uma década depois de o tema estar sendo discutido no exterior.

A abordagem feminina sobre o espaço representado na literatura ficcional é outra perspectiva que também vale a pena dar uma devida atenção, pois, a figura feminina retratada dentro da literatura ainda ocupa uma posição de segundo plano e muitas vezes é bastante sexualizada, ainda que permeie nesta aspectos como a relação com o lugar.

Conclusão

Após todos os aspectos analisados, e a discussão acerca de cada uma das sete perspectivas citadas, não é difícil concluir que a Geografia tem muito a explorar no campo de Gênero. São debates ricos e ainda pouco desbravados pela Ciência Geográfica. Assim como a construção de uma nova linha de pesquisa, a revolução para com a estrutura acadêmica da Geografia brasileira deve acontecer de forma lenta e demorada, pois, infelizmente a nossa Geografia ainda carrega traços fortemente eurocêntricos, que valorizam a figura do ser padrão, mais especificamente do homem, branco e heterossexual.

São tais características que também influenciam para que a produção científica em Geografia a respeito de estudos sobre Geografia e Gênero seja pouco relevante até os dias atuais, se não há uma valorização do tema, conseqüentemente ele não vai ser muito debatido, ao passo que outros temas vão crescendo em fontes e dados cada vez mais.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



A escrita feminina na produção científica em Geografia é algo que necessita de mais exploração, mais apoio e mais empenho. O despertar da Geografia brasileira para temas envolvendo Gênero e até mesmo para questionamentos acerca da escassez de mulheres no meio de pesquisa e produção científica precisa acontecer, pois, a Geografia Humanista existe e atesta a abertura de tais debates. Não fazer uso de tais discursos é deixar fora da ciência o que também é nosso de direito.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Roberto Nunes de; BARBOSA, Tulio. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, UFG-CAC, Goiânia, vol. 13, n. 2, p. 1-15, jul. / dez. 2011.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. O olhar feminino sobre o lugar na literatura: as perspectivas de Elizabeth Bennet, Emma Bovary, Lenita, Sarnau e Jane Doe. *In*: BARBOSA, Maria do Socorro Baptista; SILVEIRA Thiago Coelho; CORDÃO, Vinicius Ferreira Ribeiro (org.). **Estudos de Gênero: uma perspectiva multidisciplinar**. New York: Mr. Wilson Publishing, 2016. p.177-207.

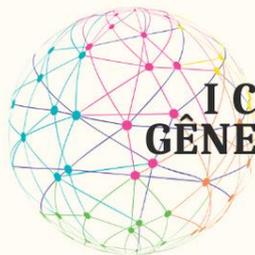
CAMPOS, Mariana Brockes; RODRIGUES, Rusvênia Luiza Batista. A mulher no livro didático de Geografia: representações, imagens e discurso. **Revista Signos**, Lajeado, ano 39, n. 1, p. 159-178, 2018.

CASTRO, Janio Roque Barros de. Paisagens e visões míticas, questões de gênero e a cidade no romance *Mar Morto*, de Jorge Amado. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, LITERATURA E ARTE, 2.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA, LITERATURA E ARTE – SIGEOLITERART, 3., Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG: Laboter, 2015. p. 287-299.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. *In*: CORREA, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p. 137-147, 1993-2008.

MEDEIROS, Telma Fortes. **Geografia e Gênero: Um Estudo no Contexto Escolar**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Mestrado em Geografia – PPGG, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. Introdução. In: _____. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose. Geografia e Gênero: da crítica à racionalidade à aproximação pós-estruturalista. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, ano 08, n. 15, p. 29-35, 2009.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p.11-34, jul. / dez. 2015.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Revista RA'E GA**, Curitiba, UFPR, n. 13, p. 19-27, 2007.

ROSSINI, Tayza Nogueira. A representação do gênero na literatura de autoria feminina brasileira. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 3, n.1, p. 288-312, jul. 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: _____. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009. p. 25-53.

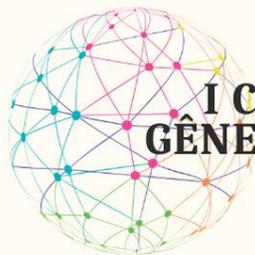
_____. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

_____. CÉSAR; Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v.11, n.15, p.185-200, jan. / jun. 2015.

_____. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p.38-62, set. 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.



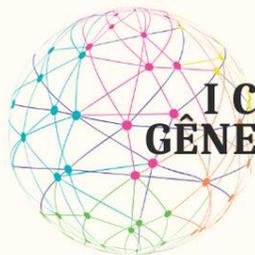
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A contribuição dos estudos de gênero para a Geografia do trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p.106-117, ago. / dez. 2013.

_____. Geografias feministas: notas para reflexão. *In*: SILVA, Márcia Alves da (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. São Paulo: Perse, 2016. p. 211-228.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História do Brasil.

E-mail: kerciarps@gmail.com

Nara Viviany Moura de Oliveira

Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História do Brasil

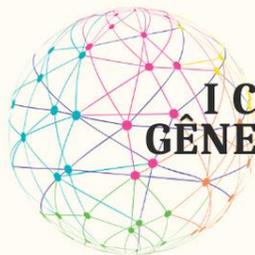
E-mail: Oliveiranara288@gmail.com

Resumo: O presente trabalho buscar analisar as súplicas das mulheres na cidade de Teresina no período da seca, nos anos de 1877 a 1879. Através da análise dos manuscritos coletados no arquivo público do Piauí, pode-se perceber as calamidades pelos quais sofriam os flagelados das secas. As cartas das comissões de socorros eram meios utilizados para solicitar ajuda aos pobres, no entanto, as cartas eram escritas pelos próprios membros da comissão, cargos esses distribuído para pessoas com notoriedade na sociedade, ou seja, um pobre flagelado não fazia parte dessa classe social. As solicitações eram diversas, tais como roupas e comida, subsídios básicos a sobrevivência dos indivíduos. As cartas sempre escritas com palavras de súplicas possuíam o nome dos requeridos logo no início, contendo poucas informações sobre eles, tendo o nome, o local e algumas vezes o nome do filho ou esposo. Nesse sentido, se faz importante problematizar quem eram esses pobres, para além de suas identificações pessoais. Pelas análises feitas, assim como os escritos e pesquisas existentes, pode-se dizer que se tratava de pessoas devastadas pelo fenômeno da seca, trabalhadores livres, imigrantes e emigrantes em busca de um sustento, que, por estarem em tal situação eram taxados de vadios. Ou seja, a pesquisa sobre esses sujeitos, através das fontes, demonstra os estereótipos usados para identificar os pobres, assim como a utilização do assistencialismo para afastá-los dos grandes centros e utilizá-los como mão de obra barata, através dos Núcleos Coloniais. A partir da análise das obras, tornou-se perceptível que o assistencialismo direcionado aos pobres atingidos pela seca, para além da construção de um discurso de ajuda, firmou-se como um meio de barganha entre autoridades da época. Foram utilizados como referencial teórico, trabalhos de autores que tratam da temática, tais como: Maria Mafalda Baldoíno, Frederico de Castro Neves, Raimunda Celestina, entre outros.

Palavras-Chave: Teresina. clamor e súplica. mães da seca.

Introdução

O período de seca, nos anos de 1877 a 1879, provocou um deslocamento das populações das províncias no norte do País, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos a sobrevivência. A seca, nesse contexto, não mais pode ser vista somente como um



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

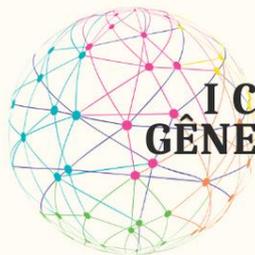


fenômeno climático, mas social, político e econômico, responsável pela modificação do cotidiano de diversos indivíduos. Modificando história de homens e mulheres, jovens e crianças, que deixavam seu local de origem, privacidade dos lares, para moldarem novas perspectivas em algum lugar que lhes propiciaram esperanças de um recomeço.

As rotas migratórias perpassavam o Piauí, não somente de forma interna, entre uma vila e outra, mas também externamente, de uma província para outra. A priori, o deslocamento de vila para outra se dava, sobretudo, da região interiorana para capital, local construído no imaginário como sendo detentor de maiores ajudas humanitárias. Assim como, o fluxo populacional externo é intenso, pois o Piauí era rota de migração, e muitos destes, por faltarem forças, saúde, alimentos, entre outros aspectos, paravam e estabeleciam-se na província. Dessa forma, durante o período já mencionado, o Piauí, principalmente, a capital Teresina, teve um aumento populacional grande.

Nesse sentido, surgiu uma problemática para Província do Piauí e autoridades, o grande fluxo de retirantes na região. Indivíduos que constituíram uma camada social subjugada, vistos pelas elites locais como vadios, sem querer assumir compromissos com nenhuma forma de trabalho regular.

Dessa maneira, se fazia necessário a criação de instituições de controle da nova camada crescente. Pois, era necessário que se mantivesse a plena ordem da Província. A exemplo de instituição, foi criado a comissão de socorros públicos, na qual atuou como meio assistencialista aos indivíduos, sobretudo recolhendo requerimentos contendo petições com solicitações diversas, a exemplo de comidas, roupas, passagens, entre outras solicitações. Nesse artigo, foi abordando somente os requerimentos das mães nesse período de seca. Assim como nos dias atuais, na segunda metade do século XIX, muitas mulheres eram as responsáveis familiares, isso se dava por diversos acontecimentos, como a perda dos maridos, o engajamento desses homens nas obras públicas ou mesmo o abandono dos lares, fazendo com que a responsabilidade do cuidado familiar ficasse sobre a mulher. Diante disso, nesse período de calamidade, as cartas das comissões de socorros da cidade de Teresina, demonstram que essas mães, buscavam ajudas diversas para suprirem as necessidades e a calamidade que passavam.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

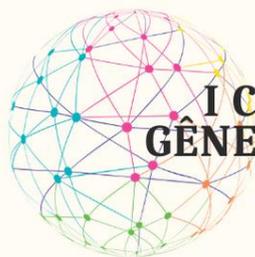


Contexto da pesquisa

Dentro da pesquisa, foi perceptível a presença de classes subjugadas e esquecidas dentro das sociedades e na historiografia, como é o caso dos retirantes no período de seca no Piauí, que percorrem longos caminhos na busca por sobrevivência. A análise se desenvolveu na tentativa de evidenciar e dar visibilidade aos sujeitos marginalizados. Baseado na História Social Inglesa, analisando sob a perspectiva de Edward Thompson de uma história vista através dos vencidos. Dessa forma, tem como finalidade contribuir com a produção de uma história do Piauí oitocentista e de sujeitos a margem da historiografia. Ou seja, para além de uma escrita voltada para o Piauí, a abordagem evidencia sujeitos, anteriormente esquecidos, e dar-lhe protagonismo dentro do trabalho.

Dessa maneira, a pesquisa está voltada para mudanças nas estruturas sociais, a partir da seca nos de 1877 a 79, que interferiram no âmbito social, político e econômico na Província. Evidenciando o cotidiano de miséria e exploração das mulheres retirantes, posteriores ao imaginário elitista que os marginalizavam, levando-os ao esquecimento. Mediante tais indagações, se fez necessário fazer um levantamento bibliográfico, sobre abordagens e perspectivas de autores que pesquisam o assunto, como por exemplo: Maria Mafalda Balduino, Edson Holanda, Antônia Jesuíta de Lima e Francisco Gleison da Costa Monteiro. Bem como, analisar os manuscritos do Arquivo Público do Piauí, tais como: cartas das comissões de socorros públicos.

Sendo necessário problematizar as fontes da pesquisa, pois, foram construídas a partir da subjetividade dos indivíduos, analisar de forma crítica, observando de que maneira esses percebiam o período e os retirantes. Os manuscritos, por se tratar de documentação oficial, em sua maioria possuem visões das autoridades do período, subjetividades referentes a problemática da seca e dos migrantes. Torna-se perceptível, no momento que se analisa a fonte e possui nela termos pejorativos para com os retirantes, como por exemplo: pobres e desvalidos. Mas, se faz necessário ressaltar que muitos dos manuscritos possuem grafias que dificultam o entendimento e compreensão, dessa forma foram necessário cursos de paleografia e práticas cotidianas, na tentativa de compreender o documento. Para além disto, pelo fato da produção



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



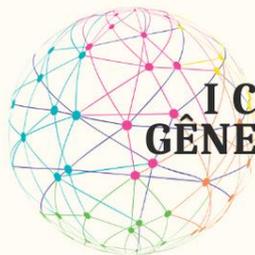
historiográfica sobre o Piauí ser escassa, constituiu como uma problemática no desenvolvimento da pesquisa.

As fontes são cruciais para o entendimento de quaisquer temáticas na construção de uma pesquisa. Nesse trabalho em específico, a utilização de documentos oficiais e análise de pesquisas anteriormente, teve suporte necessário para o desenvolvimento. Nesse sentido se faz necessário desconstruir conceitos, imagens e ideários criados ao longo do tempo sobre a seca e, principalmente do sertanejo, marginalizado e excluído da sociedade, somente através da análise de fontes que se faz possível a constituição de uma história vista de baixo, onde o poder e a pobreza entrelaçam-se perante o fenômeno da natureza.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a compreensão da forma como se foi construído a imagem do Piauí no período em questão, assim como salientou a gravidade do período de seca. Para caráter de contextualização, Maria Mafalda ressalta que a primeira notícia que se tem no Piauí, em relação ao fenômeno da seca, foi em 1853, através da criação da Comissão de Exploração, que acarretou a legitimação dos estudos referentes aos períodos de estiagem. Essa comissão defendia utilidade e criação de açudes para o armazenamento de água. (BALDOÍNO, 1991)

Ou seja, a estiagem não foi um acontecimento isolado, mas acontecia de forma recorrente. Porém, o que legitima a pesquisa, assim como indagações feitas referente a esse período de seca em específico, se dá pelo fato de que teve duração de três anos e suas consequências foram catastróficas, fazendo com que a violência se torna-se uma preocupação secundária. Foi somente a partir desta data que o termo “desvalido”, antes utilizado somente para denominar uma pessoa vítima de violência, passou a ser associado ao retirante fugitivo das estiagens. (RIOS, 2001)

A autora Maria Mafalda Baldoino de Araújo, será citada no trabalho, pois constrói sua pesquisa mediante o processo de modificações através da seca e as relações de trabalho constituídas no período, aonde os trabalhadores livres passam dessa condição e inicia-se uma exploração desordenada de escravidão, não mais pela hierarquia de cor, mas pela serventia da mão-de-obra barata. Período em que ocorre um processo higienista, de limpeza dos grandes



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



centros e o isolamento dos ditos “vadios”. As medidas assistencialistas também são analisadas pela autora, mediante o processo de resolução do “problema” da migração e aumento do fluxo de pessoas em Teresina.

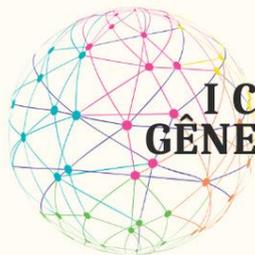
Edson Holanda, contribui para compreender as rotas que os retirantes percorreram pelas fronteiras do Norte, na qual permitiam chegar à beira do rio Parnaíba, divisa entre Maranhão e Piauí, onde poderiam se dirigir para umas das capitais, principalmente Teresina, de lá seguindo para trabalharem nas fazendas e núcleos coloniais.

Nesse sentido, o autor Francisco Gleison da Costa Monteiro traz uma abordagem sobre a forma que os homens livres foram pensados e tratados, assim como a visão que as autoridades possuíam desses sujeitos. Sendo ressaltado a necessidade de problematizar, a constituição do trabalho como forma de controle e combate a ociosidade. Ou seja, analisando o trabalho através de uma instituição de recrutamento e isolamento dos indivíduos.

Para pensar as multifaces da pobreza, Antônia Jesuíta de Lima, contribui para pesquisa, ao analisar a priori, como se deu o processo de relações hierárquicas na transição das relações entre senhor e escravos, para entrelaces ligados ao capitalismo, baseado na mão-de-obra livre, mas explorada. Nesse sentido, entrava em evidenciar a nova ordem econômica que baseava as relações de trabalho, contribuindo para relacionar indivíduos pobres ao ideário de classes perigosas a sociedade e, assim como Francisco Gleison da Costa Monteiro, analisar o trabalho como forma de controle social. Ou seja, o elitismo inferiorizava e marginalizava, para legitimar a exploração através de discursos de trabalho *versus* vadiagem.

Assistencialismo as mães da seca

A Comissão de Socorros Públicos, foi uma das instituições criadas para amparar os migrantes que chegavam nas cidades, que não possuíam condições de manter-se por se mesmo e dependência das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca, que visavam fornecer ajudas imediatas, para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. A instituição estava presente em muitos municípios da província, objetivando minimizar os efeitos da seca e distribuir gêneros alimentício, roupas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



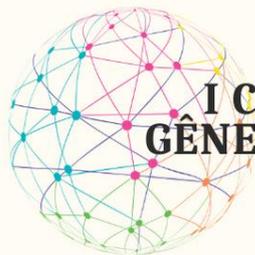
e medicamentos aos mirantes. Desse modo, a criação de instituições como a Comissão de Socorros, foi uma atitude de emergência, mas que garantia esperança de sobrevivência naquele momento de fragilidade.

Quando se inicia o ano de 1877, o primeiro que não teve chuvas, quem governava à província era o conservador Graciliano Ramos de Paula Batista, que, recebendo os primeiros pedidos de socorro das comarcas interioranas, instituiu uma comissão em casa município, dando assim atenção ao clamor dos indivíduos. A atitude do governador, foi algo crucial, pois a comissão permaneceu por todos os anos de estiagem, e, mesmo inicialmente sendo uma medida provisória, logo se torna elemento importante para o suprimento dos migrantes. A proposta se dava inicialmente na abertura de créditos sob a responsabilidade do próprio Graciliano Ramos, na qual seriam investidos em viveres e compra de medicamentos e roupas, despesas necessárias para sanar o flagelo e clamor.

A partir da comissão, que os migrantes adentravam terras piauienses, abrangendo também a ajuda para as mendicâncias que já ocorria na província, sendo os primeiros a serem socorridos. Os que eram considerados indigentes, de variados sexos e idades, não possuíam meios de sobrevivência e necessitavam de toda ajuda que dispunha a comissão, sejam roupas, alimentos ou medicamentos, para que não andassem nus ou a morrer de fome pelas ruas das cidades, tudo ocorria através do auxílio da comissão. Desse modo, a comissão se configurou como uma esperança, meio de escape e refúgio para sobrevivência, buscando nessa instituição de carência, suprir os recursos básicos que lhes faltava.

A calamidade foi no seu todo intensa, e a partir da análise dos requerimentos, que tal fato se torna perceptível. Mães que, em atitude de desespero solicitavam a comissão que escrevessem cartas endereçadas ao governo imperial, na tentativa que lhes mandassem as ajudas que haviam suplicado. Como por exemplo:

Joaquina Roza, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo 1 filho menor de nome José, achando-se sem meios algum de subsistência, vem muito respeitosamente implorar de Vossa Excelência a graça de mandar socorrê-la com vestuários e alimentos com que o governo está despondo a pobreza, para si e seu referido filho. A [...] confiada na recta justiça que mui



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



caracteriza ao nobre coração de Vossa Excelência. Nestes Termos Em Respeito Mercê. Terezina, 19 de Março de 1879. (REQUERIMENTO, 1879)

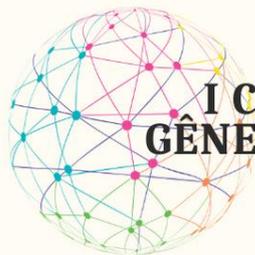
A partir da análise do documento, pode-se construir diversos debates. A situação de calamidade, fazia com que os migrantes não possuíssem nem vestimentas, muitos andavam nus ou com poucas peças no corpo. No entanto, o requerimento se dava através de muitas súplicas e dependia de a comissão de socorros atender as petições. Podemos perceber que as cartas endereçadas ao governo, eram acarretadas de súplicas, relatando a situação degradante em que se encontravam, especificando suas necessidades, como por exemplo a relatar que era uma pobre e desvalida, sem condições de manter-se com o filho.

Tal carta, pode despertar problemáticas no imaginário, pois, demonstra o clamor de uma mãe, que cuida sozinha do seu filho e não possui o mínimo para sobrevivência. Cabe ressaltar que as mães da seca, quando os maridos eram mandados aos serviços públicos, estas ficavam responsáveis por cuidar dos filhos e de toda responsabilidade da família, inclusive de conseguir alimentação, vestimentas e roupas. A partir disto, recorriam a comissão de socorros públicos. Era necessário buscar pela sobrevivência dia após dia, suplicando para que a calamidade fosse diminuída ou mesmo sanada.

As súplicas eram constantes e se davam de forma muito intensa, para que provocasse no leitor um impacto, demonstrando como estava a situação daqueles indivíduos. Como exemplificação, temos outra carta endereçada ao governo:

Dix Lima Maschima de Jezus, pobre e desvalida, filha de esta província, achando-se em um estado miserável, e uma sua filha só tem faltado hé morrerem. ... em vista da secca ... se tem deslizado nesta província, e em vista do que, vem a si ... humildemente suplicar ... o auxílio destinado aos indigentes, mandando que a comissão de socorros públicos, forneça ... de sereaes e vestuários, como se deprehede de seu miserável estado. Theresina 20 de março de 1878. Pela a suppe. Manoel Raimundo da silva (REQUERIMENTO, 1878)

As documentações são cruciais para que se compreenda como se dava o processo de assistencialismo, bem como demonstram a situação que se encontravam os migrantes do Piauí



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

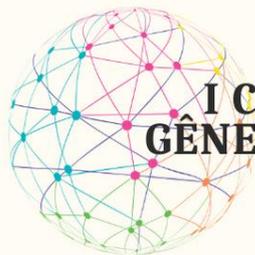


no final do Século XIX. Ao analisar os requerimentos que os pobres encaminhavam para a Comissão de Socorros, rogando auxílio, destinado ao governo, na tentativa de barganhar recursos necessários a sobrevivência, nos possibilita perceber os moldes que a sociedade se encontrava, pois eram através dessas cartas que mulheres e homens suplicavam pela caridade do governo, que não os deixarem morrer de fome ou andarem nus pelas ruas, petições para si e os seus.

Podemos perceber também, que alguns retirantes vindos do Ceará, assentavam-se na província do Piauí e solicitavam ajuda da comissão. Tal fato, demonstra que o Piauí, foi rota de migração para migrantes de outras províncias e por não conseguirem seguir viagem, seja por falta de subsídios ou força física, ficavam pela província a fins de conseguir ajuda do governo, garantindo assim a sobrevivência. Para exemplificação, trago para demonstração outra carta transcrita e analisada na comissão de socorros da cidade de Teresina:

Veronica Maria do Espírito Santo retirante da villa do Sauhá, Província do Ceará, viúva poperrima com cinco filhos de menor idade além de uma irman orfã de pai e mai que a supri e cria, vem implorar de vossa excelência a caridade de mandalla suprir com o vestuário indispençavel para si, filhos e irmã, bem como as comidas que vossa excelência entender em seu coração philantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ella pode ser mandada destribuhir por hum de suas filhas das quaes faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a suppe ser benignamente deferida. Theresina 18 de março de 79. Arrogo de minha may Veronica Maria do Espírito Santo. (REQUERIMENTO, 1879)

A partir da análise deste documento, pode-se perceber que os problemas que permeia a vida dos retirantes, vindos de outras províncias, viram no Piauí uma rota de ajuda, através da comissão de socorros, garantindo assim subsídios básicos a sobrevivência. Cabe ressaltar que muitos desses suplicantes, eram analfabetos, não sabiam ler e nem escrever, buscavam assim quem pudesse redigir a carta de súplica, seja membros da família ou conhecidos. Como no caso anterior, a Veronica Maria do Espírito Santo, solicita que seu filho redija a carta, pedindo o auxílio em nome da mãe. Era necessário, ao redigir a carta, deixar claro as condições em que se encontravam e para quantas pessoas solicitavam os recursos.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



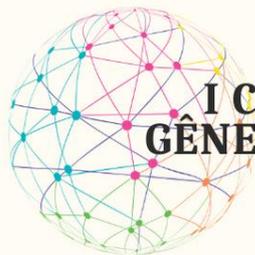
No caso anterior, seria uma mulher pobre, de numerosa família, muitos sob sua responsabilidade, sendo uma exemplificação de como eram milhares de outras mulheres, que na batalha, buscavam meios de manter seus filhos e familiares vivos, pois, não possuía mais o marido, já falecido, dependendo de forma exclusiva as responsabilidades, com cinco filhos ainda cuida de uma irmã órfã. Tal carta, demonstra o cenário que se encontrava o Piauí, retratos de mulheres e homens, com numerosas famílias, sem o mínimo para sobrevivência, e viram nessa província uma acolhida. A carta demonstra mais uma vez que as petições eram de vestuários, sendo indispensáveis, pois já não possuíam nem mesmo o que vestir e alimentos para todos.

A calamidade ocorrida nos anos de 1877 a 1879, gerou na Província do Piauí, um estado de alerta, elevando e ressignificando a caridade para nível assistencialista, que carecia na intervenção do Governo. No entanto, podemos perceber que esse período foi responsável por fixar uma imagem do interior do Nordeste como sendo uma região de seca, fome e miséria, e muito mais do que isto, ensinou e possibilitou que os políticos locais, aumentassem seu poder, a partir de barganha e exploração, pois conseguiam angariar fundos para o seu próprio benefício regionais e ofereceu um legado que é presente e predominante na política regional atualmente. Mesmo a comissão de socorros, tendo surgido com propósito de socorrer os retirantes, esta serviu como instituição de privilégios a elite regional da Província do Piauí.

Considerações finais

Mediante o exposto, podemos perceber que a seca de 1877 a 1879, causou diversas modificações na Província do Piauí, de cunho político, social e econômico. Período esse que houve uma ressignificação do conceito de caridade, passando não mais ser algo feito de forma exclusiva pela comunidade ou igrejas, mas necessitou da intervenção do governo, na tentativa de minimizar a calamidade pública. Notoriamente um período de muitas dificuldades para os menos favorecidos, sendo essa classe a mais atingida pelos anos de estiagem.

Os requerimentos, demonstram que as mães no período da seca, se tornaram as responsáveis pelo cuidado com a família. A ausência dos maridos, fazem dessas mulheres as



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



provedoras dos lares. Os maridos se ausentavam por diferentes motivos, sendo por morte, abandono e até mesmo por engajamento nas obras públicas, muitos destes não retornavam aos lares, tornando os lares matriarcais. As mães faziam requerimentos diversos, como roupas, alimentos, passagens, entre outros, demonstrando que foram crucialmente afetadas pelo período de calamidade. A pesquisa aqui apresentada, evidentemente, não foi capaz de abarcar em sua plenitude todas as problemáticas dos três anos de estiagem na Província no Piauí, mas a parte aqui expressa, buscou conscientizar os leitores, sobre a forma como se o processo de marginalização dos menos favorecidos, buscando construir uma história vista por outro ângulo, através dos olhos de quem foi explorado e marginalizado ao longo do tempo. Desse modo, este trabalho pode contribuir para despertar interesse na temática e desencadear pesquisas com outras vertentes, abrangendo um campo maior a problemática exposta.

REFERÊNCIAS

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1879. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à comissão de socorros da capital.

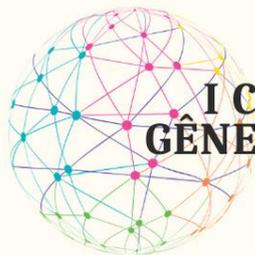
_____. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1879. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à comissão de socorros da capital.

_____. Correspondência recebida (**requerimentos**), comissão de socorro. Ano 1878. Requerimento em que Dix Lima Maschima de Jezus pede auxílio à comissão de socorros da capital em data de 20 de março de 1878.

APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (**requerimentos**). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração. Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à comissão de socorros da capital em data de 18 de março de 1879.

ARAÚJO. Maria Malfada Balduino de. **O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí**. Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

_____. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

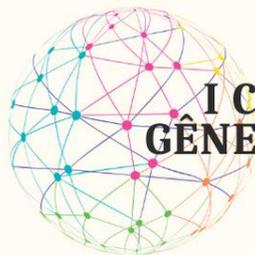
CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das Secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Doutorado em História Social. Fortaleza: UFC, 2014.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural Piauiense**. Teresina: CEPRO, 1987.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



SOBRE O ESTEREÓTIPO DO SER FEMININO NO UNIVERSO DISNEY: BRANCA DE NEVE, JASMINE E MERIDA, TRÊS GERAÇÕES DE PRINCESAS

Lays Christine Santos de Andrade

Acadêmica do curso de Letras-Inglês na Universidade Estadual do Piauí.

laysandrade24@gmail.com

Renata Cristina da Cunha

Professora do curso de Letras-Inglês na Universidade Estadual do Piauí.

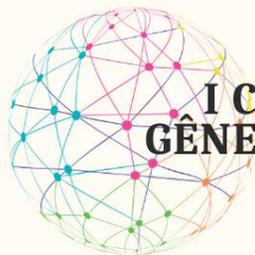
renatacristina@phb.uespi.br

Resumo: A princesa dos contos de fadas é o primeiro modelo feminino que meninas seguem e se espelham para construir suas identidades. Nesse sentido, as adaptações dos estúdios Disney apresentam princesas cujos estereótipos representam mulheres lindas e sempre à espera do príncipe encantado para alcançarem seu final feliz. Na maioria das histórias, as princesas sofrem com falecimento de seus entes queridos e com a subordinação à qual são impostas ao longo dos filmes, implicando diretamente em seus comportamentos passivo e subjugado. Felizmente, o cinema contemporâneo tem modificado essa representação das princesas, subvertendo esse estereótipo de princesa tradicional. Diante disso, este trabalho visa responder a seguinte pergunta: Qual é o estereótipo criado pela franquia *Disney Princess* para cada uma das três gerações de princesas: Branca de Neve, Jasmine e Merida? Para responder a essa pergunta foi formulado o seguinte objetivo geral: analisar e comparar o estereótipo criado pela franquia *Disney Princess* para cada uma das três gerações de princesas. A fim de alcançar o objetivo geral foram estabelecidos como objetivos específicos: discutir os pressupostos teóricos da Corrente Feminista, examinar as características físicas das princesas, Branca de Neve, Jasmine e Merida nos filmes *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1992) e *Brave* (2012), respectivamente, e discutir o comportamento feminino das princesas em cenas dos filmes supracitados. Para isso, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo bibliográfico-exploratório à luz da Corrente Feminista, embasada em autores como Bettelheim (2002), Breder (2013), entre outros. Os dados da pesquisa revelaram que Branca de Neve pertence à geração de Princesas Clássicas, Jasmine, por sua vez, é uma princesa da geração de Princesas Rebeldes e Merida integra a geração de Princesas Contemporâneas. Em síntese, cada uma das princesas retrata uma sociedade diferente em relação ao tempo e ao espaço e se comporta de acordo com seu contexto social, político histórico e cultural.

Palavras-chave: Estereótipo feminino. Princesas da Disney. Branca de Neve. Jasmine. Merida.

Considerações iniciais

A princesa dos contos de fadas é a primeira referência de feminilidade que meninas têm acesso, por essa razão, é o modelo inicial que garotas se espelham para construir suas



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



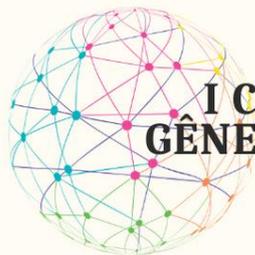
identidades. Neste viés, as adaptações dos Estúdios Disney apresentam, desde sua criação, princesas cujos estereótipos representam mulheres lindas e magras; com pele sedosa; cabelos lisos e longos, sempre à espera do príncipe encantado para alcançarem seu final feliz. Na maioria das histórias, as princesas não sofrem apenas com falecimento de seus entes queridos, mas também com a submissão à qual são impostas ao longo dos filmes, implicando diretamente em seus comportamentos passivo e submisso.

Para acompanhar as mudanças do movimento feminista, o cinema contemporâneo tem modificado essa representação das princesas, subvertendo esse estereótipo de princesa tradicional, como revela o comparativo entre as três gerações de princesas da franquia *Disney Princess*, responsável pela produção e divulgação dos produtos relacionados às princesas.

Diante disso, este trabalho visa responder: Qual é o estereótipo criado pela franquia *Disney Princess* para cada uma das três gerações de princesas: Branca de Neve (1937), Jasmine (1992) e Merida (2012)? Para responder a essa pergunta formulamos como objetivo geral: analisar e comparar o estereótipo criado pela franquia *Disney Princess* para cada uma das três gerações de princesas: Branca de Neve (1937), Jasmine (1992) e Merida (2012). A fim de alcançar o objetivo geral estabelecemos como objetivos específicos: discutir os pressupostos teóricos da Corrente Feminista, examinar as características físicas e discutir o comportamento feminino de Branca de Neve (1937), Jasmine (1992) e Merida (2012) em cenas dos filmes, *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1992) e *Brave* (2012).

Para este artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico-exploratório à luz da Corrente Feminista, embasada em autores que abordam a Teoria Feminista, bem como autores que pesquisam sobre o universo dos contos de fadas e sua influência na construção de identidades, como Aguiar e Barros (2015), Bettelheim (2002), Breder (2013), Euzébio (2019), Garcia (2011), entre outros.

Com relação à estrutura, este artigo é composto por quatro seções, além das considerações iniciais e finais; a primeira seção traz os possíveis impactos de estereótipos e imagens propagados pelos contos de fadas na construção da identidade do seu público alvo; na segunda seção abordamos a construção dos estereótipos das princesas e suas transformações ao



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



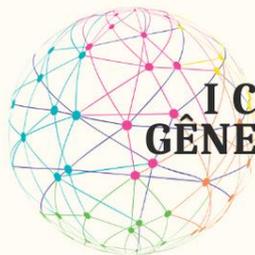
longo da evolução do movimento feminista; na terceira seção analisamos e comparamos as características físicas das princesas, Branca de Neve, Jasmine e Merida, considerando o momento histórico e político de cada filme; e na quarta seção analisamos cenas dos filmes *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1992) e *Brave* (2012), em que as princesas agem conforme sua identidade estabelecida pelos Estúdios Disney. Por fim, nas considerações finais observamos que cada uma das princesas retrata uma sociedade diferente em relação ao tempo e ao espaço e se comporta de acordo com seu contexto social, político histórico e cultural.

A construção identitária e os contos de fadas da *Disney*

Desde muito tempo, os contos de fadas estão presentes no imaginário de crianças e adolescentes ao redor do mundo, são histórias com sentidos e significados diversos, como afirma Bettelheim (2002), histórias que impactam pessoas de formas diferentes, conforme faixa etária, contexto social e cultural, ou seja, a criança que está em processo de construção de identidade “[...] começa a exercitar suas habilidades de interpretação, construção de sentido, e também começa a se identificar (ou não) com narrativas e personagens” (ZUMAËTA, 2016, p. 17), a depender da sociedade em que a criança se encontra.

Nesse sentido, as princesas dos contos de fadas são as primeiras referências que meninas dispõem para compor suas identidades, o que para Ferreira (2015) pode ser algo perigoso e preocupante, uma vez que a partir do momento em que começam a internalizar comportamentos de princesas que são imagens de perfeição, com características físicas (quase) irreais, as meninas se concentram em atingir o ‘corpo ideal’, pois o que nos conta os contos de fadas é que as pessoas são punidas tanto por serem culpadas, quanto por serem feias e amarguradas (BEAUVOIR, 1967).

Ainda em relação às características físicas de princesas, Breder (2013) chama atenção para as imagens sensualizadas de princesas criadas pelos Estúdios Disney, acrescentado ao fato de produzirem uma imagem de princesas adultas, quando se sabe que as princesas, em sua maioria, são personagens adolescentes (BREDER, 2013). Isso ocorre com duas princesas, objetos de estudo desse artigo, Branca de Neve que aparenta ser adulta, mesmo estando



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



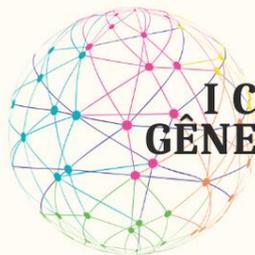
subentendido em seu filme que se trata de uma adolescente, e Jasmine que é carregada de um estereótipo sensualizado (AGUIAR, 2014).

Os contos de fadas trazem em suas histórias a ideologia de dominação masculina e subalternização feminina, em que meninas precisam ser gentis, dóceis e comportadas para conseguirem o final feliz, ao passo que meninos são retratados como heróis e não precisam seguir um comportamento padrão, pois são merecedores do final feliz, basta salvar a personagem frágil, neste caso a personagem feminina, como retrata Bourdieu (2012, p. 37) em seu livro, *A dominação masculina*:

É assim que a jovem cabila interiorizava os princípios fundamentais da arte de viver feminina, da boa conduta, inseparavelmente corporal e moral, aprendendo a vestir e usar as diferentes vestimentas que correspondem a seus diferentes estados sucessivos, menina, virgem núbil, esposa, mãe de família, e, adquirindo insensivelmente, tanto por mimetismo inconsciente quanto por obediência expressa, a maneira correta de amarrar sua cintura ou seus cabelos, de mover ou manter imóvel tal ou qual parte de seu corpo ao caminhar, de mostrar o rosto e de dirigir o olhar.

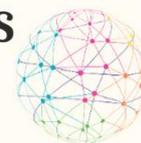
Quando relacionamos a ilustre frase de Beauvoir (1967, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” com os contos de fadas, percebemos como estes agem sobre as crianças, no âmbito em que Simone Beauvoir acredita que a mulher se forma a partir de sua vivência e experiência, podemos sugerir que as crianças que não acompanham as histórias de princesas e seu ambiente mágico, não serão influenciadas por elas, enquanto que as crianças que se tornam expectadores dessas narrativas reproduzirão comportamentos retratados nos contos de fadas por razão da sua influência, pois o gênero é construído de acordo com sociedade na qual o indivíduo convive e é difundido por um discurso hegemônico, pelo momento histórico e político e pela cultura (VITORELO; PELEGRINI, 2018).

Para acompanhar as conquistas de direito das mulheres, a indústria cinematográfica está remodelando a forma de retratar o feminino, os contos de fadas seguiram esse progresso e por essa razão observamos personagens femininas subvertendo e rompendo com o estereótipo estabelecido para o gênero feminino no início do século XX (EUZÉBIO, 2019).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



As princesas da *Disney* no movimento feminista

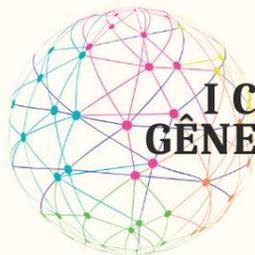
Antes de discutimos os papéis das três princesas no contexto histórico do movimento feminista, precisamos definir o que é o feminismo, para isso, usaremos a definição de Garcia (2011, p. 13) no livro, *Breve história do feminismo*:

[...] o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim.

Vale ressaltar que mesmo com sua contribuição para a igualdade social entre gêneros, o feminismo é atacado por parte da sociedade patriarcal que desconhece a sua importância para as conquistas dos direitos das mulheres, ignorância e desinformação impulsionada pelas variadas mídias que entende o movimento feminista como imoral.

A aprovação do público para as transformações das personalidades e características físicas das princesas nos filmes fez com que os Estúdios Disney criassem, em 2000, a franquia *Disney Princess*, setor responsável pela divulgação e comercialização dos filmes e produtos relacionados às princesas (FERREIRA, 2015). Para simplificar a divulgação e destacar as mudanças reais sofridas pelas personagens, há uma categorização simbólica das princesas em gerações, levando em consideração a época de lançamento e o progresso do movimento feminista (BREDER, 2013).

As princesas foram classificadas em três gerações, a Primeira Geração composta por Branca de Neve, do filme *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), Cinderela (1950) e Aurora, de *Sleeping Beauty* (1959), representam o ideal de mulher do início do século XX, dona de casa, sem qualquer interesse em uma vida profissional, maternal, passiva, dependente, amorosa e ingênua (AGUIAR; BARROS, 2015). Desde o final do século XIX mulheres vêm se manifestando a favor da igualdade de direitos, tais manifestações deram origem ao movimento feminista, em que a luta por direitos políticos (direito ao voto e à representação em cargos



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

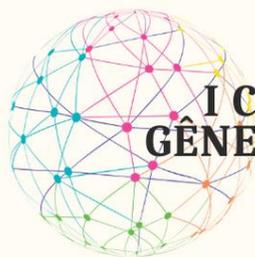


políticos) e melhores condições de trabalho integram o que chamamos de primeira onda do feminismo (MARTINS, 2015).

Nessa perspectiva, Walt Disney lança o seu primeiro filme de princesas em 1937, *Snow White and the Seven Dwarfs* é uma narrativa que traz como protagonista uma princesa aos moldes do início do século XX, Branca de Neve, que precisa fugir de seu castelo para não ser morta pela sua madrasta. O conflito do filme tem origem na inveja que a madrasta tem da beleza de Branca de Neve, o que a faz contratar um caçador para matar a princesa, que não consegue fazê-lo e liberta Branca de Neve. A princesa encontra uma casa e passa a viver nela com os sete anões, estes cuidam dela para que não seja morta. Após ser enganada pela madrasta e ser enfeitada, Branca de Neve é salva por um príncipe encantado, eles se casam e vivem felizes para sempre.

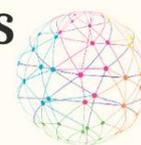
A partir da segunda metade do século XX, as mulheres travaram batalhas para serem reconhecidas em âmbito privado, conforme afirma Martins (2015, p. 234) “[...] a segunda onda realociza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades.”, ou seja, buscam igualdade entre homens e mulheres por meio de questionamentos sobre possíveis origens das opressões patriarcais sobre seus corpos. Visto isso, após trinta anos de pausa em filmes de princesas, a Disney voltou a produzir filmes com princesas como protagonistas, influenciados pelos avanços nas conquistas das mulheres e o crescimento do feminismo (EUZÉBIO, 2019). A Segunda Geração é formada por Ariel, de *The Little Mermaid* (1989), Bela, do filme *Beauty and the Beast* (1991), Jasmine, de *Aladdin* (1992), Pocahontas (1995) e Mulan (1998), são rebeldes, questionadoras e resolvem os conflitos das histórias antes do final feliz (BREDEK, 2013).

Na história de Jasmine, segundo Euzébio (2019, p. 37) “O foco não é mais a beleza, e sim, a busca por independência”. O filme *Aladdin*, não traz uma princesa como protagonista, porém Jasmine tem papel de destaque e de representatividade da mulher pertencente à segunda onda do feminismo, com características marcantes e revolucionárias, decide as próprias ações e muda de posição na sociedade, se impondo diante do masculino e não mais tolera a submissão para o patriarcado (AGUIAR; BARROS, 2015).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Nesse sentido, Jasmine é a primeira princesa que foge aos padrões eurocêntricos, por se tratar de uma princesa que vive na cidade fictícia de Agrabah, no Oriente Médio, possivelmente de origem árabe, informação não apresentada na narrativa da Disney (EUZÉBIO, 2019). Jasmine é filha do Sultão da cidade e, contrária à ideia de casar-se com alguém que não ama, foge do castelo, desobedecendo ao seu pai. Ela conhece Aladdin, um jovem que mora nas ruas se apaixona por ele, no entanto, os dois não podem se casar, pois há uma lei que determina que a princesa deva casar com um príncipe. Após a aventura e a resolução dos conflitos da trama, Jasmine consegue a mudança da lei e casa-se com Aladdin, vivendo felizes para sempre.

No início dos anos 90, surge a terceira onda do feminismo, que reúne questionamentos levantados na segunda onda, repensa quais mulheres o movimento feminista assistiu até então e delinea vertentes feministas para conseguir atender às mais diferentes necessidades dentro do gênero feminino, logo, se fala em “feminismos” (MARTINS, 2015). A terceira onda do feminismo prioriza a individualidade e atenta para a interseccionalidade, para discutir gênero devem ser levadas em consideração classe e raça dos indivíduos (EUZÉBIO, 2019), por esse motivo classificamos Jasmine como uma princesa em transição com características da segunda e terceira onda do feminismo.

As mulheres da terceira onda do feminismo são independentes, autônomas, livres, ativas e subversivas (AGUIAR; BARROS, 2015). Nesse viés, Tiana, do filme *The Princess and the Frog* (2009), Rapunzel, de *Tangled* (2010), Merida, de *Brave* (2012) e Moana (2016) são as princesas que além de questionar e se rebelar contra as imposições do patriarcado, subvertem as ordens que lhe são impostas, ademais não há a obrigatoriedade de um casamento ao final dos filmes para que haja um final feliz (FERREIRA, 2015).

Quando falamos em princesas aventureiras e subversivas, não podemos deixar de mencionar Merida, a princesa do filme *Brave*, lançado pelos Estúdios Disney em 2012. Na animação de parceira Disney – Pixar, Merida é uma princesa que se subverte diante de um confronto com sua mãe, a rainha Elinor, esta impõe à princesa um casamento arranjado. Elinor é o agente opressor na narrativa e Merida é a princesa subversiva e ativa que luta pelo próprio

final feliz. Sem a heroica figura masculina, *Brave* apresenta a princesa como própria heroína, e o amor tratado na trama é o amor pela família, o amor de mãe e filha.

Este artigo busca analisar uma princesa de cada geração, por essa razão, Branca de Neve, da primeira geração; Jasmine, da segunda geração; Merida, da terceira geração, suas características e comportamentos nos respectivos filmes, *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1992) e *Brave* (2012), constituem o corpus da pesquisa e serão abordados nas próximas seções.

As belas princesas do universo disney

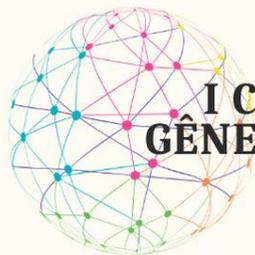
Nesta seção, apresentamos características físicas e a construção da imagem das princesas da franquia *Disney Princess*, Branca de Neve, Jasmine e Merida, realizando um comparativo entre as três princesas, considerando o contexto histórico, político e social vigente no momento do lançamento de cada um dos filmes no cinema mundial. A figura 1, a seguir, ilustra as três princesas objetos de estudo deste artigo.

Figura 1. Princesas da Disney: Branca de Neve, Jasmine e Merida



Fonte: <http://www.disney.com.br/princesas/> - adaptado

À esquerda, na figura 1, temos Branca de Neve e suas características físicas, a princesa usa vestido longo para esconder partes do seu corpo, no entanto, a forma como o vestido se adapta ao seu corpo revela o ideal de beleza das mulheres do final do século XIX, que se



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



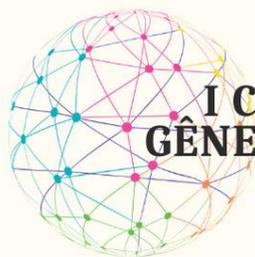
estendeu até a Segunda Guerra Mundial (BREder, 2013). Branca tem padrões estéticos impostos pela sociedade patriarcal vigente na época, corpo esbelto, a pele branca e delicada e cabelos negros, lisos e bem tratados, bochechas ruborizadas, lábios e nariz delicados e um olhar doce e ingênuo (ZUMAËTA, 2016). Vale ressaltar que os atributos físicos, a delicadeza e a beleza eram o que faziam as mulheres dos anos 30 padrões estéticos para a sociedade.

No centro da figura 1, trazemos a personagem feminina do filme *Aladdin*, de 1992, a princesa Jasmine, que carrega forte estereótipo étnico árabe. Na narrativa da Disney é apenas uma adolescente, porém traz consigo uma carga muito alta de sensualidade. A forma como a princesa se veste carrega um apelo ao erotismo e sexualidade, como afirma Aguiar (2014, p 62) “[...] Jasmine acaba recebendo uma conotação sexual, que é ainda mais salientada quando Jafar rouba a lâmpada mágica e a faz prisioneira”, visto que Jasmine se veste como as odaliscas, descritas aos olhos europeus como mulheres sensuais e eróticas (AGUIAR, 2014).

Ademais, a cena que Aguiar (2014) se refere, em que Jasmine é prisioneira de Jafar apresenta uma objetivação do papel da mulher. Jasmine alimenta Jafar com frutas e para distraí-lo o seduz com um beijo, isso segundo a autora supracitada, não ocorria em animações da Disney até então. O que fortalece o pensamento de Breder (2013), que alertava para a sensualidade nas imagens das princesas da Disney.

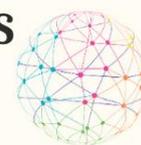
À direita da figura 1, apresentamos Merida. A princesa que tem como principal característica o cabelo ruivo, volumoso e cacheado, essa construção do visual de Merida não foi por acaso, o estilo de cabelo da personagem retrata aventura, liberdade, poder e insubmissão, visto que diferem do estilo comportado, liso e penteados, formas tradicionais de apresentação visual das princesas (EBERSOL, 2014). Igualmente, a vestimenta de Merida interage com sua personalidade, o vestido longo, mas sem conservadorismo, sem glamour e flexível, permite à princesa se movimentar, cavalgar em seu cavalo, Angus, escalar montanhas e usar sua arma característica: o arco e flecha.

Observamos ao analisar a figura 1 que Jasmine, após cinquenta e cinco anos, apresenta modificações na forma de representar a mulher, traz consigo a sensualidade e foca em uma caracterização física além da Europa. Merida aparece vinte anos após a estreia de *Aladdin*, e



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



resulta em uma ideia de feminino com características físicas voltadas para a liberdade, não aposta em sensualidade. Em *Brave*, a parceira Disney – Pixar resolveu representar a princesa com a essência adolescente, por isso observamos uma princesa menos comprometida com maquiagens, cabelos e roupas, características que vemos fortemente atreladas à Branca de Neve, uma princesa adolescente representada pela Disney como mulher maternal e dedicada aos trabalhos domésticos, uma mulher de 1937.

As princesas da *Disney* em seus filmes

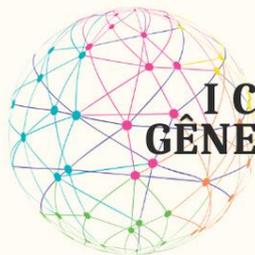
Nesta seção discutimos as análises das cenas de Branca de Neve, Jasmine e Merida em seus filmes, *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1937) e *Brave* (2012), respectivamente. Para este artigo analisamos uma cena de cada filme em que as princesas agem e se comportam como esperado para o contexto histórico do lançamento de cada filme. A seguir, a figura 2 retrata a cena de *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), em que Branca chega à casa dos anões após fugir do castelo e ter sua vida poupada pelo caçador, apresentamos, juntamente, a transcrição do monólogo feito pela princesa nesta cena.

Figura 2. Branca de Neve limpa a casa dos anões



Fonte: *Snow White and the Seven Dwarfs* - Disney (1937)

SNOW WHITE: “Hello? May I come in?”



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Oh! What a cute little chair! Why, there's seven little chairs! Must be seven little children. And from the look of this table, seven untidy little children. A pickaxe. A stocking, too! And a shoe! And just look at that fireplace. It's covered with dust. And look cobwebs everywhere! My, my, my! What a pile of dirty dishes! And just look at that broom! Why, they've never swept this room. You'd think their mother would... Maybe they have no mother. Then they're orphans. That's too bad. I know! We'll clean the house and surprise them then maybe they'll let me stay. Now, you wash the dishes. You tidy up the room. You clean the fireplace. And I will use the broom."

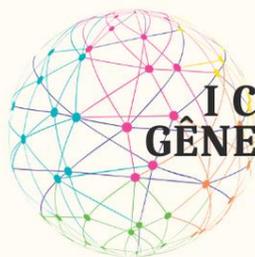
(SNOW WHITE AND THE SEVEN DWARFS, 1937, 00:15:49 – 00:21:21)⁸⁸

Branca de Neve encontra a casa dos anões, acompanhada pelos animais da floresta, a princesa adentra a casa e começa a explorar o local, ao se deparar com sujeira e desorganização, Branca se questiona o porquê da bagunça na casa, ao deduzir que os moradores são crianças, ela conclui que pelo desleixo na casa, as crianças não tinham mães, eram, órfãs. Esse momento evidencia a função do ser feminino em 1937, cuidar dos afazeres domésticos e ser responsável pela educação dos filhos (AGUIAR; BARROS, 2015). É importante salientar que o filme de 1937 é lançado no intervalo entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, período chamado de Grande Depressão, em que mulheres perderam empregos e voltaram para casa, cabendo a elas os serviços domésticos e cuidados com os filhos (EUZÉBIO, 2019).

Branca então sugere para os animais que eles limpem a casa, varram o chão, lavem as louças e roupas sujas, pois esse ato poderia auxiliar na sua permanência na casa, quando a princesa fala: “*Já sei! Se nós limparmos a casa talvez eu possa ficar aqui*”, não se pode afirmar que por ela ser mulher ela deva fazê-lo, contudo, a princesa varre o chão e organiza a casa com alegria, cantarolando uma canção, “[...] *a you sweep the room imagine that the broom is someone that you love ans soon you'll fin you're dancing to the tune [...]*”⁸⁹ (Snow White and

⁸⁸ BRANCA DE NEVE: “Ó de casa, posso entrar? Oh! Uma cadeirinha! São sete cadeirinhas! Talvez de sete criancinhas. E olhando esta mesa devem ser desmazeladas! Ora vejam é uma meia! E um sapato! Olhem só para esta lareira. Coberta de pó. Olhem! Teias de aranha. Oh, meu Deus! Que montão de pratos sujos! Vejam só essa vassoura! Acho que nunca varreram o chão. A mãe deles devia... Talvez não tenham mãe. São órfãos, pobrezinhos. Já sei! Se nós limparmos a casa talvez eu possa ficar aqui. Vocês lavam a louça. Vocês tiram a poeira. Vocês limpam a lareira. E eu sou a varredeira!” (Snow White and the Seven Dwarfs, 1937, 00:15:49 – 00:21:21, tradução da Disney).

⁸⁹ “Quando você varre a sala, imagine que a vassoura é alguém que você ama e logo descobrirá que está dançando conforme a música” (Snow White and the Seven Dwarfs, 1937, 00:18:26, tradução da Disney).



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



the Seven Dwarfs, 1937, 00:18:26), na letra da canção observamos que a princesa espera um dia se encontrar e dançar com seu amor, o príncipe encantado.

Essa cena representa a princesa da Primeira Geração, a princesa clássica, que espera o seu príncipe encantado para que seja feliz ao seu lado, a mulher maternal que precisa cuidar da casa e dos filhos, se mantendo sempre bela e limpa para o seu marido, o patriarca que é o responsável pelo sustento da família, ideal do início do século XX. A figura 3 e o diálogo a seguir são referentes à cena do filme *Aladdin* (1992), em que Jasmine confronta seu pai ao discutirem sobre a obrigatoriedade do casamento da princesa com um príncipe.

Figura 3. Jasmine confronta seu pai



Fonte: *Aladdin* – Disney (1992)

SULTAN: "Dearest, you've got to stop rejecting every suitor who comes to call. The law says..."

SULTAN AND JASMINE: "... you must be married to a prince..."

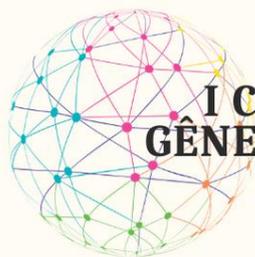
SULTAN: "... by your next birthday."

JASMINE: "The law is wrong."

SULTAN: "You've only got three more days."

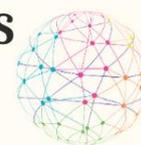
JASMINE: "Father, I hate being forced into this. If I do marry, I want it to be for love."

SULTAN: "Jasmine, it's not only this law. I'm not going to be around forever, and, well, I just want to make sure you're taken care of. Provide for."



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



JASMINE: "Please try to understand. I've never done a thing on my own. I've never had any real friends. Except you, Rajah. I've never even been outside the palace walls."

SULTAN: "But, Jasmine, you're a princess."

JASMINE: "Then maybe I don't want to be a princess anymore."

SULTAN: "Oooh! I... Allah forbid you should have any daughters."

(ALADDIN, 1992, 00:12:40 – 00:14:27)⁹⁰

O sultão, pai de Jasmine fica furioso após outro príncipe sair do castelo sem pedir à mão da princesa em casamento, isso porque, há na cidade de Agrabah uma lei que obriga a princesa a se casar com um príncipe que tenha aprovação de seu pai. Jasmine é contra essa determinação, então com ajuda do seu animal de estimação, o tigre Rajah, a princesa consegue adiar a realização do casamento. A princesa questiona seu pai a razão pela qual ela não pode ter liberdade, não pode fazer as próprias escolhas, como casar quando se apaixonar, o sultão então lembra à Jasmine que ela tem obrigações e responsabilidades como princesa. Jasmine discute e confronta seu pai, ao afirmar seu desejo de ser livre, e que não ver vantagens em ser princesa, embora ao longo do filme Jasmine se aproveite do seu título para resolver obstáculos.

Observamos que o sultão subjuga a princesa, ao afirmar que ele tem pressa pelo casamento, não apenas para o cumprimento da lei, mas porque por Jasmine ser uma mulher ele se preocupa como a princesa irá se sustentar após ficar órfã. Aqui a princesa é objetivada e tem

⁹⁰ SULTÃO: "Jasmine! Jasmine! Jasmine! Mais que coisa, Rajah! Então foi por isso que o príncipe Achmed ficou furioso..."

JASMINE: "Ah papai. Rajah só estava brincando com ele, não é Rajah? Você só estava brincando com aquele super arrumadinho e arrogante príncipe Achmed, não é?"

SULTÃO: "Querida, você tem de parar de rejeitar todos os pretendentes que aparecem. A lei diz que..."

SULTÃO AND JASMINE: "... você deve se casar com um príncipe..."

SULTÃO: "... no seu próximo aniversário."

JASMINE: "A lei está errada."

SULTÃO: "Mas só le restam mais três dias."

JASMINE: "Papai, eu detesto ser forçada a isso. Se eu me casar quero que seja por amor."

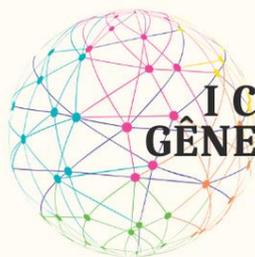
SULTÃO: "Jasmine, não é só esta lei não, mas eu... eu... não vou durar para sempre. Eu só queria saber que teria alguém cuidando de você. Mantendo você."

JASMINE: "Por favor, procure entender. Eu nunca fiz nada por minha conta. Eu nunca tive os meus amigos. Só você, Rajah. Eu nunca fui além dos muros do palácio."

SULTÃO: "Mas Jasmine, você é uma princesa!"

JASMINE: "Então talvez eu não queira mais ser princesa."

SULTÃO: "Oooh! Eu... Que Alá permita que você tenha filhas!" (*Aladdin*, 1992, 00:12:40 – 00:14:27, tradução da Disney)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

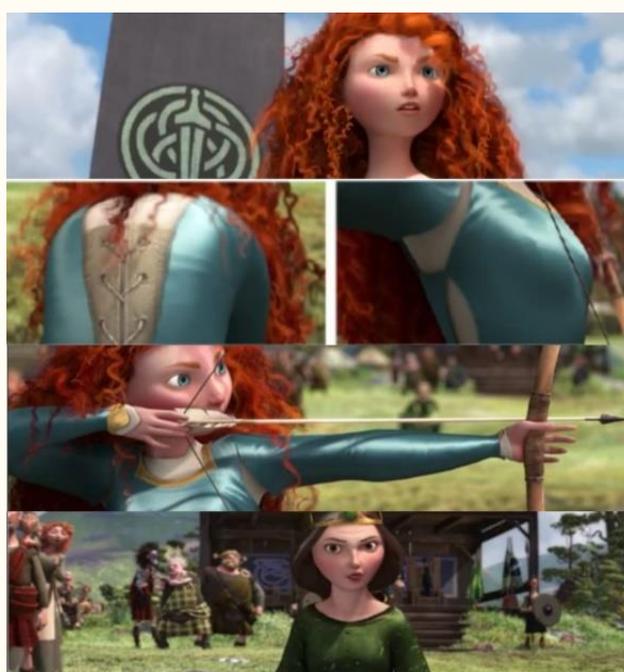


sua subjetividade ignorada. A ideia do casamento da princesa ser imposto por lei vai de encontro ao pensamento de Bourdieu (2012, p. 62), em que “[...] detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital [...]”, ou seja, por meio da lei imposta à Jasmine, o sultão e a sociedade patriarcal, perpetuam os privilégios e poderes através das gerações.

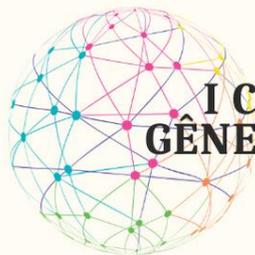
Jasmine questiona e se impõe diante da subjugação pelo pai, isso representa a mulher da segunda onda do feminismo, época em que mulheres reivindicaram direitos políticos e sociais. A princesa, no entanto, não age para que isso mude ao longo da cena, ela apenas se revolta, mas sem apresentar resolução para problema, Jasmine, semelhante à Branca de Neve, ainda necessita de um casamento para conseguir a felicidade, características princesas da Segunda Geração (FERREIRA, 2015).

Em seguida, apresentamos a cena do filme *Brave* (2012), em que Merida confronta a todos e entra na competição destinada a seus pretendentes e compete pela própria mão, representada pela figura 4 e pela transcrição do diálogo.

Figura 4. Merida compete pela própria mão



Fonte: *Brave* – Disney (2012)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



MERIDA: "I am Merida. Firstborn descendant of Clan Dun Broch. And I'll be shooting for my own hand."

ELINOR: "What are you doing? Merida!"

MERIDA: "Curse this dress!"

ELINOR: "Merida, stop this! Don't you dare loose another arrow. Merida, I forbid it." (Brave, 2012, 00:26:00 – 00:27:20)⁹¹

Merida aparece erguendo a bandeira com o brasão de sua família, o clã Dun Broch e avisando que por ser primogênita da família tem o direito de competir pela própria mão. Nesse momento, Elinor se posiciona contrária à atitude da filha e a repreende, ordenando que a princesa pare de atirar, pois para a rainha, ao confrontar e desrespeitar a tradição de sua sociedade, Merida pode causar problemas, incluindo guerras entre os clãs.

Por imposição de Elinor, Merida usa um vestido azul claro e apertado com um espartilho por baixo, traje típico das princesas clássicas, a rainha força sua filha a usá-los porque roupas de cores claras remetem à garota virgem e pura (EBERSOL, 2014). Merida não se submete a isso e por essa razão, rasga o vestido para melhorar o seu desempenho na competição, ao rasgar o vestido a princesa define sua identidade de menina aventureira, livre e a única capaz de decidir o próprio destino, ao contrário das princesas clássicas que precisavam que outros personagens decidissem por elas (ANDRADE; CUNHA, 2021).

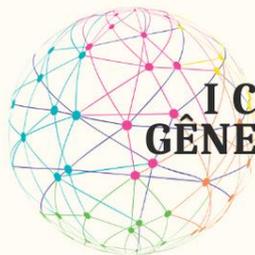
A cena é emblemática pelo fato de que Merida se mostra subversiva, se afirma como sujeito em âmbito público e age para resolver o problema que a oprime, diferentemente de Jasmine que apenas questiona e precisa de um personagem masculino para auxiliá-la; e de Branca de Neve que aceita de bom grado seu destino e espera pelo herói no final, Merida é a própria heroína, é a que resolve o conflito e se desprende do estereótipo de donzela em perigo relacionado às princesas do Universo Disney.

⁹¹ MERIDA: "Eu sou Merida. Primogênita descendente do Clã Dun Broch. E pela minha própria mão eu vou lutar!"

ELINOR: "O que você está fazendo? Merida"

MERIDA: "Ai, que vestido inútil!"

ELINOR: "Merida, pare com isso! Não se atreva a disparar outra flecha. Merida, eu proíbo você." (Brave, 2012, 00:26:00 – 00:27:20, tradução da Disney)



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Considerações finais

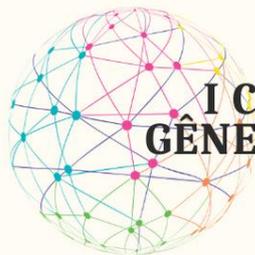
Este artigo pretendeu responder a seguinte pergunta: Qual é o estereótipo criado pela franquia *Disney Princess* para cada uma das três gerações de princesas: Branca de Neve (1937), Jasmine (1991) e Merida (2012)?

Houve uma transformação no modo de se representar as princesas, Branca de Neve pertence à geração de Princesas Clássicas, com foco na delicadeza e elegância, é uma princesa passiva que tem no príncipe encantado seu herói e no casamento seu final feliz. Jasmine, por sua vez, é uma princesa da geração de Princesas Rebeldes, pois, por ser árabe, é a primeira princesa que foge dos padrões eurocêntricos de beleza, é retratada com sensualidade e não tem comportamento passivo; ao contrário, é questionadora e tem o poder de persuasão. Merida integra a geração de Princesas Contemporâneas, cuja personalidade rompe com a submissão e passividade, nos mostra sua identidade por meio da arma que traz consigo, é uma adolescente aventureira para quem o casamento e os deveres reais implicam na perda da sua identidade, por isso é uma princesa que subverte à ordem da sociedade patriarcal.

Por fim, por meio da época dos lançamentos dos filmes *Snow White and the Seven Dwarfs* (1937), *Aladdin* (1992) e *Brave* (2012) acrescentada à retratação visual e ao comportamento das princesas nas cenas analisadas, afirmamos que o cinema considera os avanços nas conquistas de direitos das mulheres pelo movimento feminista e por essa razão, está modificando a forma de representar o feminino nas animações de contos de fadas, pois cada princesa representa a ideia de feminino da sua sociedade, no tempo e espaço e essa representação é percebida nos comportamentos e se estendem às representações físicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. L. C.; BARROS, M. K. A Representação Feminina nos Contos de Fadas das Animações de Walt Disney: a Ressignificação do Papel Social da Mulher. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na região Nordeste, 2015, Natal. **Anais do XVII Congresso de Ciência da Comunicação na Região Nordeste**. São Paulo: INTERCOM, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/vk1iUrv> . Acesso em: 20 out. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



AGUIAR, F. F. de P. **Jasmine: a representação do Oriente e da mulher sob a ótica da Disney**. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. 2014. 75 p. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cutt.ly/Ak1iSSA> . Acesso em: 22 out. 2020.

ANDRADE, L. C. S. de.; CUNHA, R. C. da. Brave e a desconstrução da imagem de princesa da Disney. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 1, 2021, p. 16-37. Disponível em: <https://cutt.ly/Yk1iXLB> . Acesso em 04 jan. 2021.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. v. 2.

BETTLEHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fada**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAVE. Direção: Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção: Katherine Sarafian. Roteiro: Mark Andrews, Steve Purcell, Brenda Chapman e Irene Mecchi. Edição: Nicholas C. Smith. EUA: Walt Disney Studios, Pixar Animations Studios. 2012. 93 min, cor.

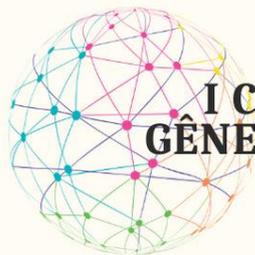
BREDER, F. C. **Feminismo e príncipes encantados: a representação feminina nos filmes de princesa da Disney**. Orientadora: Cristiane Costa. Rio de Janeiro, 2013. 64 p. Monografia (Graduação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/1k1i004> . Acesso em: 20 fev. 2020.

EBERSOL, I. Merida e as imposições de gênero: uma análise da construção visual da personagem de Valente. In: III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos, 2014, Vitória - ES. **Anais do III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos**, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/mk1i3ts> . Acesso em: 22 fev. 2020.

EUZÉBIO, A. V. S. **Como atualizar uma narrativa: examinando o papel dos remakes Disney com Aladdin e a princesa Jasmine**. Orientador: Bruno Leites. Porto Alegre, 2019. 82 p. Monografia (Graduação em Relações Públicas). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/Xk1i4kT> . Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, J. da S. **Merida e Elsa: as princesas do século XXI**. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro, 2015. 72 p. Monografia (Graduação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/uk1i5qN> . Acesso em: 25 fev. 2020.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

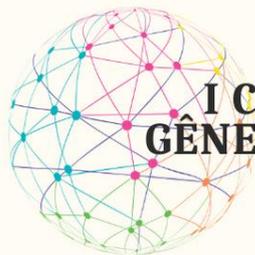


MARTINS, A. P. A. O sujeito nas ondas do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista café com sociologia**, v. 4, p. 231-245, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/zk1ordE>. Acesso em: 10 out. 2020.

SNOW WHITE AND THE SEVEN DWARFS. Direção: David Hand, William Cottrell, Wilfred Jackson, Larry Morey, Perce Pearce e Ben Sharpsteen. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1937. 83 min, cor.

VITORELO, R.; PELEGRINI, C. H. Valente: a desconstrução dos estereótipos femininos em uma princesa Disney. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v.7, p.135-152, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/ek1oimc> . Acesso em: 22 fev. 2020.

ZUMAÊTA, L. O. **Representação feminina em contos de fadas: uma análise das personagens de três histórias infantis e suas adaptações**. 2016. 81f. Trabalho de Conclusão de Concurso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/fk1oo0d> . Acesso em: 05 nov. 2020.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



UMA ANÁLISE INTERTEXTUAL NA OBRA “MEMÓRIA DE MINHAS PUTAS TRISTE” DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ.

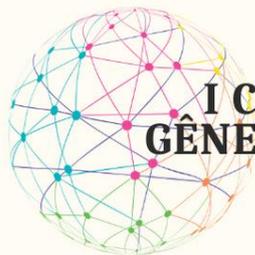
Elizandra Dias Brandão

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Piauí - (UESPI).
eliclmaco35@hotmail.com

Djanes Lemos Ferreira Gabriel

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Piauí - (UESPI).
djaneslemos@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa toma por base a perspectiva da Linguística Textual. E propõe fazer um levantamento da intertextualidade na obra “Memórias de minhas putas triste” de Gabriel García Márquez. A pesquisa não está voltado para a enumeração do intertexto. Dessa maneira, assumimos como objetivo geral a pretensão de analisar como a intertextualidade contribui para a construção do sentido na obra. Partimos da premissa de que é possível compreender as relações de diálogos presentes nos texto, independentemente da materialidade significativa que o constitui. Em vista disso, apoiamos-nos em um extenso aporte teórico construído neste campo de abordagem e, que toma como referência principal os construtos BAKHTIN (1998) e VOLOCHÍNOV (2006) que compreendem que o texto se estabelece como a materialidade do sujeito, constituindo espaço dialógico. A orientação dialógica é um acontecimento natural e oportuno de todo discurso, pois entende-se que, em todos os percursos do texto/discurso, existe o encontro com discursos anteriores, vindo de outros conhecimentos pré-existentes ou de textos já existentes. Já para a noção de intertextualidade apoiamos-nos em, KOCH; BENTES; CAVALCANTE, (2007), “quando produzimos um texto ou tentamos compreendê-lo e interpretá-lo, no texto há dizeres que se constituem a partir do diálogo entre um ou mais textos”, a intertextualidade. KOCH E ELIAS (2014) “todo texto faz remissão a outro (s) efetivamente já produzido(s) e que faz(em) parte da memória social dos leitores”. KOCH (2013), “mostra que a construção do texto falado ou escrito envolve diversas atividades sociocognitivas para que se possa produzir sentidos”. Dentre outros autores que discutem e postulam ampliações sobre o tema. Para a realização da pesquisa utilizamos-nos de uma metodologia documental de caráter bibliográfico e qualitativa que contemplasse o levantamento teórico para a compreensão dos recursos utilizados para a análise do texto. Considera-se que as análises são possíveis a partir da leitura da obra, é possível perceber que as memórias do autor faz uma relação com a memória discursiva partilhada por boa parte do público leitor, portanto, identificamos que a noção de leitura como prática social amplia nosso olhar possibilitando e capacitando-nos para operar o processo de (re)construção dos sentidos possíveis de um determinado texto, situando-o no contexto social, histórico e cultural de que emerge e no qual circula, e que a intertextualidade é identificada a partir do momento em que são ativados os conhecimentos sociocognitivos do leitor. Diante disso consideramos que a nossa pesquisa se torna relevante, pois possibilita identificar a intertextualidade para a construção de sentido no.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Palavras-chave: Intertextualidade. Memória de minhas putas tristes. Construção de sentido.

Introdução

A linguagem nos últimos anos tem se destacado como um dos fenômenos mais enigmáticos e complexo da língua em sociedade, e toda essa complexidade está ligada a heterogeneidade da qual o homem constitui as diversas formas de comunicações em sociedade. Essa prática mostra um caráter sociointeracionista e sociocognitivo da linguagem. Pois é, através da linguagem que os homens se comunicam e constroem sentido.

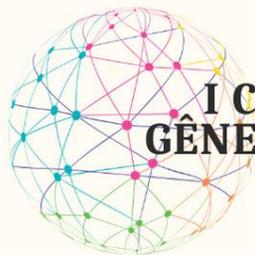
Diante disso consideramos que a intertextualidade constitui um importante fenômeno ao que se refere a construção de novos textos e da construção de sentido. A Teoria da intertextualidade assume diferentes perspectivas de percepções e análise. Por isso, pode-se dizer que o fenômeno da intertextualidade ocorre no instante em que dois textos passam a dialogar entre si, passando assim a reproduzir outros textos.

Neste trabalho, propõe-se fazer um levantamento da intertextualidade na obra “Memórias de minhas putas tristes” de Gabriel García Márquez. A pesquisa não está voltada para a enumeração do intertexto. Mas em observar como a intertextualidade contribui para a construção do sentido na obra. Partindo da premissa de que é possível compreender as relações de diálogos presentes nos textos, independentemente da materialidade significativa que o constitui.

A pesquisa tem por intuito analisar como a intertextualidade contribui para a construção do sentido na obra. Assim, lançamos um olhar mais detalhado sobre a análise do corpus, constituído pela obra “Memórias de minhas putas tristes” de Gabriel García Márquez.

Por um lado, as pesquisas que envolvem a teoria da intertextualidade constituem-se uma área bastante proeminente e que desperta interesses em pesquisas de análises de relações intertextuais. Embora sejam numerosos os estudos que abordam a teoria da intertextualidade, acredita-se que, por outro lado, existem lacunas no tocante aos estudos considerados mais densos e complexos, como a intertextualidade em obras literárias.

Dessa maneira, após caracterizarmos o objeto de estudo e apontar discussões proeminentes, na condução de nossa pesquisa, assumimos como objetivo geral a pretensão de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



mostrar como a intertextualidade contribui para a construção de sentido mesmo sem o reconhecimento por parte do sujeito do intertexto.

Em vista disso, apoiamo-nos no aporte teórico construído neste campo de abordagem e que toma como referência principal os construtos de Koch e Elias(2014), Koch (2013), Destacamos, também, as contribuições de Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Bakhtin(1998) e Volochínov (2006). Dentre outros autores que discutem e postulam ampliações sobre o tema.

Além dessa introdução e da metodologia, organizamos a fundamentação do trabalho em um tópico sobre intertextualidade e um subtópico sobre construção de sentido e outro sobre a obra em análise. Depois trazemos os tópicos de análises em que dispomos os dados e tecemos as discussões e, por último, o das considerações finais.

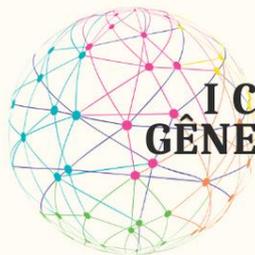
Intertextualidade

Ultimamente o termo intertextualidade tem sido bastante usual no campo das pesquisas referentes a não somente a texto imagéticos mais também verbais, no entanto esses estudos não são tão recentes, o mesmo surgiu no âmbito da crítica literária por volta da década de 60, em meio aos estudos de Julia Kristeva (1974), associado à noção do dialogismo de Bakhtin ([1979]2011). Passando por Genette (1992), que faz “um estudo dos processos intertextuais no discurso literário” até chegar à proposta de Piègay-Gros (1996) que faz uma adaptação, uma organização das percepções de Genette.

Com isso é possível verificar que a intertextualidade está presente não só em textos literários mais também em uma diversidade de gêneros, pois a negociação entre gêneros, entre estilos e entre textos e que irá fazer acontecer o fenômeno da intertextualidade.

Após esta exposição das percepções mais clássicas sobre intertextualidade, as quais originam-se os principais conceitos, a seguir discorreremos sobre algumas formulações que contribuíram para cristalizar e alargar as pesquisas nos estudos sobre essa teoria da intertextualidade.

Intertextualidade: perspectivas e abordagens



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Antes de Kristeva (1974, p. 60 apud MOZDZENSKI, 2009) que se engendra as propostas de Bakhtin sobre a referente teoria do dialogismo e com a evolução dos estudos da crítica literária Kristeva (1974[2009]), o termo Intertexto foi oficializado, foi quando a pesquisadora resolveu tomar por base os escritos de Bakhtin que alega que, para um texto ser produzido, é necessário que ele seja baseado em outros textos. Pois, sendo assim, todos os textos já produzidos encontram-se interligados uns aos outros.

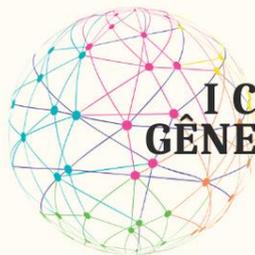
Diante disso, a definição mais conhecida e aceita de intertexto foi a proposta por Julia Kristeva, a qual diz que: “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”. (2009: 68). Tanto que Koch, Bentes e Cavalcante (2007) posicionam-se concordando com a afirmativa da pesquisadora Kristeva, na qual enfatizam que os textos se interligam, e se influenciam um aos outros quando estão em processo de produção.

Dentre as concepções mais extensivas sobre os estudos da intertextualidade, a de Gérard Genette ([1982]2010) é aquela que mesmo com uma proposta estruturalista mais voltada para o tipo de diálogo que se dava entre textos, o autor dizia que o dialogismo se aplica a intertextualidade mais ampla, que deveria ser apenas pressuposta, e que para fazer o estudo das intertextualidades é preciso propor processos intertextuais.

Conforme temos exposto, a intertextualidade é construída através de várias definições e, procurando dá continuidade a essas definições, tem-se, ao lado de Genette (2010), as contribuições de Piègay-Gros ([1996] 2010), cujas análises ainda estão no âmbito literário, propõe uma reorganização da proposta de Genette (2010).

Pois Piègay-Gros ([1996] 2010) reorganiza a proposta de Genette direcionado ao campo dos estudos literários. Com isso, a intertextualidade passou a ser um elemento essencial do trabalho da língua em um texto, pois todo discurso construído na história da língua é resultado de discursos anteriores e esse conjunto de discursos que constrói a história.

Os textos sempre trazem consigo ideias de autores anteriores, ou muitas vezes do mesmo autor em um momento distinto, entretanto, sempre exhibe algo novo ou original em sua composição, que por sua vez dará o contorno da transformação que o texto antigo sofreu, estabelecendo relações de convergência ou divergência de ideias.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



No campo da Linguística Textual, doravante (LT), Beaugrande e Dressler (1976, p. 45) infere que “a intertextualidade se refere aos fatores que vão depender da utilização adequada de um texto e do conhecimento que se tenha de outros textos anteriores”. Na visão da pesquisadora Koch (2013, p. 59):

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior, e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

O processo de perceber a intertextualidade como um fenômeno constitutivo ao texto é deve ser um consenso, mas também, na (LT), procura-se uma maneira de categorizar a maneira de percepção do fenômeno intertextual.

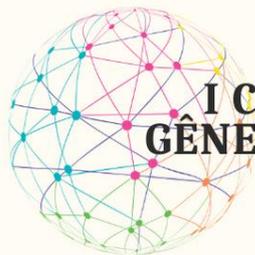
Construção de Sentido

O conhecimento que o leitor tem ou que ele adquiriu de acordo com suas vivências com suas experiências sociognitivas, é fundamental para que ele possa dar sentido ao que lê, deve-se levando em considerando seus conhecimentos e que os mesmos são distintos de leitor para leitor, tal fato implica em aceitar uma pluralidade de leituras e de sentidos em relação a um mesmo texto.

Infere-se, que, para construir sentidos, o leitor passa a estabelecer sua própria interpretação textual, e este posiciona-se como sujeito dotado de ideias próprias, preenchendo as lacunas do texto com seus conhecimentos construídos ao longo de suas vivências sociais.

Koch (op. Cit., p. 53), à construção dos sentidos de um texto, fala a respeito da coerência, aspecto central nesse processo.

Se, porém, é verdade que a coerência não está no texto, é verdade também afirmar que ela deve ser construída a partir dele, buscando-se em conta os recursos presentes na superfície textual que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção de sentido.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



Um outro ponto a ser observado pela autora é que além dos elementos externos ao texto, é preciso ater-se aos recursos linguísticos que se encontram no interior do texto como as anáforas, hipônimos, hiperônimos, dentre muitos outros, pois esses recursos também são responsáveis pela construção de sentido do texto.

Estes elementos constituem a coesão textual que, segundo (KOCH, 2013, p. 45), “diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados entre si, por meio de recursos linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”.

O leitor ao interagir com o texto, e nem sempre o escritor indica a fonte de seu discurso, ele a penas pressupõe que o leitor seja capaz de compartilhar com ele as mesmas informações a respeito das obras que compõem um determinado contexto cultural ou global. Os dados a respeito dos textos literários, ou históricos são necessários, muitas vezes, para a compreensão total de um texto.

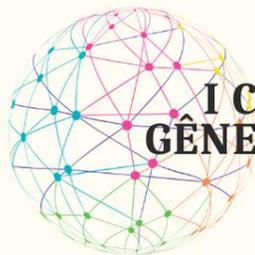
Podemos assim inferir, que os discursos nos textos ou mesmo em uma obra estão associados à uma situação social de interação entre leitor e produtor, assim, como os enunciados individuais, porém são constituídos de partes que não podem estar distantes ou desligados um do outro, em uma dimensão linguístico-textual e uma dimensão histórico-social.

A obra

O autor

Gabriel Márquez é Nobel de Literatura e já se fazia 22 anos quando escreveu “Memórias de minhas putas tristes”. É considerado um dos autores mais importantes do século XX, suas obras possuem características da corrente literária realismo mágico, fantástico ou maravilhoso. Em seus livros de ficção apresenta elementos mágicos ou fantásticos, muito distantes, portanto, de um realismo objetivo.

Memorias de minhas putas tristes é um romance o qual foi escrito em 2004 e publicado em outubro do mesmo ano nos países de língua espanhola, quando o autor tinha 77 anos de



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



idade e já se fazia dez que não escrevia um romance. No Brasil, a obra foi publicada pela editora Record um ano depois em 2005, com tradução de Eric Nepomuceno.

O livro trata de solidão, é um romance memorialista, erótico, nostálgico, que retrata a história de um velho que trabalha em um jornal e ao completar 90 anos dar-se “de presente uma noite de amor louco com uma adolescente virgem”. O velho decidiu escrever sobre suas memórias de vida desencaminhada pelas “putas”. Na sua escrita ele utiliza-se do erótico e do pornográfica.

Para realizar seu desejo, o narrador pede ajuda a uma cafetina de nome Rosa Cabarcas, dona de um prostíbulo. Na noite em que Rosa marca o encontro, o narrador depara-se com uma menina drogada e desacordada, a qual ele não consegue acordá-la e acabada adormecendo em seu lado sem nada acontecer, após vários encontros ela dormindo, ele velando-a, o narrador descobre que em pleno seus 90 anos de idade, encontra-se apaixonado por uma ninfeta. O velho experimenta então um renascer, e passa a acordar dos seus, quase, cem anos de solidão, sem nunca acordar a menina das diversas noites que adormecia ao seu lado.

Pelas memórias, relembra das mulheres que teve, “todas já usadas”, todas subornáveis, com as quais nunca se deitara sem pagar seu prazer. Em sua memória ele relembra os encontros licenciosos, a prostituição infantil, lembra sem nenhum pudor moral e sem nenhuma culpa.

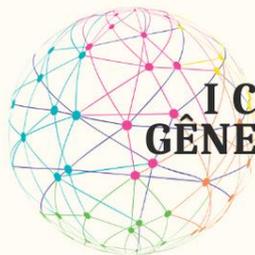
Metodologia

Caracterização metodológica

Essa pesquisa insere-se no campo teórico da Linguística textual, doravante (LT), e tem como fenômeno a ser observado a intertextualidade, como esse fenômeno intertextual tem contribuído para a construção de sentido da obra em análise. Trata-se de uma investigação com finalidade bibliográfica e abordagem predominantemente qualitativa e descritivo.

Constituição do corpus

O corpus da pesquisa é constituído pela obra literária “Memórias de minhas putas triste” de Gabriel García Márquez, os critérios de seleções estabelecidos, é pelo fato de que a noção



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



de que o texto literário constitui entidade que envolve vários fatores, além de seus elementos estruturais, e linguísticos como o contexto de sua produção e o de sua recepção.

Após a coleta e organização dos dados, passamos aos procedimentos de análise do corpus em estudo.

Análises

Diante da pretensão de considerar não apenas o aspecto formal da intertextualidade na obra “Memórias de minhas putas tristes”, mas o intuito de uma postura em que se considere todos, os recursos possíveis para a construção de sentido na obra.

De modo a contemplar os objetivos lançados apresentam-se a seguir as análises dos trechos da obra, seguindo os passos que constituíram o percurso metodológico.

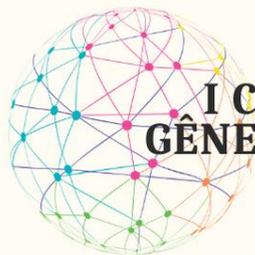
Trecho 1

Também estava lá, e fora de seu horário,
o censor oficial, Jeronimo Ortega,
que chamávamos de abominável homem das nove,
pois chegava pontual a essa hora da noite
com seu lápis sangrento de satrapa godo

Espera-se que o interlocutor seja capaz de identificar a relação de abominável homem das neves, um filme da literatura infantil que aparece vários filmes animados sempre na parte da noite. Comparando-se ao abominável homem das nove pelo fato dele está sempre naquele mesmo ponto, exatamente no mesmo horário. Essas pistas interpretativas contribuem para o reconhecimento e a produção de sentido entre os dois textos.

Trecho 2

No entanto, com as brisas me chegou a má notícia
que delgadina não ia passar o natal comigo,
mas com sua família.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



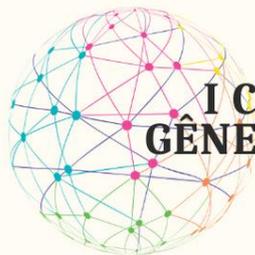
Se tem uma coisa que eu detesto nesse mundo
são as festas obrigatórias em que as pessoas choram
porque estão alegres,
os fogos de artifício,
as músicas chochas,
as grinaldas de seda,
de um menino que nasceu a dois mil anos
num estabulo indígena.

No segundo trecho a ser analisado observa-se que há uma forte presença da intertextualidade, trata-se de uma passagem bíblica em que se retrata o nascimento do menino Jesus. A passagem que celebra seu nascimento há dois mil anos. No entanto é possível perceber que mesmo que o intertexto não esteja presente na obra ou que não seja feita nenhuma citação referente ao mesmo o conhecimento que o leitor tem ou que ele adquiriu de acordo com suas vivências e experiências ele conseguiu ativar a produção de sentido dada ao texto.

Trecho 3

Comecei a ler para ela o pequeno príncipe de Saint-Exupéry,
um autor francês que o mundo inteiro admira,
mas os franceses foi primeiro que abstraiu sem espeta-la,
a ponto de eu precisar ir até lá dois dias seguidos para acabar de lê-lo.
Continuamos com os contos de Perrault,
a histórias sagrada as mil e uma noites,
uma versão desinfetada para crianças,
e pelas diferenças entre um e outro percebi que seu sono
tinha diversos graus de profundidade
segundo seu interesse pelas leituras

O trecho três da análise, faz relação com duas obras a primeira é o pequeno príncipe, livro da literatura infanto juvenil bastante conhecido e lido. Pelo fato de se uma obra muito lida e comentada é possível inferir que mesmo que o leitor não tenha tido acesso a obra na íntegra ela consiga fazer a relação intertextual com a passagem no livro “memórias de minhas putas tristes”. Um outro livro são “as mil e uma noite”. E um livro em que Chahrazad contava histórias



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



ao rei Chahryar para entretê-lo. Ele costumava matar as mulheres, depois do primeiro e único encontro de amor.

Pelo fato de as histórias serem-lhes contadas, de maneira infinita, tem um sentido imediato com as memórias do velho que em pleno seus 90 anos resolve escrever sobre suas infinitas aventuras amorosas. Pelo fato de o sultão possuir várias mulheres relaciona-se o fato com as memórias retratadas no livro. Considerando assim mais uma vez da intertextualidade como um fator constituinte para a formação de sentido do leitor.

Considerações finais

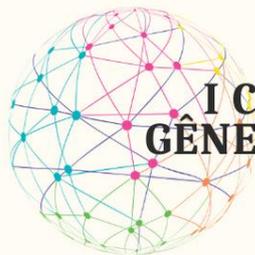
Entende-se que a intertextualidade é um fator importante para a construção de sentido em um texto e que a identificação do texto fonte não necessariamente é um único fator que contribua para esse fenômeno acontecer, mas, toda uma leitura global que em que o leitor ativa seu contexto e passa a construir sentido.

Cabe ao leitor, fazer essa interação com o texto, e o contexto que o circunda. Pois o conhecimento partilhado com o leitor é ativado no momento da leitura, mesmo que não seja possível o reconhecimento do texto fonte, à compreensão do que está sendo proposto pode ser alcançada pelo produtor do texto.

O produtor do texto sinaliza para o leitor, dá as pistas as quais o texto faz remissão, mostra que há uma intertextualidade contida no texto, mais não diz a qual texto fonte se refere fazendo com que o leitor e que o sentido construído pelo leitor pode ser alcançado de acordo com suas experiências culturais, sociais, históricas e ético.

Observou-se, ainda que, embora haja a possibilidade de um mesmo trecho da obra trazer relações de intertextualidade com mais de um texto fonte, mesmo que esse não tenha sido citado na obra explicitamente, há um paralelo entre esses textos fontes, de forma que nas relações intertextuais há uma movimentação entre aproximação de um texto fonte como ratificação ou refutação de um outro texto fonte.

Diante do exposto fica o desafio para novas pesquisas de ampliação, ou mesmo de refutação, às contribuições deixadas aqui.



I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GÊNERO, PRÁTICAS E EPISTEMOLOGIAS

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS



REFERÊNCIAS

BEAUGRANDE, Robert de. & DRESSLER, Wolfgang U. **Einführung in die Textlinguistik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1981. Trad. Inglesa: Introduction to Textlinguistic: London: Longman..

GENETTE, G. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

KOCH, I. G. V. BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007

KOCH, Ingedore Villaça. A construção dos sentidos no texto: coesão e coerência. In: **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2013. p.45

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Memória de minhas putas tristes**. Tradução Eric Napomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. Tipologia da intertextualidade. **Intersecções - Revista sobre práticas discursivas e textuais**. Ano 3, número 1. São Paulo, 2010. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; autor Mônica Maria Feitosa Braga Gentil; Vicência Maria Freitas Jaguaribe

